

INTERAÇÃO

**CIÊNCIAS HUMANAS
E SOCIAIS APLICADAS**

ALINE CRISTINA O. DO CARMO
ANDERSON AVELINO DE SOUZA
GERMANO NOGUEIRA PRADO (COORD.)
JOANA TOLENTINO
JULIANA LIRA SAMPAIO
LIER PIRES FERREIRA (COORD.)
MARIA HELENA SILVA SOARES (COORD.)
REBECA FURTADO DE MELO
RENAN CORTEZ
RODRIGO MARCOS DE JESUS
SÔNIA MARIA LIRA FERREIRA
TAÍS PEREIRA

**VOLUME
ÚNICO**

FILOSOFIA
**CONFLUÊNCIAS
E PERSPECTIVAS**

**MANUAL DO
PROFESSOR**

ENSINO MÉDIO – 1º, 2º E 3º ANOS
CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
APLICADAS – FILOSOFIA



**Editora
do Brasil**



INTERAÇÃO

▶ CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS

FILOSOFIA ▶ CONFLUÊNCIAS E PERSPECTIVAS

ALINE CRISTINA O. DO CARMO

- ▶ Doutora em Filosofia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
- ▶ Pós-doutorado em Educação pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Unirio
- ▶ Bacharela, licenciada e mestra em Filosofia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
- ▶ Professora e pesquisadora do Colégio Pedro II
- ▶ Membro da Rede Carioca de Etnoeducadoras Negras (Recen) e do grupo Direito e Africanidades (Uneb)

ANDERSON AVELINO DE SOUZA

- ▶ Doutor em Filosofia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
- ▶ Professor de Filosofia do Colégio Pedro II

GERMANO NOGUEIRA PRADO (COORD.)

- ▶ Doutor em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
- ▶ Mestre, bacharel e licenciado em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
- ▶ Professor de Filosofia e pesquisador do Colégio Pedro II

JOANA TOLENTINO

- ▶ Doutora em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
- ▶ Bacharela e mestra em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
- ▶ Professora de Filosofia e pesquisadora do Colégio Pedro II
- ▶ Professora colaboradora do mestrado profissional (Prof-Filo), polo Unirio

JULIANA LIRA SAMPAIO

- ▶ Doutora em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
- ▶ Mestra em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
- ▶ Bacharela e licenciada em Filosofia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
- ▶ Professora de Filosofia do Colégio Pedro II

LIER PIRES FERREIRA (COORD.)

- ▶ Pós-doutor em Direito pela Universidade de Salamanca (Usal)
- ▶ Doutor em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
- ▶ Mestre em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ)
- ▶ Bacharel em Direito pela Universidade Federal Fluminense (UFF)
- ▶ Bacharel e licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (UFF)
- ▶ Professor de Sociologia do Colégio Pedro II

MARIA HELENA SILVA SOARES (COORD.)

- ▶ Doutora em Filosofia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
- ▶ Mestra, bacharela e licenciada em Filosofia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
- ▶ Professora Adjunta do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAp-UERJ)

REBECA FURTADO DE MELO

- ▶ Doutora em Filosofia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
- ▶ Mestra, bacharela e licenciada em Filosofia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
- ▶ Professora do Colégio Pedro II

RENAN CORTEZ

- ▶ Doutor em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
- ▶ Mestre, bacharel e licenciado em Filosofia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
- ▶ Professor do Colégio Pedro II

RODRIGO MARCOS DE JESUS

- ▶ Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)
- ▶ Mestre em Filosofia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia
- ▶ Licenciado em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
- ▶ Professor de Filosofia da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)
- ▶ Professor do mestrado profissional (Prof-Filo) e mestrado acadêmico em Filosofia da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)

SÔNIA MARIA LIRA FERREIRA

- ▶ Doutora em Educação pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal)
- ▶ Professora do Ensino Superior da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)
- ▶ Professora permanente do mestrado profissional (Prof-Filo), polo UFPE

TAÍS PEREIRA

- ▶ Doutora em Filosofia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
- ▶ Pós-doutorado em Educação pela Universidade de Passo Fundo (UPF)
- ▶ Mestra, bacharela e licenciada em Filosofia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
- ▶ Professora de Filosofia do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cetef-RJ)
- ▶ Professora colaboradora do mestrado profissional (Prof-Filo), polo Unirio

1ª edição
São Paulo, 2024



“Em respeito ao meio ambiente, as folhas deste livro foram produzidas com fibras obtidas de árvores de florestas plantadas, com origem certificada”

VOLUME ÚNICO

ENSINO MÉDIO – 1º, 2º E 3º ANOS
CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
APLICADAS – FILOSOFIA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Filosofia : confluências e perspectivas : volume único /
coordenação Germano Nogueira Prado, Lier Pires Ferreira,
Maria Helena Silva Soares. -- 1. ed. -- São Paulo : Editora
do Brasil, 2024. -- (Interação ciências humanas e sociais
aplicadas)

Vários autores.

ISBN 978-85-10-10273-5 (aluno)

ISBN 978-85-10-10270-4 (professor)

1. Ciências humanas e sociais aplicadas (Ensino médio)
2. Filosofia (Ensino médio) I. Prado, Germano Nogueira. II. Ferreira, Lier Pires. III. Soares, Maria Helena Silva. IV. Série.

24-226769

CDD-373.19

Índices para catálogo sistemático:

1. Ensino integrado : Ensino médio 373.19

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

© Editora do Brasil S.A., 2024

Todos os direitos reservados

Direção-geral: Paulo Serino de Souza

Diretoria editorial: Felipe Ramos Poletti

Gerência editorial de conteúdo didático: Erika Caldin

Gerência editorial de produção e design: Ulisses Pires

Supervisão de design: Catherine Saori Ishihara

Supervisão de arte: Abdonildo José de Lima Santos

Supervisão de revisão: Elaine Cristina da Silva

Supervisão de iconografia: Léo Burgos

Supervisão de digital: Priscila Hernandez

Supervisão de controle de processos editoriais: Roseli Said

Supervisão de direitos autorais: Luciana Sposito

Supervisão editorial: Agueda C. Guijarro del Pozo

Edição: Bruna Alves

Assistência editorial: Grazielle Ribeiro e Patrícia Mochon

Apoio editorial: Amanda Félix, Juliana C. F. Simões, Maria Elisa Sonda e Thais Sylos

Revisão: Alexander Siqueira, Amanda Carvalho, Andréia Andrade, Graciela Paparazo e Maisa Yukari

Pesquisa iconográfica: Graciela Araújo

Tratamento de imagens: Robson Mereu

Projeto gráfico: Talita Lima, Diego Lima e Rafael Gentile

Capa: Gláucia Koller

Imagem de capa: Gigi Delgado/Shutterstock.com

Edição de arte: Yara Penteado

Ilustrações: Claudia Marianno, Fabio Nienow, Hugo Araújo, Studio Caparros

Editoração eletrônica: Estúdio Raf

Licenciamentos de textos: Cinthya Utiyama, Ingrid Granzotto, Renata Garbellini e Solange Rodrigues

Controle e Planejamento Editorial: Ana Fernandes, Bianca Gomes, Juliana Gonçalves, Maria Trofino, Terezinha Oliveira e Valéria Alves

1ª edição, 2024



Avenida das Nações Unidas, 12901
Torre Oeste, 20º andar
São Paulo, SP – CEP: 04578-910
Fone: +55 11 3226-0211
www.editoradobrasil.com.br

APRESENTAÇÃO

Caros(as) estudantes,

Certamente vocês já ouviram falar em Filosofia e em alguns filósofos e filósofas. Mas vocês sabem exatamente o que é Filosofia? Conhecem seus temas e tradições mais importantes? Saberiam dizer o que faz uma pessoa ao filosofar e qual é sua importância para a sociedade? Essas são algumas interrogações que nós, docentes, ouvimos no dia a dia e que também devem estar presentes no imaginário de muitos de vocês, especialmente agora, no Ensino Médio, quando muitos terão as primeiras oportunidades de estudar Filosofia no espaço escolar.

Todavia, o presente livro não pretende dar respostas definitivas a essas ou outras inquietações. Na verdade, nossa expectativa é de que ele possa auxiliar verdadeiramente nos primeiros passos que muitos de vocês estão dando no estudo da Filosofia. Mais do que um manual ou guia, desejamos que o livro permita o despertar de novos olhares sobre o mundo que nos cerca e no qual vivemos e compartilhamos nossas experiências. Também esperamos que ele seja um instrumento de ressignificação de ideias e visões do mundo que talvez estejam cristalizadas em muitos de vocês, oportunizando novos ângulos e prismas sobre a relação dos seres humanos consigo mesmos, uns com os outros e com a natureza, sem definir verdades ou impor limites estreitos à construção de novas alternativas e caminhos.

Além dessa pluralidade de abordagens, uma das características mais marcantes desta obra é que ela é constituída por professores e professoras de diferentes partes do Brasil, com formações diversas e distintas concepções da realidade, mas todos fortemente comprometidos com a presença da Filosofia na escola básica. Ao longo de 24 capítulos, algumas das teorias, dos conceitos e dos temas mais significativos da longa tradição dos estudos filosóficos serão apresentados e compartilhados com vocês, sempre contando com a indispensável mediação dos professores e professoras presentes no cotidiano escolar. Nesse percurso, vocês encontrarão filósofos e filósofas do passado e do presente, oriundos de diferentes partes do mundo. Da África à Oceania, passando pelas Américas, pela Ásia e pela Europa, vocês terão a oportunidade de conhecer, estudar e refletir com mulheres e homens que dedicaram sua vida à Filosofia.

Para auxiliá-los nos estudos filosóficos, vocês irão contar com outros recursos didáticos e pedagógicos. Entre eles, destacamos os textos complementares, produzidos por alguns dos filósofos presentes na obra, bem como com inúmeras atividades, pautadas nos diversos domínios cognitivos explorados na educação escolar, em especial no conhecimento, na compreensão, aplicação, análise, síntese e avaliação. Além disso, você também poderá contar com uma cuidadosa seleção de livros, filmes, vídeos e outros elementos, de caráter lúdico e cultural, que certamente tornarão a Filosofia escolar muito mais instigante e provocativa.

Com suas diversas partes e componentes, todos pensados especificamente para o trabalho em sala de aula, esperamos que esta obra possa auxiliá-los(as) no estudo de Filosofia, tornando essa experiência algo tão agradável quanto relevante. Além disso, esperamos que a obra também possa ser um instrumento potente para formar pessoas capazes de contribuir para a construção de um Brasil mais justo e igualitário, no qual o desenvolvimento sociocultural e econômico caminhe de braços dados com a ética, a democracia e a equanimidade, sem quaisquer discriminações e preconceitos.

Boa leitura!

As/Os Autoras/es

CONHEÇA SEU LIVRO



UNIDADE
3

O que nos afeta?

Nesta unidade, mergulhamos no universo dos afetos por meio de textos, das filosofias de Aristóteles e das Poéticas aristotélicas. Depois, da França, que desenvolveu alguns conceitos importantes, como a afetividade, a afetividade humana, bem como buscamos compreender a importância da afetividade humana para a identificação do amor próprio e do amor ao outro. No Capítulo 10, de Caputo, II, abordamos a importância da afetividade, abordando temas como: amor, paixão, desejo, amor, amor próprio, amor ao outro, amor à vida e à natureza. Os textos abordam temas como: amor, amor próprio, amor ao outro, amor à vida e à natureza. Os textos abordam temas como: amor, amor próprio, amor ao outro, amor à vida e à natureza. Os textos abordam temas como: amor, amor próprio, amor ao outro, amor à vida e à natureza.

1. Como os sentimentos nos afetam?
2. A vida pode ser uma vida de amor?
3. Quais são os sentimentos entre amor e filosofia?
4. O que pode ser amor?



9 Amores, amizades e outros afetos

"E se dignos e virtuosos legamos, breves e em sua dor, dadas, como quem brinca com o destino do homem?"

Chamada de afetos



Afetos, sentimentos e desejos

Nesta unidade vamos explorar o mundo dos afetos, a partir de textos que abordam o afeto, a amizade e o amor. Vamos explorar o mundo dos afetos, a partir de textos que abordam o afeto, a amizade e o amor. Vamos explorar o mundo dos afetos, a partir de textos que abordam o afeto, a amizade e o amor.

Abertura de unidade

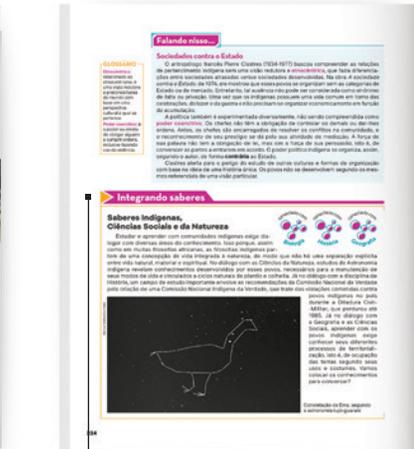
Cada abertura de unidade apresenta uma imagem, um texto de introdução e questões iniciais que vão preparar você para as descobertas que fará no decorrer da obra.

Falando nisso...

Apresenta perspectivas diferentes, algum aprofundamento ou digressão, que dialoguem com o tema trabalhado no capítulo.

Perfil

Apresenta uma breve biografia de personalidades no contexto abordado.



Para ampliar

Apresenta sugestões de livros, filmes, vídeos, sites, entre outros, que ampliam os conhecimentos sobre os temas tratados no capítulo.

Glossário

Contribui para a ampliação de vocabulário e completa a compreensão do conteúdo.

Integrando saberes

Associa as relações dos temas trabalhados em cada unidade com outras disciplinas escolares, favorecendo a interdisciplinaridade.

Ícones



Atividade realizada em grupo.



Atividade de resposta oral.



Faça no caderno.



Trabalho interdisciplinar.



Este ícone indica o trabalho sobre um Tema Contemporâneo Transversal.

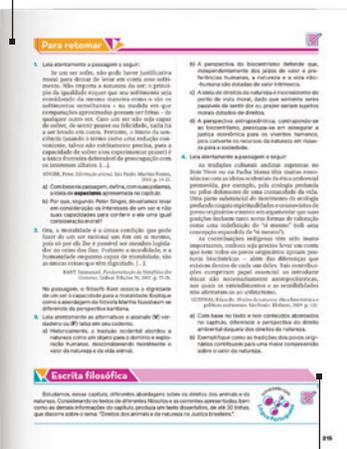
Ferramentas da Filosofia

Apresenta atividades de análise textual para exercício do pensamento filosófico.



Para retomar

Propõe atividades e situações-problema que contribuem para a construção do aprendizado sobre temas e conceitos abordados ao longo do capítulo.



Filosofia na prática

A seção apresenta textos que estabelecem conexão entre os temas estudados na unidade e os direitos humanos. Pode oferecer atividades e reflexão em grupo sobre situações atuais.



Escrita filosófica

Exercita a produção textual de caráter filosófico utilizando diferentes estilos de escrita, com base em um tema.

De olho no Enem

Apresenta questões do Enem com resoluções comentadas sobre alguns dos conteúdos trabalhados na unidade.



Pesquisa e ação

Propõe a pesquisa e a produção de materiais diversos, como podcast, mural, jornal, entrevistas, exposições e outros formatos dinâmicos, tendo como referência os temas abordados em cada unidade.



Exames Brasil a fora

Propõe a realização de questões do Enem e de vestibulares que abordam o conteúdo dos capítulos, encerrando a unidade.

Ícones TCT



Objetos digitais



Ao longo dos capítulos, você encontrará os ícones de remissão para o conteúdo digital: *podcast*, vídeo, infográfico clicável, mapa clicável e carrossel de imagens. Eles aprofundam o conteúdo do livro e ajudam você a compreender melhor os assuntos discutidos. Acesse os objetos digitais por meio do livro digital, clicando nos ícones.

SUMÁRIO

UNIDADE 1 O que é pensar? 12

CAPÍTULO 1

Filosofia, filosofias 14

A Filosofia tem uma origem? 14

Perfil – Théophile Obenga 17

A Filosofia se diz de muitas maneiras 18

Filosofia e modos de vida 19

Filosofia, oralidade e escrita 21

 Mapa interativo 21

Ferramentas da Filosofia 25

Para retomar 26

Escrita filosófica 27

CAPÍTULO 2

Pensar e conhecer 28

Lógica e Filosofia 28

Integrando saberes 30

 Vídeo 32

Perfil – Newton da Costa 34

Epistemologias 34

 Podcast 34

Filosofia na prática 39

Ferramentas da Filosofia 40

Para retomar 40

CAPÍTULO 3

Diversidade de saberes 42

Como a Filosofia conhece? 42

As ciências 43

Mitos e religiosidades 44

Colonialidade do saber e epistemicídio 47

Contrapontos entre religião, Filosofia e ciência 48

Senso comum, saberes tradicionais e populares 50

Perfil – Günter Rodolfo Kusch 51

Filosofia na prática 52

Ferramentas da Filosofia 53

Para retomar 54

CAPÍTULO 4

Filosofias das ciências 56

A ciência como se faz 56

O método científico e suas diferentes abordagens 57

Ciências Naturais 59

Perfil – Helen Longino 59

Ciências Humanas 60

Revoluções científicas 61

Objetividade e valores nas ciências 62

Integrando saberes 62

Ferramentas da Filosofia 65

Para retomar 66

De olho no Enem 68

Pesquisa e ação 69

Exames Brasil afora 70

UNIDADE 2 Como nos tornamos quem somos? 72

CAPÍTULO 5

Antropologia filosófica: corpo e linguagem 74

As formações humanas em diferentes culturas 74

Perfil – Amadou Hampâté Bâ 76

Tornar-se quem se é: processos de subjetivação em disputa 80

Integrando saberes 82

Filosofia na prática 83

Ferramentas da Filosofia 84

Para retomar 85

CAPÍTULO 6

Gêneros, sexualidades, racialidades e etnicidades 87

Gêneros e sexualidades 87

Perfil – María Lugones 89

Interseccionalidade 90

Racialidades e etnicidades 91

Ferramentas da Filosofia 97

Para retomar 98

Escrita filosófica 99

CAPÍTULO 7

Educação para quem? Para quê? 100

O que é, afinal, educação? 100

Educação e escola 104

Educação, escola e democracia 106

Perfil – Paulo Freire	108
Filosofia na prática	110
Ferramentas da Filosofia	111
Para retomar	113

CAPÍTULO 8

Trabalhar e consumir(-se)	114
Algumas concepções sobre o trabalho	114
Trabalho, alienação e autorrealização	115
Trabalhador, empreendedor, endividado	117
Mulheres e os cuidados: trabalho reprodutivo e divisão sexual do trabalho	118
Perfil – Silvia Federici	119
Ferramentas da Filosofia	121
Consumo e consumismo na contemporaneidade	122
 Vídeo	122
Integrando saberes	123
Ferramentas da Filosofia	125
Para retomar	126
De olho no Enem	127
Exames Brasil afora	128
Pesquisa e ação	129

UNIDADE 3 O que nos afeta? 130

CAPÍTULO 9

Amores, amizades e outros afetos	132
Afetos, sentimentos e desejos	132
Discursos sobre o amor	136
Perfil – Audre Lorde	137
Ferramentas da Filosofia	140
Irmandade, sororidade, amizade	141
Ferramentas da Filosofia	143
Para retomar	144
Escrita filosófica	145

CAPÍTULO 10

O que a Filosofia tem a ver com a Arte?	146
 Carrossel de imagens	146
Arte e Filosofia	146
Arte como mimese e representação	148
Perfil – Elvira Espejo Ayca	150
Ferramentas da Filosofia	151

Indústria cultural: modulações da arte em escala massiva	154
 Vídeo	154
Ferramentas da Filosofia	157
Filosofia na prática	158
Para retomar	158

CAPÍTULO 11

Estética(s) da existência	160
O convite da Arte	160
Perfil – Lélia Gonzalez	163
Ferramentas da Filosofia	164
Nietzsche e a arte como tonificante da vida	165
Foucault: o cuidado de si	167
Integrando saberes	168
Félix Guattari: as invenções de si	168
Heidegger: o acontecimento da arte	170
Ferramentas da Filosofia	171
Para retomar	171
Filosofia na prática	173

CAPÍTULO 12

Arte e Artivismos	174
Arte e Filosofias da Arte	174
Artivismo	175
Perfil – Jota Mombaça	176
Expressões de Artivismo	176
Arte é um luxo?	181
Ferramentas da Filosofia	182
Para retomar	183
De olho no Enem	184
Exames Brasil afora	185
Pesquisa e ação	187

UNIDADE 4 Como convivemos? 188

CAPÍTULO 13

Éticas do viver	190
Éticas do bem-viver	190
Amenemope e a ética da serenidade	190
Perfil – Renato Nogueira	191
Éticas gregas	191
Éticas do dever	195
Finitude e liberdade	198
Ferramentas da Filosofia	200

Para retomar	201
Filosofia na prática	201

CAPÍTULO 14

Ética animal e direitos da natureza	202
Ética e natureza	202
Justiça para os animais: a abordagem de Martha Nussbaum	204
Perfil – Martha Nussbaum	209
Os direitos da natureza	210
Integrando saberes	213
Ferramentas da Filosofia	214
Para retomar	215
Escrita filosófica	215

CAPÍTULO 15

Organizações políticas sob a perspectiva das comunidades	216
Os sentidos de comunidade, poder e política em diferentes filosofias	216
 Podcast	216
Perfil – Sobonfu Somé	219
Integrando saberes	224
 Infográfico	226
O debate sobre o individualismo e comunitarismo nas filosofias ocidentais	227
Eu, o outro e nós	229
Filosofia na prática	229
Ferramentas da Filosofia	230
Para retomar	231

CAPÍTULO 16

O Estado Moderno: fundamentos e críticas	232
O que é Estado?	232
Estado, nação e soberania	234
A Filosofia Política do Estado Moderno	235
Necontratualismo e crítica comunitarista ao Liberalismo	237
Socialismo, comunismo e anarquismo	239
 Podcast	239
Temas e debates contemporâneos da Filosofia Política	240
Perfil – Achille Mbembe	241
Crise da democracia na atualidade	242

Ferramentas da Filosofia	242
Para retomar	243
Pesquisa e ação	244
De olho no Enem	245
Exames Brasil afora	246

UNIDADE 5 O que é bom para a gente é bom para todo mundo?

CAPÍTULO 17

Universalidade(s) e singularidade(s)	250
Universalidade(s)	250
Integrando saberes	252
Relativismo e universalismo(s)	253
 Infográfico	254
Perfil – Judith Butler	255
Singularidade(s)	258
Ferramentas da Filosofia	259
Para retomar	260
Filosofia na prática	261

CAPÍTULO 18

Violências, opressões, justiça	262
A violência em uma perspectiva filosófica	262
Violência racial e tipos de racismo	263
Perfil – Frantz Fanon	264
Sexismos e cultura patriarcal	265
A violência no ambiente escolar	267
Violência, pacifismo, resistências	268
Identificação, prevenção e combate ao genocídio	270
Agentes e vítimas da violência	271
Ferramentas da Filosofia	272
Escrita filosófica	272
Para retomar	273

CAPÍTULO 19

Liberdades e libertações	274
O que significa ser livre?	274
Liberdade é libertação	277
Perfil – Ignácio Ellacuria	280
Ferramentas da Filosofia	283
Para retomar	284
Filosofia na prática	285

CAPÍTULO 20

Como habitamos a Terra?	286
Ser humano e natureza: crise ambiental e climática	286
Descartes e a visão mecanicista da natureza na Modernidade ocidental	287
Antropoceno e os (des)caminhos humanos na Terra	290
Integrando saberes	290
O ser humano também é natureza: concepções integradas	290
Ferramentas da Filosofia	293
O envolvimento entre o ser humano e a natureza nas concepções afrorreferenciadas	294
 Carrossel de imagens	294
Democracia da Terra: uma comunidade composta de todos os seres que habitam a terra	295
Perfil – Vandana Shiva	295
Ferramentas da Filosofia	296
Para retomar	297
De olho no Enem	299
Exames Brasil afora	300
Pesquisa e ação	301

UNIDADE 6 Em que mundo(s) vivemos?

302

CAPÍTULO 21

O princípio do mundo é coisa de outro mundo?	304
Em busca do princípio	304
Ntu e a ontologia dos bantos	304
Brahman e vacuidade: ontologias na Índia	305
A razão pode encontrar Deus?	309
Integrando saberes	312
Perfil – George Lemaître	315
Ferramentas da Filosofia	316
Filosofia na prática	317
Para retomar	318

CAPÍTULO 22

Temporalidades e territorialidades	320
Cosmologias: filosofias do (des)encantamento para habitar o tempo e o espaço	320
Filosofias da história e do tempo: linearidade e circularidade	321
Perfil – Antônio Bispo dos Santos	322
 Infográfico	327
Habitar o espaço – território, lugar, solo	327
Ferramentas da Filosofia	330
Integrando saberes	332
Ferramentas da Filosofia	332
Para retomar	333
Escrita filosófica	333

CAPÍTULO 23

Globalização, colonialidade e poder	334
O debate sobre a globalização	334
Quem ganha e quem perde no “jogo” da globalização	335
Globalização e colonialidade	339
Perfil – Enrique Dussel	340
Ferramentas da Filosofia	343
Para retomar	344
Filosofia na prática	345

CAPÍTULO 24

Tecnologias e redes sociais: perigos e potencialidade	346
Tecnologia como prática humana	346
Perfil – Yuk Hui	349
Tecnologia e informação no capitalismo	349
Verdade e pós-verdade	354
Ferramentas da Filosofia	356
Para retomar	357
De olho no Enem	358
Exames Brasil afora	359
Pesquisa e ação	360

Gabarito	361
Referências comentadas	361

Pensar e(é?) viajar

No mapa a seguir, você poderá ter uma ideia da multiplicidade de lugares, épocas, filósofos e filósofos, enfim, das diferentes perspectivas que confluem neste livro para lhe dar a oportunidade de viajar entre várias compreensões da(s) filosofia(s) e de suas questões. Muito da experiência do filosofar tem a ver com a disposição para se deslocar por inteiro, com o pensamento, entre diversas concepções e mundos – questionando inclusive as posições que parecem mais óbvias, como a dos pontos cardinais de um mapa... Boa viagem!

Oceania

Peter Singer (1946-), p. 203
David Chalmers (1966-), p. 258

África

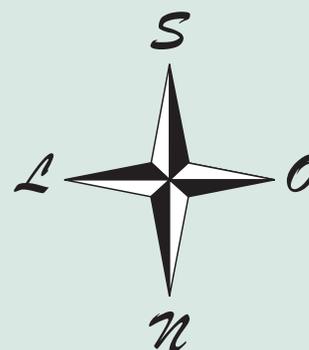
Théophile Obenga (1936-), p. 16
Amadou Hampâté Bâ (1901-1991), p. 22
Sobonfu Somé (?-2017), p. 138
Oyèrónke Oyèwùmí (1957-), p. 320
Achille Mbembe (1957-), p. 92
Mogobe Ramose (1945-), p. 219
Cheikh Anta Diop (1923-1986), p. 64
Agostinho (354-430), p. 23

Europa

Platão (427/428-347/348 AEC), p. 15
Friedrich Nietzsche (1844-1900), p. 23
Zygmunt Bauman (1925-2017), p. 122
Epicuro (341-271 AEC), p. 20
Simone de Beauvoir (1908-1986), p. 199
Silvia Federici (1942-), p. 119
Paul Preciado (1970-), p. 97
David Hume (1711-1776), p. 38
Michel de Montaigne (1533-1592), p. 142
Sêneca (4-65), p. 25
Isabelle Stengers (1949-), p. 65

Ásia

Vandana Shiva (1952-), p. 44
Yuk Hui (1982-), p. 349
Byung-Chul Han (1959-), p. 118
Porfírio (234-305), p. 250
Sidarta Gautama (484-404 AEC), p. 193
Chuang Tzu (370-301 AEC), p. 291



América do Sul

Paulo Freire (1921-1997) p. 107
Ailton Krenak (1953-), p. 78
Newton da Costa (1929-2024), p. 34
Nego Bispo (1959-2023), p. 294
Sueli Carneiro (1950-), p. 48
Lélia Gonzalez (1935-1994), p. 90
María Lugones (1944-2020), p. 88
Enrique Dussel (1934-2023), p. 24
Rodolfo Kusch (1922-1979), p. 51

América Central

Frantz Fanon (1925-1961), p. 264
Aimé Césaire (1913-2008), p. 93

América do Norte

Sandra Harding (1935-), p. 63
Judith Butler (1956-), p. 88
bell hooks (1952-2021), p. 257
Audre Lorde (1934-1992), p. 120
Martha Nussbaum (1947-), p. 109
Angela Davis (1944-), p. 23

Representação artística da distribuição de alguns filósofos e pensadores pelo mundo e pela obra.

DigitalVision Vectors/Getty Images



ArtsDot.com - Wassily Kandinsky - Study for Composition VII

Wassily Kandinsky. *Estudo para "Composição VII"*, 1913. Óleo sobre tela, 78 cm x 101,5 cm.

O que é pensar?

Não é simples definir “filosofia”, mas sabemos que essa definição passa pela noção de “pensamento”. Assim, na primeira unidade do livro, abordamos diversos aspectos da questão “O que é pensar?”. No Capítulo 1, pensamos a questão da(s) origem(ns) da Filosofia, as diversas definições que ela pode ter e os diferentes temas que procura pensar em suas várias áreas. Duas dessas áreas são temas do Capítulo 2: a lógica, que procura pensar as regras do bom raciocínio; e a teoria do conhecimento, que investiga o conhecimento, pensando o que o define, bem como quais são suas condições, limites e fontes. No Capítulo 3, investigamos a relação entre a Filosofia e outros saberes, como a Ciência, a religião e o mito, o senso comum e os saberes tradicionais. No Capítulo 4, que encerra a unidade, nos aprofundamos nos modos como a Filosofia pensa a Ciência.

1. De quantas maneiras se faz Filosofia?
2. Nós conhecemos tudo o que pensamos?
3. Algum dos saberes sabe mais?
4. Como a Filosofia pensa a ciência?

Filosofia, filosofias

“Que ninguém hesite em se dedicar à filosofia quando jovem, nem se canse de fazê-lo depois de velho, porque ninguém jamais é demasiado jovem ou demasiado velho para alcançar a saúde da alma.” (Epicuro)¹

A Filosofia tem uma origem?

Muitas palavras da língua portuguesa vêm do grego antigo. Uma delas é *philosophía*. Essa palavra é formada pela combinação do termo grego *philos* (ligado a *philia*), que significa “amor”, “amizade”, com o termo *sophia*, que significa “sabedoria”, “sapiência” ou “saber”. Assim, quem faz filosofia seria quem tem amor/amizade pela sabedoria ou pelo saber.

Todavia, parece haver uma diferença entre “filosofia” e outras palavras da língua portuguesa originadas do grego antigo. “Música”, por exemplo, tem origem na palavra grega *mousiké*, “arte das Musas”. Ainda que a palavra seja de origem grega, tendemos a falar de “música japonesa”, “música congolesa” ou “música brasileira” sem maiores problemas. O mesmo parece valer para todos ou quase todos os demais ramos da cultura: religião, arte, culinária, entre outros.

A mesma coisa não acontece com a Filosofia na história do Ocidente. Pois pelo menos a partir do final do século XVIII, começou a se tornar hegemônica a visão segundo a qual não apenas a palavra “filosofia” mas também o que é designado por ela teriam origem na Grécia Antiga. A narrativa mais conhecida a esse respeito é a de que Tales de Mileto (c. 624 AEC-546 AEC) seria o primeiro filósofo. Desde então, a filosofia teria se desenvolvido na Antiguidade grega e romana, passado pela Idade Média e desembocado na Modernidade europeia. Segundo essa narrativa, a

Grécia Antiga estaria na raiz da Europa, em particular da Europa Ocidental moderna. Nessa medida, fazer filosofia seria algo originalmente europeu.

De maneira análoga, a Europa seria a terra natal das ciências – que são responsáveis por grande parte do que aprendemos na escola (Biologia, Física, Sociologia e outras). Pelo menos algumas delas teriam como mãe uma “ciência primeira”, a chamada “Filosofia primeira” ou “metafísica”. Testemunho dessa relação entre Filosofia e ciência é, por exemplo, o título da obra na qual o físico inglês Isaac Newton (1643-1727) apresentou suas famosas leis da Física: *Princípios matemáticos de Filosofia Natural* (1687). A Filosofia seria, assim, “mãe” das ciências.

Essa narrativa que promove a autoafirmação da identidade do Ocidente europeu por meio da Filosofia e das ciências vem acompanhada da negação de que outros povos produziram ciência e Filosofia. Os povos nativos da Ásia, da África, da América e da Oceania poderiam até produzir “saberes” e “pensamentos”, mas a ciência e a Filosofia seriam, no limite, propriedade exclusiva da tradição europeia.



Mauro Pereira/
Alamy/Fotostorena

O pensador (ancião que pode ser homem ou mulher), estátua do povo tchokwe. Símbolo da cultura angolana, representa a sabedoria e a generosidade de um povo.

Aliás...

A relação entre Filosofia e outros saberes será discutida no Capítulo 3, “Diversidade de saberes”. O amor e a amizade serão discutidos no Capítulo 9, “Amores, amizades e outros afetos”.

Aliás...

Tales de Mileto é um filósofo pré-socrático. Você pode saber mais sobre os filósofos pré-socráticos no Capítulo 20, “Como habitamos a Terra?”.



New York Public Library/Science Source/Easy MediaBank

Busto de Tales de Mileto, datado de aproximadamente 624-546 EC.

GLOSSÁRIO

AEC: Antes da Era Comum.

EC: Era Comum.

¹ EPICURO. *Carta sobre a felicidade (a Meneceu)*. São Paulo: Editora Unesp, 2002. p. 21.

Como se conta a origem da filosofia?

Segundo pelo menos uma parte da tradição europeia, um dos traços da essência do ser humano é o fato de que é um ser racional e, por isso, capaz de conhecer a si mesmo e a realidade da qual faz parte. A Filosofia e as ciências seriam as realizações máximas da racionalidade humana e da sua capacidade de conhecer. Se realmente for assim e outros povos não conseguirem alcançar esse nível de racionalidade e de conhecimento, eles seriam, no mínimo, “menos humanos”. De acordo com esse discurso, seria missão da Europa levar esses e outros “avanços” da “civilização” para outros povos, a fim de que eles pudessem “evoluir” e “se humanizar” como os europeus teriam feito ao longo de sua história.

Trata-se de um discurso, constituído durante o processo de colonização, cujo princípio remonta ao início do capitalismo na Europa. De maneira razoavelmente consciente, esse discurso fez parte da estratégia **ideológica** de explicação e mascaramento da dominação política, da exploração econômica, da desigualdade social, da subordinação cultural e do extermínio físico e psíquico a que os povos colonizados foram submetidos pelos colonizadores europeus.

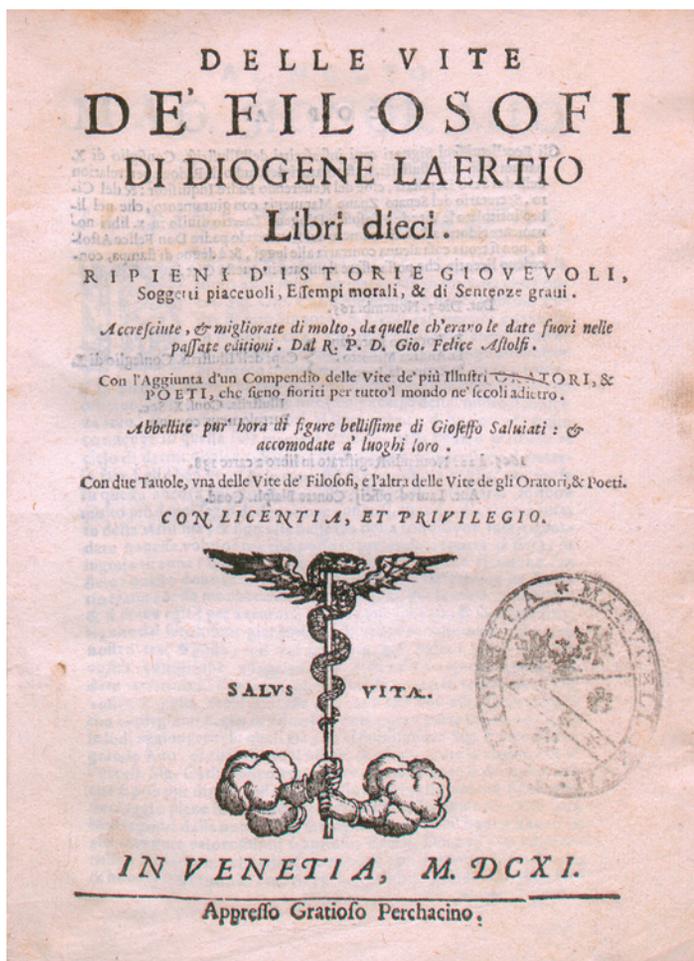
Na perspectiva do filósofo estadunidense Peter K. J. Park (1973-), no livro *África, Ásia e a história da filosofia*, a formação do **cânone** filosófico teria passado por uma exclusão racista das filosofias dos povos da África e da Ásia. Pelo menos do século III ao século XVIII, a história da Filosofia incluía em seu início povos da Ásia (fenícios, assírios, hebreus, indianos, chineses) e da África (em especial os egípcios).

Estima-se que, no século III, foi escrita *A vida e doutrina dos filósofos ilustres*, do historiador Diógenes Laércio (180-240), obra que contém boa parte das informações que temos de uma série de escolas filosóficas gregas (como cínicos, estoicos, epicuristas).

Diógenes Laércio começa sua obra expondo a tese de que a Filosofia teria se originado entre os bárbaros, isto é, entre quem não falava grego, como os magos persas, caldeus, assírios e babilônicos e os gimnosofistas (“sábios nus”) indianos, ou entre os egípcios. Todavia, ele defende outra tese, que mais tarde se tornaria hegemônica: a de que a filosofia teria origem nos gregos. Mas, diferente da narrativa hegemônica, Diógenes não localiza a origem da filosofia em Tales de Mileto, mas em personagens míticos gregos como Museu e Lino.

Até o século XVIII, predominou a ideia de que havia Filosofia fora e antes da Grécia Antiga. Segundo Park, a exclusão dos povos da África e da Ásia do cânone filosófico ocorreu em paralelo à constituição de uma “antropologia” preconceituosa que separava os seres humanos em raças – brancos, negros, vermelhos (nativos americanos) e amarelos (asiáticos, em especial chineses e japoneses) – e estabelecia entre eles uma hierarquia biológica e sobretudo intelectual, em que os brancos (arianos) seriam superiores aos demais.

Não se trata, com isso, de negar que houve Filosofia na Grécia Antiga. Procuramos colocar em questão a ideia de que a Filosofia tem origem apenas entre os gregos antigos e, por isso, seria criação exclusiva e/ou prioritária de europeus. Os próprios gregos antigos provavelmente não concordariam com isso. Por exemplo, no começo do diálogo *Timeu*, de Platão (427/428 AEC-347/348 AEC) – um dos filósofos gregos mais prestigiados pelo Ocidente europeu –, os gregos são chamados de crianças diante dos egípcios, com os quais aprendem, até mesmo, sua própria origem.



Frontispício da obra *A vida e doutrina dos filósofos ilustres*, de Diógenes Laércio, publicada em 1611.

GLOSSÁRIO

Ideológico:

relativo à ideologia. Esse conceito tem significados diversos, mas no texto significa uma visão distorcida da realidade que justifica formas de dominação social, política e econômica.

Cânone: conjunto de obras e de autores considerados clássicos e referências para determinada área de conhecimento.

Origens e começos da filosofia

Em busca de outras origens, podemos começar pela própria palavra “filosofia”. Questionando a origem grega da filosofia, o filósofo estadunidense Molefi Kete Asante (1942-) propõe que busquemos a origem do termo grego *sophía*:



Estela de Seba. Relevo feito em 1250 AEC mostrando um seba, escriba do tesouro do deus Ptah. Sentado, ele é representado como um homem sábio.

[...] na língua africana Mdu Ntr, a língua do antigo Egito, onde a palavra “Seba”, que significa “o Sábio”, aparece pela primeira vez em 2052 AEC, no túmulo de Antef I, muito antes da existência da Grécia ou do grego. A palavra tornou-se “Sebo” em copta e “Sophía” em grego. Como para o filósofo, o amante da sabedoria, é precisamente aquilo que se entende por “Seba”, o Sábio, em escritos antigos de túmulos egípcios.

ASANTE, M. K. Uma origem africana da filosofia: mito ou realidade? *Capoeira – Revista de Humanidades e Letras*, São Francisco do Conde, v. 1, n. 1, 2014. p. 118.

Théophile Obenga (1936-), filósofo congolês, propõe que a palavra *rekh* (escrita com hieróglifo de um homem sentado) tem o sentido de “homem sábio”, instruído, erudito, filósofo e que o conceito *rekh* (escrita com hieróglifo para concepções abstratas) designa “conhecimento”, “ciência”, significando “filosofia”, portanto, uma investigação acerca da natureza das coisas (*khet*) com base em conhecimento preciso (*rekh*) e bom (*nefer*) julgamento (*up*). A filosofia estaria, segundo Obenga, presente no Antigo Egito bem antes de “nascer” na Grécia Antiga, referindo-se à “síntese de todo aprendizado e também à busca da sabedoria e da perfeição moral e espiritual” (OBENGA, Théophile. Egito: história antiga da filosofia africana. In: KWASI, W. (ed.). *A companion to african philosophy*. Massachusetts: Blackwell Publishing, 2004, p. 4, tradução nossa).

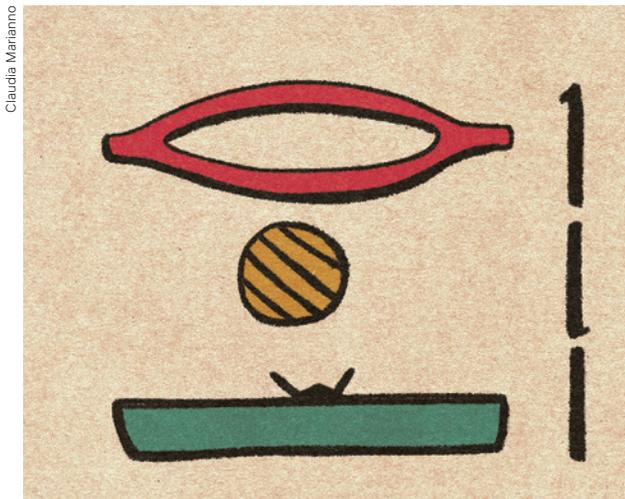
Atualmente, a questão não é achar a verdadeira “certidão de nascimento” da Filosofia. Para além das origens no sentido dos começos históricos possíveis da Filosofia – ou das filosofias – nos diversos povos, podemos pensar na origem existencial da Filosofia entendida como

aquilo que faz com que nós, seres estranhos, sejamos levados, nas mais diferentes épocas e lugares, a filosofar. Essa origem ao mesmo tempo plural e singular da Filosofia está presente, de certa forma, no seguinte trecho de Obenga:

É um mero preconceito acreditar que a época filosófica da humanidade começa primeiro entre os gregos do século V AEC. Esse preconceito implica que outros povos antigos não se dedicaram ao pensamento especulativo. Sem dúvida, o pensamento especulativo transcende a experiência, mas procura sempre explicá-la, interpretá-la e unificá-la para a sistematizar. O pensamento especulativo, utilizando aforismos, alusões, metáforas, métodos negativos ou positivos e dialéticos, pode ser oral ou escrito, e está necessariamente conectado aos problemas da vida. [...].

O espírito da filosofia chinesa, da filosofia indiana, da filosofia africana, da filosofia europeia e da filosofia maia pode diferir muito no tratamento de um tema, mas a filosofia trata sempre do conhecimento humano e da elevação do espírito. A futura filosofia do mundo deve então ter em conta os grandes sistemas especulativos de toda a humanidade.

OBENGA, Théophile. Egito: história antiga da filosofia africana. In: KWASI, W. (ed.). *A Companion to African Philosophy*. Massachusetts: Blackwell Publishing, 2004. p. 1, tradução nossa.



Hieróglifo, escrita pictográfica desenvolvida no Antigo Egito, representando a palavra *rekh*.

Para o filósofo grego Aristóteles (384 AEC-322 AEC), o que nos leva a filosofar é o espantar-se, o maravilhar-se, o admirar-se:

[...] os seres humanos começaram a filosofar, agora como na origem, por causa da admiração, na medida em que, inicialmente, ficavam perplexos diante das dificuldades mais simples; em seguida, progredindo pouco a pouco, chegaram a enfrentar problemas sempre maiores, por exemplo, os problemas relativos aos fenômenos da lua e aos do sol e dos astros, ou os problemas relativos à geração de todo o universo. Ora, quem experimenta uma sensação de dúvida e de admiração reconhece que não sabe; e é por isso que também aquele que ama o mito é, de certo modo, filósofo: o mito, com efeito, é constituído por um conjunto de coisas admiráveis [maravilhosas].

ARISTÓTELES. *Metafísica*: ensaio introdutório. Tradução: Giovanni Reale. São Paulo: Loyola, 2002. p. 11. Volume 2.

O filósofo brasileiro Renato Noguera (1972-) disse uma vez que a Filosofia é uma espécie de “bichinho de pelúcia do Ocidente”. O mundo ocidental gosta do brinquedo, mas não quer dividi-lo com mais ninguém. Assim, em síntese, trata-se não apenas de fazer o Ocidente compartilhar o brinquedo, mas também de mostrar que, por direito, a brincadeira, a Filosofia, é um bem comum a todas as pessoas e pode ter origem onde quer que elas pensem até as raízes (os princípios, as origens) de si mesmas, o mundo e a diversidade de seres nele presentes — pensando inclusive o ato de pensar tudo isso.

Para ampliar

Leia

Geledes: Afroperspectividade: por uma filosofia que descoloniza, de Renato Noguera (entrevista cedida a Tomaz Amorim do Negro Belchior), 12 jul. 2015. Renato Nogueira disserta sobre sua crítica à ideia de uma origem exclusiva da filosofia. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/afroperspectividade-por-uma-filosofia-que-descoloniza/>. Acesso em: 27 ago. 2024.

Perfil

Theóphile Obenga

O filósofo congolês Théophile Obenga (1936-) é professor emérito do Centro de Estudos Africanos da Universidade Estadual de São Francisco, nos Estados Unidos.

Estudou uma variedade de assuntos e tem formação em distintas áreas (História, Linguística, Filologia, Egíptologia, Filosofia). É um continuador dos estudos do antropólogo senegalês Cheikh Anta Diop (1923-1986) sobre o Egito.

Nos anos 1970, junto com Diop, foi representante da África no simpósio da Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) sobre “O povoamento do Antigo Egito e a decifração da escrita meróitica”. Contribuiu no programa da Unesco para a elaboração da importante coleção História Geral da África e da História Científica e Cultural da Humanidade. É membro da Associação Francesa de Egíptólogos e da Sociedade Africana de Cultura. Foi também diretor-geral do Centro Internacional de Civilizações Bantu (CICIBA) em Libreville, Gabão.

Autor de vários artigos e livros, como as obras *Filosofia Africana: o período faraônico 2780-330 AEC* e *Egito, Grécia e a Escola de Alexandria: história intercultural na Antiguidade, as fontes egípcias da filosofia grega*. É um ativo defensor do pan-africanismo e afrocentrista.



Claudia Mariano

Theóphile Obenga.

A Filosofia se diz de muitas maneiras

Como vimos, não podemos dizer que existe a *Filosofia* como um modelo único de pensamento e forma de expressão, e sim *filosofias*, entendidas como atividades diferentes praticadas em épocas e locais distintos que, devido a alguns atributos, podem ser consideradas desse campo de saber. Definir o que é Filosofia é uma questão para o próprio filosofar e para as diferentes filosofias. Entre as maneiras de definir Filosofia, podemos destacar quatro, descritas a seguir.

Definições de Filosofia

Filosofia como atitude crítica e questionadora

Nessa concepção, a Filosofia é uma reflexão caracterizada pela atitude de suspeita que coloca em questão nossas opiniões, crenças e ideias acerca do mundo, do conhecimento e dos valores éticos, políticos, religiosos, artísticos, culturais. A Filosofia, assim, desenvolve uma percepção diferente das coisas, dos fatos e das ações humanas, problematizando o que parece óbvio, natural ou é considerado normal. A atitude filosófica é crítica, pois investiga, avalia e julga, por meio da razão, os princípios, as causas, as condições e os sentidos de nossos saberes e de nossas práticas.

Filosofia como sistema de pensamento

Nessa definição, a Filosofia é entendida como um saber sistemático, isto é, capaz de integrar os vários tipos de saber em uma totalidade abrangente e articulada. O sistema pressupõe uma relação entre as partes de um todo que se complementam e remetem umas às outras. Desse modo, as várias questões e respostas das filosofias, das ciências e dos demais saberes são compreendidas como aspectos de um conjunto ordenado. Essa definição aproxima a Filosofia da ciência.

Filosofia como visão de mundo

“Visão de mundo” ou “cosmovisão” traduz o termo alemão *Weltanschauung*. Segundo essa definição a Filosofia envolve uma concepção geral da realidade, dos seus elementos cognitivos, éticos, estéticos, políticos. A visão de mundo seria uma espécie de óculos pelo qual vemos todas as coisas, uma perspectiva que orienta nossas relações com o mundo e com os outros, tanto pessoal quanto coletivamente. Desse modo, a Filosofia como visão de mundo implica uma compreensão integral da realidade, porém menos sistemática que na Filosofia como sistema de pensamento. Além disso, tem um forte sentido prático, uma vez que a visão de mundo está relacionada com atitudes frente aos desafios da vida.

Filosofia como sabedoria

Nessa definição a Filosofia é concebida como uma sabedoria de vida. Sabedoria, nesse caso, não é uma técnica nem é adquirida pela simples passagem do tempo ou do envelhecimento, mas o resultado das experiências e das reflexões que contribuem para a arte do bem viver. Desse modo, a Filosofia como sabedoria corresponde a uma Filosofia prática, que busca analisar a nossa condição no mundo e estabelecer critérios para melhor tomada de decisões acerca da nossa vida.



Eric Isselee/
Shutterstock.com

A coruja é o símbolo da sabedoria e da Filosofia na tradição ocidental. O filósofo alemão Hegel (1770-1831) afirma que a Filosofia é como a coruja de Minerva, que lança seu voo ao entardecer.

GlobalP/
iStockphoto.com

Para o filósofo brasileiro Renato Noguera, a galinha-d'angola também representa o espírito da Filosofia; pois, ao ciscar de um lado para o outro, procura sementes, alimento, ideias.

Considerando a diversidade de definições de Filosofia, podemos afirmar, inspirados nas ideias do filósofo austríaco Ludwig Wittgenstein (1889-1951) em sua obra *Investigações filosóficas*, que, em vez de apontar algo comum a tudo que chamamos de *filosofia*, dizemos que as distintas maneiras de fazer filosofia estão *aparentadas* de modos diversos. E por causa desses parentescos chamamos todas essas formas de “filosofia”.

Filosofia e modos de vida

Já ouviu a expressão “filosofia de vida”? Em geral ela é usada para indicar o conjunto de princípios que orientam a maneira de uma pessoa viver. Todas as pessoas vivem segundo certos princípios, de modo mais ou menos consciente. Quando dizemos, por exemplo, que “o mais importante na vida é ser feliz”, que “bom mesmo é ficar com a consciência tranquila” (mesmo que isso nem sempre seja o mais prazeroso a fazer) ou “o que vale é ter uma vida cheia de sentido” e “dedicar-se a uma causa” (que estaria além da nossa individualidade), revelamos um ou alguns princípios que orientam como queremos viver e/ou refletem qual julgamos ser a melhor vida.

Parte do que a Filosofia faz é pensar esses princípios que orientam nossa vida. Assim, a expressão “filosofia de vida” oferece uma pista sobre a ligação entre vida e filosofia. A Filosofia não se limita a pensar os princípios que as pessoas seguem, procurando explicitar princípios subjacentes ao modo de conduzir a vida. Ao pensar a vida e o mundo, a Filosofia muitas vezes propõe princípios com base nos quais viveríamos melhor, bem como maneiras de colocá-los em prática, individual e/ou coletivamente. É nesses momentos que a filosofia aparece mais nitidamente como *modo de vida*, isto é, como uma *escolha* consciente de uma maneira de viver, relacionada a um *discurso* (uma *teoria*), que procura elaborar e fundar em princípios tal opção, e a *exercícios* e *práticas* com os quais quem fez essa escolha molda a si mesmo e a sua vida.

Os filósofos franceses Pierre Hadot (1922-2010) e Michel Foucault (1926-1984) pesquisaram a ideia de Filosofia como modo de vida, em especial na Antiguidade grega e romana, quando essa ideia parece mais presente, em contraste, por exemplo, com o mundo contemporâneo. Hoje a Filosofia aparece, sobretudo, como uma profissão entre outras, em geral exercida na universidade e nas escolas, sem que isso necessariamente tenha implicações visíveis na maneira como esses profissionais vivem.

Estoicismo e epicurismo

Para entender melhor o que seria a filosofia como modo de vida, veremos alguns exercícios propostos por duas correntes nascidas no período helenístico da Filosofia grega (séc. IV AEC-séc. I AEC): o epicurismo e o estoicismo. Ambos partem da ideia de que ter uma vida boa, feliz, é alcançar a tranquilidade da alma (*ataraxia*). Desejos desordenados e medos exacerbados trariam infelicidade, pois perturbam a alma. Os “exercícios espirituais” propostos por essas escolas filosóficas são como uma “terapia filosófica” das paixões que impedem nossa tranquilidade.

O conteúdo dessa terapêutica depende do diagnóstico das causas dessas paixões. Para o estoicismo, a infelicidade deriva de se buscar bens fora de nosso controle e de temermos males inevitáveis. A rigor, só está sob nosso controle a determinação de fazer o bem, isto é, nossa liberdade. Todo o resto, incluindo nosso próprio corpo, está submetido a causas fora de nosso alcance. Há exercícios estoicos que consistem na *atenção* e na *meditação* constantes sobre o que depende ou não de nós em cada circunstância, de modo a, pelo hábito, não nos perturbarmos com o que está além de nosso controle.

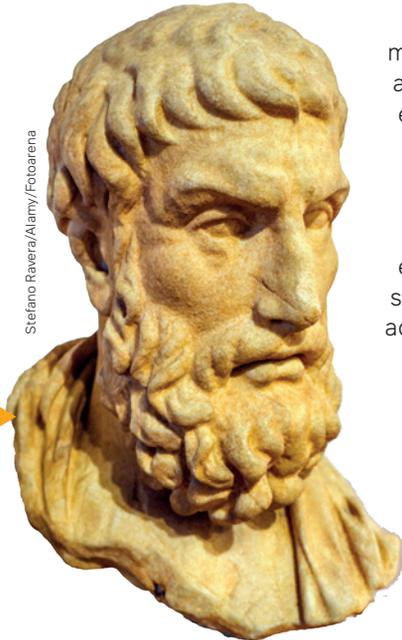
Busto de Zenão de Cítio, séc. XX. Escultura em mármore, 30,5 cm × 45,8 cm. Cópia romana da escultura grega, datada do século III. Zenão de Cítio (334 AEC-262 AEC) foi o criador da doutrina estoica.



Bridgeman Images/Fotoarena

Aliás...

Essas questões dizem respeito ao campo da ética, que será tema dos Capítulos 13, “Éticas do viver”, e 14, “Ética animal e direitos da natureza”.



O filósofo grego Epicuro (341 AEC-271 AEC) foi o criador da doutrina epicurista.

Já o epicurismo considera o prazer a base da vida feliz, mas o prazer entendido como a tranquilidade oriunda da alegria de existir. A terapêutica epicurista consiste, então, em purgar corpo e alma de prazeres e desejos difíceis e desnecessários, bem como de medos infundados. Um dos exercícios é sempre meditar sobre algumas sentenças simples que concentram essas ideias, de modo a moldar a si mesmo com base nelas. Um exemplo dessas sentenças é o *tetrapharmakon* (“quádruplo remédio”): “os deuses não são temíveis, a morte não oferece risco, o bem é fácil de adquirir, o mal é fácil de suportar”.

Busto de Epicuro, século XX. Escultura em mármore, 29,3 cm × 43,9 cm. Cópia romana da escultura grega original, datada do século III. Roma, Itália, 2024.

Aliás...

Para saber mais sobre epicurismo e estoicismo, veja o Capítulo 13, “Éticas do viver”.

Áreas da Filosofia

Como a Filosofia trata de ampla diversidade temática, a reflexão filosófica se dedica a diferentes objetos de estudo. Enquanto campo de saber, a Filosofia pode ser dividida em áreas de investigação. Essa divisão não é definitiva; pois, ao longo do tempo, determinados conhecimentos que faziam parte da Filosofia ganharam autonomia e constituíram um campo de saber próprio. Um exemplo é a psicologia, que até meados do século XIX era considerada uma área da Filosofia. A seguir listamos alguns dos campos de investigação da Filosofia.

Antropologia Filosófica: estuda o ser humano e suas relações com o mundo.

Estética: analisa o fenômeno artístico, as diferentes formas de arte e as relações sociais, políticas e econômicas envolvidas na produção e recepção das obras e das manifestações artísticas.

Filosofia Política: estuda as relações humanas na sociedade, as formas de poder e os sistemas de governo, bem como a natureza e a justificação das decisões políticas.

Ética: examina noções, normas, valores e finalidades que fundamentam a vida moral.

Filosofia da Educação: investiga os fundamentos e as finalidades da educação, dos processos pedagógicos e das instituições educativas.

Metafísica: estuda os princípios gerais da realidade, da existência e do ser.

Lógica: analisa, além da estrutura e dos princípios relativos à argumentação válida, os métodos de prova e demonstração.

Teoria do Conhecimento: estuda as fontes, as origens, os limites e o valor do conhecimento em geral.

Filosofia da Ciência: investiga os princípios, as hipóteses e a produção de conhecimento das diversas ciências.

Filosofia da Linguagem: estuda a linguagem, sua natureza, os sentidos dos signos e das proposições linguísticas, assim como a relação entre linguagem e realidade.

Fonte: elaborado pelos autores.

Filosofia, oralidade e escrita

A Filosofia, ao longo da história, foi produzida de diversas maneiras e transmitida por diferentes meios, não só pela escrita. Há filósofos e filósofas que nada escreveram, e tudo o que sabemos deles foi transmitido por terceiros. Por outro lado, a maior parte das reflexões filosóficas foram produzidas de maneira escrita, em uma variedade de estilos literários. Desse modo, a transmissão de ideias e reflexões de filósofos e filósofas pode ser feita por múltiplos meios: orais, escritos e audiovisuais.



Oralidade

O filósofo grego Sócrates (470 AEC-399 AEC), pensador fundamental para a tradição grega e ocidental, nada escreveu. Só por meio de escritos de outras pessoas é que sabemos algo do que pensou e de como viveu a Filosofia. Os principais desses escritos são os de seus discípulos, o filósofo Platão (428/427 AEC-348/347 AEC), o historiador Xenofonte (430 AEC-354 AEC), e do comediógrafo Aristófanes (446 AEC-386 AEC). Todavia, esses escritos apresentam divergências no modo de retratar Sócrates.

Na *Apologia*, escrita por Platão, por exemplo, Sócrates aparece como aquele que o Oráculo de Delfos afirmou ser o mais sábio da Grécia. Sócrates teria passado a investigar a si mesmo e os outros para compreender o que o Oráculo queria dizer com essa afirmação. Fazia isso percorrendo vários lugares de sua cidade, Atenas, interrogando sempre que podia aqueles considerados sábios ou que alegavam ter algum saber (artesãos, políticos, poetas, sacerdotes). Vendo que, em geral, não sabiam o que alegavam saber, e que ele, Sócrates, jamais dizia saber o que não sabia, concluiu que nisso estava a sabedoria atribuída a ele pelo Oráculo: ele sabia que nada sabia.

A defesa da justiça e da verdade a qualquer custo (inclusive com o sacrifício da própria vida) e o exame permanente de si e dos outros por meio de diálogos constituiriam, em linhas gerais, boa parte da vida filosófica de Sócrates, segundo a imagem que dele temos na *Apologia* escrita por Platão.

O Sócrates que aparece na comédia *As nuvens*, de Aristófanes, é consideravelmente diferente. Entre outros aspectos, ele é retratado como alguém que se dedica a investigações ridículas (medir a extensão do pulo de uma pulga, por exemplo) e que, de modo semelhante a alguns sofistas, vendia um saber determinado, o de produzir discursos que possibilitariam a seus clientes a vitória de suas causas nos tribunais, fosse o discurso verdadeiro ou não, fosse a causa justa ou não.

Sabemos que Sócrates existiu, mas, diante de imagens tão diversas, quem de fato ele foi? Embora a tradição filosófica ocidental tenda a adotar a imagem de Sócrates que aparece em escritos de Platão, a questão não é tão simples e convida à reflexão.



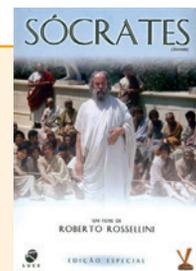
Jacques-Louis David. *A morte de Sócrates*, 1787. Óleo sobre tela, 1,2 m × 1,9 m.

Para ampliar

Assista

Sócrates, direção de Roberto Rossellini (RAI, 1971, 120 min).

O longa-metragem retrata uma síntese da vida de Sócrates, apresentando o julgamento e a condenação do filósofo, detido por não acreditar nos deuses gregos e influenciar os jovens com seus pensamentos.



1971. Orizzonte 2000. RAI

Falando nisso...

TCT



Sócrates e Orúnmilà

A filósofa nigeriana Sophie Bósédé Olúwolé (1935-2018) propõe² uma comparação entre Sócrates e Orunmilà, a fim de demonstrar que ambos são pensadores centrais de suas tradições filosóficas: a Filosofia clássica grega e a Filosofia clássica iorubá, respectivamente. Orúnmilà, também chamado de Ifá, seria um pensador (nascido por volta de 500 AEC) que, como Sócrates, nada escreveu. Mas, à diferença de Sócrates, suas ideias foram transmitidas oralmente por mais tempo, pela sofisticada técnica **mnemônica** de *babalawôs* e *yanifás*, sacerdotes do oráculo de Ifá. Olúwolé diz que são como “expressões do conhecimento e da sabedoria ancestrais iorubá em todas as suas áreas de esforços racionais”; o conjunto de textos do oráculo de Ifá são “filosofia popular na sua concepção clássica” e *babalawôs* e *yanifás* são “os/as filósofos/as tradicionais iorubás” ou, contemporaneamente, os/as professores/as de Filosofia clássica iorubá.



Claudia Merlanno

Sophie Bósédé Olúwolé.

GLOSSÁRIO

Mnemônica:

relativo à memória.

Em uma tradição marcada pela transmissão por meio de registros escritos, Sócrates diferencia-se, pois nada escreveu. O que dizer de tradições em que não há registro escrito – ou em que esse registro só agora começa a ser feito? É possível depositar na transmissão oral entre várias gerações um grau de confiança semelhante ao que se costuma atribuir à transmissão escrita?

O filósofo malinês Amadou Hampâté Bâ (1901-1991) coloca em questão a ideia de que a escrita seria necessariamente mais confiável que a oralidade:

Nada prova *a priori* que a escrita resulta em um relato da realidade mais fidedigno do que o testemunho oral transmitido de geração a geração. As crônicas das guerras modernas servem para mostrar que, como se diz (na África), cada partido ou nação “enxerga o meio-dia da porta de sua casa” – através do prisma das paixões, da mentalidade particular, dos interesses ou, ainda, da avidez em justificar um ponto de vista. Além disso, os próprios documentos escritos nem sempre se mantiveram livres de falsificações ou alterações, intencionais ou não, ao passarem sucessivamente pelas mãos dos copistas [...]. O que se encontra por detrás do testemunho, portanto, é o próprio valor do homem que faz o testemunho, o valor da cadeia de transmissão da qual ele faz parte, a fidedignidade das memórias individual e coletiva e o valor atribuído à verdade em uma determinada sociedade. Em suma: a ligação entre o homem e a palavra. E, pois, nas sociedades orais que não apenas a função da memória é mais desenvolvida, mas também a ligação entre o homem e a Palavra é mais forte. Lá onde não existe a escrita, o homem está ligado à palavra que profere. Está comprometido por ela. Ele *é* a palavra, e a palavra encerra um testemunho daquilo que ele é. A própria coesão da sociedade repousa no valor e no respeito pela palavra.

HAMPATÉ BÂ, Amadou. A tradição viva. In: KI-ZERBO, J. *História geral da África I: metodologia e pré-história*. 2. ed. rev. Brasília: Unesco, 2010. p. 168.

Assim, a questão da oralidade se liga a uma questão filosófica fundamental: a relação entre ser humano e linguagem.

Aliás...

A relação entre ser humano e linguagem será trabalhada nos Capítulos 2, “Pensar e conhecer”, e 5, “Antropologia filosófica: corpo e linguagem”.

² OLÚWOLE, Sophie B. *Sócrates e Orunmilà: dois padroeiros da filosofia clássica*. Nigéria: Editoras Arca, 2017. p. 23

Estilos literários na Filosofia

Existem muitas maneiras de escrever um texto filosófico, e essa variedade indica que a forma escolhida é um elemento importante para a expressão das ideias de cada pensadora ou pensador, pois o estilo literário contribui para o entendimento do texto filosófico por quem o lê. Alguns textos, de formato mais impessoal, desenvolvem o encadeamento sistemático das ideias; outros adotam uma forma mais pessoal e próxima da literatura. As maneiras de problematizar e argumentar são diversas, não há um formato único para o pensamento e sua comunicação. A seguir, são expostos alguns dos estilos adotados nos textos filosóficos.

Diálogo

O diálogo tem caráter dinâmico e muitas vezes dramático ao contrapor dois ou mais posicionamentos, um dos quais, por vezes, é o defendido pela autora ou pelo autor. Platão privilegiou esse estilo, sendo Sócrates o personagem principal de seus textos, como em *A República*. Outros exemplos são as obras *A Consolação da filosofia*, do romano Boécio (480-524), e *Diálogos sobre a religião natural*, do escocês David Hume (1711-1776).

Poema

O poema, em geral, apresenta-se ou em forma de versos com rima e ritmo ou de prosa poética. Entre os que escreveram em forma poética estão o filósofo grego Xenófanes (c. 570 AEC-475 AEC), do qual restam apenas fragmentos de textos, e a filósofa mexicana Juana Inés de La Cruz (1648-1695), autora do poema metafísico "Primeiro sonho".



IanDagnall Computing/Alamy/Fotorena

Miguel Cabrea.
Sor Juana Inés
de La Cruz, 1750.
Óleo sobre tela,
50 cm × 50 cm.

Para ampliar

▼ Acesso

Unicamp: Enciclopédia Mulheres na Filosofia, c2024. O site apresenta a biografia de filósofas e pensadoras de vários países, entre elas Juana Inés de La Cruz. Além de textos, o site também produz podcasts. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/filosofas/>. Acesso em: 11 jun. 2024.

Aforismo

Essa palavra vem do grego *aphorismós*, que significa limitação, definição breve, sentença. O aforismo tem como principal característica a síntese de conceitos complexos e a concentração das ideias em sentenças ou parágrafos curtos. Obras como *Além do bem e do mal*, do alemão Friedrich Nietzsche (1844-1900), e *Reflexões sobre a vaidade dos homens*, do filósofo brasileiro Matias Aires (1705-1773), assumiram esse estilo.

Confissão

É um texto na primeira pessoa do singular, autobiográfico. Essa forma é utilizada para expressar as ideias como se fosse um testemunho, transmitindo ao leitor algo próximo da experiência de pensamento que o autor ou a autora teve. Exemplos desse estilo são o livro *Confissões*, do filósofo Agostinho de Hipona (354-430), e *Uma autobiografia*, da filósofa estadunidense Angela Davis (1944-).

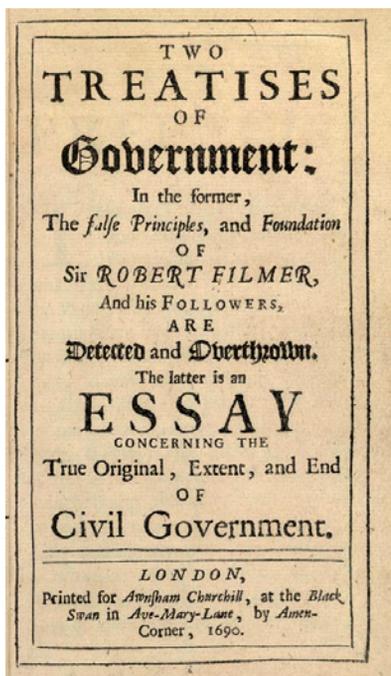


Albert Llop/NurPhoto/AFP

Angela Davis em conferência sobre direitos sociais e justiça social na Universidade Pompeu Fabra. Barcelona, Espanha, 2024.

Tratado

Esse estilo é uma exposição de ideias e conceitos de maneira explicativa, formal e sistemática acerca dos princípios de um assunto. Utiliza linguagem lógico-discursiva, articulando argumentos, às vezes de forma didática, de modo a demonstrar a correção, ou os equívocos, de uma tese ou noção. Exemplos desse estilo são as obras *Dois tratados do governo civil*, do filósofo inglês John Locke (1632-1704), e a *Ética da libertação na idade da globalização e da exclusão*, do filósofo argentino Enrique Dussel (1934-2023).



Coleção particular

Frontispício da primeira edição de *Tratados do governo civil*, de John Locke, publicado em 1690.

Ensaio

Consiste geralmente em textos curtos, de tratamento livre, em estilo pessoal, com preocupação menos sistemática que o tratado. No ensaio, uma ou mais ideias são testadas, oferecendo teses provisórias que possibilitam a reflexão sobre seus prós e contras. O livro *Ensaio*, do filósofo francês Michel de Montaigne (1533-1592), deu nome a esse estilo. Outro exemplo é a obra *Filosofia da caixa preta: ensaios para uma futura filosofia da fotografia*, do filósofo checo-brasileiro Vilém Flusser (1920-1991).



Coleção particular

Folha de rosto do terceiro livro da coleção *Ensaio*, de Michel de Montaigne, de 1588.



Philip Would Ltd, London/Bridgeman Images/Fotoarena

Gerrit van Honthorst. *Retrato de Elizabeth, Princesa Palatina*, 1642. Óleo sobre painel, 73 cm × 58 cm.

Carta

Escrever cartas também é um recurso muito utilizado na Filosofia. A carta quase sempre é escrita para instruir alguém ou debater com uma pessoa acerca de questões filosóficas. Exemplos desse tipo de texto são *Carta a Meneceu*, do filósofo grego Epicuro (341 AEC-270 AEC), que trata da felicidade, e as cartas entre a filósofa Elisabeth da Boêmia (1618-1680) e o filósofo francês René Descartes (1643-1649), que abordam temas como as paixões da alma e a liberdade.



Carta

Em *Cartas a Lucílio*, o filósofo romano Lúcio Aneu Sêneca (4-65) trata de problemas éticos e reflete sobre o comportamento humano. Na carta a seguir, Sêneca escreve a seu amigo Lucílio sobre o que é a Filosofia e a finalidade dela.

Tenho a certeza, Lucílio, que é para ti uma verdade evidente que ninguém pode alcançar uma vida, já não digo feliz, mas nem sequer aceitável sem praticar o estudo da filosofia; além disso, uma vida feliz é produto de uma sabedoria totalmente realizada, ao passo que para ter uma vida aceitável basta a iniciação filosófica. Uma verdade evidente, todavia, deve ser confirmada e interiorizada bem no íntimo através da meditação quotidiana: é mais trabalhoso, de fato, manter firmes os nossos propósitos do que fazer propósitos honestos. É imprescindível persistir, é preciso robustecer num esforço permanente as nossas ideias, se queremos que se transforme em sabedoria o que apenas era boa vontade.

Por esta razão não precisas de gastar comigo tantas palavras nem de fazer tão longas profissões de fé: eu sei que tu já progrediste bastante. Sei bem de que fonte nascem as tuas palavras, que nem são fingidas nem exageradas. Dir-te-ei, contudo, o que penso: espero muito de ti, mas não confio ainda totalmente. Aliás quero que tu faças o mesmo

comigo, ou seja, que não acredites no que te digo com excessiva prontidão. Observa-te a ti mesmo, analisa-te de vários ângulos, estuda-te. Acima de tudo verifica se progrediste no estudo da filosofia ou no teu próprio modo de vida. A filosofia não é uma habilidade para exhibir em público, não se destina a servir de espetáculo; a filosofia não consiste em palavras, mas em ações. O seu fim não consiste em fazer-nos passar o tempo com alguma distração, nem em libertar o ócio do tédio. O objetivo da filosofia consiste em dar forma e estrutura à nossa alma, em ensinar-nos um rumo na vida, em orientar os nossos atos, em apontar-nos o que devemos fazer ou pôr de lado, em sentar-se ao leme e fixar a rota de quem flutua à deriva entre escolhos. Sem ela ninguém pode viver sem temor, ninguém pode viver em segurança. A toda a hora nos vemos em inúmeras situações em que carecemos de um conselho: pois é a filosofia que no-lo pode dar.

SÊNeca, Lúcio Aneu. *Cartas a Lucílio*. 5. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 2014. p. 54-55.

1. Identifique a concepção de filosofia descrita na carta. Para isso, reveja as definições de filosofia apresentadas ao longo do capítulo.
2. Quais são as principais características da concepção de filosofia apresentada por Sêneca?



Album/Fotoarena

Eduardo Barrón Gonzáles. *Nero e Sêneca*, 1904. Escultura.



1. Caracterize a filosofia como modo de vida.
2. Explique por que, segundo o filósofo Peter Park, a África e a Ásia foram excluídas do cânone filosófico.
3. Em seu caderno, classifique como **V** (verdadeiro) ou **F** (falso) para cada uma das sentenças a seguir.
 - a) A Filosofia como sabedoria desconsidera a maneira de viver.
 - b) A Filosofia como visão de mundo não tem sentido prático.
 - c) A Filosofia pode ser feita por meio da oralidade.
 - d) A Filosofia tem uma origem única e exclusiva.
 - e) A Filosofia inclui, entre seus objetos de estudo, a linguagem.
4. Aponte pelo menos duas diferenças entre os estilos literários Ensaio e Tratado.
5. O que caracteriza a definição de Filosofia como atitude crítica e questionadora?
6. Leia o texto.

Chamaremos de “núcleos problemáticos universais” àquele conjunto de perguntas fundamentais [...] que o *homo sapiens* teve que se fazer ao chegar a sua maturidade específica. [...]. O *desconcerto* perante as possíveis causas dos fenômenos naturais que devia enfrentar e o imprevisível de seus próprios impulsos e comportamentos o levou a fazer perguntas em torno de alguns “núcleos problemáticos”, tais como: que são e como se comportam *as coisas reais* em sua totalidade, desde os fenômenos astronômicos até a simples queda de uma pedra ou a produção artificial do fogo? Em que consiste o mistério da própria subjetividade, o eu, a interioridade humana? Como pode ser pensado o fato da espontaneidade humana, a liberdade, o *mundo ético e social*? Como é possível interpretar o *fundamento último* de todo o real, do universo? [...]. Esses “núcleos problemáticos” deveriam inevitavelmente se fazer presentes, questionando todos os grupos humanos, desde o mais antigo paleolítico. São “núcleos problemáticos” racionais ou perguntas, entre muitas outras, sobre os “porquês” *universais* que não podem faltar em nenhuma cultura ou tradição.

DUSSEL, E. *Paulo de Tarso na filosofia política atual e outros ensaios*. São Paulo: Paulus, 2016. p. 174-175.

Considerando a passagem do texto e o que foi estudado neste capítulo sobre as origens da Filosofia, responda: Por que podemos falar de uma *origem existencial* da Filosofia?

7. Leia o texto a seguir:

Insisto na importância da experiência, porque uma coisa era conhecer a miséria nos filmes de cinema, nas reportagens de imprensa, ou nas

descrições que dela encontramos nas obras de ficção, e outra, muito diferente, conhecê-la no contacto direto, pessoal. Porque, além de uma face dolorosa e trágica, a miséria tem também um cheiro específico, que o cinema e os textos impressos não transmitem. E esse cheiro, nós só o sentimos quando vamos ao seu encontro, quando vamos procurar no seu *habitat*, no seu mundo próprio, de dor e de abandono. Certas imagens ficariam para sempre gravadas em minha retina, e era por meio dessas imagens, tomadas como ponto de referência, que passaria a ver, e a julgar, a inconsciência e o feroz egoísmo das classes dominantes. [...].

Que sociedade era essa, na qual o bem-estar e a felicidade de alguns, da minoria, tinha como contrapartida a miséria e a desgraça de milhões de seres humanos? A injustiça social, a exploração do homem pelo homem, não eram mais tema de dissertação ou assunto de conferência, mas uma realidade dolorosa, contundente, que surgia diante de nós como um escândalo e um desafio. [...].

CORBISIER, R. *Autobiografia filosófica: das ideologias à teoria da praxis*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 104.

Esse trecho do filósofo brasileiro Roland Corbisier (1914-2005) é um exemplo de texto filosófico escrito no estilo literário da confissão. Identifique nessa passagem elementos que distinguem esse estilo literário.

8. Copie o quadro a seguir em seu caderno, analise as áreas da Filosofia e indique dois filósofos e/ou filósofas que se destacaram nessas áreas.

Antropologia filosófica	
Estética	
Filosofia política	
Ética	
Filosofia da educação	
Metafísica	
Lógica	
Teoria do conhecimento	
Filosofia da ciência	
Filosofia da linguagem	

O que é filosofar?



Como vimos neste capítulo, a Filosofia é feita e define-se de muitas maneiras.

Agora é sua vez de exercitar o pensamento filosófico pela escrita!

Redija um texto de até 15 linhas respondendo à questão: O que é o filosofar?

Para escrever esse texto, considere as etapas a seguir.



1. Reveja os estilos literários apresentados no capítulo:

diálogo	confissão	carta
poema	tratado	
aforismo	ensaio	

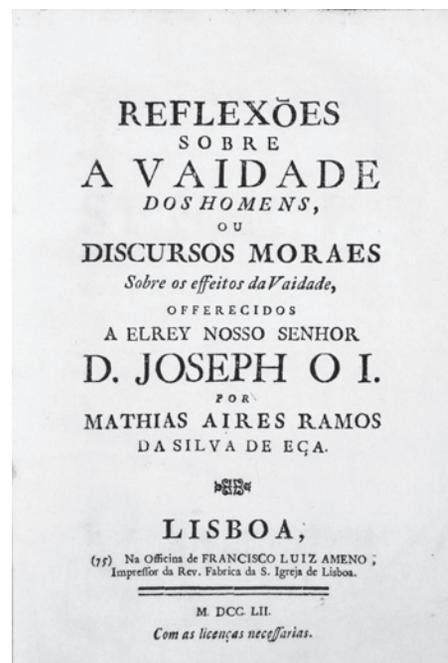
2. Pesquise exemplos desses estilos em livros, jornais, revistas e sites da internet. Você também pode consultar a seção **Ferramentas da Filosofia**, disponível em cada capítulo desse livro, para ver exemplos de outros estilos. Caso necessário, peça auxílio à professora ou professor.
3. Escolha um dos estilos literários para a redação de seu texto.

A seguir, apresentamos um exemplo de aforismo, escrito pelo filósofo Matias Aires, que aborda o tema vaidade.

Muitas vezes **obramos** bem por vaidade, e também por vaidade obramos mal: o objetivo da vaidade é que uma ação se faça atender, e admirar, seja pelo motivo ou razão que for. Não só o que é digno de louvor é grande; porque também há coisas grandes pela sua execração; é o que basta para a vaidade as seguir, e aprovar. [...] A vaidade tem certas regras; uma delas é que a singularidade não só se adquire pelo bem, mas também pelo mal; [...] não só pela verdade, mas também pelo engano: quantos homens tem havido a quem parece que de algum modo enobreceu a sua iniquidade.

AIRES, Mathias. *Reflexões sobre a vaidade dos homens ou discursos morais*. São Paulo: Martins Fontes, 1993. p. 57-58.

4. Se necessário, faça uma retomada aos conteúdos do capítulo para ajudá-lo a responder a pergunta tema da redação e a partir daí desenvolver o seu texto no estilo escolhido.



Coleção particular

Frontispício da primeira edição de *Reflexões sobre a vaidade dos homens ou discursos morais*, de 1755. O livro é um exemplo de texto em aforismo.

GLOSSÁRIO

Obrar: realizar, fazer, fabricar.

“Quem acha vive se perdendo”

(Noel Rosa)¹

Artepics/Alamy/Fotoarena



Ludwig Deutsch. *O jogo de xadrez*, 1896.
Óleo sobre tela, 75 cm × 56 cm.

O xadrez é um jogo que desenvolve o raciocínio lógico e outras habilidades cognitivas. Além de ser divertido, o xadrez nos ajuda a organizar ideias e pensar com mais rigor.

Lógica e Filosofia

O termo grego *lógos* está presente em várias palavras da língua portuguesa. Está no nome de disciplinas como *Biologia* e *Sociologia*, por exemplo, em que “-logia” vem de *lógos* e, nesse contexto, costuma ser traduzido como “estudo”, denotando uma área de conhecimento. A segunda parte deste capítulo terá por objeto o campo da Filosofia que estuda o conhecimento (*epistême*, em grego): a *Epistemologia*.

Antes disso, na primeira parte do capítulo, trataremos de outra área da Filosofia cujo nome tem como raiz *lógos*: a **Lógica**. De acordo com a filósofa brasileira Patrícia Del Nero Velasco, *lógos* significa “razão”, “raciocínio”, “pensamento”, remetendo a uma atividade reflexiva, mas também “linguagem”, “discurso articulado”, que se compõe como uma atividade discursiva. Pode-se dizer que a Lógica tem a ver tanto com o “discurso articulado” quanto com o “raciocínio” – ou seja, com a linguagem e com o pensamento. Mas que aspectos do pensamento e da linguagem são tema da Lógica? Trata-se de outra possível tradução de *lógos*: argumento.

Para ampliar

Leia

Educando para a argumentação, de Patrícia Del Nero Velasco (Autêntica, 2010).
A obra desenvolve uma série de temas relacionados à Lógica.

¹ “Feitio de oração”, canção de Noel Rosa.

O que é um argumento?

Um **argumento** (ou **raciocínio**) pode ser visto como a defesa de uma ideia com base em outras ideias. A defesa de uma ideia sempre se dá diante de alguém; assim, argumentar é abrir um diálogo. Argumentar é tentar fornecer as razões pelas quais seria melhor adotar a ideia que defendemos – razões que podem ser contestadas pelas razões fornecidas pelos outros envolvidos na conversa.

A argumentação tem um potencial democrático e antidogmático na medida em que pressupõe uma troca imparcial e livre de ideias e razões. A realização desse potencial depende de fatores sociais, econômicos e políticos que atravessam as relações entre as pessoas. Em boa medida, filosofar é um jogo de dar e receber ideias, razões e argumentos, bem como de pensar os princípios e condições em que se funda essa troca de ideias.

A ideia a ser defendida em um argumento pode ser chamada de **tese** e se apresenta como a **conclusão** dele. As ideias com base nas quais se defende a tese são chamadas de **premissas**. Mas não basta um conjunto de premissas e uma conclusão para termos um argumento. É preciso que premissa e conclusão se articulem de modo que, aceitas as premissas, sejamos levados a aceitar também a conclusão.

Ainda que sejam argumentativos, é comum que textos de Filosofia contendam importantes dimensões retóricas, poéticas, narrativas, informativas, entre outras. Aqui entra uma das tarefas cruciais no trabalho com textos: a **interpretação**, que consiste em compreender o sentido de um texto, distinguindo seus diferentes aspectos.

A esse respeito, é importante sublinhar que cada argumento contém apenas uma tese/conclusão; se encontramos mais de uma, estamos diante de um argumento complexo e, para interpretá-lo, é importante decompô-lo em argumentos simples (com uma única tese). Outro elemento importante a notar é que, nos textos, a conclusão/tese não necessariamente aparece no final do argumento. Considere, por exemplo, esse trecho do filósofo alemão Friedrich Nietzsche (1844-1900):

A filosofia grega parece começar com uma ideia absurda, com a proposição: a água é a origem e a matriz de todas as coisas. Será mesmo necessário deter-nos nela e levá-la a sério? Sim, e por três razões: em primeiro lugar, porque essa proposição enuncia algo sobre a origem das coisas; em segundo lugar, porque o faz sem imagem e fabulação; e enfim, em terceiro lugar, porque nela, embora apenas em estado de crisálida, está contido o pensamento: “Tudo é um”. [...]

NIETZSCHE, Friedrich. A filosofia na época trágica dos gregos. In: *Os Pré-socráticos*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 10 (Os Pensadores).

A conclusão que Nietzsche quer sustentar aparece no início do texto: “sim, devemos nos deter e levar a sério a proposição de que a água é a origem e o princípio de todas as coisas”. Note que ele não apresenta essa tese da forma direta como a fizemos, mas como uma pergunta, à qual responde afirmativamente. A reescrita do argumento, tal como fazemos aqui, se adequada, pode contribuir muito para sua interpretação.

As três premissas, chamadas no texto de “razões”, são (isto é, devemos levar a sério a proposição porque):

- (i) ela enuncia algo sobre a origem das coisas;
- (ii) ela enuncia isso sem recorrer a imagens e fabulações;
- (iii) nela está contido o pensamento “Tudo é um”.



A Passeata dos 100 mil representa o ápice da reação da sociedade civil ao autoritarismo da Ditadura Civil-Militar brasileira (1964-1985). Rio de Janeiro (RJ), 1968.

A troca livre e igualitária de ideias foi seriamente restringida pelo governo, que censurou sistematicamente a arte, o jornalismo e a produção intelectual e retirou a Filosofia das grades curriculares das escolas, obstruindo, assim, o desenvolvimento do pensamento crítico.

A articulação própria a um argumento, que leva da aceitação das premissas à aceitação da conclusão, se dá por meio de uma **inferência**. A inferência pode ser entendida como a operação em que, com base em certas informações conhecidas, extraímos uma informação nova. Partindo dessa noção de inferência, podemos dizer que usamos inferências na vida o tempo todo. Quando temos sede, inferimos que é preciso beber água e agimos de acordo com isso.

A inferência de que tratamos aqui é a que se expressa em argumentos, pois a lógica estuda as **regras de inferência**, de modo a estabelecer o que é uma inferência válida e, assim, o que é um **argumento válido**. Mas o que é um raciocínio válido? O que é validade do ponto de vista lógico?

Integrando saberes

É lógico!

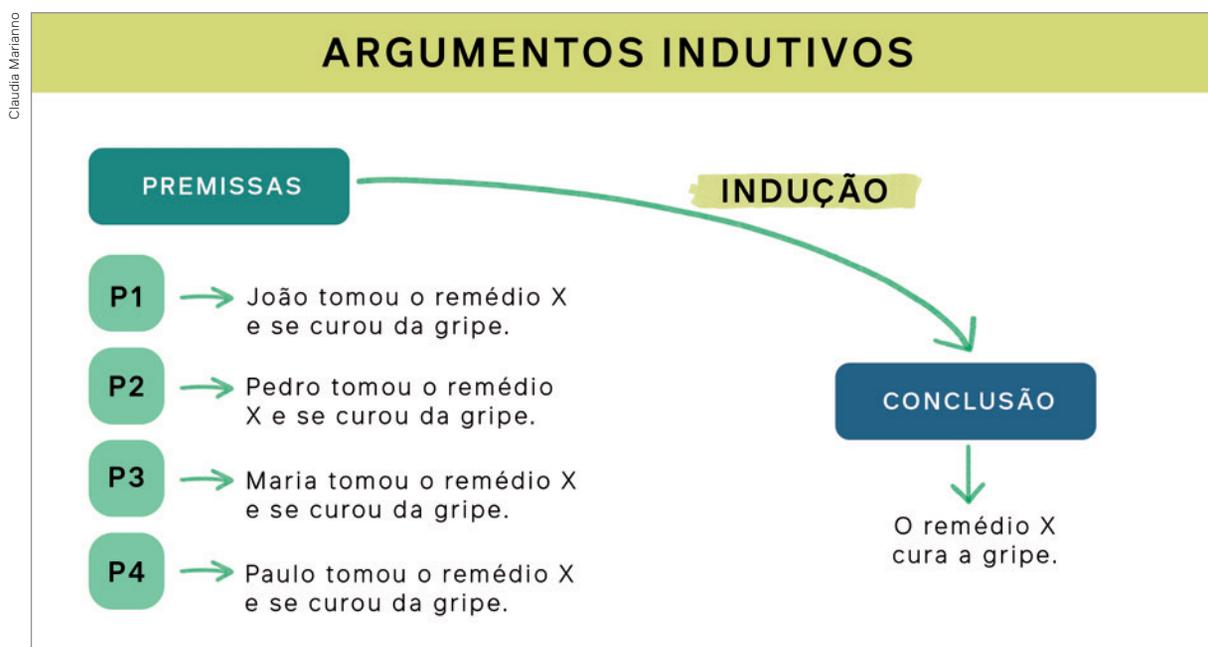
Você sabia que o estudo da língua portuguesa pode nos ajudar a identificar elementos de um argumento? Quando usamos frases como “Agi dessa forma porque é o mais indicado”, “Eu me preparei muito para o Enem, logo, espero ter um bom resultado”, estamos aplicando operadores argumentativos. As premissas muitas vezes são indicadas com conjunções coordenativas explicativas, tais como: desde que, porque, dado que, entre outras. Já a conclusão pode ser indicada pelas conjunções coordenativas conclusivas: logo, portanto, assim, por conseguinte, entre outras.

Além disso, a lógica também se relaciona com a matemática. Sobretudo a partir do século XIX, a lógica passou por um processo de criação de linguagens artificiais e formalização de argumentos que a aproximou da matemática. Um dos filósofos que contribuíram para esse processo foi o alemão Gottlob Frege (1848-1925). Com a estrutura lógica dos argumentos mais explícita, tende a ficar mais evidente se eles são válidos ou não e é possível “calcular” as conclusões com base nas premissas.



Validade e verdade

Podemos distinguir dois tipos de argumento: o indutivo e o dedutivo. Não é fácil defini-los. Para nossas finalidades, **argumentos indutivos** são aqueles em que, dadas as premissas, é provável que a conclusão seja verdadeira. Considere o raciocínio presente no esquema a seguir:



Fonte: elaborado pelos autores.

Nesse exemplo, com base em um número de casos particulares em que um remédio funcionou para a cura da gripe, conclui-se que o remédio cura a gripe para todos os casos.

Usamos raciocínios desse tipo na vida cotidiana, com maior ou menor competência. Algumas experiências malsucedidas no amor podem nos levar à conclusão (provavelmente errônea, pois baseada em poucos casos) de que nenhum amor vale a pena. Quando dizemos que alguém tem “experiência” em um assunto, em geral tal experiência é um acúmulo de vivências particulares com base nas quais a pessoa em questão extrai uma conclusão para cada novo caso particular ou uma conclusão geral do tipo “tal substância serve para curar (todos os casos de) tal doença”.

A ciência também usa muito o argumento indutivo. Boa parte das pesquisas científicas partem de muitos casos particulares, sob condições controladas rigorosamente, para se aproximar da verdade na conclusão geral. As pesquisas eleitorais também se valem de argumentos indutivos para, com base em uma amostra do eleitorado, inferir a porcentagem de intenção de votos em cada candidato. A Estatística é um campo da Matemática que contribui para selecionar, de modo mais rigoroso, o número de casos a serem estudados e o grau de probabilidade da conclusão.

Já os **argumentos dedutivos** são aqueles que, dadas as premissas, é necessário que a conclusão seja verdadeira. Acompanhe os exemplos a seguir:

Aliás...

A relação entre Filosofia e Ciência será estudada nos capítulos 3, “Diversidade de saberes”, e 4, “Filosofia das Ciências”.

1. Argumento 1
Premissa 1: Todo ser humano é mortal.
Premissa 2: Sócrates é ser humano.
Conclusão: Logo, Sócrates é mortal.

Ilustrações: Claudia Marianno

2. Argumento 2
Premissa 1: Todo cavalo é alado.
Premissa 2: Pégaso é um cavalo.
Conclusão: Logo, Pégaso é alado.

É provável que você aceite o primeiro argumento, mas rejeite o segundo. No entanto, se abstrairmos o conteúdo dos dois argumentos, veremos que a **forma** deles é a mesma:

3. Argumento 3
Premissa 1: Todo A é B.
Premissa 2: x é A.
Conclusão: Logo, x é B.

Esse tipo de argumento é chamado **silogismo**. O argumento 3 apresenta uma das formas de silogismo. De acordo com essa forma, se as premissas do argumento são verdadeiras, então é necessário que a conclusão seja verdadeira. Trata-se, portanto, de um argumento válido. Mas não só isso: sua validade depende apenas de sua **forma lógica**.

O fato de rejeitarmos o argumento 2 não tem a ver com a forma lógica do argumento, mas com o *conteúdo* de pelo menos uma de suas premissas, a primeira, que é falsa: nem todo cavalo é alado. Mas, se todo cavalo fosse alado, seria necessário que a conclusão do argumento fosse verdadeira. Não seria logicamente possível aceitar essa premissa sem aceitar a conclusão. Aparece aqui a diferença entre validade e verdade.

Assim, a **validade dedutiva**, ou simplesmente validade, é uma característica da forma lógica de um argumento e denota a articulação segundo a qual, se as premissas são verdadeiras, é necessário que a conclusão seja verdadeira (é impossível que ela seja falsa) – é o caso dos argumentos dedutivos. A **validade indutiva**, ou apoio indutivo, é a articulação segundo a qual, se as premissas são verdadeiras, é *provável* que a conclusão seja verdadeira (e, portanto, é possível que ela seja falsa) – é o caso dos argumentos indutivos.

Nos argumentos dedutivos, a validade depende apenas de fatores lógico-linguísticos (a forma do argumento): se todo ser humano é mortal e Sócrates é um ser humano, é impossível, aceitar essas premissas, não aceitar que Sócrates é mortal.

Nos argumentos indutivos, a validade depende de fatores extralinguísticos (o conteúdo das premissas): por mais que um remédio tenha curado muitas pessoas da gripe, não há garantias lógicas de que ele sempre curará gripe. Quanto mais casos de cura, maior o apoio indutivo da tese/conclusão de que ele cura a gripe e mais improvável será que a conclusão seja falsa. Mas, do ponto de vista lógico, é sempre possível que ela seja falsa.

A **verdade** é uma característica das proposições expressas pelas frases ou sentenças declarativas que desempenham o papel de premissas e conclusão em um argumento. Frases declarativas são afirmações ou negações, como “Sócrates é mortal” ou “Sócrates não é egípcio”. O sentido de uma frase declarativa é denominado **proposição**. Assim, “O professor abriu a janela” e “A janela foi aberta pelo professor” expressam a mesma proposição, a mesma “ideia”, ainda que sejam frases declarativas diferentes.

As frases declarativas são diferentes de outras frases, como “O que é a filosofia?”, que expressa uma pergunta, ou “Leia esse livro”, que expressa um pedido, uma recomendação ou uma ordem. O que diferencia uma frase declarativa de outras frases, como as interrogativas ou imperativas, é que ela expressa uma proposição, que tem **valor de verdade**, isto é, pode ser verdadeira ou falsa.

Vimos então que a verdade diz respeito não à forma do argumento, mas ao conteúdo das proposições que o constituem. Vale sublinhar que, embora sejam distintas, validade e verdade se relacionam nos argumentos. Pois, como também vimos, a validade dos argumentos está ligada à articulação entre as condições de verdade das premissas do argumento e a conclusão do argumento. Para saber se um argumento é válido, não precisamos saber se as premissas são verdadeiras; mas precisamos saber que, em um argumento válido (dedutivamente), se as premissas são verdadeiras, a conclusão não pode ser falsa.

Falácias formais e não formais

As falácias são argumentos que parecem “corretos”, mas não são. As falácias formais parecem argumentos dedutivos válidos, mas são inválidas. Um exemplo é a **falácia da afirmação do consequente**:

P1: Se ganhar na loteria, ficarei rico.

P2: Fiquei rico.

C: Ganhei na loteria.

A forma desse argumento é (A e B, nesse caso, são proposições):

P1: Se A, então B.

P2: B.

C: A.

Do fato de que ganhei na loteria (A), se seguiria eu ficar rico (B). Nesse caso, o argumento seria válido. Mas o argumento propõe o inverso, o que é logicamente inválido: do fato de que fiquei rico (B) não segue que ganhei na loteria (A). Posso ter recebido uma herança, por exemplo.

Nas falácias não formais, o erro do argumento não está na forma lógica do argumento, mas em outros fatores. Eis alguns tipos de falácias não formais:



Argumento *ad baculum*: é o apelo à força ou à ameaça de uso da força para que alguém aceite a tese ou conclusão desejada.



Arionauero

O voto de cabresto foi uma prática comum durante a Primeira República (1889-1930), período marcado pelo coronelismo. O coronel garantia proteção e favores à população, que, em troca, era coagida a votar nos candidatos escolhidos pelo coronel, em um contexto marcado pela subordinação à força. É um exemplo de argumento *ad baculum*.

Charge *Voto de cabresto*, por Arionauero.

Argumento *ad ignorantiam*: é um argumento que apela à nossa ignorância, isto é, ao fato de não sabermos se uma proposição é verdadeira, para considerar que a negação dela é verdadeira ou, no sentido inverso, ao fato de não sabermos se uma proposição é falsa, para considerar a negação dela falsa. Por exemplo: não sabemos se existem extraterrestres; partindo de nossa ignorância sobre esse fato, argumenta-se que não existem extraterrestres.

Argumento *ad hominem*: consiste em atacar apenas a pessoa que está argumentando e não o argumento. Quando alguém desconsidera a posição política de uma pessoa unicamente porque ela é analfabeta, temos um exemplo desse tipo de falácia.

Argumento *ad verecundiam*: consiste no apelo à autoridade de alguém para defender uma tese que diz respeito a uma área na qual ele não é uma autoridade. É comum em propagandas. Quando um ator faz a propaganda de um analgésico e garante a eficácia do medicamento, temos um argumento desse tipo.

Argumento *ad populum*: consiste em apelar à opinião da maioria para defender uma ideia. Também é comum em propagandas, em *slogans* que afirmam que todo mundo usa ou consome determinado produto, por exemplo. Do fato de que todo mundo usa, não segue que o produto seja bom e deva ser usado (embora ele possa ser bom por outras razões).

Generalização apressada: é um argumento indutivo que infere uma conclusão geral com base em um número de casos particulares insuficientes, ou de uma análise insuficiente ou errônea dos casos particulares em questão. Vários preconceitos surgem desse tipo de falácia, como: “Mulher não sabe dirigir”, “homem não sabe cuidar da casa”, “todo político é ladrão”, entre outros.

Para ampliar

Assista

Falácias. Canal Lógica Viva. O canal do projeto Lógica Viva composto por professores de diversas universidades e instituições de ensino, apresenta vídeos sobre vários aspectos da Lógica e de sua relação com a Filosofia, entre eles uma *playlist* sobre falácias. Disponível em: <https://www.youtube.com/playlist?list=PLmc-kTi-TUVs9j5AzLZmEORXKF0ewuyQQ>. Acesso em: 14 jun. 2024.



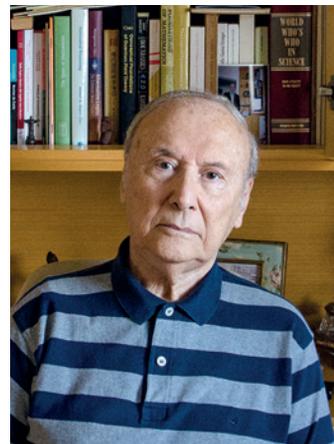
Gisele D. Secco

Newton da Costa

Newton da Costa (1929-2024) foi um filósofo, lógico e matemático brasileiro. Ele é o formulador da **lógica paraconsistente**, que coloca em questão o **princípio da não contradição**. Esse é um dos princípios fundamentais da chamada “Lógica clássica”.

Sua grande realização foi incluir as contradições em um novo sistema lógico, ampliando, assim, os limites da Lógica clássica. Vale destacar que a sua contribuição não se limita à Lógica, na medida em que sistemas paraconsistentes podem ser aplicados na Mecânica Quântica, na Economia, na própria Filosofia e em outras áreas.

Formado pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Newton da Costa lecionou em universidades brasileiras como a USP e a Unicamp, além de ter atuado como professor nos Estados Unidos, na França, na Itália, na Austrália e em outros países. Publicou mais de 150 artigos sobre Lógica, Filosofia da Matemática e Filosofia da ciência. Entre as suas obras de maior destaque, estão *Sistemas formais inconsistentes* (1963) e *Ensaio sobre os fundamentos da Lógica* (1980).



Caio Cezar/Folhapress

Newton da Costa.

GLOSSÁRIO

Princípio da não contradição: princípio segundo o qual não é possível afirmar e negar a mesma coisa sobre algo ao mesmo tempo e sob o mesmo aspecto.



Podcast
Conhecimento

Epistemologias

A Epistemologia investiga as fontes e os limites do conhecimento humano, o significado de verdade, a natureza da consciência, entre outros temas.

Conhecimento

A definição tradicional de conhecimento foi apresentada pelo filósofo grego Platão (428/427 - 348/347 AEC), no diálogo Teeteto: conhecimento é opinião verdadeira acompanhada de justificação (*lógos*). O que é uma opinião verdadeira? Essa pergunta não é simples, pois envolve controvérsias filosóficas sobre o que significa “verdade”. Vamos trabalhar com exemplos simples que nos ajudem a compreender a definição.

São exemplos de opiniões verdadeiras: “O Japão está localizado no continente asiático” e “a água é composta de dois átomos de hidrogênio e um de oxigênio”. Ora, se uma pessoa disser que o Japão está na América do Sul, provavelmente pensaremos que ela está enganada.

De acordo com a definição tradicional, uma opinião precisa ser verdadeira para ser um conhecimento. Mas não basta isso: ela também precisa ser justificada. Justificar é oferecer uma razão, um argumento. Há opiniões verdadeiras que não vêm acompanhadas de razão, por exemplo: Pedro afirmou que choveria à noite. Seus amigos perguntaram: “Como você sabe?”. Pedro respondeu: “Ah, eu sinto!”. Anoteceu e, de fato, choveu! A opinião de Pedro se mostrou verdadeira, mas não é um conhecimento, porque Pedro não ofereceu argumentos. Ele acertou “por sorte”.

João afirmou que a Terra é redonda. Em seguida, explicou que o formato arredondado se deve à ação das forças gravitacionais. Nesse caso, a opinião de João é verdadeira e justificada, portanto, isso é conhecimento.

Todo conhecimento precisa de uma justificativa, mas nem todas as justificativas formam um conhecimento. Um advogado é capaz de oferecer boas razões a favor da inocência do seu cliente, que foi acusado de um crime. O juiz acredita nas justificativas e inocenta o réu. Contudo, o fato é que o cliente cometeu um crime. A justificativa é boa, mas a opinião do juiz sobre a inocência do réu é falsa.

A popularização dos *smartphones* e das redes sociais transformou radicalmente o consumo de informações nas sociedades contemporâneas. Esse consumo pode favorecer a aquisição de conhecimento, na medida em que o acesso a múltiplas fontes de informação foi ampliado. Por outro lado, a relação imediata e apressada que estabelecemos com as informações pode prejudicar a aquisição de conhecimento. A internet apresenta recortes tendenciosos de notícias, títulos sensacionalistas, opiniões descontextualizadas, e

uma série de informações poluídas ou explicitamente falsas. Cabe sempre perguntar: essa informação corresponde à realidade? Igualmente importante é a análise crítica das opiniões: estão devidamente justificadas? Os argumentos apresentados possuem conteúdos falaciosos?

Assim, **conhecimento** é a união entre opinião, verdade e razão. Não é apenas uma opinião, pois opiniões podem ser falsas; não é apenas uma opinião verdadeira, pois opiniões verdadeiras podem ser palpites; tampouco é uma justificativa, pois podemos oferecer boas justificativas para opiniões falsas.



ass29/Shutterstock.com

A verdade é possível?

Na Filosofia ocidental, a abordagem mais tradicional sobre a verdade é a teoria da correspondência: verdadeiro é o discurso que diz as coisas como são; falso é o que as diz como não são. Assim, a afirmação verdadeira é a que corresponde à realidade, por exemplo: “está chovendo” e, de fato, chove. Uma afirmação é falsa se não corresponde a fato algum, por exemplo: o atual presidente do Brasil é o Pelé.

Apesar de parecer evidente, essa concepção recebeu muitas críticas. A mais comum é sobre a falta de clareza do conceito de correspondência. Ora, uma afirmação é uma frase composta de palavras, isto é, um dado linguístico; o fato, por sua vez, é algo não linguístico. Não parece fazer sentido afirmar que os dois estejam em **conformidade**, pois são diferentes. Pode-se argumentar, ainda, que não é possível confirmar a correspondência entre afirmação e fato, pois a confirmação pressupõe novas afirmações. Isto é: o ser humano não parece ter um acesso direto aos fatos. Nossas informações dependem das nossas crenças, da natureza dos nossos órgãos sensoriais, dos nossos valores, entre outras coisas. Assim, de acordo com essa crítica, o conhecimento humano não seria um espelho que reflete a realidade como ela é.

Fake news são comuns nos meios virtuais. Para adquirir conhecimento, é fundamental aprender a evitá-las.

GLOSSÁRIO

Conformidade: ato ou efeito de se conformar, de aceitar, de se pôr de acordo.

A metáfora do espelho pode estimular reflexões interessantes sobre a verdade. A historiadora brasileira Vanda Machado apresentou uma versão adaptada de um mito iorubá, que relaciona a verdade ao espelho:

Conta-se que no princípio havia uma única verdade no mundo. Entre o Orun [mundo espiritual] e o Aiyê [mundo natural] havia um espelho. Daí é que tudo que se mostrava no Orun materializava-se no Aiyê. Ou seja, tudo que estava no mundo espiritual refletia exatamente no mundo material. Ninguém tinha a menor dúvida sobre os acontecimentos como verdades absolutas. Todo cuidado era pouco para não quebrar o espelho da verdade. O espelho ficava bem perto do Orun e bem perto do Aiyê.

Naquele tempo, vivia no Aiyê uma jovem muito trabalhadora que se chamava Mahura. A jovem trabalhava dia e noite ajudando sua mãe a pilar inhames. Um dia, inadvertidamente, perdendo o controle do movimento ritmado da mão do pilão, tocou forte no espelho que se espatifou pelo mundo. Assustada, Mahura saiu desesperada para se desculpar com Olorum. Qual não foi a sua surpresa quando O encontrou tranquilamente deitado à sombra do Iroko [árvore considerada sagrada para os iorubanos. No Brasil foi substituída por gameleira branca]. Depois de ouvir

suas desculpas com toda a atenção, declarou que dado aquele acontecimento, daquele dia em diante não existiria mais uma única verdade e concluiu: “De hoje em diante, quem encontrar um pedacinho de espelho em qualquer parte do mundo, estará encontrando apenas uma parte da verdade porque o espelho reproduz apenas a imagem do lugar onde ele se encontra.

MACHADO, Vanda. Irê Ayo e o Espelho da Verdade – Uma Epistemologia Afro-Brasileira. *Congresso em foco*, Brasília, 26 jun. 2021. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/blogs-e-opinioao/colonistas/ire-ayo-e-o-espelho-da-verdade/>. Acesso em: 31 ago. 2024.

Museu Marmottan Monet, Paris



Claude Monet. *Impressão, nascer do sol*, 1872. Óleo sobre tela, 63 cm × 48 cm.

Os artistas do movimento Impressionista, como Claude Monet, representaram cenas do cotidiano conforme suas próprias percepções e impressões. Para esse movimento artístico, a observação da realidade é relativa.

De acordo com a história, cada pessoa tem um ponto de vista a partir do qual percebe o mundo. Há, portanto, múltiplas versões sobre o que é o mundo. Poderíamos nos perguntar se um ponto de vista pode ser verdadeiro; talvez seja uma opinião, nem verdadeira, nem justificada. Se, após a quebra do espelho, o que temos são pontos de vista, então a opinião verdadeira talvez não seja possível, nem o conhecimento.

Ceticismo

O ceticismo ocidental foi fundado pelo filósofo grego Pirro (século IV AEC) por volta de 300 AEC. Os cétricos desconfiam de que seja possível alcançar a verdadeira realidade das coisas, seja pelos sentidos, seja pela razão. Enesidemo (I AEC), cético grego, apresentou dez argumentos para mostrar que os sentidos não são confiáveis. Vamos conhecer quatro deles.

- **A diversidade dos órgãos sensoriais:** a percepção que temos do mundo exterior depende dos nossos órgãos sensoriais (cinco sentidos), e muitos animais possuem órgãos sensoriais diferentes. Deve haver, portanto, diversas formas de perceber o mundo exterior. Por que a percepção humana seria a mais acurada?
- **A diversidade dos seres humanos:** temos sensibilidades e temperamentos diferentes. Para alguns, o mel pode ser doce; para outros, amargo.
- **A diversidade das percepções:** algo que parece agradável (como um sorvete) em um momento pode parecer detestável em outra circunstância.
- **A posição e a distância dos objetos, em função das quais os objetos nos aparecem diferentemente:** “As montanhas que se erguem acima do mar parecem-nos de longe uma só massa, embora em verdade sejam distantes umas das outras [...]”².

² MONTAIGNE, Michel. *Ensaaios*. São Paulo: Abril Cultural, 1972. p. 278.

Seria a razão capaz de revelar a verdade? Os céticos lembram que os filósofos, que tanto se dedicam à investigação racional, não chegam a nenhum consenso. Diante do desacordo, o cético, em vez de acrescentar mais uma teoria ao grupo das infinitas teorias, prefere mostrar que as teorias se contradizem e que, portanto, a melhor solução é suspender o juízo, ou seja, não se comprometer com uma posição teórica.

Racionalismo

O racionalismo se desenvolveu no século XVII, na Europa. Costuma-se considerar o filósofo francês René Descartes (1596-1650) o fundador dessa escola. Além de Descartes, outros racionalistas importantes foram o filósofo e matemático alemão Gottfried Leibniz (1646-1716) e Baruch Spinoza (1632-1677), filósofo holandês.

Os racionalistas discordam dos céticos, pois defendem que a razão humana pode encontrar certezas absolutas. Podemos conhecer com segurança os objetos da Matemática, os princípios gerais da natureza (Física) e até objetos da metafísica: a existência de Deus, a existência e a natureza da alma. Racionalistas, adotam a Matemática como modelo de conhecimento, isto é, reivindicam que a pesquisa em outras áreas do conhecimento (física, metafísica) devem alcançar resultados que sejam tão seguros e exatos quanto os da matemática.

Racionalistas defendem, por fim, a doutrina do **inatismo**, segundo a qual o ser humano possui conhecimentos inatos, ou seja, não adquiridos com a experiência e anteriores a ela. Por experiência devemos entender o contato dos nossos sentidos com o mundo. Para eles, algumas ideias e verdades se manifestam única e exclusivamente à razão, sem a mediação dos sentidos. Exemplos de conhecimentos inatos são, de acordo com os racionalistas: a ideia de um ser infinitamente poderoso, inteligente e bondoso (Deus); as verdades simples da Geometria, como: o círculo é a figura cujas extremidades são equidistantes em relação ao centro”; “todos os ângulos retos são iguais”, entre outros.

“Penso, logo existo”

Um dos principais objetivos da filosofia de René Descartes foi mostrar aos céticos que é possível encontrar certezas. Na obra *Meditações metafísicas* (1641) apresentou um método para encontrar a certeza: a dúvida hiperbólica.

No *Discurso do método*, Descartes resume assim o percurso da dúvida até a primeira certeza:

[...] Ao considerar que os nossos sentidos às vezes nos enganam, quis presumir que não existia nada que fosse tal como eles nos fazem imaginar. [...] E, enfim, considerando que quaisquer pensamentos que nos ocorrem quando estamos acordados nos podem também ocorrer enquanto dormimos, sem que exista nenhum, nesse caso, que seja correto, decidi fazer de conta que todas as coisas que até então haviam entrado no meu espírito não eram mais corretas do que as ilusões dos meus sonhos. Porém, logo em seguida, percebi que, ao mesmo tempo que eu queria pensar que tudo era falso, fazia-se necessário que eu, que pensava, fosse alguma coisa. E, ao notar que esta verdade: eu penso, logo existo, era tão sólida e tão correta que as mais extravagantes suposições dos céticos não seriam capazes de lhe causar abalo, julguei que podia considerá-la, sem escrúpulo algum, o primeiro princípio da filosofia que eu procurava.

DESCARTES, René. *Discurso do Método*. São Paulo: Abril Cultural, 1999. p. 61-62. (Os Pensadores).

“Penso, logo existo” é, portanto, a primeira verdade do sistema cartesiano. Na terceira meditação, Descartes se perguntará se existe algo além da substância pensante e demonstrará a existência de Deus, analisando única e exclusivamente algumas ideias mentais. O modo como Descartes encontra suas certezas exemplifica uma característica do racionalismo. Ora, Descartes não precisa das informações dos sentidos para mostrar a existência da mente e de Deus. Isso porque, segundo o filósofo, essas verdades são **inatas**.



Auguste Rodin.
O pensador, 1904.
Escultura de bronze.
Meudon, França,
2023.

A obra representa um homem mergulhado em pensamentos. Os aspectos artísticos observados na figura do pensador, como seu corpo forte e a posição de entrega à reflexão, nos permitem deduzir que ele está prestes a tomar uma decisão.



Além da sua contribuição para a Epistemologia, Locke apresentou as bases do liberalismo clássico em sua teoria política.

Godfrey Kneller.
Retrato de John Locke,
1697. Óleo sobre tela,
76 cm x 64 cm.

O empirismo

John Locke (1632-1704), importante filósofo empirista inglês, afirmou que todo conhecimento provém da experiência: sem ela, a mente humana é como um quadro em branco. O empirismo recusa, portanto, a doutrina do inatismo. David Hume (1711-1776), filósofo escocês, desenvolveu a perspectiva de Locke. Segundo Hume, todas as percepções provêm da experiência; em primeiro lugar, a experiência fornece impressões e delas se seguem as ideias. A diferença entre ideia e impressão é de grau, isto é: a impressão é mais viva e intensa que a ideia.

Uma pessoa coloca a mão no fogo e se queima: sua experiência é intensa, muito viva, ou seja: uma impressão. Anos depois, essa pessoa se lembra da sensação da queimadura. A memória apresenta uma ideia da queimadura, que é mais fraca. De acordo com Hume, não há ideia que não tenha sido precedida de uma impressão. Para apresentar a uma criança a ideia da cor vermelha, o adulto apresenta objetos vermelhos, propiciando à criança a impressão da cor. Se o adulto tentasse apresentar a ideia de vermelho sem propiciar a impressão, a criança não entenderia o que é vermelho, pois não poderia adquirir a ideia sem, antes, ter a impressão.

O empirismo e os limites do conhecimento

O conhecimento, segundo Hume, pode ser dividido em dois grupos: o demonstrativo, que envolve uma relação entre ideias; e o factual, que relaciona ideias com fatos do mundo. A Matemática faz parte do primeiro grupo. Um exemplo: $3 \times 5 = 15$. Essa proposição não se refere a um fato do mundo. Fazemos a conta mentalmente, relacionamos ideias (os números) e chegamos a um resultado necessário, definitivo. No conhecimento demonstrativo, os argumentos são dedutivos.

O conhecimento sobre a natureza é diferente, pois é composto de proposições factuais, que são indutivas. Essas proposições se referem a coisas que experimentamos por meio dos sentidos: “o fogo me queimou”, por exemplo. Ora, com o tempo, uma experiência particular se repete: a pessoa constata que o fogo queima outros objetos. Ela descobre, inclusive, que, antes do seu nascimento, outros fizeram a mesma constatação. Vamos supor que, diante dessas informações,

essa pessoa conclua: “o fogo queimou, queima e sempre queimará”. Ela estaria certa?

De acordo com Hume, não. A experiência revela que até aqui o fogo queimou. Não podemos prever o futuro e definir que o fogo sempre queimará. Podemos, no máximo, afirmar que é provável que continue sendo assim, pois é como tem sido regularmente. Isso também vale para a proposição: “o homem é mortal”. Sabemos que seres humanos morreram e continuam morrendo. Temos a experiência de que foi e é assim. É provável que continue assim no futuro, mas não é possível demonstrar que todos os seres humanos serão mortais. Em outros termos, a experiência nos possibilita apenas raciocínios indutivos.

Ainda que uma pessoa compreenda os limites lógicos da indução, provavelmente continuará acreditando em

suas previsões. Por quê? Em razão do costume. É porque nos habituamos com a repetição das experiências que imaginamos que continuarão as mesmas para sempre.

As ciências da natureza (Física, Química e Biologia) trabalham com induções e previsões. Isso significa que, se Hume estiver certo, as ciências apresentam explicações contingentes, que podem mudar.

A metafísica é a área do conhecimento que aborda objetos que transcendem a experiência. David Hume se mostra cético a respeito das especulações metafísicas: a razão humana não é capaz de demonstrar a existência da alma, nem de Deus, pois nosso conhecimento se limita ao campo da experiência, isto é, às percepções sensíveis.



Estátua de David Hume em Edimburgo, Escócia, 2019.

Immanuel Kant e o criticismo

Na *Crítica da razão pura*, o filósofo alemão Immanuel Kant (1724-1804) procura examinar as fontes, a extensão e os limites dos conhecimentos racionais. A *Crítica* se diferencia de duas posições: a cética e a dogmática. Para os dogmáticos (leia-se: racionalistas), a razão possui um poder extenso, como vimos. Os céticos, por sua vez, desconfiam de todo conhecimento. Antes de tomar posição sobre o assunto, Kant propôs um cauteloso passo para trás e mudou o foco: em vez de abordar os objetos, o mais adequado é analisar a estrutura cognitiva do sujeito e definir até onde seu conhecimento pode ir.

Assim como David Hume, Kant afirmou que todo conhecimento se inicia com a experiência. Se a nossa sensibilidade não fosse afetada por objetos externos, não haveria conhecimento. Contudo, semelhante aos racionalistas, sublinha que nem todo conhecimento do mundo natural “deriva” da experiência, pois o entendimento humano atua de acordo com princípios *a priori*, isto é, anteriores a toda e qualquer experiência, e que possibilitam conhecimentos universais e necessários dos fenômenos naturais.

De acordo com Hume, apenas a Matemática e a Lógica apresentam conhecimentos desse gênero. Proposições factuais sobre a natureza são apenas prováveis. Kant se distancia de Hume, pois defende que os princípios da física de Newton são conhecimentos *a priori*, isto é, tão seguros e “definitivos” quanto os conhecimentos da Geometria e da Lógica. Entre esses princípios, constam a lei da inércia e a lei da ação e da reação, assuntos que estudamos em Física.

Por outro lado, junto com Hume, e contra os racionalistas, Kant defende que a metafísica não pode oferecer conhecimentos *a priori*. O entendimento humano é capaz de conhecer com absoluta segurança apenas a natureza, isto é, os fenômenos que aparecem em coordenadas espaciais e temporais. De acordo com o filósofo, a razão se perde em ilusões e contradições quando ultrapassa o mundo fenomênico e tenta demonstrar a existência de Deus e a natureza da alma.

Para ampliar

Assista

Waking Life – Acordar para a vida, direção de Richard Linklater (2001, 99 min).

Após não conseguir acordar de um sonho, um jovem encontra diversas pessoas no mundo onírico, com as quais dialoga sobre temas filosóficos.



Filosofia na prática



Vale a pena argumentar com todo mundo?

Encontre as premissas e a conclusão do seguinte texto:

Não se deve argumentar com todo mundo, nem praticar argumentação com homem da rua, pois há gente com quem toda discussão tem por força que degenerar. Com efeito, contra um homem que não recua diante de meio algum para aparentar que não foi derrotado, é justo tentar todos os meios de levar a bom fim a conclusão que nos propomos; mas isto é contrário às boas normas. Por isso, a melhor regra é não se pôr levemente a argumentar com o primeiro que se encontra, pois daí resultará seguramente uma má argumentação.

ARISTÓTELES. *Tópicos* [...]. Tradução de Leonel Vallandro e Gerd Bornheim. São Paulo: Nova Cultural, 1987. p. 152. (Os Pensadores). (Exercício e gabarito extraídos de: VELASCO, P. D. N. *Educando para a Argumentação*: contribuições do ensino da lógica. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. p. 61-65).



Rembrandt Van Rijn. *Aristóteles contemplando o busto de Homero*, 1653. Óleo sobre tela, 1,43 m × 1,36 m.

Museu Metropolitano de Arte, EUA



Da identidade pessoal

No texto que segue, o filósofo David Hume apresenta uma crítica à ideia de “eu” (*self*, em inglês).

Há filósofos que imaginam estarmos, em todos os momentos, intimamente conscientes daquilo que denominamos nosso EU [*our SELF*]; que sentimos sua existência e a continuidade de sua existência; e que estamos certos de sua perfeita identidade e simplicidade, com uma evidência que ultrapassa a de uma demonstração. [...]

Lamentavelmente, todas essas asserções positivas contradizem essa própria experiência que é invocada a seu favor, e não possuímos nenhuma ideia de *eu* da maneira aqui descrita. Pois de que impressão poderia ser derivada essa ideia? É impossível responder a essa pergunta sem produzir uma contradição e um absurdo manifestos; e entretanto, se queremos que a ideia de eu seja clara e inteligível, precisamos necessariamente encontrar uma resposta para ela. Toda ideia real deve sempre ser originada de uma impressão. Mas o eu ou a pessoa não é uma impressão, e sim aquilo a que nossas diversas impressões e ideias supostamente se referem. Se alguma impressão dá origem à ideia de eu, essa impressão tem de continuar invariavelmente a mesma, ao longo de todo o curso de nossas vidas – pois é dessa maneira que o eu supostamente existe. Mas não há qualquer impressão constante e invariável. Dor e prazer, tristeza e alegria, paixões e sensações sucedem-se umas às outras, e nunca existem todas ao mesmo tempo. Portanto, a ideia de eu não pode ser derivada de nenhuma dessas impressões, ou de nenhuma outra. Consequentemente, não existe tal ideia.



Allan Ramsey. *David Hume*, 1766. Óleo sobre tela, 76,2 cm x 63,5 cm.

HUME, David. *Tratado da natureza humana: uma tentativa de introduzir o método experimental de raciocínio nos assuntos morais*. Tradução: Déborah Danowski. 2. ed. rev. e ampliada. São Paulo: Unesp, 2009. p. 283-284.

1. Explique a distinção entre impressão e ideia.
2. Essa distinção ocupa um papel relevante na crítica de David Hume ao eu? Justifique.
3. Identifique, no argumento apresentado por Hume no texto, a tese/conclusão e as premissas que a sustentam.

Para retomar



1. Os argumentos são divididos em dois tipos, a saber: dedutivos e indutivos.
 - a) Aponte duas diferenças entre argumentos dedutivos e indutivos.
 - b) Apresente dois exemplos de argumentos dedutivos.
 - c) De acordo com o filósofo inglês David Hume, não é possível *demonstrar* que todos os seres humanos são mortais. Por qual motivo o autor defende essa posição?

2. Identifique a falácia não formal presente nos itens a seguir.
- “Ninguém ainda provou que Deus existe. Logo, Deus não existe”.
 - “O meu médico é excelente: muito sério, atencioso, dedicado e inteligente. Lê muitos livros. Ele disse nas redes sociais que o aquecimento global não existe. Você já observou quanto é preciso estudar para passar em Medicina? E dizem que ele passou em primeiro lugar. O médico sabe do que fala: por isso, digo que esse negócio de aquecimento global não existe”.
 - “O juiz apresentou argumentos para justificar a inocência do réu. É aquele juiz que anda com pessoas imorais, defende políticos mentirosos e tem amizade com corruptos. Nem faz sentido perder tempo analisando os argumentos, sabemos que não podem ser bons”.
3. A epistemologia investiga, entre outros assuntos, as origens, a natureza e os limites do conhecimento humano. Na modernidade ocidental, o racionalismo e o empirismo apresentaram diferentes teses sobre assuntos epistemológicos. Apresente duas diferenças entre essas correntes.
4. A passagem a seguir apresenta a posição de Immanuel Kant sobre o racionalismo e o empirismo. Explique no que consiste essa posição.

Não resta dúvida de que todo o nosso conhecimento começa pela experiência; efetivamente [...]

Se, porém, todo o conhecimento se inicia com a experiência, isso não prova que todo ele derive da experiência. Pois bem poderia o nosso próprio conhecimento por experiência ser um composto do que recebemos através das impressões sensíveis e daquilo que a nossa própria capacidade de conhecer (apenas posta em ação por impressões sensíveis) produz por si mesma, acréscimo esse que não distinguimos dessa matéria-prima, enquanto a nossa atenção não despertar por um longo exercício que nos torne aptos a separá-los.

KANT, Immanuel.. *Crítica da razão pura*. Lisboa: Calouste, 2001. p. 36.

5. Sobre as relações entre opinião, verdade, justificativa e conhecimento, assinale no caderno a alternativa correta:
- Todas as opiniões são formas de conhecimento.
 - Apenas as opiniões válidas são formas de conhecimento.
 - Apenas a verdade confere à opinião o estatuto de conhecimento.
 - Apenas a justificação confere à opinião o estatuto de conhecimento.
 - Todas as opiniões verdadeiras e justificadas são formas de conhecimento.
6. Qual das seguintes afirmações descreve corretamente um argumento dedutivamente válido?

- A conclusão é verdadeira independentemente da veracidade das premissas.
- Se as premissas são verdadeiras, a conclusão pode ser verdadeira.
- Se as premissas são verdadeiras, a conclusão deve ser verdadeira.
- Se as premissas são verdadeiras, a conclusão é provável.
- As premissas e a conclusão são todas verdadeiras.

7. Em um hospital, biólogos observaram que várias cepas de bactéria *Staphylococcus aureus* desenvolvem resistência ao antibiótico meticilina após exposição prolongada. Em um estudo de laboratório, outras cepas de *Staphylococcus aureus* também desenvolveram resistência à meticilina após exposição repetida ao antibiótico. Em diferentes hospitais ao redor do mundo, relatórios indicam que cepas de *Staphylococcus aureus* frequentemente se tornam resistentes à meticilina após tratamento prolongado com o antibiótico. Portanto, provavelmente, *Staphylococcus aureus* tende a desenvolver resistência ao antibiótico meticilina após exposição prolongada.

Considerando o exemplo e as noções de indução e dedução, é correto afirmar que:

- a biologia e as demais ciências empíricas apresentam raciocínios indutivos.
 - a biologia e as demais ciências empíricas apresentam raciocínios dedutivos.
 - todos os raciocínios cujas conclusões são extraídas da observação de casos particulares são científicos.
 - os raciocínios indutivos não possuem validade científica, na medida em que suas conclusões são probabilidades.
 - a biologia, assim como as demais ciências, apresentam demonstrações necessárias e universais, isto é, suas teorias possuem uma validade dedutiva.
8. A falácia de afirmação do conseqüente é um erro lógico que ocorre quando se assume que, se uma implicação é verdadeira, a verdade do conseqüente implica a verdade do antecedente. A seguir há um exemplo desta falácia:
- P1:** Se está chovendo, então a rua está molhada.
P2: A rua está molhada.
Conclusão: Portanto, está chovendo.
- O erro lógico se explica porque:
- a premissa I é logicamente inválida.
 - a premissa II é logicamente inválida.
 - as duas premissas são logicamente inválidas.
 - a conclusão é falaciosa, pois não há como provar que está chovendo.
 - a conclusão é falaciosa, pois a rua pode estar molhada por outras razões.

Diversidade de saberes

“A ciência pode classificar e nomear os órgãos de um sabiá mas não pode medir seus encantos.”

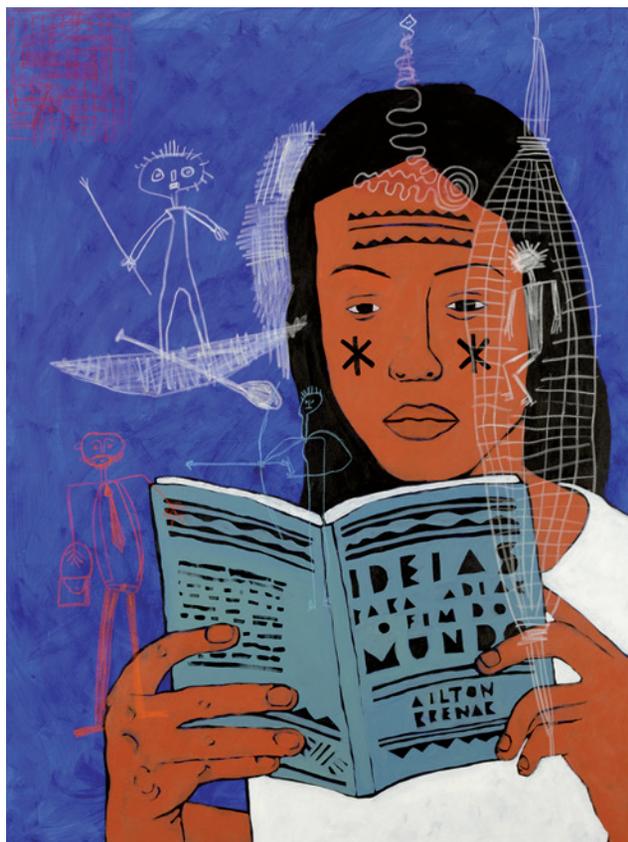
(Manoel de Barros)¹

Como a Filosofia conhece?

A Filosofia é um tipo de conhecimento específico tão amplo e plural, que diferentes filosofias desenvolveram diferentes maneiras de conhecer. Contudo, podemos apontar alguns elementos, considerando essa diversidade, que caracterizam o fazer filosófico:

1. A Filosofia não possui um objeto único e definido. Diferentemente de outros saberes e ciências, que são delimitados pelo seu objeto, a Filosofia pode questionar qualquer fenômeno ou tema. Muitas ciências, como a Biologia, trazem até mesmo no nome seu objeto demarcado, no caso, *bio + logia* significa o “estudo da vida”. Na Filosofia, pelo contrário, temas como o amor, a natureza, a violência, o bem, o belo, as artes, a linguagem, a ciência, a própria Filosofia ou o que é um objeto: todos (e muitos outros) podem ser objetos de análise filosófica.
2. A Filosofia não possui um método previamente definido. Mais ainda, ao longo de seus diversos percursos históricos, a questão “como devemos realizá-la”, ou “qual é o seu método próprio”, moveu muitos esforços filosóficos.
3. A Filosofia se realiza muitas vezes pelo diálogo com outros saberes, seja pela proximidade, seja pela oposição. Em muitas filosofias, não há uma separação explícita entre diversos tipos de saberes. Assim, os mitos, as religiões, as ciências naturais e humanas, a matemática, as artes e os saberes populares podem estar (e estiveram) presentes no fazer filosófico.

Dadas essas características, podemos assumir uma vocação da Filosofia para um saber **interdisciplinar**, ou mesmo **transdisciplinar**, dialogando potencialmente com todas as demais disciplinas e seus objetos. No caso da escola, é importante que a Filosofia seja apresentada como uma disciplina para que possamos conhecer a especificidade dessa maneira de questionar e produzir conhecimento sobre o mundo.



Denilson Baniwa. *Ocupação dos sonhos*, 2022. Acrílica e pastel oleoso sobre tela, 1,7 m × 1,3 m.

Denilson Baniwa. Cortesia Gentil Carioca

GLOSSÁRIO

Interdisciplinar: trabalho conjunto entre duas ou mais disciplinas para compreender de forma mais abrangente uma questão ou fenômeno.

Transdisciplinar: produção de conhecimento para além das fronteiras estabelecidas entre disciplinas, visando compreender as interconexões de saberes.

¹ BARROS, Manoel de. *Livro sobre nada*. Rio de Janeiro: Record, 1996. p. 53.

As ciências

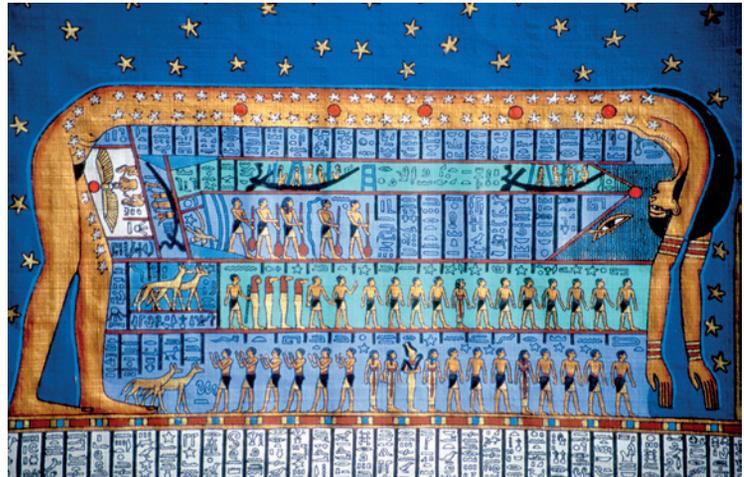


A palavra **ciência** vem do latim *scientia* e significa “conhecimento”. Em um sentido amplo, podemos considerar que toda forma de conhecimento sistematizado, compartilhado e validado coletivamente é uma ciência. A astronomia e a matemática produzidas pelos egípcios, as diversas medicinas desenvolvidas ao redor do mundo, incluindo a medicina milenar chinesa e a medicina *ayurveda*, da Índia, além do vasto conhecimento que os povos indígenas têm sobre ervas e seus usos, são ciências.

Contudo, quando utilizamos esse termo, nos referimos a um tipo de conhecimento específico: o modelo de ciência que se consolidou na modernidade ocidental. Chamamos revolução científica as transformações que ocorreram em termos **epistemológicos**, sobretudo a partir da elaboração do método científico, estruturado por meio da observação e da matematização, na Filosofia moderna ocidental.

Aliás...

O Capítulo 4, “Filosofias das ciências”, é dedicado à apresentação desse tema. No Capítulo 20, “Como habitamos a Terra?”, discutimos a revolução científica na Modernidade ocidental, no que diz respeito à relação com a natureza.



Representação de Nut (deusa que personifica o céu) e seus elementos e relações com a vida humana.

Positivismo e a defesa da ciência como saber superior

Na Europa do século XIX, os progressos científicos expandiram o otimismo quanto à capacidade da ciência de resolver as mazelas humanas, dando origem à postura **cientificista**, que identifica como verdadeiro aquilo que pode ser abarcado ou descrito pelo método científico, constituindo a ciência como um saber superior. A religião, antes atacada pelo Iluminismo como lugar do autoritarismo e da superstição, torna-se objeto de análise de disciplinas como a Antropologia e a Sociologia, e de correntes filosóficas como o positivismo.

O filósofo francês Auguste Comte sistematizou o ideário moderno acerca da ciência na obra *Curso de filosofia positiva* (1830), na qual afirma que as culturas humanas progredem em três estados: o teológico, o metafísico e o positivo. A “lei dos três estados” afirma que o gênero humano avança necessária e progressivamente por três etapas, tentando, em cada caso, compreender a realidade de acordo seu grau de desenvolvimento.

No estágio teológico, ou fictício, as explicações seriam as mais simplórias, apelando diretamente à imaginação e ao sobrenatural, usando ideias como deuses e outros agentes sobrenaturais para explicar a realidade.

No estágio metafísico, ou abstrato, a investigação já abarca a realidade na forma de abstrações, como as ideias de forças e de natureza. A argumentação substitui a imaginação nesse estágio, mas as respostas ainda se pretendem absolutas.

No terceiro estágio, chamado **positivo** ou científico, a imaginação e a argumentação são superadas pela observação. Busca-se explicar apenas os fenômenos, abandonando a pretensão de alcançar um conhecimento absoluto que envolva explicações para além deles. Não se buscam respostas às questões como a origem ou o destino do universo, pretendendo apenas determinar as leis naturais que regem os fenômenos.

Não por acaso, Comte assume as contribuições de filósofos, como o inglês Francis Bacon (1561-1626), o francês René Descartes (1596-1650) e o florentino Galileu Galilei (1564-1642) como o momento em que a filosofia positiva inicia sua jornada de superação dos estados teológico e metafísico. O positivismo concebe a ciência como único instrumento de verificação do verdadeiro. O estágio superior e definitivo, o positivo, seria aquele no qual o ser humano possui conhecimento científico das leis naturais e torna-se capaz de prever e contornar situações adversas.

GLOSSÁRIO

Epistemológico: próprio do conhecimento.

Cientificista: crença ou defesa da autoridade da ciência como saber superior e verdadeiro.

The Print Collector/Alamy/Fotoarena

Monoculturas da mente e ecologia de saberes

Vandana Shiva (1952), filósofa indiana, denomina monoculturas da mente a mentalidade que exclui toda a diversidade de formas de pensar e viver, em prol de apenas uma. Ela defende que a valorização e a preservação da diversidade do mundo, tanto em termos de biodiversidade, ou seja, da variedade de espécies vivas, quanto da diversidade de culturas, é ameaçada pelas monoculturas da mente.

A filósofa afirma que a expansão da ciência moderna ocidental não se deu por sua pretensa universalidade. Ao contrário, o conhecimento produzido pelo Ocidente seria um saber local como qualquer outro que, dentre outras razões, foi globalizado pela imposição violenta da colonização e de suas muitas estratégias de silenciamento e extermínio da diversidade local.

Segundo a autora, as monoculturas da mente são responsáveis pela destruição de alternativas por meio do apagamento, desconsideração ou deslegitimação de outros saberes. Shiva defende que muitos dos problemas, ou mesmo das soluções controversas atuais para esses problemas, são justificados com o argumento de que não havia alternativa.

Contudo, a diversidade de culturas apresenta um leque rico e potente de saberes, evidenciando que as alternativas existem. Essa diversidade pode ser encontrada na Medicina, na educação, na construção de habitações, na organização política, na alimentação e em qualquer outro âmbito do conhecimento produzido pelo ser humano em sua relação com a Terra e as demais formas de vida.

Em certo sentido, podemos afirmar que o contrário do paradigma das monoculturas da mente é a **ecologia de saberes**. Podemos compreender a ecologia de saberes como um paradigma epistêmico baseado na consideração da legitimidade e horizontalidade dos diferentes tipos de saber. Segundo esse pensamento, não há um modelo ou forma de conhecer que se considere superior, absoluto ou universal. Nesse sentido, a pluralidade e a diversidade aparecem como princípios constituintes do mundo, que se refletem desde a biodiversidade até a produção de conhecimentos e culturas. Muitas vezes, algumas dessas formas de saber podem dialogar entre si e se complementar, dando, potencialmente, origem a conhecimentos mais complexos e abrangentes. Outras vezes, podem ser contraditórias e

excludentes entre si. Contudo, permanecem lado a lado, convivendo sem que uma pretenda dominar ou silenciar a outra completamente.

Mitos e religiosidades

O que seriam o mito e a religião? Poderíamos aludir a características geralmente comungadas entre elas, como a crença em seres espirituais ou superiores, o desejo de conciliação com esses seres e os rituais e as práticas que estabelecem ligações com eles. Conforme o mitólogo e filósofo romeno Mircea Eliade (1907-1986) propõe na obra *O sagrado e o profano*, um elemento compartilhado entre as religiões é a admissão da existência do sagrado. O sagrado seria aquilo que, embora presente no mundo natural, possui uma realidade diversa dele. Pense em um templo religioso, ou no livro fundamental de um credo: os materiais com que são feitos são os mesmos usados na confecção de uma casa ou de um romance, mas compreendemos que templos e livros como a Bíblia e o Alcorão possuem uma natureza especial, digna de deferência ou respeito.

Religiões

Há muitas religiões cuja origem remonta à manifestação de uma realidade sagrada: uma revelação, um

GLOSSÁRIO

Hierofania: manifestação ou revelação do sagrado.

nascimento, um sacrifício, enfim, uma ação que introduz o divino no mundo. A **hierofania** torna presente o sobrenatural no mundo natural, invocando no humano um desejo de conhecimento e unificação com essa realidade. A sacralidade, segundo Mircea Eliade, manifesta-se no tempo e no espaço. Para alguns povos, as montanhas são o centro do mundo e lugares de comunicação entre o céu e a terra. Para outros, o lugar de nascimento de seu messias ou profeta são os lugares santos que merecem proteção e devoção. O tempo se apresenta em uma dimensão cíclica, e os atos que fundaram o mundo podem ser revividos, atualizando o passado para o agora.

Por fim, os ritos são a ponte entre o mundo sobrenatural e o natural, bem como o meio que dá passagem para que o tempo mítico renasça no tempo comum. O rito, com suas festas, gestos, cerimônias, bênçãos, é o instrumento de sacralização do espaço-tempo.



Acevo Nossos Sagrados, Museu da República/IBRAM/MINIC

Abebe de oxum, objeto sagrado do candomblé.

Para ampliar

▼ Acesso

Google Arts & Culture: Nosso sagrado, 2020. Exposição virtual Nosso Sagrado, do Museu da República, Rio de Janeiro (RJ). A coleção reúne 519 peças consideradas sagradas por religiões afro-brasileiras confiscadas no início da República no Brasil e recuperadas em 2020 pela comunidade de religiões afro-brasileiras. Disponível em: <https://artsandculture.google.com/story/mwWx9m6ZCuqk5A?hl=pt-BR>. Acesso em: 25 jul. 2024.

Reparação

Entre 1889 e 1945, religiões de matriz afro (assim como a capoeira ou o samba) eram proibidas no Brasil. Nesse período, mais de 500 objetos sagrados foram confiscados pelo Estado, no Rio de Janeiro. Após uma grande mobilização de lideranças do candomblé e da umbanda, finalmente, mais de 100 anos depois de confiscados, esses objetos foram desarquivados e devolvidos. O Museu da República, no Rio de Janeiro, foi escolhido para receber as obras.

“A população de terreiro sempre soube dessas peças, sequestradas a partir da violência do Estado. É uma história muito dura que a gente viveu”, diz o babalorixá Adailton Moreira.

Ele está à frente do terreiro Ilê Omiojuarô, em Nova Iguaçu, na baixada fluminense, um espaço fundado há mais de 35 anos por sua mãe, a respeitada ialorixá Mãe Beata de Iemanjá, falecida em 2017.

A história, ele diz, sempre foi contada, “com muita tristeza”, pelos ialorixás e babalorixás.

Mas foi há 30 anos que a Mãe Meninazinha de Oxum, à frente do terreiro Ilê Omolu e Oxum, em São João de Meriti, município na região metropolitana do Rio, deu início a um movimento para que as peças fossem recuperadas.

“Começamos a nos organizar pra ir atrás disso, buscamos parlamentares, instituições de direitos humanos, pesquisadores”, conta Babá Adailton.

Em 2017 nasceu então a campanha Liberte o Nosso Sagrado, [...] e o lançamento do documentário Nosso Sagrado, da Quiprocó Filmes, que conta a história do movimento.

Foram três longos anos até que, no último dia 21 de setembro [de 2020], as 519 peças chegaram, em 77 caixas, ao Museu da República.

MOTA, Camilla Veras. Os objetos sagrados de religiões afrobrasileiras ‘libertados’ mais de 100 anos após serem apreendidos. *BBC News Brasil*, São Paulo, 20 nov. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55018196>. Acesso em: 17 jun. 2024.



Opá, representando Yamasse, mãe de Xangô, para assentamento do orixá.

Acervo Nosso Sagrado, Museu da República/IBRAM/MINC

Mitos

O mito, em nossos dias, está geralmente associado com aquilo que é irracional, fictício ou supersticioso. A mitologia, então, seria uma coletânea de histórias fantasiosas com as quais o mundo antigo, carente da ciência moderna como fonte de conhecimento, teria tentado explicar a realidade. Contudo, essa interpretação só faz sentido quando o mito é entendido como um fato histórico ou uma explicação científica para a origem das coisas ou dos fenômenos da natureza.

Em sua origem, a palavra grega **mito** (*mythos*) não é a expressão de um discurso que se contrapõe à razão. Refere-se a uma narrativa sobre a origem: do universo, da natureza ou do ser humano. Significativas mudanças culturais e sociais conduziram a uma interpretação do mito como uma narrativa fantasiosa. Posteriormente, o mito é visto como uma narrativa alegórica portadora de uma verdade ou ideia implícita, cujo ensinamento poderia ser apresentado de maneira mais didática e conceitualmente precisa pelo **logos**. Essa interpretação destituiria o mito de seu caráter sagrado e religioso, enfatizando apenas o seu potencial pedagógico.

Segundo a análise de Mircea Eliade, longe de serem fantasiosos, os mitos sempre se referem a uma realidade ainda mais substancial e profunda do que aquela vivenciada no cotidiano. Existem inúmeras intuições e percepções que o ser humano não consegue exprimir por meio de uma concepção de racionalidade que se ocupa em analisar, quantificar, decompor, mensurar, comparar e definir.



Encenação artística representando as orixás Oxum, Nanã e Iansã, divindades da religiosidade africana. Na mitologia iorubá, cada um dos orixás simboliza uma força da natureza. União dos Palmares (AL), 2022.

GLOSSÁRIO

Logos: razão, discurso, linguagem ou palavra; ordenamento lógico subjacente ao discurso.

GLOSSÁRIO

Inteligibilidade: característico do que é compreensível pela razão, pelo pensamento.

A linguagem científica pode se mostrar incapaz de comunicar determinadas experiências, como o êxtase diante de certos acontecimentos e sentimentos como o amor. Além disso, questões como o sentido da vida ou a frustração da mortalidade, a incompreensão diante do sofrimento e a falta de resposta para diversas questões existenciais conduziram o ser humano a fazer perguntas e elaborar respostas de naturezas diversas para elas.

Ao lidar com tais indagações, o mito tem como objeto o significado da existência, de quem somos e, com base na resposta, de quais são os nossos compromissos e deveres morais. Portanto, a verdade de um mito reside no que ele significa e comunica para os que o transmitem, e não na sua forma de apresentação. Refere-se ao sobrenatural, mas sempre nos diz algo sobre o mundano: organiza a relação do humano com a natureza, promove a coesão social, assegura o compartilhamento de valores, conjuga o passado, o presente e o futuro de maneira coerente, incita à resignação ou à luta diante da injustiça.

Por isso, ao tentarmos dimensionar racionalmente o que é o mito, não fazemos jus ao seu sentido. O mito é lógico e já se insere na dinâmica de correlação entre causas e efeitos presente na religião, na Filosofia e na ciência, mas o seu entendimento demanda que os participantes estejam inseridos em uma **inteligibilidade** que é própria de um contexto de convívio, de gestos e comportamentos vitais para um grupo. O mito que faz sentido para um grupo pode não fazer sentido para outro. Crenças seriam mais do que proposições sobre o mundo e a internalização de sua verdade demandaria uma conjunção entre práticas e compromissos mediados pelo rito.

Luisa Ricciarini/Bridgeman Images/Fotoarena



Antonio Canova.
Psique reanimada pelo beijo do Amor, 1787-1793. Escultura, 1,55 m × 1,68 m.

Escultura representando o beijo de Eros, deus grego do amor e do desejo, e de Psique, que simboliza a alma. Na mitologia grega, a narrativa de Eros e Psique conta a história de amor entre um deus e uma mortal.

A modernidade como mito em Enrique Dussel

Segundo o filósofo argentino Enrique Dussel (1934-2023), a humanidade, em sua imensa variedade cultural, sempre expressou um conjunto de “problemas universais centrais”², ou seja, questões ontológicas fundamentais. As narrativas míticas são a primeira forma de resposta racional para esses problemas, porque apresentam uma resposta fundamentada em correlações de causas e efeitos que conferem sentido para a vida, as práticas e a estrutura social de uma comunidade.

O discurso filosófico que recusa o mito (e consequentemente as respostas dadas por diferentes tradições) pretende-se como uma avaliação objetiva e neutra do real, mas faria parte de uma concepção situada na Filosofia europeia moderna. Para Dussel, culturas cujo conjunto de valores e soluções para os problemas sociais está ancorado em narrativas míticas deveriam ter os mesmos direitos de argumentação que aquelas pautadas pelo discurso filosófico ou pelo método científico da Modernidade.

Castelo de Malmaison, Rueil-Malmaison, França



Anicet Charles Gabriel Lemonnier. *No salão de Madame Geoffrin em 1755*, 1812. Óleo sobre tela, 1,29 m × 1,96 m.

A obra retrata uma reunião de intelectuais franceses no século XVIII. O Iluminismo, capitaneado por um pequeno número de pessoas no continente europeu, assumiu a prerrogativa de determinar culturas e tradições de toda a humanidade como irracionais ou racionais.

² DUSSEL, Enrique. Una nueva edad en la Historia de la Filosofía: el diálogo mundial entre tradiciones filosóficas. *Utopía y Praxis Latinoamericana*, Maracaibo, v. 14, n. 45, p. 31-44, jun. 2009, tradução nossa. Disponível em: http://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1315-52162009000200004&lng=es&nrm=isso. Acesso em: 2 maio 2024.

A ideia de que a Modernidade europeia é dotada de um instrumental racional mais competente para explicação da realidade se deve muito mais ao seu domínio político, militar e econômico, que impôs a sua cosmovisão, do que a um déficit de racionalidade por parte de outras tradições. Por exemplo, não foi a cosmovisão indígena sobre a natureza, mas o conhecimento técnico-científico da Modernidade que extinguiu espécies inteiras de animais e colocou a própria existência da espécie humana em risco. Como dizer que a relação e os entendimentos indígenas sobre a terra são irracionais e o da Modernidade racional?

Não existiria um salto qualitativo de racionalidade na passagem da narrativa mítica para o discurso filosófico. Na transição da representação simbólica para o que se considera uma linguagem racional, há tanto perda de significado quanto ganho de novos contornos para uma tradição, na forma de maior capacidade de análise e descrição da realidade empírica. Além disso, nenhuma cultura abandonaria por completo uma autocompreensão mítica. A Filosofia moderna estaria permeada de mitos.

Contemporaneamente, Estados fazem uso de mitos “fundacionais”, historicamente situados para incutir nos cidadãos um senso de unidade, identidade e compromisso cívico. Revoluções, guerras e discursos criam um “novo” mundo, como se fossem sagrados. Hinos, bandeiras, desfiles e emblemas pátrios inspiram-se no simbolismo do modelo religioso/mítico para produzir coesão social, reatualizando a história na forma de ritos “seculares”.

Enrique Dussel adverte quanto ao perigo de um contraste entre sociedades pós-míticas, cientificamente esclarecidas, e sociedades ingênuas, mergulhadas no obscurantismo. Com efeito, ocorreria a certificação de uma narrativa mítica, a eurocentrada, como a descrição objetiva da realidade, relegando outras tradições à condição de falsas ou infantis.

A cosmovisão de cada cultura é mítica, no passado e ainda hoje, pois é com ela, e não com dados científicos, que uma tradição reflete o significado da sua existência. Nesse sentido, o projeto moderno capitalista, por exemplo, não foi justificado apenas economicamente: caberia ao homem branco europeu civilizar o mundo com a técnica e a fé cristã, uma missão fundamentada em uma ordem divina.

Em conclusão, haveria um mito europeu, o da existência de uma razão desinteressada, universal, neutra e objetiva. A ideia de que algo só pode ser assumido como verdadeiro quando exposto discursivamente em certo linguajar técnico ou pela demonstração empírica é uma tese que não pode ser comprovada empiricamente, sendo em si mesma uma proposição metafísica acerca da realidade, reproduzida pela tradição eurocentrada.

Na cosmovisão indígena, os rituais xamânicos são práticas ancestrais que conectam os povos indígenas com o mundo espiritual. Essa parte da cultura dos povos originários foi violentada e silenciada pelos povos europeus ao longo do processo colonizador.



Marcos Amend/Pulsar Imagens

Xamã yanomâmi durante ritual. Aldeia Maturacá, São Gabriel da Cachoeira (AM), 2017.

Manifestação durante a reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Salvador (BA), 1981.

Colonialidade do saber e epistemicídio

Aníbal Quijano (1930-2018), sociólogo e filósofo peruano, propôs o conceito de colonialidade para nomear o padrão mundial de exploração e opressão que segue vigente mesmo após o fim do colonialismo. A independência dos países colonizados não deu fim a práticas, instituições, ideologias e valores que perpetuam as hierarquias e violências instauradas pela colonização. Nesse sentido, a criação da categoria de “raça”, para classificar de maneira hierárquica as pessoas, foi um dos pilares fundamentais da Modernidade/colonialidade, conceito duplo que nomeia as duas faces desse momento histórico.

A Lei nº 11.645, de 2008, tornou obrigatório o estudo da história e da cultura indígena e afro-brasileira no Ensino Básico. Ela foi uma conquista das lutas contra a colonialidade do saber e de epistemicídios.

Juca Martins/Olhar Imagem



Quijano refere-se tanto à colonialidade do poder quanto à colonialidade do saber. Com esse último conceito, ele descreve a hegemonia das maneiras ocidentais de produzir conhecimento, incluindo as estratégias institucionais, formais e simbólicas de deslegitimar e desconsiderar o sujeito colonizado em sua capacidade cognitiva.

Sueli Carneiro (1950), filósofa brasileira, também destaca o papel da racialização das pessoas colonizadas na manutenção das opressões coloniais. Ela usa o conceito de epistemicídio para indicar como o “dispositivo de racialidade” articula saberes, poderes e subjetivação. A autora afirma que a noção de dispositivo de racialidade nos permite discutir como o racismo e a discriminação racial se articulam em práticas sociais por meio de (e para reafirmar) determinadas relações de força e poder.

Dessa forma, epistemicídio é um termo para apontar não apenas os silenciamentos e as subjugações do conhecimento das pessoas racializadas, mas também uma maneira de exclusão violenta de sua própria racionalidade. Isto é, uma alienação de suas potencialidades para aprender e produzir conhecimento.

Contrapontos entre religião, Filosofia e ciência

Há concepções filosóficas da religião, muito influentes até hoje, que são fruto de uma crítica ocidental a uma experiência de religiosidade também ocidental: postulam explicações totalizantes que ignoram outras relações do humano com o sagrado estabelecidas por outras culturas e tradições.

Além do positivismo, visto no tópico anterior, outras abordagens ocidentais do século XIX assumem uma perspectiva crítica com relação à religião. De acordo com o filósofo alemão

Ludwig Feuerbach (1804-1872), a dependência material do humano para com a natureza o leva a divinizar as forças naturais. Do mesmo modo, os anseios, medos, angústias e parâmetros morais de excelência levam a conceber um deus que personifica a virtude e é capaz de cuidar amorosamente de cada ser.

Por sua vez, Karl Marx (1818-1883) absorve a ideia de que não existiria nenhuma inclinação psicológica para a religiosidade no gênero humano, mas acrescenta à interpretação materialista de Feuerbach a cisão entre os interesses de classe no mundo material, defendendo que a religião reflete o modelo de produção econômica e organização do trabalho de seu tempo. A religião é uma criação humana, um produto da interação material e, portanto, parte do mecanismo ideológico de dominação de classe, alimentando uma falsa consciência que tornaria as pessoas conformadas com as injustiças do sistema capitalista.

A expressão da intolerância religiosa e da violência contra a diversidade é um fenômeno político que evidencia a relação entre controle ideológico, religião e política, criticada por Marx. A intolerância religiosa é uma ameaça ao Estado laico enquanto projeto democrático de liberdade religiosa.



Manifestação contra a filósofa Judith Butler no Brasil. São Paulo (SP), 2017.

Falando nisso...

As religiões e suas adaptações na sociedade

O escritor Robert Wright (1957-) afirma, em *A evolução de Deus* (2012), que a religião tem se mostrado perspicazmente adaptativa aos cenários sociais que a desafiam ao longo do tempo. A religião não seria um conjunto de dogmas que só se modificam pela pressão externa da “ciência” ou do “progresso social”.

Partindo de horizontes internos, as religiões seriam capazes de revisar ordenamentos e posicionamentos políticos, enfrentando dilemas morais e epistêmicos sem incorrer em incoerência com relação ao que admite como fundamental em seu sistema de crenças. Tal como a ciência revisa e abandona teorias, a religião permanece relevante dada a sua capacidade de superar paradigmas. No século XIX, por exemplo, quando a Igreja Católica começa a condenar a prática do escravismo, teorias pseudocientíficas muito em voga na época tentaram demonstrar a superioridade racial do homem branco.

Sigmund Freud, já no século XX, avalia a religiosidade cristã como um mecanismo de proteção da **psique** frente a um mundo hostil. A religião reproduz o senso de proteção paternal da infância, no qual as crianças são protegidas dos males externos e dos perigos pelos seus pais. Deus representaria o ser paternal que acolhe, mas também determina limites ao nosso comportamento. Uma vida psicologicamente sadia, para um sujeito adulto e autônomo, demandaria, desse modo, a superação da ilusão infantil sustentada pela religião.

Segundo Karen Armstrong (1944-), na obra *Em defesa de Deus* (2011), é na Modernidade, sob a influência da Reforma Protestante, que mitos e suas religiões guardiãs são ajuizados com base em uma interpretação literal de suas descrições do mundo. Isso se deve a uma queda do valor do simbólico e do metafórico em favor do comprovado metodologicamente. A Modernidade interpreta o mito como logos, ou seja, como algo apropriado ao **escrutínio** da razão, tal como Descartes teria feito ao demonstrar racionalmente a existência de Deus.

Entretanto, o alcance da verdade espiritual como tarefa exclusiva da razão seria rejeitado pela maior parte dos filósofos judeus, cristãos e muçulmanos pré-modernos. Filósofos da patrística, como o argelino Agostinho de Hipona (354-430), asseguraram um lugar privilegiado para a fé, que não estaria em oposição à razão. A fé e a razão contribuiriam mutuamente para o conhecimento do real, ideia resumida na fórmula agostiniana “crer para entender, entender para crer”. Com efeito, os cientistas também realizariam operações parecidas, ao postular a evidência de coisas, com base em alguns indícios e hipóteses, que depois se mostrariam verdadeiras. Para Agostinho, a fé não precisa temer a investigação, pelo contrário: pensar o mundo racionalmente daria ao ser humano justificações racionais para ter fé no divino. Para o filósofo escolástico Tomás de Aquino (1225-1274), Deus seria a fonte da inclinação humana para a fé e a razão, portanto, se crer e ser racional fossem atividades incompatíveis, Deus estaria em contradição com ele mesmo.

Segundo o biólogo estadunidense Stephen Jay Gould (1941-2002), religião e ciência são magistérios não interferentes, ou seja, possuem objetos diferentes, que não precisam nem ser conciliados, nem de um esquema comum de explicação. Enquanto a ciência se ocuparia dos fatos observáveis do mundo natural, desenvolvendo teorias explicativas sobre a natureza, a religião ocupa-se da esfera do propósito da vida humana, seu significado e sua dimensão moral. A ciência não teria competência para lidar com as questões referentes ao sentido último da vida, porque não seria possível deduzir princípios éticos com base em descrições científicas do mundo. Essa limitação é o reconhecimento das propriedades inerentes ao discurso científico e das que são inerentes ao discurso religioso.

Em síntese, nem a religião nem a ciência precisam se comprometer com uma explicação totalizante acerca da realidade, uma vez que a compreensão do conhecimento factual do mundo não nos proporciona a posse da verdade moral, e vice-versa.

Agostinho de Hipona é tido como um dos principais responsáveis pela formação das doutrinas e dos dogmas do cristianismo. Representa a iluminação da veritas (“verdade”, em latim) que vem de Deus e orienta o conhecimento por meio do diálogo entre a razão (mente, compreensão) e o coração (fé, crenças).

GLOSSÁRIO

Psique: no contexto da Filosofia e da Psicologia, em geral, o termo refere-se à mente humana.

Escrutínio: exame detalhado, investigação detalhada.

Philippe de Champaigne.
Santo Agostinho,
1645-1650.
Óleo sobre tela,
78,7 cm × 62,2 cm.



Los Angeles County Museum of Art, EUA

Falando nisso...

Patrística e escolástica

Filosofia Medieval é a denominação de um período histórico que abarca filosofias cristãs, islâmicas, judaicas, entre outras. A tradição filosófica cristã desse período, geralmente, é dividida em duas fases: a patrística e a escolástica. A patrística diz respeito ao primeiro período (aproximadamente séculos II a VIII) e é caracterizada pelo pensamento produzido pelos padres católicos, sobretudo no ensejo de defender e discutir a fé cristã. Foi um período muito influenciado pela filosofia de Platão, e Agostinho é um de seus principais representantes. Já a escolástica diz respeito ao período seguinte (aproximadamente séculos IX a XIII), no qual há maior sistematização da Filosofia por parte dos doutores da igreja, que tinham uma formação mais robusta em Retórica, Lógica, Ciências, Matemática. Com forte influência de Aristóteles, teve Tomás de Aquino como um dos nomes mais importantes.

Leia

Bordados da Terra e do Céu: Bordadeiras do Curtume e Mulheres da Ponte

(BDMG Cultural; Governo do Estado de Minas Gerais, 2023). Catálogo da mostra Bordados da Terra e do Céu, composta de bordados feitos à mão por dois coletivos de artesãs do Vale do Jequitinhonha: Bordadeiras do Curtume e Mulheres da Ponte. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1xmNyuiX8w8Wq99CznH3HU0kRx0Ek_mpi/view. Acesso em: 17 jun. 2024.

Senso comum, saberes tradicionais e populares

É comum que a Filosofia seja apresentada como um saber baseado no pensamento crítico, em oposição ao senso comum. Nessa concepção, senso comum diz respeito a um pensamento não refletido que, na maioria das vezes, adotamos como uma verdade sobre algo, em termos de costumes e concepções sobre o mundo. Assim, enquanto a atitude filosófica seria marcada pelo questionamento e pela busca de justificativas racionais, o senso comum seria uma postura de adesão a posições comuns e coletivas, superficiais ou equivocadas e, sobretudo, não justificadas. Muitas vezes essa oposição é feita com um viés pejorativo ou hierarquizado, defendendo que deveríamos nos desfazer das posições provenientes do senso comum em um movimento de crítica e racionalização, buscando desenvolver posições fundamentadas. Tais posições partem de uma simplificação das possibilidades de compreender o senso comum e acabam assumindo, implicitamente, determinadas posições filosóficas.

Contudo, outras filosofias, mesmo dentro da tradição ocidental, pensaram o senso comum de maneira diversa. Um exemplo de uma maneira mais “positiva” de pensar o senso comum seria a hermenêutica filosófica proposta pelo filósofo alemão Hans-Georg Gadamer (1900-2002). Gadamer defende que o senso comum aponta para um pertencimento a determinado modo de pensar e compreender o mundo. Assim, ele é o que possibilita nossas pré-compreensões de algo, nos orientando sobre o mundo e como devemos nos comportar, sendo o ponto de partida para qualquer interpretação da realidade.

Gadamer mostra que a noção de preconceito, entendido como essa compreensão própria do senso comum, tinha um aspecto positivo antes da Modernidade, enquanto vínculo e respeito à tradição. Contudo, na Modernidade há uma defesa de que todo conhecimento deve partir de um pensamento crítico, recusando qualquer autoridade e rejeitando a importância da tradição.

Para Gadamer, no entanto, o preconceito, entendido não como um ajuizamento grosseiro e irrefletido do outro ou do mundo que nos cerca, mas sim como a nossa adesão inicial às pré-compreensões comuns de nossa época, é o que nos permite compreender o mundo e viver nele. E isso porque somos seres históricos de razão finita. Sempre partimos de concepções historicamente sedimentadas, de horizontes de sentido compartilhados com a família, a sociedade e a cultura em que vivemos. Tais concepções orientam nossas compreensões do mundo e nos permitem questionar, reformular ou abandonar posições arbitrárias. Esse movimento de diálogo com a tradição rearticula nossos horizontes compartilhados.

Para Gadamer, a proposta do esclarecimento também parte de determinados pressupostos que incluem um “preconceito contra o preconceito”, ao negar completamente a importância da tradição para nossa compreensão do mundo. Assumir que sempre partimos dos preconceitos de uma tradição, que determinam como pensamos e vivemos, é o que nos permite refletir criticamente sobre essa mesma tradição.

Na Filosofia latino-americana também encontramos importantes reflexões sobre os saberes populares e tradicionais. O filósofo Rodolfo Kusch, por exemplo, pensou essas questões de maneira mais atenta às dinâmicas hierarquizadas de valorização do pensamento científico em detrimento do pensamento popular, como parte de nossa herança colonial. O filósofo argentino critica a pretensa superioridade dos métodos científicos e de soluções técnicas, que se entendem como pensamento crítico em oposição aos saberes tradicionais e populares. Ele se debruça sobre a resistência às tentativas de impor o “desenvolvimento” a camponeses do interior do norte da Argentina, de tradição andina, que insistem em se “apegar a seus saberes e crenças populares”, recusando as investidas “desenvolvimentistas”.

Kusch mostra como a oposição de termos como *doxa* × *lógos* (dois termos gregos polissêmicos, que podem ser traduzidos respectivamente como “opinião ou crença” e “pensamento ou razão”) e magia × ciência são usados para defender a necessidade de levar o desenvolvimento aos camponeses. Desenvolvimento significaria, na prática, a superação



As cerâmicas, bordados e tapeçarias produzidas por mulheres do Vale do Jequitinhonha (MG) são expressões vivas dos fazeres e saberes da região, que são transmitidos de geração em geração.

Nereu Jr./Pulsar/Imagens

Arquivo da autora



“Se conhece para viver e não simplesmente para conhecer” – cartaz das Jornadas sobre o pensamento de Rodolfo Kusch. Em 2022, as jornadas ocorreram em Maimará, povoado no norte da Argentina, onde Kusch morou nos últimos anos de sua vida para entender melhor o pensamento tradicional dos povos andinos.

de suas tradições, que careceriam de consciência crítica, empregando métodos ocidentais de pensamento e produção de conhecimento, como as ciências. Contudo, para Kusch, não falta desenvolvimento nem pensamento crítico no conhecimento andino. Ao contrário, é justamente o paradigma de desenvolvimento e pensamento crítico que é diverso nessas duas culturas. Kusch se opõe à ideia de que é necessário ensinar o pensamento crítico aos camponeses, pois para o autor, há muitas evidências e exemplos do quanto, mesmo seguindo crenças e rituais que parecem injustificáveis do ponto de vista científico, há uma estrutura crítica, consciente e coerente nos saberes populares.

Ele afirma: “A resistência do camponês não se deve a que não possui consciência crítica, nem a que não veja as causas, nem tampouco a porque ainda pratica magia por se sentir ainda “parte” da natureza. Essa não é toda a verdade. A resistência se deve por ser respaldado não apenas por um código, mas por todo um organismo cultural no qual imperam critérios perfeitamente conscientes e críticos, mas regidos segundo outro tipo de apreciação...”³

Portanto, para Kusch, quando os camponeses se recusam a mudar “seus métodos”, isso se deve ao fato de que suas crenças e saberes estão enraizados em outra cultura e, por isso, utilizam outros critérios em seus julgamentos. Ele defende que um organismo cultural determina não apenas uma maneira de compreender e viver no mundo, mas radicalmente o que possibilita ser quem somos, fundamentando o projeto e o sentido de nossa existência, nossas escolhas, os critérios e a coerência de nossos atos.

De maneira provocativa, Kusch questiona qual seria a diferença radical entre um camponês que consulta um xamã e faz determinado ritual para salvar sua plantação de uma praga, a daqueles que consultam um técnico e usam um veneno para matar a praga. Ele mostra que em termos de procedimento, ambos agem de maneira muito semelhante: identificam um problema, buscam um especialista para obter uma solução, logo, aplicam essa solução ao problema. A distinção completa entre uma crença popular e a ciência ocidental, para Kusch, não é fácil de estabelecer, nem em termos procedimentais, nem em termos epistemológicos. Por um lado, muitos “remédios” usados em rituais indígenas são eficientes, logo teriam algo de ciência, entendida como conhecimento de algo. Por outro, o que baseia nossa adesão ao uso de uma substância química para resolver um problema é igualmente a fé, na medida em que não conhecemos os princípios ativos e seu funcionamento, mas, ao contrário, apenas confiamos na palavra do técnico como verdade.

Assim, Kusch conclui que esse tipo de investida, que defende educar povos de diferentes culturas, não consiste simplesmente em fomentar o desenvolvimento. Pelo contrário, consiste no desejo de substituir o desenvolvimento dessa cultura pelo desenvolvimento ocidental.

Perfil

Rodolfo Kusch

Günter Rodolfo Kusch (1922-1979) nasceu em Buenos Aires, Argentina, e foi filósofo e ensaísta. Dedicou a vida a pensar caminhos, metodologias e categorias para uma Filosofia latino-americana ou, em seus termos, para uma Filosofia capaz de pensar “*Nuestra* (nossa) *América*”. Para essa tarefa, realizou muitas viagens e pesquisas de campo, entrevistando, anotando, gravando, observando cada lugar e suas maneiras de viver, fosse um café de uma grande cidade como Buenos Aires, fossem as paisagens características da *puna* (palavra de origem quíchua que significa terreno alto ou de montanha; ecorregião da Cordilheira dos Andes, de grande altitude).

Perseguido pela ditadura militar argentina de 1976, foi forçado a abandonar seu cargo de professor universitário e se mudou para Maimará, um pequeno povoado da província de Jujuy, no noroeste argentino. Em especial, buscou dialogar com os povos andinos, com os camponeses e comunidades tradicionais do norte da Argentina e nos altiplanos boliviano e peruano. Defendeu que a cultura popular e indígena não é “algo diferente” e não tem nada de inferior. Ao contrário, é fundamental para compreendermos o quanto nossa cultura se forma com base na herança invisibilizada e inferiorizada que recebemos dos povos indígenas, em tensão com a cultura europeia imposta pela colonização. Foi professor de Filosofia para o Ensino Médio, na Argentina, e para o Ensino Superior, em universidades da Argentina e da Bolívia. Sua obra inclui livros filosóficos, artigos, ensaios e peças de teatro.



Rodolfo Kusch.

Claudia Marianno

Para ampliar

Assista

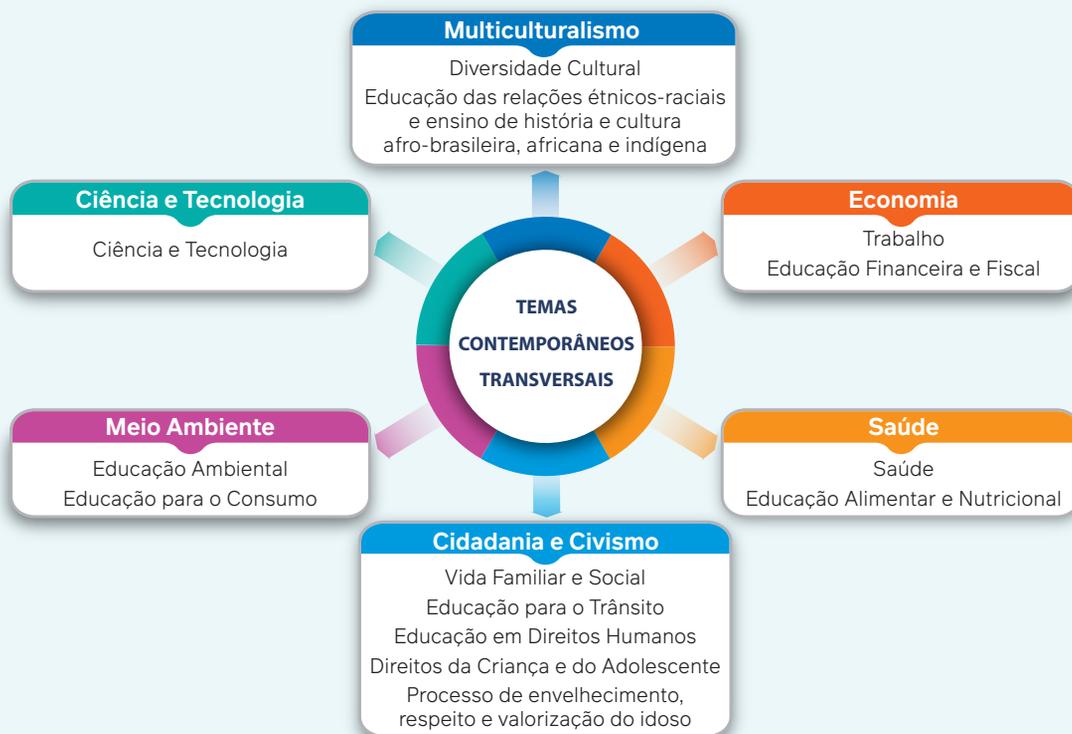
Wiñaypacha (Eternidade), direção de Óscar Catacora (Arthouse, 2018, 83 min).

O filme retrata a vida de um casal idoso, Willka e Phaxsi. É o primeiro longa-metragem gravado integralmente em língua aymará e retrata o cotidiano do casal, permeado de costumes e tradições andinas, sua relação com Pachamama (mãe Terra).

³ KUSCH, Rodolfo. Geocultura del hombre americano [Geocultura do homem americano]. In: Obras completas. Rosario: Editorial Fundación Ross, 2000. p. 118. (tradução nossa).

Festival Ecologia de Saberes: construindo alternativas com base na diversidade

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento oficial do Ministério da Educação que estabelece parâmetros e orientações para o Ensino Básico no Brasil inteiro. Uma dessas orientações é incluir nos currículos os Temas Contemporâneos Transversais (TCT). A BNCC divide os TCT em seis grupos, conforme o esquema a seguir:



Nesta atividade, propomos uma pesquisa com base nesses temas. A turma pode se dividir em grupos de até quatro integrantes; cada grupo ficará responsável por escolher um tema e, dentro desse tema, uma ou mais questões para abordar. A questão deve mobilizar um problema que, em nossa sociedade, parece de difícil solução. Em seguida, cada grupo vai pesquisar saberes e ciências não ocidentais que possam colaborar para construir alternativas para pensar, resolver ou mitigar o problema escolhido.

Além da pesquisa na internet, cada grupo pode buscar vozes inspiradoras em grupos ou pessoas que possuam saberes “não hegemônicos”, desde familiares (avós e avôs que podem ser detentores de saberes tradicionais) até movimentos sociais, comunidades indígenas, quilombolas, artesãs, entre outras. Orientações e ideias de outras disciplinas e saberes que existem na escola podem ser muito ricas também, por isso, convidem professores ou outros trabalhadores da comunidade escolar (como a equipe da cozinha, da limpeza, da secretaria e outros setores técnicos e pedagógicos) para contribuir com ideias e referências. Seguindo o argumento de Vandana Shiva: quanto mais diversidade, mais alternativas aparecerão para pensarmos em soluções.

Finalmente, a turma organizará um festival de culminância desse trabalho, que pode ter a duração de todo o período letivo (bimestre, trimestre ou semestre). É interessante escolher o dia com antecedência e convidar toda a comunidade escolar para participar. No festival, os grupos podem apresentar suas ideias e pesquisas por meio de músicas, teatro, poesia, *slam*; podem utilizar produtos artísticos ou tecnológicos, como instalações artísticas, vídeos, maquetes, experimentos; ou qualquer outro formato que seja capaz de mobilizar a comunidade escolar para discutir o problema em questão e as soluções propostas. Também podem ser organizadas oficinas ou mesas de discussão que tragam convidados da comunidade escolar ou externos, que possam apresentar perspectivas ou provocações sobre os temas.

Organizem previamente quais locais da escola cada grupo vai usar (pátio, auditório, sala de vídeo, cozinha, corredores, sala de aula) e quais estruturas serão necessárias (projektor, parede, mesa, caixa de som, microfone). O ponto principal do trabalho é dialogar com culturas e saberes historicamente deslegitimados pela colonialidade do saber, evidenciando o quanto eles são fundamentais e capazes de ampliar nossos horizontes de análise e ação.

Monoculturas da mente

O livro *Monoculturas da mente*, de Vandana Shiva, é uma coletânea de artigos que trata, sobretudo, de como a agricultura intensiva, por meio das monoculturas, dos agrotóxicos, fertilizantes químicos e, mais recentemente, da biotecnologia para a produção de sementes transgênicas, representa um risco à biodiversidade e para os conhecimentos produzidos localmente, como técnicas locais e ecológicas de agricultura e a produção de sementes crioulas (variedades tradicionais, cultivadas e aperfeiçoadas localmente, ao longo de muitas gerações). A seguir, uma seleção de fragmentos nos quais a autora discute o conceito de monoculturas da mente:



Roger costa morera/Shutterstock.com

O milho é um alimento fundamental para muitas culturas em todo o território das Américas. No Brasil, é um dos principais produtos produzidos em monoculturas, utilizando sementes transgênicas, o que põe em risco a grande diversidade genética das sementes crioulas.

[...] A principal ameaça à vida em meio à diversidade deriva do hábito de pensar em termos de monoculturas, o que chamei de “monoculturas da mente”. As monoculturas da mente fazem a diversidade desaparecer da percepção e, conseqüentemente, do mundo. O desaparecimento da diversidade corresponde ao desaparecimento de alternativas. [...] Em geral, os sistemas ocidentais de saber são considerados universais. No entanto, o sistema dominante também é um sistema local, com sua base social em determinada cultura, classe e gênero. Não é universal em sentido epistemológico. É apenas a versão globalizada de uma tradição local extremamente provinciana. Nascidos de uma cultura dominadora e colonizadora, os sistemas modernos de saber, são, eles próprios, colonizadores. [...]

O universal deveria disseminar-se imparcialmente. O local globalizador espalha-se pela violência e pela turpação. O primeiro plano da violência desencadeada contra os sistemas locais de saber é não considerá-los um saber. A invisibilidade é a primeira razão pela qual os sistemas locais entram em colapso, antes de serem testados e comprovados pelo confronto com o saber dominante do Ocidente. A própria distância elimina os sistemas locais da percepção. Quando o saber local aparece de fato no campo da visão globalizadora, fazem com que desapareça negando-lhe o *status* de um saber sistemático e atribuindo-lhe os adjetivos de “primitivo” e “anticientífico”. Analogamente, o sistema ocidental é considerado o único “científico” e universal. Entretanto, os prefixos “científico” para os sistemas modernos e “anticientífico” para os sistemas tradicionais de saber têm pouca relação com o saber e muita com o poder. Os modelos da ciência moderna que promoveram essas visões derivaram menos da familiaridade com uma prática científica real e mais da familiaridade com versões idealizadas que deram à ciência um status epistemológico especial. O positivismo, o **verificacionismo e o falsificacionismo** basearam-se todos no pressuposto de que, ao contrário das crenças tradicionais, das crenças locais do mundo, que são construídas socialmente, pensava-se que o saber científico moderno era determinado sem a mediação social. Os cientistas, de acordo com um método científico abstrato, eram vistos como pessoas que faziam afirmações correspondentes às realidades de um mundo diretamente observável. Os conceitos teóricos de seu discurso eram considerados, em princípio, redutíveis a afirmações observacionais diretamente verificáveis. Novas tendências da filosofia e da sociologia questionaram os pressupostos positivistas, mas não questionaram a suposta superioridade dos sistemas ocidentais. [...].

SHIVA, Vandana. *Monoculturas da mente*: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. Tradução: Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Gaia, 2003. p. 15, 22-23.

1. Com base no que discutimos no capítulo e nesse texto, explique por que as monoculturas da mente fazem as alternativas desaparecerem.
2. Explique a diferença, defendida pela autora, entre saberes universais, locais e globalizados.



GLOSSÁRIO

Verificacionismo e falsificacionismo:

termos que se referem a posições filosóficas sobre critérios para definir o conhecimento científico. O verificacionismo foi defendido pelo movimento do positivismo lógico, e o falsificacionismo, pelo filósofo Karl Popper.



1. Defina a lei dos três estados formulada pelo filósofo Auguste Comte, nomeando e caracterizando cada um desses estágios.
2. Leia atentamente o texto a seguir:

[...] a mitologia está muito longe de ser, como frequentemente se acha nos dias de hoje, um apanhado de “contos e lendas”, uma série de pequenas histórias mais ou menos fantasmagóricas, com a exclusiva finalidade de distrair. Ao contrário de se limitar a uma simples diversão literária, ela verdadeiramente constitui o cerne da sabedoria antiga, a origem profunda daquilo que a grande tradição da filosofia grega logo a seguir desenvolveu sob uma forma conceitual, visando definir os parâmetros de uma vida bem-sucedida para nós, mortais.

FERRY, Luc. *A sabedoria dos mitos gregos*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2022. *E-book*.

Com base nessa passagem do filósofo Luc Ferry e nos conteúdos apresentados no capítulo, identifique, no caderno, se as frases a seguir são verdadeiras (**V**) ou falsas (**F**).

- I. O mito narra a origem das coisas por meio de lutas, alianças ou relações entre forças sobrenaturais que governam apenas o destino dos seres humanos dotados de fé.
 - II. O mito é uma narrativa de origem, geralmente uma explicação de um momento no qual o sagrado se torna presente para os seres humanos, tornando-se uma referência para a sua ação no mundo.
 - III. As histórias narradas nos mitos, embora sejam mágicas e divinas, nos ensinam algo de substancial e valioso sobre a realidade humana.
 - IV. O mito não possui nenhuma racionalidade, não sendo mais do que uma forma de ficção infantil superada pelo método científico.
3. Leia atentamente o seguinte texto:

DIVERSIDADE LINGUÍSTICA

Ainda hoje existem cerca de 200 línguas indígenas faladas nesse território [nosso país], o que faz do Brasil o 10º país no *ranking* da diversidade linguística!

Estima-se que no ano de 1500, quando os europeus começaram a ocupar as terras do que hoje chamamos Brasil, havia nesse território uma população de mais de 5 milhões de pessoas, com mais de 1200 línguas e dialetos [...].

Ainda de acordo com o Censo 2010, contamos hoje com 274 línguas e dialetos nativos. A maioria delas pertence a 5 grandes agrupamentos linguísticos: os troncos Tupi e Macro-Gê; as famílias Aruak, Karib e Pano, além de inúmeras famílias menores, bem como línguas isoladas.

Também encontramos em território brasileiro 86 etnias que já não têm mais a língua nativa. Esses grupos estão principalmente na região Nordeste e na região de Santarém, no Pará.

OS POVOS indígenas e o Português do Brasil. *Museu da Língua Portuguesa*, São Paulo, 31 ago. 2022. Disponível em: [https://www.museudalinguaportuguesa.org.br/os-povos-indigenas-e-o-portugues-do-brasil/#:~:text=No%20s%C3%A9culo%20XVI%2C%20no%20territ%C3%B3rio,ind%C3%ADgenas%2C%20que%20somam%20896.917%20pessoas](https://www.museudalinguaportuguesa.org.br/os-povos-indigenas-e-o-portugues-do-brasil/#:~:text=No%20s%C3%A9culo%20XVI%2C%20no%20territ%C3%B3rio,ind%C3%ADgenas%2C%20que%20somam%20896.917%20pessoas.). Acesso em: 27 jun. 2024.

Em que medida a redução de 1200 línguas indígenas, em 1500, para 274, em 2010, pode ser compreendida como epistemicídio? Justifique sua resposta.

4. Pesquise o autor peruano Anibal Quijano e a importância de seu conceito de colonialidade para o pensamento latino-americano e para o pensamento decolonial.
5. Na Filosofia ocidental é muito comum que os conceitos sejam expressos por termos gregos. Desde o início do livro e, especialmente neste capítulo, apresentamos algumas dessas palavras. Pesquise e identifique junto de seus colegas e com o auxílio do professor todos os termos gregos que já aprendeu até aqui e, em uma folha avulsa, elabore um glossário com esses termos junto de uma explicação breve do significado de cada um, para memorizar ou acessar sempre que encontrá-los ao longo de seus estudos filosóficos.
6. Leia atentamente os textos a seguir:



Texto I:

[...] Proteger as sementes nativas é mais que uma questão de preservar a matéria-prima para a indústria da biotecnologia. As diversas sementes que agora estão fadadas à extinção carregam dentro de si sementes de outras formas de pensar sobre a natureza e de outras formas de produzir para satisfazer nossas necessidades. [...] a uniformidade e a diversidade não são apenas maneiras de usar a terra, são maneiras de pensar e viver. [...] Não é verdade que sem as monoculturas de árvores haverá escassez de madeira para combustível e que



sem as monoculturas na agricultura haverá escassez de comida. Na verdade, as monoculturas são uma fonte de escassez e pobreza, tanto por destruir a diversidade e as alternativas quanto por destruir o controle descentralizado dos sistemas de produção e consumo.

[...] As monoculturas ocupam primeiro a mente e depois são transferidas para o solo. [...].

SHIVA, Vandana. *Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia*. Tradução: Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Gaia, 2003. p. 17.

Texto II:



Fonte: FUNDAÇÃO HEINRICH BÖLL. *Dossiê da Agroecologia na América Latina: um futuro necessário*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2023. p. 47. Disponível em: <https://br.boell.org/sites/default/files/2024-02/231225-dossie-agroecologia-2023opt.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2024.

A agrobiodiversidade está em perigo: segundo a FAO, cerca de 75% das variedades de culturas foram perdidas no último século, principalmente devido à substituição de variedades nativas por variedades melhoradas [transgênicas]. Esse processo, conhecido como erosão genética, também é causado pela perda de florestas e culturas tradicionais devido à exploração intensiva [sistema de produção que visa o aumento da produtividade e envolve, em geral, monoculturas, melhoramento de sementes e uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos].

MONTENEGRO, Marcelo; DOLCE, Julia (org.). *Dossiê da Agroecologia na América Latina: um futuro necessário*. Rio de Janeiro: Fundação Heirich Boll, 2023. PDF. Disponível em: <https://br.boell.org/sites/default/files/2024-02/231225-dossie-agroecologia-2023opt.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2024.

Com base nos textos e no que foi discutido no capítulo, responda:

- Qual é a relação entre as monoculturas da mente e do solo?
 - Explique como as monoculturas do solo colocam a diversidade em perigo e quais são as consequências socioculturais que acarretam?
- Qual é a principal crítica de Rodolfo Kusch em relação à valorização do pensamento científico sobre o pensamento popular?
 - Explique a oposição entre os termos “doxa” e “lógos” e como Kusch utiliza essa oposição em sua argumentação.
 - Explique como Ludwig Feuerbach e Karl Marx abordam a religião em suas filosofias, destacando as principais diferenças entre suas perspectivas.

Filosofias das ciências

“A ciência tem de ser protegida das ideologias, e as sociedades, em especial as democráticas, têm de ser protegidas da ciência”

(Paul Feyerabend)¹



A ciência como se faz

Springer Nature Limited



Capa da revista britânica *Nature*, de março de 2024, sobre estrelas que capturam planetas. Editada desde 1869, é uma das publicações científicas mais importantes do mundo. No original em inglês, *planet eaters* seriam “comedores de planetas”.

Você já ouviu falar em “comunidade científica”? São grupos formados por pesquisadores, intelectuais, professores e diferentes cientistas que elaboram e divulgam o conhecimento produzido em determinado campo ou área. Esses profissionais compartilham informações, análises e críticas, contribuindo para o desenvolvimento de um campo, que pode estar ligado às Ciências Naturais (como Biologia e Física), às Ciências Sociais (como História e Sociologia) ou às Ciências Formais (como Lógica e Matemática).

Idealmente, a ciência está baseada em processos metodologicamente rigorosos de observação, análise, revisão e divulgação dos saberes produzidos. Todavia, como fenômeno social e historicamente referenciado, ela é alvo de tensões e disputas, não cabendo inteiramente em uma perspectiva formalista ou neutra, que suprima suas razões e especificidades. Por isso, o físico e filósofo estadunidense Thomas Kuhn (1922-1996), pensador que conheceremos melhor adiante, ensina que a ciência é uma atividade concreta, orientada por **paradigmas** aceitos por uma dada comunidade científica. Assim, para além dos métodos e resultados,

haveria uma preocupação com a dimensão discursiva, comunicacional, capaz de definir problemas e agendas de pesquisa e angariar recursos financeiros e cooperação humana, bem como legitimar as soluções apresentadas.

Em geral, os membros de uma comunidade científica estão em universidades, centros de pesquisa, institutos especializados (como saúde e educação) e agências públicas de fomento, além de empresas privadas, fundações e organizações não-governamentais (ONGs). Portanto, a ciência é feita de modo coletivo, envolvendo

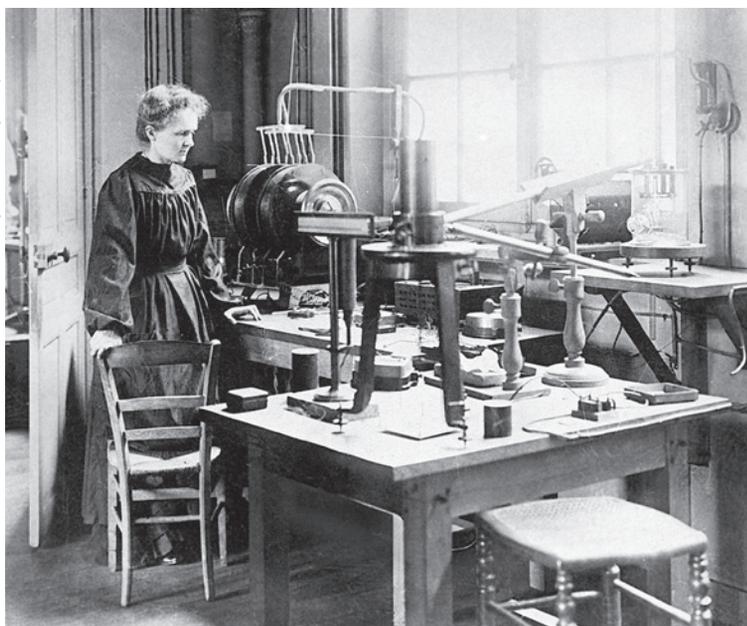
GLOSSÁRIO

Paradigma: práticas, padrões ou modelos a serem seguidos pelos membros de uma comunidade científica.

instituições e pessoas de diferentes partes do mundo. A imagem de um cientista isolado que sabe e faz de tudo é muito alegórica, com pouca ou nenhuma conexão com a realidade do fazer científico.

A ciência não é produzida por seres atomizados, alheios ao mundo e aos condicionamentos nos quais estão inseridos. Ainda que sejamos acostumados a reconhecer imagens de cientistas famosos por suas teorias e experimentos, como Isaac Newton (1643-1727), Albert Einstein (1879-1955) e Marie Curie (1867-1934), não devemos nos esquecer de que esses cientistas também estavam vinculados a laboratórios e instituições de ensino e pesquisa.

Ian Dagnall Computing/Alamy/Fotoarena



Marie Curie em seu laboratório em Paris, França, por volta de 1908. Nesse laboratório, Curie conduziu pesquisas pioneiras sobre a radioatividade, que resultaram na descoberta dos elementos químicos rádio e polônio.

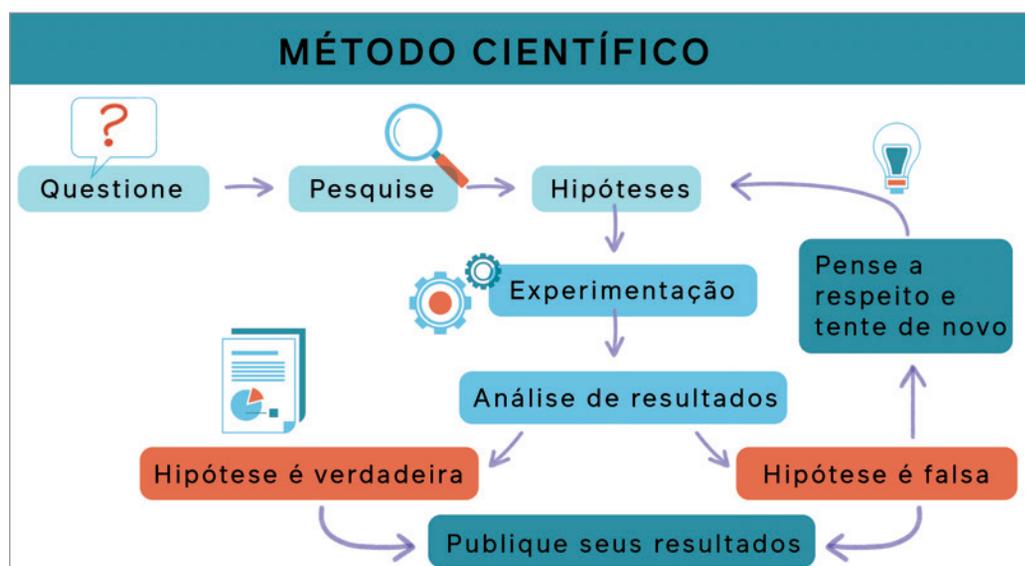
¹ FEYERABEND, Paul. *Contra o método*. São Paulo: Unesp, 2011. p. 8.

O método científico e suas diferentes abordagens

O método científico se diferencia dos objetivos e resultados da ciência. Métodos são os meios para alcançar os objetivos e resultados na atividade científica. Já a metodologia é a análise de valores e justificativas (como objetividade, reprodutibilidade, simplicidade ou previsibilidade) que caracterizam o método científico. Método, portanto, se refere a técnicas laboratoriais, linguagem e/ou teoria usadas nas descrições e no raciocínio, tecnologias ou instrumentos, entre outras definições.

A Filosofia se dedicou ao debate sobre métodos e metodologia no desenvolvimento histórico da ciência ocidental, sobretudo quanto a sua unicidade ou seu pluralismo. Embora a ciência seja bastante rigorosa quanto ao método, não existe um modo único de fazer ciência nem um único paradigma para sua produção. Observação e experimentação sistemáticas, raciocínio indutivo e dedutivo e formação e teste de hipóteses e teorias são os modos pelos quais a ciência é feita. Mas quão pluralistas podemos ou devemos ser para compreender a atividade científica?

Claudia Marianne



Fonte: elaborado pelos autores.

Base do método científico. Partindo da definição de etapas, inicia-se o caminho por meio de pesquisas, trabalho com as hipóteses, experimentação da pesquisa na prática e análise dos resultados, para que então, com a comprovação da hipótese, os resultados sejam publicados. A Filosofia contribui com a formação do método científico ao debater a melhor maneira de fazê-lo.

Aliás...

Você encontra uma análise detida dos métodos indutivo, dedutivo, racionalista, empirista e criticista no Capítulo 2, "Pensar e conhecer".

A história da Filosofia da Ciência nos mostra que a posição acerca do método também depende da concepção de verdade da qual partimos. Para o realista, por exemplo, a ciência visa a descrições verdadeiras, o mundo tal como realmente é com base em uma noção de verdade por correspondência. Uma teoria que descreve corretamente o mundo é verdadeira, enquanto uma teoria que descreve o mundo de forma incorreta é falsa. Segundo o realismo, o mundo existe independentemente de seus conhecedores.

Já o construtivismo surge no século XX, pontificado por dois estadunidenses: o psicólogo William James (1842-1910) e o filósofo George H. Mead (1863-1931). Os construtivistas reconhecem a natureza histórica, subjetiva e interpretativa da ciência, problematizando seus mecanismos de produção e validação. Por isso, admitem que diferentes comunidades científicas podem divergir, sem que necessariamente uma delas esteja certa ou errada, relativizando o caráter objetivo e universal da ciência. Entre seus principais autores estão dois psicólogos, o suíço Jean Piaget (1896-1980) e o russo Lev Vygotsky (1896-1934).

Aliás...

Realismo e relativismo serão aprofundados em detalhe no Capítulo 17, "Universalidade(s) e singularidade(s)".

Critério de demarcação e programas de pesquisa

Como já registramos, a Filosofia da Ciência possui diversas escolas, tradições e paradigmas. Para finalizar este tópico, vamos analisar duas abordagens que, ao tentarem entender o que é ciência, desenvolveram o debate em torno da metodologia científica: o falsificacionismo, de Karl Popper (1902-1994), e o programa de pesquisa, de Imre Lakatos (1922-1974).

No século XX, o psicólogo e filósofo austríaco Karl Popper postulou que a ciência corresponde a um conjunto de hipóteses que são experimentalmente propostas para descrever ou explicar algum aspecto do mundo ou do universo. E toda hipótese ou sistema de hipóteses deve, necessariamente, ser falsificável para ter garantido seu status de lei ou teoria científica.

Ou seja, toda teoria científica deve poder ser refutada (negada) por provas empíricas. Assim, as afirmações “Chove amanhã” e “Só existem cisnes brancos” podem ser refutadas por mera observação empírica, que dizem algo sobre o mundo; por isso, podem ser lidas como hipóteses de pesquisa.

Criticando o positivismo lógico, para o qual uma teoria somente seria científica se verificada empiricamente de modo irrefutável, o **princípio da falseabilidade** criado por Popper ajudou a diferenciar ideias, leis e teorias científicas daquelas que não são científicas, sejam elas pseudociências, como o **movimento antivacinas**, sejam saberes de ou-

tras áreas, como a religião, a psicanálise e a arte.

Para o matemático, físico e filósofo húngaro Imre Lakatos, a Filosofia da Ciência tem como central o problema de explicitar condições universais sob as quais uma teoria seja científica. Em uma posição racionalista, Lakatos defende que a avaliação do empreendimento científico se faz pela verificação do sucesso de programas de pesquisa. Ou seja, a metodologia de programas de pesquisa oferece a melhor maneira de avaliarmos a extensão do caminho para a verdade. Mas o que seriam, afinal, tais programas de pesquisa?

Discutindo como a ciência evolui ao longo do tempo, Lakatos afirma que cada programa de pesquisa possui conceitos e teorias fundamentais (núcleo rígido) que não podem ser modificados, hipóteses auxiliares que podem ser alteradas ou descartadas sem maiores problemas (cinturão protetor), regras que orientam o que os cientistas devem ou não fazer (**heurísticas** positiva e negativa), soluções para alguns problemas enfrentados (progresso científico) e a possibilidade de que os resultados alcançados por um programa sejam comparados entre seus membros (avanços internos) ou resolver problemas e demandas de outros programas (avanços externos). Assim, Lakatos oportuniza uma abordagem flexível para compreender o desenvolvimento das ciências e validar seus progressos.



A presença de cisnes pretos e cisnes brancos refutam a tese de que só haveria cisnes brancos no mundo.

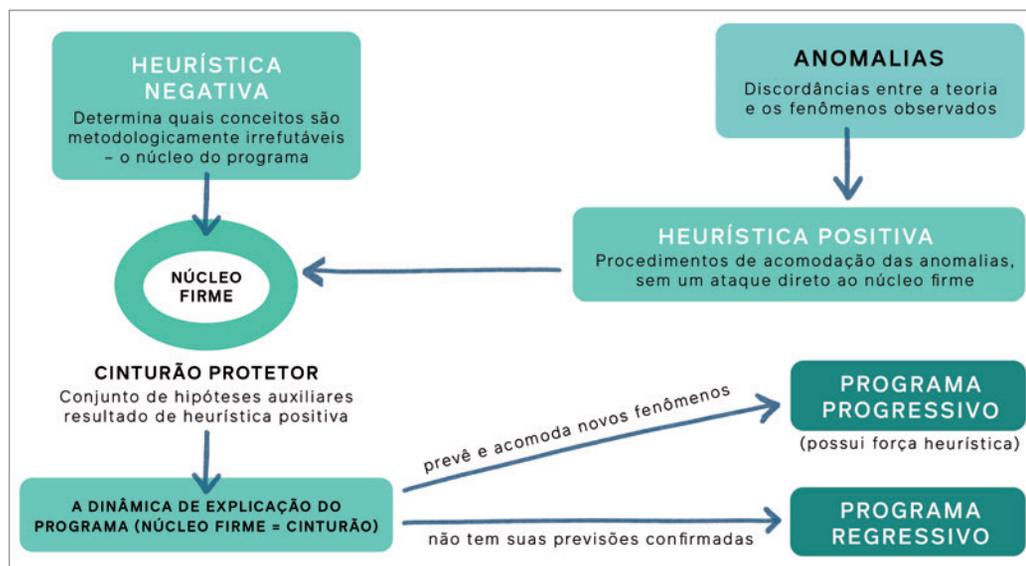
GLOSSÁRIO

Heurística:

capacidade de descobrir e inventar, realizando aproximações sucessivas para simplificar ou compreender problemas complexos.

Movimento antivacinas:

também conhecido como *antivax*, é um movimento organizado que visa limitar ou impedir políticas públicas de vacinação; incompatível com a microbiologia.



Fonte: elaborado pelos autores.

Ciências Naturais

As Ciências Naturais são aquelas que estudam as realidades físico-naturais, diferentes dos fenômenos sociais. Biologia, Física e Química são as Ciências Naturais mais conhecidas, por serem disciplinas do Ensino Médio. Há outras, como a Astronomia, que investiga o universo e os corpos celestes, e a Geologia, que estuda a estrutura da Terra. Tendo a natureza como objeto, essas ciências empregam métodos sistemáticos de investigação pautados em observação, formulação de problemas e elaboração de hipóteses e experimentação, bem como em análise de dados, conclusão baseada em evidências e comunicação dos resultados à comunidade científica, que poderá validá-los ou não.

De modo sintético, vemos que a atividade científica se desenvolve com base em problemas, ideias e expectativas preconcebidas. Por exemplo, ao examinar um paciente, o médico busca um problema passível de solução por meio de hipóteses, isto é, por conjecturas testáveis, tendo como base conhecimentos previamente adquiridos. Testadas, as hipóteses válidas podem ser convertidas em leis científicas, como a lei da gravidade, do físico inglês Isaac Newton (1643-1727). Um conjunto de leis, definições e conceitos articulados formam teorias científicas, como a teoria da evolução das espécies, proposta pelo naturalista inglês Charles Darwin (1809-1882).



Helen Longino

A filósofa estadunidense Helen Longino (1944-) é professora de Filosofia na Universidade de Stanford desde 2005. Especialista nas áreas de Filosofia da Ciência e teoria do conhecimento, Helen vê a ciência como um constructo social, cujos resultados devem ser debatidos por cientistas de diversas visões e valores. Em sua obra, destacam-se *O destino do conhecimento* (2002) e *Ciência como conhecimento social: valores e objetividade na investigação científica* (1990). Para Longino, a ideia de uma ciência unificada não é útil filosoficamente, porque tende a ser usada como um critério epistemológico, o que, para ela, seria nocivo. Ela defende que a divisão em subespecialidades apoia abordagens pluralistas na ciência. Ou seja, cientistas pensam sobre o mesmo fenômeno e podem ter maneiras diferentes, mas igualmente bem-sucedidas, de investigar esse fenômeno.

Em suas palavras,

[...] A estrutura do conhecimento é tal que o que, à primeira vista, identificaríamos como valores ou preocupações não-epistêmicas, ideologias ou visões metafísicas profundas, desempenha um papel na interpretação dos dados que são coletados [...].

A ciência não é o domínio da certeza, a ciência é o domínio da investigação, onde você está sempre aprendendo mais, sempre mudando de ideia. E é um lugar de dinamismo, não de paralisia, e da forma como é ensinado, é ensinado como um lugar de paralisia: aqui estão os fatos 1, 2, 3 e 4.

Acho que não temos um padrão-ouro para a objetividade científica, em parte, porque não temos um tipo geral de compreensão compartilhada de como a investigação funciona. E se tivéssemos um entendimento comum de como a investigação funciona? Bem, eu acho que é possível ter padrões de objetividade que funcione para uma espécie de avaliação pública sobre a confiabilidade da ciência, mas deve ser nesse contexto em que não se espera a certeza, onde objetividade não significa o mesmo que certeza. Objetividade tem a ver com confiabilidade, mente aberta e outras propriedades da pesquisa, abertura para críticas.

HADDAD, Yasmin Leonardos; ARBO, Jade Bueno; SOARES, Maria Helena Silva. Filosofia da ciência e epistemologias feministas: entrevista com Helen Longino. Entrevistada: Helen Longino. *Em Construção*, Rio de Janeiro, n. 10, 2021, p. 336-338. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/emconstrucao/article/view/62842/40529>. Acesso em: 1 jul. 2024.



Valerie Miner

Helen Longino.

Para ampliar

▼ Acesse

Fiocruz: Observatório da Juventude, Ciência e Tecnologia, c2024. O Observatório da Juventude, Ciência e Tecnologia da Fiocruz auxilia jovens ingressarem na carreira científica. Disponível em: <http://www.juventudect.fiocruz.br/>. Acesso em: 18 jun. 2024.



2013-2014 Fiocruz

Ciências Humanas

As Ciências Humanas ou Sociais estudam as relações socioculturais e as interações inter-subjetivas entre as pessoas. História, Literatura e Sociologia são partes das Ciências Humanas e estão presentes na escola, assim como a Geografia Humana. A Economia e a Psicologia Social, entre outras, também fazem parte das Ciências Humanas. Mas elas são ciências de verdade? Possuem métodos rigorosos e objetivos de análise e investigação?

Dois pensadores alemães ajudaram a responder essas perguntas. O primeiro é Wilhelm Dilthey (1833-1911), para quem a **hermenêutica** almeja compreender os sentidos implícitos das ações humanas e da cultura. Ao cientista social caberia interpretar os significados das ações humanas postas em textos, manifestações culturais e instituições sociais. O segundo é Max Weber (1864-1920), expoente da Sociologia Compreensiva.

Dialogando com Dilthey e outros autores, Weber busca decodificar os sentidos que as pessoas atribuem às suas ações. Indo além das explicações causais, ele propõe o "tipo ideal" como construto abstrato para ajudar os pesquisadores a entenderem padrões socialmente condicionados das condutas humanas. O pensador argumenta também que os cientistas sociais devem evitar que seus valores pessoais interfiram em suas análises, defendendo uma pluralidade metodológica que abarque coleta de dados, entrevistas, análise documental, dados estatísticos e outros métodos.

Dilthey e Weber ajudaram a afirmar a *status* de cientificidade das Ciências Humanas, relativizando sua suposta falta de evidências empíricas. A empiria, por exemplo, está presente na Sociologia quando da coleta de dados, bem como das análises documentais. Algo similar é feito pela Filosofia, que tem a razão como pilar de suas análises. Na Filosofia, a empiria está relacionada às observações e experiências. Assim, por exemplo, a Filosofia Ética tende a considerar observações empíricas nos seus estudos sobre o comportamento humano e as normas sociais. Portanto, não haveria uma separação radical entre as Ciências Naturais e as Humanas, mas características diferentes e procedimentos próprios. Todas são ciências, com seus objetos, métodos e mecanismos de construção e validação do conhecimento.

A ciência é a única forma válida de conhecimento?

O cientificismo acredita que a ciência é a única forma válida de conhecimento, seja do mundo natural ou social. Mas essa perspectiva positivista é deslegitimada por inúmeros cientistas, que, sem negar a importância da ciência e seus métodos, apontam que ela não dá conta de elementos essenciais para a vida humana, como as questões éticas, morais e estéticas, estudadas pela Filosofia, as interações sociais, investigadas pela Sociologia, ou as questões espirituais, vistas

pelo Ensino Religioso. Além disso, vivências artísticas como dança, música e literatura não são facilmente redutíveis aos métodos científicos tradicionais. Portanto, muitos filósofos e cientistas admitem os limites da ciência e o valor epistêmico de outros saberes.

É o caso de Paul Feyerabend (1924-1994), para quem a ciência deve utilizar diferentes métodos, evitando regras inflexíveis. Utilizando a história da ciência para mostrar que os avanços científicos podem ocorrer de forma imprevisível ou não linear, ele argumenta que as ciências (Naturais ou Humanas) não podem adotar métodos únicos. Crítico das epistemologias tradicionais, o filósofo austríaco reconhece o caráter social e humano da produção científica, sempre influenciada pelos contextos sociais nos quais é produzida. Logo, argumenta em favor de uma abordagem contextual para as ciências, reconhecendo que não há hierarquias entre as diversas formas de conhecimento. Junto com Kuhn e Lakatos, Feyerabend é parte da chamada **Nova Filosofia da Ciência**.

Feyerabend foi contra a adoção de critérios que julgassem a qualidade das teorias científicas baseados no confronto com os fatos, como o falsificacionismo de Karl Popper. Hannover, Alemanha, 1992.

GLOSSÁRIO

Hermenêutica:

é a busca por fundamentos filosóficos, epistemológicos e interpretativos próprios das Ciências Humanas.

Nova Filosofia da Ciência:

oposta à perspectiva positivista ou tradicional, prioriza a análise da origem e do desenvolvimento do saber, bem como seus métodos e técnicas.

Anna Weise/akg-images/Album/Fotoarena

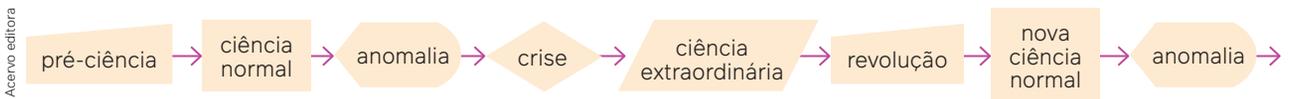


Revoluções científicas

O período do Renascimento (entre os séculos XIV e XVII) foi marcado por revoluções, ou, ainda, uma “crise de consciência europeia”, como nos lembra Alexandre Koyré (1892-1964), filósofo da ciência russo radicado na França. Em sua obra *Do mundo fechado ao universo infinito* (1957), Koyré analisa como o pensamento filosófico e científico foram responsáveis por profundas revoluções ocorridas na concepção que temos do mundo e nas formas de conhecê-lo.

Mas por que, afinal, continuamos a estudar teorias que foram, por assim dizer, superadas por outras? As revoluções científicas não descartariam de vez essas teorias? Como é possível pensar o progresso e a manutenção de uma ciência segura à luz de uma trajetória tão marcada por reviravoltas? Veremos como Thomas Kuhn, em sua obra *A estrutura das revoluções científicas*, de 1962, amplia o conceito de ciência à luz do conceito de história para tentar responder a essas questões.

Kuhn defende o caráter histórico da noção de progresso científico. Para ele, entender a ciência é aceitar que ela é uma atividade que inclui tanto momentos de **revoluções** (em que há o abandono de uma estrutura teórica e sua substituição por outra, incomensurável, isto é, incompatível com a anterior) quanto momentos de continuidade por acumulação (que se caracterizam pelo estabelecimento de um paradigma) na **ciência normal**. Essa visão sobre o desenvolvimento histórico da ciência pode ser expressa, em sua complexidade, pela seguinte estrutura aberta:



“Ciência normal” corresponde às pesquisas e atividades científicas baseadas em uma ou mais realizações e soluções modelares reconhecidas, por algum tempo, por uma comunidade científica. A essas realizações Kuhn denominou **paradigmas**, como vimos no início deste capítulo. Ocorre que, quando uma anomalia se insere no cotidiano da atividade científica, ela implica, em um primeiro momento, que o paradigma estabelecido siga apesar dela e, com isso, saia fortalecido.

Apenas quando a anomalia se mostra resistente é sinal de que se iniciou uma crise que levará a comunidade científica a um momento de ciência extraordinária, isto é, um momento de disputas entre modelos concorrentes à solução da crise. Nesse momento, é permitido e até desejável que diferentes modelos sejam apresentados, a fim de alcançar, em um processo revolucionário, o estatuto de paradigma vencedor. Ao demonstrar sua força frente aos modelos concorrentes, o novo paradigma estabelece novamente a ciência normal.

Um dos exemplos dessa passagem revolucionária se encontra na história da Astronomia ocidental: a passagem do **mundo geocêntrico** para o **mundo heliocêntrico**, com o Sol em seu centro. O primeiro modelo fazia parte da Astronomia e Cosmologia dos filósofos Aristóteles (384-322 AEC) e Cláudio Ptolomeu (90-168), no qual a Terra estaria no centro do mundo. Já o segundo foi proposto pelo astrônomo e matemático polonês Nicolau Copérnico (1473-1543).

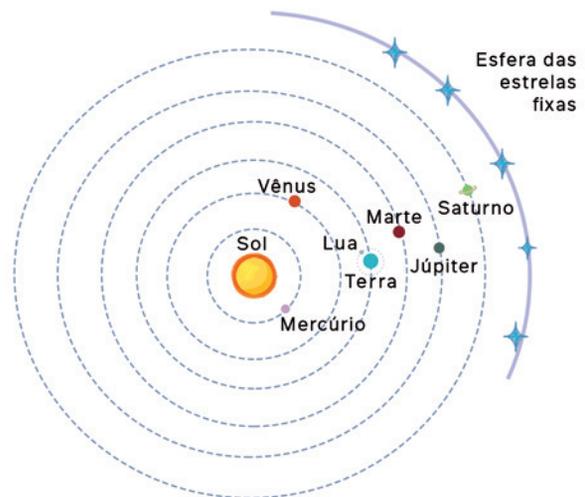
Claudia Marianno

MODELO GEOCÊNTRICO PROPOSTO POR ARISTÓTELES E PTOLOMEU



Modelo geocêntrico proposto por Aristóteles e Cláudio Ptolomeu.

O SISTEMA HELIOCÊNTRICO PROPOSTO POR COPÉRNICO



O sistema heliocêntrico proposto por Copérnico.

Aliás...

Você encontra uma análise da revolução copernicana no Capítulo 2, “Pensar e conhecer”.

GLOSSÁRIO

Índex: lista oficial de livros censurados pela Igreja Católica Romana entre os séculos XVI e XX.

Éthos: conjunto de comportamentos, costumes, disposições, hábitos.

Viés: introdução sistemática de erros ou distorções, consciente ou não, que pode resultar em conclusões incorretas ou enviesadas.

Na leitura de Kuhn, o paradigma geocêntrico entrou em crise no fim do século XVI, quando outros modelos disputaram seu lugar explicativo e preditivo da organização do mundo e dos astros. Nesse momento, o heliocentrismo se fortaleceu, apesar de não contar com uma aceitação total, uma vez que essa teoria foi negada também pela Igreja Católica, que a incluiu no **Índex**. A situação desse novo paradigma começa a se modificar apenas quando da defesa e demonstração do sistema heliocêntrico pelo astrônomo italiano Galileu Galilei (1564-1642), que passa a praticá-lo e aprimorá-lo no que ficou conhecido como **revolução copernicana**.

Objetividade e valores nas ciências

Remetemos a Immanuel Kant (1724-1804) a realização de uma revolução copernicana. Na filosofia, Kant também opera uma revolução naquilo que conhecemos como objetividade. Se, para a filosofia escolástica, objetivas eram as coisas tal como se apresentam à consciência e subjetivas as “coisas em si”, a filosofia kantiana coloca os termos em uma completa oposição. Kant localiza a validade objetiva nas formas puras da sensibilidade (tempo, espaço e causalidade).

Essa separação entre subjetividade e objetividade marca o projeto da ciência moderna ocidental e se reafirma na matematização do método de Galileu e na mecanização da física de Isaac Newton (1643-1727). A objetividade científica passa a significar, assim, tanto a linguagem quanto o método e comportamento (**éthos** e valores) compartilhados por uma comunidade científica.

Filósofos da ciência destacam ainda a distinção entre valores cognitivos (como a simplicidade e a adequação empírica, o poder explicativo e o poder de antecipar possibilidades abertas aos fenômenos no âmbito de uma teoria científica) e valores sociais ou éticos (como orientações e definições da cultura em que a comunidade científica está situada). A objetividade, em seu caráter plural e histórico, pode se constituir tanto como um valor cognitivo quanto social ou ético.

A objetividade corresponde, então, a uma propriedade do conhecimento científico e à atitude e ao modo de proceder dos cientistas. Seus critérios incluem desde aspectos cognitivos, como na escolha de teorias e seu desenvolvimento, até políticos e sociais, como na definição de problemas e sujeitos da atividade científica.

Para o filósofo francês Gaston Bachelard (1884-1962), a objetividade não se distancia das características sociais da prova; isto é, para alcançar a objetividade é preciso expor, de maneira discursiva e detalhada, um método de objetivação. Esse método não pode ser único, uma vez que comunidades científicas são plurais e autônomas em suas formações particulares e deliberações coletivas. Por isso, o caráter pluralista da objetividade científica precisa ser destacado em sua definição. A objetividade científica, a despeito de sua promessa de neutralidade e universalidade, muitas vezes corrobora visões preconcebidas de grupos e interesses bem definidos, como demonstram pesquisas sobre tabaco, mudanças climáticas, melhoramento de sementes, entre outras. Isso ocorre porque **vieses** de publicação podem influenciar desde a metodologia aos resultados, como a origem do financiamento da pesquisa e interesses políticos e econômicos, por exemplo.

Integrando saberes

Projeto Carta do Céu

O projeto da Carta do Céu, iniciado em 1887, em Paris, é um bom exemplo do caráter plural da objetividade científica. Foram 18 observatórios em todo o mundo e décadas de trabalho que não alcançaram o sucesso planejado. O objetivo do projeto era a produção de um atlas com milhares de fotografias produzidas por diferentes observatórios que se dedicariam a zonas específicas do céu. Essas fotografias seriam tiradas por um instrumento equatorial fotográfico, criado pelos franceses Paul e Henry Prosper e Paul Gautier, capaz de fotografar astros muito distantes. A astrofotografia poderia garantir velocidade, permanência e autenticidade, isto é, valores cognitivos que revelavam objetividade ao projeto, mas a globalidade e uniformidade, características de um projeto dessa dimensão, só foram possíveis por um acordo quase contratual, próprio de valores político-sociais.

Devido à desigualdade socioeconômica entre os países, as diferenças relativas ao espaço geográfico e a formação dos cientistas, vários observatórios não conseguiram concluir suas pesquisas. O Brasil participou do projeto e financiou equipamentos que, definidos pelo rigor e visando à padronização dos resultados, precisavam seguir especificidades técnicas, mas não pôde concluir o projeto. Apenas França e Inglaterra conseguiram validar os equipamentos e métodos científicos próprios. Esse projeto denota como a objetividade nos ajuda a compreender a importância dos valores para ciências como a Geografia, a Astronomia e até mesmo a Física.



Teoria da objetividade forte

Críticas feministas de diferentes perspectivas sobre a objetividade científica, como as da filósofa Sandra Harding (1935-), analisam a impossibilidade de uma visão única sobre esse conceito. Na obra *Objetividade e diversidade: uma outra lógica da pesquisa científica* (2015), Harding apresenta a atualidade da teoria feminista do ponto de vista e propõe a teoria da objetividade forte, reconhece a diversidade como um valor que maximiza a objetividade, pelo reconhecimento de perspectivas até então ignoradas ou destituídas de autoridade epistêmica.

Em suas palavras:

Iniciar a pesquisa para além dos quadros conceituais dominantes. O programa de objetividade forte defende que iniciar a pesquisa “de fora” de uma disciplina pode permitir detectar os valores, interesses e pressupostos dominantes que podem ou não ser os mais aceitos, mas que tendem a servir primordialmente aos grupos sociais mais poderosos. [...]

Mas o que significa iniciar uma pesquisa de fora de sua disciplina? Evidentemente não é possível se colocar completamente fora de sua socialização no interior de uma disciplina pesquisada, muito menos de fora, em um sentido mais amplo, de sua própria época histórica, a fim de flutuar livremente sobre a cultura e a história, como os filósofos da ciência convencional imaginaram ser possível. Definitivamente, não há nenhum lugar em particular de onde se possa ver o mundo todo. Ninguém é capaz de obter “a visão de lugar nenhum” que Donna Haraway (1988) memoravelmente se referiu como o truque mítico de Deus. Contudo, encontrar ou criar apenas uma pequena distância de suposições e interesses predominantes pode ser suficiente para possibilitar que perspectivas críticas iluminem questões de maneiras novas.

Como essa distância crítica pode ser conquistada e usada para maximizar a objetividade da pesquisa? Uma importante forma de fazê-lo consiste em promover a diversidade que falta nas comunidades de pesquisa. “Ações afirmativas” podem produzir benefícios científicos e políticos tanto para as comunidades como para os indivíduos que passaram a integrá-las desta forma. Evidentemente nem todo tipo de aparente falta de “diversidade” colabora com tal projeto. Não precisamos convidar supremacistas brancos, neo-Nazis, ou os que defendem a supremacia masculina que supostamente estariam faltando a fim de promover o crescimento do conhecimento. Ainda que suas perspectivas possam utilmente ser objetos de escrutínio crítico, já estamos muito familiarizados com o tipo de suposições e metodologias que eles usam e com o resultado de pesquisas que tais perspectivas tendem a produzir. De fato, é exatamente porque tais suposições são tão frequentemente predominantes nos padrões de pesquisa que a objetividade forte é necessária para identificá-las e desalojá-las. Pelo contrário, as perspectivas dos grupos oprimidos economicamente, politicamente e socialmente é que podem trazer novidades valiosas para novos tipos de compreensão nos projetos de pesquisa. Assim, o projeto da objetividade forte problematiza a recomendação não crítica da mera diversidade dos corpos humanos – mero multiculturalismo – nas comunidades científicas. Essa é uma posição liberal amplamente utilizada que falha em reconhecer exatamente o que é científica e politicamente valioso sobre o pensamento que advém da vida dos grupos oprimidos. Mera diversidade não possui os recursos teóricos e analíticos para capturar porque as “perspectivas faltantes” são tão valiosas. [...]

HARDING, Sandra. Objetividade mais forte para ciências exercidas a partir de baixo. *Em Construção*, Rio de Janeiro, n. 5, p. 149, 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/emconstrucao/article/view/41257/29787>. Acesso em: 4 jul. 2024.



UCLA STAFF Photographer

Sandra Harding.

A ciência como uma prática social

Filósofos da ciência de diferentes perspectivas teóricas, como o francês Gaston Bachelard (que defende a ideia de que a ciência se faz em cidades científicas marcada por linguagens distintas), o polaco Ludwick Fleck (1896-1961) (que defende a noção de estilos de pensamento socializados em seus coletivos) e, mais recentemente, Helen Longino (que defende inclusive uma não separação entre valores cognitivos e sociais), vão defender a ciência enquanto uma prática social, isto é, cultural e histórica.

A história da ciência nos mostra que a imagem de um cientista é determinada por uma formação cada vez mais especializada, a partir do século XIX, e por um *étos* (uma atitude compartilhada) da comunidade científica à qual está vinculada. Essa formação se refere tanto ao domínio de conteúdos (teóricos e práticos) de uma área da ciência quanto à aplicação, ainda que com espaço para crítica de paradigmas estabelecidos em uma área; ou seja, a atividade científica carrega valores de sua tradição e os atualiza ou ratifica em seu desenvolvimento.

Augusta Ada Byron King, a condessa de Lovelace, conhecida como Ada Lovelace (1815-1852), matemática e escritora inglesa, teria escrito o primeiro algoritmo conhecido. Esse trabalho se deu pela tradução de um manuscrito de Luigi Federico Menabrea, seguida de anotações da tradutora sobre como a máquina analítica poderia ser usada para a melhoria da vida em sociedade e não só para cálculos. Nas notas finais, encontramos seu algoritmo para que a máquina pudesse computar a sequência de Bernoulli. Esse feito foi posteriormente reconhecido pela comunidade científica como sendo o primeiro algoritmo da história.

Aliás...

Você encontra uma análise crítica sobre algoritmos no Capítulo 24, “Tecnologias e redes sociais: perigos e potencialidades”, e uma reflexão sobre a relação entre ciência e guerra no Capítulo 5, “Antropologia filosófica: corpo e linguagem”.

GLOSSÁRIO

Cálculo lambda: na lógica matemática e na Ciência da Computação, o cálculo lambda (cálculo- λ) é um sistema formal que estuda funções recursivas computáveis.

The image shows a complex table titled "Diagram for the computation by the Engine of the Numbers of Bernoulli. See Note G. (page 222 of app.)". The table is organized into several columns: "Number of Operations", "Variables used", "Variables occurring", "Definition of change in the value of any Variable", "Statement of Results", "Rules", "Working Variables", and "Result Variables". The rows contain mathematical expressions and symbols, representing the steps of an algorithm for calculating Bernoulli numbers. The table is dense with mathematical notation, including subscripts and superscripts.

Dados contendo o que é considerado o primeiro algoritmo da história.

Mas o conceito de algoritmo só foi formalizado em 1936 pela máquina de Turing, do matemático britânico Alan Turing (1912-1954), e pelo **cálculo lambda**, do estadunidense Alonzo Church (1903-1995), que formaram as primeiras fundações da Ciência da Computação. Os resultados de trabalhos dessa ciência, como os de Turing e outros, foram usados por militares na Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Falando nisso...

A origem africana da humanidade

O químico e antropólogo senegalês Cheikh Anta Diop (1923-1986) desafiou paradigmas da ciência moderna ocidental ao demonstrar, com padrões metodológicos característicos da Antropologia, a origem africana da humanidade e da própria civilização ocidental. Seu texto “A origem dos antigos egípcios” resulta de sua participação no Colóquio Internacional do Cairo, em 1974, em que apresentou e confrontou, juntamente com Théophile Obenga, seus métodos e resultados com o de outros cientistas. Nesse colóquio, Diop e Obenga defenderam a hipótese da origem africana negra da civilização egípcia com base em dados da antropologia física, como estudos de representações humanas do período proto-histórico, de testes de dosagem de melanina de múmias provenientes das escavações de Marietta, no Egito, de análise de grupos sanguíneos e de considerações de autores clássicos da Antiguidade, como Heródoto. Pesquisas como a de Diop e Obenga denotam a relevância da ciência em seu aspecto social, ao lançar luz sobre comunidades científicas, problemas, temas e metodologias alternativas ao modelo ocidental.



Disputas nas ciências e confiabilidade científica

O positivismo lógico do círculo de Viena também via a Ciência como uma prática social, mas defendia a necessidade de um critério de demarcação que a afastasse de aspectos metafísicos. Formado no início dos anos 1920, por Philipp Frank (1884-1966), Hans Hahn (1879-1934), Moritz Schilick (1882-1936), Rudolf Carnap (1891-1970) e Hans Reichenbach (1891-1953), em reação à Filosofia Idealista praticada na Alemanha, o círculo de Viena foi influenciado por ideias positivistas de Ernst Mach (1838-1916) e Auguste Comte, pela lógica de Russell, Whitehead, Peano e Frege, e pela física de Einstein.

GLOSSÁRIO

Tautológico: explicação que repete aquilo que visa explicar; exemplos: “fato real”, “a chuva caiu”, entre outros.

O positivismo lógico ou neopositivismo tinha em seu programa três pontos principais:

1. A Ciência deve poder ser unificada na sua linguagem e nos fatos que a fundamentam, pois todo conhecimento científico vem da experiência e do caráter **tautológico** do pensamento.

2. A Filosofia se reduz a uma elucidação das proposições científicas e estas se referem direta ou indiretamente à experiência.
3. O sucesso de tal filosofia elimina a metafísica, uma vez que toda questão será provida de sentido pelas ciências empíricas.

O objetivo do círculo era desenvolver uma nova Filosofia da Ciência por linguagem lógica e rigor científico. Apenas a ciência empírica (a Física) serviria de modelo para alcançar os enunciados científicos que descrevem observações. Essa marca distintiva das ciências empíricas seria, então, o critério de demarcação do que é científico.

Algumas abordagens da Filosofia, História e Sociologia da Ciência se afirmaram, também no século XX, em oposição a esse modelo neopositivista. Elas buscavam compreender o conhecimento científico por meio dos estudos sociais e culturais, movimento que culmina na formação de uma área denominada Estudos Sociais das Ciências (*science studies*). Comumente ligada ao relativismo, essa área mobilizou debates acalorados em torno dos trabalhos dos sociólogos britânicos David Bloor (1942-) e Harry Collins (1943-), do sociólogo francês Bruno Latour (1947-2022), entre outros, que defendiam, grosso modo, a utilidade das controvérsias como ferramenta privilegiada das ciências e a impossibilidade de submissão a um único critério de demarcação.

Como vimos sendo defendidas também por autores da Nova Filosofia da Ciência e por filósofas feministas, as controvérsias ou disputas científicas são importantes para uma visão complexa da ciência, isto é, um olhar mais próximo de sua atividade. Essa abordagem não acredita na possibilidade de uma unificação da ciência, mas isso não impede que se destaque essa unificação para a sociedade. As controvérsias, quando bem entendidas como parte do funcionamento das ciências, auxiliam inclusive em sua defesa. Afinal, como vimos nos primeiros capítulos deste livro, a dúvida foi o primeiro motor do conhecimento filosófico e científico.

Ferramentas da Filosofia

A boa vontade não basta

Leia o texto de Isabelle Stengers.

Nestes tempos em que prevalece a economia do conhecimento, os cientistas poderiam sentir necessidade dessa inteligência pública capaz de irrigar um meio de conhecedores. Assim como a ciência inculta pode facilmente se tornar culta ou oculta, a confiança indiferente pode resvalar em desconfiança e hostilidade, e isso ocorre mais facilmente na medida em que os vínculos orgânicos entre pesquisa e interesses privados estão cada vez mais densos e os escândalos de conflitos de interesses cada vez mais numerosos. Assim, os cientistas que lutarão para conservar um mínimo de autonomia não poderão se contentar com apelos para “salvar a pesquisa”. Eles deverão ousar dizer do que é necessário salvá-la, deverão tornar pública a maneira como são incitados, ou mesmo constrangidos, a se tornar simples fornecedores de oportunidades industriais – e precisarão de uma inteligência pública capaz de ouvi-los.

[...]

É aqui que entra em questão o próprio *éthos* dos cientistas, especialmente sua desconfiança diante de qualquer risco de “mistura” entre o que acreditam ser “fatos” e “valores”. E essa desconfiança profundamente inculcada é bastante diferente de uma simples ignorância, a qual poderia ser remediada com aulas de epistemologia ou de história das ciências. [...] Certamente, todo cientista digno do nome se prontificará em provar sua lealdade aos princípios epistemológicos que tratam dos limites dos saberes e das condições de sua validade, mas o fará apenas de maneira formal, pois esses princípios serão esquecidos assim que surgir uma situação na qual seu saber aparecerá como capaz de oferecer uma solução “apropriada”, enfim “racional”, a uma pergunta que havia atizado o papo-furado. Sublinhar que esse *éthos* dos cientistas implica a rejeição dos saberes culturais é dizer o óbvio, já que os amadores podem ser identificados como os cheios de papo que, ao se apossarem das soluções apropriadas, as mergulham novamente em um mundo de discussões sem propósito.

STENGERS, Isabelle. *Uma outra ciência é possível*: manifesto por uma desaceleração das ciências. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2023. p. 34-35.

1. O texto afirma que “a confiança indiferente pode resvalar em desconfiança e hostilidade”. Explique, com base no conteúdo do trecho e do capítulo estudado, como a Filosofia da Ciência apresenta alternativas a isso.
2. Como a separação entre “fatos” e “valores” explica a pretensa hierarquia entre as ciências?





1. Com base na leitura do trecho a seguir e de suas leituras sobre o conteúdo do capítulo, marque no caderno a opção correta.

Considero “paradigmas” as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência.

KUHN, T. S. *A estrutura das revoluções científicas*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1997. p. 13.

- (1) As revoluções científicas, tal como defende Thomas Kuhn, são momentos de acumulação de conhecimento por paradigmas estabelecidos pela comunidade científica.
 - (2) Ciência normal corresponde às pesquisas e atividades científicas baseadas em uma ou mais realizações e soluções modelares reconhecidas, por algum tempo, por uma comunidade científica.
 - (3) A ciência extraordinária mostra que paradigmas estabelecidos sempre resistem a anomalias.
 - (4) O novo paradigma estabelecido pelo sistema heliocêntrico, proposto por Copérnico, não só modificou nossa compreensão sobre o mundo como também atualizou a teoria geocêntrica ptolomaica, tornando-a pseudocientífica.
2. Com base no conteúdo do capítulo, apresente o critério de demarcação que define o que é ciência para o filósofo austríaco Karl Popper.
 3. Diferentemente do falsificacionismo de Popper, Imre Lakatos propõe uma análise demorada do desenvolvimento da ciência. Para Lakatos, trata-se mais de entender o modo de funcionamento da ciência enquanto adoção de programas de pesquisa. Sobre a proposta de Lakatos, apresentada no presente capítulo, explique como são feitas as escolhas de manter ou adotar um novo programa de pesquisa.
 4. De acordo com a leitura do trecho a seguir, explique a concepção anarquista epistemológica de Paul Feyerabend.

[...] a unanimidade de opinião pode servir a uma igreja, às vítimas aterradas ou ávidas de um (antigo ou moderno) mito, ou aos seguidores fracos e voluntários de um tirano. A variedade de opiniões é necessária ao conhecimento objetivo. E um método que encoraje a variedade é também o único método compatível com uma perspectiva de humanidade.

FEYERABEND, Paul. *Contra o método*. Tradução: Octanny S. da Mota e Lonida Hegenberg. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977. p. 57.

5. Leia atentamente o texto a seguir.

A queda dos experts

O casamento entre ciência e política foi feliz enquanto os avanços científicos estiveram identificados de forma inequívoca com melhorias na qualidade de vida. Desde o fim dos anos 1970, no entanto, tem crescido a percepção dos riscos decorrentes da tecnologia. Vivemos numa “sociedade de risco”, como sugeriu o sociólogo Ulrich Beck, e uma de suas características é a possibilidade de acidentes graves, como o da usina nuclear de Chernobyl, em 1986, ou de catástrofes em escala global, como a pandemia. A legitimidade de decisões políticas fundamentadas na ciência passou a depender de acordos mais frágeis, pois muitas vezes são incertos – e uma pequena quebra de confiança pode ter um efeito bola de neve.

O livro *The Crisis of Expertise*, publicado em 2019 pelo sociólogo norte-americano Gil Eyal, ressalta que a nossa sociedade “pós-industrial, computadorizada e medicalizada”, tendo confiado durante longo tempo nos experts, resolveu agora reavaliar o trabalho deles. Isso ocorre após se acumularem várias recomendações ambíguas dadas por eles sobre temas que afetam o cotidiano das pessoas. Eyal dá um exemplo: durante anos, a Food and Drug Administration (FDA), órgão que controla os medicamentos e alimentos nos Estados Unidos, endossou o adoçante ciclamato como substância segura. Na década de 1970, entretanto, resolveu proibi-lo, dizendo que causava câncer. A mudança de posição é compreensível, porque, como é normal à dinâmica da ciência, pode ocorrer a descoberta de novas evidências que levem a rejeitar a hipótese anterior. Acontece, porém, que um comitê da FDA decidiu, em 1984, que a substância não era cancerígena e, no ano seguinte, a Academia de Ciências interveio, dizendo que era insegura quando administrada com sacarina. Assim funciona a ciência, de fato, renovando-se sempre em razão de conhecimentos novos. Mas para os cidadãos comuns ficou esta pergunta: Causa ou não causa câncer, afinal? Não seria razoável pensar, em vista da inconstância das posições, que a FDA possa, futuramente, voltar atrás, mais uma vez? Outros casos não faltam, como as inversões na orientação sobre o consumo de ovos (faz mal/não faz mal) ou os prejuízos causados à saúde pelo colesterol. Essas mudanças de visão, quando não assustam, viram motivo de chacota das pessoas.

Vale lembrar, sobretudo, o grave episódio de 1998, quando a revista científica *The Lancet* publicou um

artigo que associava a vacina tríplice viral (contra sarampo, caxumba e rubéola) ao autismo – e que levou o autor, o médico Andrew Wakefield, a ter sua licença cassada. Um artigo com tão grave conclusão deveria ter sido examinado com mais rigor pela comunidade de especialistas que participa da revista, ela própria uma instituição que faz certa intermediação entre a ciência e o conhecimento público. A Lancet, contudo, se retratou apenas doze anos mais tarde, colocando uma tarja vermelha sobre o texto da publicação. Antes disso, em 2004, publicou a retratação da maioria dos cientistas que assinaram o estudo. Durante esse período, um vasto número de pesquisas científicas provou que a vacina tríplice viral e outras tantas são seguras, desmentindo a correlação com o autismo. Mesmo assim a taxa de vacinação começou a cair em alguns países. Entidades organizadas se aproveitaram do medo das pessoas para intensificar sua ação, ampliando a dúvida e a desinformação, e espalhando pelos países, inclusive o Brasil, o movimento antivacina. Ter um artigo científico publicado em revista de boa reputação ajudou nesse processo.

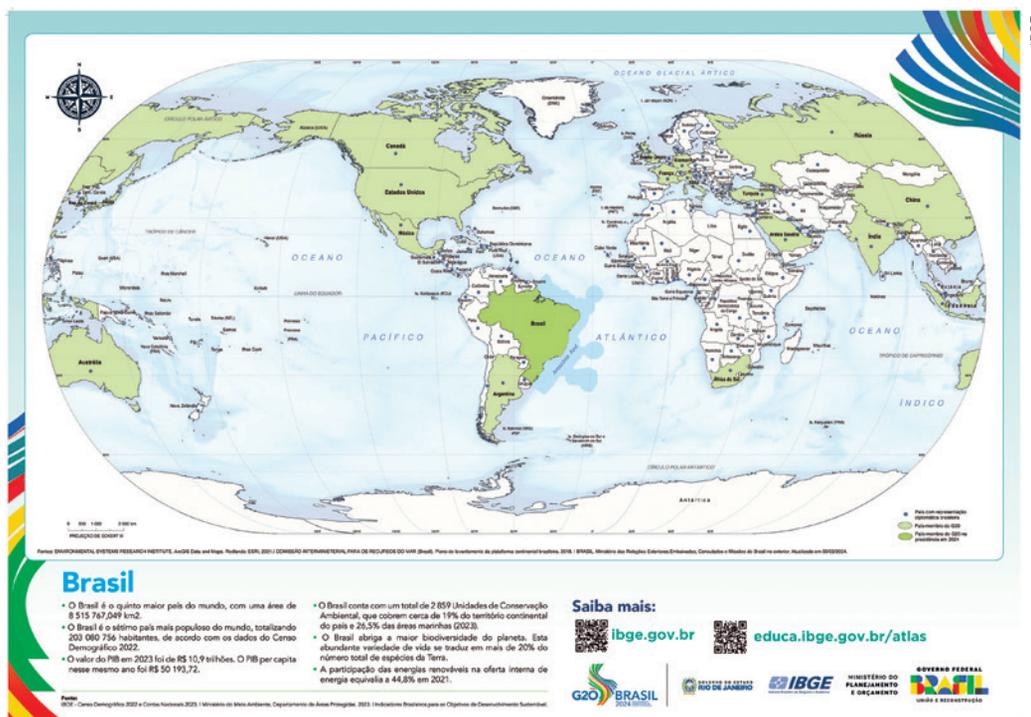
Eyal pergunta: Em face dessas inconstâncias, será uma atitude tão irracional da parte dos leigos duvidar dos experts? Talvez não, principalmente porque as pessoas parecem desconfiar cada vez mais que muitas pesquisas são financiadas por empresas, o que as leva a suspeitar que os experts possam ter motivos ocultos (de ordem política ou comercial) para endossá-las. A suspeição e o ceticismo foram, assim, corroendo a palavra dos especialistas.

O abalo na credibilidade dos *experts*, que é um fenômeno mundial, coincidiu com o avanço da extrema direita, que tem entre seus temas preferidos a desqualificação do trabalho dos especialistas, das instituições científicas e da ciência em geral. São muitos os motivos que levam esses conservadores a desmerecer a ciência – um deles tem a ver com a estratégia de destruir a independência das instituições em uma democracia, a fim de concentrar o poder numa só instância, o Executivo. Como os experts se reúnem em órgãos relativamente autônomos, dotados de saber, de autoridade e de relativa capacidade de mediação com os cidadãos, constituem por isso uma ameaça ao poder do governante autoritário. Seguem-se, então, os esforços desse governante e seus seguidores para corroer a confiança nas instituições, com acusações injustas, mentirosas e estapafúrdias, valendo-se de uma desconfiança prévia das pessoas [...].

ROQUE, Tatiana. A queda dos experts: a pandemia colocou em xeque o papel exercido pelos intermediadores da ciência com a política. *Revista Piauí*, São Paulo, edição 176, maio 2021. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/queda-dos-experts/>. Acesso em: 3 set. 2024.

Com base na leitura do texto e nos conhecimentos trabalhados no capítulo, disserte sobre a relação entre a ciência e a política em sociedades democráticas.

- O mapa-múndi produzido pelo IBGE em 2024 tem a marcação dos países que compõem o G20 e dos que possuem representação diplomática brasileira, além de algumas informações básicas sobre o Brasil, como população e área, entre outros dados. Em termos de objetividade científica, tal como aprendemos no presente capítulo, disserte sobre os valores envolvidos na produção de mapas.



Fonte: Agência IBGE Notícias. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39793-mapa-mundi-do-ibge-com-o-brasil-no-centro-do-mundo-podera-ser-adquirido-na-loja-virtual-do-instituto>. Acesso em: 18 set. 2024.

Analise a resolução de questões do Enem relacionadas ao conteúdo estudado na unidade.

1. (Enem – 2017)

Uma conversação de tal natureza transforma o ouvinte; o contato de Sócrates paralisa e embaraça; leva a refletir sobre si mesmo, a imprimir à atenção uma direção incomum: os temperamentais, como Alcibíades, sabem que encontrarão junto dele todo o bem de que são capazes, mas fogem porque receiam essa influência poderosa, que os leva a se censurarem. É sobretudo a esses jovens, muitos quase crianças, que ele tenta imprimir sua orientação.

BRÉHIER, E. *História da filosofia*. São Paulo: Mestre Jou, 1977.

O texto evidencia características do modo de vida socrático, que se baseava na

- a) contemplação da tradição mítica.
- b) sustentação do método dialético.
- c) relativização do saber verdadeiro.
- d) valorização da argumentação retórica.
- e) investigação dos fundamentos da natureza.

Gabarito: B

Justificativa: Essa questão exige familiaridade com a peculiaridade do método filosófico de Sócrates, que privilegiava a oralidade. O filósofo questionava seus discípulos sobre a natureza das coisas até que se reconhecesse, junto com seu interlocutor, a total ignorância sobre o que fora inicialmente questionado. É dessa constatação, a de que Sócrates “sabe que nada sabe”, que se atribuía ao filósofo o título de “mais sábio entre os homens”. A alternativa correta é a **B**, pois remete à reflexão socrática por meio de diálogos, conhecida como método dialético, a qual produzia forte impacto sobre os interlocutores, especialmente os mais jovens. A alternativa **A** está incorreta, pois apesar de Sócrates se valer ocasionalmente de mitos em seus diálogos, utiliza-os de forma ilustrativa para melhor elucidar algum aspecto de sua reflexão e não como uma forma de apologia à tradição. A alternativa **C** está incorreta, pois embora Sócrates questionasse as verdades estabelecidas de forma dogmática, seu método objetivava a busca pelo conhecimento verdadeiro. A alternativa **D** está incorreta, pois a simples valorização da argumentação retórica, com o objetivo de vencer o oponente em um debate, estava mais associada à prática dos sofistas que se colocavam em oposição ao método socrático. A alternativa **E** está errada, pois o método socrático inaugura uma nova fase da Filosofia que transfere a maior parte de seus esforços para a compreensão do ser humano e sua vida em sociedade, em vez das investigações sobre a origem da natureza.

2. (Enem – 2018)

No início da década de 1990, dois biólogos importantes, Redford e Robinson, produziram um modelo largamente aceito de “produção sustentável” que previa quantos indivíduos de cada espécie poderiam ser caçados de forma sustentável baseado nas suas taxas de reprodução. Os seringueiros do Alto Juruá tinham um modelo diferente: a quem lhes afirmava que estavam caçando acima do sustentável (dentro do modelo), eles diziam que não, que o nível da caça dependia da existência de áreas de refúgio em que ninguém caçava. Ora, esse acabou sendo o modelo batizado de “fonte-ralo” proposto dez anos após o primeiro por Novaro, Bodmer e o próprio Redford e que suplantou o modelo anterior.

CUNHA, M. C. *Revista USP*, n. 75, set.-nov. 2007.

No contexto da produção científica, a necessidade de reconstrução desse modelo, conforme exposto no texto, foi determinada pelo confronto com um(a)

- a) conclusão operacional obtida por lógica dedutiva.
- b) visão de mundo marcada por preconceitos morais.
- c) hábito social condicionado pela religiosidade popular.
- d) conhecimento empírico apropriado pelo senso comum.
- e) padrão de preservação construído por experimentação dirigida.

Gabarito: D

Justificativa: Para essa questão é necessário o entendimento sobre a existência de diferentes formas de conhecimento, principalmente a aceção contemporânea de ciência que procura promover relações entre o saber científico e os saberes tradicionais, não formais. Diferentemente de uma visão positivista de ciência, com forte influência colonialista, que procura hierarquizar os conhecimentos, a Nova Ciência procura refletir também sobre as concepções que surgem com base no senso comum, antes renegado. A alternativa correta é a **D**, pois se refere aos conhecimentos empíricos construídos pelo senso comum, os quais, no texto, foram assimilados pelo modelo científico posterior. A alternativa **A** está incorreta, porque não há referências no texto a uma operação da lógica formal. A alternativa **B** está incorreta porque a visão de mundo dos seringueiros não apresenta preconceitos morais, mas um conhecimento prático do mundo. A alternativa **C** é incorreta, porque não há no texto referências às práticas religiosas dos sujeitos. A alternativa **E** está incorreta, pois os processos de experimentação dirigida fazem parte do método científico e não dos saberes tradicionais mencionados no trecho.

Vamos fazer uma exposição?

Trata-se de uma apresentação pública de trabalhos, serviços ou produtos.

Nesta atividade, sugerimos uma exposição de cartazes feitos em grupos de quatro ou cinco estudantes sobre as diferentes formas de conhecimento. Todavia, se a turma preferir, a exposição pode ser virtual.



João Prudente/Pulsar Imagens

Exposição de cartazes criativos na Rua da Cidadania da Matriz, em Curitiba (PR), 2024.

Indicamos o passo a passo a seguir:

Pesquisa

- Pesquise sobre as diferentes formas de conhecimento. Embora não haja uma classificação única, sugerimos que considere os tipos a seguir:

arte	filosofia
religião	ciência

- Para cada forma de conhecimento, busque as características gerais, relevância social e exemplos. Nesta etapa, é interessante compartilhar as escolhas de cada grupo, para evitar repetições. Também vale dialogar com professores de Informática educativa, para otimizar o trabalho, que poderá envolver uma ou mais turmas.

Preparo

- Prepare o cartaz, produzindo os textos explicativos sobre a forma de conhecimento pesquisada e as ilustrações selecionadas. Há sites e aplicativos na internet com *templates* gratuitos que podem ser usados na montagem dos cartazes. É importante delimitar o tipo de expressão do conhecimento dentro da temática escolhida pelo grupo. Por exemplo, se seu grupo escolheu a arte como expressão do conhecimento, delimite seu tipo (dança, música, teatro, entre outros) e traga suas características básicas, sua importância social e alguns exemplos ilustrativos.

Expondo o resultado final

- Exponha o cartaz na sala de aula, nos corredores da escola ou em outro espaço disponível. Se a exposição for virtual, organize um ambiente próprio, que todos possam visitar. Lembre-se que a exposição beneficia tanto aqueles que pesquisam para produzi-la quanto os que a visitam.



1. (UEPG-PR – 2018)

Sobre a questão "O que é filosofia?", assinale o que for correto.

(01) A filosofia é considerada uma ciência pelo fato de possuir uma definição conceitual própria.

(02) A filosofia é um estudo baseado nas pesquisas de opinião à maneira dos meios de comunicação de massa.

(04) A filosofia não é uma ciência, mas pode questionar e refletir sobre os fundamentos da ciência.

(08) A filosofia é um campo do conhecimento que traz como atributo o ato de questionar explicações "usuais" (cotidianas), como um meio de buscar respostas embasadas em justificativas racionais.

2. (UEM-PR – 2021)

Experiência da razão e da linguagem, a filosofia é a peculiar atividade reflexiva em que, na procura do sentido do mundo e dos humanos, o pensamento busca pensar-se a si mesmo, a linguagem busca falar de si mesma e os valores (o bem, o verdadeiro, o belo, o justo) buscam a origem e a finalidade da própria ação valorativa. Essa experiência, concretizada no e pelo trabalho de cada filósofo, constitui o discurso filosófico.

CHAUI, M. Prefácio. In: *Antologia de textos filosóficos*, Curitiba: SEED-PR, 2009.

A partir da afirmação, é **correto** afirmar que o discurso filosófico

(01) é uma atividade que cria livremente objetos imaginários, dotados de valor estético.

(02) é uma atividade cujo traço distintivo está em opinar sobre problemas abstratos.

(04) é uma reflexão genealógica e teleológica sobre os valores humanos.

(08) é uma atividade que produz conhecimento empírico, aplicado à utilidade dos objetos.

(16) é uma atividade racional que reflete sobre seus próprios conceitos.

3. (Unesp-SP – 2022)

Não é fácil vencer uma discussão. Especialmente em um contexto inflamado, em que as opiniões se polarizam, notícias falsas se proliferam, debatedores recorrem a ofensas e sarcasmo e festas de fim de ano criam ambientes propícios para a briga. Uma boa discussão, ao contrário do que a maior parte das pessoas pensa, não serve para a disputa — e, sim, para a construção do conhecimento. Nesse sentido, saber sustentar uma boa argumentação é fundamental.

(Beatriz Montesanti e Tatiana Dias. "Por que 'opinião não é argumento', segundo este professor de lógica da Unicamp". www.nexojornal.com.br, 28.02.2018.)

O excerto explicita a relevância de uma área da filosofia que contribui para o desenvolvimento de boas discussões, qual seja,

(A) a lógica e a investigação da estrutura do pensamento humano.

(B) a estética e a investigação do uso de imagens ao longo da história.

(C) a metafísica e o entendimento das qualidades do ser.

(D) a ética e a compreensão dos modos de agir individual.

(E) a epistemologia e a verificação da natureza do conhecimento.

4. (Enem – 2023)

Suponha-se que seja trazida de súbito a este mundo uma pessoa dotada das mais poderosas faculdades da razão e reflexão. É verdade que ela observaria imediatamente um acontecimento seguindo-se a outro, mas não conseguiria descobrir nada além disso. Ela não seria, no início, capaz de apreender, por meio de nenhum raciocínio, a ideia de causa e efeito.

HUME, D. *Investigação sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral*. São Paulo: Unesp, 2003.

Segundo Hume, nossa capacidade de estabelecer relações como aquelas mencionadas no texto resulta do(a)

a) representação construída pela assimilação dos juízos universais.

b) hábito desenvolvido pela repetição de uma operação.

c) testemunho proveniente de relato de terceiros.

d) intuição formada pela atividade mental pura.

e) reminiscência advinda de vidas passadas.

5. (UEL-PR – 2023)

Leia o texto a seguir.

O mito opõe-se ao *logos*, como a fantasia opõe-se à razão e a palavra que relata à que demonstra. *Logos* e *mythos* são as duas metades da linguagem, duas funções igualmente fundamentais da vida do espírito. O *logos*, sendo um raciocínio, pretende convencer; ele provoca em quem ouve a necessidade de fazer um julgamento. O *logos* é verdadeiro se for correto e conforme à "lógica"; é falso se dissimular algum embuste secreto (um "sofisma"). Mas o "mito" não tem outro fim senão ele mesmo. Quer se acredite nele ou não, ao bel-prazer, por um ato de fé, quer seja considerado "belo" ou verossímil, ou simplesmente porque se deseja acreditar nele. O mito se vê, assim, atraindo a sua volta toda a parte irracional do pensamento humano: ele é, pela própria natureza, aparentado da arte em todas as suas criações.

GRIMAL, Pierre. *Mitologia Grega*. Trad. de Rejane Janowitz. Porto Alegre, RS: L&PM, 2013. p. 8.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre o surgimento da Filosofia na Grécia Antiga, assinale a alternativa correta.

- a) O *logos* e o *mito* são expressões humanas: o primeiro busca explicar e convencer, já o segundo procura encantar.
- b) O *logos* e o *mito* são duas formas de fundamentar argumentos verdadeiros, usando método bem estruturado.
- c) O *mito* é belo e *verossímil* por incitar o raciocínio a descobrir as relações que explicam certos fenômenos naturais.
- d) O *logos* encanta por dizer respeito ao irracional e, contrário ao mito, persuade revelando os desejos humanos.
- e) O *mito* e o *logos* não buscam revelar a verdade sobre as coisas do mundo, mas convencem pela fantasia.

6. (UEPG-PR – 2021)

Com relação à compreensão filosófica do mito, assinale o que for correto.

- (01) O mito é um tipo de pensamento por imagens.
- (02) Nunca houve nenhuma tentativa filosófica de se compreender o mito.
- (04) O mito é uma forma de discurso que representa e encarna um sentido vivido (vivenciado).
- (08) Pode-se dizer que a consciência mítica é uma forma espontânea de ser (sujeito) no mundo.

7. (Unesp-SP – 2024)

Não existe definição objetiva, nem muito menos neutra, daquilo que é ou não a ciência. Esta tanto pode ser uma procura metódica do saber quanto um modo de interpretar a realidade; tanto pode ser uma instituição, com seus grupos de pressão, seus preconceitos, suas recompensas oficiais, quanto uma atuação subordinada a instâncias administrativas, políticas ou ideológicas. Se perguntarmos sobre o modo de funcionamento da ciência, sobre seu papel social, sobre sua maneira de explicar os fenômenos e de compreender o ser humano no mundo, perceberemos facilmente que as condições reais em que são produzidos os conhecimentos objetivos e racionalizados estão banhadas por uma inegável atmosfera sócio-político-cultural.

(Hilton Japiassu. *O mito da neutralidade científica*, 1975. Adaptado.)

A consideração de Hilton Japiassu em relação à neutralidade da ciência destaca

- (A) a inexistência de método seguro.
- (B) o enviesamento do fazer científico.
- (C) a falta de recursos materiais nas pesquisas.
- (D) a submissão do saber ao senso comum.
- (E) o rompimento com o dogmatismo religioso.

8. (UEM-PR – 2020)

A imparcialidade, a neutralidade e a autonomia são três valores cognitivos fundamentais em ciência. Atualmente, a pesquisa científica realiza-se coletivamente e em laboratórios, e é financiada por governos, por universidades e por grandes empresas.

Nesse contexto, com relação ao papel dos valores e de potencial de conflito de interesses na atividade científica, assinale o que for **correto**.

(01) A atividade científica independe de valores morais, pois isso implicaria interferência nos resultados da pesquisa, na formulação e na avaliação das teorias científicas.

(02) A atividade científica pode ser ambígua, e algumas descobertas podem favorecer grupos específicos em detrimento do restante da população ou do meio ambiente.

(04) A atividade científica investiga seus objetos de pesquisa sempre de modo autônomo, sem qualquer pressão externa de cunho social, religioso, político e econômico.

(08) A atividade científica não deveria servir a interesses específicos; deveria contribuir para o bem-estar da comunidade, garantindo o acesso à saúde e à segurança alimentar.

(16) As crenças cognitivas, sociais e econômicas e os fins pretendidos por aqueles que financiam a pesquisa científica são refletidos nos resultados da pesquisa financiada.

9. (UEPG-PR – 2022)

Sobre os fundamentos do conhecimento (empirista e racionalista), assinale o que for correto.

(01) O empirismo é a corrente filosófica que defende o conhecimento como algo que provém essencialmente do pensamento lógico racional.

(02) Para o empirista John Locke, o homem nasce com a mente desprovida de ideias.

(04) De acordo com o racionalismo, os princípios lógicos fundamentais são inatos na mente humana.

(08) O racionalista René Descartes defende que o homem não consegue chegar à verdade pura por meio dos sentidos.

10. (Enem – 2019)

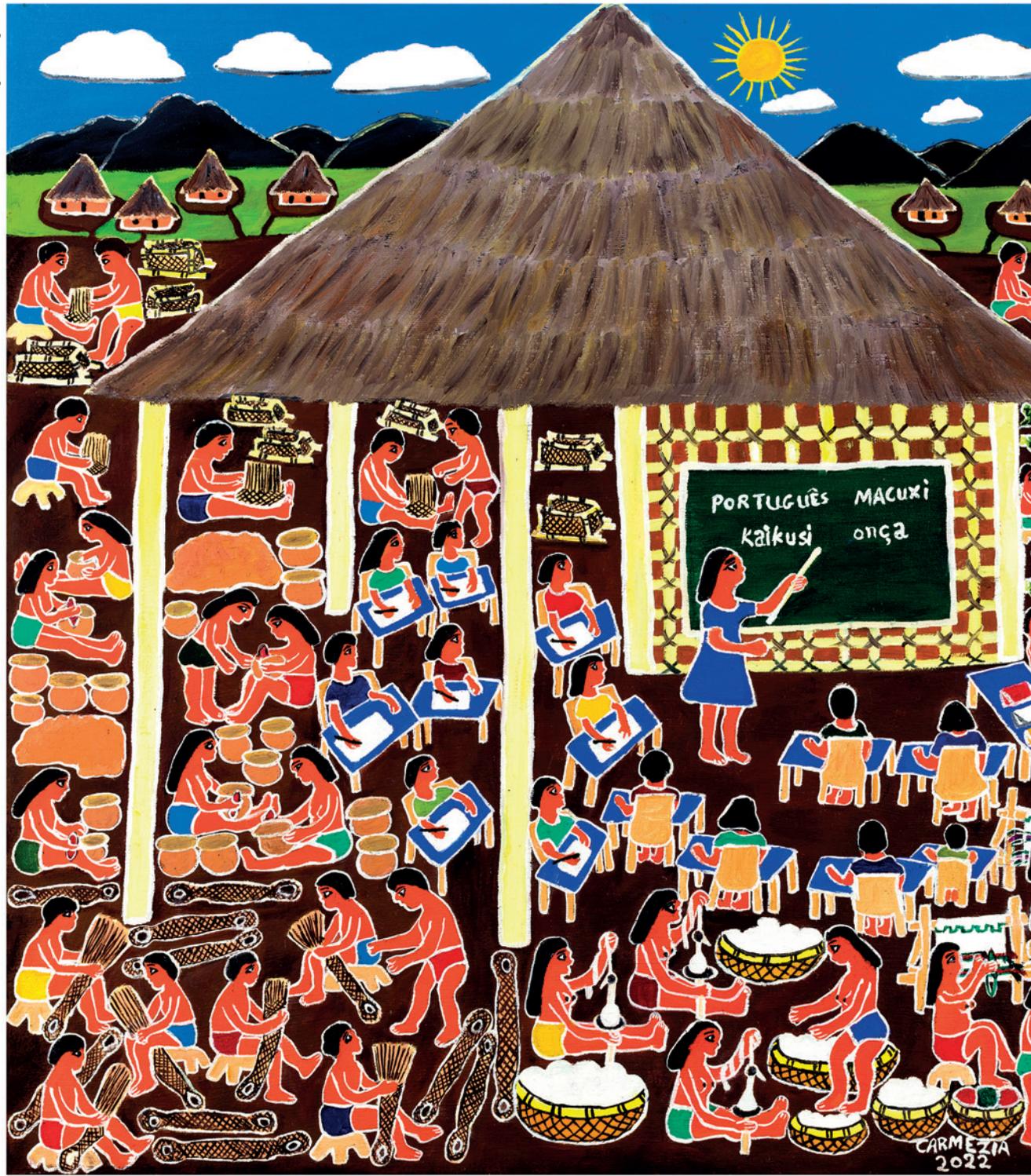
A lenda diz que, em um belo dia ensolarado, Newton estava relaxando sob uma macieira. Pássaros gorjeavam em suas orelhas. Havia uma brisa gentil. Ele cochilou por alguns minutos. De repente, uma maçã caiu sobre a sua cabeça e ele acordou com um susto. Olhou para cima. “Com certeza um pássaro ou um esquilo derrubou a maçã da árvore”, supôs. Mas não havia pássaros ou esquilos na árvore por perto. Ele, então, pensou: “Apenas alguns minutos antes, a maçã estava pendurada na árvore. Nenhuma força externa fez ela cair. Deve haver alguma força subjacente que causa a queda das coisas para a terra”.

SILVA, C. C.; MARTINS, R. A. Estudos de história e filosofia das ciências. São Paulo: Livraria da Física, 2006 (adaptado).

Em contraponto a uma interpretação idealizada, o texto aponta para a seguinte dimensão fundamental da ciência moderna:

- a) Falsificação de teses.
- b) Negação da observação.
- c) Proposição de hipóteses.
- d) Contemplação da natureza.
- e) Universalização de conclusões.

Acervo Augusto Luitgardts



Carmezia Emiliano, *Aprendendo*, 2022.
Óleo sobre tela, 60 cm x 70 cm.

Como nos tornamos quem somos?

Nesta unidade, vamos abordar como determinados fatores, características e vivências compõem nossa existência e atuam na formação de nossa subjetividade e identidade. Desejamos questionar: Como nos tornamos quem somos? No Capítulo 5, discutimos sobre antropologia filosófica, abordando o que é ser humano em diferentes culturas. Já no Capítulo 6 são elaboradas questões sobre gênero, sexualidade, raça e etnicidade. Discutimos ainda o que é a educação, apresentando diferentes propostas e suas potencialidades na formação humana no Capítulo 7. Por fim, no Capítulo 8, questionamos o trabalho e o consumo, com ênfase nos desafios e contradições contemporâneos.

1. O que nos faz humanos?
2. Identificamo-nos com o que nos identifica?
3. Onde e quando aprendemos?
4. É possível trabalhar sem consumir(-se) e consumir sem trabalhar?



Antropologia filosófica: corpo e linguagem

“As pessoas são seres humanos, frutos da sociedade em que vivem. Você incentiva as pessoas vendo o bem nelas.” (Nelson Mandela)¹

As formações humanas em diferentes culturas



O ser humano sempre está em movimento em busca de sua própria identidade mas o saber de si mesmo diz respeito ao seu caráter permeado pela complexidade de suas ações e múltiplas facetas. As ações humanas são exercidas de forma ampla e diversa: amamos, sofremos, conhecemos, falamos, escrevemos, trabalhamos, comemos, brincamos das mais diversas maneiras. E cada uma dessas ações demarcam a relação humana com o mundo e com o outro.

O aprofundamento dessa complexidade acontece quando se ultrapassa o olhar voltado para a ação, desembocando na problematização sobre o **ser**. Essa passagem é demarcada pelas perguntas: “O que é o ser humano?”; “O que significa ser humano?”. É importante saber que esse tipo de questão perpassa toda a história da Filosofia ocidental, da qual somos considerados herdeiros; mas é relevante ressaltar que essa pergunta também estava inserida nas filosofias de outros povos em contextos diferenciados no espaço e no tempo, como os povos indígenas da América do Sul e os povos bantos da África Central. Afinal, não existe uma história única.

A pergunta sobre o que é o ser humano torna-se central na história da Filosofia ocidental durante a modernidade, quando passou a caracterizar um campo ou área da filosofia denominada **Antropologia Filosófica**, que assumiu para si a tarefa, como diz o filósofo brasileiro Ernildo Stein (1934), de voltar-se exclusivamente para a pergunta de natu-

reza antropológica: por que somos propriamente humanos, como seres humanos? E, a partir dessa pergunta, chegamos a outra: qual é o modo como nos compreendemos a nós mesmos e aos modos de ser no mundo?

Essas questões não fazem parte de forma privilegiada de um só povo ou cultura, mas se manifestam como inquietações humanas de modo geral e em todas as culturas. Portanto, é importante notar como o ser humano, no seu espaço e tempo, sempre faz o movimento de voltar-se para si mesmo com a necessidade ininterrupta e atemporal de se conhecer. Essa busca não produziu uma resposta única, conclusiva e consensual sobre a **natureza humana** porque isso implicaria encontrar uma **essência** do ser humano; essência como uma única forma de compreender plenamente os elementos constitutivos que diferenciam o ser humano dos outros seres no universo. O intuito deve ser o oposto: o de compreender a diversidade de manifestações humanas para analisar e explorar suas possibilidades.

Neste capítulo serão apresentadas algumas formas de problematizar a maneira como o ser humano compreende a si mesmo, ao se colocar como aquele que movimenta seu pensar na tentativa de compreender o papel de criador de si nas diferentes culturas e histórias.

Ray Waddington/Alamy/Fotorenia



Mulheres do povo fula, também conhecido como fulani, que povoa cerca de 18 países do oeste ao centro do continente africano. É comum que as pessoas carreguem traços que as identifiquem com outras pessoas de uma mesma origem. Mali, 2017.

GLOSSÁRIO

Essência: aquilo que faz com que a coisa seja ela mesma e não outra coisa.

¹ MANDELA, Nelson. *apud* NGOMANE, Mungi. *Ubuntu todos os dias*: eu sou porque nós somos. Rio de Janeiro: BestSeller, 2022. *E-book*.

Antropologia filosófica nas filosofias africanas e afrodiaspóricas

No pensamento tradicional africano, a pergunta de caráter antropológico “O que é o ser humano?” não é respondida com base em modelos fixos e determinados; porque a África, enquanto continente com mais de 50 países, é amplamente diversa. Entre as tradições africanas mais conhecidas, a concepção de ser humano será apresentada com base na perspectiva dos povos **fula** e **bambara**, além da dos povos **bantu**, de forte presença e influência na diáspora brasileira e, por isso, de grande relevância para a formação cultural do Brasil.

Antropologia filosófica africana: a pessoa segundo a filosofia dos povos fula e bambara

O escritor maliense Amadou Hampaté Bâ (1901-1991) afirma que, para as tradições malianas dos povos fula e bambara, “o ser humano não é uma unidade monolítica, limitada ao seu corpo físico, mas sim um ser complexo habitado por uma multiplicidade em movimento permanente”². Isso significa dizer que o ser humano não é um ser visto como estático ou completo. Essas tradições comparam o ser humano a uma semente que em si mesma tem o seu próprio potencial, entendido como o gerador de forças que promove de forma ininterrupta o movimento, da mesma maneira que o próprio cosmos.

Para os povos fula e bambara, a noção de **pessoa** é una e múltipla, denominada mediante dois termos: **maa**, que tem o significado de “pessoa”, e **maaya**, que significa “pessoas da pessoa”. Dessa forma, *Maa* é a parte visível e palpável que também abriga aspectos mais imperceptíveis, sendo considerada, ao mesmo tempo, como um ser simples e complexo, composto de dimensões físicas, psíquicas e espirituais. Assim, *maa* é o receptáculo da pessoa, enquanto *maaya* representa os diversos aspectos que *maa* pode manifestar.

A terra é a mãe cuidadora dos reinos animal, vegetal e mineral. A pessoa humana é um **corpo físico** compreendido como uma miniatura da terra e, por extensão, do mundo inteiro. Essa compreensão do corpo é oriunda da crença de que *Maa-nala* (deus-mestre), depois de se autocriar, criou 20 criaturas que simbolizavam o conhecimento e as forças totais. Contudo, considerou não serem compatíveis para se tornarem seu interlocutor; então, resolveu retirar de cada um a porção que formava a totalidade do universo, misturando-as. Assim, criou um ser híbrido denominado *maa* (pessoa humana), justamente da primeira palavra que forma seu nome divino.

O corpo humano é nomeado de *tari*; ele ganhou a sua estrutura vertical e simétrica que simboliza um santuário em que todos os seres estão presentes e se inter-relacionam. Todas as forças divinas se encontram em *maa*, nome dado pelo deus-mestre e, por isso mesmo, a pessoa humana ou o ser humano é um ser que participa da divindade – logo, é um ser dotado de **espírito**. O espírito de *maa* lhe permite conhecer, compreender e reforçar sua atenção e, desenvolvendo suas aptidões, *maa* torna-se apto a julgar.

Maa-nala criou a fala, e sua importância consiste na operacionalidade de transmissão dos conhecimentos que foram apreendidos por meio dos ancestrais. A fala é denominada *kuma*, vista como aquela que possibilita que os espíritos expressem sua genialidade. As regras são repassadas por meio da transmissão oral e, dessa forma, tornam-se a via de manutenção da vida.

Para os povos fula e bambara, toda pessoa, por não ser concebida de forma isolada e independente, está entrelaçada com seus semelhantes. Assim como a vida é vista como unidade, a comunidade humana é considerada una e interdependente, justamente pela maneira como os seres humanos se relacionam por meio de códigos e protocolos que possibilitam um saber viver em comunidade, elemento fundante.

O ser humano, por ser considerado a síntese do universo e o entrelaçamento das forças da vida, é convidado a ser o ponto de equilíbrio e a ponte que deverá interligar e equilibrar as diversas dimensões da realidade. Dessa forma, ele realmente merece o nome de *maa*, interlocutor de *Maa-nala*, podendo garantir o equilíbrio da criação.



Máscara ritualística do povo bambara marka, do Mali. Paris, França.

André Heid/akg-images/Album/Fotoarena

² HAMPATÉ BÂ, Amadou. A noção de pessoa na África Negra. In: DIETERLEN, G. (ed.). *La notion de personne en Afrique Noire*. Tradução de: Luiza Silva Porto Ramos e Kelvin Ferreira Medeiros. Paris: CNRS, 1981. p. 181-192. Disponível em: https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/amadou_hampat%C3%A9_b%C3%A2_-_a_no%C3%A7%C3%A3o_de_pessoa_na_%C3%A1frica_negra.pdf. Acesso em: 3 set. 2024..

Antropologia filosófica africana e afrodiáspórica dos povos de origem *bantu*

Para os bantos, ou bantus, o ser humano é concebido como uma **força** que precisa ser venerada e cultuada desde seu nascimento até sua morte física. O ser humano é denominado pela palavra **muntu**, que significa “pessoa ou indivíduo”, e trata-se de uma designação que se refere aos seres humanos tanto vivos quanto mortos. O plural desse termo é justamente a palavra **bantu**, que significa “as pessoas”, ou o que se entende por uma reunião de povos, e se estabeleceu como a denominação geral dos povos que compartilham essa língua.

Na tradição banto, o ser humano exerce uma influência marcante na sociedade, na natureza e entre outros seres humanos, de modo que todos os seres compartilham uma mesma realidade e vivem em profunda conexão. O ser humano, na visão do povo banto, é formado por **corpo**, **mente** e, notadamente, pela **palavra**, pois a palavra é vista como aquela que tece com seus fios a história e o conhecimento sobre sua existência. A comunidade também possui em sua constituição uma dimensão histórica compartilhada, como se viu anteriormente, expressada pela própria palavra **bantu**.

Na cultura do povo banto, o nascimento de um novo ser que vai adentrar no mundo dos vivos é celebrado como um amanhecer de um sol brilhante e vivo. O **muntu** (a pessoa humana) poderá ser capaz de mobilizar seu potencial de autorregeneração como parte de sua natureza. Esse potencial é a **força vital**, que circula em todos os corpos, visíveis e invisíveis, em toda o mundo natural. A morte é vista como a chegada e o ato de aterrissar de um sol vivo no *ku mpemba*, o mundo espiritual dos ancestrais. Dessa forma, para os bantos, existe uma conexão intrínseca entre o mundo **visível** e o **invisível**.

O ser humano exerce uma influência marcante na sociedade, na natureza e entre outros seres humanos. Tudo está conectado porque tudo e todos vivem em uma profunda conexão.

O **culto dos ancestrais** na cultura do povo banto significa o ato de reverenciar a energia que circula entre os vivos e os mortos. Por essa razão, não é a morte em si que é relevante nesse culto, mas a energia vital que continua irradiando a vida e a relação entre os vivos e os mortos. Estes últimos são considerados como aqueles que têm uma realidade espiritual que possibilita, com sua presença no passado, arquitetar e dar a direção certa para os vivos, em sua realidade física e espiritual, no presente e no futuro.

Perfil

Amadou Hampâté Bâ

Amadou Hampâté Bâ (1900-1991) nasceu em Bandiagara, no Mali (África Ocidental), e se formou em escolas corânicas e francesas. Foi escritor, historiador, etnólogo, poeta e contador, especialista em cultura fula e em tradições africanas. Em 1942, ingressou no mercado de trabalho como etnólogo no Instituto Fundamental de África Negra (Ifan). Sua escrita tinha como objetivo principal a preservação da memória tradicional africana. Publicou várias obras sobre literatura oral e história, tais como *O estranho destino de Wangrin*, premiado com o Grande Prêmio de Literatura da África Negra, em 1974. É também autor do livro *Amkoullel, o menino fula*, obra escrita e alicerçada na tradição oral, em que o autor reconstrói a trajetória de sua vida, com mais de 80 anos. Nesse livro, a imaginação exerce um papel relevante como um caminho de expressão de sua subjetividade, segundo uma forma de escrita que é ensinada aos indivíduos que estão inseridos na tradição da história africana da oralidade e, assim, capacita-os a praticá-la com maestria. Também escreveu outras obras, como: *Vida e ensinamentos de Tierno Bokar, O sábio de Bandiagara* (1957), na qual faz uma homenagem a um querido professor; *Koumen* (1961), uma compilação dos contos e relatos iniciais dos fulas; *Kaidara* (1969); e *Jesus visto por um muçulmano* (1976).



Claudia Marinho

Amadou Hampâté Bâ.

Para ampliar

Acesse

Filosofia africana: o site hospeda diversos textos de filosofia africana e afro-brasileira. Disponível em: <https://filosofia-africana.weebly.com/textos-africanos.html>. Acesso em: 10 jun. 2024.

Antropologia filosófica dos povos indígenas

A necessidade de encontrar respostas para a pergunta sobre quem somos também foi experienciada por comunidades indígenas das Américas. Ao contrário da ideia de um Brasil que começaria com a colonização, há registros históricos que comprovam a existência de povos originários nas Américas há, pelo menos, 13 mil anos antes da invasão europeia, ocorrida apenas a partir do século XVI.

Por meio da história narrada na tradição oral, da literatura e dos **grafismos** que foram analisados por trabalhos **etnográficos** e arqueológicos, tomamos conhecimento de diversas perspectivas filosóficas ameríndias sobre o que é o ser humano e o que significa nossa existência. Uma das principais características das antropologias filosóficas indígenas é, sem dúvida, sua visão indivisível e, ao mesmo tempo, complexa sobre a relação entre o **ser humano** e a **natureza**. Não há qualquer cisão que justifique a existência de um ser humano isolado, superior ou independente de qualquer outro ser ou elemento da natureza como um todo. Há, entretanto, uma existência compartilhada que também explica as especificidades humanas, isto é, uma convivência com a natureza que é explicada de diferentes formas por cada **etnia**.



Luciana Whitaker/Pulsar Imagens

Criança indígena da etnia guarani mbya recebendo pintura típica, feita com urucum, no rosto. Aldeia Mata Verde Bonita, Maricá (RJ), 2021.

O fundamento da pessoa guarani

Uma das principais características das antropologias filosóficas indígenas é sua visão indivisível e, ao mesmo tempo, complexa sobre o ser humano e a natureza. Não há qualquer cisão que justifique a existência de um ser humano isolado, superior ou independente de qualquer elemento do meio ambiente. Há, entretanto, uma existência compartilhada que também explica as especificidades humanas, isto é, uma convivência com a natureza que é explicada de diferentes formas por cada etnia.

Sandra Benites (1975), antropóloga, educadora e ativista indígena guarani, nos apresenta ao **nhe'ë**, o fundamento da pessoa guarani, correlacionando seu plano material e espiritual. O termo remete ao espírito ou sopro de vida, mas também significa a palavra e a fala, em que tanto nosso espírito quanto nossa fala são dimensões individuais, mas compartilhadas. Segundo a antropóloga:

O *nhe'ë* [...] é um ser-nome que vem de *Nhanderu kuery*. *Nhe'ë* vem dos quatro *amba: Karai Kuery, Jakaira, Nhamandu e Tupã Kuery*. *Nhe'ë*, portanto, é o **fundamento da pessoa Guarani** e não *palavra-alma* [...]. Talvez uma tradução possível na língua portuguesa, por exemplo, e mais próximo do significado na língua guarani, seja **espírito-nome**. [...] Quando vemos a tradução de *nhe'ë* como “palavra-alma” isso nos causa estranhamento. Estranhamos não apenas algumas traduções feitas pelos *jurua kuery*, mas também a frieza do registro escrito. Quando os *xamõi kuery* nos falam sobre o *nhe'ë*, eles se emocionam. Porque *nhe'ë* está ligado ao sentimento, ao nosso *py'a*. *Xamõi kuery oendu opy'are* – eles sentem com o coração. Não há palavras que exprimem e que traduzem esse sentimento, essa emoção. [...] Quando escrevemos, colocamos no papel *nhe'ë*, parece que é uma simples palavra, mas não é. Quando pronunciamos *nhe'ë*, estamos nos referindo a todo o nosso pensamento, conhecimento, nos conectamos com o nosso mundo espiritual. [...]

BENITES, Sandra. *Nhe'ë, reko porã rã: nhemboea oexakarẽ*. Fundamento da pessoa guarani, nosso bem-estar futuro (educação tradicional): o olhar distorcido da escola. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Linguagem e Línguas Indígenas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. p. 12-13. Disponível em: https://licenciaturaindigena.ufsc.br/files/2015/07/Sandra-Benites_TCC.pdf. Acesso em: 2 jul. 2024.

GLOSSÁRIO

Etnia: grupo de pessoas que têm em comum algumas características socioculturais e biológicas.

Etnografia: estudo descritivo das diversas culturas e etnias humanas.

Grafismos: desenhos e símbolos indígenas presentes em pinturas corporais, cerâmicas ou artesanatos diversos, que expressam características culturais, sociais e/ou individuais.

Aliás...

No Capítulo 20, “Como habitamos a Terra?”, a temática do ser humano também será abordada, enfocando sua relação com a natureza com base na perspectiva dos povos indígenas e outros.

GLOSSÁRIO

Reminiscência:

lembança, memória; o que resulta do ato de lembrar.

Abstração:

atividade reflexiva que isola um objeto de seus atributos mais gerais.

Dialética:

método ou prática discursiva em que se busca o conhecimento por meio de contradições ou dualismos.

Intelecção:

relativo às operações do entendimento.

Volição: relativo às operações da vontade.

Ailton Krenak (1953-), filósofo, membro da Academia Brasileira de Letras e ativista indígena do povo krenak, também reflete sobre a existência humana em sua necessária correlação com a natureza. Para ele, os povos originários têm muito a nos ensinar, pois eles entendem a relação entre humanos e não humanos de modo revolucionário. Quando, por exemplo, se referem a um povo como “uma nação que fica de pé”³, Krenak nos indica que estão fazendo uma analogia entre sociedades humanas com florestas, que são pensadas como entidades complexas, organismos inteligentes e coletivos. O filósofo complementa que os genes que possuímos em comum com as árvores permite que troquemos informações com elas e sintamos sua grandeza e vastidão.

Antropologia filosófica ocidental na História da Filosofia

A questão sobre quem somos também está presente na Filosofia ocidental. Ao separar a noção de corpo (*sôma*) da noção de alma (*psukhé*) e atribuir um peso hierárquico entre elas, sendo o corpo um tipo de “túmulo” da alma (*Górgias*, 493a1-5), Platão inaugura uma tradição que caracteriza a Filosofia ocidental pela cisão entre corpo e alma, e entre natureza e ser humano.

A obra *Timeu*, de Platão, tem início com um diálogo entre Sócrates e o pitagórico Timeu, personagem que narra um mito sobre o lugar do ser humano no universo. Nessa cosmologia, a parte **sensível** da alma dos humanos é dividida em três partes: a **apetitiva**, a **irascível** e a **racional**. A tripartição da alma humana explica também a concepção platônica da imortalidade da alma, uma vez que o princípio mortal da alma humana, sobretudo o que ela possuirá de irascível e de apetitivo, pressupõe a encarnação, quando a alma passa a ter que sofrer e agir com o sensível.

Para Platão, uma vez encarnada, a alma humana está subordinada aos erros e sofrimentos inerentes ao corpo, já que o conhecimento sensível que o corpo nos fornece não é confiável. O conhecimento, na concepção platônica, se daria por **reminiscência**, isto é, pela rememoração de ideias que já existem e são acessadas pela parte racional da alma, que opera mediante **abstração** ou **dialética**, isto é, pelo exercício da razão e produzindo um discurso que é superior à opinião e ao senso comum.

No período da Idade Média, a filosofia de Santo Agostinho (354-430), teólogo e um dos principais filósofos da **patrística**, resgatou elementos do platonismo no que se refere à visão de mundo dualista. Agostinho reafirmou a teoria da imortalidade da alma e reinterpretou a teoria platônica das ideias com base em sua teoria da **iluminação divina**. Para ele, trata-se de reconhecer que existe uma figura divina, onisciente, onipotente e onipresente, que é responsável por lançar luz sobre tudo que pode ser conhecido, e que nada pode ser alcançado sem que se passe pela experiência da **fé**. O indivíduo segue, portanto, marcado pelo dualismo que privilegia a alma em relação ao corpo, por ser ela que permite a ele alcançar o amor divino e, com isso, o conhecimento.

A partir da Modernidade, a Filosofia ocidental se contrapôs às concepções anteriores que privilegiavam uma origem exterior para aquilo que define a própria pessoa – seja em uma ideia de um bem supremo, para Platão, ou em uma figura divina – para explicar o que é o ser humano

e como ele produz conhecimento. A Modernidade inaugurou o conceito de **sujeito** pela conquista da **consciência**. Essa novidade, no entanto, não estabeleceu o fim de uma visão de mundo dualista sobre o que somos. René Descartes (1596-1950) defendeu firmemente que a **mente**, ou a alma humana (ele não fazia distinção entre esses dois termos), é essencialmente não física, ou seja, independente dos atributos e modos corporais. Mesmo os modos, por assim dizer psicológicos, como a sensação, a imaginação e a memória, não fazem parte da essência dessa coisa pensante que é pura e incorpórea. Apenas a **intelecção** e a **volição** participam, portanto, do atributo principal da mente.

³ KRENAK, Ailton. *A vida não é útil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020. p. 29.

Vaso grego representando a morte de Orfeu, c. 475 EC.



A religião órfica foi influenciada pelos mistérios egípcios que, por sua vez, influenciou o pensamento de Platão. Os órficos acreditavam que o ser humano é composto de uma alma atrelada a um corpo físico mortal, e que a forma de libertá-la seria por meio de purificação espiritual.

Na obra *Meditações metafísicas* (1641), Descartes faz uso do exemplo do “pedaço de cera”⁴ para provar que conhecemos a natureza dos corpos apenas pelo pensamento puro e não pela faculdade de imaginar ou pelos dados provenientes dos sentidos. As diferentes formas em que um pedaço de cera pode apresentar-se aos sentidos do sujeito, sob as modificações oriundas do calor excessivo ou do frio, que o fazem enrijecer ou derreter, não guardam nada em comum entre elas que pudesse garantir sua identidade. Assim, como garantir que o pedaço de cera é o mesmo quando ele está derretido? Apenas a razão é capaz de perceber clara e distintamente sua natureza de manter-se pedaço de cera em meio a essas modificações.

A falsidade material apresenta aquilo que “não é” como se algo fosse, ou seja, afirma existir aquilo que nada é. Somente após a conquista da prova da existência de um Deus veraz, nas terceira e quarta meditações, o autor terá condições de proferir juízos acerca das coisas. Ainda que a metafísica cartesiana defenda conhecimentos que não passam pelos sentidos, na sexta meditação os sentidos são retomados para a prova da existência das coisas materiais e têm sua função na prova da união substancial da alma com o corpo. Para Descartes, essa união nos é ensinada pela natureza dos sentimentos de dor, fome, sede, entre outros, que nos revela tanto uma dependência quanto uma mistura entre corpo e alma.

Falando nisso...

Descartes, Elisabeth e suas paixões

O pensamento cartesiano foi marcado pelo diálogo frequente com mulheres, como Elisabeth Simmern van Pallandt (1618-1680), princesa da Boêmia, e a rainha Cristina da Suécia, por exemplo.

Entre 1643 e 1649, Descartes e Elisabeth da Boêmia trocam 59 correspondências sobre temas diversos, desde a própria filosofia cartesiana a outros problemas e autores. A questão que teria motivado a princesa a corresponder-se com o filósofo diz respeito à possibilidade de a alma, que é uma substância imaterial, determinar as ações do corpo, de natureza material, problema que é fruto de seu incômodo com a perspectiva dualista da filosofia cartesiana. Contudo, a distinção entre alma e corpo não é a única preocupação entre eles, e Descartes escreveu a obra *As paixões da alma* (1649) inspirado pela correspondência com Elisabeth.



Retrato de René Descartes escrevendo, 1987. Gravura colorida.

Antropologia filosófica ocidental contemporânea

A partir do século XIX, as diversas ciências foram se estabelecendo em suas especialidades, sendo que muitas entre elas também se dedicavam a pensar a humanidade, sua visão de mundo e sua história. Psicologia, Pedagogia, Direito, Medicina, Biologia e História são algumas das especializações que integram diferentes métodos, teorias e experiências sobre o que somos sem recorrer mais a uma antropologia filosófica única. Entretanto, reflexões críticas às concepções dualistas sobre o que somos também começam a se fortalecer na própria Filosofia contemporânea, relegando um novo estatuto ao papel do corpo e de sua interação com a mente ou o pensamento.

Ernst Cassirer (1874-1945), filósofo alemão de origem judaica e professor de Filosofia em Hamburgo, via uma certa proliferação de teorias sobre o ser humano como um problema a ser enfrentado. A contemporaneidade será, assim, marcada tanto pela percepção de uma falta de unidade teórica em torno da questão sobre o que somos quanto pela impossibilidade de manter limites precisos entre natureza e cultura, como determinavam as concepções dualistas.

⁴ DESCARTES, René. *Meditações metafísicas*. São Paulo: Edipro, 2018. p. 21.

Tornar-se quem se é: processos de subjetivação em disputa



Francisco José do Nascimento, o Dragão do Mar ou Chico da Matilde, foi um jangadeiro e líder popular que se tornou exemplo emblemático de luta por reconhecimento por sua participação no movimento abolicionista do Ceará, Fortaleza (CE).

Se a noção de sujeito surgiu a partir da Modernidade, o início da Idade Contemporânea propiciou o surgimento de diversas reflexões críticas sobre o que significa ser sujeito. Filósofos como o alemão Friedrich Nietzsche (1844-1900) ou mesmo Sigmund Freud (1856-1939), pai da psicanálise, nos mostraram como o **sujeito** é fruto de uma história tanto individual quanto compartilhada, e que nossa incapacidade de dar conta de descrever quem somos ou queremos ser pode nos fazer cair em adoecimento.

Autores como esses nos mostraram que os sujeitos são o resultado de um processo que chamamos de **subjetivação**, em que a pessoa se torna um sujeito ao aderir a formas de vida comuns da sociedade, mas também produzindo a partir de si uma perspectiva singular sobre a existência e uma forma individual de agir. É de Nietzsche a ideia de que devemos nos tornar quem somos, no sentido de que não basta assumir as narrativas e valores sociais sobre como viver; é preciso criar seus próprios valores e sua própria forma de existir, fazendo da existência uma **estética**.

Na experiência humana recente, **corpo** e **linguagem** estão implicados de maneiras complexas e distintas, em diferentes culturas e tempos históricos, sendo campo central de formação daquilo que somos. Esses dois elementos, corpo e linguagem, são igualmente importantes nos processos de subjetivação, isto é, no processo de tornar-se quem se é, e nos possibilitam erguer a própria voz. Corpo, linguagem, pensamento e cultura operam na construção coletiva do ser humano, e esse processo pode ser marcado por disputas em uma mesma sociedade.

A luta de povos escravizados por **liberdade** e **reconhecimento** trata também do reconhecimento de sua humanidade. Marcas como as de raça, gênero, classe, território, religião, entre outras, foram usadas para enquadrar ou excluir comunidades e indivíduos de uma definição sobre o que é ser humano. Dessa forma, vemos que alguns processos de subjetivação são atravessados por produções artísticas e transmissão de tradições ancestrais que atestam a singularidade daquele que resiste a embates jurídicos e institucionais ou conflitos físicos.

Aliás...

Você encontra, no Capítulo 2, “Pensar e conhecer”, uma análise do conceito de injustiça epistêmica, importante para entender processos de subjetivação.

Os manifestos de Olympe de Gouges, Sojourner Truth e Nísia Floresta



Podemos encontrar também esse processo de disputa e conquista da própria voz bem expresso em três grandes manifestos da tradição filosófica ocidental. O primeiro é a *Declaração dos direitos da mulher e da cidadã*, de Olympe de Gouges (1748-1793), pseudônimo da francesa Marie Gouze, dramaturga, ativista política, feminista e abolicionista, de importante atuação na Revolução Francesa. O documento, concebido em 1791, reconhecia a igualdade jurídica e legal para mulheres que tinham inclusive participado da Revolução Francesa, mas não haviam sido incluídas na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789; até então, mulheres não eram de fato **cidadãs**, ou seja, não tinham sua **cidadania** reconhecida.

Olympe se opôs abertamente a Robespierre e acabou por ser guilhotinada em 1793, condenada como contrarrevolucionária e denunciada como uma mulher “desnaturada”. A conclusão da *Declaração* (1791) nos lembra a intrínseca relação entre natureza e cultura, e conclama:

Mulher, desperta. A força da razão se faz escutar em todo o Universo. Reconhece teus direitos. O poderoso império da natureza não está mais envolto de preconceitos, de fanatismos, de superstições e de mentiras. A bandeira da verdade dissipou todas as nuvens da ignorância e da usurpação. O homem escravo multiplicou suas forças e teve necessidade de recorrer às tuas, para romper os seus ferros. Tornando-se livre, tornou-se injusto em relação à sua companheira.

GOUGES, Olympe. *Declaração dos direitos da mulher e cidadã*. UFSM: Observatório de Direitos Humanos, 2024. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/414/2018/10/DeclarDirMulherCidada1791Re cDidaPESSOALJNETO.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2024.

O segundo documento relevante é o discurso *E eu não sou uma mulher? (Ain't I a Woman?)*, proferido por Sojourner Truth na Convenção dos Direitos da Mulher, em Akron, Estados Unidos, em 1851. Nascida Isabella Baumfree (1797-1883), Sojourner Truth foi uma abolicionista e ativista dos direitos das mulheres afro-americanas que abandonou os nomes que lhe foram dados pelos que escravizaram seus antepassados, decidindo erguer sua própria voz sob a nova identidade de "Verdade Peregrina", que é a tradução de "Sojourner Truth". Nos Estados Unidos, o voto feminino foi conquistado parcialmente em 1920, já que no sul do país as mulheres negras só tiveram seus direitos completamente assegurados em 1965, sendo que o discurso de Sojourner Truth inspirou movimentos pelo **direito das mulheres negras** no mundo todo, colocando em evidência a relevância da perspectiva negra feminina e o combate ao racismo.

O terceiro e último texto trata-se de uma tradução de Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-1875), pseudônimo de Dionísia Gonçalves Pinto, filósofa, educadora e escritora brasileira potiguar. Conhecida como Nísia Floresta, ela ergueu sua voz pelo direito das mulheres à educação e é considerada pioneira da educação e do feminismo no Brasil. Para ela, a mulher deveria ter acesso à educação igualitária, trabalho e respeito, isto é, ser plenamente um **sujeito de direitos**, uma cidadã. Assim, Nísia defendia que as mulheres deveriam ser consideradas sujeitos com a mesma capacidade cognitiva dos homens. Aos 22 anos, em 1832, ela publicou a tradução *Direito das mulheres e injustiça dos homens*, que acreditava ser a tradução do livro *Reivindicação dos direitos da mulher*, de Mary Wollstonecraft. Recentemente, a historiadora brasileira Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke (USP/Cambridge) verificou que essa obra, na verdade, era uma tradução francesa de um panfleto radical feminista inglês anônimo, atribuído a Mary Wollstonecraft, que se apropria dos argumentos do francês cartesiano François Poulain de la Barre no texto *De l'égalité des deux sexes (Sobre a igualdade dos dois sexos)*.

Os casos aqui apresentados, de Olympe de Gouges, Sojourner Truth e Nísia Floresta, nos mostram como corpo e linguagem estão implicados nas diferentes possibilidades de definição do indivíduo em termos coletivos, seja na construção de si, seja na luta pelo reconhecimento de si, dos seus direitos e de sua humanidade. Veremos agora diferentes abordagens desses processos de subjetivação pela linguagem e pelo corpo.

Corpo, tecnologias e linguagem: a filosofia ciborgue



Pensar o que somos por meio da linguagem e do corpo no mundo contemporâneo passa, necessariamente, pelo entendimento de que estamos atrelados às tecnologias e sistemas de informação que constituem nossa existência na atualidade. Em seu ensaio *Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX*, escrito nos anos 1980, a filósofa Donna Haraway (1944-) critica a hierarquia moderna entre natureza e cultura que define a tecnologia como mero produto da cultura.

Conseguimos hoje imaginar a vida humana sem os óculos, os aparelhos dentários e auditivos? Isso sem falar nas próteses e nos marca-passos que possibilitam a reestruturação do corpo, aumentando a longevidade humana. Apesar disso, Haraway não é uma defensora ingênua das novas tecnologias. Em vez disso, ela critica a ideia de retornar a uma visão tradicional e sagrada da natureza, frequentemente ligada a conceitos antigos sobre o papel das mulheres. Haraway argumenta contra a ideia de que as diferenças entre corpo e mente, feminino e masculino, ou homens e mulheres devem ser tratadas como categorias fixas e imutáveis. Ela propõe uma abordagem inovadora chamada "política ciborgue", que busca superar essas divisões e promover uma visão mais flexível e integrada das identidades.



Sojourner Truth chegou a se encontrar com o presidente Abraham Lincoln para tratar de questões dos direitos da mulheres negras norte-americanas. Washington, Estados Unidos, 1864.

Haraway não condenou a ciência e a tecnologia como algo puramente negativo, apesar do desejo dos Estados Unidos de dominar o poder nuclear e espacial. Para ela, o conceito de "ciborgue" está entre a realidade social e a ficção. Esse conceito desafia as categorias fixas de identidade e questiona divisões rígidas, como as entre homem e mulher ou entre natureza e tecnologia. Haraway acredita que o ciborgue pode, na verdade, ser uma ferramenta poderosa para contestar e transformar as ideias que surgiram com a estratégia antissocialista que lhe deu origem. Segundo a autora:

[...] A política do ciborgue é a luta pela linguagem, é a luta contra a comunicação perfeita, contra o código único que traduz todo significado de forma perfeita – o dogma central do falocentrismo. É por isso que a política do ciborgue insiste no ruído e advoga a poluição, tirando prazer das ilegítimas fusões entre animal e máquina. São esses acoplamentos que tornam o Homem e a Mulher extremamente problemáticos, subvertendo a estrutura do desejo, essa força que se imagina como sendo a que gera a linguagem e o gênero, subvertendo, assim também, a estrutura e os modos de reprodução da identidade "ocidental", da natureza e da cultura, do espelho e do olho, do escravo e do senhor.

HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 195.

"A "escrita ciborgue" desempenha um papel crucial na nossa compreensão do mundo em que as antigas divisões e identidades foram implodidas, como explica Donna Haraway. Essa nova forma de linguagem ajuda a questionar as distinções rígidas, como as entre homem e mulher ou entre natureza e cultura. A filosofia ciborgue nos leva a pensar o corpo e a identidade sem limitar a dualismos o que significa ser humano. Ela nos faz refletir sobre como a humanidade está interligada com a tecnologia e a natureza, e nos convida a reconsiderar as fronteiras do que é possível para os seres humanos.



Integrando saberes

Guerra e ciência

A linguagem bélica usada no *Manifesto ciborgue* é uma característica do momento que o texto foi escrito; a saber, a Guerra Fria (1947-1989). Porém, o manifesto também foi influenciado pelo filme *Guerra nas estrelas* (1983), filmado e lançado durante o governo de Ronald Reagan (1911-2004), presidente dos Estados Unidos em dois mandatos, de 1981 a 1988.

O manifesto ciborgue de Donna Haraway também apresenta uma relação complexa com o feminismo dos anos 1980 nos Estados Unidos. Haraway questiona diretamente as políticas de identidade da época, que tendiam a fixar categorias, como as de sexo e gênero, por exemplo, de forma rígida. Ela argumenta que essas políticas não conseguem abranger a diversidade e as mudanças características dessas categorias. Diante disso, propõe a ideia de um feminismo ciborgue, que defende a mistura e a incerteza, ultrapassando categorias dualistas, como homem/mulher, humano/máquina e natural/artificial. Com isso, o manifesto ciborgue não apenas critica as políticas de identidade, mas também sugere uma nova maneira de pensar sobre como entendemos a subjetividade e a política, defendendo uma abordagem mais flexível e inclusiva das diferenças.

O programa militar Iniciativa Estratégica de Defesa (*Strategic Defense Initiative* – SDI) visava à dominação do espaço, sob a justificativa de defesa contra armas nucleares soviéticas. Nas décadas de 1940 e 1950, Reagan também participou e apoiou o **macartismo**, movimento iniciado pelo senador Raymond McCarthy que levou à criminalização de práticas e indivíduos denunciados como comunistas em território estadunidense. Esse movimento político buscava o desgaste do Partido Democrata e perseguições políticas e ideológicas, que ficaram conhecidas como “caça às bruxas”. Entre as consequências do macartismo destacam-se o acirramento das tensões entre Estados Unidos e União Soviética, na Guerra Fria, e o fortalecimento da propaganda anticomunista no continente americano.

Como resistir à luta por dominação do mundo, do universo e de outros humanos?



Astronauta americano Buzz Aldrin coloca bandeira dos Estados Unidos durante o primeiro pouso tripulado na Lua, em julho de 1969.

ZUMA Press/Alamy/Fotoarena

A filosofia no continente africano

Apesar de a nação brasileira ser formada a partir de uma gama ampla de raças e etnias, a tradição filosófica brasileira teve forte influência da filosofia europeia e suas grandes universidades foram estabelecidas com base em modelos americanos, alemães e, especialmente, franceses. Além disso, há um grande apagamento das tradições orientais e africanas na cultura filosófica ocidental como um todo, fazendo com que seja raro o estudo de pensadores não ocidentais na nossa tradição, apesar de tais tradições produzirem ideias extremamente relevantes sobre a humanidade e seus caminhos, como pudemos ver no início do capítulo. Que tal mudarmos essa perspectiva e pesquisarmos filósofas e filósofos do continente africano?

O intuito desta atividade é fazer um mapeamento coletivo de pensadores oriundos de África e, para isso, é fundamental conhecermos suas respectivas histórias de vida, suas culturas e os textos que escreveram. A pesquisa tem como função propiciar o contato com outras culturas filosóficas e entrar em contato com conceitos oriundos de realidades diversas e que talvez não sejam tão distantes, de forma que possam nos auxiliar com nossos problemas e demandas.

Após essa investigação filosófica, os resultados da pesquisa deverão ser sintetizados e sistematizados no formato de um esquema gráfico ou mapa mental com os conceitos centrais do autor, sua definição e como eles estão conectados. Esse material deverá comunicar às pessoas de sua sala de aula ou fora dela as informações mais relevantes coletadas no percurso da pesquisa, para, assim, expandir nossa compreensão sobre a Filosofia africana.

Esse material deverá comunicar às pessoas de sua sala de aula ou fora dela as informações mais relevantes coletadas no percurso da pesquisa, para, assim, expandir nossa compreensão sobre a Filosofia africana.

1. Formar grupos de quatro componentes.
2. Fazer uma pesquisa sobre filósofas e filósofos do continente africano, sendo que cada grupo deve escolher um autor para trabalhar seguindo as indicações a seguir:
 - Indica-se escolher uma pensadora ou pensador que trabalhe com temáticas do capítulo.
 - Autores africanos de países que falam a língua portuguesa também são recomendados por sua proximidade com nossa cultura.
 - Finalmente, é fundamental que os temas explorados pelo autor escolhido tenham alguma conexão com nossa realidade.
3. Após escolher o autor a ser trabalhado, deve-se elencar seus conceitos ou ideias principais (leitura interna do pensamento do autor).
4. Em seguida, a pesquisa deve aprofundar sua análise buscando informações sobre a vida e as obras do autor escolhido (leitura externa do contexto do autor).
 - Complementar esta etapa localizando a parte do continente africano em que o autor nasceu e fazer uma pesquisa do seu contexto cultural.
5. Elaborar um esquema gráfico ou mapa mental de uma página simples contendo os conceitos centrais, suas definições e como eles estão conectados.
6. Finalizar a atividade distribuindo ou compartilhando o esquema com os (as) colegas dos demais grupos e fazer uma breve apresentação em sala de aula para compartilhar o conhecimento apreendido.



Tanella Boni, filósofa marfinense, possui diversos estudos sobre a importância da diversidade e o lugar da África no mundo contemporâneo. Lagrasse, França, 2019.



Dos desprezadores do corpo

O fragmento a seguir é parte do livro *Assim falou Zaratustra*, de Friedrich Nietzsche. Obra escrita entre 1883 e 1885, trata-se de um poema trágico considerado pelo próprio filósofo como o ponto alto de suas publicações.

Aos desprezadores do corpo desejo falar. Eles não devem aprender e ensinar diferentemente, mas apenas dizer adeus a seu próprio corpo — e, assim, emudecer.

“Corpo sou eu e alma” — assim fala a criança. E por que não se deveria falar como as crianças?

Mas o desperto, o sabedor, diz: corpo sou eu inteiramente, e nada mais; e alma é apenas uma palavra para um algo no corpo.

O corpo é uma grande razão, uma multiplicidade com um só sentido, uma guerra e uma paz, um rebanho e um pastor.

Instrumento de teu corpo é também tua pequena razão que chamas de “espírito”, meu irmão, um pequeno instrumento e brinquedo de tua grande razão. [...]

Há mais razão em teu corpo do que em tua melhor sabedoria. E quem sabe por que teu corpo necessita justamente de tua melhor sabedoria?

Teu Si-mesmo ri de teu Eu e de seus saltos orgulhosos. [...]

Ainda em vossa tolice e desprezo, vós, desprezadores do corpo, atendeis ao vosso Si-mesmo. Eu vos digo: vosso próprio Si-mesmo quer morrer e se afasta da vida.

Já não é capaz de fazer o que mais deseja: — criar para além de si.

Isso é o que mais deseja, isso é todo o seu fervor.

Mas ficou tarde demais para isso: — então vosso Si-mesmo quer perecer, desprezadores do corpo!

Vosso Si-mesmo quer perecer, e por isso vos tornastes desprezadores do corpo! Pois não mais sois capazes de criar para além de vós.

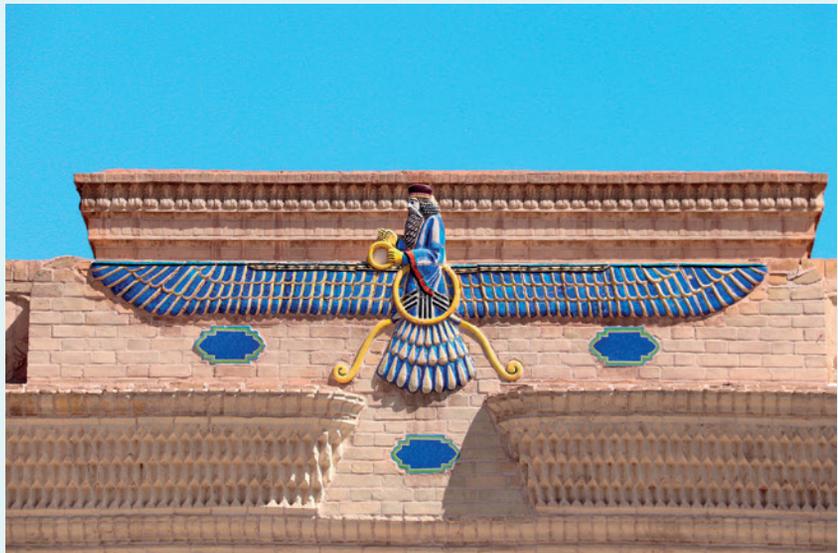
E por isso vos irritais agora com a vida e a terra. Há uma inconsciente inveja no oblíquo olhar do vosso desprezo.

Não seguirei vosso caminho, desprezadores do corpo! Não sois, para mim, pontes para o super-homem! — Assim falou Zaratustra.

NIETZSCHE, Friedrich. *Assim falou Zaratustra*: um livro para todos e para ninguém. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 34-35.

1. Com base na leitura do texto de Nietzsche, explique a relação entre **corpo** e **razão**.
2. O que significa dizer que existe sabedoria no corpo? Justifique.
3. Como podemos entender a figura do super-homem, que surge no fim do texto?

4. “O corpo é uma grande razão, uma multiplicidade com um só sentido, uma guerra e uma paz, um rebanho e um pastor.” Sobre esse trecho, **copie no caderno a opção correta**:
 - a) A filosofia nietzscheana recupera argumentos da antropologia filosófica ocidental anterior para reafirmar o dualismo corpo e alma.
 - b) O corpo é subvalorizado na antropologia filosófica de Friedrich Nietzsche.
 - c) O corpo não pode ser tomado como algo inferior ou, ainda, separado do todo que somos.
 - d) A razão é anterior e funda o corpo.



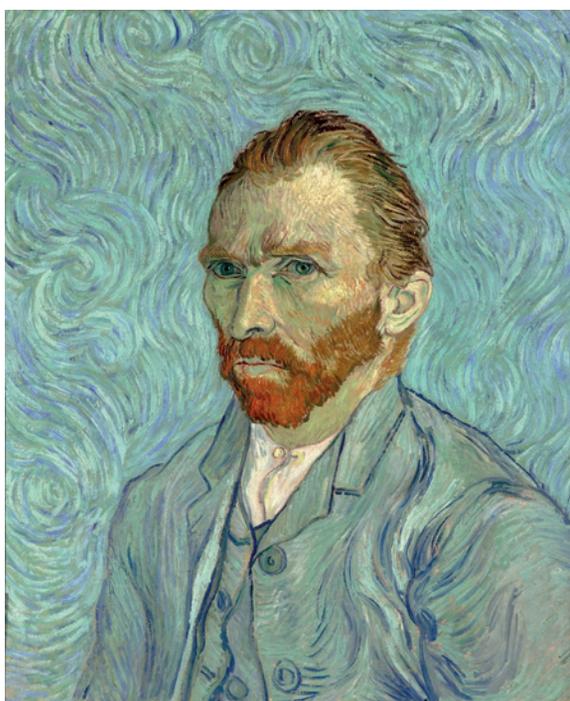
Natalia Lukhianova/Alamy/Fotoarena

O *Faravahar* é um símbolo do zoroastrismo, primeira religião do Irã que se baseia nos ensinamentos do profeta iraniano Zoroastro ou Zaratustra. Yazd, Irã, 2020.



1. O que são processos de subjetivação? Utilize exemplos históricos apresentados no capítulo para justificar sua resposta.
2. Ao longo de sua vida, o pintor Vincent van Gogh (1853-1890) pintou diversos autorretratos em que podemos ver não só as transformações de seu estilo e sua estética como também as modificações do próprio ser do pintor, da maneira como ele se enxergava e compreendia. Faça uma pesquisa sobre as obras do pintor, especialmente os autorretratos, e descreva como os processos artísticos podem se misturar com processos de subjetivação e lutas por reconhecimento.

Museu de Orsay, Paris



Vincent van Gogh. *Autorretrato*, 1889. Óleo sobre tela, 65 cm x 54 cm.

3. Qual é o campo de estudo da Antropologia Filosófica?
4. Explique a noção de pessoa “una e múltipla” dos povos fula e bambara.
5. Como o povo banto compreende o conceito de “ser humano”?
6. Qual é a relação entre humanidade e natureza para as antropologias filosóficas indígenas?
7. Leia o texto.

Essa é de fato uma noção universal no pensamento ameríndio, a de um estado originário de coaccessibilidade entre os humanos e os animais. As narrativas míticas são povoadas de seres cuja forma, nome e comportamento misturam atributos humanos e não humanos, em um

contexto de intercomunicabilidade idêntico ao que define o mundo intra-humano atual. O propósito da mitologia, com efeito, é narrar o fim desse estado: trata-se da célebre separação entre “cultura” e “natureza” analisada nas Mitológicas de Lévi-Strauss. Mas não se trata aqui de uma diferenciação do humano com base no animal, como é o caso em nossa mitologia evolucionista moderna. A condição original comum aos humanos e animais não é a animalidade, mas a humanidade. Os mitos contam como os animais perderam os atributos herdados ou mantidos pelos humanos; os animais são ex-humanos, e não os humanos ex-animais. Se nossa antropologia popular vê a humanidade como erguida sobre alicerces animais, normalmente ocultos pela cultura – tendo outrora sido “completamente” animais, permanecemos, “no fundo”, animais –, o pensamento indígena conclui ao contrário que, tendo outrora sido humanos, os animais e outros seres do cosmo continuam a ser humanos, mesmo que de modo não evidente.

Se tudo está impregnado de humanidade, quais são as consequências disso para o modo de vida indígena?

Se tudo é humano, nós não somos especiais; esse é o ponto. E, ao mesmo tempo, se tudo é humano, cuidado com o que você faz, porque, quando corta uma árvore ou mata um bicho, você não está simplesmente movendo partículas de matéria de um lado para o outro, você está tratando com gente que tem memória, se vinga, contra-ataca, e assim por diante. Como tudo é humano, tudo tem ouvidos, todas as suas ações têm consequências.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. Antropologia renovada. Entrevista concedida a Juvenal Savian Filho e Wilker Sousa. *Revista Cult*, 13 dez. 2010. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/antropologia-renovada/>. Acesso em: 17 set. 2024.

Com base no texto que você leu e tendo em vista o perspectivismo indígena elaborado no capítulo, escreva uma dissertação breve no formato de redação que apresente uma explicação sobre o que nossa cultura entende sobre a relação “humano” e “natureza”.

8. A **palavra** possui uma realidade especial tanto para os bantos quanto para os guaranis. Qual a semelhança dessa relevância entre ambos os povos?
9. Explique a separação entre alma e corpo presente em algumas concepções da antropologia filosófica ocidental.
10. Existe na Filosofia ocidental contemporânea uma

série de posicionamentos críticos acerca da visão dualista de o ser humano estar dividido entre corpo e alma. No que consiste o argumento principal dessas críticas?

11. Criado por Conceição Evaristo (1946-), escritora e linguista brasileira, o termo "escrevivência" traz na junção das palavras "escrever e vivência", as experiências étnicas e de gênero vivenciadas pelo sujeito na e pela coletividade. A escrevivência não é unicamente uma escrita de si, ela carrega a vivência da coletividade. Leia atentamente um de seus escritos-escrevivências:

[...] não nasci rodeada de livros, do tempo/ espaço aprendi desde criança a colher palavras. A nossa casa vazia de bens materiais era habitada por palavras. Mamãe contava, minha tia contava, meu tio velhinho contava, os vizinhos e amigos contavam. Tudo era narrado, tudo era motivo de prosa-poesia, afirmo sempre. Entretanto, ainda asseguro que o mundo da leitura, o da palavra escrita, também me foi apresentado no interior de minha família que, embora constituída por pessoas em sua maioria apenas semialfabetizadas, todas eram seduzidas pela leitura e pela escrita. Tínhamos sempre em casa livros velhos, revistas, jornais. Lembro-me de nossos serões de leitura. Minha mãe ou minha tia a folhear conosco o material impresso e a traduzir as mensagens. E eu, na medida em que crescia e ganhava a competência da leitura, invertia os papéis, passei a ler para todos. Ali pelos meus onze anos, ganhei uma biblioteca inteira, a pública, quando uma das minhas tias se tornou servente daquela casa-tesouro, na Praça da Liberdade. Fiz dali a minha morada, o lugar onde eu buscava respostas para tudo. Escrevíamos também, bilhetes, anotações familiares, orações...

Na escola eu adorava redações do tipo: "Onde passei as minhas férias", ou ainda, "Um passeio à fazenda do meu tio", como também, "A festa de meu aniversário". A limitação do espaço físico e a pobreza econômica em que vivíamos eram resolvidas por meio de uma ficção inocente, único meio possível que me era apresentado para viver os meus sonhos. Se naquela época eu não tinha nenhuma possibilidade concreta de romper com o círculo de imposições que a vida nos oferecia, nada, porém freava os meus desejos. Eu menina, dona de uma tenaz esperança e de uma sabedoria precoce, reconhecia que a vida não poderia ser somente aquele pouco que nos era oferecido. Se muito de minha infância pobre, muito pobre, me doía, havia felicidades também incontáveis. As margaridas, as dalias e outras flores de nosso pequeno jardim. As frutas nos pés a matar a nossa fome. Os bolinhos de comida que mãe amassava com as mãos e enfiava em nossas bocas. As bonecas de capim ou bruxas de panos que nasciam com nome e história de suas mãos. O céu, as nuvens, as estrelas, sinais do infinito que

minha mãe e tia nos ensinaram a olhar e a sentir. E desse assuntar a vida, que foi ensinado por elas, ficou essa minha mania de buscar a alma, o íntimo das coisas. De recolher os restos, os pedaços, os vestígios, pois creio que a escrita, pelo menos para mim, é o pretensioso desejo de recuperar o vivido. A escrita pode eternizar o efêmero...

[...] Escrevo sabendo que estou perseguindo uma sombra, um vestígio talvez. E como a memória é também vítima do esquecimento, invento, invento. Inventei, confundi Ponciá Vicêncio nos becos de minha memória. E dos becos de minha memória imaginei, criei. Aproveitei a imagem de uma velha Rita que eu havia conhecido um dia. E ainda desses mesmos becos, posso ter tirado de lá Ana e Davenga. Quem sabe Davenga não era primo de Negro Alírio? [...]

Escrevo. Deponho. Um depoimento em que as imagens se confundem, um eu-agora a puxar um eu-menina pelas ruas de Belo Horizonte. E como a escrita e o viver se con(fundem), sigo eu nessa escrevivência a lembrar de algo que escrevi recentemente [...]

EVARISTO, Conceição. *Conceição Evaristo por Conceição Evaristo*. Depoimento no I Colóquio de Escritoras Mineiras. Belo Horizonte: Literafro, 2024. Disponível em: <http://www.lettras.ufmg.br/literafro/autoras/188-conceicao-evaristo>. Acesso em: 3 set. 2024.

Agora é a sua vez de se expressar por meio da escrita! **Produza um texto sobre suas experiências vividas**, como um relato de memórias que recupere os entrelaçamentos dessas experiências com a coletividade da qual você faz parte. Essa coletividade pode ser representada tanto por relações parentais quanto de amizade e no ambiente escolar.



Conceição Evaristo em sessão de autógrafos na Bial do Livro. Rio de Janeiro (RJ), 2023.

Cristiane Mota/Fotoarena

Gêneros, sexualidades, racialidades e etnicidades



“O nosso movimento é o movimento da transfluência.”

(Nego Bispo)¹

Gêneros e sexualidades

O que é gênero? O conceito de **gênero** é objeto de estudo de alguns campos do conhecimento, como a Antropologia, a Psicologia e a Filosofia. De modo geral, esse conceito tem sido usado para diferenciar a atribuição do sexo biológico (masculino ou feminino), proposto pelo discurso **hegemônico** da Biologia moderna, dos modos de vir a ser um homem ou uma mulher.

A atribuição do sexo biológico em um sistema binário – masculino e feminino – decorre da teoria do **dimorfismo sexual**, notadamente excludente das pessoas **intersexo**. Todavia, atualmente, no campo da Biologia, há outras teorias que indicam a possibilidade de identificação de mais de dois sexos entre os organismos humanos. É o caso da teoria dos “cinco sexos”, abordada no artigo “Os cinco sexos: porque macho e fêmea não são o bastante”, da bióloga estadunidense Anne Fausto-Sterling (1944-). Segundo a autora, o sistema de dois sexos é insuficiente para abranger o espectro sexual humano.

A disputa entre teorias, muito comum e benquista no campo da ciência, permite ampliar a compreensão acerca dos modos de concreção da realidade. Por isso, de tempos em tempos a ciência atravessa crises que alteram seu **paradigma epistemológico**. Segundo o filósofo espanhol Paul B. Preciado (1970-), nossa época experimenta um desses momentos de transformação paradigmática das teorias sobre sexo e gênero, enquadradas na epistemologia da diferença (dimorfismo) sexual. Nas suas palavras:

[...] essa epistemologia binária e hierárquica encontra-se em crise desde os anos 1940, não apenas por força da contestação exercida pelos movimentos políticos das minorias, mas também pelo surgimento de novos dados morfológicos, cromossômicos e bioquímicos que tornam a atribuição binária do sexo ao menos conflituosa, se não impossível.

PRECIADO, P. B. *Eu sou o monstro que vos fala*. Rio de Janeiro: Zahar, 2022. p. 46-47.

GLOSSÁRIO

Hegemônico: indica dominância, preponderância.

Dimorfismo sexual: é o conceito que designa a diferença entre macho/fêmea ou masculino/feminino no paradigma binário biológico dos sexos.

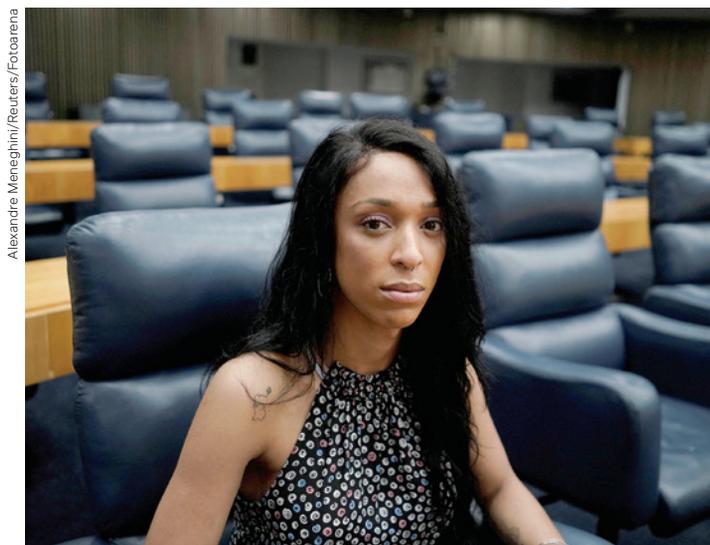
Intersexo: é um termo amplo que designa pessoas que nascem com características biológicas – genitais, padrões cromossômicos, glândulas – não classificáveis nas noções binárias de masculino e feminino.

Aliás...

Confira a noção de paradigma epistemológico já desenvolvida no Capítulo 4, “Filosofias das Ciências”.

Numa sociedade democrática, é fundamental que pessoas de diversas identificações de gêneros, sexualidades, racialidades e etnicidades estejam ocupando espaços de poder e representação política.

Erika Hilton é a primeira deputada negra e trans eleita no Brasil. Brasília (DF), 2022.



Alexandre Meneghini/Reuters/Fotoarena

¹ SANTOS, Antonio Bispo dos. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora, 2023. p. 30.

Por outro lado, filósofas como a estadunidense Judith Butler (1956-) defendem que a construção da noção de sexo é, ela mesma, elaborada culturalmente. Isso significa que os valores sociais, o jogo de forças da política, os interesses econômicos, entre outros, atuam na produção do conhecimento, e, nessa direção, concorrem para elaborar a noção de sexo. Nesse sentido, o **sexo** não se diferenciaria do **gênero**: ambos seriam conceitos socialmente construídos. Ainda segundo a autora, essa construção se dá na medida em que toda apreensão das diferenças materiais na comparação entre dois corpos já sempre ocorre no interior de uma teoria. Toda teoria, por sua vez, é formulada a partir de uma dinâmica de práticas sociais e políticas repleta de significados e valores culturais:

[...] não há como recorrer a um corpo que já não tenha sido sempre interpretado por meio de significados culturais; conseqüentemente, o sexo não poderia qualificar-se como facticidade anatômica pré-discursiva. Sem dúvida, será sempre apresentado, por definição, como tendo sido gênero desde o começo.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003. p. 27.

Entendemos que gênero é um fator de organização social que localiza e orienta corpos e identidades segundo determinada visão de mundo. Na concepção **dimórfica** do sistema sexo/gênero está prescrita uma direção específica do desejo pelo sexo oposto. A isso damos o nome de heterossexualidade. Todavia, há inúmeras outras possibilidades e direções do desejo. O espectro da sexualidade humana na sua diversidade está representado, por exemplo, nas letras **LGBAP** da sigla **LGBTQIAPN+**, que abrange pessoas que são Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero, *Queer*, Intersexo, Assexuais, Pansexuais, Não binárias e mais.



Charge originalmente publicada no jornal *Folha de S.Paulo* em 11 maio 2011.

A cartunista Laerte critica a heteronormatividade (sistema que cria regras sociais para gêneros e sexualidades dicotômicas) imposta culturalmente desde a primeira infância. No último quadro, as crianças ganham camisetas azuis e rosas, que são representadas como camisas de força que prendem e limitam os indivíduos dentro do que é aceito pela sociedade.

A compreensão de gênero que circula majoritariamente entre nós, considerando a dicotomia homem e mulher, direciona também a divisão sexual do trabalho (a divisão do trabalho orientada pelas categorias de “homem” e “mulher”: as atividades socialmente entendidas como “masculinas” ou “femininas”). Mas nem sempre essa distinção foi presente na América Latina. Inúmeros povos ameríndios, antes da colonização, reconheciam e atuavam segundo outras compreensões de seus corpos. De acordo com a plataforma digital *Indian Country Today*, pesquisas etnográficas identificam a presença de cinco tipos distintos de gênero entre os povos originários.

Cabe ainda ressaltar que o modelo dicotômico de gênero da modernidade colonial só se aplicaria àqueles(as) que fossem considerados humanos, o que excluiu, durante séculos, as etnias indígenas e os povos africanos. Segundo a socióloga argentina María Lugones (1944-2020):

Eu compreendo a hierarquia dicotômica entre o humano e o não humano como a dicotomia central da modernidade colonial. Começando com a colonização das Américas e do Caribe, uma distinção dicotômica, hierárquica entre humano e não humano foi imposta sobre os/as colonizados/as a serviço do homem ocidental. Ela veio acompanhada por outras distinções hierárquicas dicotômicas, incluindo aquela entre homens e mulheres. Essa distinção tornou-se a marca do humano e a marca da civilização. Só os civilizados são homens ou mulheres. Os povos indígenas das Américas e os/as africanos/as escravizados/as eram classificados/as como espécies não humanas – como animais, incontavelmente sexuais e selvagens [...].

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 936, set.-dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755/28577>. Acesso em: 4 jul. 2024.

María Lugones

María Lugones foi uma importante intelectual e ativista argentina, graduada em Filosofia pela Universidade da Califórnia, mestra e doutora em Ciências Políticas pela Universidade de Wisconsin-Madison. Era professora da Universidade de Binghamton, em Nova York, e trabalhou com pedagogia popular em Valdés, Novo México. É reconhecida por suas contribuições teóricas decisivas nos extensos debates dos Estudos de Gênero e Decolonialidade, estabelecendo diálogo com teorias de pensadoras chicanas e afro-americanas, como Gloria Anzaldúa, Audre Lorde e Patrícia Hill Collins. Lugones investigou os cruzamentos entre raça, classe, gênero e sexualidade e constituiu o Programa de Pesquisa Interdisciplinar do grupo “Modernidade/Colonialidade” (ou “Projeto M/C”) da América Latina, expandindo a abordagem decolonial acerca da colonialidade do ser, do saber e do poder por meio da colonialidade das noções de gênero e sexualidade. Publicou, em 2008, *Colonialidade e gênero* e, em 2010, *Rumo a um feminismo descolonial*, dois textos centrais para o debate contemporâneo acerca da colonialidade.



Claudia Marianno

Ilustração representando a filósofa María Lugones.

Diferentes definições não binárias de gênero

À parte o estabelecimento do **binarismo de gênero** atual, algumas definições não binárias de gênero resistem. É o caso do grupo pré-hispânico *muxe* (termo da civilização zapoteca), conhecido como terceiro gênero no sul do México. As pessoas *muxes* apresentam uma expressão de gênero feminina, mas foram designadas como homens no nascimento.

Há, ainda, o caso das pessoas indígenas que não se reconhecem como homens nem como mulheres, mas como “dois espíritos” (masculino e feminino), segundo uma denominação geral oriunda dos Navajo, povo indígena da América do Norte.



Jan Sochor/Alamy/Fotorena

As *muxes* são designadas com o gênero masculino ao nascer, mas, no decorrer da vida, apresentam expressão de gênero feminina. Oaxaca, México, 2018.

Para ampliar

Assista

Amiel Vieira – Todos os Gêneros, Itaú Cultural (2018, 4 min). O sociólogo, homem trans e intersexo Amiel Vieira fala sobre suas primeiras percepções quanto ao seu corpo “marcado pela falta” e, posteriormente, sobre seus sentimentos envolvidos no processo de reconhecimento de sua intersexualidade e transexualidade. Disponível em: <https://youtu.be/PIHIfpzvac?si=dC2o-4VgFY5FRUOM>. Acesso em: 27 jun. 2024.

Nessa direção, observa-se que além das atribuições decorrentes do sistema binário de gênero, feitas no momento do nascimento e com as quais as pessoas **cisgênero** se identificam, há outras possibilidades de (auto)identificação e (auto)atribuição. Tais possibilidades decorrem da leitura de determinada sociedade acerca do conceito de gênero em si e da compreensão de si mesmo em outra chave que não a cisgeneridade. Trata-se das pessoas que não se reconhecem no gênero que lhes foi atribuído, transicionam para outro gênero ou assumem uma posição não binária de gênero, isto é, não se identificam com as definições na chave homem-mulher.

GLOSSÁRIO

Cisgênero: termo para designar pessoas que se reconhecem ou se identificam com o gênero que lhes foi atribuído ao nascimento.

Interseccionalidade



Questões de gênero e sexualidade estão relacionadas a outras marcas e identidades políticas que constituem um sujeito, como raça ou etnia, classe social, idade, nacionalidade, religião, moradia, entre outros. Isso significa dizer que uma reflexão acerca do que somos exige uma análise ampliada, que considere a complexidade que nos constitui. As experiências vividas por cada mulher, por exemplo, não podem ser resumidas em uma lógica única, supondo uma única definição de ser mulher. Mulheres cis, trans, negras, indígenas, brancas, jovens, crianças, idosas, pobres, ricas, periféricas, lésbicas e heterossexuais são forjadas por estruturas sociopolíticas que determinam distâncias e possíveis alianças entre si.

Intelectuais e feministas negras reivindicaram que suas vozes fossem ouvidas a partir de outros cruzamentos entre **raça, gênero, sexualidade e classe**. A prática **interseccional** se afirma, assim, antes mesmo de sua conceitualização. Por isso, podemos reconhecer teorias interseccionais nas obras de Lélia Gonzalez (1935-1994), mulher negra, ativista, professora, filósofa e antropóloga brasileira, e Gloria Anzaldúa (1942-2004), intelectual estadunidense chicana, antes mesmo que o termo fosse cunhado.

A primeira conceitualização em torno da interseccionalidade foi dada pela intelectual afro-estadunidense Kimberlé Crenshaw (1959-), professora de Direito e ativista negra, na Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, em Durban, em 2001.

A interseccionalidade investiga como diferentes relações de poder e opressão se entrecruzam, a primeira sobre a segunda, no tecido social marcado pela diversidade. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera as categorias de gênero, raça, classe, sexualidade, nacionalidade, território, etnia e faixa etária, entre outras, de maneira inter-relacionada e que se forjam mutuamente. Assim, a interseccionalidade é uma forma de compreender a complexidade inerente à diversidade humana em diferentes culturas.

Ser uma mulher cisgênero, negra e periférica carrega elementos identitários distintos de outras perspectivas, como a de uma mulher transgênero, branca e também periférica, ainda que isso não as impeça de encontrar alianças entre si. A maternidade, por exemplo, é um forte marcador dos elementos que aproximam pessoas que engravidam em torno de uma política de luta comum; no entanto, mulheres negras lidam, ainda, com índices mais altos de violência obstétrica, negligência nos cuidados de saúde e uma preocupação quanto à violência estatal contra seus filhos pretos.

O relatório *Pele alvo: a cor que a polícia apaga*, publicado pela Rede de Observatórios da Segurança, observa, com base em dados das secretarias estaduais de segurança pública, que a população negra é a mais atingida por políticas de segurança marcadas pela **necropolítica**, isto é, por uma política que determina quem pode viver e quem deve morrer para a manutenção ideológica do Estado.

Para ampliar

▼ Acesso

Pele alvo: a cor que a polícia apaga, da Rede de Observatórios da Segurança, 2022. Relatório completo com dados de 2021, obtidos via Lei de Acesso à Informação. Confira a tabela na página 7. Disponível em: <https://cesecseguranca.com.br/wp-content/uploads/2022/11/Pele-alvo-2.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.

Aliás...

O conceito de necropolítica, aqui citado, será desenvolvido no Capítulo 16, “O Estado Moderno: fundamentos e críticas”.

Falando nisso...

A responsabilidade do Estado

Angela Davis (1944-) é uma notável filósofa socialista e feminista que integrou o partido revolucionário afro-americano Panteras Negras, dos Estados Unidos. Em seu livro *A liberdade é uma luta constante* (2015), apresenta críticas ao conceito de interseccionalidade tal como proposto por Kimberlé Crenshaw. Para Davis, entre as soluções propostas pela teoria interseccional, a condenação de sujeitos, em vez de uma abordagem crítica ao Estado, sobretudo quanto às condenações e prisões de homens negros em vulnerabilidade social, seria limitada.

Angela Davis durante conferência em Bruxelas, Bélgica, 2022.



Paul-Henri Verfooy/Belga MAG/AFP

Racialidades e etnicidades



Você sabe a diferença entre **raça** e **etnia**? De acordo com o antropólogo congolês Kabengele Munanga (1940-):

O conteúdo da raça é morfo-biológico e o da etnia é sociocultural, histórico e psicológico. Um conjunto populacional dito raça “branca”, “negra” e “amarela” pode conter em seu seio diversas etnias. Uma etnia é um conjunto de indivíduos que, histórica ou mitologicamente, têm um ancestral comum; têm uma língua em comum, uma mesma religião ou cosmovisão; uma mesma cultura e moram geograficamente num mesmo território.

MUNANGA, Kabengele. *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia*. In: 3º Seminário Nacional de Relações Raciais e Educação, 2003, Rio de Janeiro: PENESB-RJ. Palestra de 5 nov. 2003. p. 12. Disponível em: <http://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2009/09/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoes-de-raca-racismo-identidade-e-etnia.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2024.



O território brasileiro é constituído por uma multiplicidade de origens étnicas.

Dada essa conceituação inicial, nos aprofundaremos agora em noções importantes para os debates raciais e étnicos: nações indígenas, negritude, branquitude e mestiçagem no Brasil.

Nações indígenas: aldeados e urbanos

Neste território chamado Brasil, estima-se que havia mais de mil povos indígenas antes da invasão colonial portuguesa. Atualmente, de acordo com o Censo IBGE 2022, há cerca de 266 povos indígenas e mais de 150 línguas. Acompanhe, ainda, os dados do *site Povos Indígenas no Brasil*:

[...] Há muitos povos e indivíduos indígenas que falam e/ou entendem mais de uma língua; e, não raro, dentro de uma mesma aldeia fala-se várias línguas – fenômeno conhecido como multilinguismo. Em meio a essa diversidade, apenas 25 povos têm mais de cinco mil falantes de línguas indígenas [...].

LÍNGUAS. *Povos indígenas no Brasil*, [s. l.], [20--]. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/L%C3%ADnguas>. Acesso em: 14 jun. 2024.

A maior parte dessa população encontra-se em aldeias situadas em cerca de 775 Terras Indígenas – são os chamados indígenas aldeados. Uma parte deles está na condição de isolamento. De acordo com a Coordenação-Geral de Índios Isolados e de Recente Contato (CGIIRC), há 28 desses grupos atualmente em condição de isolamento. Esses povos, por diversas razões, decidiram pelo não contato com pessoas não indígenas:

[...] Os grupos considerados isolados travaram, muitas vezes, relações de longa data com segmentos da sociedade nacional, tendo posteriormente optado pelo isolamento. [...] o isolamento representa, em muitos casos, uma opção do grupo, que pode estar pautada pelas suas relações com outros grupos, pela história das frentes de ocupação na região onde vivem e também pelos condicionantes geográficos que propiciam essa situação. A noção de isolados, portanto, diz respeito ao contato regular, principalmente com a Funai [Fundação Nacional dos Povos Indígenas].

VIVEIROS, C. de E. *Quem são? Povos indígenas no Brasil*, [s. l.], maio 2005. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Quem_s%C3%A3o. Acesso em: 14 jun. 2024.

Nem toda pessoa indígena, contudo, vive em uma aldeia. Há indígenas que habitam um contexto urbano e, nesse sentido, é importante entendermos que essa denominação abrange qualquer membro de uma comunidade indígena reconhecido por ela como tal. **Comunidade**, por sua vez, não é uma noção estritamente geográfica, mas se refere a um conjunto de relações que indicam pertencimento às organizações sociais indígenas pré-colombianas.

As comunidades indígenas envolvem, neste momento, também os chamados “povos emergentes”, que são populações que resgatam sua genealogia histórica massacrada por séculos de opressão e passam a reivindicar oficialmente a condição de indígenas no Brasil. São famílias miscigenadas, territorialmente **espoliadas**, que retomam suas identidades coletivas indígenas.

GLOSSÁRIO

Espoliado: propriedade tirada de alguém por violência ou fraude.



Andre Dito/Pulsar Imagens

Manifestação dos povos indígenas contra o julgamento do Marco Temporal e o projeto de Lei nº 490/2007, que alteram as leis de demarcação e gestão das Terras Indígenas no Brasil. Esplanada dos Ministérios, Brasília (DF), 2021.

Como toda cultura, as culturas indígenas não são estáticas, mas dinâmicas; isto é, transformam-se ao longo do tempo. A natureza dinâmica das culturas reflete o movimento da vida em seu fazer-se. Para a indígena guarani Kerexu Yxapyry, “o nosso território é um corpo e ele precisa estar se movimentando o tempo todo. Um corpo que não se movimenta ou é um corpo doente ou é um corpo morto, isso para todos os seres vivos” (YXAPYRY, Kerexeu. *Povos Indígenas no Brasil*, [s. l.], 3 jul. 2024. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Nosso_territ%C3%B3rio,_nossa_vida,_%C3%A9_um_movimento. Acesso em: 4 set. 2024).

O não reconhecimento das culturas indígenas, o desrespeito às suas terras e seus modos de vida, a invasão, a violação e a exploração dos seus territórios ocorrem há séculos e vêm dizimando suas existências. Formas de resistência e denúncia a essas opressões constituem o dia a dia de luta dos povos indígenas.

Para ampliar

Leia

Povos Indígenas no Brasil (Instituto Socioambiental – ISA, 2023).

Trata-se de um trabalho de mapeamento da situação dos povos indígenas brasileiros que possui uma carta-denúncia elaborada por diversas etnias. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/publicacoes-isa/povos-indigenas-no-brasil-2017-2022-2a-ed>. Acesso em: 28 jun. 2024.

Negritude

Assim como não há uma unidade ontológica ou sociopolítica sobre ser indígena, seria um erro naturalizar ou biologizar o que é ser negro em um substantivo único para todas as culturas. O filósofo camaronês Achille Mbembe (1957-) afirma que, não obstante os elos ancestrais, quase nada garante uma unidade identitária entre negros dos Estados Unidos, Caribe, Brasil, ou, ainda, dos países do continente africano. Em sua obra *Crítica da razão negra* (2013), o autor discute como a substantivação da raça e do negro foi uma ficção útil para aquilo que a historiografia ocidental buscou naturalizar e distinguir, de um lado, como modelo de humanidade, racionalidade e mundo civilizado, e de outro, a animalidade e a barbárie. Para além de entender esse processo, o livro nos leva à compreensão da negritude em sua complexidade e produção de si.

Ao reduzir um corpo à sua aparência, pela cor da pele e outras características raciais, o contexto euro-americano impôs aos negros incalculáveis crimes e massacres, além de devastações psicológicas. O racismo antinegro, mesmo quando disfarçado ou aparentemente sutil, reduz o indivíduo negro e seus valores a uma narrativa deturpada estabelecida pelo branco. A psiquiatra e psicanalista brasileira Neusa Santos Souza (1948-2008) aborda em sua obra *Tornar-se negro* o processo de subjetivação negra, isto é, a percepção e construção de si para a superação dessa narrativa:

A descoberta de ser negra é mais do que a constatação do óbvio. [...] Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas. Mas é também, e sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas possibilidades.

SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021. p. 46.

Ainda segundo Neusa Santos Souza, não se nasce negro, torna-se negro: “[...] ser negro não é uma condição dada, *a priori*. É um vir a ser. Ser negro é tornar-se negro”³. Esta afirmação não nega a importância dos **fenótipos** para a definição racial, mas nos fala sobre a construção de si que passa, inclusive, pela consciência e a afirmação desses caracteres fenotípicos como próprios da sua humanidade – pensar a negritude como parte fundamental de si e de sua atuação no mundo.

³ SOUZA, N. S. *Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021. p. 46.

GLOSSÁRIO

Fenótipo: palavra que se refere às características externas, morfológicas e fisiológicas dos indivíduos. Exemplos: tonalidade da pele, textura do cabelo, entre outros.

Falando nisso...

Sobre a origem do conceito de negritude

O conceito de **negritude** como movimento literário afro-franco-caribenho (1930) tem origem em trabalhos como os de Aimé Césaire (1913-2008). Césaire, poeta, dramaturgo e político da Martinica, foi um radical expositor e articulador teórico do movimento estético e político da Negritude na década de 1930. Junto a outros teóricos, como Léopold Senghor, do Senegal, e Léon Damas, da Guiana Francesa, Césaire defendia a Revolução do Haiti (1791-1804) como o momento histórico definidor para a compreensão da negritude enquanto proposta de ação e transformação do pensamento social. Em sua obra *O discurso sobre a negritude* (1987), Césaire defende que a negritude não é essencialmente biológica, mas resulta da soma das experiências vividas na memória e no inconsciente coletivo. Considera que ela constitui uma das formas históricas da condição humana, vinculando esse movimento às lutas do pan-africanismo, do continente à diáspora.

Aimé Césaire discursa em protesto contra o colonialismo britânico na África, em 1947.



NVC/Alamy/Fotorena

Para ampliar

Assista

Lélia González – Ciência & Letras (2019, 25 min).

Lélia González (1935-1994) deixou um legado de defesa da mulher negra até hoje fundamental para os movimentos negro e feminista. A obra da autora e seu processo de reconhecimento enquanto mulher negra são abordados no programa “Ciência & Letras” (parceria entre a Editora Fiocruz e o Canal Saúde), com participação de Elizabeth Viana, mestra em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e Raquel Barreto, doutoranda em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Disponível em: https://youtu.be/jGD_OLgzPw?si=e64NNDZSXv2HD1J. Acesso em: 16 jun. 2024.

Branquitude

Desde, pelo menos, as experiências imperialistas de colonização moderna, houve um projeto de **racialidade** marcado pela opressão e pela exploração de povos que não eram nem brancos nem europeus. Como constata Sueli Carneiro (1950), filósofa e ativista brasileira, o eurocentrismo construiu a ideia de ser humano como ser branco e universal e fez ver todo outro enquanto um “não ser”.

Se, na abordagem teórica e no enfrentamento político dessa questão, a opressão de raça (que construiu uma ficção em torno do que é ser negro) está tematizada em inúmeras teses antirracistas, ainda é lacunar a problematização da **branquitude**, polo ativo produtor da gramática da violência racial. Analisar criticamente o branco e a branquitude nos auxiliará a entender a fundação dessa relação desigual e, quem sabe assim, repará-la. A história da formação do que conhecemos como Brasil nos ajuda a racializar essa categoria que se colocou como um ser neutro, não marcado por nenhuma característica particular: o homem branco.

A trajetória de libertação dos povos escravizados se deu, em âmbito institucional, de forma a salvaguardar os proprietários escravocratas de possíveis perdas. Em 1871, a Lei do Ventre Livre liberava filhos de mulheres escravizadas, mas os tutelava aos proprietários que recebiam ou uma indenização do Estado aos oito anos completos da criança ou a garantia de exigir o pagamento da própria criança com trabalho escravizado até os vinte e um anos. Já o Decreto de Imigração de 1890 promoveu a chegada de trabalhadores europeus que tinham garantidos transporte, terra e sustento por pelo menos seis meses adiante. Essa trajetória jurídica de libertação dos povos escravizados em paralelo com o favorecimento material dos europeus imigrantes evidencia o **pacto da branquitude**.



A lei e o incentivo à imigração se fundamentavam na teoria do embranquecimento da população. O pintor espanhol Modesto Brocos y Gomez (1852-1936), radicado no Brasil no final do século XIX, retrata o imaginário positivado dessa política de embranquecimento em sua tela *A redenção de Cam*.



Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro

Modesto Brocos y Gomes. *A redenção de Cam*, 1895. Óleo sobre tela, 199 cm x 166 cm.

A obra parte da mitologia cristã descrita no livro de Gênesis sobre a criação dos diferentes povos. Cam, filho de Noé, teria sido amaldiçoado e, por isso, condenou seu filho, Canaã, a servir a seus irmãos. A figura da matriarca negra que aparece dando graças aos céus pela criança branca, resultado do casamento de sua filha com um homem branco, denota tanto a redenção de Cam quanto a valorização dos fenótipos brancos contra o passado-presente escravocrata brasileiro.

Para ampliar

Leia

Recordações do escrívão Isaiás Caminha, de Lima Barreto (Penguin-Companhia, 2010).

A narrativa se passa em torno de 1900 e conta a história de Isaiás Caminha, um jovem negro do interior que resolve tentar ser “doutor” no Rio de Janeiro, onde sofre diversas situações de racismo. O enredo mostra, entre outras coisas, a incapacidade do país de integrar pessoas negras à sociedade após a abolição da escravidão.



Penguin Edições

O pacto narcísico da branquitude

W. E. B. Du Bois (1868-1963) foi um sociólogo, historiador, autor e editor estadunidense. Ativista pelos direitos civis e pan-africanista, em *A reconstrução negra na América*, acompanhamos o que ele nomeia como uma espécie de “salário público e psicológico” garantido à classe trabalhadora branca não racializada ou marcada pelo regime escravocrata. Esse benefício – ser reconhecidos como sujeitos, com direitos básicos garantidos – alimenta sua aliança com a elite branca em detrimento da relação com a classe trabalhadora negra. Tais alianças e acordos, institucionalizados (como na forma de leis) ou não verbalizados (enquanto contratos sociais e alianças não verbais), revelam aquilo que Cida Bento (1952-), psicóloga e ativista brasileira negra, nomeou como **pacto narcísico da branquitude**.

Trata-se da herança inscrita na subjetividade do coletivo, mas que não é reconhecida publicamente. O herdeiro branco se identifica com outros herdeiros brancos e se beneficia dessa herança, seja concreta, seja simbolicamente; em contrapartida, tem que servir ao seu grupo, protegê-lo e fortalecê-lo. Este é o pacto, o acordo tácito, o contrato subjetivo não verbalizado: as novas gerações podem ser beneficiárias de tudo que foi acumulado, mas têm que se comprometer “tacitamente” a aumentar o legado e transmitir para as gerações seguintes, fortalecendo seu grupo no lugar de privilégio, que é transmitido como se fosse exclusivamente mérito.

BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. p. 24-25.

Explicitar esse pacto e nomeá-lo é importante para que reconheçamos que aquilo que comumente é justificado como mérito de esforços pessoais foi resultado de anos de privilégios e favorecimentos narcísicos, que garantiram a superioridade numérica de brancos em posições de destaque nas sociedades ocidentais.

Luciana Whitaker/Pulsar Imagens



Desfile de moda exaltando a beleza negra no Dia da Consciência Negra. Quilombo da Pedra Bonita, Rio de Janeiro (RJ), 2022.

Mestiçagem no Brasil

Você já ouviu falar no mito da **democracia racial**? A expressão, que se tornou popular pelo trabalho do sociólogo e escritor brasileiro Gilberto Freyre (1900-1987), foi responsável por exaltar a miscigenação ocorrida no processo de formação do Brasil. Tal visão, contudo, tinha como consequência a negação do racismo e a obstrução de políticas públicas de redução das desigualdades sociais produzidas pelo longo período de escravidão.

A miscigenação é um fato histórico e um dado biológico presente em diversos períodos da história humana. No contexto brasileiro, tornou-se popular o **mito das três raças** (branco, negro e indígena), que invisibiliza não apenas a diversidade interna desses povos, mas a presença de outros povos no país, como os asiáticos.

Na dinâmica colonial, a miscigenação foi usada como estratégia de violência, no apagamento da diversidade e visando ao branqueamento. A violação sexual das mulheres negras e indígenas se constituía como prática recorrente. Assim, a existência de pessoas mestiças, predominantemente, advém de um contexto histórico de violência e desumanização (tanto no colonialismo quanto na República).

Aliás...

O Capítulo 18, “Violências e opressões”, tem como um de seus assuntos o racismo.



Ricardo Teles/Pulsar Imagens

De acordo com a advogada e professora brasileira Alessandra Devulsky, em seu livro *Colorismo* (2021), a origem da mestiçagem faz parte de um projeto colonial de diluição da negritude até o seu desaparecimento. Abordar a questão da mestiçagem apagando seu histórico de opressão colonizadora seria omitir uma parte central da composição do imaginário racista brasileiro.

Roda de samba durante a festa de Nossa Senhora da Boa Morte, em Cachoeira (BA), setembro de 2019.

O samba é um dos principais elementos da cultura afro-brasileira e que atravessa todo o país. A miscigenação cultural trouxe ao samba diferentes ritmos, instrumentos, cores e formatos, mas ele sempre terá em seu centro a africanidade e a pele preta.

Kabengele Munanga, em sua obra *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil* (1999), ressalta a especificidade da classificação de mestiço no país, em contraste com outros lugares, como os Estados Unidos ou a África do Sul. Isso porque, dependendo de seu fenótipo e contexto em que está inserida, a pessoa mestiça pode se autodeclarar branca. Nesse sentido, segundo o autor, importa observar o uso político-ideológico da mestiçagem. Em entrevista dada para a revista *Teoria e Debate*, Munanga (2023) diz:

O problema é o uso político-ideológico que se faz da mestiçagem e das classificações raciais. Nos Estados Unidos e na África do Sul, foi dado ao mestiço um significado diferente. [...]

No Brasil, o que conta é a aparência, o fenótipo. Basta ter a aparência branca, mesmo sendo mestiço, para ser considerado branco. [...]

Essas categorias [branco, negro, mestiço] têm consequência política. No Brasil a mestiçagem foi muito utilizada para negar a discriminação racial, para dizer que não tem branco, não tem negro, somos todos mestiços. [...]

[...] No Brasil, tivemos isso e agora temos o que chamamos de colorismo. Algumas pessoas estão defendendo hoje a identidade mestiça, os pardos. É um direito que eles têm. Geneticamente, ser um mestiço é inegável, mas é uma questão política. De que lado essas pessoas se colocam na luta contra o racismo?

MUNANGA, K. Rediscutindo racismo, negritude e mestiçagem. [Entrevista concedida a] Nilmas Lino Gomes et al. *Teoria e debate*, [s. l.], ed. 238, nov. 2023. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/2023/11/14/rediscutindo-racismo-negritude-e-mesticagem/>. Acesso em: 16 jun. 2024.

GLOSSÁRIO

Escamoteamento: ato de esconder algo, no sentido de produzir um encobrimento.

Para Kabengele Munanga, ainda que geneticamente a mestiçagem seja um fato, a afirmação da identidade mestiça precisa estar atenta aos mecanismos de **escamoteamento** do racismo na sociedade brasileira.

O **colorismo** é um termo utilizado desde a década de 1980, introduzido pela escritora estadunidense Alice Walker (1944-) para apontar um sistema de classificação e diferenciação do modo e tratamento de pessoas negras com base em seu tom de pele e outros traços físicos. Nesse sentido, trata-se de um subproduto do racismo, com raízes no colonialismo europeu, que diferencia pessoas negras de pele clara e pessoas negras retintas. Na mesma entrevista aqui destacada, afirma ainda Munanga (2023): “Nossa luta não vai ganhar com esse colorismo e essa divisão entre os pardos e os pretos. As pessoas estão criando esse movimento, mas as vítimas do racismo coletivamente não ganharão com isso. Ganhará a ideologia racista, do meu ponto de vista”. (MUNANGA, K. Rediscutindo racismo, negritude e mestiçagem. [Entrevista concedida a] Nilmas Lino Gomes et al. *Teoria e debate*, ed. 238, nov. 2023. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/2023/11/14/rediscutindo-racismo-negritude-e-mesticagem/>. Acesso em: 16 jun. 2024).

A crise do regime epistemológico da diferença sexual



cpa picture alliance/Alamy/Fotoarena

O filósofo Paul Preciado durante premiação no Festival de Cinema de Berlim, Alemanha, 2023.

O filósofo Paul B. Preciado, na obra *Eu sou o monstro que vos fala* mobiliza conceitos centrais da **Filosofia da Ciência**, a fim de propor a hipótese de crise do regime epistemológico da diferença sexual.

Quando falo do regime da diferença sexual como epistemologia, refiro-me a um sistema histórico de representações, a um conjunto de discursos, instituições, convenções, práticas e acordos culturais (sejam eles simbólicos, religiosos, científicos, técnicos, comerciais ou comunicativos) que permitem a uma sociedade decidir o que é verdadeiro e distingui-lo do que é falso. [...] Um paradigma determina uma ordem do visível e do invisível e, como traz consigo uma ontologia e uma ordem política, isto é, estabelece a diferença entre o que existe ou não existe, social e politicamente, e instaura uma hierarquia entre os diversos seres. Determina uma maneira específica de vivenciar a realidade por meio da linguagem, um conjunto de instituições que regulam os rituais de produção e reprodução social. [...].

Uma epistemologia é um fechamento do nosso sistema cognitivo que não apenas dá respostas às nossas questões, mas que define as próprias questões que podemos nos colocar em função de uma interpretação prévia dos dados sensoriais. Os paradigmas científicos são engajamentos compartilhados por uma comunidade social que, sem ter o caráter de axiomas infalíveis ou plenamente demonstrados, são largamente aceitos na medida em que servem para resolver todo tipo de problema. [...] Uma epistemologia se caracteriza justamente pela flexibilidade, o que permite a resolução de um certo número de problemas. Até que os problemas que essa epistemologia cria se tornam, por assim dizer, mais numerosos do que aqueles que resolve. De modo que a epistemologia, por definição, conservadora, lenta e viscosa, torna-se obsoleta, nociva, até mesmo deletéria, e é substituída por uma nova epistemologia, um novo dispositivo, capaz de responder às novas questões.

Poderíamos dizer, portanto, que o regime da diferença sexual é uma epistemologia histórica, um paradigma cultural e tecno-científico, que nunca existiu e que está sujeito, como qualquer epistemologia, a críticas e mudanças. Os historiadores contemporâneos da ciência e da sociedade renascentista concordam que na Idade Média, e provavelmente até o século XVII, uma epistemologia “monossexual” dominava no Ocidente, uma epistemologia na qual somente o corpo e a subjetividade masculinos eram reconhecidos como anatomicamente perfeitos. [...]. O paradigma do monossexual funcionaria segundo um “sistema de semelhanças” no qual o corpo feminino estaria representado como uma variação hierarquicamente inferior do masculino. [...].

Ao longo dos séculos XVIII e XIX, as novas técnicas médicas e visuais deram origem progressivamente a uma “estética da diferença sexual”, que opõe a anatomia do pênis à da vagina, os ovários aos testículos, a produção de esperma e a reprodução uterina, os cromossomos X e Y, mas também o trabalho produtivo masculino e domesticidade reprodutiva feminina. Uma nova epistemologia binária baseada num “sistema de oposições” entre os sexos é estabelecida [...].

PRECIADO, Paul. B. *Eu sou o monstro que vos fala*. Rio de Janeiro: Zahar, 2022. p. 49-55.

1. Com base no texto que leu, o que você entendeu sobre paradigma epistemológico?
2. Explique por que, de acordo com Preciado, é possível afirmar que o paradigma epistemológico do binarismo de gênero (regime da diferença sexual) está em crise.





1. Leia o texto a seguir. Depois, com base nele e no que abordamos neste capítulo, explique o conceito de branquitude.

O debate sobre relações étnico-raciais é permeado por uma série de termos e conceitos. Como a própria expressão “relações étnico-raciais” indica, trata-se uma questão relacional, isto é, das dinâmicas estabelecidas entre os grupos raciais por meio do racismo. Apesar disso, quando se fala em “raça” ou “racismo” costuma-se focalizar os grupos raciais oprimidos pela estruturação racista da sociedade, deixando de lado o grupo racial privilegiado por essa estruturação: o grupo branco.

COELHO, Amanda; ALVEZ, Fariza; CABEÇA, Mariana. Guia sobre a branquitude. *Educa Diversidade*, [s. l.], [20--]. Disponível em: <https://educadiversidade.unesp.br/guia-de-reconhecimento-sobre-a-branquitude/>. Acesso em: 19 jun. 2024.

2. Considere o fragmento a seguir e explicita a diferença entre o racismo e o colorismo:

Ao contrário do racismo, que se orienta na identificação do sujeito como pertencente a certa raça para poder exercer a discriminação, o colorismo se orienta somente na cor da pele da pessoa. Isso quer dizer que, ainda que uma pessoa seja reconhecida como negra ou afrodescendente, a tonalidade de sua pele será decisiva para o tratamento que a sociedade dará a ela. O colorismo dificulta e até mesmo impede completamente o acesso de pessoas de pele escura a certos lugares da sociedade, o que consequentemente dana ou impede o acesso delas a serviços que lhes são de direito, enquanto cidadãos brasileiros.

DJOKIC, Aline. Colorismo: o que é, como funciona. *Portal Geledés*, [s. l.], 26 fev. 2015. Disponível em: www.geledes.org.br/colorismo-o-que-e-como-funciona/?amp=1&gad_source=1&gclid=Cj0KCQjwxeYxBhC7ARIsAC7dS3-RF3VxNaH-9Djz3d0FGCz1R6b7DSGQKYjY9z0K7848DY9QGV-ZunUaAskBEALw_wcB. Acesso em: 19 jun. 2024.

3. Considerando o texto a seguir, faça uma pesquisa sobre dois povos ameríndios distintos destacando suas línguas, mitos e ritos e quais dessas especificidades mais te chamou atenção. No dia combinado pelo professor, apresente os resultados da sua pesquisa para a turma.

Genericamente, os povos indígenas que vivem não apenas em nosso país, mas em todo o continente americano, são chamados de ‘índios’. Essa palavra é fruto do equívoco histórico dos primeiros colonizadores que, tendo chegado às Américas, julgaram estar na Índia. Mesmo com o erro, essa palavra continuou sendo utilizada como um sinônimo de indivíduo indígena, mas passou a ser rechaçada pelos povos indígenas – que, no Brasil atual, preferem o uso do termo indígena. Como há certas

semelhanças que unem os indígenas nas Américas do Norte, Central e do Sul, há quem prefira chamá-los, todos, de ameríndios. Ameríndios são, então, os povos indígenas das Américas.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. Quem são? *Povos indígenas no Brasil*, [s. l.], maio 2005. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Quem_s%C3%A3o. Acesso em: 14 jun. 2024.

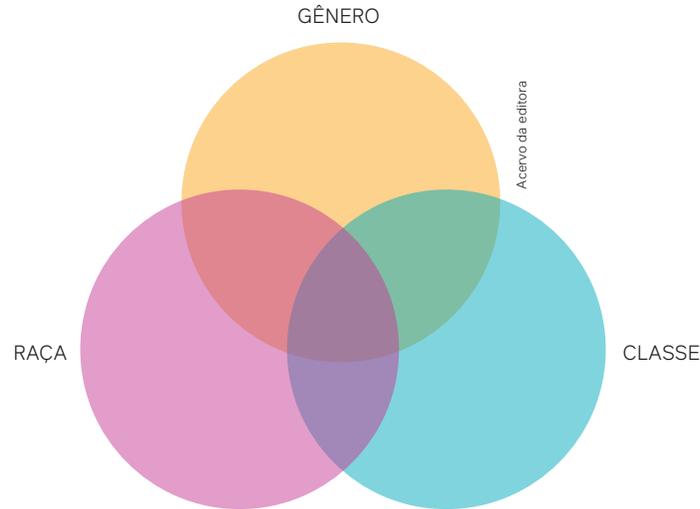
4. Com base na figura a seguir, reflita quais foram os comportamentos de gênero que você aprendeu a exercer e de que modo eles contribuíram para constituir a forma como você entende a si mesmo.



5. Tal como vimos neste capítulo, a pensadora argentina Maria Lugones entende que o modelo dicotômico de pensamento é uma marca da modernidade colonial. De acordo com a autora, além da dicotomia homem/mulher, quais seriam as outras manifestações desse sistema de pensamento?
6. Com base na noção de “papel de gênero”, comente a imagem.



7. Neste capítulo, lemos que “A interseccionalidade investiga como diferentes relações de poder e opressão se interseccionam e sobrepõem, a primeira sobre a segunda, no tecido social. Enquanto ferramenta analítica, a interseccionalidade considera as categorias de gênero, raça, classe, sexualidade, nacionalidade, território, etnia e faixa etária, entre outras, de maneira inter-relacionada e codependente”. Observe o diagrama:



Com base no texto e no diagrama, responda: Na sua opinião, que outros círculos poderiam compor a figura?

8. Descreva o conceito de negritude, de acordo com o poeta martinicano Aimé Césaire.

Escrita filosófica

Com base na leitura do trecho a seguir, extraído de *A categoria político-cultural de Amefricanidade*, de Lélia Gonzalez, publicado originalmente em 1988, escreva no caderno um texto **dissertativo-argumentativo**, de no mínimo 20 e no máximo 30 linhas, sobre o tema **O racismo e a ideologia do branqueamento na formação do Brasil**.



Sabemos que o colonialismo europeu, nos termos com que hoje o definimos, configura-se no decorrer da segunda metade do século XIX. Nesse mesmo período, o racismo se constituía como a ‘ciência’ da superioridade eurocristã (branca e patriarcal), na medida em que se estruturava o modelo ariano de explicação que viria a ser não apenas o referencial das classificações **triádicas** do evolucionismo positivista das nascentes ciências do homem, como ainda hoje direciona o olhar da produção acadêmica ocidental. [...]

GLOSSÁRIO

Triádico: se refere a um conjunto de três unidades.

As sociedades que vieram a constituir a chamada América Latina foram as herdeiras históricas das ideologias de classificação social (racial e sexual) e das técnicas jurídico-administrativas das metrópoles ibéricas. Racialmente estratificadas, dispensaram formas abertas de segregação, uma vez que as hierarquias garantem a superioridade dos brancos como grupos dominantes. A expressão do

humorista Millôr Fernandes, ao afirmar que ‘no Brasil não existe racismo porque o negro reconhece seu lugar’, sintetiza o que acabamos de expor.



Por isso mesmo, a afirmação de que todos são iguais perante a lei assume um caráter nitidamente formalista em nossas sociedades. O racismo latino-americano é bastante sofisticado para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças à sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento. Veiculada pelos meios de comunicação de massa e pelos aparelhos ideológicos tradicionais, ela reproduz e perpetua a crença de que as classificações e os valores do Ocidente são os únicos verdadeiros e universais. Uma vez estabelecido, o mito da superioridade branca demonstra sua eficácia pelos efeitos de estilhaçamento, de fragmentação da identidade racial que ele produz: o desejo de embranquecer (de ‘limpar o sangue’, como se diz no Brasil) é internalizado, com a simultânea negação da própria raça, da própria cultura.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de Amefricanidade. In: GONZALEZ, Lélia. *Primavera para as rosas negras*: Lélia González em primeira pessoa... Diáspora Africana: Editora Filhos de África, 2018. p. 323-326.

Educação para quem? Para quê?

“[...] A educação transmite a cultura. Assim, ela se reserva o direito de dizer o que é cultura. Cabe, antes de qualquer coisa, perguntarmos qual educação, para quem e para quê? [...]”

(Cunha Junior)¹

O que é, afinal, educação?

A educação só se faz nas escolas e universidades? Onde e com quem ensinamos e aprendemos? As transformações que sofremos ao longo da vida, sejam elas físicas, emocionais, intelectuais ou espirituais, não são isoladas. Nossa vida é marcada por variados encontros e grupos de convivência de vários tipos: pessoais e comunitários (de amizade, ligados à religião ou a afiliações políticas, por exemplo), institucionais (como a família, a escola, o trabalho, o Estado), bem como de ideias e pensamentos. Afetamos e somos afetados pelas várias relações que ajudamos a construir. E, nessa dinâmica, aprendemos enquanto ensinamos.

Geralmente, ouvimos dizer que uma pessoa é educada quando tem certas atitudes, hábitos e comportamentos considerados valiosos e aprovados socialmente. Ou, ainda, considera-se educado quem concluiu a escola e a universidade. Embora façam algum sentido, tais ideias não esgotam a definição da educação, compreendida como uma prática social, ou seja, como o ensino e a aprendizagem nas interações sociais e no desenvolvimento pessoal e coletivo.



Aloisio Maurício/Fotoarena

Ocupação de escola por estudantes secundaristas que reivindicavam o direito à educação de qualidade, democracia e melhor infraestrutura escolar. São Paulo (SP), 2015.

Educação e cultura

Se recorrermos à etimologia da palavra **educação**, resgataremos sua origem latina a partir de dois termos. O primeiro deles é o verbo *educare*, tradução de alimentar e cuidar (seja de pessoas, de animais ou de plantas). O segundo é o verbo *educere*, entendido como conduzir para fora, modificar um estado. Há, portanto, uma relação entre o cuidado, não só humano, e a possibilidade de mudança. Em outras palavras, os conceitos tratam da manutenção pelo alimento e da transformação de potencialidades – tornar-se algo.

Enraizada na construção histórica e cultural, a educação está associada ao desenvolvimento da formação do ser humano em seus diferentes níveis. Por isso, como prática social, também guarda as contradições, tensões e possibilidades presentes em nossa vida em comum. Compreender a educação no interior de uma cultura nos ajuda a situá-la no processo de nos tornarmos quem somos, além de defender sua importância coletiva.

A relação entre manutenção e mudança no desenvolvimento humano, presente na raiz da palavra educação, expressa-se de formas específicas em diferentes contextos. Veremos duas concepções nesse sentido: a tradição grega da *paideia* e a tradição africana dos *griots*.

¹ CUNHA JUNIOR, Henrique. Nós, afrodescendentes: história africana e afrodescendente na cultura brasileira. In: ROMÃO, Jeruse. (org.). *História da Educação do Negro e outras histórias*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 255. Disponível em: https://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/historia_educacao_negro.pdf. Acesso em: 4 set. 2024.

Paideia grega

Na Antiguidade, os gregos compreendiam a educação como fundamental para a vida na pólis. A chamada **paideia** grega consistia, assim, em desenvolver o ser humano tendo em vista sua excelência, a **areté**. Muito mais que o mérito pessoal, a **areté** consistia em qualidades necessárias para contribuir para a vida comum. Por isso, ginástica, matemática, gramática, música e filosofia faziam parte da formação do futuro cidadão na pólis. A educação é para a mente, para os corpos e para a sensibilidade.

GLOSSÁRIO

Paideia: termo grego que pode ser traduzido como educação, cultura. Significa a formação do ser humano em sua excelência.

Areté: termo grego normalmente traduzido como excelência ou virtude. Designa uma qualidade ou característica de algo ou alguém.

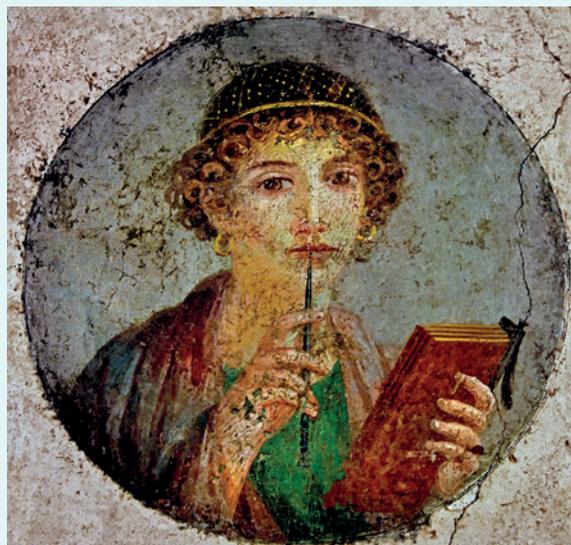
Retórica: conhecida como a arte de falar bem, foi largamente desenvolvida na Antiguidade Grega para a construção de discursos que pudessem convencer o interlocutor.

Falando nisso...

A participação feminina na paideia grega

A cidadania na Grécia Antiga era bastante restrita, excluindo mulheres, estrangeiros e pessoas escravizadas. A paideia grega é dirigida sobretudo a homens de famílias aristocráticas, já que a educação universal não era obrigação das cidades-estado. Ainda assim, é possível verificar uma abertura para a educação de mulheres e a presença de algumas filósofas na paideia grega, como Safo de Mitilene (c. 630-570 AEC) e Aspásia de Mileto (c. 470-428 AEC). Da cidade de Lesbos, Safo foi um dos maiores nomes da poesia lírica (poesia recitada ao som da lira) da Grécia. Fundou uma escola de educação feminina voltada para as jovens aristocratas, que ali permaneciam entre a infância e o matrimônio. De seus muitos poemas, conservaram-se alguns fragmentos. Aspásia provinha de uma família aristocrática de Mileto, mas viveu em Atenas durante o século V AEC. Foi filósofa, professora e reconhecida por sua **retórica**. Participava de discussões públicas (algo muito raro para as mulheres de sua época) e, apesar de estrangeira, casou-se com o general Péricles. Conta-se, inclusive, que ela tinha grande participação na elaboração dos discursos que ele proferia.

A poeta Safo de Mitilene, da cidade de Lesbos, em afresco (*Donna con tavolette cerate e stilo*) do Museu Arqueológico Nacional de Nápoles, Itália.



Peter Horree/Alamy/Fotorena

conectado com
História



Album/Fotorena

Michel Corneille, o jovem. *Aspásia cercada por filósofos gregos*, 1670. Óleo sobre tela, 1 m x 2 m.

No contexto grego, educação, cultura e política eram inseparáveis. Não poderia haver nenhum tipo de formação sem as normas e os costumes comunitários, assim como cabia à educação a manutenção da cultura para as futuras gerações. Havia, portanto, um ideal de humanidade que poderia ser atingido pelo processo educativo de cada indivíduo, cuja finalidade é política – a expressão máxima da potencialidade humana. A paideia grega se apresentou de muitas formas. No chamado Período Clássico, entre os séculos VI e IV AEC, destaca-se o pensamento de Platão sobre essa questão.

Platão e a educação para *A república*

Platão (428-348 AEC) concebeu a educação no contexto de discussão sobre o Estado e a justiça. Depois da morte de seu mestre, Sócrates, decidida pelo voto da maioria em assembleia da democracia ateniense, a política concreta parecia promover a injustiça, não a justiça – a virtude mais elevada. Por isso, entender a base das decisões e compreensões humanas tornou-se uma tarefa necessária para se colocar criticamente frente a elas. A busca pelo conhecimento tem, para Platão, uma proposta educativa e política. Essa relação é apresentada principalmente em seu diálogo intitulado *A república*, no qual ele discute o conceito de **justiça** e o estabelecimento de um Estado ético.

Se a democracia ateniense era **corrupta**, como Platão constatava, seria preciso investigar em que consistiria a justiça para, então, indicar caminhos para uma organização política verdadeiramente justa. Sócrates, o grande personagem desse diálogo, afirma que, para chegar à definição de uma sociedade justa, é preciso saber o conceito de justiça. Governantes e cidadãos só poderiam praticar a justiça quando a conhecessem verdadeiramente, e apenas dessa forma seria possível construir um Estado justo.

O exame inicial sobre a definição da justiça, contudo, leva a outra questão, anterior à própria organização política, e diz respeito ao conhecimento verdadeiro. Isso significa se afastar do senso comum e da opinião não refletida para buscar a verdade, que é boa e bela. O caminho que vai do conhecimento mais elementar fornecido pelos nossos sentidos até aquele puramente intelectual é um processo educativo representado no livro VII d’*A república*, a “Alegoria da caverna”. Nele, Sócrates apresenta a seu interlocutor, Glauco, a trajetória de um prisioneiro obrigado a sair de uma caverna escura, iluminada apenas por uma fogueira que projeta sombras das coisas, para conhecer a realidade exterior. É nessa realidade que estariam as verdadeiras coisas.

Esse processo é difícil porque nós, humanos, estamos presos a hábitos e costumes, muitas vezes, ilusórios. Sair da caverna envolve adaptar-se ao novo ambiente e saber olhar de outra maneira. Apesar da dificuldade, o percurso do prisioneiro é compensado com a libertação pelo conhecimento verdadeiro. Por isso, ele volta para contar aos seus antigos companheiros de caverna que tudo que eles viam e ouviam eram apenas sombras da verdade. O retorno é um processo pedagógico de motivar a busca pela verdade, e só assim seria possível uma sociedade de fato justa.

Educação na tradição *griot*

Do diálogo escrito, dirigimo-nos à importância da oralidade na formação humana. A palavra falada é fundamental na tradição africana e tem um papel educativo em diferentes comunidades do continente. Ela integra várias dimensões da vida: a memória, o conhecimento, a conduta de vida e a espiritualidade, todas pensadas em sua integralidade. A oralidade liga, ainda, coisas materiais a coisas imateriais. O conhecimento transmitido por gerações reforça os laços comunitários, cria e recria um mundo comum. A linguagem não tem apenas um caráter comunicativo mas também cria movimento ao seu redor.

A importância da fala também se liga à necessidade da escuta. Saber falar no momento adequado é sinal de sabedoria, e a escuta ativa é um sinal de respeito à força da palavra. A tradição *griot* se insere nesse contexto. Segundo o professor e filósofo Renato Nogueira, ela é uma experiência da oralidade pertencente à região da África Ocidental, onde se localizam atualmente Guiné, Nigéria, Gana, Burkina Faso, Níger, Mali, entre outros países.



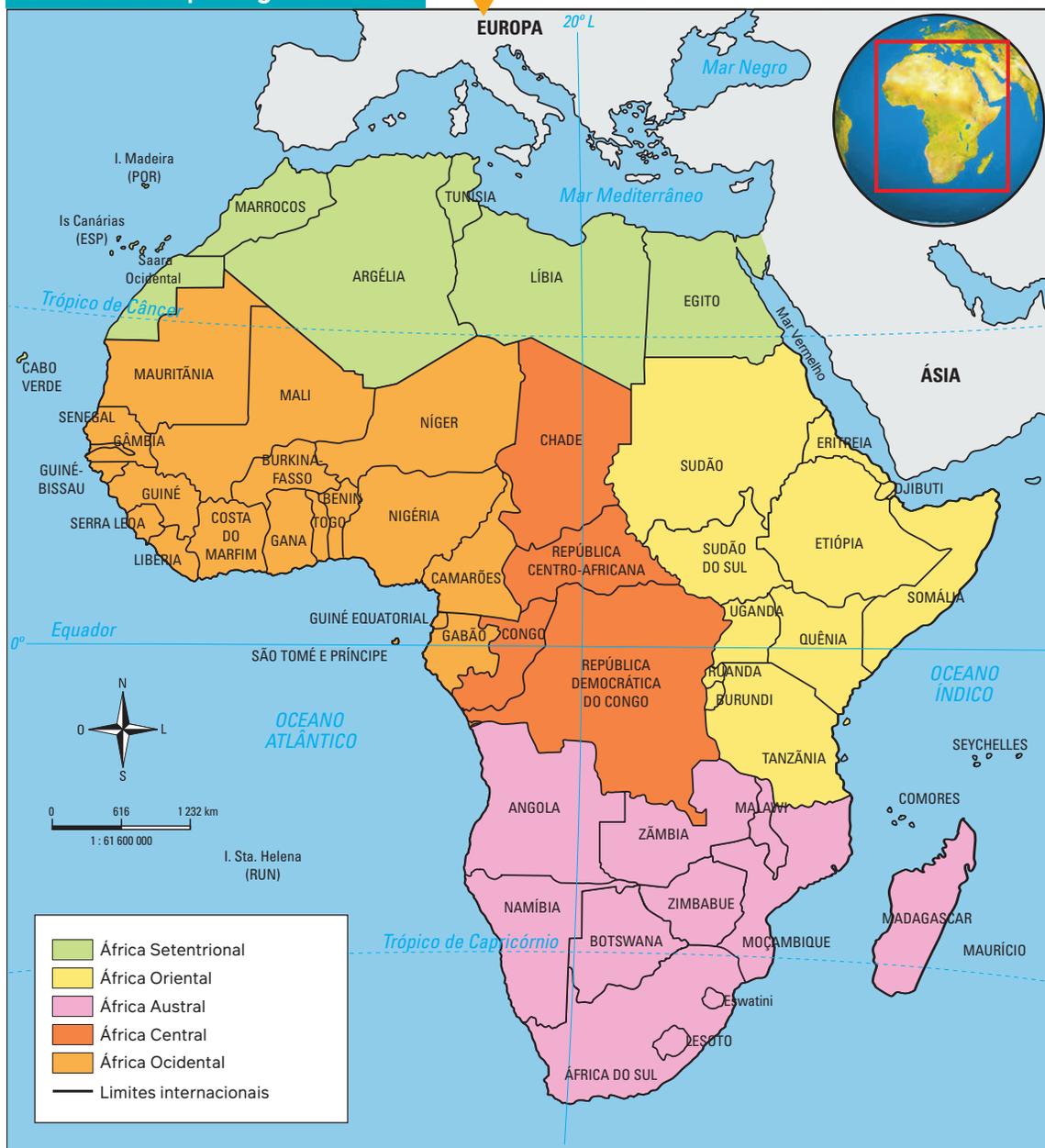
Representação da “Alegoria da caverna”, de Platão.

Sua origem é registrada no Império do Mali, ou Império Mandinga, e compreendida como uma atividade hereditária de criar mundos ao contar histórias, com o uso de instrumentos. Noguera denomina a prática *griot* como **dobra da palavra**. Os *griots* ou as *griottes* têm a responsabilidade de guardar e divulgar histórias, ativando a memória da comunidade e ligando o passado ao presente, e acompanhavam a nobreza. Para tornar-se um *griot* ou uma *griotte*, é necessário um longo processo de formação que passa pela autocompreensão. Além disso, é preciso pertencer a uma linhagem de *griots*. Sua função é hereditária.

De acordo com a tradição, é necessário saber quem se é para exercer tal prática, entendida como artesanal. Trabalha-se a palavra assim como o ferro, o tecido ou a madeira. Tal como um carpinteiro precisa conhecer bem a madeira para saber transformá-la em algo, um *griot* ou uma *griotte* precisa conhecer a palavra (ter memória do que foi contado) para criar histórias, colocando o mundo em movimento.

O continente africano é dividido em cinco regiões. A experiência da oralidade vem da região da África Ocidental, destacada em laranja-claro no mapa.

África: divisão por regiões -- 2023



Mario Yoshida/Studio58

Fonte: Atlas geográfico escolar. 9. ed. Rio de Janeiro, 2023. p. 51.



Os *griots* podem ser conhecidos por outros nomes. Um deles é *djeli*, uma linhagem de contadores de histórias. Na sociedade manica, os *djelis* são aqueles que tratam, dobram, as palavras. Da família nigerocongoleza, essa palavra é traduzida como sangue. Assim como o sangue circula pelo corpo, os *djelis* circulam pela sociedade. Eles podem curar ou adoecer conforme amenizam ou aumentam os conflitos com suas palavras. Saber falar, nesse sentido, é também conduzir as pessoas a encontrar caminhos de compreensão de si e sua relação com a comunidade em sentido amplo: os seres mais próximos e os ancestrais, a vida material e espiritual.

Visitando famílias por toda a cidade, os *griots* recitam histórias familiares por meio de poesia, canções e música. Djibo, Burkina Faso, 2010.

Para ampliar

Assista

Griot Toumani Kouyaté canta uma história no Arte do Artista, (TV Brasil, 2016, 6 min). O *griot* Toumani Kouyaté, de Burkina Faso, país localizado na África Ocidental, canta uma história sobre um viajante e seu cantil de água. Mais do que uma descrição, ela transmite um modo de vida. Disponível em: <https://tvbrasil.ebc.com.br/artedoartista/post/griot-toumani-kouyate-canta-uma-historia-no-arte-do-artista>. Acesso em: 13 set. 2024.

Educação e escola

Vimos que a educação, como prática social, é um processo de formação diversificado e relacionado com a cultura. A educação ocorre em espaços formais e não formais. A escola é um espaço formal de educação, caracterizado, de forma geral, pela divisão por turmas e séries, pelo tempo cronometrado e por regras próprias. A escola como conhecemos hoje não existiu desde sempre, mas é uma construção histórica que se consolidou durante a Modernidade. A natureza da instituição escolar e sua importância variaram ao longo do tempo e foram condicionadas pelas necessidades socioeconômicas e políticas de grupos e classes sociais.

Falando nisso...

Instituições escolares no Brasil

As instituições escolares brasileiras também não são todas iguais. Para valorizar os diferentes modos de vida comunitários em nosso país, a educação torna-se um espaço para o desenvolvimento integral dos estudantes segundo seus costumes e valores. É o caso da educação do campo, que ocorre em espaços rurais, atendendo a populações ribeirinhas, de seringueiros, agricultores, caiçaras, acampados da reforma agrária, entre outras. Há também a educação quilombola e indígena, que valoriza suas identidades e formas de pertencimento às suas temporalidades e saberes. Essas escolas podem funcionar nas próprias comunidades ou receber estudantes quilombolas e indígenas.



Ricardo Teles/Pulsar Imagens

Em diversas cidades a prática agrícola faz parte do currículo escolar. Mirassol D'Oeste, Mato Grosso, 2024.

A instituição escolar, portanto, é marcada pelas contradições, tensões e possibilidades que atravessam a sociedade. Nessa medida, a escola pode ser tanto uma instituição promotora da inclusão social e da socialização do conhecimento quanto um local de reprodução das desigualdades sociais e de dominação cultural. A ideia de uma educação para todos e todas é algo recente, sobretudo na história brasileira. Nossa educação escolar foi marcada pelo **elitismo** e pela exclusão, mas também por lutas a favor do acesso à escola. Destaquemos dois momentos dessas lutas, um ocorrido no século XIX e outro no século XX.

A defesa da educação pública no Brasil

A educação como um direito remonta às discussões políticas e filosóficas dos séculos XIX e XX, quando o papel do Estado de garantir instrução elementar para seus cidadãos era debatido. A partir disso, com base em valores iluministas da dignidade humana, a implementação da garantia da educação foi inseparável do jogo de forças sociopolítico em torno da ampliação da igualdade de direitos.

No Brasil, os escritos da filósofa e educadora Nísia Floresta (1810-1885) denunciavam a precariedade da educação para as meninas, voltada fundamentalmente para os afazeres domésticos. Com base no **positivismo**, ela defendia a importância das mulheres para a vida em sociedade (não apenas na esfera privada) e um currículo escolar comum para meninas e meninos, composto de Gramática, Literatura, Ciências Naturais e Sociais, Matemática e Música. Em 1838, Nísia abriu uma escola para meninas com essa finalidade, o Colégio Augusto. Suas ideias a respeito da desigualdade de ensino entre homens e mulheres foram abordadas no livro *Opúsculo humanitário* (1853).

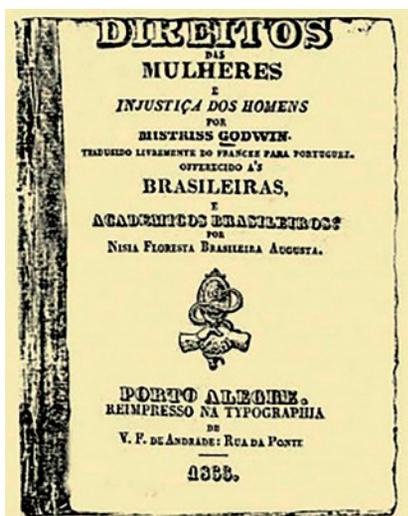


Retrato de Nísia Floresta publicado na obra *Mulheres Ilustres do Brasil*, de Ignez Sabino, em 1899.

Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Natal

Aliás...

No Capítulo 18, “Violências e opressões”, você pode conferir uma discussão sobre a escola como local que, muitas vezes, funciona como palco para diversas tensões sociais.



Frontispício da primeira edição do livro *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*, traduzido por Nísia Floresta, publicado em 1833. Esse foi o primeiro texto de uma brasileira a falar sobre os direitos das mulheres.

Coleção particular

GLOSSÁRIO

Elitismo: sistema sociopolítico que privilegia a elite, prejudicando os demais grupos da sociedade.

Positivismo: filosofia do século XIX de inspiração iluminista. Entre suas principais características, está a defesa do conhecimento científico para o desenvolvimento moral e da ordem social.

Para ampliar

▼ Acesse

Germina: Nísia Floresta, 2020. Site do projeto *Uma Filósofa por Mês*, organizado pelo Grupo Germina, da Universidade Federal de Santa Catarina. Conta com uma página de materiais sobre Nísia Floresta. Disponível em: <https://germinablog.wordpress.com/outubro-nisia-floresta/>. Acesso em: 13 set. 2024.

Já no começo do século XX, em um contexto marcado por um ensino público escasso e uma escola elitista, houve no Brasil um importante movimento em defesa da educação. O movimento da **Escola Nova** (ou escolanovismo) começou na década de 1920, a partir de reformas esparsas do ensino público de alguns estados promovidas por seus representantes. O escolanovismo reuniu educadores e educadoras que defendiam uma renovação pedagógica no Brasil e se inspiravam em ideias e experiências educacionais de pensadores como o filósofo estadunidense John Dewey (1859-1952) e a educadora italiana Maria Montessori (1870-1952).



Fotografia dos assinantes do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova onde atualmente fica Brasília (DF), 1937.

O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932, é um documento que apresenta uma proposta de reconstrução educacional. O texto foi assinado por 26 educadores e intelectuais, entre os quais se destacam o sociólogo Fernando de Azevedo (1894-1974), o filósofo Anísio Teixeira (1900-1971) e o psicólogo Lourenço Filho (1897-1970). Esse manifesto representou a tomada de consciência sobre a defasagem da educação escolar no país. Além disso, defendia a escola pública, laica, gratuita e obrigatória e propunha um sistema nacional de educação pública que abarcasse desde a escola infantil até a universidade.

O documento foi um marco na defesa da educação pública e da exigência de que o Estado brasileiro deveria garantir, a cada indivíduo, o direito à educação. O texto aponta a necessidade de considerar a educação como um dever fundamental do Estado democrático. Muitas das ideias nele presentes foram incorporadas pela legislação educacional posterior e se tornaram pautas das reivindicações pelo direito à educação. Signatários do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova tiveram um papel importante no debate sobre a educação brasileira, promovendo a criação de escolas, universidades e atuando na formulação de políticas públicas.

Educação, escola e democracia



Várias instituições participam da educação como processo de formação do ser humano pela sociedade, e a escola ocupa um lugar de destaque. Nela ocorre a transmissão sistematizada da cultura e o desenvolvimento das capacidades humanas. Além disso, passamos boa parte de nosso tempo na escola, o que faz dela um espaço importante de socialização. A educação e a escola contribuem para a construção da sociedade. O tipo de sociedade que se deseja ter não é indiferente ao tipo de educação e de escola oferecido para a população. Nesse sentido, uma sociedade democrática demanda educação e escolas democráticas. O filósofo brasileiro Anísio Teixeira afirma a relação intrínseca entre democracia e educação:

A educação nas democracias, a educação intencional e organizada, não é apenas uma das necessidades desse tipo de vida social, mas a condição mesma de sua realização. Ou a educação se faz o processo das modificações necessárias na formação do homem para que se opere a democracia, ou o modo democrático de viver não se poderá efetivar.

[...]. É que não é qualquer educação que produz democracia, mas, somente, insisto, aquela que for intencionalmente e lucidamente planejada para produzir esse regime político e social.

TEIXEIRA, Anísio S. *Educação e mundo moderno*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006. p. 254-255.

Uma educação para a democracia exige um tipo de escola condizente com os ideais democráticos de igualdade, de oportunidades, de acesso aos bens materiais e culturais, de respeito às diferenças e de participação na vida comunitária. Isso implica uma democratização da educação escolar.

Educação de qualidade é um direito previsto por lei e essencial na construção da sociedade. Escola estadual em Alagoas, 2022.



Os ideais de Anísio Teixeira

Anísio Teixeira (1900-1971) era crítico do que identificava como **dualismo escolar**, isto é, a divisão entre uma escola para o **povo** e uma escola para a **elite**. A escola para o povo oferecia uma educação elementar, baseada em aprendizagens manuais e técnicas e voltada para o mercado de trabalho. A escola para a elite, por sua vez, baseava-se na formação intelectual, dissociada do trabalho manual e voltada para a constituição de dirigentes e para o acesso ao Ensino Superior. Essa maneira de organizar a educação reforçava e reproduzia a divisão social do país e separava o saber intelectual do saber prático e técnico. Isso impedia a construção de uma sociedade democrática, pois impossibilitava que todas e todos tivessem acesso aos conhecimentos necessários para participar do governo da comunidade, além de se fundamentar em uma divisão de saberes e de grupos sociais.

Nesse sentido, Anísio defendia uma escola comum para todos e todas, que oferecesse condições materiais (instalações físicas, alimentação, recursos didáticos), programas de ensino (matérias, atividades, tempo integral, horários) e promovesse a participação de docentes, estudantes, técnicos e gestores na organização escolar.

Essa escola para todas e todos deveria ser pública, gratuita e universal. Com isso, o filósofo não excluía as escolas particulares; elas seriam uma opção possível. Contudo, o Estado teria a obrigação de garantir os recursos financeiros necessários para a construção e manutenção da escola pública. Para Anísio, a educação não é privilégio, mas um direito fundamental sem o qual a própria democracia não se sustenta.

A proposta de Anísio de uma escola pública, universal, gratuita e de qualidade foi concretizada na experiência do Centro Educacional Carneiro Ribeiro, conhecido também como Escola Parque de Salvador (BA) e criado nos anos 1950. Essa escola inspirou outras iniciativas no país, e as ideias e ações desse filósofo da educação deixaram um legado ainda hoje presente na educação brasileira.



Arquivo/Estádio Conteúdo

Anísio Teixeira foi um dos personagens centrais da educação brasileira. São Paulo (SP), 1959.

Para ampliar

Assista

Anísio Teixeira: educação não é privilégio (TVE Bahia, 2019, 41 min). Esse documentário produzido pela TV Escola trata da vida e obra de Anísio Teixeira e da criação do Centro Educacional Carneiro Ribeiro. Traz um grande acervo de imagens, vídeos, arquivos, fotografias, documentos e depoimentos de especialistas, familiares e amigos do intelectual. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Nc7ipHWIQUVU>. Acesso em: 25 set. 2024.

Os ideais de Paulo Freire

O filósofo e educador brasileiro Paulo Freire (1921-1997) também discutia o papel da educação na democracia. Ele compreendia que a educação nunca é neutra. Ela pode ser capaz de transformar o mundo e promover uma **visão crítica** ou de manter estruturas injustas e de acomodação dos seres humanos.

Dessa forma, a definição das habilidades e dos conteúdos ensinados na escola não é aleatória. Privilegiar este ou aquele conteúdo, esta ou aquela habilidade é uma decisão pedagógica e política. Ademais, a maneira de ensinar também é uma opção pedagógica e política.

Pode-se ensinar um conteúdo de maneira crítica ou não, isto é, preocupando-se apenas em memorizar e decorar o conteúdo para responder a uma prova ou problematizando o que se ensina, analisando como determinado conhecimento foi produzido e quais são suas implicações para a vida social e pessoal.

Freire chamava a educação apoiada na memorização e na repetição de **educação bancária**. Como em um banco, a educação estaria ligada ao depósito. O professor depositaria conteúdos e comunicados enquanto os educandos apenas os receberiam de forma passiva para memorizá-los e repeti-los. Essa forma de educação pressupõe estudantes passivos, um conhecimento e uma realidade que não devem ser questionados. Ela se mostra como um obstáculo à autonomia e à liberdade exigidas em uma sociedade democrática.

Aliás...

Outras ideias de Paulo Freire são apresentadas no Capítulo 19, “Liberdades e libertações”.

Já a **educação problematizadora**, para Freire, é voltada para a construção de uma sociedade democrática. Na educação problematizadora, o que é ensinado, o conteúdo, é algo a ser examinado por estudantes e docentes, e assim se instaura o diálogo. A capacidade reflexiva não é monopólio de ninguém. O objetivo da educação problematizadora é a transformação do mundo, no sentido de colaborar para a criação de uma ordem social mais justa, livre de opressões e violências. Nessa medida, a educação problematizadora estabelece um processo de conscientização, isto é, um constante ato de desvelamento da realidade, um esforço coletivo de emersão das consciências e de inserção crítica no mundo.

A educação proposta por Freire não separa a aprendizagem técnica e científica da formação humanística e análise social. Em se tratando do contexto escolar, isso significa tanto trabalhar os diferentes componentes curriculares a partir de uma perspectiva crítica quanto estabelecer tempos e espaços adequados para o aprofundamento crítico do funcionamento da sociedade.

Perfil

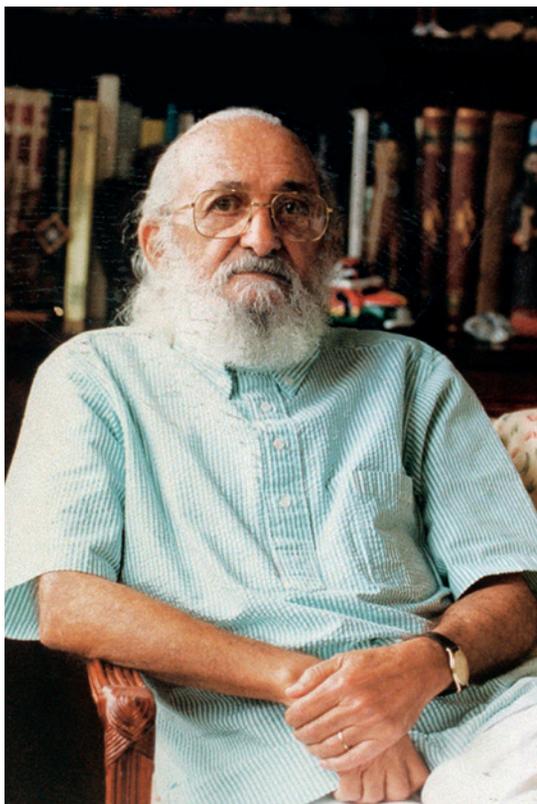
Paulo Freire

Paulo Freire foi educador, filósofo e patrono da educação brasileira. Nasceu no Recife, no estado de Pernambuco, no dia 19 de setembro de 1921.

Morou em Recife até 1931. No ano seguinte, se mudou com a sua família para Jaboatão dos Guararapes (PE), onde ficou por dez anos. Ao perder o seu pai aos 14 anos, não teve como se manter na escola, então, a sua mãe pediu ao diretor do Colégio Oswaldo Cruz, em Recife, a sua matrícula gratuita e, assim, ela assumiu a profissão de auxiliar de disciplina.

Em 1943, entrou para a Faculdade de Direito do Recife e, ao mesmo tempo, fez o curso de Filosofia da Linguagem. Em 1960 criou um método revolucionário e inovador para alfabetizar adultos. A grande preocupação de Paulo Freire foi justamente com o número alarmante de pessoas adultas analfabetas oriundas da zona rural de todos os estados da Região Nordeste. Então, criou o seu método de alfabetização para que essa população excluída pudesse exercer a sua cidadania de forma crítica. O **método Paulo Freire** foi aplicado pela primeira vez no ano de 1962, na cidade de Angicos, no Sertão do Rio Grande do Norte. Foram alfabetizados 300 trabalhadores da agricultura.

A principal obra do educador é *Pedagogia do oprimido*, hoje traduzida para diversas línguas. Suas ideias fundamentam a pedagogia crítica, a alfabetização de adultos e a educação popular. Ele influenciou ainda outros movimentos, como a filosofia da libertação, a teologia da libertação e o teatro do oprimido. Paulo Freire é um dos mais notáveis pensadores da pedagogia, reconhecido mundialmente.



Folhapress

Paulo Freire.

Para ampliar

▶ Ouça

Narradores do Brasil – Paulo Freire: vida de professor | 451 MHz Podcast (2021). Para saber mais sobre Paulo Freire, em especial sobre sua experiência com a alfabetização de adultos em Angicos (RN), confira o episódio sobre o educador no *podcast Narradores do Brasil*. Disponível em: <https://quatrocincom.com.br/podcasts/narradores-do-brasil/paulo-freire-vida-de-professor/#:~:text=A%20obra%20de%20Paulo%20Freire,%E2%80%9Cm%C3%A9todo%20das%2040%20horas%E2%80%9D>. Acesso em: 13 set. 2024.

O papel das humanidades na educação democrática

Uma educação para a democracia não promove a exclusão daqueles saberes necessários para o conhecimento da realidade social, econômica, política e que formam, ainda que não exclusivamente, as capacidades fundamentais para o convívio democrático.

A filósofa estadunidense Martha Nussbaum (1947-) discute a necessidade das humanidades – isto é, dos conhecimentos filosóficos, artísticos, históricos, sociais – para a democracia. Nussbaum critica a diminuição da presença das humanidades nos currículos das escolas e das universidades. Essa diminuição ou mesmo exclusão seria o reflexo de uma **educação para o lucro**, não de uma **educação para a democracia**. A educação para o lucro, de acordo com a filósofa, exige competências básicas (alfabetização, noções matemáticas), conhecimentos de informática e tecnologia e rudimentos de história e da realidade econômica, mas não se preocupa com a igualdade de acesso às competências e aos conhecimentos avançados. Essas competências e esses conhecimentos básicos são oferecidos para muitos, enquanto os avançados são oferecidos para poucos. Além do mais, a educação para o lucro desconsidera a desigualdade social e os conhecimentos que contribuem para uma visão aprofundada da sociedade.

Para Nussbaum, um país que fomenta a democracia precisa de uma educação promotora de determinadas capacidades normalmente desenvolvidas nas humanidades. Ela destaca as seguintes:

* Capacidade de raciocinar adequadamente a respeito de temas políticos que afetem a nação, de examinar, refletir, argumentar e debater, não se submetendo nem à tradição nem à autoridade.

* Capacidade de reconhecer seus concidadãos como pessoas com direitos iguais, mesmo que sejam diferentes quanto à raça, religião, gênero e orientação sexual: olhá-los com respeito, como fins, não apenas como ferramentas a serem manipuladas em proveito próprio.

* Capacidade de se preocupar com a vida dos outros, de compreender o que as diferentes políticas significam para as oportunidades e experiências dos diferentes tipos de concidadãos e para as pessoas que não pertencem a seu próprio país.

* Capacidade de conceber cabalmente diversos assuntos complexos que afetam a história da vida humana em seu desenvolvimento: refletir acerca da infância, da adolescência, das relações familiares, da doença, da morte e muitos mais, de forma que se caracterize pela compreensão de um amplo conjunto de histórias humanas, não apenas pela reunião de informações.

* Capacidade de julgar criticamente os líderes políticos, mas com uma compreensão fundamentada e realista das possibilidades de que eles dispõem.

* Capacidade de pensar no bem da nação como um todo, não somente no bem de seu próprio grupo local.

* Por sua vez, capacidade de perceber seu próprio país como parte de um mundo complexo em que diferentes tipos de assunto exigem uma discussão transnacional inteligente para que sejam solucionados.

NUSSBAUM, Martha. *Sem fins lucrativos*: por que a democracia precisa das humanidades. Tradução de Fernando Santos. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015. p. 26.

Tais capacidades favorecem uma educação para a democracia, uma vez que estimulam o pensamento crítico e promovem a **imaginação empática**, isto é, a capacidade de se colocar no lugar do outro, de compreender suas emoções, seus desejos e seus sentimentos.

Você percebe que essas capacidades são desenvolvidas em sua escola? Em quais componentes curriculares elas são mais trabalhadas? Há outros espaços não escolares em que você nota o desenvolvimento dessas capacidades?



Adriano Kirihara/Pulsar Imagens

É essencial que os estudantes tenham contato com diversos conhecimentos das humanidades, como educação artística e musical.
Presidente Prudente (SP), 2019.



Visita de campo: aprendendo com outras comunidades pedagógicas



Vimos neste capítulo que a educação não está presente apenas na escola, mas em diversos espaços comunitários. Esta atividade tem como objetivo conhecer locais educativos não formais no bairro ou na cidade: associações de moradores, comunidades de trabalhadores (pescadores, artesãos, agricultores), clubes de leitura, clubes de jogos, hortas comunitárias, entre outros.

O primeiro passo é fazer um levantamento desses espaços. A pesquisa deve ser realizada coletivamente ou em pequenos grupos e pode ser feita a partir de *sites* buscadores da internet. Também é possível que o grupo busque informações diretamente nas associações de moradores e secretarias ou conte com o auxílio de relatos dos colegas, professores e demais funcionários da escola que conhecem ou participam de outros locais formativos.

Após o levantamento, a turma e o professor escolherão um local e agendarão a visita. Até o momento do encontro, é necessário conhecer um pouco mais o espaço educativo escolhido: sua história, as pessoas que dele fazem parte e as atividades realizadas, por exemplo. Com base nesse conhecimento prévio, elaborem um pequeno roteiro com algumas perguntas. O roteiro é só o ponto de partida para o exercício de compreensão sobre o espaço educativo não formal. Certamente surgirão outras perguntas.

Durante o encontro, é importante ter uma escuta atenta ao modo como as pessoas da comunidade se percebem como agentes educativos:

1. É possível distinguir quem é/são o/os professor/es e quem é/são o/os estudante/s?
2. Como os saberes são compartilhados ou transmitidos?
3. Como a comunidade se organiza?
4. Como se apresenta a relação entre o conhecimento e a prática?

Após a visita de campo, em pequenos grupos, vocês escreverão um breve relato da experiência. Nesse relato, indiquem as impressões que tiveram e as relacionem com o que foi estudado em sala sobre a educação no contexto de problematização sobre nos tornarmos quem somos. Para isso, abordem os seguintes pontos:

1. Como os conhecimentos prévios contribuíram para a experiência da visita?
2. Como perceberam as diferenças e semelhanças entre o espaço visitado e a comunidade escolar na qual estão inseridos?
3. De que forma as falas da comunidade pedagógica se relacionam com o sentido da educação como prática social?
4. Como base nas impressões de vocês, como responderiam à pergunta que está no título deste capítulo (“Educação para quem? Para quê?”)?

Os relatos devem ser compartilhados com a turma na aula seguinte. Posteriormente, com o auxílio do professor, eles podem ser organizados em formato de livro coletivo ou portfólio digital.



Indígenas da etnia Guarani da Terra indígena Rio Silveira ensinando crianças a plantarem mandioca. Bertioga (SP), 2023.



Alegoria da caverna

A “Alegoria da caverna”, de Platão, narra o processo educativo da pessoa que busca a verdade. Vejamos o diálogo entre Sócrates e Glauco a esse respeito.

SÓCRATES: [...] Contemple pessoas vivendo em uma caverna subterrânea, que tem uma abertura para a luz; lá estiveram desde a infância com suas pernas e pescoços acorrentados para que não possam se mover, e só possam ver diante delas, sendo impedidas pelas correntes de girar a cabeça. Acima e atrás delas, uma fogueira está ardendo à distância, e entre a fogueira e os prisioneiros há um caminho elevado; e você verá, se olhar, uma parede baixa construída ao longo do caminho, como o biombo que os marionetistas têm à sua frente, a frente do qual eles mostram os bonecos.

GLAUCO: Estou vendo.

SÓCRATES: E você vê homens passando ao longo do muro carregando todo tipo de vasos, estátuas e figuras de animais feitos de madeira e pedra e vários materiais, que aparecem sobre o muro. Alguns deles estão falando, outros silenciosos.

GLAUCO: Você me mostrou uma imagem estranha, e eles são prisioneiros estranhos.

SÓCRATES: Como nós, e eles veem apenas suas próprias sombras, ou as sombras uns dos outros, que o fogo lança sobre a parede oposta da caverna.

GLAUCO: É verdade, como eles poderiam ver qualquer coisa além das sombras, se nunca lhes fosse permitido mover a cabeça?

[...]

SÓCRATES: A eles a verdade não seria literalmente nada mais do que as sombras das imagens.

GLAUCO: Isso é certo.

SÓCRATES: E agora olhe novamente, e veja o que se seguirá naturalmente se os prisioneiros forem libertados e desabrigados do seu erro. No início quando qualquer um deles for libertado e obrigado a levantar-se subitamente e virar o pescoço e caminhar e olhar para a luz, sofrerá dores agudas; o clarão angustia-lo-á, e será incapaz de ver as realidades das quais, no seu estado anterior, tinha visto as sombras [...]

GLAUCO: Muito mais verdadeiro.

[...]

SÓCRATES: E suponha, mais uma vez, que ele é relutantemente arrastado para uma subida íngreme e acidentada, e mantido firme até ser forçado à presença do próprio sol, não é provável que sofra e fique irritado? Quando se aproximar da luz, os seus olhos ficarão deslumbrados, e não poderá ver nada do que agora chama de realidade.

GLAUCO: Não o conseguirá, pelo menos de imediato.

SÓCRATES: Ele terá de se habituar à visão do mundo superior. E primeiro verá melhor as sombras, depois os reflexos dos homens e outros objetos na água, e depois os próprios objetos; depois olhará para a luz da lua e das estrelas e para o céu coberto de lantejoulas; e verá o céu e as estrelas à noite melhor do que o sol ou a luz do sol de dia?

GLAUCO: Certamente que sim.

SÓCRATES: Por último, ele poderá ver o sol, e não meros reflexos dele na água, mas o verá em seu próprio lugar, e não em outro; e ele o contemplará como ele é.

GLAUCO: Certamente.

SÓCRATES: Ele então procederá a argumentar que é ele quem dá a estação e os anos, e é o guardião de tudo o que está no mundo visível, e de certa forma a causa de todas as coisas que ele e seus semelhantes estão acostumados a contemplar?

GLAUCO: Obviamente ele veria primeiro o sol e depois pensaria sobre ele.

SÓCRATES: E quando ele se recordasse de sua antiga habitação, e da sabedoria daquela caverna e de seus companheiros de prisão, você não acha que ele se sentiria feliz com a mudança, e teria pena deles?

GLAUCO: Certamente, que sim.

[...]

SÓCRATES: Imagine mais uma vez, alguém que saísse de repente do sol para ser recolocado em sua antiga situação; não teria ele a certeza de ter seus olhos cheios de escuridão?

GLAUCO: Com certeza.

SÓCRATES: [...] Os homens diriam dele que ele subiu e voltou sem seus olhos; e seria melhor nem mesmo pensar em subir; e se alguém tentasse pegar outro e levá-lo até a luz, bastava que pegassem o infrator, e o matassem.

GLAUCO: Sem dúvida o matariam.

SÓCRATES: [...] é preciso aplicar, ponto por ponto, esta imagem ao que dissemos atrás e comparar o mundo que nos cerca com a vida da prisão na caverna; a prisão é o mundo da visão, a luz do fogo é o sol, e você não me interpretará mal se interpretar a viagem para cima como sendo a ascensão da alma ao mundo intelectual de acordo com a minha pobre crença [...] Quanto a mim, a minha opinião é esta: no mundo inteligível, a ideia do bem é a última a ser compreendida, e com dificuldade, mas não se pode apreendê-la sem concluir que ela é a causa de tudo o que de correto e belo existe em todas as coisas; no mundo visível, ela engendrou a luz e o soberano da luz; no mundo inteligível, é ela que é soberana e dispensa a verdade e a inteligência; e é preciso vê-la para se comportar com sabedoria na vida particular e na vida pública.

GLAUCO: Concordo, na medida em que sou capaz de entendê-lo.

PLATÃO. *O mito da caverna*. Tradução de Alexandre Pires Vieira. Valinhos: Montecristo Editora, 2023. Kindle.



1. Por que a saída da caverna é dolorosa? Por que o prisioneiro precisa ser obrigado a sair da caverna?
2. Por que a “Alegoria da caverna” diz respeito à importância da educação? Qual é o papel do filósofo nesse processo?
3. Cite uma situação ou narrativa em que se possa observar interlocução com a alegoria de Platão e seus sentidos. Justifique.



1. Comente, com suas palavras, por que a educação não acontece somente nos espaços formais, tais como escolas e universidades.
2. Por que, de acordo com o capítulo, não podemos dissociar o conceito de educação da cultura?
3. Qual era a concepção de educação dos gregos na Grécia Clássica?
4. Explique como a educação, a cultura e a política eram interligadas na Grécia Antiga.
5. Qual era o ideal de humanidade na paideia grega?
6. Como Platão relaciona a educação com a política e a justiça?
7. O que motivou Platão a investigar a justiça e a organização política?
8. Qual é o papel do *griot* ou da *griotte* no contexto educacional das comunidades africanas? Em seu caderno, marque a alternativa correta.
 - a) Curandeiro e curandeira das histórias dos antepassados através da tradição oral das comunidades africanas.
 - b) Poetas que se inspiram em relatos das histórias dos antepassados através da tradição oral das comunidades africanas.
 - c) Professores e professoras das histórias dos antepassados através da tradição oral das comunidades africanas.
 - d) Produtores e produtoras dos instrumentos musicais das histórias dos antepassados na tradição oral das comunidades africanas.
 - e) Contadores e contadoras das histórias dos antepassados na tradição oral das comunidades africanas.
9. Explique as diferenças principais entre as perspectivas da educação ocidental e das sociedades africanas abordadas no capítulo.
10. Por que o surgimento da escola ocorreu no período da Modernidade?
11. Apresente as ideias principais do movimento da Escola Nova, ocorrido no século XX, no Brasil.
12. Apresente as ideias principais de Paulo Freire e Martha Nussbaum que embasam as reflexões sobre a educação democrática no contexto da realidade brasileira.
13. Considerando a leitura do capítulo e do texto a seguir, explique a importância da educação escolar quilombola para a reflexão e o combate ao racismo estrutural na sociedade brasileira.

A educação escolar quilombola busca aproximar os saberes da comunidade e os saberes curriculares. Dessa forma, é imprescindível que a escola

parta dos princípios de uma educação integral que reconheça o território e a comunidade como parte do processo educativo. Os/As quilombolas foram os principais ensinantes de o que e de como seria essa educação escolar quilombola; e pode-se dizer que o Poder Público, a partir dos ensinamentos dessa população, traduziu-os para a normativa legal, na tentativa de aproximar-se ao máximo daquilo que, na prática social e na vivência histórica cultural, foi construído por esses grupos.

A educação quilombola é uma demanda histórica pela educação escolar realizada pelo movimento social negro e quilombola. Traz o questionamento quanto a currículo escolar, material didático, arquitetura, alimentação e reivindica a inclusão da temática racial na formação de professores/as; é fruto da 3ª Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as formas correlatas de Intolerância (2001); enquanto ação afirmativa, visa transformar positivamente a ordem cultural, pedagógica e psicológica alicerçada no mito da democracia racial, que atinge particularmente os/as negros/as. (TEIXEIRA, Cristina S. S.; LIMA, Conceição M. de.; SILVA, Cristiano C. G. da. Educação escolar quilombola: percursos e desdobramentos dessa ação afirmativa. *Retratos da Escola*, [S. l.], v. 16, n. 36, p. 794, 2022. DOI: 10.22420/rde.v16i36.1614. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1614>. Acesso em: 25 set. 2024.)

14. Faça uma pesquisa sobre o pensamento filosófico de Nísia Floresta e, em seguida, com base nos seus estudos do capítulo, identifique e comente as frases em que a autora relaciona o desenvolvimento da civilização com a emancipação da mulher e seu papel no contexto social e político.
15. Com base no que você leu sobre Anísio Teixeira no capítulo, responda as questões a seguir.
 - a) O que Anísio Teixeira entendia por dualismo escolar?
 - b) Quais eram as consequências desse dualismo para a sociedade brasileira?
 - c) Como a proposta de Anísio para uma escola pública, gratuita e universal poderia contribuir para a construção de uma sociedade mais democrática?
16. Explique como a educação para o lucro  pode contribuir para a desigualdade social.
18. Debata com a turma e o(a) professor(a): De que maneira a capacidade de reconhecer os concidadãos como pessoas com direitos iguais pode contribuir para uma sociedade mais democrática?

Trabalhar e consumir(-se)



“Não há trabalho ruim, ruim é **ter que** trabalhar”

(Seu Madruga)¹

Algumas concepções sobre o trabalho

O que faz com sejamos quem somos, enquanto humanos e seres singulares? Há várias maneiras de responder a essa questão. Uma resposta possível é dizer que o **trabalho** faz com que sejamos quem somos, à medida que pelo trabalho formamos e transformamos o mundo e nós mesmos. Neste capítulo, vamos analisar alguns aspectos envolvidos com a ideia de que o trabalho – e o **consumo** – constituem o que e como somos.

O conceito de trabalho e sua relação com a maneira como o ser humano se constitui podem ser compreendidos de muitas maneiras. Na *Bíblia*, por exemplo, quando Deus expulsou Adão e Eva do Jardim do Éden por terem comido do fruto proibido, pode-se considerar que a condenação à condição humana, mortal, vem expressa em forma de trabalho.

Eva, a mulher, recebe a punição do sofrimento relacionado ao **trabalho de parto** e, mais amplamente, ao **trabalho reprodutivo**, isto é, o trabalho relacionado à reprodução e ao cuidado com as novas gerações. Já a punição de Adão, o homem, foi ter de comer “o pão com o suor do seu rosto”, isto é, ele está condenado ao **trabalho produtivo**, que é o trabalho necessário à produção do que necessitamos para viver do ponto de vista material. Nesse exemplo, já é possível vislumbrar a **divisão social do trabalho** fundada em uma **divisão sexual** (ou **sexista**): haveria um trabalho “próprio ao homem” e outro “próprio à mulher”.

Na língua grega antiga há várias palavras relacionadas a aspectos do que chamamos de **trabalho**. O termo *pónos*, por exemplo, designa sobretudo o trabalho pesado, difícil, físico, exercido por classes menos favorecidas ou pessoas escravizadas. É *pónos* que aparece na obra do poeta grego Hesíodo (século VIII AEC) quando ele conta o mito de Prometeu, Epimeteu e Pandora, a primeira mulher. O envio de Pandora aos humanos é um dos eventos que marca a separação entre deuses e mortais. Epimeteu (nome que significa “o que pensa depois”) recebe Pandora de Zeus e a leva aos humanos. E faz isso mesmo depois de seu irmão Prometeu (“o que pensa antes”) adverti-lo de não aceitar presentes de Zeus. Depois da abertura do jarro de Pandora e da libertação de todos os males (exceto a esperança ou, mais precisamente, a *espera* ou *antecipação*, único mal que fica no jarro), os “difíceis trabalhos” passariam a existir para a humanidade. Esse mito aparece

na obra *Os trabalhos e os dias*. Os “trabalhos” que aparecem no título são tradução do termo grego *érgon*, que significa também “tarefa”, “função”, “obra” e tende a ter uma conotação mais positiva que *pónos*. Ainda assim, o trabalho não aparece como um fim em si mesmo, que enobreceria os humanos pelo simples fato de ser realizado. Ele aparece antes como um “mal necessário”, um meio para garantir a sobrevivência e a boa vida.



Painel em homenagem às(aos) trabalhadoras(es) da saúde no Centro Hospitalar Covid-19, no Instituto Nacional de Infectologia INI/Fiocruz, Rio de Janeiro (RJ), 2021.

¹ Personagem do seriado *Chaves* (*El Chavo*), criado por Roberto Gómez Bolaños. Grifo nosso.

Por outro lado, pode haver alegria no trabalho quando ele é bem realizado. Os termos gregos *poiesis* e *praxis* também podem ser pensados como dizendo respeito a aspectos que associamos à noção de trabalho. Como registra o filósofo grego Platão (427/428-347/348 AEC) na obra *O Banquete*, *poiesis* significaria “produção” em geral, no sentido de uma atividade “criadora”, que traz algo do não ser ao ser — e que se faz presente em várias esferas da vida humana, da produção de sapatos à de poesia. Já a *praxis* envolve a noção de “ação”, de “atividade”, como algo ligado à relação com outros humanos, na política ou nas trocas em geral.

Seguindo o sociólogo alemão Max Weber (1864-1920), é possível dizer que na Idade Média havia uma **cultura antitrabalho** na nobreza e no clero. O trabalho era voltado para as necessidades presentes e não para a acumulação material, que desviaria o fiel de Deus. O caminho para Deus se daria pela oração e pela contemplação ou ócio. Isso teria se transformado com o advento da ética protestante, sobretudo calvinista, que estaria na origem do **capitalismo**. Essa ética veria no enriquecimento pelo trabalho um sinal de que se é um eleito de Deus para a salvação.

É possível ver na modernidade uma valorização da noção de trabalho, pensado como a origem ou uma das origens da riqueza social e mesmo da cultura em geral. O trabalho é assim considerado tanto por pensadores liberais, como os ingleses Adam Smith (1723-1790) e John Locke (1632-1704), quanto por filósofos de orientação socialista, como o anarquista francês Pierre-Joseph Proudhon (1809-1855) e o comunista alemão Karl Marx (1818-1883). Contudo, a distribuição dessa riqueza é desigual — e isso tem a ver com o modo como o trabalho se configura sob o capitalismo.

Trabalho, alienação e autorrealização

Para Karl Marx, a relação do ser humano com o restante da natureza, com outros seres humanos e consigo mesmo é mediada pelo trabalho. A especificidade do trabalho estaria no fato de que, diferentemente de outros animais, o ser humano **antecipa** na mente a finalidade de sua atividade e a forma que pretende dar à matéria sobre a qual trabalha. “Trabalhar” significa, então, **projetar** um objetivo e submeter sua vontade e sua atenção (sua consciência) a ele de modo a fazê-lo existir no mundo pela transformação da natureza. Ao produzir uma roupa, uma costureira projeta o que ela quer fazer (uma calça, digamos) e, com base nisso, seleciona a matéria sobre a qual realizará esse projeto (um tecido) e os meios necessários para fazer essa transformação na matéria (linha, agulha, entre outros). Aplicando os meios sobre a matéria, seu trabalho dá origem a um novo **produto**.

A finalidade última do trabalho é produzir algo que possa atender a uma necessidade humana, seja ela “do estômago ou da imaginação”². Enquanto dá origem a produtos que visam satisfazer a uma necessidade ou desejo, o trabalho produz **valor de uso**. Como produtor de valor de uso, o trabalho caracterizaria o ser humano enquanto tal, independentemente da sociedade em que vive. Contudo, ainda que isso seja verdade, a forma como o trabalho é dividido e organizado muda de sociedade para sociedade – é isso que o próprio Marx constata ao analisar o capitalismo e, de modo geral, as sociedades de classes.

Edvard Munch. *Trabalhadores a caminho de casa*, c. 1913. Óleo sobre tela, 222 cm × 201 cm.



Impaint/Alamy/Fotoarena



² MARX, Karl. *O capital*: livro 1 – Crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2015. p. 157.

Para ampliar

Assista

O Emprego (El Empleo),

direção de Santiago Grasso (OpusBou, 2008, 7 min). O curta-metragem mostra o quanto o trabalho pode ser um vetor de desumanização e de reificação, que é o processo no qual os seres humanos são tomados como coisas. Disponível em: <https://vimeo.com/opusbou>. Acesso em: 13 ago. 2024.

Na obra *Manuscritos econômico-filosóficos*, de 1844, Marx mostra que o processo de trabalho é ambivalente. Por um lado, ao trabalhar a natureza, os seres humanos “exteriorizam” e desenvolvem suas potencialidades e criam necessidades (e desejos), que por sua vez podem abrir novas possibilidades de existência. Ao trabalhar a terra dia a dia, lavradores vão conhecendo melhor os ciclos naturais diretamente, na relação com companheiros de lida ou por meio de saberes e práticas herdadas. Suas mentes e corpos tendem a desenvolver potencialidades próprias ao cuidado da terra, bem como elaborar técnicas e tecnologias que podem contribuir para seu trabalho. Tais potencialidades e tecnologias socialmente desenvolvidas podem, pela cultura, passar a outras gerações e, no limite, são bens comuns a toda a humanidade.

Por outro lado, o trabalho nas sociedades divididas em **classes** e, em particular, no capitalismo, é marcado pela alienação ou **estranhamento**. Numa sociedade de classes há, em linhas gerais, uma separação entre quem produz e quem se apropria da produção. Nesse sentido, os vários aspectos da produção são alienados da classe trabalhadora e são apropriados pela classe não-trabalhadora (no caso do capitalismo, a burguesia).

Ao exteriorizar-se no trabalho, as potencialidades humanas se materializam em produtos e, conseqüentemente, em valores de uso. Por exemplo, as cenouras são frutos de uma lavoura, mas se essas cenouras não ficam com os lavradores e sim com os donos da terra, que não são os(as) trabalhadores(as), isso significa que os produtos são alienados de seus produtores. Estes tenderiam então a se relacionar com esses produtos como produtos “estranhos”, no sentido de que pertencem a outros.

Se não apenas os produtos, mas também a terra e os instrumentos de trabalho pertencem ao dono da terra, o(a) trabalhador(a) está alienado ainda dos **meios de produção**, que também são experimentados então como estranhos, pertencentes a outros. Por fim, e talvez mais importante, o próprio trabalho, que constituiria a **identidade** de cada sujeito como humano, é alienado de quem trabalha. O(a) trabalhador(a) tende a não se reconhecer em sua própria atividade, experimentando-a como algo estranho, imposto por outros, e não como exercício de liberdade, autorrealização e abertura de potencialidades.

Capitalismo e ideologia

No capitalismo, modo de produção sob o qual vivemos, o(a) trabalhador(a) **vende** sua **força de trabalho** para o capitalista, dono dos meios de produção. A transformação da força de trabalho em **mercadoria** é uma das características do capitalismo; um segundo traço do capitalismo é que todos os produtos do trabalho são produzidos como mercadorias.

É comprando a força de trabalho e empregando-a nos meios de produção de sua propriedade que o capitalista conseguiria obter, ao final do processo, um valor maior do que aquele que investiu no início dele. Este é um terceiro traço do capitalismo: a produção de **mais-valor** ou **mais-valia**. Na medida em que o capitalista paga pela força de trabalho um valor menor do que ela é capaz de produzir, o processo de trabalho é também produção de mais-valor. Esse mais-valor não é apropriado pelo trabalhador, mas sim pelo capitalista, e se transforma em lucro que, por sua vez, pode servir ao aumento do capital. Desse modo, Marx entendia que o movimento próprio ao capital é aumentar a si mesmo indefinidamente.

Assim, alienado do produto do seu trabalho, dos meios de produção, do excedente produzido por seu trabalho e da própria atividade que o faria humano (o trabalho), o(a) trabalhador(a) tende a não se reconhecer em sua própria vida. Ele(ela) tende a experimentá-la não como uma realização de potencialidades, mas como uma submissão, na maior parte do tempo, a forças estranhas e às quais tem que se subordinar para sobreviver, para “ganhar a vida”.

Mas se o trabalho é, em grande medida, vivido como sofrimento sob o capitalismo, por que ele segue sendo valorizado? Ao menos em parte, por razões ideológicas. Há discursos que circulam na sociedade valorizando o sofrimento e o sacrifício relacionados ao trabalho, considerando-o como atividade digna e nobre. É comum ouvir, por exemplo, o discurso **meritocrático**, segundo o qual se a pessoa se esforçar o suficiente e “não desistir de seus sonhos”, ela consegue “vencer na vida”, sem que tal discurso leve em conta o fato de que as condições para trabalhar e produzir são extremamente desiguais.

Como em todo discurso ideológico, não se trata necessariamente de algo falso, mas de uma verdade parcial. Não se pode dizer que alguém que corta cana 12 horas por dia, seis dias por semana, desde criança, não se esforça o suficiente e, por isso, não “vence na vida”. Há outros fatores determinantes para o “sucesso” ou “fracasso”, para além da vontade ou do

GLOSSÁRIO

Meritocracia:

sistema de seleção ou valorização segundo o qual o sucesso ou o fracasso dos indivíduos dependeria principal ou exclusivamente dos méritos pessoais.

esforço individuais. As próprias medidas de “sucesso” ou “fracasso” (dinheiro, acesso ao consumo, fama, entre outras) muitas vezes não são questionadas e não podem ser tomadas como absolutas.

O trabalho pode ser pensado e vivido como modo de o ser humano se autorrealizar, criar e desenvolver potencialidades, e mesmo no capitalismo isso pode ocorrer. Há casos de pessoas que “fazem sucesso” e conseguem “realizar seus sonhos” individualmente, e parte dessa realização é fruto do trabalho delas. Mas também há cooperativas e outras formas de **trabalho coletivo** que operam nas margens, brechas e/ou contra o capitalismo, e cujo trabalho constitui ocasião de realização individual e de uma vida comunitária significativa.

Colheita de arroz em plantações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Viamão (RS), 2020.

O MST é o maior produtor de arroz orgânico da América Latina. A produção é feita por mais de 300 famílias assentadas pela reforma agrária, organizadas em cooperativas.



Zé Paiva/Pulsar Imagens

Trabalhador, empreendedor, endividado

A figura do **empreendedor** vem aparecendo ao lado ou mesmo substituindo a figura do trabalhador como o modo com que as pessoas pensam e realizam suas atividades laborais. A figura do trabalhador está ligada a um conjunto de direitos – jornada de trabalho, salário-mínimo, férias, aposentadoria, entre outros – que deve ser garantido pelo Estado e que confere um limite à exploração do(a) trabalhador(a) e segurança a quem trabalha, variando de país para país. Com a chegada da fase **neoliberal** do capitalismo, o desmonte de boa parte do sistema de direitos conquistados nos séculos XIX e XX veio acompanhado pela precarização do trabalho e pelo discurso ideológico segundo o qual tais garantias estatais limitariam a **livre-iniciativa** ou o **empreendedorismo**.



GLOSSÁRIO

Neoliberal: doutrina socioeconômica contemporânea que busca resgatar certos fundamentos do liberalismo clássico, como Estado mínimo e abertura econômica.

A figura do empreendedor emerge desse contexto. Ela pode ser pensada como uma maneira de se relacionar com as atividades laborais e com a autorrealização em que a pessoa vê a si mesma como uma **empresa** ou **capital humano** que sempre pode ser mais valorizado com cursos, experiências, viagens, empreendimentos, entre outros. Tal valorização seria fundamental para o mercado, lugar em que esses indivíduos-empresa concorrem por um lugar ao sol e onde vence o mais forte.

Toni D'Agostinho



©TONIDAGOSTINHO

Charge da série *Os Empreendedores*, do sociólogo e cartunista Toni D'Agostinho.

GLOSSÁRIO

Burnout:

síndrome de *burnout* ou síndrome do esgotamento profissional é um distúrbio psíquico caracterizado por exaustão extrema, estresse e esgotamento físico provocado por situações de trabalho desgastantes.

A realização de empreendimentos que levem à valorização de si como capital humano dependeria, por sua vez, sobretudo do esforço de cada um e de suas decisões sobre como organizar sua vida em termos de trabalho. Por isso, o discurso social passa a valorizar os trabalhos nos quais não há **vínculo empregatício formal** e em que **vínculos precários** são vendidos como – e, não raro, vividos como – liberdade para trabalhar “como e quando quiser”. É o caso dos trabalhos em aplicativos de entrega ou de transporte.

Entre outras coisas, esses discursos escondem o fato de que não há tanta liberdade, autodesenvolvimento e autorrealização nessas formas de trabalho. Grande parte dos trabalhadores de aplicativo precisam dedicar ao trabalho parte significativa de seu tempo para poder ter o mínimo para sobreviver – tempo muitas vezes maior do que quem tem carteira assinada dedica, e sem os direitos que um emprego formal garante. Ao não entregar o que promete com a figura do empreendedor, o neoliberalismo produz uma forma de **sofrimento social** expresso em diversas doenças físicas e, sobretudo, psíquicas típicas da nossa época, como ansiedade, depressão e **burnout**. Isso é assim em especial porque o sucesso ou o fracasso são atribuídos ao maior ou menor esforço individual. Diante disso, o indivíduo tende a se sentir culpado e em dívida consigo mesmo e com o mundo, o que alimenta o impulso por produtividade, levando a mais esgotamento e cansaço.

Para ampliar

▼ Leia

A sociedade do cansaço, de Byung-Chul Han (Vozes, 2010). O filósofo sul-coreano Byung-Chul Han (1959-) se debruça nessa obra sobre a dimensão estruturante do cansaço no mundo contemporâneo e como esse estado geral de desgaste decorre da forma como realizamos e organizamos nossas formas de trabalho.

Aliás...

No Capítulo 20, “Como habitamos a Terra?”, discutiremos as consequências da compreensão da natureza como fonte de recurso a ser explorado, ideologia presente no capitalismo.

É nesse cenário que parece ser fabricado o que, pensando com o filósofo italiano Maurizio Lazzarato (1955-), em obras como *A fábrica do homem endividado*, podemos chamar de ser humano endividado. Essa seria a verdadeira face da subjetividade no capitalismo neoliberal, o outro lado ou a consequência “real” da figura do empreendedor. Imbuído da ideologia empreendedora e meritocrática, o indivíduo-empresa não apenas se sente endividado quando “fracassa” ou mesmo quando “vence”, pois é preciso sempre aumentar seu capital: ele tende a se endividar materialmente junto a instituições financeiras para patrocinar o consumo que permite sustentar os atributos necessários para seguir competitivo no mercado de trabalho.

Noutra escala, o endividamento é também peça fundamental no modo como lidamos com as empresas e com os Estados (vide noticiário sobre dívida pública e dívida externa, por exemplo). Numa escala maior, o capitalismo como tal é, em certa medida, um grande sistema de créditos, em que pegamos recursos emprestados do futuro (e toda dívida é sempre uma relação com o futuro), num sistema de empréstimos que, ao se tornar cada vez mais impagável, está levando o planeta ao colapso ambiental e comprometendo o futuro da humanidade e de muitas outras espécies.

Mulheres e os cuidados: trabalho reprodutivo e divisão sexual do trabalho



Chamamos de **divisão sexual do trabalho** a designação explícita ou tácita de determinados trabalhos como próprios para mulheres ou homens. Ela está presente em diversas culturas e momentos históricos e em cada caso há especificidades que precisam ser levadas em consideração. Aqui vamos considerar a maneira como isso contribuiu para a consolidação do capitalismo, à medida que ele se baseia na divisão do trabalho em trabalho produtivo (destinado aos homens, no qual a produção é mediada pelo mercado) e reprodutivo (destinado às mulheres e que diz respeito a todos os trabalhos necessários para a geração e manutenção da vida, como o cuidado com os filhos, com a casa, entre outros). Muitas ativistas e intelectuais feministas, a partir de diferentes perspectivas, têm mostrado como essa divisão foi e é fundamental para que o capitalismo se constitua. Além disso, denunciam o quanto ela resulta em exploração e invisibilização do trabalho das mulheres.

A filósofa Silvia Federici, por exemplo, se uniu a movimentos feministas na década de 1970 para lutar pelo **reconhecimento do trabalho doméstico** por parte da sociedade mediante um pagamento do Estado às mulheres. O trabalho doméstico incluía “serviços físicos, emocionais e sexuais” que as mulheres assumiam ao se casar e que eram vistos como amor e vocação feminina e não como trabalho. A autora defende que a luta por remuneração para

esses trabalhos é sobretudo para que o Estado (e a sociedade) fosse obrigado a reconhecê-los como tais. Dessa maneira, as mulheres poderiam lutar contra a naturalização social de que seria seu dever fazê-los.

Federici mostra como a narrativa de que servir ao marido e à família seria um “ato de amor” beneficia a estrutura capitalista de acumulação de capital, na medida em que não precisa remunerar tarefas fundamentais para a manutenção da vida. Segundo essa narrativa, é dever das mulheres cuidar tanto das crianças, para que no futuro se tornem mão de obra trabalhadora, quanto das necessidades básicas do marido, inclusive as psicológicas e sexuais, para que ele possa trabalhar e produzir.

Essa narrativa tornava praticamente impossível para as mulheres lutarem contra essa exploração, impondo um trabalho sem nenhuma regulamentação de limites, horários, descanso ou remuneração. Além disso, qualquer recusa seria interpretada socialmente como ser uma má esposa e mãe, uma mulher fracassada e anormal. Nesse sentido, essa “fraude”, como Silvia chama o casamento e o amor, afetaria todas as mulheres pois seria a base de sua socialização e da formação de sua subjetividade, e inclusive seria responsável por adoecimentos psíquicos. Ela diz: “uma vez que o trabalho doméstico é totalmente naturalizado e sexualizado, uma vez que se torna um atributo feminino, todas nós, como mulheres, somos caracterizadas por ele. Se realizar certas tarefas é considerado natural, então se espera que todas as mulheres as realizem e que, inclusive, gostem de fazê-lo — até mesmo aquelas mulheres que, devido à sua posição social, podem escapar de (grande) parte desse trabalho”³.

Perfil

Silvia Federici

Silvia Federici (1942-) é uma filósofa e historiadora italiana feminista radicada nos Estados Unidos. Nesse país foi cofundadora do *International Feminist Collective* (Coletivo Internacional Feminista) e participou da campanha “*Wages for housework*” (“Por um salário para o trabalho doméstico”, em português). Desde a década de 1970, pesquisa e denuncia as formas como o capitalismo explora e oprime as mulheres. A questão do trabalho reprodutivo e das tarefas do cuidado como fundamentais para a exploração da mão de obra feminina tem especial destaque nesse debate. Segundo Federici, o trabalho doméstico não remunerado realizado pelas mulheres é historicamente um dos principais pilares da produção capitalista. A filósofa é professora na Universidade de Port Harcourt, na Nigéria, e acompanhou a organização feminista *Women in Nigeria* (Mulheres na Nigéria), contribuindo para a criação do *Committee for Academic Freedom in Africa* (Comitê para a Liberdade Acadêmica na África). Ela presenciou e foi crítica à implementação de ajustes econômicos promovidos pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial na Nigéria. É autora de diversos livros e textos tratando, entre outros temas, do feminismo, do colonialismo, da globalização e do trabalho precário. A filósofa já esteve no Brasil e muitas de suas entrevistas estão disponíveis em *sites* de jornais e editoras do país.



Zanone Fraissat/Folhapress

Silvia Federici.

Para ampliar

Assista

Eles chamam de amor, nós chamamos de trabalho não remunerado (TV Boitempo, 2020, 4 min). Silvia Federici discute pontos centrais da relação entre trabalho reprodutivo e exploração capitalista das mulheres. Disponível em: www.youtube.com/watch?v=bFSI4nEB6jI. Acesso em: 19 jul. 2024.

Raça, sexualidade, classe, idade



A distinção entre as condições de exploração de mulheres, contudo, foi mais tematizada por aquelas que se encontravam em situações de **violência e opressão** ainda mais significativas devido a outras estruturas de exploração do sistema capitalista. Em uma conferência para mulheres nos EUA, em 1979, a filósofa estadunidense Audre Lorde (1934-1992) defendeu que a desconsideração das diferenças de raça, sexualidade, classe e idade entre as mulheres enfraquece as discussões feministas. Ela denuncia que, para que muitas daquelas mulheres acadêmicas pudessem estar em um congresso sobre teoria feminista, suas casas e suas crianças estavam sendo cuidadas, geralmente, por mulheres pobres e mulheres negras.

³ FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Editora Elefante, 2018. p. 46.

Essa fala traz à tona o fato de que a emancipação de mulheres brancas da classe média dos trabalhos domésticos, bem como sua inserção no mercado de trabalho, ocorreram, em grande medida, às custas da exploração da mão de obra de mulheres em maior vulnerabilidade social, que passaram a fazer esse serviço desvalorizado pela sociedade, quase sempre em condições de precariedade, sem direitos trabalhistas e com remunerações muito baixas. Essas questões não podem ser separadas da problematização de como a estrutura capitalista e colonial da **racialização** excluiu as mulheres negras de ideais de feminilidade, como a fragilidade, por exemplo, pois os trabalhos a que foram submetidas desde a escravização exigiam força e resistência física.

Para ampliar

▼ Leia

Eu, empregada doméstica: a senzala moderna é o quartinho da empregada, de Preta Rara (Letramento, 2019). A obra traz relatos de experiências de empregadas domésticas do Brasil.

Outra perspectiva sobre a questão do trabalho reprodutivo é a das teorias **ecofeministas**. Autoras como as filósofas Vandana Shiva (Índia), Ariel Salleh (Austrália) e Maria Mies (Alemanha), por exemplo, defendem em suas obras que não é possível separar a maneira como o capitalismo explora e oprime as mulheres da forma como ele subjuga e destrói a natureza, na medida em que a desvalorização das tarefas do cuidado, por exemplo, é fundamental para a criação de uma mentalidade na qual o homem é dominador tanto da natureza quanto das mulheres. Nesse sentido, a luta fundamental não seria simplesmente incorporar as mulheres ao mercado de trabalho, mas resgatar como paradigma economias e trabalhos que foram invisibilizados e destruídos pelo capitalismo. Maria Mies e Vandana Shiva defendem que:

Homens e mulheres deveriam compartilhar responsabilidades pela produção e manutenção da vida em seu sentido mais amplo: cuidar de crianças, dos idosos e dos doentes, cuidar da casa e oferecer apoio emocional [...]. Se os homens tivessem de compartilhar toda a responsabilidade pela manutenção da vida, eles também acabariam mudando sua identidade.

MIES, Maria.; SHIVA, Vandana. *Ecofeminismo*. Tradução: Carolina Coelho. Belo Horizonte: Luas, 2021. p. 409.

Resgatar a centralidade dos trabalhos do cuidado e do amor seria então uma forma de lutar contra a mercantilização completa da vida, incluindo a exploração dos trabalhadores e da natureza e a invisibilização do trabalho doméstico e de tudo o que não tem valor de mercado.

Aliás...

No Capítulo 18, “Violências e opressões”, discutiremos o sexismo e o racismo, e exploraremos suas interseccionalidades.

Falando nisso...

O trabalho doméstico na Constituição

A Constituição Federal foi alterada em 2013 a fim de estabelecer a igualdade de direitos entre os(as) trabalhadores(as) domésticos(as) e os demais trabalhadores urbanos e rurais. Essa mudança começou pela Proposta de Emenda à Constituição (PEC), que ficou conhecida como “**PEC das Domésticas**”. A emenda constitucional foi aprovada e colocou fim a 70 anos de espera pelos direitos das trabalhadoras domésticas, uma vez que a legislação trabalhista promulgada em 1943, a Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), ignorava essa categoria. Alguns direitos estabelecidos na emenda começaram a valer imediatamente, mas outros precisavam de uma lei complementar. Desse modo, a Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015, trouxe a nova regulamentação dos direitos dos(as) trabalhadores(as) domésticos(as). Entre os direitos conquistados, destacamos os cinco seguintes:

- *Carteira de Trabalho assinada.*
- *Direito ao salário mínimo sem reduções salariais.*
- *Remuneração do trabalho noturno.*
- *Repouso semanal remunerado.*
- *Estabilidade no emprego em razão da gravidez.*

Fonte: BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência Social. *Trabalhadores domésticos: direito e deveres*. Brasília, DF: MTPS, 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/esocial/pt-br/documentacao-tecnica/manuais/cartilha-trabalhadores-domesticos-direitos-e-deveres>. Acesso em: 11 set. 2024.

GLOSSÁRIO

PEC: significa Proposta de Emenda à Constituição. Visa modificar algumas partes do texto constitucional criando novas regras. Pode ser apresentada pelo presidente da República, por um terço dos deputados federais ou dos senadores ou por mais da metade das assembleias legislativas.

Trabalho e(m) excesso

O texto a seguir, do antropólogo francês Pierre Clastres (1934-1977), aborda a relação das ditas “sociedades primitivas” com o trabalho, procurando desfazer o preconceito ainda hoje existente de que indígenas seriam “preguiçosos” e incapazes de produzir mais do que produzem. Os termos “primitivo” e “selvagem”, comuns na época da publicação do livro *A sociedade contra o Estado* (1972), do qual o trecho foi retirado, não costumam mais ser usados para se referir aos povos indígenas justamente pela carga de preconceito que contêm.

[...] a ideia de economia de subsistência contém em si mesma a afirmação implícita de que, se as sociedades primitivas não produzem excedentes, é porque são incapazes de fazê-lo, inteiramente ocupadas que estariam em produzir o mínimo necessário à sobrevivência, à subsistência. [...]

[...]

Existe aí um preconceito tenaz, curiosamente coextensivo à ideia contraditória e não menos corrente de que o selvagem é preguiçoso. [...] Tratava-se portanto de povos que ignoravam deliberadamente que é preciso ganhar o pão com o suor do próprio rosto. [...] Dois axiomas, com efeito, parecem guiar a marcha da civilização ocidental, desde a sua aurora: o primeiro estabelece que a verdadeira sociedade se desenvolve sob a sombra protetora do Estado; o segundo enuncia um imperativo categórico: é necessário trabalhar.

Os índios, efetivamente, só dedicavam pouco tempo àquilo a que damos o nome de trabalho. E apesar disso não morriam de fome. As crônicas da época são unânimes em descrever a bela aparência dos adultos, a boa saúde das numerosas crianças, a abundância e variedade dos recursos alimentares. [...] O resto do tempo era passado em ocupações encaradas não como trabalho, mas como prazer [...].

[...] Isso significa que as sociedades primitivas dispõem, se assim o desejarem, de todo o tempo necessário para aumentar a produção dos bens materiais. O bom senso questiona: por que razão os homens dessas sociedades queriam trabalhar e produzir mais, quando três ou quatro horas diárias de atividade são suficientes para garantir as necessidades do grupo? De que lhes serviria isso? Qual seria a utilidade dos excedentes assim acumulados? Qual seria o destino desses excedentes? [...] Podemos admitir a partir de agora, para qualificar a organização econômica dessas sociedades, a expressão economia de subsistência, desde que não a entendamos no sentido da necessidade de um defeito, de uma incapacidade, inerentes a esse tipo de sociedade e à sua tecnologia, mas, ao contrário, no sentido da recusa de um excesso inútil, da vontade de restringir a atividade produtiva à satisfação das necessidades. E nada mais. Tanto mais que, para examinar as coisas de mais perto, há efetivamente produção de excedentes nas sociedades primitivas: a quantidade de plantas cultivadas produzidas (mandioca, milho, fumo, algodão, entre outros) sempre ultrapassa o que é necessário ao consumo do grupo, estando essa produção suplementar, evidentemente, incluída no tempo normal de trabalho. Esse excesso, obtido sem sobretrabalho, é consumido, consumado, com finalidades propriamente políticas, por ocasião de festas, convites, visitas de estrangeiros, etc. A vantagem de um machado de metal sobre um machado de pedra é evidente demais para que nela nos detenhamos: podemos, no mesmo tempo, realizar com o primeiro talvez dez vezes mais trabalho que com o segundo; ou então executar o mesmo trabalho num tempo dez vezes menor. E, ao descobrirem a superioridade produtiva dos machados dos homens brancos, os índios os desejaram, não para produzirem mais no mesmo tempo, mas para produzirem a mesma coisa num tempo dez vezes mais curto.



CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado*. Tradução: Theo Santiago. São Paulo: Cosac Naify, 2013. p. 202; 205-208.

Pierre Clastres.

1. Que ideia está implícita na noção de “economia de subsistência”? Por que essa ideia é falsa?
2. Conforme o texto, qual é a relação das sociedades indígenas com o excedente do trabalho?
3. Qual é a diferença entre a concepção de trabalho na civilização ocidental capitalista e nas sociedades indígenas tematizadas por Clastres?



Consumo e consumismo na contemporaneidade



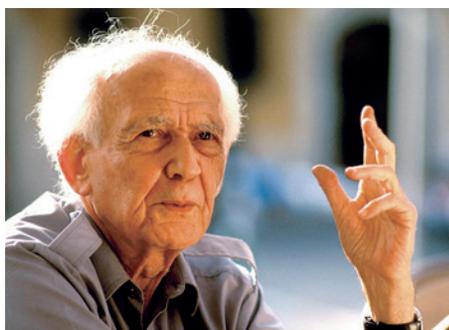
Vídeo
Sociedade
de consumo

De modo geral, podemos compreender o **consumo** como o ato de usar algo para saciar uma necessidade, como comer, se vestir, morar, entre outras atividades. Já o **consumismo** seria a aquisição de mercadorias que excedam nossas necessidades. Ele não precisa estar atrelado necessariamente ao fato de se comprar muito. O consumismo está mais propriamente relacionado a um comportamento marcado pela experiência subjetiva de realizar desejos e constituir sua própria subjetividade por meio da aquisição de mercadorias com as quais a pessoa se identifica. Esse comportamento está fortemente associado a diversas consequências graves e bem diversas, tanto individuais como coletivas, como endividamentos, ansiedade ou destruição ambiental.

Consumo e produção de si

Zygmunt Bauman (1925-2017), filósofo e sociólogo polonês, defende que o consumismo é resultado da transformação das vontades, desejos e anseios em humanos:

[...] principal força propulsora e operativa da sociedade, uma força que coordena a reprodução sistêmica, a integração e a estratificação sociais, além da formação de indivíduos humanos, desempenhando ao mesmo tempo um papel importante nos processos de autoidentificação individual e de grupo, assim como na seleção e execução de políticas de vida individuais.



Leemage via AFP

Zygmunt Bauman.

BAUMAN, Zygmunt. *Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria*. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2022. p. 41.

Para ele, na era do consumismo, o consumo assumiu o papel que era desempenhado pelo trabalho na sociedade de produtores. Enquanto a sociedade de produção estava estruturada a partir de diferentes relações com o trabalho, incluindo sua divisão sexual ou mesmo a exclusão de algumas vidas desse âmbito (como as crianças, pelo menos idealmente), na sociedade de consumo, todos, sem exceção de classe, gênero ou idade, devem se tornar consumidores. O filósofo afirma que ser consumidor se torna um **direito** e um **dever** humano universal.

Para Bauman, o principal objetivo do consumo na sociedade de consumo não é exatamente satisfazer as necessidades e os desejos das pessoas, mas sim a transformação dos próprios consumidores em **mercadorias**. Isso se dá na medida em que o próprio consumo é pensado como um meio para nos tornar atrativos ou valorizados no “mercado social”. Pretensamente baseado no direito à liberdade de escolha individual, a tarefa de autorrealização ou de desenvolvimento pessoal seria completamente guiada pelo consumismo. É nesse sentido que podemos entender frases como “investir em si mesmo” ou “qual é a imagem que você vende de si mesmo?”, que podem ser usadas para justificar tanto a compra de produtos estéticos e roupas quanto uma viagem de entretenimento ou um curso de qualificação profissional, um carro, uma decoração em casa ou no escritório, entre outras. A ideia é que nós consumimos para a realização de quem nós somos, e essa realização seria o motor de nossa vinculação com os demais, pois o consumo poderia me tornar mais atrativo, seja no sentido afetivo de amizades ou amores, seja no sentido de empregabilidade e valor social.

As **redes sociais** são paradigmáticas para compreendermos o fenômeno da transformação de consumidor em mercadoria, na medida em que são, por excelência, o espaço de promoção de si e, ao mesmo tempo, de criação de demandas de consumo nesse sentido de “investimento pessoal”. Bauman afirma que as relações sociais virtuais seguem o “padrão do *marketing*” e “são feitas sob medida para as técnicas mercadológicas”⁴. Nesse sentido, todas as possibilidades de conteúdo que estão articuladas com a produção de si, sejam elas de saúde, estética, moda ou comportamentos, são, por um lado, uma maneira de nos tornar a mercadoria a ser consumida e, por outro, de nos levar a consumir conteúdo, produtos e serviços para essa tarefa.

⁴ BAUMAN, Zygmunt. *Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria*. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2022. p. 114.

O povo da mercadoria e o hiperconsumo

Apesar de não utilizar a palavra **consumismo**, o filósofo e xamã Davi Kopenawa (1956-), importante líder do povo indígena yanomâmi, usa o termo **povo da mercadoria** para se referir à maneira como a “civilização dos brancos” se relaciona com as mercadorias. Para o autor, os brancos se apaixonaram pelas coisas de tal maneira que foram tomados por um desejo desmedido de possuir cada vez mais. Esse comportamento não seria algo isolado, individual, mas nomearia quem somos enquanto “povo”. Nesse sentido, Kopenawa escancara o quanto a paixão pelas mercadorias nos leva a uma relação insustentável com o próprio planeta e com as demais pessoas. A partir de suas falas, podemos elaborar diversos questionamentos:

- Como podemos perder de vista que o modelo de desenvolvimento orientado pelo desejo desmedido pela mercadoria nos leva em direção à destruição do planeta?
- Como podemos pensar que o mais importante que podemos deixar para nossos filhos como herança são “coisas” ou poder financeiro em detrimento de um mundo habitável?
- Como o consumo deixou de ser derivado das nossas necessidades e desejos fundamentais para se tornar a definição de quem somos, como vivemos e como nos relacionamos com as demais vidas, humanas ou não?

Para o filósofo francês Gilles Lipovetsky (1944-), estaríamos em uma época de **hiperconsumismo**, marcada pela superindividualização do consumo por meio da ideia de **consumo de experiência**, que remete à maneira como o produto ou a mercadoria a ser vendido não é apenas um objeto, mas a representação de uma experiência ou vivência individual. A construção do consumo de experiência segmenta de maneira superespecializada os mercados consumidores para vender uma vida de bem-estar e felicidade a partir das singularidades.

Nesse sentido, Lipovetsky alerta que a destruição do papel do coletivo na formação de si e o abandono “dos costumes e tradições estruturantes” podem ter esvaziado padrões rígidos de socialização, mas não tornaram a vida mais fácil. O acirramento das desigualdades sociais em um mundo cada vez mais competitivo, individualista e excludente, o esvaziamento das narrativas coletivas de sentido existencial e as crises contemporâneas, como a ambiental, trariam

incertezas e inseguranças em relação ao futuro. Tal condição se mostra insustentável para um indivíduo abandonado a si próprio, sem uma identidade de grupo ou apoio de uma comunidade. Para o autor, o hiperindividualismo não é capaz de fornecer contenção suficiente frente a frustrações e riscos da existência, levando à insegurança e ao sentimento de fracasso.



Crianças yanomâmis brincando no Rio Maturacá, Aldeia Maturacá, São Gabriel da Cachoeira (AM), 2022.

Para ampliar

Assista

A queda do céu, direção de Eryk Rocha e Gabriela Carneiro da Cunha (Quinzaine des cinéastes, 2024, 110 min).

O documentário é baseado no livro homônimo descrito pelo xamã yanomâmi Davi Kopenawa em diálogo com o antropólogo francês Bruce Albert. Nele, há o acompanhamento de diversas práticas dos yanomâmis, em especial a festa chamada *Reahu*, que representa um dos mais importantes ritos yanomâmis acerca da morte, do luto e dos encaminhamentos funerários desse povo.

Paixão pela mercadoria

O fragmento que reproduzimos a seguir é parte do livro *A queda do céu: palavras de um xamã yanomâmi*, de autoria de Davi Kopenawa em parceria com Bruce Albert. Nele, os “brancos” são descritos como o povo da mercadoria, a partir da comparação com os indígenas.

No começo, a terra dos antigos brancos era parecida com a nossa. [...] Mas seu pensamento foi se perdendo cada vez mais numa trilha escura e emaranhada. [...] Aí começaram a arrancar os minérios do solo com voracidade. Construíram fábricas para cozê-los e fabricar mercadorias em grande quantidade. Então, seu pensamento cravou-se nelas e eles se apaixonaram por esses objetos [...] Pensaram: “*Haixopê!* Nossas mãos são mesmo habilidosas para fazer coisas! Só nós somos tão engenhosos! [...]”

Por quererem possuir todas as mercadorias, foram tomados de um desejo desmedido. Seu pensamento se esfumou e foi invadido pela noite. Fechou-se para todas as outras coisas. Foi com essas palavras da mercadoria que os brancos se puseram a cortar todas as árvores, a maltratar a terra e a sujar os rios. Começaram onde moravam seus antepassados. Hoje já não resta quase nada de floresta em sua terra doente e não podem mais beber a água de seus rios. [...] Agora querem fazer a mesma coisa na nossa terra.

[...]

Somos diferentes dos brancos e temos outro pensamento. Entre eles, quando morre um pai, seus filhos pensam, satisfeitos: “Vamos dividir as mercadorias e o dinheiro dele e ficar com tudo para nós!”. [...] Eu não diria a meu filho: “Quando eu morrer, fique com os machados, as panelas e os facões que eu juntei!”. Digo-lhe apenas: “Quando eu não estiver mais aqui, queime as minhas coisas e viva nesta floresta que deixo para você. Vá caçar e abrir roças nela, para alimentar seus filhos e netos. Só ela não vai morrer nunca!”. É verdade. Achamos ruim ficar com os pertences de um morto. Nos causa pesar. Nossos verdadeiros bens são as coisas da floresta: suas águas, seus peixes, sua caça, suas árvores e frutos. [...]

[...] Nenhum de nós deseja suas mercadorias só para empilhá-las em casa e vê-las ficando velhas e empoeiradas! Ao contrário, não paramos de trocá-las entre nós, para que nunca se detenham em suas jornadas. [...] Seu pensamento está tão preso a elas que se as estragam quando ainda são novas ficam com raiva a ponto de chorar! São de fato apaixonados por elas! Dormem pensando nelas [...] Elas ocupam seu pensamento por muito tempo, até vir o sono. E depois ainda sonham com seu carro, sua casa, seu dinheiro e todos os seus outros bens — os que já possuem e os que desejam ainda possuir. [...] As mercadorias deixam os brancos eufóricos e esfumam todo o resto em suas mentes.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. Tradução: Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 407-413.

Renato Soares/Pulsar Imagens



Indígenas da etnia waurá produzindo máscaras com fibra de buriti para uma cerimônia da aldeia. Gaúcha do Norte (MT), agosto de 2019.

1. De acordo com o texto, o que caracteriza a relação dos homens brancos com as mercadorias?
2. Analise criticamente as consequências dessa relação, a partir de exemplos vividos em seu cotidiano.





1. Copie em seu caderno as sentenças verdadeiras.
 - a) Trabalho produtivo está relacionado, por exemplo, à fabricação de alimentos.
 - b) O calvinismo não contribuiu para a valorização do trabalho e do lucro.
 - c) *Poiesis* e *práxis* são termos gregos que possuem o mesmo sentido relacionado à noção de trabalho.
 - d) Trabalho reprodutivo está relacionado ao cuidado com as novas gerações.
 - e) De acordo com Weber, na Idade Média, a cultura do trabalho era própria da nobreza.
2. Indique ao menos duas características da alienação do trabalho segundo Karl Marx.
3. Considerando o que foi estudado neste capítulo, descreva a figura do(a) empreendedor(a) na fase do capitalismo neoliberal.
4. Explique como o trabalho reprodutivo contribui para a constituição do capitalismo.
5. Escreva um texto de até dez linhas relacionando as noções de “consumismo” e “povo da mercadoria”.
6. Leia o texto a seguir e responda às perguntas.

A sociedade disciplinar é uma sociedade da negatividade. É determinada pela negatividade da proibição. O verbo modal negativo que a domina é o não-ter-o-direito. Também ao dever inere uma negatividade, a negatividade da coerção. A sociedade de desempenho vai se desvinculando cada vez mais da negatividade. Justamente a desregulamentação crescente vai abolindo-a. O poder ilimitado é o verbo modal positivo da sociedade de desempenho. O plural coletivo da afirmação *Yes, we can* expressa precisamente o caráter de positividade da sociedade de desempenho. No lugar de proibição, mandamento ou lei, entram projeto, iniciativa e motivação. A sociedade disciplinar ainda está dominada pelo não. Sua negatividade gera loucos e delinquentes. A sociedade do desempenho, ao contrário, produz depressivos e fracassados.

A mudança de paradigma da sociedade disciplinar para a sociedade de desempenho aponta para a continuidade de um nível. Já habita, naturalmente, o inconsciente social, o desejo de maximizar a produção. A partir de determinado ponto da produtividade, a técnica disciplinar ou o esquema negativo da proibição se choca rapidamente com seus limites. Para elevar a produtividade, o paradigma da disciplina é substituído pelo paradigma do desempenho ou pelo esquema positivo do poder, pois a partir de um determinado nível de produtividade, a negatividade da proibição tem um efeito de bloqueio, impedindo um maior crescimento. A positividade do poder é bem mais eficiente que a negatividade do

dever. Assim o inconsciente social do dever troca de registro para o registro do poder. O sujeito de desempenho é mais rápido e mais produtivo que o sujeito da obediência. O poder, porém, não cancela o dever. O sujeito de desempenho continua disciplinado. Ele tem atrás de si o estágio disciplinar. O poder eleva o nível de produtividade que é intencionado através da técnica disciplinar, o imperativo do dever. Mas em relação à elevação da produtividade não há qualquer ruptura; há apenas continuidade.

HAN, B-C. *Sociedade do cansaço*. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 14-15.

- a) Explique a relação entre sociedade disciplinar e sociedade do consumo, destacando o que há de diferente e o que há de continuidade entre as duas noções.
 - b) Considerando o texto lido e o que foi trabalhado no capítulo, disserte sobre o tema: O trabalho entre autorrealização e exigência de produtividade.
7. Leia os textos a seguir.

A sociedade brasileira projetou a realização social no conforto, no luxo, em bens de consumo prestigiosos. [...] Eles não se limitam a dar prazer. Eles nos realizam. Melhor dizendo: é o prazer que nos realiza. [...]

Já observei aqui que prazer não é felicidade, ao contrário do que se ouve todos os dias. O prazer é breve, instantâneo, intenso; a felicidade é um estado simples e permanente, modesto. Só é feliz quem reduz sua demanda de prazeres. Mas nossa sociedade construiu um sistema em que o prazer é requerido o tempo todo, com sua consequência, apontada pelos filósofos desde a Antiguidade: os prazeres não levam à satisfação. Eles formam uma adição. Uma sociedade que valoriza a este ponto o consumo, seja na Miami de classe média, seja no rolezinho de periferia, tem dificuldades de ir além do prazer. Porque ser feliz é viver ao máximo o que se tem, não é buscar o máximo fora de si. Ser feliz não é depender do consumo. Mais que isso: ser feliz é não depender do consumo.

Mas é o consumo que tem marcado a inclusão social, no Brasil.

RIBEIRO, Renato Janine.. A inclusão social pelo consumo. *Observatório da Imprensa*, Campinas, ed. 783, 28 jan. 2014. Disponível em: https://www.observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/_ed783_a_inclusao_social_pelo_consumo/. Acesso em: 29 ago. 2024.

Talvez o efeito político mais importante da inclusão pelo consumo foi um incipiente processo do que chamamos de insubordinação. No livro “Laughter out of place”, de Donna Goldstein, é descrita uma cena de uma patroa que leva sua empregada num restaurante em Copacabana dos anos 1990.

A trabalhadora doméstica fica constrangida sem saber como agir naquele lugar, que sente que não lhe pertence. O Brasil do século 21 é justamente o contrário: um país em que os mais pobres começaram a achar que são merecedores de “coisas boas” e que cada vez mais se sentiam à vontade para transitar num shopping ou num aeroporto. [...]

Isso também ocorreu na época dos rolezinhos. Nossos interlocutores não eram mais os meninos de gangues que, anos atrás, assaltavam na calada da noite para ter um boné. Eles se orgulhavam de estar trabalhando e gostavam de ir ao shopping por onde entravam, como gostavam de enfatizar, pela porta da frente.

O ato de adquirir bens de status embaralha o

monopólio de símbolos de prestígio das elites e ameaça romper com as relações servis que se perpetuam desde a escravidão. A autonomia de se comprar o que se deseja pode causar uma reação social devastadora.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana.. Da esperança ao ódio: como a inclusão pelo consumo da era Lula atçou o recalque nas elites. *Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil*, São Paulo, 25 jul. 2019. Disponível em: <https://www.ctb.org.br/2019/07/25/da-esperanca-ao-odio-como-a-inclusao-pelo-consumo-da-era-lula-aticou-o-recalque-nas-elites/>. Acesso em: 24 ago. 2024.

Considerando o que foi debatido no capítulo e os textos lidos, disserte sobre o tema: **Inclusão social, consumo e autorrealização**.

De olho no Enem

Analise a resolução de uma questão do Enem relacionada ao conteúdo estudado na unidade.

1. (Enem – 2023)

Eu poderia concluir que a raiva é um pensamento, que estar com raiva é pensar que alguém é detestável, e que esse pensamento, como todos os outros — assim como Descartes o mostrou —, não poderia residir em nenhum fragmento de matéria. A raiva seria, portanto, espírito. Porém, quando me volto para minha própria experiência da raiva, devo confessar que ela não estava fora do meu corpo, mas inexplicavelmente nele.

MERLEAU-PONTY, M. *Quinta conversa: o homem visto de fora*. São Paulo: Martins Fontes, 1948 (adaptado).

No que se refere ao problema do corpo, a filosofia cartesiana apresenta-se como contraponto ao entendimento expresso no texto por

- a) apresentar uma visão dualista.
- b) confirmar uma tese naturalista.
- c) demonstrar uma premissa realista.
- d) sustentar um argumento idealista.
- e) defender uma posição intencionalista.

Gabarito: A

Justificativa: A maior parte da tradição filosófica ocidental procura distinguir mente e corpo, com uma clara hierarquia conceitual e moral em que o primeiro vem antes do segundo. À mente é reservada as melhores e mais elevadas qualidades, ligadas à racionalidade e ao conhecimento verdadeiro, ao passo que o corpo é normalmente associado a características inferiores, com forte tendência ao erro e às inclinações passionais. Tal divisão entre mente e corpo é conhecida como dualismo.

A alternativa **A** é a correta porque sabe-se que a filosofia de René Descartes é essencialmente dualista: o filósofo propõe que, para o exercício da busca do conhecimento verdadeiro, deve-se descartar todas as informações que têm origem nos sentidos corporais, pois estes induzem o sujeito ao erro. O conhecimento seguro e verdadeiro advém, em sua teoria, da capacidade racional e pensante do ser humano, que pode ser expressa na famosa fórmula “penso, logo existo”. A alternativa **B** está incorreta, porque Descartes não endossa nenhuma tese “naturalista”, já que, no exercício metódico da dúvida, o filósofo defende que a própria existência do mundo exterior e a natureza devem ser colocados sob suspeição. No processo de busca da verdade, o sujeito pensante prescinde, inicialmente, da natureza. A alternativa **C** está incorreta, pois a filosofia cartesiana não procura demonstrar uma premissa realista, mas questionar a existência de todas as coisas. A alternativa **D** é incorreta, pois embora a filosofia de Descartes possa também ser considerada como um certo tipo de idealismo, há uma diferenciação em relação ao idealismo platônico, pois para o filósofo não há necessariamente um mundo inteligível de ideias perfeitas e eternas, mas o pensamento do sujeito é o ponto de partida seguro para o conhecimento verdadeiro. A alternativa **E** está errada, pois a questão da intencionalidade é colocada em um papel de destaque pela fenomenologia, que tem entre seus principais representantes Edmund Husserl (1859-1938) e o próprio Maurice Merleau-Ponty (1908-1961), portanto, séculos depois do período histórico em que viveu Descartes.



1. (Uece – 2021)

Considere a seguinte afirmação do pensador indígena Ailton Krenak:

Nas narrativas tradicionais do nosso povo, das nossas tribos, não tem data, é quando foi criado o fogo, é quando foi criada a lua, quando nasceram as estrelas, quando nasceram as montanhas, quando nasceram os rios. Antes, antes, já existia uma memória puxando o sentido das coisas, relacionando o sentido dessa fundação do mundo com a vida, com o comportamento nosso, como aquilo que pode ser entendido como o jeito de viver.

Krenak, Ailton. Antes o mundo não existia. In: Novaes, Adauto (org.). *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

A afirmação apresentada se baseia em uma concepção de narrativas tradicionais, segundo a qual elas

- a) se originam antes do tempo, são anteriores à história e à vida social, por isso não possuem descrições e explicações argumentadas sobre a realidade.
- b) se fundam numa memória coletiva, constituída na transmissão oral, de geração em geração, dando um sentido ético para a existência natural e social.
- c) têm uma função ética, orientam a vida comum e a relação com o cosmo, com base numa argumentação válida que, contudo, não é lógica.
- d) se opõem à narrativa histórica, pois tratam dos mesmos temas e assuntos, mas desprezam a datação, porque esta é um meio de dominação.

2. (Unicentro-PR – 2020)

Do ponto de vista filosófico, a condição humana é de ambiguidade. Porque o homem, enquanto ser, não se reduz a uma compreensão simples, o que pode levar à reafirmação de valores subjacentes no seu comportamento diário.

A alternativa em que está corretamente relacionado o dito popular à base de crença subjacente do ser humano é a

- a) “Aquele lá? Não é gente, mais parece um bicho!” (Indiferenciação entre homem e animal.)
- b) “O que seria de mim sem a graça de Deus?” (O ser do homem é explicando pelo divino, e o homem não é nada sem a fé.)
- c) “Essas coisas acontecem desde que o homem é homem!” (A natureza humana é mutável.)
- d) “Eu uso a cabeça e não me deixo arrastar pelas paixões.” (O homem é um ser irracional, e as paixões são frivolidades.)
- e) “Não adianta lutar contra o destino. O que tem de ser, será.” (O homem é livre, e não existe predestinação.)

3. (Uerj – 2020)

APÓS 70 ANOS, SIMONE DE BEAUVOIR AINDA MOSTRA CAMINHO DA LIBERDADE FEMININA

“Ninguém nasce mulher: torna-se mulher”. A célebre frase que abre o segundo volume de *O segundo sexo*, de 1949, sintetiza as teses apresentadas por Simone de Beauvoir nas mais de 900 páginas de um estudo fascinante sobre a condição feminina. Beauvoir admite que as diferenças biológicas desempenham algum papel na construção da inferioridade feminina, mas defende que a importância social dada a essas diferenças é muito mais determinante para a opressão. Ser mulher não é nascer com determinado sexo, mas, principalmente, ser classificada de uma forma negativa pela sociedade. É ser educada, desde o nascimento, a ser frágil, passiva, dependente, apaga, delicada, discreta, submissa e invisível.

MIRIAN GOLDENBERG

Adaptado de www1.folha.uol.com.br, 10/03/2019.

As reflexões de Simone de Beauvoir na obra *O segundo sexo* continuam presentes nos debates atuais referentes ao feminismo e às condições de vida das mulheres, em diversas sociedades. De acordo com o texto de Mirian Goldenberg, a abordagem realizada por Simone de Beauvoir valoriza princípios do seguinte tipo:

- a) étnico-raciais
- b) político-religiosos
- c) histórico-culturais
- d) econômico-científicos

5. (Unesp – 2023)

O lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas e outras perspectivas. A teoria do ponto de vista feminista e lugar de fala nos faz refutar uma visão universal de mulher e de negritude, e outras identidades, assim como faz com que homens brancos, que se pensam universais, se racializem, entendam o que significa ser branco como metáfora do poder.

(Djamila Ribeiro. *O que é: lugar de fala?*, 2017. Adaptado.)

O excerto aborda um conceito que propõe uma nova perspectiva de análise filosófica, sobretudo em relação

- a) ao estabelecimento de uma ética pluralista.
- b) à recusa de instituições políticas.
- c) ao reconhecimento de um eurocentrismo epistêmico.
- d) à negação de hierarquias sociais.
- e) à reconstrução de discursos representativos.

6. (Unesp – 2023)

A necessária redução do tempo é melhor alcançada se os consumidores não puderem prestar atenção ou concentrar o desejo por muito tempo em qualquer objeto; isto é, se forem impacientes, impetuosos, indóceis e, acima de tudo, facilmente instigáveis e também se facilmente perderem o interesse. [...] A relação tradicional entre necessidades e sua satisfação é revertida: a promessa e a esperança de satisfação precedem a necessidade que se promete satisfazer e serão sempre mais intensas e atraentes que as necessidades efetivas.

(BAUMAN, Zygmunt. *Globalização*, 2021.)

A argumentação apresentada no excerto sobre o tempo do consumo expressa ações características

- a) dos Estados e das empresas transnacionais, organizações interessadas em acordos supranacionais pró-economia.
- b) da publicidade e do *marketing*, estratégias corporativas que influenciam a nossa organização social.
- c) das instituições financeiras e das ONGs, agentes corporativos pautados pela socialização de capitais.
- d) da didática e da neurociência, elementos empregados pelas empresas para criação de novos produtos.
- e) da ciência e da tecnologia, campos de estudo dedicados à erradicação das diferenças socioeconômicas.

Pesquisa e ação



Cadernetas do cuidado

As **cadernetas agroecológicas** são um instrumento pedagógico e de pesquisa criado para dar visibilidade ao trabalho feito por agricultoras que produzem prioritariamente para consumo familiar ou da comunidade, sem o intuito de comercialização. Grande parte dessas mulheres planta o alimento que garante a segurança alimentar familiar, além de beneficiar esses produtos (transformando-os em farinhas, chás, geleias, entre outros produtos) e produzir, a partir deles, outros elementos para uso, como artesanato e roupas. Ainda assim, elas entendiam que não trabalhavam, pois não tinham um salário. A caderneta é estruturada por colunas que quantificam em horas e, depois, precificam o trabalho delas a fim de evidenciar o quanto esse tipo de trabalho não apenas é fundamental, pois cuida e mantém a família, como também gera renda indiretamente, pois supre necessidades que precisam de dinheiro para serem satisfeitas.

Inspirados nessa metodologia, reúna-se em grupos de até 5 estudantes e desenvolvam as “cadernetas do cuidado” para pesquisar e dar visibilidade ao trabalho reprodutivo desempenhado por suas famílias e pela comunidade escolar. Vocês devem entrevistar homens e mulheres da comunidade escolar (estudantes, docentes, outros servidores(as) e seus familiares), anotando em fichas os itens a seguir, organizados em colunas.

Cadu De Castro/Pulsar Imagens



Mulheres plantam mudas de açaí em comunidade quilombola. Mocajuba (PA), 2022.

Gênero	Tarefas domésticas e de cuidado desempenhadas em casa	Horas estimadas dedicadas ao trabalho semanalmente
--------	---	--

Após a coleta de dados, cada grupo poderá calcular e comparar com os demais quantas horas homens e mulheres da comunidade escolar gastam por semana em atividades de cuidado. Caso desejem, podem ainda transformar essas horas em valores em reais, estimando o preço médio da remuneração de cada atividade em sua região. Após sistematizar os dados, compartilhem os resultados com a comunidade escolar, trazendo para sua análise reflexões filosóficas estudadas no capítulo.



Paul Gauguin. Arearea, 1892.
Óleo sobre tela, 74,5 cm x 93,5 cm.

O que nos afeta?

Nesta unidade, mergulhamos no pluriverso dos afetos por meio da Estética, das Filosofias da Arte, da Ética e das Políticas enquanto áreas da Filosofia que possibilitam pensar diferentes compreensões sobre o tema. Ao perguntar sobre o que nos afeta, buscamos (re)conhecer a singularidade da dimensão afetiva, como também seus impactos na vida pessoal e coletiva. Iniciamos pela identificação do universo afetivo e as relações, no Capítulo 9. No Capítulo 10, abordamos as estéticas da existência, dialogando com filósofos e filósofas que trataram de temas na interface entre arte, estética, vida e filosofia. Os limites borrados entre a vida e a arte é o tema do Capítulo 11: a arte realizada pelos anônimos, potencial criativo humano que está em cada um de nós. No Capítulo 12, refletimos sobre as relações entre Arte e Política, considerando seus usos e efeitos, em diálogo filosófico com artistas e movimentos políticos, em especial nos séculos XX e XXI, que nos auxiliam a experimentar o que pode a arte.

1. Como os sentimentos nos afetam?
2. A vida pode ser uma obra de arte?
3. Quais são as relações entre arte e filosofia?
4. O que *pode* a arte?



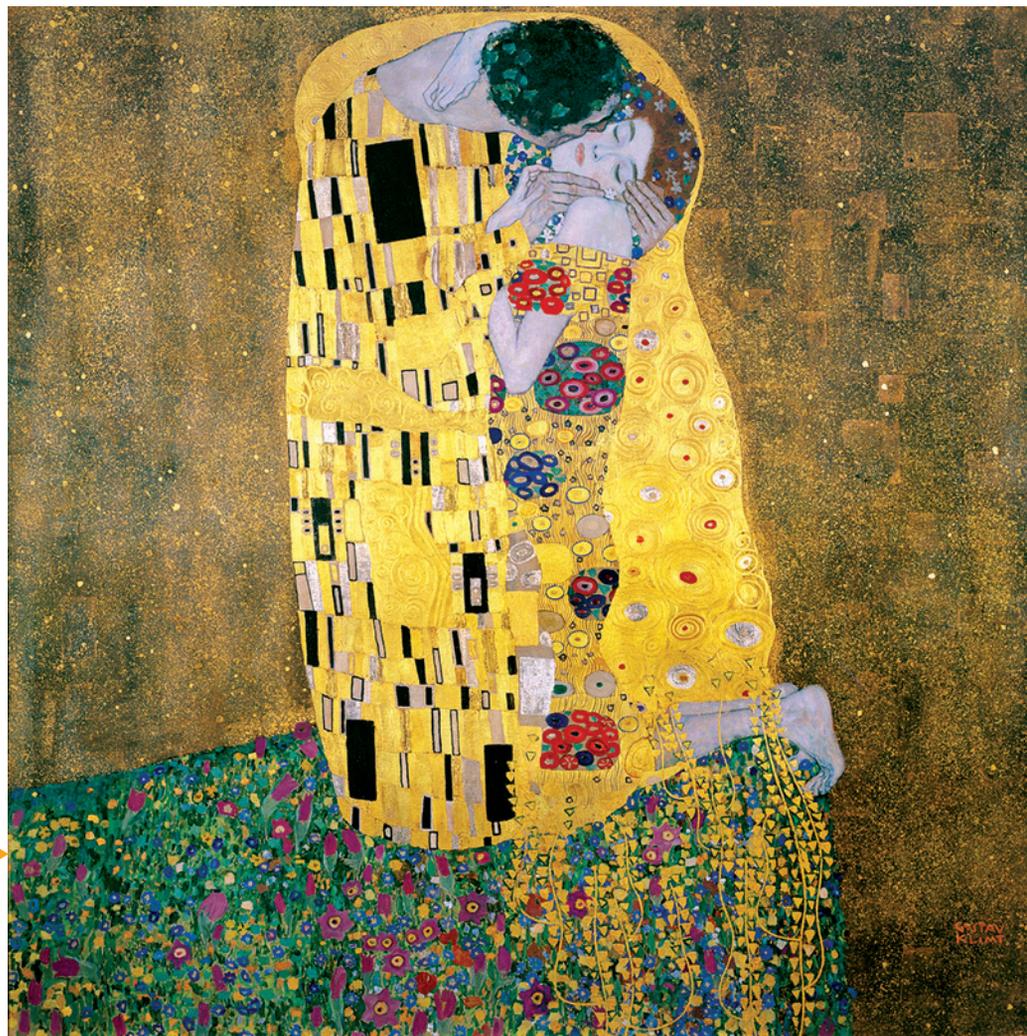
Amores, amizades e outros afetos

“E sua alegria se tornava inquieta, batendo as asas dentro dela, como quem busca uma chance de sair voando”

(Chimamanda Adichie)¹

Gustav Klimt. *O beijo*, 1908. Óleo com inserção de folhas de ouro, prata e platina, 1,80 m × 1,80 m.

A obra está exposta na coleção permanente do Belvedere Palace Museum, em Viena.



Galerie Belvedere, Viena

Afetos, sentimentos e desejos

Somos o tempo todo afetados de muitas maneiras, o calor do sol ou do abraço de alguém, a aspereza de uma pedra onde encostamos ou de uma resposta ríspida que recebemos... E sentimos algo a partir desse contato: emoções, sentimentos, desejos. Mas, afinal, o que significa cada uma dessas “coisas”? Onde elas se realizam ou se manifestam: em minha mente ou no meu corpo? Há essa separação? Essas questões e outras relacionadas foram formuladas por filosofias em diferentes épocas e lugares. A seguir apresentaremos algumas dessas discussões.

¹ ADICHIE, Chimamanda N. *Americanah*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. p. 72.

A relação entre o corpo, a mente e nossos afetos

Sigmund Freud (1856-1939), médico e filósofo austríaco, desenvolveu um modelo de estrutura de funcionamento da mente humana, que identificou sua porção racional ou consciente, mas principalmente tentou entender sua parcela inconsciente. Freud foi o criador da psicanálise, método que busca o equilíbrio do psiquismo humano, que comporta emoções, sentimentos, afetos, acionados a partir das vivências e interações ao longo da vida de cada pessoa. O objetivo da psicanálise é, através da fala, realizar uma análise sobre si mesmo, com a mediação de um profissional, em um processo de autocura que visa alcançar a harmonia interna – e, para tal, não há fórmulas únicas, uma vez que cada ser humano é singular.

O narcisismo humano, sentimento de superioridade que faz o ser humano se entender dominador da natureza, pois seria o único dotado de racionalidade, é analisado por Freud. Para o humano, a razão teria adquirido superior importância no modelo dualista que opõe corpo e mente/alma, pois estaria identificada com esse polo valorizado, e não com o corpo, desqualificado. O filósofo associa a crítica que faz aos duros golpes que a ciência, desde importantes descobertas e teorias, teria desferido sobre esse narcisismo, marca do homem ocidental. Os dois primeiros golpes ao narcisismo humano foram:

- I. o golpe cosmológico: com a comprovação do modelo heliocêntrico do universo, a partir de Galileu, retirando a Terra de uma posição central; e
- II. o golpe biológico: com a teoria da evolução das espécies, de Charles Darwin, que afirmou uma origem comum única a todo ser vivo.

Freud descreve a estrutura de funcionamento da mente humana, que, em sua maior porção, é inconsciente; logo, não racional.

[...] Mas esses dois esclarecimentos, de que a vida instintual da sexualidade não pode ser inteiramente domada em nós, e de que os processos mentais são inconscientes em si e apenas acessíveis e submetidos ao Eu através de uma percepção incompleta e suspeita, equivalem à afirmação de que o *Eu não é senhor em sua própria casa*. Juntos eles representam a terceira afronta ao amor-próprio [narcisismo] humano, que eu chamaria de *psicológica*.

FREUD, Sigmund. Uma dificuldade da psicanálise. In: FREUD, S. *História de uma neurose infantil*: (“o homem dos lobos”): além do princípio e outros textos (1917-1920). Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 250-251.



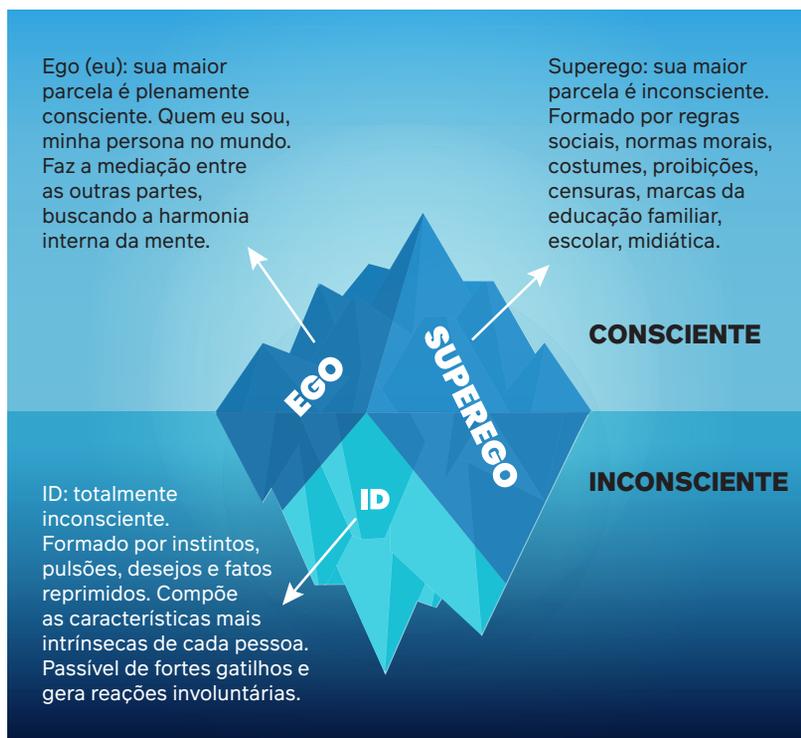
Caravaggio. *Narciso*, c. 1594. Óleo sobre tela, 110 cm × 92 cm.

Segundo o mito de Narciso, ele era tão vaidoso que se apaixonou pelo próprio reflexo. Morreu de fome à beira da fonte de água onde via sua imagem refletida. O narcisismo define alguém que tem sentimento excessivo de importância de si próprio.

Freud organizou o aparelho psíquico em três estruturas: Ego (ou Eu), Id (desejos, pulsões, instintos, características originárias) e Superego (camada que internaliza as regras sociais). Muito pouco dessa estrutura, sua menor parcela, é consciente, sendo identificada pelo Ego.

Pois a psique não é algo simples, é antes uma hierarquia de instâncias superiores e subordinadas, uma profusão de impulsos que, independentes uns dos outros, lutam pela realização, de modo correspondente à multiplicidade de instintos e de relações com o mundo externo, que frequentemente se antagonizam e são incompatíveis.

FREUD, Sigmund. Uma dificuldade da psicanálise. In: FREUD, Sigmund. *História de uma neurose infantil*: ("o homem dos lobos"): além do princípio e outros textos (1917-1920). Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 250-251.



Estrutura da mente para Freud.

Fonte: FREUD, Sigmund. Uma dificuldade da psicanálise. In: FREUD, Sigmund. *Obras completas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. v. 14.

Freud destaca dois principais instintos básicos: a pulsão de vida ou instinto sexual (nomeada como libido), responsável pela expansão da vida, pela criação e procriação; e a pulsão de morte, acionada em geral quando enfrentamos situações de perigo/desequilíbrio e precisaríamos entrar em modo de “economia de energia”.

Muitos anos antes disso, outro filósofo, Baruch Spinoza (1632-1677), já havia questionado não exatamente a superioridade da mente, mas a sua separação do corpo. Essa posição foi decisiva para ele pensar toda a sua filosofia baseada nos afetos. Spinoza era de família judaico-portuguesa, que nasceu e viveu nos Países Baixos. Ele afirmou, contra os dogmas religiosos da época e as principais filosofias da modernidade ocidental, que não havia separação entre o ser humano e a Natureza, tampouco entre corpo e mente.

Para Spinoza haveria apenas uma única substância constituída por infinitos atributos, que seriam distintos e diferenciados, mas que consistem em expressões de uma mesma substância. Ele denomina essa substância uma de Deus ou Natureza. Dessa maneira, a relação entre corpo e mente e a conexão entre o que se expressa em ambos são imediatas, pois não são algo distinto e separado, mas apenas diferentes expressões da Natureza.

Em seu livro *Ética*, Spinoza define um afeto como: “[...] as **afecções** do Corpo pelas quais a potência de agir do próprio Corpo é aumentada ou diminuída, favorecida ou coibida, e simultaneamente as ideias destas afecções”. Assim, as afecções são para o corpo o que os afetos são para a mente, na medida em que se realizam como ideias conscientes da afecção. O interesse da vida, manifestado no corpo e na alma, é conservar-se na existência, que Spinoza denomina *conatus*. O *conatus* visa à preservação e expansão da existência finita, por meio do aumento da potência da mente e do corpo. Esse esforço é compreendido como a essência mesma de cada ser.

O *conatus* no corpo se chama apetite, enquanto na alma é desejo. Quando esse desejo é realizado, aumenta a potência de existir, agir e pensar. Chamamos de alegria o sentimento desse aumento. Quando, ao contrário, ele não se realiza, diminui nossa capacidade de existir e, assim, sentimos tristeza.

Para o filósofo, todos os demais afetos são derivados daí. O amor, por exemplo, é quando atribuímos a alegria do aumento de nossa potência de existir a uma causa externa (que era objeto do desejo). Nesse sentido, amor é o nome que damos à ideia de que alguém (ou algo) nos causa alegria, pois aumenta a potência de nosso corpo e mente. Por isso, quando alguém ama algo, “esforça-se necessariamente para ter presente e conservar a coisa que ama”². Da mesma maneira, o ódio é a ideia que atribui a tristeza a uma causa externa.

GLOSSÁRIO

Afecção: ação de afetar, modificação ou estado em resposta a alguma influência.

² SPINOZA, Baruch. *Ética*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018. p. 261.

Alegria, a força maior: um tônico para a vida

O sociólogo e filósofo brasileiro Muniz Sodré (1942-) apresenta a alegria como um sentimento, bem distante das racionalizações, ao afirmar, parafraseando Oswald de Andrade, que a “Alegria é a prova dos nove”, dizia [...]. É de fato o sentimento formado por uma intuição imediata do mundo, em que se experimenta a força do presente [...] e se entra em comunhão com o real. Para experimentá-lo, não requer nenhuma racionalização, apenas a capacidade de sentir.”³ Clément Rosset (1939-2018), filósofo francês, inspirado na filosofia de Nietzsche e sua afirmação da vida, escreveu um livro no qual alçou a alegria à força maior, “[...] condição necessária, se não da vida em geral, pelo menos da vida levada em consciência e conhecimento de causa. [...] Ela constitui a grande e única regra do *savoir-vivre* [saber-viver].”⁴ A alegria conecta o ser humano ao que há de potencializador na vida, sem ignorar o trágico inerente à existência.

Para Rosset, o sentimento de alegria é algo inexplicável, paradoxal, que desafia as regras da lógica e da causalidade. Isso porque ele não se liga a um olhar idealista ou fantasioso da vida, que negue seus elementos trágicos (a dor, a angústia, a perda). Mesmo assim, a alegria existe e tende a expandir-se para uma alegria de viver, como um simples prazer de existir.

Ainda que possamos identificar a conexão entre a alegria e algumas situações específicas, como a realização de um objetivo almejado ou o bem-estar que certas pessoas (ou outros seres) nos proporcionam, a alegria não se limita a essas situações, nem pode ser medida por elas.

Essa insistência da alegria revela uma desproporção, radical e característica, entre todo regozijo profundo e o objeto particular que o ocasiona ou, mais precisamente, serve-lhe de *pretexto*. Assim, a alegria sempre constitui uma espécie de “a mais”, ou seja, um efeito suplementar e desproporcionado à sua própria causa, que vêm multiplicar pelo infinito essa ou aquela satisfação relativa a um motivo determinado. E é esse a mais que, precisamente, o homem [ser humano] alegre é incapaz de explicar e mesmo de exprimir. [...] a aprovação da vida permanece para sempre indizível.

ROSSET, Clément. *Alegria: a força maior*. Tradução: Eloisa Araújo Ribeiro. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000. p. 9.

Aliás...

A relação entre arte e existência e o diálogo com a filosofia de Nietzsche serão trabalhados no Capítulo 10, “O que a Filosofia tem a ver com a Arte?”.

Falando nisso...

Nietzsche e o conceito de *amor fati*

Friedrich Nietzsche (1844-1900), filósofo alemão, criou o conceito de *amor fati*, que é o amor à vida como ela é. Seu objetivo era fomentar uma atitude afirmativa da vida, diante de sua tragicidade inevitável, um “amor aos fatos” que, em conjunto e, em última instância, compõem a vida. Seria uma aquiescência com os acontecimentos que nos atravessam, as vivências de cada pessoa, incluindo aqui o lado prazeroso e o doloroso, extraíndo dessas experiências uma alegria capaz de tonificar o viver. A sabedoria desse conceito seria proporcionar essa alegria de viver sem justificativa ou causa, no caminho de tornar-se quem se é, algo que só se faz no percurso, com seus percalços; enxergando, assim, a beleza da vida, ainda que em seus momentos mais difíceis. É como se cada vida fosse uma obra de arte: mesmo quando tem enredos tristes, pode ser admirada e afirmada como bela.

O longa mostra uma família disfuncional que tenta levar a filha a um concurso de beleza em um lugar distante. Durante a viagem, os personagens passam a entender melhor a diversidade no modo com que cada um lida com o mundo e aprendem a conviver com as diferenças. Assim, reconectam os laços afetivos com amorosidade e mais aceitação das dificuldades e dos percalços, afirmando suas existências: um bom exemplo do conceito de amor fati.



Cartaz do filme *Pequena Miss Sunshine*, de 2006.

³ SODRÉ, Muniz. *O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira*. 3. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019. p. 150.

⁴ ROSSET, Clément. *Alegria: a força maior*. Tradução: Eloisa Araújo Ribeiro. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000. p. 27.

Aliás...

A discussão sobre a formação etimológica da palavra filosofia é apresentada no Capítulo 1, “Filosofia, filosofias”.

Discursos sobre o amor

O amor é um tema recorrente e fundamental nas mais diversas tradições, desde textos antigos indianos, histórias e reflexões ancestrais de povos indígenas e africanos, atravessando também toda a tradição ocidental. O amor é tematizado em mitos e lendas, diferentes manifestações artísticas, como músicas, poemas ou quadros, além de textos filosóficos que discutem sobre sua definição, características, limites e potencialidades. As concepções sobre o amor são variadas e parecem ir de um extremo ao outro, desde a sua negação completa como uma ilusão, ou a concepção apenas sensual como desejo e atração sexual à ideia de que o amor é um sentimento sagrado e/ou a maior expressão do divino.

Talvez nenhum tema seja tão onipresente ao longo das histórias do pensamento do que a pergunta ou a alusão ao amor. A própria palavra filosofia, como vimos, é composta da palavra amor, significando, assim, amor à sabedoria. A seguir trabalharemos algumas definições e discussões sobre o amor.

Eros: mitologia, amor e potência criativa

Na mitologia grega o amor é Eros, aparecendo duas vezes em Hesíodo. Inicialmente como força primordial criadora, que atua na origem do universo, quando tudo era apenas Caos, mas também como ligado ao amor, nascido do esperma de Urano, junto de Afrodite, compartilhando sua beleza.

Em *O banquete*, o mito de Eros é apresentado em outra versão, dando suporte à concepção filosófica do amor em Platão. O livro narra uma festa em que é

proposto uma espécie de jogo: fazer um elogio a Eros. Diferentes personagens expressam, então, sua visão do amor, apresentando argumentos (nada mais filosófico). Sócrates narra a versão platônica do mito, que diz ter aprendido de uma mulher, a sacerdotisa Diotima, na qual Eros é um ser intermediário, nem humano, nem divino, fruto da relação entre um deus, Poros (recurso, engenho), e uma mortal, Penia (penúria, pobreza, carência). Por isso, Eros personificaria uma dimensão intermediária entre a falta e o excesso que faz com que aquele que não tem, busque. Portanto, o lugar do desejo seria essa falta, que não se contenta em ser falta e se torna busca – do belo e do bom, uma vez que esses são os objetos próprios a Eros, segundo Platão. Assim, o amor estaria associado à busca. O amor à sabedoria, por exemplo, presente na etimologia do termo **filosofia**, não se refere ao sábio, enquanto alguém que possui sabedoria, mas sim a quem identifica a falta e por isso está sempre em busca do saber – o filósofo.

Eros, identificado com o amor na mitologia grega e romana, costuma ser representado por um cupido de arco e flecha, pois seria responsável por flechar os amantes que, então, se encantariam, buscando a união com o outro, o ser amado. Esse mito expressa tanto a importância das relações de união que os seres e elementos diferentes podem estabelecer entre si, como o quanto o sentimento amoroso não pode ser controlado, programado: há uma passividade em *ser flechado* – a ação não caberia à pessoa, mas a Eros. Ainda assim, devemos cuidar e nutrir as uniões amorosas que nos potencializam, como aquela que estabelecemos com nós mesmos e que nomeamos como amor-próprio, também de suma importância. O amor-próprio é um sentimento a ser nutrido por toda uma vida!

A teoria freudiana retoma o mito de Eros como força primordial criadora, simbolizando pulsão de vida (ou sexual): uma força erótica estrutural (libido), capaz de nos mover na busca pelo que almejamos, responsável pela criação/criatividade e procriação – como um desejo que nos move na atração do que queremos: um projeto, um sonho, um relacionamento. Audre Lorde também afirma essa potência: “a palavra erótico mesma vem da palavra grega *eros*, a personificação de amor em todos seus aspectos – nascido do Caos, e personificando poder criativo

AFP/Getty Images



O casal mais famoso da filosofia, que desafiou tabus. Simone de Beauvoir e Jean-Paul Sartre, na praia de Copacabana, Rio de Janeiro (RJ), 1960.

tupungato/Stockphoto.com



Estátua representando Eros, deus que representa o amor na mitologia grega. Londres, Inglaterra, 2022.

e harmonia. Quando falo do erótico, então, falo dele como uma afirmação da força vital [...]”⁵ Assim, erotismo pode envolver desejo sexual, mas não se restringe a ele, sendo essencial para nutrir a pulsão de vida, que nos enraiza na existência. Ser mobilizado por algo que nos faz sentir bem (dançar, plantar, cantar, ler um livro, o ser amado) pode ser um ótimo antídoto à estagnação da pulsão de vida, que estados depressivos, cada vez mais recorrentes, vêm denunciar.

Falando nisso...

Você já ouviu falar em amor platônico?

Segundo uma concepção popular, o amor platônico seria um amor concebido como espiritual, tal qual o amor ao saber, à humanidade, o amor religioso. Aproxima-se da ideia de um amor inatingível, que não desejaria se realizar, o que se tem por um ídolo, por exemplo: alguém que admiramos, mas que estaria fora do nosso alcance.

Perfil

Audre Lorde

Nascida em Nova York (EUA) e filha de pais caribenhos, Audre Lorde (1934-1992) cresceu no Harlem. Foi poeta, escritora e ativista feminista e dos movimentos negro e LGBTQIAPN+. Mestre e graduada em biblioteconomia, assumiu o posto de bibliotecária-chefe em uma escola em Nova York entre os anos de 1966-1968. Em 1977 tornou-se editora de poesia do jornal feminista *Chrysalis*; em 1980 fundou, com Barbara Smith, a editora Kitchen Table: Women of Color Press [Mesa de cozinha: mulheres negras edições], visando a publicação de obras das feministas negras. Mãe de um casal de filhos, morou em Berlim por quase uma década, o que gerou um belo documentário, escolhendo depois viver seus últimos anos em Saint-Croix, uma ilha no Caribe. É autora de *Irmã Outsider: ensaios e conferências*, entre outras obras. Recebeu vários prêmios, com destaque para o prêmio de excelência literária de Manhattan e as bolsas concedidas por instituições de mérito nos EUA.



Audre Lorde.

(Im)possibilidades do amor na contemporaneidade

Ao falarmos de amor nos dias de hoje, se tornou comum nos referirmos a ele pela expressão “amor líquido”. Foi o filósofo e sociólogo judeu polonês Zygmunt Bauman (1925-2017) que definiu assim a característica dos relacionamentos contemporâneos. Para o filósofo, em nosso tempo, tudo que é duradouro e permanente é experimentado como opressor, como uma “prisão”. Isso se dá porque pensamos e vivemos a partir da lógica do consumo e do descartável. Nossa “racionalidade de consumidores” está acostumada com a leveza, velocidade, novidade e variedade presentes no consumismo e reproduzimos esses critérios para avaliar nossos relacionamentos. Em uma descrição relevante para pensarmos sobre os relacionamentos por aplicativos, por exemplo, Bauman diz:

[...] É como folhear um catálogo de reembolso postal que traz na primeira página o aviso “compra não obrigatória” e a garantia ao consumidor da “devolução do produto caso não fique satisfeito”.

Terminar quando se deseja — instantaneamente, sem confusão, sem avaliação de perdas e sem remorsos — é a principal vantagem do namoro pela internet. Reduzir riscos e, simultaneamente, evitar a perda de opções é o que restou de escolha racional num mundo de oportunidades fluidas, valores cambiantes e regras instáveis. E o namoro pela internet, ao contrário da incômoda negociação de compromissos mútuos, se ajusta perfeitamente (ou quase) aos novos padrões de escolha racional.

BAUMAN, Zygmunt. *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. 1. ed. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2021. p. 86-87.

⁵ LORDE, Audre. “Usos do erótico: o erótico como poder”. In: LORDE, Audre. *Irmã Outsider: ensaios e conferências*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p. 70.



Aplicativos de encontro se tornaram populares por facilitar a busca por encontros e experiências, não exatamente por um relacionamento. O algoritmo é utilizado como um “cupido moderno” que aproxima pessoas com preferências, gostos e estilos de vida similares.

Aliás...

No Capítulo 8, “Trabalhar e consumir(-se)”, discutimos sobre consumo e consumismo.

comunidade nos rituais para o casal, como o ritual de renovação, que “[...] cria um espaço em que os casais podem expressar suas mágoas, sem culpar o outro. O simples fato de expressar as coisas tem esse poder; ajuda as pessoas a se desapegarem delas. Quando a água é aplicada ao final do ritual, leva as tensões embora e traz paz ao relacionamento”⁶.

Já Alain Badiou (1937-), filósofo francês nascido no Marrocos, defende, em um livro intitulado *Elogio do amor*, que o amor é a construção da verdade do *Dois*, pois é uma experiência referenciada pelo outro. Para o autor, o amor abre a possibilidade do nascimento de um mundo, vivido e praticado a partir da diferença, e não da identidade. Nesse sentido, no amor não há uma fusão que dilui as diferenças, mas, ao contrário, o amor é a experiência da convivência desse abismo imposto pela diferença.

Para o autor, o amor verdadeiro é aquele que não se realiza a partir do egoísmo de estabelecer o critério do mundo sempre a partir de si mesmo e de querer impor suas próprias expectativas e previsões ao relacionamento. Ao contrário, o amor está disposto a experimentar e viver a partir da diferença como verdade, e isso instaura um grande desafio. Ele defende ainda que a experiência de “amar para sempre”, muitas vezes apontada como uma farsa, é mais comum do que imaginamos. Essa experiência de duração transforma o acaso em necessidade, isto é, o fato de conhecermos alguém por acaso se converte na construção de um mundo que compartilhamos a vida inteira. A fidelidade seria, nesse sentido, a decisão, não sem muitos desafios, da continuação desse mundo, dia após dia.

Para Badiou, o amor é o sentimento ético por excelência, justamente porque se funda na **alteridade**. Nesse sentido, ele é um antídoto a leis repressivas e excludentes, que se baseiam na tentativa de proteger identidades hegemônicas e coibir vidas ou práticas divergentes.

GLOSSÁRIO

Alteridade: condição marcada pela diferença, do que é o outro, do que é distinto; contrário de identidade.



Ao longo da história da humanidade, diversos intelectuais pensaram e conceituaram o amor. Na atualidade, a busca pela desromantização do amor tem, em seu centro, a desconstrução da ideia de amor perfeito.

⁶ SOMÉ, Sobonfu. *O espírito da intimidade: ensinamentos ancestrais africanos sobre maneiras de se relacionar*. São Paulo: Odysseus, 2003. p. 114-115.

Não era amor, era...

Ao longo de nossa vida, podemos nos deparar com relacionamentos que nos fazem sentir humilhados(as), com medo e constrangidos(as) a (deixar de) fazer coisas que não queríamos. Chamamos esses de relacionamentos abusivos. Tais violências podem acontecer em qualquer relacionamento, até mesmo na amizade, independentemente da idade, do gênero e da classe social, pois a assimetria causada pelo patriarcado faz com que ele atinja mais mulheres, em especial, jovens. De acordo com a pesquisa “Visível e Invisível”, realizada em 2019 pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, no Brasil quase metade das mulheres entre 16 e 24 anos sofreram alguma forma de violência no ano de 2018. Há vários tipos de violência em relacionamentos abusivos, como a verbal, emocional, psicológica, sexual, financeira, até chegar à física e, em casos extremos, ao feminicídio.

Na história da filosofia ocidental, há um romance tão conhecido quanto conturbado entre um casal francês composto de Heloísa (1100-1163) e Pedro Abelardo (1079-1142). Quando se conheceram, Heloísa era uma jovem de aproximadamente 16 anos, conhecida por sua inteligência e formação excepcional: ela sabia latim, hebraico, grego e conhecia obras de diversas áreas. Abelardo, membro do clero, era o filósofo mais proeminente da França. Como desejava ensinar também a mulheres, buscou a de melhor fama por sua capacidade intelectual e passou a lhe dar aulas regulares em Paris. Contudo, Abelardo se apaixonou, desejando ter relações sexuais com a jovem. Apesar de declarar seu amor e admiração pelo professor, Heloísa negou as investidas à medida que para uma jovem solteira, esse comportamento não era considerado virtuoso. Ao mesmo tempo, ela não desejava se casar com Abelardo, pois isso comprometeria sua proeminente carreira de clérigo e filósofo. Para Heloísa, recusar-se a casar era uma prova de seu amor verdadeiro, que visava somente o bem do amado e não seus próprios interesses. Segundo os comentários e cartas reunidos na coletânea organizada pela filósofa estadunidense Karen Warren (1947-2020), Abelardo não apenas seguiu insistindo, como ameaçou e usou de violência física, uma prática infelizmente comum e aceita na educação daquela época, para “convencê-la a consentir”. Por fim, Heloísa se entrega completamente a esse relacionamento e fica grávida. Para gestar e dar à luz seu filho Astrolábio, Abelardo a leva às escondidas à casa de sua irmã no interior. Abelardo decide se casar com Heloísa em segredo visando acalmar a ira do tio e tutor de Heloísa, Fulberto. Mas o tio torna o casamento público. Contudo, ambos desmentem o casamento para não prejudicar a carreira de Abelardo, que envia então Heloísa para um convento, para dar fim ao falatório. Fulberto decide se vingar encomendando a mutilação sexual de Abelardo, que, por fim, se retira a um convento e faz seus votos religiosos.

As cartas trocadas entre os dois, até o final da vida, discutem, muitas vezes a partir de sua própria história, o que significa o amor, a virtude, o correto, entre outras questões filosóficas e teológicas. Baseada na posição de Cícero (106-43 AEC), filósofo e jurista romano, Heloísa defende que o verdadeiro amor não visa o benefício próprio, mas, ao contrário, o bem de quem se ama e, por isso, não se funda em nenhuma vantagem que possa vir dessa relação, como a fama, a riqueza ou mesmo o prazer. Contudo, apesar de defender essa posição, Heloísa aceitou um relacionamento que a destruiu, como ela admite em uma carta.

Que concepções de amor podem favorecer comportamentos abusivos? O quanto a ideia de amor desinteressado pode se confundir com a de amor que deve negar completamente a si mesmo e suas próprias necessidades? Pensar sobre os limites saudáveis de uma relação também está no escopo dos problemas filosóficos acerca do amor.



Edmund Leighton. *Abelardo e sua aluna Heloísa*, 1882. Óleo sobre tela.

Conflitos existem em todos os relacionamentos, mas atentando para que o limite do respeito a outra pessoa nunca seja ultrapassado – nesse sentido, é importante observar diferentes formas de violência, não apenas a violência física.

Para ampliar

Leia

Namoro legal (Ministério Público de São Paulo, c.2024.). Cartilha criada pelo Ministério Público de São Paulo com dicas e estratégias para você reconhecer e se proteger de relacionamentos abusivos. Disponível em: <https://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Cartilhas/NamoroLegal.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2024.



As cartas de Heloísa à Abelardo

Apesar de sabermos que Heloísa escreveu outros textos, apenas suas cartas para Abelardo foram preservadas, com seu pensamento filosófico sobre ética e amor. Apresentamos uma seleção de duas cartas (I e II) que discutem o amor, escritas em momentos distintos.

I - [...] Você sabe, melhor parte de minha alma, que muitas pessoas amam a outras por muitas razões, mas nenhuma amizade entre elas será tão constante como a que deriva da integridade e da virtude e do amor profundo. Eu considero que a amizade daqueles que parecem amar os outros pelas riquezas e prazeres não seja, a rigor, durável, na medida em que exatamente as coisas sobre as quais elas baseiam seu amor parecem não ter durabilidade. Conseqüentemente, quando as riquezas e os prazeres cessam, assim também, ao mesmo tempo, o amor pode falhar, uma vez que se ama essas coisas não pelo outro, mas se ama o outro por essas coisas. Mas meu amor é unido a você por um pacto distinto. [...] De fato, é esta virtude que é autossuficiente e não necessita nada para além de si, que restringe a paixão e mantém o desejo controlado, modera alegrias e erradica o sofrimento; de onde provém tudo que é apropriado, tudo que é prazeroso e agradável; e assim nada melhor pode ser encontrado. [...] Assim, acredite, meu querido, que nem bens, nem distinções, nem todas as coisas que os devotos da luxúria deste mundo buscam serão capazes de me fazer pensar primeiramente em mim mesma, deixando de pensar em você.

II - [...] Eu obedeci a todas as suas ordens tão cegamente, quando eu não podia me opor a nada, eu encontrei forças no seu comando para destruir a mim mesma. Eu fiz mais, estranho dizer – meu amor subiu às alturas da loucura quando foi roubado aquilo que era mais desejado sem esperança de devolução, quando, mediante o seu golpe, eu despi minha roupa, como minha mente, a fim de prover para você a posse não apenas do meu corpo, como da minha vontade. Deus sabe que eu nunca busquei nada além de você mesmo; eu simplesmente te desejei, não desejando nada de você. Eu não procurei nenhuma garantia de casamento, nenhuma posição de casada e não foi o meu prazer e desejo que busquei satisfazer, mas, como você bem sabe, só o seu. [...] Eu acreditei que quanto mais me humilhasse a mim mesma por você, mais gratidão eu iria ganhar de você e também menos prejuízo iria causar à sua brilhante reputação. [...] Sou totalmente culpada, mas, como você sabe, também sou completamente inocente. Não é a ação, mas a intenção do ato que faz o crime, e justo é pesar não o que foi feito mas em que espírito foi feito. O que a minha intenção para contigo sempre foi, só você que a conhece pode julgá-la. Eu submeto tudo ao seu escrutínio, cedo ao seu testemunho em todas as coisas. [...].

WARREN, Karen J. (ed.). *An Unconventional History of Western Philosophy: Conversations between men and women philosophers*. New York: Rowman & Littlefield Publishers, 2009. p. 132; 141, tradução nossa.



Heloisa, escritora e acadêmica, em gravura de meados do século XIX.

1. Defina a posição de Heloísa em relação ao amor, explicitando sua defesa da durabilidade do amor que não busca se beneficiar em interesse próprio, mas, ao contrário, visa o bem do amado.
2. Ao final do texto, Heloísa assume uma posição filosófica ética, ao justificar que, mesmo tendo errado, buscava o bem e, por isso, seria inocente. Essa posição assume que o que tornaria uma atitude correta é a intenção daquele que a comete e não a ação em si. Você concorda com isso? Justifique sua resposta.

Irmandade, sororidade, amizade

Irmandade é palavra construída com o mesmo radical de irmã/irmão, mas com significado expandido, devido a práticas sociais já sedimentadas. Amigos podem formar relações tão fortes como uma irmandade, recompondo laços familiares. A irmandade é um dos principais pilares dos valores civilizatórios africanos, enraizados em nossa cultura, a partir de sua origem afro-brasileira. Ela pode ser observada nas famílias estendidas de terreiro, territórios sagrados das religiões de matriz africana, onde se diz que há mães, pais, madrinhas, irmãos de santo. Há também as irmandades negras formadas no Brasil, de cunho religioso (em sua maioria católico e sincretizado), que se constituíram como estratégias de resistência ao processo de escravização colonial (com projetos de alfabetização, comprando cartas de alforria, organizando levantes libertários).



Para ampliar

Leia

G1: Irmandade da Boa Morte: G1 conta história da festa secular do recôncavo que resiste ao tempo, de Phael Fernandes e Danutta Rodrigues, 13 ago. 2019. Artigo que mostra as festividades da Irmandade da Boa Morte que ocorrem no mês de agosto, na cidade de Cachoeira (BA), com seus mais de 200 anos de tradição. Essa confraria afrocatólica, diante das violências sofridas pela população afro-brasileira no processo de escravização colonial, com seus reflexos até os dias de hoje, mantém a tradição de suplicar por amparo na hora final, pedindo por uma *boa morte*. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2019/08/13/irmandade-da-boa-morte-g1-conta-historia-da-festa-secular-do-reconcavo-que-resiste-ao-tempo.ghtml>. Acesso em: 10 jul. 2024.



Grupo mantém viva tradição da Irmandade da Boa Morte, na cidade de Cachoeira (BA), para continuar o legado cultural ancestral afro-brasileiro.

As mulheres do movimento feminista criaram o conceito e a prática da **sororidade** (palavra derivada do latim *soror*, em português "irmã"), para se referir às amigas e irmandades entre mulheres, que se constituem como rede de apoio mútuo. Nesse debate, Angela Davis apresenta sua filosofia, elaborada desde a prática social e sua análise histórica:

Os exemplos mais marcantes de sororidade que as mulheres brancas tinham em relação às mulheres negras estão associados à histórica luta do povo negro por educação [...]

A sororidade entre mulheres negras e brancas era de fato possível e, desde que erguida sobre uma base firme [...], poderia levar ao nascimento de realizações transformadoras.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Tradução: Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 110; 112.

Ao resgatar como foi transformadora a união entre mulheres negras e brancas nos EUA do pós-abolição, gerando substanciais conquistas para a população negra, a filósofa afirma que essa união é não somente possível, mas necessária.

Aliás...

Violências e opressões étnico-raciais são abordadas também no Capítulo 6, "Gêneros, sexualidades, racialidades e etnicidades".

Leia

Um apartamento em Urano: crônicas da travessia, de Paul Preciado (Zahar, 2020). No caminho de viver, ao mesmo tempo que se aprende a viver, ter amigos (humanos e não-humanos) é muito importante, algo para se alegrar e celebrar. Podemos pensar em diferentes amizades, constituídas nos múltiplos espaços que atuamos, como a amizade que estabelecemos por exemplo com animais, árvores e plantas de nosso convívio.

Elogio à amizade

Sabe uma sensação de solidão que às vezes nos afeta, mesmo que estejamos em meio a várias pessoas? Provavelmente, todo mundo já sentiu isso! E tantas vezes pensamos que só acontece com a gente... Nessa hora, nada como ter um amigo para confiar e com quem dividir essas e outras emoções e sentimentos que nos atravessam.

A amizade foi tema de reflexão ao longo da história, como na Antiguidade grega (*philia*), tratada por Aristóteles (384-322 AEC) e depois por Cícero (Roma, 106-43 AEC), que são retomados pelo filósofo francês Michel de Montaigne (1533-1592). Montaigne, no escrito em homenagem a seu amigo, e também filósofo, Etienne de La Boétie (1530-1563), *Sobre a amizade*, a enaltece como uma das relações afetivas mais importantes entre duas pessoas, que dignificam o ser humano: “Parece que não há nada para o qual a Natureza tenha nos preparado melhor do que para essa amizade.”

Embora reconheça relações de conveniência necessárias na sociedade, nos espaços de convivência em que atuamos, a amizade sobre a qual o filósofo se debruça diz respeito ao encontro de almas. Nesses casos, a relação afetiva duradoura que estabelecemos com algumas pessoas amigas, geralmente poucas, firma um laço que se constitui como fortalecimento para a vida. A relação de amizade envolve, de ambas as partes, respeito, honestidade, carinho, generosidade, cuidado, confiança.

Ainda que esses valores não sejam exclusivos das relações de amizade, sendo igualmente desejáveis em outras relações importantes para nossas vidas, como as relações familiares e amorosas, Montaigne faz questão de diferenciá-las. Embora se possa dizer que se tem uma relação de amizade dentro de uma parceria amorosa ou com familiares (pais, avós, irmãos), não é a mesma coisa. Amizade difere das relações amorosas, uma vez que “[...] a amizade é um calor geral e universal, permanentemente temperado e igual, um calor constante e relaxado, todo gentileza e polidez, que não tem nada de amargo, nem de doloroso.”

Nas relações entre pais e filhos, o filósofo identifica limites necessários:

“A [amizade] das crianças com os pais é formada principalmente pelo respeito. A amizade se alimenta da comunicação que não pode acontecer entre eles por causa da disparidade grande demais, e que ofenderia os deveres naturais. Nem todos os pensamentos

secretos dos pais podem ser comunicados aos filhos, porque eles trariam uma intimidade malvinda, nem os avisos e broncas, uma das principais obrigações da amizade, poderiam ser dados pelos filhos aos pais.

MONTAIGNE, Michel de. *Sobre a amizade*. Rio de Janeiro: Tinta Negra, 2012. p. 20.

A relação entre irmãos é diferente da amizade na medida em que é atravessada por outras relações familiares, o que faz entrar em jogo afetos ambíguos. “[...] Como irmãos têm que avançar e progredir pelo mesmo caminho e no mesmo comboio, obrigatoriamente eles vão brigar e se chocar com frequência”.

A partir da modernidade europeia seria possível reconhecer o início do declínio das relações de amizade. Isso se deveria à preponderância de valores individualistas, com a ascensão do neoliberalismo e a consolidação do capitalismo, fomentando a competição entre as pessoas. Tal como Aristóteles, Montaigne afirma que “[...] o maior grau de perfeição da justiça é a amizade. Isso porque, em geral, todas aquelas que o prazer, o lucro, a necessidade pública ou a privada forjam e alimentam são menos belas e generosas, e por isso menos amizades [...]”.

Assim, o filósofo já nos advertia das relações por interesse, que não podem ser confundidas com as amizades verdadeiras. Nem todas as pessoas com quem nos relacionamos serão amigas, mas a alegria proporcionada pelo encontro de um único amigo já bastaria para sentirmos que não seguimos sós.



Estátua de bronze representando Dom Quixote e Sancho Pança. Madri, Espanha, 2023.

Há na arte e na história o registro de amizade célebres, como a dos filósofos Deleuze e Guattari; na literatura podemos destacar a amizade de Dom Quixote e Sancho Pança, que aparecem retratados na imagem.

A ilusão do romance



A seguir apresentamos um fragmento do livro *O espírito da intimidade: ensinamentos ancestrais africanos sobre maneiras de se relacionar*, escrito pela filósofa Sobonfu Somé.

[...]

O romance ignora todos os estágios de uma união espiritual, em que começamos embaixo da montanha e, gradualmente, caminhamos juntos até o topo; não deixa espaço para a verdadeira identidade das pessoas aparecer; estimula o anonimato e força as pessoas a se mascararem.

Antes de me casar, eu não olhava para os rapazes da aldeia com interesse romântico ou sexual. Entenda que, na aldeia, há uma forma diferente de ver as pessoas. As pessoas não são consideradas fonte de atração sexual. As pessoas são consideradas como amigas, irmãos e irmãs. Temos bons relacionamentos com o sexo oposto, sem qualquer tipo de atração sexual. Meninas e meninos crescem apreciando uns aos outros como espíritos, como irmãos e irmãs, sem a interferência da sexualidade. É assim que as pessoas são educadas na aldeia.

[...]

A sabedoria dos anciãos de trabalhar de baixo para cima da colina, garante que os dois parceiros se compreendam e se conheçam a cada passo do caminho. A pessoa aprende o que faz seu parceiro gritar e o que o faz rir – e coisas assim.

Os anciãos sabem que, se o relacionamento começa com o romance, frequentemente as dificuldades ficam encobertas. Muitas vezes a pessoa leva anos para descobrir a verdadeira identidade de seu parceiro. Isto é, se tiver a oportunidade. Conheço pessoas que passam a vida inteira com um estranho.

[...]

Romance significa esconder seu verdadeiro ser, para ser aceito. Começa com a pessoa fazendo todas as coisas pelo parceiro, negligenciando seus verdadeiros sentimentos, até chegar a um ponto de séria **depleção**.

Teria sido melhor dizer, desde o início: “posso lhe dar esse tanto. Esse é meu limite. Com sua ajuda, posso conseguir ir além, mas não vou lhe dar uma imagem falsa de mim”. Sem esse tipo de honestidade, nosso parceiro fica imaginando: “nossa, será essa a mesma pessoa com quem me casei?”. [...]

[...]

As pessoas no ocidente sempre devem se lembrar de que a energia que vibram envia uma mensagem que somente certas pessoas vão responder. Devem deixar clara a sua intenção quando buscam alguém, e devem

manter sua clareza quando um relacionamento íntimo é estabelecido. Devem sempre fazer uma autoanálise para ter certeza de que estão alinhadas com seus verdadeiros seres.

O tipo de atitude que as pessoas têm quando iniciam um relacionamento determinará o que acontecerá mais tarde. Se houver algo não dito, isso provavelmente levará à morte do relacionamento.

Se, por exemplo, seu parceiro estiver escondendo algo e pensando: “se eu mostrar essa parte de mim, ela vai se assustar e fugir”, bem, ele pode ter certeza de que um dia você vai fugir.

A franqueza é necessária desde o início, para que as pessoas saibam em que estão se metendo. Ser muito “legal” nem sempre é a melhor coisa.

SOMÉ, Sobonfu. *O espírito da intimidade: ensinamentos ancestrais africanos sobre maneiras de se relacionar*. São Paulo: Odysseus, 2003. p. 106-107; 110-111.

GLOSSÁRIO

Depleção:

esgotamento causado pela perda de elementos necessários à manutenção do organismo.

Chico Ferreira/Pulsar Imagens



Casamento tradicional indígena, realizado no Aragwaksã (cerimônia pataxó de reverência à ancestralidade), na Reserva da Jaqueira, em Porto Seguro (BA), 2023.

1. Quais são as críticas feitas no texto ao romance ou amor romântico?
2. Explique a importância que a autora atribui à honestidade para um relacionamento amoroso harmonioso. Destaque uma parte do texto que justifique a sua resposta.

- Leia as frases e responda com a palavra correta para cada item dentre as listadas a seguir:

Irmandade	Ego
Alain Badiou	Romance
Amizade	Carta

 - Para Montaigne, é o maior grau de perfeição da justiça.
 - Estilo de escrita adotado pela filósofa Heloísa.
 - Modelo de amor ocidental duramente criticado pela filósofa Sobonfu Somé.
 - Única porção consciente da mente, para Freud.
 - Nome do filósofo que afirma ser o amor um sentimento ético por excelência.
 - Existem várias no Brasil; uma das mais famosas é a da Boa Morte.
- Explique com as suas palavras a concepção de Alain Badiou, no livro *Elogio do amor*, em que o filósofo afirma ser o amor a construção da verdade do **Dois**.
- Qual é a importância do ritual de renovação para os casais, de acordo com a comunidade dagara e a filósofa Sobonfu Somé?
- Explicita semelhanças e diferenças entre os conceitos de amizade, irmandade e sororidade.
- O que são os afetos na filosofia de Spinoza?
- A teoria da mente desenvolvida por Sigmund Freud evidencia que existe uma parte consciente e uma parte (bem maior que a primeira) inconsciente, escapando do domínio racional.

Leia cada elemento listado a seguir e indique no caderno se ele está associado ao **inconsciente (I)** ou ao **consciente (C)** da mente. Se houver elemento(s) associado(s) a **ambos**, coloque **(I/C)**.

 - Princípio de realidade
 - Juízos morais
 - Pulsões
 - Percepções sensíveis
 - Conhecimentos
 - Argumentos racionais
 - Valores familiares
 - Memórias do nascimento
 - Fantasias
 - Padrões sociais
- Após a leitura atenta dos trechos do capítulo que abordam o sentimento de alegria, em diálogo com os filósofos Clément Rosset, Muniz Sodré e Baruch Spinoza, elabore, com suas palavras, um parágrafo caracterizando a alegria, segundo esses referenciais.

- Com base na leitura compartilhada da cartilha Namoro Legal (MP/SP), apresentada neste capítulo, a proposta é realizar uma atividade que integre a turma na apropriação desses saberes.

Divida a turma em duplas ou trios. Cada grupo sorteará uma das dicas da cartilha. Após um tempo reunidos para elaboração e ensaio, todos apresentarão a encenação de uma situação da vida que exemplifique a dica sorteada.

- Leia o trecho a seguir para responder as questões.

Em nosso mundo de furiosa individualização, os relacionamentos são bênçãos ambíguas. As pessoas desejam relacionar-se, mas temem o compromisso permanente, pois isso pode trazer tensões desnecessárias. Assim, as relações tornam-se cada vez mais frágeis e descartáveis, semelhantes aos produtos de consumo que trocamos quando não nos satisfazem mais.

BAUMAN. Z. *Amor líquido*. São Paulo: Zahar, 2004. (E-book)

- Como Bauman relaciona a mercantilização das relações com o individualismo de nossa sociedade?
 - Quais são as consequências da mercantilização das relações, segundo Bauman?
 - Em sua opinião, qual seria a alternativa para combater a mercantilização das relações na sociedade atual.
- De acordo com o que você leu no capítulo, o amor à sabedoria, segundo Platão, refere-se a:

 - Aquele que possui sabedoria.
 - Aquele que identifica a falta e busca o saber.
 - Aquele que é flechado por Eros.
 - Aquele que possui amor-próprio.

- Com base no que foi aprendido no capítulo, o(a) professor(a) organizará um debate sobre relacionamentos abusivos.



Dividam a turma em dois grupos, que discutirão o tema a partir dos subtemas a seguir:

Grupo A: A importância de reconhecer e combater relacionamentos abusivos na sociedade.

Grupo B: As dificuldades e desafios enfrentados pelas vítimas de relacionamentos abusivos ao tentar sair dessa situação.

Levem em consideração questões como:

- O que caracteriza um relacionamento abusivo?
- Quais são os tipos de violência que podem ocorrer em um relacionamento abusivo?

- Por que o patriarcado é um dos fatores que contribuem para a ocorrência de relacionamentos abusivos?

Para a preparação do debate, utilizem a sala de informática da escola ou outro local onde possam fazer consultas à *sites*, *blogs*, jornais, revistas e busquem casos que ganharam destaques na mídia, quais foram os desfechos e soluções que esses casos tiveram.

12. Leia atentamente o texto a seguir.

[...] a geração Z parece ter uma visão muito pragmática dos relacionamentos em comparação com as gerações anteriores [...]

"Eles compreendem que poderão ter parceiros diferentes em diferentes épocas da vida [que] podem atender a necessidades diversas", segundo Julie Arbit, vice-presidente global de conhecimentos [...].

Sua pesquisa envolveu 500 participantes do Reino Unido e dos EUA (em sua maioria, da geração Z e millennials, com alguns participantes da geração X incluídos "para comparação") e concluiu que apenas um em cada 10 integrantes da geração Z afirma ter "decidido firmar compromisso". [...]

Os pesquisadores e os membros da geração Z atribuem essa questão a dois fatores.

Primeiramente, essa geração está entrando na idade adulta em uma época particularmente delicada, marcada pela pandemia da covid-19, mudanças climáticas cada vez mais sérias e instabilidade financeira. Muitos acreditam que precisam atingir a estabilidade sozinhos antes que outra pessoa entre em cena.

E existe também o maior acesso a informações online sobre relacionamentos, que fornecem à geração Z a linguagem de que eles precisam para definir quem são e o que querem de um relacionamento que não comprometa sua identidade e suas necessidades.

KLEIN, Jessica. O pragmatismo da geração Z sobre amor e sexo. *BBC Brasil*, [s. l.], 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/vert-cap-59982142>. Acesso em: 18 set. 2024.

Com base no texto acima, problematize o pragmatismo nos relacionamentos usando, pelo menos, duas perspectivas filosóficas estudadas no capítulo. Apresente a posição das filosofias escolhidas e justifique, com argumentos, em que medida elas contribuem para pensarmos sobre essa questão. Compartilhe com a turma suas considerações.

Escrita filosófica

Essa não é (só) mais uma carta de amor

Como estudamos no Capítulo 1, há muitas maneiras de compor textos filosóficos.

Neste capítulo, vimos, por exemplo, as cartas de Heloísa como o registro de seu pensamento e discussões sobre o amor. Platão o fez a partir de um diálogo.

Agora é a sua vez!

Escolha um estilo de escrita para formular seu pensamento sobre o amor, vale poesia, música, carta, diálogo ou crônica. Inspirado nas discussões do capítulo e em sua própria experiência, redija uma definição do que é (e não é) o amor no formato escolhido.

Veja a seguir algumas dicas para compor os textos em cada estilo de escrita.

- **Poesia:** você pode utilizar metáforas na composição de seu texto, comparando o amor a elementos da natureza, por exemplo.
- **Música:** podem ser explorados na canção diferentes tipos de amor, além do amor romântico, e como esse(s) amor(es) impacta(m) sua vida.
- **Carta:** escreva uma carta para alguém importante em sua vida utilizando-a para exemplificar esse sentimento.
- **Diálogo:** você pode criar um diálogo entre personagens discutindo diferentes perspectivas do amor (racional, espiritual, emocional, entre outros).
- **Crônica:** você pode criar uma situação do dia a dia em que o amor se manifesta de maneira inesperada.

Com a turma, marquem um dia para a apresentação em um sarau filosófico e compartilhem suas ideias!



O que a Filosofia tem a ver com a Arte?

“Eu te invento, realidade.”

(Clarice Lispector)¹



Carrissel de imagens
Filosofia e a natureza morta

Arte e Filosofia

O que a Filosofia tem a ver com a Arte? A pergunta possui diversas e distintas possibilidades de elaboração e resposta. Não há acordo entre os filósofos acerca do que é a Filosofia, nem acerca do que vem a ser um objeto, quanto mais um objeto artístico. É nesse sentido que nos vemos diante de uma pluralidade de teorias estéticas e aproximações filosóficas da arte. Na fenomenologia, por exemplo, de modo geral, a relação com a arte não é propriamente pensar o acontecimento da arte por meio do campo das ideias estéticas, voltadas para a investigação da sensibilidade humana ou para a composição material da obra. Antes, a arte vigora aí como elemento paradigmático para pensar o vir a ser dos fenômenos enquanto tais. Já entre os antigos, como veremos a seguir, a arte era um objeto de investigação indexado aos problemas epistemológicos e até mesmo éticos, na formação da pólis (“cidade”, em grego). Contudo, não é assim que o campo da Estética surge.

A Estética, como disciplina filosófica, surge com o filósofo alemão Alexander Gottlieb (1714-1762), na primeira metade do século XVIII. De modo geral, seu objetivo era voltado para explicar as condições humanas universais em que se manifesta o belo, por meio da elaboração de uma ciência do conhecimento e da apresentação do sensível.

Atualmente, alguns manuais específicos de Estética a definem simplesmente como reflexão sobre a arte. Desse modo, podem ser considerados objetos da estética o problema da formação do gosto, a concepção de beleza, a natureza das sensações, a produção de subjetividade, entre outros. Isso no sentido de uma articulação transdisciplinar com a História da Arte, com as Ciências Sociais, com a crítica de arte e, inclusive, com a tecnologia. Pressupostos, em todos os casos, a habilidade de fruição e contemplação estética.

Cabe observar que a dificuldade intrínseca na pergunta que abre o capítulo envolve igualmente a discussão do conceito de Arte, que possui seu próprio campo problemático enquanto área autônoma de investigação. Há, de todo modo, uma circularidade que pertence aos fenômenos artísticos: para haver arte é preciso que haja artista, mas para haver artista é preciso que haja obra de arte. O artista se faz na produção artística, mas esta depende de uma concepção de Arte.

Museu de Belas Artes de Houston, EUA



Francisco Goya. *Natureza morta com dourada*, 1808-1812. Óleo sobre tela, 62,5 cm × 44,8 cm.

Na obra, vemos peixes sobre a areia de uma praia iluminados pela luz da lua, que brilha nos olhos dos animais mortos. Essa composição, nos seus detalhes, é pensada pelo artista espanhol Francisco Goya para trazer um efeito do real sobre a pintura. A compreensão da arte como uma possível representação do real é um dos importantes debates da Filosofia.

Para ampliar

Assista

TV Aisthesis. Canal de vídeo que traz mais informações acerca dos diversos sistemas estéticos da história da Filosofia. Disponível em: <https://www.youtube.com/@TVAisthesis/videos>. Acesso em: 19 jul. 2024.

¹ LISPECTOR, Clarice. *As palavras*. Curadoria: Roberto Corrêa dos Santos. Rio de Janeiro: Rocco, 2013. p. 56.

Arte como regime sensível: estética e política

No cruzamento entre Filosofia e Arte, há uma seara que retoma o sentido grego da palavra *aisthesis* (sensibilidade), indicando que seu campo problemático é a consideração da constituição de um regime sensível, ou regime de sensibilidade, presente nos âmbitos individuais e coletivos. Nesse último caso, a estética adquire explicitamente um caráter ético-político.

Para o filósofo franco-argelino Jacques Rancière (1940-), uma vez que a política diz respeito ao encontro dos corpos no espaço comum, ela é profundamente estética em sua base: trata das pessoas partilhando seus tempos (de estudo, lazer, trabalho, ócio) nos espaços da comunidade, cujo limite é a terra que habitamos.

[...] Existe, portanto, na base da política, uma “estética” que [...] é um recorte dos tempos e dos espaços, do visível e do invisível, da palavra e do ruído que define ao mesmo tempo o lugar e o que está em jogo na política como forma de experiência. A política ocupa-se do que se vê e do que se pode dizer sobre o que é visto [...] das propriedades do espaço e dos possíveis do tempo (Rancière, 2009, p. 16-17).

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo: EXO experimental; Editora 34, 2009. p. 16-17.

As vivências proporcionadas pelas obras de arte ganham especial destaque, uma vez que mobilizam essa base estético-política. É ficcionando a existência que se rompem padrões, ou “regimes de sensibilidade”, dando abertura para que outros regimes sensíveis se tornem possíveis, na irrupção de novos modos de ser, perceber e atuar no mundo. De acordo com Rancière, práticas artísticas são modos de criar que atuam tanto nas maneiras de fazer quanto nas suas relações com modos de ser e de ser visto.

Antes mesmo da prática existencial efetiva do cotidiano, é no atravessamento das experiências estéticas que a arte proporciona – seja no convite da literatura, na identificação com os personagens do drama, diante de uma instalação, ou gingando o corpo com a dança e a música – que se criam novas comunidades de enunciação. É nesse ambiente comum, proporcionado pela experiência artística na coletividade, nessa atmosfera criativa, que processos de subjetivação **disruptivos** são ensaiados e enunciados, embaralhando as formas de partilha do sensível já conhecidas, desafiando, assim, os modos de ser e estar no mundo. Primeiro em cena, na tela, nos acordes e depois na vida.

Rob Dobi. *Turmoil paint*, c. 2024. Óleo sobre tela.



Rob Dobi

GLOSSÁRIO

Disruptivo: o que tem capacidade para alterar, que interrompe o curso normal, provocando rupturas.

Aliás...

Quanto à relação entre arte e política, ver Capítulo 12, “Arte e activismos”.

Arte como *mimesis* e representação

Na Filosofia, há uma concepção de arte que a entende como uma espécie de janela cognitiva, ou ainda, um objeto cuja função é tão somente remeter a outra coisa, revelando algo que, na ordem das razões, justificaria a sua existência. Enquanto objeto singular constituído por determinado conjunto de características sensíveis, a obra de arte teria um estatuto irrelevante e transparente (vê-se através dela).

© Magritte, René / ALTYVIS, Brasil, 2024.
alg-images/Album/Fotorena



Obra do artista René Magritte, *Isto não é um cachimbo*, 1929.

Assim, na interseção entre Filosofia e Arte, esta seria entendida como representação da natureza, com base em uma trajetória ocidental que remontaria ao conceito de arte como *mimesis* (imitação/reprodução), na Grécia Antiga. O pintor francês René Magritte (1898-1967) brinca com isso em suas obras, como a da imagem desta página, intitulada *Isto não é um cachimbo*: inscrição presente logo abaixo da pintura idêntica a um cachimbo. Ainda que idêntico, não é um cachimbo, mas sim a representação de um cachimbo em uma obra artística figurativa.

O (des)serviço da arte segundo Platão

A obra do filósofo grego Platão é diversa e apresenta várias perspectivas da arte. A perspectiva mais recorrente na estética e na filosofia da arte provavelmente é a apresentada no Livro X, do diálogo *A República*. Nesse livro, consolida-se a famosa (e infame) “expulsão dos poetas” da cidade “ideal” que os personagens elaboram no diálogo. Mas por que os poetas são expulsos dessa cidade?

A questão principal é a educação na constituição de uma cidade justa e boa e, nela, o papel da poesia e da arte em geral. A parte que nos interessa se baseia numa versão da “teoria das ideias”: a cada nome comum a várias coisas relacionamos uma ideia. Ainda que existam muitas camas que podemos ver e tocar, a palavra se refere, primeiramente, à ideia de cama, que não seria obra humana, mas divina. A ideia, única, não poderia ser percebida com os sentidos, mas sim com o pensamento. Assim, os marceneiros fabricariam as camas particulares pensando nessa ideia de cama e sua semelhança seria perceptível, porém, sempre imperfeitas, nunca se identificariam completamente com a ideia e sua perfeição.

E onde entraria o poeta? Ele é introduzido por meio de uma analogia com o pintor. Quando uma pintura reproduz o que vemos, ela “imitaria” o modo como essas coisas aparecem, sem precisar conhecer a ideia delas. Essa reprodução/imitação é chamada em grego de *mimesis*. A reprodução pode ser tão fiel que podemos achar — mesmo que por pouco tempo — que estamos diante das próprias coisas. Mas aqui estaríamos três graus afastados da verdade, uma vez que a imitação não apresentaria a ideia de cama, nem uma das várias camas particulares, mas uma terceira coisa: a aparência (não raro enganosa) de uma cama. Um processo similar se daria na poesia, base da educação grega: os poetas imitariam apenas a aparência das coisas de que falam.

Com base nessa concepção de arte como *mimesis* (imitação/reprodução), Platão afirma: “não admitir, em caso algum, o quanto nela for imitação [...] todas as obras do gênero arruinam, segundo parece, o entendimento dos ouvintes, quando não possuem o antídoto, isto é, o conhecimento do que elas são realmente”². Desse modo, condena o artista por ser um imitador: os poetas escrevem sobre o que desconhecem, os pintores pintam imitações do que veem. Assim, reconhecendo o potencial da arte de influenciar as pessoas por meio de suas obras, o filósofo também condena a arte (poesia e pintura), por estar três graus distante da ideia (verdade), o que poderia confundir o processo de conhecimento.

Aliás...

Saiba mais sobre a teoria das ideias no texto de Platão *Alegoria da caverna*, apresentado no Capítulo 7, “Educação para quem? Para quê?”.

² GUINSBURG, J. (org.) *A República de Platão*. São Paulo: Perspectiva, 2018. p. 373-374.

O ser humano aprende por imitação

O filósofo Aristóteles, discípulo de Platão, também concebe a arte como *mimesis*, mas a valoriza justamente por ser imitação. Ele afirma, em sua teoria da arte, que a imitação, a reprodução, seria algo inato ao ser humano. Assim, os objetos artísticos auxiliariam, como as demais experiências, no processo de produção de conhecimento. “[...] O imitar é congênito no ser homem [*antropos*] (e nisso difere dos outros viventes, pois, de todos, é ele o mais imitador, e, por imitação, aprende as primeiras noções), e os homens se comprazem no imitado”.

Em vez de condenar a arte e sua influência para a vida, Aristóteles dá especial atenção a essa capacidade política da arte na *pólis* (cidade), de ser formativa, já que o ser humano aprende por imitação. Desse modo, o filósofo valoriza a função de poeta mais que a de historiador, aproximando poesia e filosofia.

[...] não é ofício de poeta narrar o que aconteceu; é, sim, o de representar o que poderia acontecer, quer dizer: o que é possível segundo a verossimilhança e a necessidade. Com efeito, não diferem o historiador e o poeta por escreverem verso ou prosa [...] – diferem, sim, em que diz um as coisas que sucederam, e outro as que poderiam suceder. Por isso a poesia é algo de mais filosófico e mais sério do que a história, pois refere aquela principalmente ao universal, e esta o particular.

ARISTÓTELES. *Poética*. São Paulo: Abril Cultural, 1979. p. 249.

No seu livro *Poética*, Aristóteles analisa a função de algumas linguagens artísticas dramáticas, que se valem da representação cênica de personagens, como o teatro (hoje também o cinema): “[...] a tragédia é a imitação de uma ação e se executa mediante personagens que agem e que diversamente se apresentam, conforme o próprio caráter e pensamento [...]”.

Ao imitar personagens humanos desenvolvendo ações, esses gêneros dramáticos teriam especial relevância no processo formativo, pois causariam fácil identificação por parte do público, ao se reconhecer na cena. Aristóteles cita, desses gêneros, a comédia, mas principalmente a tragédia, como arte superior. “[...] A tragédia [é] imitação de uma ação de caráter elevado, completa e de certa extensão, em linguagem ornamentada [...] não por narrativa, mas mediante atores, e que, suscitando o ‘terror e a piedade, tem por efeito a purificação dessas emoções’”.

Assim, a tragédia, em especial, teria a função de estabelecer um certo controle social, objetivando um equilíbrio interno de forças na *pólis*, evidenciando a importância, para a vida comunitária, da vida singular. Isso ocorreria por meio do efeito da catarse, que se dá no ser humano por reconhecimento/empatia, fazendo-o purgar os sentimentos de terror e piedade. Esses sentimentos poderiam ser suscitados pela convivência com as catástrofes que assolam a vida humana, abrindo prerrogativa para laços de solidariedade política, impondo riscos à ordem social aristocrática e escravagista. “É, pois, necessário que um mito bem estruturado [...] não passe da infelicidade para a felicidade, mas, pelo contrário, da dita para a desdita; e não por malvadez, mas por algum erro de uma personagem, a qual, como dissemos, antes propenda para melhor do que para pior”.

Desse modo, as catástrofes, reproduzidas em cena, com a maior verossimilhança possível (efeito de verdade), criariam uma identificação do espectador com os personagens. Ao se compadecer com o enredo no drama, o cidadão conseguiria purgar de si mesmo, por meio do efeito catártico, possíveis revoltas e tristezas por **peripécias** na sua própria vida ou de pessoas reais: “[...] porque a piedade tem lugar a respeito do que é infeliz sem o merecer, e o terror, a respeito do nosso semelhante desditoso. [...]”.

Não à toa, os poetas tinham grande valor na sociedade grega antiga e as apresentações das tragédias (geralmente seguidas de alguma comédia) eram verdadeiros acontecimentos, que uniam toda a cidade em um momento de desfrute artístico e congregação política. O efeito catártico, teorizado por Aristóteles, é muito utilizado até hoje em espetáculos cênicos e, principalmente, em novelas e filmes.



Hulton Archive/Keystone/Getty Images

Criança imitando o modo de os adultos caminharem, 1972.

GLOSSÁRIO

Peripécia: momento da narrativa em que o curso dos acontecimentos se altera de maneira inesperada.

A arte não representa, mas apresenta o real

A ideia de forma artística como representação, imitação ou figuração das formas existentes no mundo (objetos, animais, pessoas, paisagens, entre outros) teve prevalência na cultura ocidental até o século XX, e balizou parte significativa das teorias filosóficas a respeito da arte. De acordo com o historiador da arte italiano Giulio Argan (1909-1992), em seu texto *Arte e crítica de arte* (1988), a ruptura, ou viragem, desse paradigma ocorre com o advento do abstracionismo, que prioriza formas abstratas sem equivalentes diretos na realidade concreta.



Wassily Kandinsky. *Amarelo-vermelho-azul*, 1925. Óleo sobre tela, 1,28 m × 2,01 m.



Muito embora pinturas com formas abstratas já existissem há séculos em diversas culturas indígenas, foi a crise da figuração, no interior da arte ocidental, que abriu uma série de novos problemas que dificilmente são satisfeitos com a colocação convencional das questões feitas pelos cânones filosóficos, representados por figuras como Platão, por exemplo. O pintor suíço abstracionista Paul Klee (1879-1940), no seu texto *Confissão criadora* (2001), diz que a arte não reproduz o visível, mas torna visível. Em certa medida, essa posição é emblemática na rearticulação da relação arte/aparência, arte/verdade.

Para romper com a relação estabelecida entre arte e aparência por alguns sistemas estéticos, o filósofo francês Alain Badiou (1937-) recusa o próprio termo “estética”, adotando a palavra “inestética” para designar uma disciplina filosófica voltada para a arte e entendida como produtora de verdades em obra.

Perfil

Elvira Espejo Ayca

Elvira Espejo Ayca (1981 -) é uma *multiaartista* boliviana. Nascida na região de Ayllu Qaqachaka, província de Avaroa, Oruro, na Bolívia, Elvira se tornou uma narradora da tradição oral do seu território de origem. A arte de narrar, como quem tece, também está presente no seu trabalho de tecelã. A tecelagem opera um papel importante nas comunidades tradicionais, mantendo viva a iconografia e os costumes que marcam a cultura de cada região. Em muitos tecidos o cotidiano da cidade é apresentado: danças populares, hábitos alimentares e padrões estéticos. A tecelagem é uma tradição transgeracional e autodidata que se faz por observação das práticas dos mais velhos. Imerse na cultura da arte tecelã, Elvira estudou Belas Artes na Academia Nacional de Belas Artes Hernando Siles. Em 2013, foi nomeada diretora do Museu Nacional de Etnografia e Folclore em La Paz. Elvira é ainda documentarista e poeta. Como poeta, publicou *Phaqar Kirki-T'ikha Takiy Takiy – Canto a las Flores* (2006). Com esse livro, ganhou o prêmio de poeta internacional no quarto Festival Mundial de Poesia Venezuelana, em 2007. Em 2020, foi reconhecida com a Medalha Goethe, devido ao intercâmbio cultural entre América do Sul e Europa. É autora e coautora de várias publicações, dentre elas: *Los Andes desde el textil* (2007), *Ciencia de las mujeres* (2010), *El Textil Tridimensional: el Tejido como Objeto y como Sujeto* (2013). Recebeu o primeiro prêmio de Promoção da Criação Nativa na Literatura, Especialidade Poesia, no âmbito do V Festival de Arte Sur Andino Arica Barroca Chile (2018). Oferecendo contribuições decisivas para o debate contrarcolonial, Elvira denuncia a divisão da arte que hierarquiza e coloniza por meio de uma ideia de educação universal.



Elvira Espejo Ayca.

A razão separada da sensibilidade



Mulher indígena peruana tecendo pano feito com lã de alpaca, artesanato tradicional peruano. Chinchero, Peru, 2024.

No livro *Yanak Uywaña: a criação mútua das artes*, a artista e pensadora Elvira Espejo Ayca apresenta reflexões acerca da concepção de arte indígena. Seguem alguns trechos selecionados do material:

Vou abordar o tema que preparei para que possamos viajar juntos. Eu o chamei *yanak uywaña*, ou criação mútua das artes. Vem de uma reflexão de trabalho com comunidades têxteis do estado de Oruro, nos Andes bolivianos. Eu me preparei, primeiro como artista na comunidade, e depois nas universidades. O período nas universidades foi muito complexo, porque nos encucam estes conceitos de constante separação: razão e sensibilidade, arte e ciência, sujeito e objeto, sociedade e natureza. Como ameríndios, fazemos toda uma absorção da teoria da arte que viajou, ao longo do tempo, desde a Grécia até a América Latina, passando também pelo europeu e pelo estadunidense, e que gerou toda uma estrutura de conhecimentos piramidal.

A grande pergunta quando começamos a trabalhar nas comunidades foi: como nós entendemos as artes? Pois muita gente dizia, desde a sua concepção, que a arte existe por todo lado. Meus docentes na academia (universidade) diziam que nós não temos arte, que produzimos artesanato e objetos arqueológicos. E isso me incomodou muito, porque, na realidade, nas comunidades diziam: toda comunidade tem sua forma de expressão artística. Assim, não é que não temos, nós temos; o problema é que não estar nos mesmos parâmetros. Isso me fez pensar e repensar, e me fez questionar. E o que me impressionou é que para nós a razão e a sensibilidade não se separam.

Estão muito conectadas e existem até termos para isso: *uywaña*, em aymara, e *uyway*, em quechua, que significam 'criação mútua'. A criação mútua gera uma conectividade bem grande. Como exemplo temos as matérias-primas. Sem as matérias-primas, a arte não existe. Para as tecelãs, os tecelões, as ceramistas e os escultores, a matéria-prima é muito importante. A *uywaña* não é, como dizem os arqueólogos e os historiadores, a domesticação, o domínio do homem sobre a terra e a natureza. Esse é um domínio machista, que não temos nas comunidades. O termo que temos é essa criação mútua dos cuidados máximos. [...]

Yanak uywaña, ou criação mútua dos bens, pode ser das artes e dos objetos, que são sujeitos. [...] E o objeto, que na terminologia aymara e quechua se diz sujeito, sofre a necessidade de cuidados: que não pegue muito sol, por exemplo, e se pega, é necessário fazer reforços. [...] E essas criações mútuas podem deslocar-se em diferentes dimensões: uma paisagem, um território, utensílios, acessórios. Não dizemos que essa coisa é minha, como um objeto morto, dizemos que é um sujeito que nos cuida e que nós cuidamos dele.

AYCA, Elvira Espejo. A razão separada da sensibilidade. In: AYCA, E. E. *Yanak Uywaña*. La crianza mutua de las artes. La Paz: Programa Cultura Política, 2022. p. 5-6; 8-9.

1. Explique, com as suas palavras, o que a autora identifica como criação mútua.
2. Você vê alguma diferença entre a noção de "objeto" utilizada no texto e o modo habitual de entender "objeto" no seu dia a dia? Justifique.



Gosto se discute?

Ao longo da história da Filosofia, a problemática do gosto não tinha papel de destaque no contexto das concepções de estética. David Hume (1711-1776), filósofo escocês, em seu livro *Do padrão do gosto* (1757), apresenta a teoria de que o gosto contempla uma possível resposta a um problema que foi apontado a partir do século XVIII: saber se o belo é um sentimento objetivo ou subjetivo.

Esse problema promoveu um debate vigoroso entre as teorias subjetivas e objetivas no campo das reflexões estéticas. A diferença entre as duas posições se refere a como nós percebemos e avaliamos as obras de arte. A primeira posição defende a ideia de que a experiência estética é pessoal e diz respeito a cada indivíduo; a segunda, defende a ideia de que a beleza da obra de arte se encontra nela mesma com total independência do sujeito. Hume se colocou de forma contrária às tendências estéticas subjetivas e objetivas. Ele assumiu para si a tarefa filosófica de enveredar pela busca do padrão de gosto, inicialmente, afirmando a existência da variação de gostos no mundo. “É natural que procuremos encontrar um *padrão de gosto*, uma regra capaz de conciliar as diversas opiniões dos homens, pelo menos uma decisão reconhecida, aprovando uma opinião e condenando outra”³.

A categoria encontrada por Hume para fundamentar um padrão de gosto que não estivesse submetido nem à vertente subjetivista nem à objetivista, foi a de “delicadeza do gosto”. Ela articula a relação entre os seres humanos e a arte de forma autêntica. A delicadeza do gosto não é mostrada como uma mera capacidade sensorial para que o belo possa ser apreciado por alguns sujeitos que fazem parte de uma elite estética. A referida delicadeza ultrapassa a mera agradabilidade, ou seja, ao não se reduzir às percepções agradáveis dos seres humanos, ela expande a universalidade de todos os indivíduos, já que os gostos se revelam abertos e propensos ao consenso.

Essa delicadeza não é uma capacidade sensorial, mas, na realidade, é uma capacidade que relaciona o entendimento ao sentimento do gosto. Entretanto, Hume deixa bastante claro que a razão não é considerada parte essencial do gosto, distinguindo os dois sentidos dessa capacidade. Em relação ao primeiro sentido atribuído à delicadeza – que é o do senso apurado do espírito – ele só pode ser adquirido com a prática constante da contemplação dos objetos de arte que se propõe à experiência estética. A constância de apreciação dos objetos artísticos possibilita o aprimoramento do espírito, uma vez que o coloca em condições favoráveis para o sentimento do belo, proporcionado pela contemplação da obra de arte.

Já o segundo sentido, referente à fragilidade da natureza humana, diz respeito ao fato

de que ela, ao ficar exposta às interferências internas e externas, pode perder o gosto e, dessa forma, favorecer a perturbação ou desestruturação da experiência consensual. Segundo Hume, o belo consiste num sentimento que precisa estar alicerçado no consenso, justamente por não se tratar de uma experiência particular, mas sim universal, buscando uma fórmula única e homogênea.



Representação de duas pessoas com conteúdos distintos advindos de si, uma relacionada aos traços precisos e geométricos, outra vinculada às imprecisões das manchas de tinta.

³ HUME, David. *Do padrão do gosto*. 3. ed. In: *Ensaios morais, políticos e literários*. São Paulo: Abril Cultural, 1984. p. 318.

Belo e sublime

O filósofo alemão Immanuel Kant (1724-1804), em sua obra *Crítica da faculdade do juízo* (CJ), também dedica-se ao campo da “Estética”. O conceito de Estética, nessa obra, refere-se à **crítica do gosto**, ao passo que em outros textos, como a *Crítica da razão pura*, significa a **ciência de uma sensibilidade a priori**.

Kant pensa a arte e a beleza predominantemente com base na noção de juízo estético, isto é, tendo como foco a análise da recepção feita pelo espectador e não o viés da consideração do artista e do ato de criação. Todavia, isso não significa que a avaliação acerca do belo seja algo de ordem pessoal ou parcial para o filósofo. Antes, trata-se de uma teoria do gosto constituída por bases universais:

Sua análise dos juízos do belo na “Analítica do belo” mostra que eles não se coadunam com as explicações subjetivas ou objetivas de beleza. Os juízos do belo são definidos negativamente em CJ, de acordo com a tábua de categorias como: (qualidade) aquilo que “apraz sem interesse algum” [...]; quantidade aquilo que “apraz universalmente” sem um conceito [...]; (relação) a “forma de finalidade num objeto ... percebida nele independentemente de representação de um fim”; e (modalidade) aquilo que, sem conceito, é o objeto de uma “satisfação necessária” [...].

CAYGILL, Howard. *Dicionário Kant*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. p. 46.

Isso significa que, na estética kantiana, se determinado conteúdo sensível tivesse uma função ou servisse para exercer alguma tarefa, já não poderia ser entendido como belo, mas como agradável. Da mesma forma, a presença de algum conceito na consideração do objeto faria com que o belo fosse convertido em racional. Por essas razões, seria mais simples encontrar a beleza na natureza que nos objetos de arte, uma vez que o belo é produzido pela natureza de maneira involuntária e de forma espontânea, sem finalidade.

Kant estabelece diferenças entre as sensações de belo e de sublime. De modo geral, o belo está em relação efetiva ao objeto sensível e suas características. Nessa experiência, há uma coincidência entre a forma do objeto e seu conteúdo, apreendido em uma harmonia entre o entendimento e a imaginação.

O juízo de gosto ‘é belo’ exprime no espectador um acordo, uma harmonia de duas faculdades: imaginação e entendimento. Com efeito, se o juízo de gosto se distingue do juízo de preferência, é porque ele pretende uma certa necessidade, uma certa universalidade a priori.

DELEUZE, Gilles. *A filosofia crítica de Kant*. Lisboa: Edições 70, 1963. p. 2.

O sublime, por sua vez, é narrado como sendo da ordem de uma comoção, tal como uma emoção violenta. São sentimentos como entusiasmo, terror e medo. Associa-se o sublime à experiência da razão em conflito, na contradição entre suas exigências e a potência da imaginação, diante de um conteúdo que a desafia:

O verdadeiro sublime não pode estar contido em nenhuma forma sensível, mas concerne somente a ideias da razão, que, embora não possibilitem nenhuma representação adequada a elas, são avivadas e evocadas ao ânimo precisamente por essa inadequação, que se deixa apresentar sensivelmente.

KANT, Immanuel. *Crítica da faculdade do juízo*. Tradução: Valério Rohden e Antônio Marques. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 91.

Assim, o sublime abre o ilimitado, o grandioso, algo que atravessa o ser humano por sua intensidade e que não é adequadamente representado pela razão. Essa intensidade não calculável suplanta o ser humano em poder e extensão. A ruptura com o cotidiano banal, que o sublime provoca, é entendida como uma possibilidade de expansão da experiência humana com o real, relacionando nossa imaginação e a razão na forma de um desacordo.

Para Immanuel Kant, um tornado é algo sublime.



LeStudio/Shutterstock.com

GLOSSÁRIO

A priori: antes e independente da experiência.

Indústria cultural: modulações da arte em escala massiva

Grzegorz Czapski/Shutterstock.com



Itens de escritório com a representação da *Mona Lisa*, famosa obra de Leonardo da Vinci, de 1503, em suas estampas. A produção de objetos em escala industrial que levam impressões de obras de arte é um dos aspectos da indústria cultural.



Video
Indústria cultural

Tem sido tema de discussão filosófica a escala massiva na produção artística e cultural, com impactos no convívio político-social. O desenvolvimento de novas tecnologias permitiu a reprodução em massa de obras de arte, reduzindo a arte à mercadoria, tal qual qualquer outro objeto produzido na linha de montagem industrial. O filósofo italiano Umberto Eco (1932-2016) identifica duas principais linhas, em abordagens opostas, para esse debate da Filosofia da Arte. O primeiro grupo, nomeado como **apocalíptico**, seria composto de filósofos que enxergam de modo pessimista o fenômeno da influência da indústria e das tecnologias de produção em massa na arte, significando uma espécie de fim da arte, com o declínio do sentido e do valor cultural das suas obras. O segundo grupo, dos **integrados**, já seria mais otimista, apostando que pode haver aspectos positivos, em meio às inegáveis transformações na obra de arte e no fazer artístico com base na criação e preponderância dos meios de comunicação em massa (rádio, cinema, tv e, nos dias de hoje, a internet).

O termo **indústria cultural** teria sido criado pelos filósofos alemães Theodor Adorno (1903-1969) e Max Horkheimer (1895-1973) para expressar as relações cada vez mais intrínsecas entre a indústria e o fazer artístico-cultural. Criticaram a subordinação da arte à lógica industrial-capitalista de produção em larga escala, que inclui padronização dos produtos e consumo massificado, visando principalmente ao lucro. Nessa lógica, a realização cultural deixa de ser um instrumento de crítica para transformar-se em mais uma mercadoria, cujo valor principal seria monetário.

Há certa “visão de mundo” que foi fomentando o ambiente adequado para o surgimento da indústria cultural, propiciado pela falência do movimento conhecido como “iluminismo”, ou “esclarecimento”, no século XVIII. O objetivo desse projeto era emancipar o ser humano de crenças e dogmas limitadores, a partir daquilo que o caracterizaria: a razão. Contudo, a razão, que se queria emancipatória, se transformou em razão instrumental, se tornando mero instrumento de dominação, ou seja, uma razão que não pensa os valores com base nos quais opera.

A indústria cultural é um importante instrumento dessa razão instrumental, ou razão técnico-científica, pois é por meio dela que, mesmo os momentos de lazer do(a) trabalhador(a), são preenchidos pela lógica da indústria, do consumo e do entretenimento (“**entre-ter**” o cidadão **entre** os turnos do trabalho, capturando sua criticidade com hiperestímulos). O entretenimento, na captura do tempo livre (o tempo do ócio criativo), bem como a ideologia aí difundida, inibe a reflexão crítica e a possível insatisfação com a lógica do controle, do domínio e da exploração. Mantêm-se, assim, as pessoas alienadas de sua condição.

O filósofo alemão Walter Benjamin (1892-1940) já defenderia uma posição mais integrada, segundo Umberto Eco, ressaltando uma maior democratização no acesso às obras de arte a partir do advento de sua reprodutibilidade técnica. Ainda que Benjamin reconheça, sob a indústria cultural, a perda do traço de autenticidade da obra de arte – que ele nomeia como **aura** (aquilo que a faria ser um objeto artístico único) –, ele também afirma o potencial que isso abre para rupturas e inovações.

O que se atrofia na época da reprodutibilidade técnica da obra de arte é a sua aura. [...] Na medida em que multiplica a reprodução, ela substitui a sua aparição singular pela sua aparição em massa. E na medida em que ela permite à reprodução vir ao encontro do receptor em cada situação, ela atualiza o que é reproduzido. Esses dois processos conduzem a um violento abalo do que é transmitido – um abalo da tradição, que é o outro lado da atual crise e renovação da humanidade. Eles se encontram em íntima relação com os movimentos de massa de nossos dias.

BENJAMIN, Walter. *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica*. Porto Alegre: L&PM, 2018. p. 53.

Embora a reprodutibilidade técnica da arte possa desfigurar a aura e a singularidade das obras, para Benjamin ela também abre portas para novas possibilidades de democratização e inovação cultural. A transformação da arte em algo amplamente acessível e distribuído não deve ser vista como uma perda, mas como uma oportunidade para reimaginar e revitalizar a experiência estética e a prática artística. O enfraquecimento da aura da obra de arte pode ser interpretado como uma ruptura com tradições estabelecidas, permitindo uma nova configuração na relação entre espectador e obra, e sugerindo que a crise provocada por essa mudança é, na verdade, uma chance para uma renovação profunda do campo artístico e cultural.



Małgorzata Falkowska/Shutterstock.com

Peças produzidas em larga escala, reproduzindo a imagem da deusa Vênus, inspiradas na obra *O nascimento de Vênus*, de Sandro Botticelli, criada no século XV.

Para ampliar

Leia

A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica, de Walter Benjamin (L&PM, 2018). Publicado originalmente em 1935, o texto analisa o impacto da fotografia e do cinema na percepção estética e na função cultural das obras de arte, questionando as mudanças na experiência e no valor artístico na era da reprodução em massa. Benjamin argumenta que a reprodutibilidade técnica altera a relação entre a obra e o espectador, desafiando noções tradicionais de originalidade e autenticidade.



L&PM Editores

Arte pós-histórica

Você já imaginou chegar a uma exposição de arte e encontrar lá um objeto comum, como uma pá ou um mictório? Seria surpreendente que esses objetos estivessem colocados no lugar onde *deveria* haver uma obra de arte? Mais inusitado ainda seria se esses objetos fossem entendidos como a obra de arte? Foi exatamente isso que ocorreu com os trabalhos do artista francês Marcel Duchamp (1887-1968), que declarou ter sempre evitado produzir qualquer forma no sentido estético, que produzisse algo como um “bom” ou “mau” gosto. Para o artista, o gosto é apenas a repetição de uma coisa já aceita.

O filósofo e crítico de arte estadunidense Arthur Danto (1924-2013) dedicou boa parte de sua vida a pensar como é possível que dois objetos sejam idênticos e apenas um deles seja considerado arte. Em outras palavras, seu foco foi investigar o que é arte; ou, ainda, o que faz com que coisas do cotidiano, como a pá, *possam* ser, de algum modo, obras de arte.

Para ampliar

▼ Acesso

Cultura Genial - 6 obras de arte para entender Marcel Duchamp e o dadaísmo.

A matéria apresenta seis obras de Duchamp que são fundamentais para compreender a obra do artista e o movimento dadá. Disponível em: <https://www.culturagenial.com/marcel-duchamp/>. Acesso em: 26 set. 2024.

© Association Marcel Duchamp / AUTVIS, Brasil, 2024. akg-images/Album/Fotorena



Marcel Duchamp.
Antecipação ao Braço Quebrado (In Advance of the Broken Arm), 1964.
Pá de neve de madeira e ferro galvanizado, 1,32 m.

GLOSSÁRIO

Pop-art: também conhecido como *Popular Art*, foi um movimento artístico surgido na década de 1950.

Segundo Danto, com a **pop-art** a História da Arte chegaria ao fim, e isso ocorreria porque a arte então teria compreendido a si mesma. Inspirado pelo filósofo alemão Hegel (1770-1831), Danto entende que a Arte Contemporânea é a arte pós-histórica: um trânsito plural entre os estilos sem qualquer direção a cumprir. Nesse período, as obras de arte não cessam de aparecer, mas já não possuem significância histórica.

Para o filósofo, o que caracteriza a História da Arte no Ocidente é o sentido de progresso que a orientaria na direção de um autoconhecimento. Nessa direção, haveria uma dimensão histórica incontornável na definição de arte de cada época.

Essa dimensão histórica do ganho progressivo da definição de arte se fez ao longo dos séculos por meio de distintos estilos e escolas de produção artística que se sucediam em direção a uma meta comum: compreender a si mesma, realizando sua natureza filosófica. Segundo essa interpretação, o que se revela é que os objetos de arte são significados incorporados nos elementos materiais/formais que os compõem. Essa relação entre a materialidade e os conteúdos é perpassada por interpretações históricas localizáveis. Danto afirma que obras de arte são significados incorporados que, por sua vez, são gerados necessariamente de modo relacional, o que envolve, inclusive, a interpretação do artista acerca do seu trabalho.

Nessa posição, fica evidente também o equívoco que Danto aponta na Estética: ela esteve ocupada, predominantemente, em tentar definir a arte por suas propriedades visíveis, como a equivalência ótica na arte figurativa ou a beleza. Mas, a História da Arte mostrou que a artisticidade está na consideração de elementos relacionais, vaporizando, assim, o objeto da arte formalmente considerado.

O conceito de estética para Arthur Danto

O filósofo e crítico de Arte Arthur Danto problematiza o conceito de Estética e seus objetivos na relação com os objetos de arte.

O futuro da estética

[...] E as/os filósofas/os da arte, que têm a fama de terem se concentrado quase exclusivamente em “como definimos uma obra de arte e no papel desempenhado pelas instituições do mundo da arte nessa definição”, agora perguntam se não perderam de vista “o que é importante acerca da arte”, identificando essa importância com a estética. A questão que me interessa é: qual será o impacto de restaurar o papel prioritário que supostamente era atribuído à estética?

Entendo a estética como a maneira como as coisas se mostram, juntamente com as razões para preferir uma maneira de se mostrar em relação a outras. [...] Sempre há motivos para preferir uma aparência a outras. Enquanto houver diferenças visíveis na aparência das coisas, a estética é inevitável. [...]

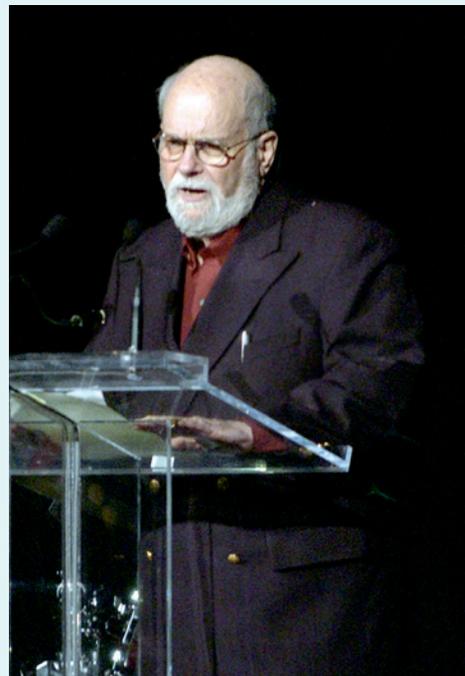
O problema, como eu o via — e ainda o vejo —, inicialmente surgiu para mim com Warhol e suas *Brillo Boxes*, tão parecidas visualmente com as caixas nas quais as Brillo eram transportadas da fábrica para os armazéns e supermercados que a questão sobre a possibilidade de distingui-las foi aguçada — o que eu compreendi como sendo a questão de distinguir arte de realidade. Quero dizer, distingui-las não epistemologicamente, mas ontologicamente — mais cedo ou mais tarde alguém descobriria que uma era feita de madeira compensada e a outra não. A questão era se a diferença entre arte e realidade poderia consistir nessas diferenças detectáveis. Eu acreditava que não, mas, desde o início, minha estratégia era descobrir como poderia haver diferenças que não fossem perceptivas. Eu pensava que deveria haver uma teoria da arte capaz de explicar a diferença. [...]

[...]

Grosso modo, minha definição tinha dois componentes principais: algo é uma obra de arte quando tem um significado — é sobre alguma coisa — e quando esse significado está incorporado na obra — o que geralmente significa: está incorporado no objeto que constitui materialmente a obra de arte. Resumidamente, minha teoria é que obras de arte são significados incorporados. Por causa de obras como a *Brillo Box* de Warhol, eu não poderia afirmar que a estética faz parte da definição de arte. Isso não é negar que a estética faz parte da arte! Ela certamente é uma característica das caixas de Brillo enquanto peças de arte comercial. [...] Contudo, também é falso afirmar que a estética seja o objetivo das artes visuais. [...] A estética passou a fazer parte dos objetivos da arte no Renascimento, e então, quando ela foi realmente descoberta, no século XVIII, os principais atores puderam sustentar que o objetivo da arte era produzir prazer. Uma vez que a arte era tomada como imitação, seu objetivo era trazer aos olhos do espectador aquilo que era esteticamente agradável no mundo — pessoas, cenas e objetos belos. [...] Mas se a estética não é o objetivo da arte, qual é o objetivo da estética?

[...] Não quero negar que possa haver arte cujo objetivo é estético. Ainda não pretendo oferecer exemplos disso, mas posso dizer que a maior parte da arte sendo feita hoje não tem como objetivo principal gerar experiências estéticas. E não acredito que esse tenha sido o objetivo principal da maioria da arte feita ao longo da história da arte. Por outro lado, existe, indiscutivelmente, um componente estético em muita arte tradicional e em alguma arte contemporânea. [...] Mas pode ser, ou melhor, acredito ser verdade que, quando há um componente estético intencional na arte, ele é um meio para o objetivo dessa arte. E certamente vale a pena estar filosoficamente atento a isso, mesmo que a estética não faça parte da definição de arte.

DANTO, Arthur. O futuro da estética. *Estado da Arte*. São Paulo, 30 nov. 2020. Disponível em: <https://estadodaarte.estadao.com.br/arte/danto-estetica-relicario/>. Acesso em: 9 ago. 2024.



Dimitrios Kambouris/WireImage/Getty Images

Arthur Danto. Nova York, Estados Unidos, 2003.

1. Explique a concepção de Estética apresentada no texto.
2. Qual é a definição de arte segundo o autor? Você concorda? Justifique sua resposta.





Como seria o seu museu?

O livro *A história da arte sem homens*, lançado em 2022, pela historiadora londrina Katy Hessel, nasce da constatação feita pela autora de que a obra de referência *A história da arte*, de Ernst Gombrich, lançada em 1950, só cita artistas mulheres a partir da sua 16ª edição. Segundo Katy, esse apagamento criminoso precisava ser reparado.

Movidas pela mesma indignação, em 1984, um grupo de mulheres anônimas chamado *Guerrilla Girls* inicia um trabalho de conscientização acerca da desigualdade de gênero nos circuitos de arte e nos museus. Em 2017, o Museu de Arte de São Paulo (Masp) realizou uma exposição com 116 trabalhos do grupo. Seus cartazes denunciavam a misoginia e o sexismo no mundo da arte.



Guerrilla Girls. *As mulheres precisam estar nuas para entrar no Museu de Arte de São Paulo?*, 2017. Impressão digital sobre papel, 32 cm × 73 cm.

© Guerrilla Girls, cortesia guerrillagirls.com

Proposta: Criar o museu da turma

Como seria o seu museu?

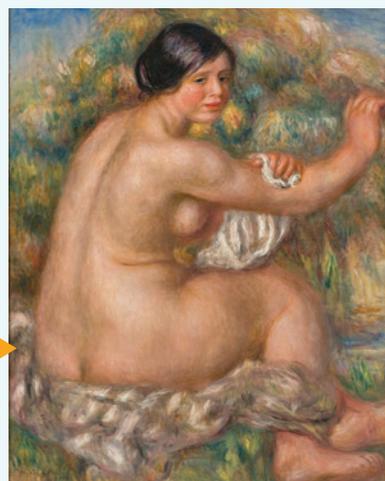
Converse com os colegas e identifiquem quais são as pessoas que possuem seus trabalhos presentes nos diversos espaços de circulação de arte, incluindo a literatura, o cinema, as novelas e as exposições em museus. Procure identificar quais são os corpos excluídos desse circuito comercial.

O(a) professor(a) pode organizar a turma para uma visita de campo a algum museu de sua cidade para que possam enriquecer a pesquisa.

Com base nessa reflexão e na visita ao museu, formem grupos de até três estudantes e pesquisem artistas e trabalhos de arte produzidos pelas pessoas que os grupos identificaram como apagadas desses espaços. Por fim, organizem uma exposição na escola com as imagens dos trabalhos desses artistas e agendem um dia para a inauguração da exposição, aberta a toda a comunidade escolar.

Pierre-Auguste Renoir. *Banhista enxugando o braço direito (grande nu sentado)*, 1912. Óleo sobre tela, 93 cm × 74 cm.

A obra de Pierre-Auguste Renoir, um dos maiores nomes do movimento impressionista francês, é uma das inúmeras pinturas que retratam mulheres nuas no acervo do Museu de Arte de São Paulo (Masp). A crítica feita pelas artistas do *Guerrilla Girls* propõe uma reflexão sobre o lugar da mulher dentro dos museus de artes ao redor do mundo.



Museu de Arte de São Paulo, SP

Para retomar



1. Leia o texto a seguir.

A arte sempre foi motivo de inquietação para os filósofos. Na *República*, Platão a denunciou como mera imitação. Para Hegel, a arte estava subordinada à Filosofia: em 1828, escreveu que a arte “em sua mais alta

vocação, é e será para sempre uma coisa do passado para nós”. Mais recentemente, em 1984, o professor de filosofia Arthur C. Danto anunciou o “fim da arte”.

Mas não queria dizer com isso que os artistas tivessem deixado de produzir; antes, estava se referindo ao

fim da história da arte. Durante boa parte dessa história, os artistas — dos escultores helenistas aos pintores acadêmicos realistas franceses do século XIX — se empenharam na representação realista do mundo. Porém, com o advento do Modernismo, o realismo passou o bastão adiante, dirigindo-se rapidamente a seu desfecho — as pincladas se tornaram visíveis e enfáticas, a cor passou a denotar mais expressão do que autenticidade, e as figuras tornaram-se cada vez mais esboçadas e cruas até não restar nada além da pura abstração. Nos anos 1980, contudo, essa progressão linear foi abruptamente interrompida à medida que o mundo da arte ingressou em uma nova era, pluralista. Esta se definia não pela predominância de determinada escola ou movimento, mas exatamente pela ausência de qualquer coisa desse tipo.

DEGEN, Natasha. A filosofia da Arte: entrevista com Arthur C. Danto. Tradução: Joaquim Toledo Junior. *Novos Estudos Cebrasp*, São Paulo, n. 73, mar. 2006, p. 127. Disponível em: www.scielo.br/j/nec/a/nd4BYVFxFy38hDNtWLnqrmt/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 9 ago. 2024.

Com base nisso, responda:

- a) No que consiste a arte como mímeses?
 - b) Qual é a posição de Platão acerca da artista?
2. Vimos que segundo Aristóteles: “O imitar é congênito no homem [antropos] (e nisso difere dos outros viventes, pois, de todos, é ele o mais imitador, e, por imitação, aprende as primeiras noções), e os homens se comprazem no imitado”. Neste sentido, como a arte pode contribuir para a educação, segundo o filósofo?
3. Explique a seguinte passagem da *Poética* de Aristóteles: “[...] A tragédia [é] imitação de uma ação de caráter elevado, completa e de certa extensão, em linguagem ornamentada [...] não por narrativa, mas mediante atores, e que, suscitando o ‘terror e a piedade, tem por efeito a purificação dessas emoções”.
4. Considere a reportagem.

Que música você ouviu? Segundo estudo, gosto musical revela valores morais

Descoberta abre caminhos para tratamentos e intervenções baseadas em música

A música tem o poder de ajudar nos estudos, melhorar a memória, ensinar idiomas como inglês e espanhol, acalmar pessoas em salas de cirurgia, dentre outros benefícios. Uma descoberta recente sobre esse universo das canções diz que o gosto musical pode revelar os valores morais. A informação foi publicada na revista científica *Plos one* e a pesquisa foi conduzida por pesquisadores da Universidade Queen Mary de Londres e da ISI Foundation em Turim, na Itália.

Conforme indica a pesquisa, as preferências musicais podem ter algum tipo de influência ou, até mesmo, ser um indicativo do valor moral de um indivíduo. Para chegar à conclusão, os pesquisadores analisaram dados de 1.480 participantes, que passaram por um questionário psicométrico (teste utilizado em avaliações psicológicas de comportamento e da personalidade dos indivíduos).

As respostas foram submetidas a algumas técnicas de aprendizagem de máquina, em que foram analisadas as letras das músicas, bem como as características de áudio. A partir disso, a combinação gerou informações interessantes sobre o comportamento dos indivíduos estudados.

CHÉROLET, Brenda. Que música você ouviu? Segundo estudo, gosto musical revela valores morais. *Educa+Brasil*, [s. l.], 15 jan. 2024. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/noticias/que-musica-voce-ouve-segundo-estudo-gosto-musical-revela-valores-morais>. Acesso em: 9 ago. 2024.

- a) Você concordaria com a hipótese de que o gosto revela aspectos importantes do indivíduo, como seus valores morais? Por quê?
 - b) Descreva a posição do filósofo Hume sobre o gosto.
5. Leia o texto a seguir.

'Divertida Mente 2' se torna maior arrecadação em bilheterias da história no Brasil, com R\$ 362 milhões

[...]

“Divertida Mente 2” se tornou a maior arrecadação em bilheterias da história no Brasil ao atingir a marca de quase R\$ 362 milhões em sua quarta semana em exibição no país. Com isso, a animação superou “Vingadores: Ultimato”, que reinava no topo da lista desde 2019 com quase R\$ 339 milhões. Em terceiro lugar está “Homem-Aranha: Sem volta para casa”, com pouco mais de R\$ 307 milhões.

Em número de público, no entanto, a animação da Pixar continua na terceira posição com pouco mais de 18 milhões de espectadores. O filme de heróis da Marvel mantém a liderança deste ranking, com 19,7 milhões de pessoas. “Titanic” (1997) fica em segundo, com 19,2 milhões.

‘DIVERTIDA MENTE 2’ se torna maior arrecadação em bilheterias da história no Brasil, com R\$ 362 milhões. *G1*, [s. l.], 16 jul. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/cinema/noticia/2024/07/16/divertida-mente-2-se-torna-maior-arrecadacao-em-bilheterias-da-historia-no-brasil-com-r-362-milhoes.ghtml>. Acesso em: 26 ago. 2024.

A reportagem aborda um fenômeno da indústria cultural que produz entretenimento em massa atingindo milhares de pessoas ao redor do mundo. A partir disso, responda: Qual é a origem e o significado do termo “indústria cultural”?

Estética(s) da existência

“Ó subalimentados do sonho!
A poesia é para comer.”

(Natália Correia)¹

O convite da Arte

Este capítulo relaciona filosoficamente Arte e vida. Para percorrermos algumas possibilidades dessa relação, traremos filósofos e artistas de diferentes momentos da história da Filosofia e da Arte. Mas, nessa multiplicidade de perspectivas, observaremos algo em comum: de um modo ou de outro, a vida se transforma com a arte.

A ideia da vida transformada pela arte é bem exemplificada pelo artista brasileiro Hélio Oiticica (1937-1980). Para ele, experimentar a transformação da vida pela arte contribui para a compreensão do que a arte é. Nas suas palavras:

Para mim os conceitos de arte como uma atitude fixa, contemplativa, acabaram – não podemos mais conceber “estéticas”, mas sim um *modus vivendi* do qual se ergueram valores ainda nebulosos. [...] Não se trata pois da “arte” como objeto supremo, intocável, mas de uma criação para a vida [...] não se quer o “objeto arte”, mas um “estado”, uma predisposição às vivências criativas; um incentivo à vida.

OITICICA, 2009, p. 37 *apud* STUTZ, Wesley. Hélio Oiticica e os Parangolés: a busca por um estado de invenção. *Arte ConTexto*, Botafogo, v. 2, n. 4, jul. 2014. Disponível em: https://artcontexto.com.br/artigo-edicao04-wesley_stutz.html. Acesso em: 5 set. 2024.

Com base na concepção de arte como um incentivo à vida e à criação, Oiticica elabora, na década de 1960, uma série de objetos artísticos chamados *Parangolés*.

O que é um *Parangolé*? À primeira vista, para quem olha desavisado, são apenas panos coloridos amontoados uns aos outros. Imagine panos inertes, um amontoado qualquer de tecidos. Será isso realmente uma obra de arte? Todavia, o *Parangolé* é uma *obra-convite* que indica: *este objeto pode vir a ser obra de arte*. Para tanto, aquele que olha para ela precisa colocá-la em movimento; a obra se completa no corpo. Oiticica a descreve como uma incorporação do corpo na obra e da obra no corpo.

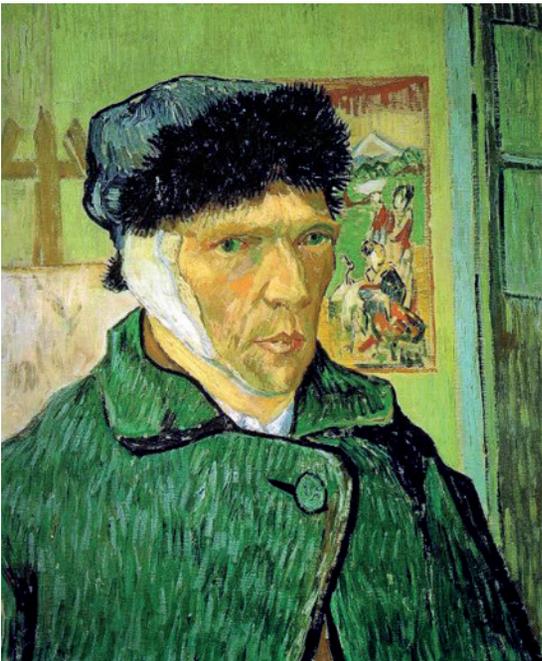
Ao aceitar o convite de Oiticica e colocar o *Parangolé* em movimento, o espectador (agora chamado de participador)

cocria a obra, fazendo de si mesmo um criador. Essa experiência artística evidencia uma unidade estrutural *obra-participador/criador* ou, em outros termos, uma unidade estrutural: arte/vida. Diz o artista:

[...] Toda a unidade estrutural dessas obras está baseada na estruturação que é aqui fundamental: o “ato” do espectador ao carregar a obra, ou ao dançar ou correr, revela a totalidade expressiva da mesma na sua estrutura: a estrutura atinge aí o máximo de ação própria no sentido do “ato expressivo”. A ação é a pura manifestação expressiva da obra.

OITICICA, Hélio. *Aspiro ao grande labirinto*. Rio de Janeiro: Rocco, 1986. p. 70.

¹ CORREIA, Natália. A defesa do poeta. In: CORREIA, Natália. *Poesia completa: O sol nas noites e o luar nos dias*. Lisboa: Editorial D. Quixote, 1999. p. 331.



Vicente van Gogh. *Autorretrato com orelha cortada*, 1889. Óleo sobre tela, 60 cm x 49 cm.

GLOSSÁRIO

Modus vivendi:
modo de vida,
meio de viver.

Sendo a obra uma ação, o que o *Parangolé* propõe é o deslocamento da experiência do âmbito meramente intelectual para o existencial.

[...] O que interessa é justamente jogar de lado toda essa porcaria intelectual, ou deixá-la para os otários da crítica antiga, ultrapassada, e procurar um modo de dar ao indivíduo a possibilidade de “experimentar”, de deixar de ser espectador para ser participante.

CAVALCANTI, Jardel Dias. Parangolé: anti-obra de Hélio Oiticica. *Digestivo Cultural*, Campinas, 17 dez. 2002. Disponível em: https://digestivocultural.com/colunistas/coluna.asp?codigo=856&titulo=Parangole:_anti-obra_de_Helio_Oiticica. Acesso em: 5 set. 2024.

Está em curso, portanto, um gesto de desintelectualizar a arte, trazendo-a para a dimensão sensível da vida.



Reprodução da capa do álbum *Tropicália ou Panis et Circencis*, de 1968, com Caetano Veloso, Gilberto Gil, Gal Costa, Nara Leão e Os Mutantes.

no livro *Antropofagia zumbi*, ressalta que os tropicalistas defendiam uma contínua hibridização e fusão na arte².

Essa fusão ocorria na incorporação de elementos distintos posicionados em um vasto espectro de possibilidades artísticas, recusando a hierarquização entre as linguagens e os estilos. Desde a tecnologia e a cultura de massa até o brega do interior do Brasil, tudo podia ser *comido*.

Comer, aqui, não implica eliminar o outro, mas, ao contrário, se alimentar da alteridade, colocando em funcionamento um dispositivo de variação infinita tanto do outro quanto do eu, que se expressa nesse caso como puro desejo de **outramento**. [...] esfacelando a própria identidade do mesmo, que aliás nada mais é do que um estômago voraz.

FERRAZ, Maria C. F. *Nietzsche, a negatividade e a antropofagia: do cordeiro e da ave da rapina ao jabuti*. In: DIAS, Rosa; PAZ, Gaspar; OLIVEIRA, Ana L. (org.). *Arte Brasileira e Filosofia*. Rio de Janeiro: UAPÊ, 2007. p. 309.

Comer as diferenças, metabolizando-as para a expansão de si, é a proposta de transformação que a arte antropófaga faz; isto é: a atitude experimental, aberta para o desconhecido, implica um processo individual de criação e recriação de nós mesmos a partir do atravessamento da alteridade.

Radicalmente considerado, o ato mesmo de criação exige uma saída do que é “costume”, diz Oswald. Nessa direção, a relação entre arte e vida nos convida a forjar uma subjetividade flexível, múltipla e em movimento: tal como os ventos da liberdade democrática sopram.

² ROLNIK, Suely. *Antropofagia zumbi*. São Paulo: N-1 Edições, 2021.

Para ampliar

Acesse

Parangolés, 1964-1979.

Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro. Para visualizar as obras e conhecer um pouco mais sobre os Parangolés de Hélio Oiticica, acesse o site do MAM-RJ. Disponível em: <https://mam.rio/obras-de-arte/parangoles-1964-1979/>. Acesso em: 14 set. 2024.

GLOSSÁRIO

Antropofagia:

ato ritualístico de comer os inimigos capturados ao final de um confronto.

Outramento:

Deixar-se influenciar, contagiar e se transformar pelo encontro com outras pessoas e coisas.

Aliás...

Você pode aprender mais sobre a relação entre arte, vida e Filosofia nos capítulos 10, “O que a Filosofia tem a ver com a Arte?”, e 12, “Arte e activismos”.

Festas afro-brasileiras

Cesar Diniz/Pulsar Imagens



As congadas se espalharam por todo o Brasil, e são celebradas entre os meses de maio e outubro, dedicadas à consagração de Nossa Senhora. Festa da Congada em Lambari (MG), 2023.

A Congada é uma festa afro-brasileira que mistura as seguintes manifestações culturais: dança, teatro e canto, bem como elementos da espiritualidade de matrizes africanas e cristãs. É uma festividade que celebra os santos negros: São Benedito, Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia, considerados protetores dos negros escravizados.

ção foi possível graças à engenhosidade criativa desses povos a partir do momento que criaram uma dupla realidade: por um lado, aparentemente tinham assimilado e se adequado totalmente aos valores culturais do colonizador; por outro, demonstravam atos de resistência e acomodação por meio da integração de suas próprias formas de viver no contexto da sociedade brasileira, como também de pensamentos validados pelos valores culturais de suas próprias comunidades.

Lélia cria, assim, o conceito de *amefricanidade* para falar desse processo de criação, adaptação e reelaboração cultural que ocorre nas Américas, destacando o protagonismo africano e afro-brasileiro, mas sempre em intrínseca relação com as culturas indígenas e a herança da colonização euro-cristã. A amefricanidade atravessa todos os habitantes desses territórios, ainda que de maneiras diferenciadas. Isso é especialmente forte nas festas populares no Brasil, mas também em diversas manifestações culturais e linguagens artísticas brasileiras, como a música, a dança e o teatro.

Mauro Akin Nassor/Fotorena



A lavagem do Senhor do Bonfim, tradicional cerimônia inter-religiosa realizada anualmente em Salvador, é um exemplo da acomodação e reinterpretção de uma cerimônia originalmente católica, mas hoje de grande importância para os adeptos do Candomblé. Salvador (BA), 2023.

As criações das expressões artísticas possibilitam o processo de humanização do ser humano e a manutenção da sua vida. Essa percepção da arte é apresentada pela filósofa e antropóloga brasileira Lélia Gonzalez no texto “Festas afro-brasileiras”. Ela afirmou que a criação dessas festas pelos povos africanos no Brasil manteve uma relação profunda com as referências culturais de seus respectivos povos e tradições, por meio da preservação dos valores religiosos de suas diversas culturas, apesar de todo o processo de violência e desumanização que foi a escravidão.

As festas afro-brasileiras são manifestações artísticas forjadas pela recriação e preservação das diversas manifestações culturais africanas, mantidas por afro-brasileiros no Brasil. Esse processo de recriação e preserva-

[N]osso olhar se volta para a categoria de amefricanidade. [...] Para além de seu caráter geográfico, ela designa todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (resistência, acomodação, reinterpretção, criação de novas formas) referenciada em modelos africanos e que remete à construção de toda uma identidade étnica [...].

GONZALEZ, Lélia. Nanny: Pilar da amefricanidade. In: GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 336.

Os movimentos de resistência/acomodação dos povos africanos que foram escravizados nas Américas podem ser vistos como expressão mais profunda e genuína de sua atuação enquanto sujeitos recriadores e inventores de disfarces criativos, como ressalta Lélia Gonzalez:

Através desse processo de resistência/acomodação, os escravos foram atuando nos espaços permitidos e recriando clandestinamente seus cultos e ritos, seus valores culturais, sob a forma inocentes das "brincadeiras de negros", dos folguedos, dos batuques.

GONZALEZ, Lélia. Festas Afro-brasileiras. In: GONZALEZ, Lélia. *Primavera para as rosas negras*: Lélia Gonzalez em primeira pessoa... São Paulo: Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018. p. 299.

No contexto da cultura brasileira que era ditada pelo pensamento colonizador-eurocêntrico, as manifestações artísticas de natureza religiosa citadas no texto, folguedos e batuques, disfarçavam os momentos de construção das novas estratégias de resistência ao processo violento de tentativas, sempre frustradas, de aculturação das suas tradições religiosas, da sua cultura, ou seja, do seu modo autêntico de viver no mundo.

Os disfarces brincantes promoviam os momentos de reunião das comunidades africanas e, assim, forjaram novas ritualizações e valores culturais que não se curvaram à cultura colonizadora, preservando as crenças e os comportamentos de suas culturas originárias como modos de existência que os conectam com o continente africano, à noção de continuidade e à relação intrínseca com o corpo e a natureza. Esse modo de recriação da vida por meio de novas formas de manifestações culturais, como o Carnaval, as festividades de São João e as Folias de Reis, perpetuou a cultura africana e garantiu seu repasse para as mais novas gerações de descendentes afro-brasileiros e para a cultura brasileira como um todo.

A representatividade da africanidade foi se enredando, abrindo caminhos às vezes inesperados em suas estratégias de amefricanidade, como no interior das próprias tradições da religiosidade católica. Dentro destas, as que os povos banto, oriundos da África Central (atualmente as regiões de Angola, Congo, Gabão e Cabinda), se viam inseridos e chancelados, segundo Lélia Gonzalez, era nas "irmandades do Rosário e de São Benedito, onde os bantos mais concentraram, disseminaram-se por todo o país, seguidas de outras como a N.S. do Parto".³

O Maracatu conta com a presença marcante dos rituais da religiosidade africana e cristã. Os Maracatus têm caráter matriarcal: a rainha é a personagem que exerce um domínio maior e destacado no cortejo e tem que ser negra. Assume a posição de destaque na hierarquia: a função de liderança (como uma ialorixá, liderança religiosa de matriz africana), tendo assim grande prestígio.



Festa do Maracatu em Olinda (PE), 2024.

Perfil

Lélia Gonzalez

A filósofa Lélia Gonzalez nasceu em Belo Horizonte (MG), em 1935, e faleceu aos 59 anos, em 1994, no Rio de Janeiro (RJ), onde viveu a maior parte de sua vida. Atuou como intelectual, política, professora, filósofa e antropóloga. Foi pioneira nos estudos sobre cultura negra no Brasil e cofundadora do Instituto de Pesquisas das Culturas Negras do Rio de Janeiro (IPCN-RJ), do Movimento Negro Unificado (MNU) e do bloco Olodum. Lutou contra o racismo estrutural e à desigualdade de gênero associada à raça e à classe desde uma perspectiva vinculada ao feminismo negro. Depois de pesquisar esses temas, publicou textos de referência que estão organizados em algumas coletâneas, como o livro *Por um feminismo afro-latino-americano*.

Intelectualmente brilhante, sua obra discutiu seminalmente a intersecção entre racismo e sexismo e nos legou conceitos hoje amplamente discutidos e disseminados, como os de "amefricanidade" e "pretuguês", ambos denotando a influência da África no Brasil, seja na cultura, seja no nosso idioma, sempre destacando o caráter de resistência ao colonizador dessas manifestações. Também notabilizou-se pela autoria da obra *Festas Populares no Brasil* (1987), na qual apresenta textos e registros fotográficos de festas influenciadas pela cultura africana no território brasileiro. Premiada internacionalmente, obteve pouco destaque à época de sua publicação, dando mostras da invisibilização de sua obra e pensamento.



Lélia Gonzalez.

Alberto Jacob/Agência O Globo

³ GONZALEZ, Lélia. Festas Afro-brasileiras. In: GONZALEZ, Lélia. *Primavera para as rosas negras*: Lélia Gonzalez em primeira pessoa... São Paulo: Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018. p. 299.



Lélia Gonzalez, *Festas populares no Brasil*

A formação cultural brasileira se fez a partir de um modelo que poderíamos chamar de eurocatólico. [...]

Todavia, quando as analisamos de perto, verificamos uma espécie de ruptura dos limites impostos pelo modelo dominante. Nesse sentido, a intervenção de formas procedentes de outros modelos culturais, africanos e indígenas, torna-se crucial para compreensão da dinâmica das festas populares brasileiras. [...] O que estamos querendo significar é que [...] a dinâmica cultural é a grande responsável pelo estilhaçamento de classificações impostas de cima para baixo; essa dinâmica que tem por sujeito os anônimos representantes das chamadas classes populares. Portanto, se o espaço da festa é eurocatólico, sua manifestação é muito mais ampla, muito mais abrangente. E é isto o que nos ensinam Pastoris, Congadas, Bumba-Meu-Boi, Afoxés, Malhação do Judas, Caboclinhos, Folias, Blocos de sujo, Fogueiras e balões, Maracatus e tantas outras manifestações. Muitas vezes, o olhar do estudioso, educado segundo as normas de sistemas ideológicos, acaba por aprisionar, por reduzir a compreensão da riqueza cultural de tais manifestações. [...]

E recordamos, então, o mestre [e antropólogo] Câmara Cascudo [(1898-1986)], que vê a cultura humana segundo o duplo aspecto do popular e do adquirido nas escolas e universidades. Se esta última se manifesta nos livros e de acordo com um racionalismo abstrato, formal e, conseqüentemente, excludente, dizemos nós, a primeira “é o que a própria experiência do mundo revela”. E, continuando, ele afirma que a cultura popular é sempre anterior. “No que usamos, comemos, vestimos, na maneira como esboçamos um gesto, ou na forma como nos divertimos, há uma colaboração anônima, que vem de milênios.”

[...] O culto inicialmente dedicado a São João, como na Península Ibérica, foi reinterpretado e enriquecido no Brasil com a contribuição de elementos indígenas e afro-negros do sistema jeje-nagô. Vale ressaltar que a preeminência da festa de São João vincula-se ao fato de que o seu dia corresponde ao do solstício de verão no hemisfério norte, e de inverno, no hemisfério sul. Portanto, aqui também temos o início das colheitas, sobretudo do milho. E, se atentarmos para o significado das colheitas nos ciclos da vida econômica de povos agrários, compreendemos que tais festejos se caracterizam por uma forte explosão dos sentidos, sintetizada na associação crença-lazer-alimentação, de remotas origens pagãs. Por isso mesmo, o comer, o beber, o dançar, o namorar são aspectos marcantes das festas de São João. [...]

GONZALEZ, Lélia. *Festas populares no Brasil*. Rio de Janeiro: Index, 1987. p. 15; 50.

Cesar Diniz/Pulsar Imagens



Apresentação de quadrilha nas festividades de São João. Bananeiras (PA), 2023.

1. O que Lélia González quer dizer com a frase: “Portanto, se o espaço da festa é euro-católico, sua manifestação é muito mais ampla, muito mais abrangente”?
2. De acordo com o texto, explique a afirmação: “a cultura popular é sempre anterior”.

Nietzsche e a arte como tonificante da vida

O filósofo alemão Friedrich Nietzsche (1844-1900) entendia a arte como algo superior, um tônico para a vida, capaz de expressar o que há de mais profundo e primordial. Assim se referia à tragédia em seu livro *O nascimento da tragédia: ou helenismo ou pessimismo*: “[...] o coro é, pois, literalmente, a mais alta expressão da natureza e profere, como esta, em seu entusiasmo, sentenças de oráculo e de sabedoria; como *compadecente* ele é ao mesmo tempo o sábio que, do coração do mundo, enuncia a verdade”⁴.

Em meio à crise da modernidade, entendida como crise da possibilidade de valores universais, absolutos, estáveis, Nietzsche criou sua filosofia trágica. O trágico advém da percepção da inevitabilidade da morte que põe em prova a finitude, de que nada dura para sempre, da contradição radical de que tudo o que é vivo nasce, perece e morre. Diante do fato de que somos, ao mesmo tempo, vida e morte, saúde e doença, consciência e inconsciência, ação e inação, e do fato de que essas e outras contradições existenciais são irreconciliáveis, o que poderia se constituir como fundamento estável, que justificasse a vida?

A partir da constatação de que tudo muda e da singularidade de cada existência no mundo, não existiria fundamento estável possível. Nietzsche diagnostica, assim, o **niilismo** no qual teria decaído o ser humano contemporâneo. Niilismo, palavra criada pela aglutinação do radical latino *nihil* (nada) com o sufixo -ismo, indicaria um movimento de nificação da própria existência, levando o ser humano a uma angústia profunda.

Nietzsche afirmou que “[...] a existência do mundo só se justifica como fenômeno estético”⁵, já nas primeiras páginas de seu livro *O nascimento da tragédia*, no qual começou a expressar sua filosofia trágica.

[...] escandaloso ver um problema estético ser tomado tão a sério, caso não estejam em condições de reconhecer na arte mais que um divertido acessório, do que um tintinar de **guizos** que se pode muito bem dispensar ante ‘seriedade da existência’ [...]. A esses homens sérios sirva-lhes de lição o fato de eu estar convencido de que a arte é a tarefa suprema e a atividade propriamente metafísica desta vida [...].

NIETZSCHE, Friedrich. *O nascimento da tragédia: ou helenismo e pessimismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 26.

Diante do trágico inerente a todo existir, seria a arte uma tarefa suprema, ligada ao corpo e sua grande razão, capaz de nos reconectar com a existência, não em termos morais, nem de sucesso ou progresso, mas constituindo-se como um tonificante.



Coleção particular

O filósofo Friedrich Nietzsche retratado pelo pintor expressionista norueguês Edvard Munch (1863-1944), 1906. Óleo sobre tela, 201 cm x 160 cm.

⁴ NIETZSCHE, Friedrich. *O nascimento da tragédia: ou helenismo e pessimismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 61.

⁵ NIETZSCHE, Friedrich. *O nascimento da tragédia: ou helenismo e pessimismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 18.

GLOSSÁRIO

Guizo: esfera oca de metal com bolinhas de ferro no interior, que fazem som quando em movimento.



Estátua do deus Apolo, exposta no Museu do Vaticano, Itália. Na mitologia grega, Apolo é considerado o deus do Sol e o deus patrono da luz, da música, da medicina, das artes, entre outros.

regras e barreiras; enquanto obra, necessita do apolíneo para se concretizar, precisa de borda, limite, organização interna. Desse modo, a tragédia expressa a necessária comunhão, a eterna busca de harmonia entre os dois princípios opostos primordiais da existência, tal qual toda obra de arte, como a sabedoria trágica que expressa, a ser aplicada na própria vida.

A arte, ainda que nos mostre o mais profundo e terrível da existência (a catástrofe, a aniquilação do herói, a morte, a perda, o conflito), justifica esteticamente o mundo e o momento presente – e sempre, renovadamente, a cada momento. “O homem [ser humano] não é mais artista, tornou-se obra de arte [...]”⁸. Assim, a arte nos potencializa a superar o niilismo, a angústia, na afirmação da vida a cada instante, em um grande dizer sim à vida, como propõe em seu livro *Assim falou Zaratustra*, em linguagem bastante livre e poética, como uma dança.

Estátua representando o deus Dionísio. Florença, Itália. Na mitologia grega, Dionísio é o deus do vinho, das festas, da alegria, do teatro.

Em *O nascimento da tragédia*, Nietzsche apresentou Apolo e Dioniso como princípios de organização do real. “Até agora examinamos o apolíneo e o seu oposto, o dionisíaco, como poderes artísticos que, sem a mediação do artista humano, irrompem da própria natureza [...]”⁶. Apolo seria o sol ou princípio apolíneo, o princípio de individuação, no qual todo ser individual se faz uno, trazendo ordem, borda, limite; dioniso, a embriaguez, ou o princípio dionisíaco da dissolução no uno-originário, por meio da perda de si, tal qual o transe das festas dionisíacas orgiásticas.

Para Nietzsche, a tragédia, que depois, diferenciando-se da música e do coro, se torna drama, apresenta-nos os princípios apolíneo e dionisíaco, em sua tentativa infinita de alcançar um equilíbrio, ainda que precário, breve e instável: “[...] o drama é a encarnação apolínea de cognições e efeitos dionisíacos”⁷. Enquanto arte, a tragédia é transbordamento dionisíaco, que expressa o pulsar criativo, a inventividade, a ruptura com



Para ampliar

▼ Acesso

Doutores da Alegria: organização não governamental que atua em hospitais, levando a arte da palhaçaria para crianças e adolescentes internados, aproximando arte e vida em momentos de vulnerabilidade. Disponível em: <https://doutoresdaalegria.org.br/>. Acesso em: 31 jul. 2024.

⁶ NIETZSCHE, Friedrich. *O nascimento da tragédia: ou helenismo e pessimismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 32.

⁷ NIETZSCHE, Friedrich. *O nascimento da tragédia: ou helenismo e pessimismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 61.

⁸ NIETZSCHE, Friedrich. *O nascimento da tragédia: ou helenismo e pessimismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 31.

Foucault: o cuidado de si

Michel Foucault (1926-1984), filósofo francês, fez em uma das suas últimas entrevistas uma pergunta relevante para compreender o sentido que atribuiu à arte e à vida em seu livro *Ditos e escritos IV*: “O que me surpreende, em nossa sociedade, é que a arte se relacione apenas com objetos e não com indivíduos ou a vida [...] Mas a vida de todo indivíduo não poderia ser uma obra de arte?”⁹. Essa pergunta foi forjada no projeto filosófico de Foucault para atender uma preocupação que assumiu na última fase (1978-1984) de sua trajetória filosófica: saber quem somos nós.

A pergunta levou Foucault a fazer um movimento de retorno à moral greco-romana, atraído pela postura assumida por alguns gregos e romanos de não determinar para todos os indivíduos uma moral única. Segundo Foucault, na antiguidade greco-romana desenvolveu-se uma estética da existência, que consiste na criação de um estilo de vida mediante práticas de cuidado de si. O cuidado de si pode ser compreendido como a maneira pela qual cada indivíduo, ao seu modo próprio de ser, se constitui como sujeito de sua conduta, não se submetendo a códigos e regras exteriores a si mesmo.

Essas regras devem ser criadas pelo próprio sujeito, na relação que estabelece consigo mesmo e com os outros. Assim, na estética da existência, os sujeitos são vistos como “artesãos de si mesmos”, que se autoproduzem e “[...] buscam transformar-se, modificar-se em seu ser singular, e fazer de sua vida uma obra que seja portadora de certos valores estéticos e que corresponda a certos critérios de estilo”¹⁰.

É possível ver essa proposta filosófica de Foucault como uma experiência estética proporcionada pela capacidade de imaginação e de liberdade. Essa experiência diz respeito à autocriação e reinvenção de quem somos ao nos depararmos com as regras impostas pela sociedade em que estamos inseridos. Dessa forma, podemos pensar que a arte de viver ou a estética da existência é uma abertura para constituir práticas que possibilitam olhar a vida como obra de arte. De acordo com Foucault, trata-se

de saber como governar sua própria vida para dar a forma mais bela possível (aos olhos dos outros, de si mesmo e das gerações futuras para aqueles que poderá servir de exemplo). Eis isto que ensaio de reconstituir: a formação e o desenvolvimento de uma prática de si que tem por objetivo constituir a si mesmo como um artífice [*ouvrier*] da beleza de sua própria vida.

FOUCAULT, M. Le souci de la vérité. In: *Dits et Écrits II*. Paris: Gallimard, 2005. p. 1487-1492, tradução nossa.

A pintora mexicana Frida Khalo, em uma série de autorretratos, transmitiu detalhes autobiográficos e percepções sobre si mesma em diferentes momentos de sua vida.

Frida Khalo. *As duas Fridas*, 1939.
Tinta a óleo, 173 cm × 173 cm.
Museu de Arte Moderna, Cidade do México, México.



Banco de Mexico Diego Rivera

⁹ FOUCAULT, 1995, p. 261 *apud* DIEDERICHSEN, M. C. *Pesquisar com a Arte: ética e estética da existência*. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 44, n. 4, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/MYYkHgMyX7PZs79hStM9hzk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 1 out. 2024.

¹⁰ FOUCAULT, Michel. O uso dos prazeres e as técnicas de si. In: FOUCAULT, Michel. *Ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. p. 198-199.

A arte como construção histórica



A arte não apenas é parte da História, mas também uma ferramenta de construção da História. A representação iconográfica de figuras e momentos históricos não é como um retrato preciso de um momento histórico, mas surge do ponto de vista daqueles que, ao produzirem a arte em seu tempo, partiam de um contexto carregado de crenças, costumes, preconceitos e ideologias que também transpareciam nas escolhas e nos modos de fazer arte de cada período histórico, geralmente atrelada aos detentores da hegemonia econômica e cultural no período.

O regime nazista, por exemplo, paralelamente às suas concepções racistas e excludentes, também tinha uma concepção ideológica de como a arte deveria ser. Em 1937, realizou-se em Munique uma exposição de arte “degenerada”, expondo um acervo de artes modernas confiscadas de diversos museus alemães. Pintores como Paul Klee e Pablo Picasso, com suas figuras que não representavam as proporções e simetrias da anatomia humana, foram considerados artistas degenerados. Por outro lado, os nazistas desenvolveram uma estética que transmitia o que eles entendiam por “grandeza” e “pureza”, restaurando ideais estéticos de “harmonia” e “perfeição” correlacionados com sua ideologia de supremacismo racial e cultural.

Kunstmuseum Basel, Alemanha



Ao lidar e perceber arte, sempre são válidas perguntas sobre ideias, motivações e contexto histórico que cercavam os artistas. Sendo assim, um quadro nunca é apenas um quadro, uma escultura nunca é apenas uma escultura, mas sempre um retrato, por vezes implícito, por vezes misterioso, dos preconceitos e ideologias subjacentes a um período histórico. Por outro lado, mais otimista, a arte também expressa as potencialidades de um tempo histórico, anunciando e até mesmo antecipando mudanças profundas nas sociedades. Desse modo, ela também é uma manifestação de possibilidades, desafios e anseios capazes de transformar o mundo.

Paul Klee. *Senecio*. Óleo sobre tela, 40,3 cm x 37,4 cm.

Félix Guattari: as invenções de si

Neste capítulo, apresentamos algumas concepções de “estetização da existência” (ou **autopoiesis**) e citamos alguns exemplos da dimensão estética constitutiva do ser humano tanto singularmente considerado quanto visto em comunidade.

Agora, gostaríamos de pensar de que modo o capitalismo e seu maquinário midiático se apropriam do âmbito estético, produzindo uma sensibilidade homogênea voltada para o consumo. Por exemplo, você já pensou que a possibilidade de ouvir música no seu aparelho celular com um fone de ouvido alterou um código histórico-social de relação com a música? Já se

GLOSSÁRIO

Autopoiesis:

do grego *autós*, próprio, e *poiesis*, criação: “criar a si mesmo”.

perguntou como essa aparelhagem gera um tipo específico de afetação de seu corpo pelo som? Como as modificações mercadológicas são conduzidas pelo sistema de mídia, de modo a gerar um comportamento massivo da sociedade em direção à realização de um desejo que se torna coletivo? Como surgem desejos coletivos (ter esse ou aquele aparelho para poder fazer essa ou aquela coisa de um certo modo)?

A **homogênesse** da sensibilidade manifesta-se no cultivo de um consenso automatizado nos modos de sentir, ser afetado e expressar-se. Desse modo, em vez de nos inventarmos a partir da força geradora da arte, é a estética do capital que nos inventa. De acordo com o filósofo francês Félix Guattari (1930-1992), essa invenção que a estética do capital produz resulta em uma subjetividade capitalista.

Para Guattari, na subjetividade capitalista e na sua homogênesse estética estão pressupostos uma modelagem do comportamento e um achatamento das nossas possibilidades existenciais. Isso ocorre por meio de um viés hegemônico de valoração da realidade: “A ideia é que, na sociedade atual, todos os focos de singularização da existência são recobertos por uma valorização capitalística. O reino da equivalência geral, a **semiótica** reducionista, o mercado capitalístico tendem a achatar o sistema de valorização”.

A uniformidade dos padrões de valorização da realidade acarreta a produção de uma padronagem dos desejos:

A ordem capitalista pretende impor aos indivíduos que vivam unicamente num sistema de troca [...], de modo que o menor de seus desejos seja sentido como associal, perigoso, culpado.

GUATTARI, Félix. O capital como integral das formações de poder. In: GUATTARI, F. *Revolução molecular: pulsações políticas do desejo*. Tradução: Suelly Rolnik. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 202.

O filósofo propõe uma estética contramodelar como forma de resistência à captura e padronização do desejo pela maquinaria da estética capitalista. Trata-se de uma reapropriação da potência de criar instrumentalizada pelo regime predeterminado da produtividade endereçada ao consumo. A primazia desse endereçamento obstrui o campo de criação livre inerente ao existir.

No gesto estético contramodelar residiria uma “microrrevolução” do desejo, que romperia com as amarras do sistema estético hegemônico. A inventividade dessa estética articula uma inventividade de si mesmo. A hipótese de Guattari é que a força desejante livre da modelagem estética do capital reinjetaria aberturas singulares e imprevisíveis na vida, rompendo com padronizações que impedem a invenção de si, ou a autopoiesis.

Trata-se de um novo paradigma estético que está em articulação com uma ética do existir. Nas suas palavras:

O novo paradigma [estético] subverte a pseudo-unicidade do mundo de valores capitalísticos, uma vez que abre a possibilidade de recuperar a pluralidade, a multiplicidade do mundo. Só isto é que permite recuperar a dimensão ética. Só a partir do reconhecimento da alteridade é que a ética é possível. E isto requer um reconhecimento da complexidade do universo, tanto em nível dos regimes políticos, como dos territórios existenciais e da vida afetiva.

GUATTARI, Félix. O paradigma estético. In: NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS DA SUBJETIVIDADE – PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM PSICOLOGIA CLÍNICA DA PUC-SP. *Cadernos de Subjetividade*, São Paulo, v. 1, n. 1, 1993. p. 30.



Francois LOCHON/Gamma-Rapho/Getty Images

O filósofo e psicanalista Félix Guattari em Paris. França, 1987.

GLOSSÁRIO

Homogênesse:

do grego *homós*, igual, e *gênesis*, geração. Reprodução em que as gerações ocorrem sempre pelo mesmo processo, sem variações.

Semiótica:

conjunto de signos verbais e não verbais.

Heidegger: o acontecimento da arte

O filósofo alemão Martin Heidegger (1889-1976), na segunda fase de seu pensamento, após 1930, entende a arte como o lugar privilegiado para compreensão das possibilidades da existência em geral. A obra de arte, que nesse momento passa a ocupar um lugar central para o filósofo, não é abordada segundo uma análise de suas características materiais e formais, mas segundo sua gênese fenomênica. Isso significa: a obra é pensada no seu movimento de vir a ser, na sua emergência e criação. Sendo assim pensada, a arte é entendida como um acontecimento privilegiado para compreender o fenômeno enquanto fenômeno: sua irrupção e gênese – semelhante a Nietzsche, que, como vimos, vê a criação como paradigma para entender o modo próprio de ser da vida.



Van Gogh Museum, Amsterdam

Vincent van Gogh.
Um par de sapatos, 1886.
Óleo sobre tela,
37,5 cm x 45 cm.

Em *Origem da obra de arte* (2005), Heidegger pensa filosoficamente sobre o quadro *Um par de sapatos*. Diz o filósofo:

Na escura abertura do interior gasto dos sapatos, fita-nos a dificuldade e o cansaço dos passos do trabalhador. Na gravidade rude e sólida dos sapatos está retida a tenacidade do lento caminhar pelos sulcos que se estendem até longe, sempre iguais, pelo campo, sobre o qual sopra um vento agreste. No couro, está a umidade e a fertilidade do solo. Sob as solas, insinua-se a solidão do caminho do campo, pela noite que cai. No apetrecho para calçar impera o apelo calado da terra, a sua muda oferta do trigo que amadurece e a sua inexplicável recusa na desolada improdutividade do campo no Inverno. Por este apetrecho passa o calado temor pela segurança do pão, a silenciosa alegria de vencer uma vez mais a miséria, a angústia do nascimento iminente e o tremor ante a ameaça da morte. Este apetrecho pertence à *terra* e está abrigado no *mundo* da camponesa. É a partir desta abrigada pertença que o próprio produto surge para o seu repousar-em-si-mesmo.

HEIDEGGER, Martin. *A origem da obra de arte*. Tradução: Maria da Conceição Costa. Lisboa: Edições 70, 2005. p. 25-26.

Aliás...

Para saber mais sobre o conceito de *physis*, ver Capítulo 20, “Como habitamos a Terra?”.

Nessa passagem, observamos que, na leitura proposta por Heidegger, os sapatos exibem uma verdade que instala uma compreensão de mundo, isto é: ao olharmos para esse par de sapatos, elementos que não estão graficamente presentes são presentificados: o cansaço, o vento, a alegria, a fertilidade do solo. Trata-se da abertura de uma verdade que está situada na singularidade do mundo (como conjunto de sentidos articulados) onde habita a camponesa, fazendo ver a terra a que pertence (terra entendida, por exemplo, como *physis*, natureza). Em poucas palavras, para Heidegger, “a arte é o pôr-se-em-obra da verdade”.



Vilém Flusser e a arte como droga medicinal

O texto “Nossa embriaguez” (1983), do filósofo checo-brasileiro Vilém Flusser (1920-1991), aborda a relação da arte com as drogas, problematizando a função de ambas na cultura.

[...] A ambivalência característica da relação “homem-cultura” caracteriza também os entorpecentes que dela resultam. Do ponto de vista da cultura são eles “venenos”, do ponto de vista de quem os usa são “salva-vidas”. O termo droga exprime tal ambivalência: significa veneno e medicina. [...] Dada sua ambivalência, a posição ontológica da droga é escorregadiça. É ela meio para superar a mediação cultural, e alcançar a vivência imediata. A droga é mediação do imediato. [...] O que urge considerar, antes de mais nada, é a posição central que o problema da droga vai ocupando na cena da atualidade. [...]

Enquanto problema em si, a questão é esta: até que ponto está a embriaguez no programa atual dos aparelhos, e como está ela programada? O que é o método mais funcional: que os aparelhos nos programem em estado sóbrio, ou em estado embriagado? Os aparelhos dispõem, desde já, de drogas que superam de longe em eficiência as atualmente em uso, e as discutidas. O problema da droga vai sendo incorporado ao programa automaticamente. Em todo caso, os aparelhos funcionam em sentido da despolitização da sociedade. Despolitizam objetivamente, ao conscientizarem a sociedade da futilidade de toda ação política; e despolitizam subjetivamente, ao entorpecerem a faculdade crítica da sociedade. Tais funções da despolitização agem como tenazes alicates que esmagam a dimensão política da existência humana. O problema da droga se situa do lado subjetivo da função dos aparelhos. Trata-se de mais um método para entorpecer a consciência política. Os aparelhos despolitizam ao ocuparem o espaço público todo. Privatizam a república, ao deformarem toda ação em funcionamento. As drogas, no entanto, despolitizam de forma diferente. As pessoas drogadas se recusam a participar do espaço público e retiram-se para o espaço privado. Tomar droga é gesto que afasta de si a república, que a rejeita. Não gesto apolítico, como o é o do funcionamento, é gesto antipolítico.

[...] O problema se torna mais complexo, no entanto, quando se trata da droga específica chamada “arte”. Não há dúvida de que se trata de droga. De meio para proporcionar experiência imediata. [...]. Mas há, na arte, aspecto que falta nas demais drogas. A arte, depois de ter mediado entre o homem e a experiência imediata, inverte tal mediação, e faz com que o imediato seja “articulado”, isto é: mediatizado em direção da cultura. A arte torna dizível o inefável, e audível o inaudito. Nela o recuo da cultura vira avanço rumo à cultura. Artista é inebriado que emigra da cultura para re-invadi-la. [...] Não obstante: a arte é espécie de magia. Ao publicar o privado, ao “tornar consciente o inconsciente”, é ela mediação do imediato, feito de magia. Pois tal viscosidade ontológica não é vivenciada, pelo observador do gesto, como espetáculo repugnante, como o é nas demais drogas, mas como “beleza”. E: a cultura não pode dispensar de tal magia: porque sem tal fonte de informação nova, embora ontologicamente suspeita, a cultura cairia em entropia. O gesto problematiza os aparelhos. A razão disso é que o gesto re-politiza. Embora sua primeira fase seja antipolítica, a sua segunda é eminentemente política. Com efeito: a rigor trata-se do único gesto político eficiente.

FLUSSER, Vilém. *Pós-História: vinte instantâneos e um modo de usar*. São Paulo: Annablume, 2011. p. 154.

1. Explique a relação que o autor propõe entre uso de drogas e alienação.
2. Por que o autor afirma que a arte é uma droga e em que ela se diferencia em relação aos demais tipos de droga?

Para retomar



1. Leia atentamente o texto abaixo.

E quanto às artes e à literatura, tantas vezes valorizadas pelos educadores democráticos? Antes de tudo, a educação para o crescimento econômico despreza essas áreas da educação da criança porque elas não parecem conduzir ao progresso pessoal ou ao progresso da economia nacional. Por essa razão, no mundo inteiro os cursos de artes e humanidades estão sendo eliminados de todos os níveis curriculares. [...], porém, os educadores que defendem o crescimento econômico não se limitam a ignorar as artes: eles têm medo delas. Pois uma percepção refinada e desenvolvida é um inimigo especialmente perigoso da estupidez, e a estupidez moral é necessária para executar programas de desenvolvimento econômico que ignoram a desigualdade. É mais fácil tratar as pessoas como objetos manipuláveis se você nunca aprendeu outro modo de enxergá-las.

NUSSBAUM, Martha. *Sem fins lucrativos: por que a democracia precisa das humanidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2015. p. 23-24.

- a) Explique a sentença “é mais fácil tratar as pessoas como objetos manipuláveis se você nunca aprendeu outro modo de enxergá-las”.
- b) Como a presença das artes na escolarização pode se contrapor a essa objetificação das pessoas?
2. Reflita sobre o significado da tirinha abaixo e, considerando os conteúdos apresentados no capítulo, assinale como a arte e a cultura podem apresentar-se tanto como elemento de *inclusão* quanto elemento de *exclusão* social.



Os Malvados, tirinha de André Dahmer.

3. Leia atentamente o texto.

Final de ano e início de outro são ocasiões de comemoração de uma porção de coisas que mostram a contribuição que a gente tem dado pra história e pra cultura de nosso país. Por isso mesmo, acho bom lembrar certas datas importantes em que a negrada (especialmente o mulherio) está muito presente. Estamos cansados de saber que nem na escola nem nos livros onde mandam a gente estudar se fala da efetiva contribuição das classes populares, da mulher, do negro e do indígena na nossa formação histórica e cultural. Na verdade, o que se faz é folclorizar todos eles.

GONZALEZ, Lélia. *Por um Feminismo afro-latino americano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 186.

Dê exemplos de como a “folclorização” das classes populares surge em nosso cotidiano. Justifique sua resposta.

4. Com base nos conceitos analisados no capítulo, assinale, para as sentenças abaixo, verdadeiro (V) ou falso (F).
- a) A categoria de amefricanidade caracteriza-se, além do marcador geográfico, como um processo histórico de resistência, acomodação e criação referenciada em modelos africanos, sendo de fundamental importância na construção de sua identidade étnica.
- b) Segundo Foucault, a ideia de cuidado de si relaciona-se com a experiência de autocriação e reinvenção de quem somos, compreendendo a vida como obra de arte.
- c) Segundo o filósofo Félix Guattari, as inovações tecnológicas produzidas pelo capitalismo são uma forma de emancipação dos sujeitos pela arte, pois permitem a homogeneização das experiências estéticas para todos os cidadãos.
- d) A Antropofagia no campo da arte proposta pelo brasileiro Oswald de Andrade representa um período de declínio para a arte nacional, já que ela não seria capaz de se desenvolver sem a influência de outras culturas.
5. Explique a ideia de antropofagia na arte, segundo o pensamento de Oswald de Andrade.
6. No texto do presente capítulo, aprendemos que “as criações das expressões artísticas possibilitam o processo de humanização do ser humano e a manutenção da sua vida”. Explique o significado dessa sentença, dando um exemplo de alguma experiência com arte que contribuiu significativamente para a sua formação.
7. De acordo com o pensamento de Félix Guattari, o capitalismo quer se apropriar até mesmo da criação artística, gerando uma arte massificada que automatiza os modos de sentir e perceber o mundo. Nesse contexto, é correto afirmar que:
- a) Segundo Guattari, o capitalismo contribui, mediante o consumo, para que todas as classes sociais tenham acesso a experiências estéticas diversificadas.
- b) Segundo Guattari, o capitalismo incentiva a massificação da arte, contribuindo assim para que as nossas experiências estéticas se voltem para o consumo.
- c) Segundo Guattari, a homogeneização da experiência estética permite o alcance de um consenso social que promove o bom convívio em sociedades democráticas.
- d) Segundo Guattari, a expansão do lucro nas sociedades capitalistas promove a ampliação das possibilidades de geração de criações artísticas autênticas.

8. Com base no que você aprendeu sobre os Parangolés de Hélio Oiticica, responda as questões a seguir:
- O que é um Parangolé, segundo Hélio Oiticica?
 - Qual é a diferença entre um espectador e um participante no contexto dos Parangolés?
 - Como a concepção de arte de Oiticica desafia a visão tradicional da arte?
 - De que maneira o Parangolé pode ser visto como uma crítica à crítica de arte tradicional?
9. Com base no que você leu no capítulo sobre Félix Guattari, assinale verdadeiro (V) ou falso (F) para as sentenças abaixo.
- A estetização da existência é também conhecida como autopoiesis.
 - O capitalismo e seu maquinário midiático produzem uma sensibilidade homogênea voltada para o consumo.
 - Ouvir música no celular com fones de ouvido não altera nenhum código histórico-social de relação com a música.
 - A homogeneidade da sensibilidade se manifesta no cultivo de um consenso automatizado nos modos de sentir, ser afetado e expressar-se.
 - Segundo Félix Guattari, a estética do capital não influencia a subjetividade das pessoas.
10. Dividam-se em grupos de até 3 estudantes para realizar a atividade a seguir.

Apresentação das Festas Afro-brasileiras

Preparação

Cada grupo deve escolher uma festa afro-brasileira (ex.: Carnaval, Festa de Iemanjá, Maracatu) para pesquisar. Pesquisem a origem, os elementos culturais e religiosos presentes na festa escolhida e analisem como essa festa exemplifica o conceito de amefricanidade.

Com base na pesquisa, cada grupo deve criar um painel ilustrativo. O painel deve conter:

- Informações históricas sobre a festa.
- Elementos culturais e religiosos destacados.
- Exemplos de como a festa representa a resistência e a preservação cultural.

Incluam nos painéis imagens, desenhos e citações relevantes.

Apresentação

Cada grupo apresenta seu painel para a turma. Durante a apresentação, os estudantes devem explicar como a festa escolhida se relaciona com o conceito de amefricanidade e a importância das expressões artísticas na humanização.

Discussão Final

Após as apresentações, conduza uma discussão com toda a turma sobre:

- As semelhanças e diferenças entre as festas apresentadas.
- A importância da preservação cultural e da resistência através da arte.
- Reflexões sobre como a amefricanidade se manifesta em outras formas de arte e cultura no Brasil.

Filosofia na prática

Vamos fazer uma obra de arte interativa?

Dividam-se em grupos de até quatro integrantes. Cada grupo será responsável por criar uma obra de arte constituída de materiais que possam interagir com outros espectadores, como tintas, pincéis, cartolinas, projetores, objetos reciclados. . A sua arte pode seguir temas apresentados nessa obra, como a arte queer, arte indígena, combate ao sexismo, a luta contra o racismo em todas as instâncias, festas brasileiras, entre outros temas.

Vocês podem criar um Parangolé com mensagens, instalações com macarrões de piscina, esculturas de gelo, entre outros.

Definidas as obras de cada grupo, é hora de apresentá-las à turma.

Além de criar os objetos interativos, debata, com a mediação do professor, os possíveis significados das obras de arte, contrastando a percepção daqueles que interagem com ela com as intenções de seus criadores ao inventá-las. Sejam artistas!





Felipe Gabriel/UOL/Folhapress

“A nossa escrevivência não pode ser lida como histórias para ‘ninar os da casa grande’ e sim para incomodá-los em seus sonos injustos”.

(Conceição Evaristo)¹

Arte e Filosofias da Arte

O que a arte tem a ver com a política? Neste capítulo vamos mapear alguns caminhos nos quais há um cruzamento da arte com temas político-sociais, fazendo um exercício filosófico de pensar a potência da arte nesse recorte. Propomos esse percurso por meio de “objetos de arte”, isto é, partiremos dos trabalhos de artistas que, de algum modo, retratam em suas obras a relação arte e política. Dessa forma, este capítulo se articula no campo da Filosofia da Arte.

De modo geral, nos exercícios de Filosofia da Arte, ao tomarmos um objeto de arte como **ente** junto ao qual desenvolvemos algumas compreensões acerca do mundo e acerca dele mesmo, não nos propomos a atingir a verdade total daquilo que está sendo pensado.

Trata-se apenas de uma via possível para refletirmos e imaginarmos a realidade e suas possibilidades junto à arte. A tentativa de desvelar a verdade total sobre um trabalho artístico, isto é, de buscar vê-lo

de modo transparente, pode ser entendida como um empreendimento de controle sobre o objeto, que obstrui e fecha a multiplicidade que o constitui porque o esgota em uma definição estabilizada.

Em seu texto *Pela opacidade*, o escritor e poeta martinicano Édouard Glissant (1928-2011) nos auxilia a preservar a potência da arte enquanto acontecimento capaz de abrir campos cada vez mais surpreendentes e inesgotáveis do nosso entendimento a respeito das coisas. Segundo Glissant, o pensamento que se recusa a perseguir uma visão transparente acerca daquilo que é afirma como método uma abertura disposta para a singularidade dos entes irredutíveis a qualquer formulação total, preservando, assim, o direito à opacidade. Ou seja: ao lermos um poema, ao assistirmos a um filme ou ao estarmos diante de um quadro, temos um entendimento singular e parcial a respeito do que esses entes produzem em nós no momento específico em que nos afetam, sem que haja qualquer garantia de que afetem do mesmo modo outras pessoas ou, ainda, que venham a nos afetar da mesma forma em um segundo encontro. Nessa visão, a nossa experiência com o objeto não esgotaria as suas possibilidades, uma vez que não supõe a sua apreensão no modo da transparência. De que maneira o entendimento que nasce com esse afeto singular e situado dialoga com a proposta do artista ou com as condições concretas nas quais nos encontramos são questões abertas no campo da Filosofia da Arte.

De diversas formas, as criações artísticas conversam, direta ou indiretamente, sobre os temas da representação e representatividade de determinados grupos sociais nas artes e mídias em geral. Enquanto a representação, nesse debate, corresponde apenas à presença (seja ela **estereotipada** ou não) de indivíduos de grupos sociais subalternizados nessas produções, a representatividade diz respeito à qualidade dessas representações, isto é, quando essa presença corresponde de fato a uma representação desses grupos em sua humanidade plena, incluindo suas vozes e poder de decisão.

A homenagem à vereadora aconteceu durante o show do rapper Rincon Sapiência, em São Paulo (SP), em março de 2018, algumas semanas depois da morte de Marielle. A música engajada e ativista é forte no cenário cultural brasileiro desde o período da Ditadura Civil-Militar e muitos artistas manifestam seus apoios e desejos políticos por meio da música.

Projeção de uma ilustração de Marielle Franco, socióloga, política e ativista negra assassinada em 2018, no Rio de Janeiro.

GLOSSÁRIO

Ente: aquilo que é, o existente.

Estereótipo: palavra que se refere a uma ideia ou conceito formado sobre algo ou um grupo social que é aplicado ao indivíduo e que se estabelece como modelo orientador da relação, de cunho preconceituoso, generalista e redutor.

Aliás...

No Capítulo 10, “O que a Filosofia tem a ver com a arte?”, observamos que há diferentes definições possíveis de arte e inúmeras maneiras de pensar a estética.

¹ EVARISTO, Conceição. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. *Revista Z Cultural*, Cidade Universitária – Ilha do Fundão, ano XV, n. 3, 2020. Disponível em: <https://revistazcultural.pacc.ufrj.br/da-grafia-desenho-de-minha-mae-um-dos-lugares-de-nascimento-de-minha-escrita/>. Acesso em: 4 set. 2024.

Artivismo

De onde vem a palavra artivismo? “Artivismo” provém da junção de “arte” com “ativismo”. Ativismo é o nome dado para o conjunto de ações ou práticas que são propostas por pessoas ou coletivos políticos com o intuito de combater desigualdades materiais e simbólicas, danos ambientais e tantas outras formas de injustiça social. Os ativistas buscam, entre outras coisas, sensibilizar a opinião pública acerca da necessidade de produzir transformações na sociedade a fim de gerar condições mais justas de vida. Desse modo, a arte, entendida como fenômeno estético capaz de nos sensibilizar, é um caminho potente para convidar as pessoas a **pensarem sensivelmente**. Isso porque, segundo essa perspectiva, a arte torna explícita a conexão entre pensamento e afeto. Mas não somente isso. O artivismo também encarna a ativação de um elemento decisivo para as transformações sociais desejadas: a imaginação criativa e radical.



Matheus Belém

Uýra. *Ensaio Terra Pelada*, 2019. (Obra da série *A Última Floresta*).

Arte e imaginação

A imaginação é uma potência de fabular e experimentar outros mundos possíveis e desejados. Os mundos desejados por ativistas e artistas. No entanto, na maior parte das vezes, as referências que geram a nossa imaginação são decorrentes da realidade experimentada no dia a dia, e, assim, são referências limitadas pela circunscrição daquilo que **já é**. Ou seja, quando imaginamos o que **pode ser**, o que *pode acontecer*, limitamos esses possíveis ancorados no que **já é**, ou no que **já conhecemos**. O futuro, dessa forma, é imaginado como um mero desdobramento do presente em uma perspectiva de tempo linear.

A imaginação radical, ao contrário, pensa o que pode ser por meio da visualização daquilo que parece impossível. Desse modo, trata-se de uma imaginação que não é sobre o futuro do tempo linear do nosso mundo e seu horizonte simbólico vigente, mas sobre a abertura de um infinito de possíveis que circulam no âmbito do surpreendente e fundam outros mundos. Assim, alimenta-se o território da imaginação infinita e fertilizam-se outras simbologias, além daquelas que estão no mundo como conhecemos.

Para ampliar

Assista

Flup 22 – Imaginação Infinita (Flup RJ, 2022, 105 min)

A mesa de debate *Imaginação infinita*, que aconteceu na Festa Literária das Periferias de 2022, reuniu o escritor Nêgo Bispo, a artista Cíntia Guedes e a artista e escritora Jota Mombaça, que discutiram questões relativas à temporalidade, à memória e à resistência, à relação entre infinito, impossível, imaginação e futuro, entre outros temas. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OvYEKSFNgM>. Acesso em: 30 set. 2024.

Jota Mombaça

A artista e escritora brasileira Jota Mombaça propõe a prática de uma imaginação especulativa e visionária, da escrita de ficção, para sustentar e habitar uma relação com esse impossível que perturba o modo pelo qual a possibilidade está atualmente inscrita na vida que levamos, exercitando a nossa sensibilidade para o campo dos imprevisíveis. Jota diz que se trata de uma viagem no tempo, de uma habitação no desconhecido, capaz de nos libertar das possibilidades limitantes do agora, daquilo que está dado e é sabido. Nesse sentido, defende a abertura de temporalidades anticoloniais, não lineares mas espiraladas.



Hugo Araújo

Jota Mombaça.

Expressões de ativismo

Quais as relações entre arte e revolução, criações artísticas e ativismo político? Embora esse não seja um tema novo na Filosofia, a partir daqui investigaremos algumas expressões dessas questões em produções artísticas dos séculos XX e XXI. As criações artísticas devem expressar a posição política do artista? Se, para autores defensores da “arte pela arte”, as criações artísticas não devem ter nenhuma função ou sentido predeterminado externo ao seu próprio campo problemático, para pessoas como a pianista, cantora e compositora estadunidense Nina Simone (1933-2003), o dever de um artista é refletir os tempos em que vive. Tal compreensão, que ela entende ser verdadeira para pintores, escultores e os mais diversos tipos de artista, é apontada como uma escolha de quem elabora suas obras. Nos próximos tópicos deste capítulo, teremos contato com propostas de artistas que fazem essa reflexão com base nos contextos específicos nos quais estão inseridos.

Rompendo com a invisibilidade: escrevivências, (afro)fabulações, renascenças

Identificando o fato de que boa parte das produções artísticas hegemônicas e mais acessíveis nos meios de comunicação de massa tendem a privilegiar corporalidades e narrativas igualmente dominantes, diversos artistas vêm buscando produzir obras com o intuito de romper com a invisibilidade imposta aos grupos a que pertencem. Dessa forma, apresentamos como artistas afrodiaspóricos buscam elaborar suas obras de modo a evidenciar a realidade vivida, sonhada e imaginada por sujeitos integrantes da diáspora africana.

No campo da literatura afro-brasileira, a escritora Conceição Evaristo (1946-) propõe o conceito de escrevivências. De acordo com a autora, a escrevivência consiste em uma tentativa de romper com o silêncio imposto, especialmente às mulheres negras, de forma a evidenciar, em sua escrita, não apenas histórias de si, como também histórias de sua coletividade. Isso porque muitas das experiências vivenciadas por determinados indivíduos são compartilhadas pelas pessoas do grupo social ao qual pertencem, de modo que suas experiências com frequência ultrapassam o nível de suas individualidades. Nas palavras da autora:

Nossa escrevivência traz a experiência, a vivência de nossa condição de pessoa brasileira de origem africana, uma nacionalidade hifenizada, na qual me coloco e me pronuncio para [...] me conectar tanto com os povos africanos, como com a diáspora africana. [...] Mas, ao mesmo tempo, tenho tido a percepção que, mesmo partindo de uma experiência tão específica, a de uma afro-brasilidade, consigo compor um discurso literário que abarca um sentido de universalidade humana. Percebo, ainda, que experiências específicas convocam as mais diferenciadas pessoas.

EVARISTO, Conceição. A escrevivência e seus subtextos. In: DUARTE, C. L.; NUNES, I. R. (org.). *Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 30-31.

Com base no conceito de escrevivência proposto por Conceição Evaristo, podemos começar a perceber que uma luta, uma narrativa, uma história, raramente são individuais ou solitárias, ao menos se considerarmos o contexto e a perspectiva dos povos da diáspora africana e de diversos outros povos do mundo.

Aliás...

Para saber mais sobre os sentidos de diáspora africana e pan-africanismo, ver o Capítulo 15, “Organizações políticas sob a perspectiva das comunidades”.

Na esteira dessa compreensão, ainda no campo da literatura, a escritora e acadêmica afro-americana Saidiya Hartman (1961-) realiza um método de escrita nomeado fabulação crítica, o qual consiste em jogar com elementos básicos da história e dar vida aos arquivos, de forma a rearranjar discursos oficiais e narrativas dominantes sobre corporalidades não hegemônicas (especialmente negras, femininas e *queers*), visando recuperar o terreno insurgente dessas existências.

Na obra *Vidas rebeldes, belos experimentos* (2022), a autora apresenta personagens e eventos reais, com base em arquivos diversos, como transcrições de julgamentos, relatórios de delegacias, entrevistas com profissionais da Psiquiatria e Psicologia, entre outros. Baseada nesses arquivos oficiais, ela elabora “[...] uma contranarrativa livre dos julgamentos e das classificações que submeteram jovens negras à vigilância, punição e confinamento, e que oferece um relato sobre os belos experimentos – de fazer do viver uma arte – realizados por aquelas muitas vezes descritas como promíscuas, inconsequentes, selvagens e rebeldes”². Com isso, a autora defende jovens negras como pensadoras radicais, que imaginaram, sem descansar, outras maneiras de viver e outros mundos possíveis.

No campo do teatro e das artes plásticas em geral, o nome de Abdias do Nascimento (1914-2011), artista visual, dramaturgo, poeta, escritor e ativista pan-africanista, é incontornável. Em 1944, o autor fundou, junto a outros intelectuais ativistas, o Teatro Experimental do Negro (TEN), companhia teatral brasileira que contribuiu significativamente para um avanço no debate sobre representatividade nas artes. Para compor o seu elenco, a companhia tinha como público-alvo pessoas oriundas da classe trabalhadora, como operários e empregadas domésticas. Entre as diversas atividades realizadas pela companhia, o grupo publicou o jornal *Quilombo*, que noticiava temas da comunidade negra não apenas do Brasil, mas também de países do continente africano e outros da diáspora.

Atualmente, no século XXI, essas conexões entre artistas e ativistas políticos africanos, continentais e diaspóricos permanecem por meio de inúmeras iniciativas, como no cinema e no audiovisual. Um dos exemplos é o *Encontro de Cinema Negro Zózimo Bulbul: Brasil, África, Caribe e Outras Diásporas*, que, em 2024, completou 17 anos.

Esse movimento, de restauração e renovação das matrizes culturais de seus povos, objetivando seu fortalecimento, é denominado pelo filósofo moçambicano Ergimino Mucale (2023) de Renascimento Africano e pode ser identificado em diferentes épocas, inclusive no álbum *Renaissance*, de 2022, da artista afro-americana Beyoncé.

Decisiva na cena contemporânea, Rosana Paulino (1967-), artista visual paulistana, professora e pesquisadora, é um dos principais nomes das artes plásticas brasileiras.

Multifacetada, a obra da artista articula e percorre múltiplos materiais e suportes. A instalação *Bastidores* (1997), por exemplo, insere fotografias em um tecido esticado sobre o material de suporte para bordar. A artista usa linhas pretas para mostrar uma costura que amordaça e venda olhos e gargantas de mulheres negras. O título do trabalho, *Bastidores*, se refere ao suporte para a obra e, ao mesmo tempo, ao cenário de violência contra a mulher. A suposição da delicadeza na prática do bordado artesanal é contraposta à denúncia da violência velada pelas paredes da vida doméstica.



Tuça Vieira/Folhapress

Abdias do Nascimento. Salvador (BA), 2006.

Para ampliar

Assista

Abdias Nascimento: Registros da memória negra (2024, 127 min).

O vídeo disponibiliza mais informações sobre a trajetória do artista, político e ativista do movimento negro Abdias do Nascimento. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=U7Vr-cyq-rA>. Acesso em: 22 jul. 2024.



Fabio Marujo/FAZMPHOTOS

A artista plástica Rosana Paulino na abertura da exposição “A costura da Memória”, Rio de Janeiro (RJ), 2024.

² HARTMAN, Saidiya. *Vidas rebeldes, belos experimentos*: histórias íntimas de meninas negras desordeiras, mulheres encrenqueiras e *queers* radicais. São Paulo: Fósforo, 2022. p. 12.

Para ampliar

▼ Acesse

Rosana Paulino – Reflexos e costuras da negritude

Fotografias da obra *Bastidores* e uma breve apresentação de Rosana Paulino no site ArteVersa, ligado à Faculdade de Educação da UFRGS. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/artevera/rosana-paulino/>. Acesso em: 3 set. 2024.

Coletânea particular



Rosana Paulino. *Sem título*, da série *Jatobá*, 2019. Aquarela e grafite sobre papel, 65 cm x 50 cm.

Ao mobilizar saberes ancestrais de base africana em seu fazer artístico, Rosana Paulino expressa um movimento estratégico igualmente realizado por diversos artistas indígenas, que também mobilizam elementos de suas cosmologias em suas criações.

Arte indígena

O artista, escritor e produtor cultural indígena da etnia makuxi, nascido em Roraima, Jaider Esbell (1979-2021), cita, como sendo um dos propósitos das artes, “a cura, um tipo de serviço que a arte presta por meio da voz de expressão ou do fator expositivo de vários eventos cumulativos que precisam ser visibilizados”⁴. Nessa perspectiva, suas criações incluem tanto a crítica ao genocídio físico e cultural de povos indígenas quanto elaborações criativas que expressam filosofias e cosmopercepções desses povos.

Seu trabalho é desenvolvido com foco nas mulheres negras, entrecruzando temas como gênero, memória, trauma social, identidade coletiva e ancestralidade:

Dentro da psicologia tradicional, há uma inundação de Heras, Vênus, Atenas, [por entre outros], que não conversam com as mulheres negras daqui. Quando eu olho o meu perfil, por exemplo, dentro dessa psicologia calcada numa mitologia europeia, não me encaixo de maneira alguma. Eu sou filha de Ogum com Iansã [...] A construção da psique feminina não contempla as mulheres negras, como eu. Não aparece sequer uma deusa negra, africana. É como se a mulher de origem africana não tivesse psique, não tivesse individualidade. É cruel e absurdo. Parece que não temos direito nem à subjetividade.

SIMÕES, Eduardo. Ancestralidade, território e ciência. *ARTE!Brasileiros*, São Paulo, 17 out. 2022. Disponível em: <https://artebrasileiros.com.br/arte/artista/rosana-paulino/>. Acesso em: 4 set. 2024.

Engajada na construção de outro imaginário simbólico e espiritual, Rosana opera a partir de outros referenciais filosóficos. É o caso das séries *Jatobá*, *Senhora das Plantas*, *Espada de Iansã* e *Búfala*. “Elas remetem às grandes mães de santo, que conseguiram manter a comunidade negra unida ao longo da História, são as detentoras e mantenedoras do conhecimento, são as nossas avós, na realidade”³.

Para ampliar

▼ Assista

A Bienal dos Indígenas (Amazônia Real, 2022, 10 min.)

Documentário produzido pela agência Amazônia, traz entrevistas com os artistas Jaider Esbell, Daiara Tukano, Uýra, Denilson Baniwa e Yaka Huni Kuin sobre a participação dos indígenas na Bienal de São Paulo, em 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=B3q990dqHTM>. Acesso em: 3 set. 2024.

³ SIMÕES, Eduardo. Ancestralidade, território e ciência. *ARTE!Brasileiros*, São Paulo, 17 out. 2022. Disponível em: <https://artebrasileiros.com.br/arte/artista/rosana-paulino/>. Acesso em: 4 set. 2024.

⁴ MAKUXI, Jaider Esbell. Autodecolonização – Uma pesquisa pessoal no além coletivo. *Galeria Jaider Esbell*, Boa Vista, 9 ago. 2020. Disponível em: <http://www.jaideresbell.com.br/site/2020/08/09/auto-decolonizacao-uma-pesquisa-pessoal-no-alem-coletivo/>. Acesso em: 4 set. 2024.

A existência indígena como resistência também está presente na arte de Daiara Tukano (1982-), autora do maior mural de um artista indígena no mundo, a obra *Selva mãe do Rio de Menino*, mural de 2020 exposto em Belo Horizonte (MG).

Nascida em São Paulo e integrante de uma família de lideranças indígenas, a artista pertence ao povo Yepá Mahsã, mais conhecido como Tukano (Alto Rio Negro, Amazonas), e fundamenta seu trabalho artístico em investigações sobre a espiritualidade e as tradições de seu povo. Ao articular estudos realizados juntos à sua família, visões alcançadas em sonhos e observações de pinturas corporais e em objetos tradicionais indígenas, a autora indica em seu portfólio que sua arte faz “alusão à memória de uma mesma **história da transformação**, que é a história tukano da humanidade. [...]”⁵. Dessa forma, seu ativismo na arte se apresenta igualmente como forma de comunicar saberes ancestrais dos povos indígenas e suas mensagens de resistência.

Também na cena contemporânea de arte dos povos originários, Uýra (1991-) se apresenta como artista indígena de dois espíritos (travesti), constituindo uma importante referência para pensar a articulação entre arte, ciências, educação e política. Conhecida pelo nome artístico Uýra Sodoma, foi vencedora do Prêmio Pipa em 2022, uma das principais premiações de arte contemporânea do país. Uýra vive e desenvolve seu trabalho a partir de Manaus:

O Brasil foi inventado sobre territórios indígenas, e Manaus é parte disso. Foi base militar, depois se tornou refúgio de missionários e também um ‘curral de índios’ – nomenclatura colonial para indicar locais de aprisionamento de pessoas indígenas, até seu transporte para os mercados escravagistas de Belém-PA. [...] Hoje, a cidade pouco sabe dessa história, e vive uma crise instalada pelo colonialismo, de autoestima a respeito de suas próprias origens, em razão do racismo e apagamento histórico gerados ao longo dos séculos. Manaus é uma cidade na aldeia e, pelo IBGE, uma das mais indígenas do Brasil – tanto por gente viva, quanto por memória na terra. Só em 2002, foram encontradas mais de 300 urnas funerárias na praça Dom Pedro II, onde se passa parte importante da videoperformance [*Manaus, cidade aldeia*]. Eu caminho por monumentos coloniais do entorno, contando suas verdadeiras histórias [...].

SODOMA, Uýra. Uýra Sodoma: Videoperformance Manaus, cidade na aldeia. *DASartes*, Botafogo, 19 out. 2022. Disponível em: <https://dasartes.com.br/materias/uyla-sodoma/>. Acesso em: 4 set. 2024.

Uýra atua na área de arte-educação em aldeias e comunidades ribeirinhas no Amazonas, e debates e palestras pelo mundo, além da arte visual. Tendo o corpo como suporte, transmuta-se em bichos e plantas para denunciar os processos de degradação, exploração e violação ambiental e sociocultural. Sua entidade artística, a “árvore que anda”, atua incitando debates sobre ecologia, meio ambiente, conservação e direitos indígenas e LGBTQIAPN+. Seu foco tem sido a produção de fotoperformance e *performances*. A fotoperformance *Caos*, ambientada em trechos de um rio, denuncia o processo de deterioração ambiental, simbólica e espiritual causada pelo acúmulo de lixo, mas ressalta a insistência de um ecossistema de vidas resistentes. Diz Uýra:

“Manaus, imersa no centro geográfico da Amazônia, é como muitas cidades do Brasil: cresceu agarrada aos seus igarapés, mas que hoje os transformou em lixões a céu aberto. Partes da paisagem do invisível da cidade, eles seguem transitando-a, com a força que têm. Poluídos, mas não mortos de vez.

[...] *Caos* foi feito no trecho da primeira estação de distribuição de águas da cidade. Mais que o lixo, o ensaio provoca também a ver e pensar sobre todo o ecossistema presente de Vidas (plantas, gentes e outros bichos) que, no caos, resistem”.

SODOMA, Uýra. Uýra Sodoma: Fotoperformance *Caos*. *DASartes*, Botafogo, 19 out. 2022. Disponível em: <https://dasartes.com.br/materias/uyla-sodoma/>. Acesso em: 4 set. 2024.



Uýra Sodoma. Fotoperformance *Caos*, da série *Mil [quase] mortos*, 2018.

³ TUKANO, Daiara. *Portfólio*, 2022. p. 27. Disponível em: <https://www.daiaratukano.com/arte>. Acesso em: 4 set. 2024.

O queer na Arte

GLOSSÁRIO

Cisheterocentrado: expressão que se refere ao cruzamento da identidade de gênero, cisgênero, com a orientação sexual, heterossexual.

Não binária: expressão que se refere a pessoas que não pertencem ao modelo binário [masculino e feminino] e cisgênero de designação de gênero.

Aliás...

Para saber mais sobre as teorias *queers*, LGBTQIAPN+ e sobre esse debate no contexto latino-americano, leia o Capítulo 6, "Gêneros, sexualidades, racialidades e etnicidades".

De modo geral, a palavra *queer*, que significa "estranho" ou "anormal" em inglês, era um termo utilizado para ofender pessoas não heterossexuais e/ou não cisgêneras. Ou seja, tratava-se de uma palavra dita em um sentido pejorativo contra a comunidade LGBTQIAPN+ no contexto estadunidense no início do século XX. Todavia, ativistas LGBTQIAPN+, em face do insulto, responderam apropriando-se do termo *queer* e adotando-o de modo afirmativo para autodesignação. O **movimento queer** tem início marcadamente antiassimilacionista, isto é, crítico de uma política de mera inserção no tecido social, segundo suas normas vigentes e valores instituídos.

Assim, em grande medida, o *queer*, seja político, teórico, seja artístico, lida com o desafio de desestabilizar normas e discursos hegemônicos do sistema sexo/gênero/desejo. Isso no sentido de desenvolver outras epistemologias e relações sociais que não reproduzam hierarquias e cerceamentos entre distintos modos de vida. A afirmação e a visibilidade dos corpos "estranhos" (*queer*) à gramática do sistema sociopolítico dominante, notadamente constituído por valores da modernidade/colonialidade, é um gesto transgressor de integração da multiplicidade na vida coletiva. A expressão *queer*, no campo da arte, está comprometida com a produção do desvio do centro de poder **cisheterocentrado** por meio do enfrentamento do regime de sensibilidade que o sustenta.

No âmbito da música, algumas pessoas *queer não binárias* ganharam visibilidade nos meios de comunicação de massa.

Destacamos como exemplos do *queer* na música brasileira a artista paraense Jalloo (1987-), a cantora e *drag queen* maranhense Pablllo Vittar (1993-), a cantora e compositora paulistana Liniker (1995-), a artista paulistana Jup do Bairro (1993-), a cantora e compositora paulista Linn da Quebrada (1990-), a cantora evangelista e artista visual de Salvador Ventura Profana (1993-), o cantor do cenário *rap queer* nacional, também de Salvador, Hiran, e o grupo paulistano *Quebrada queer*, em atividade desde 2019.

Uma pergunta importante que podemos fazer é: "Em que medida ser uma pessoa *queer* em visibilidade no campo da arte já configuraria, por si só, uma manifestação ativista?". Responder afirmativamente a essa pergunta significa considerar que a visibilidade dessas pessoas e a representatividade que elas produzem colocaria em circulação imagens de corporalidades dissidentes do sistema binário (cismasculino/cisfeminino), contribuindo para uma transformação do regime de sensibilidade social.

Por outro lado, é possível indagar se a inserção do *queer* em um espaço de arte institucionalizado seria ou não uma contradição da sua posição antiassimilacionista, o que descaracterizaria, assim, o seu motor central. Assim, há artistas *queers* que realizam seus trabalhos fora das regras do mercado de arte, isto é, por meio de interferências urbanas, de forma anônima, agenciando práticas colaborativas em projetos coletivos.



Igor do Vale/Folhapress

Cantora Liniker durante show em Rio Claro (SP), 2023.

Arte é um luxo?

No artigo *Em busca dos jardins de nossas mães*, a escritora afro-americana Alice Walker (1944-) reflete sobre as possibilidades de mantermos viva nossa criatividade em contextos sociais adversos. Nesse escrito, o contexto abordado pela autora se refere ao período em que saber ler e escrever era considerado um crime passível de punição para pessoas negras.

Esse contexto foi verdadeiro não somente no período colonial em diversos lugares das Américas, como o Estados Unidos, mas também no Brasil. No que tange a este país, a repressão pelo regime dominante (não apenas durante a colonização, mas também no pós-independência) a práticas culturais de raízes indígenas e africanas manifestou-se na proibição de inúmeras atividades, como rituais tradicionais, rodas de samba, capoeira e, atualmente, à realização de bailes *funk*. Diante de tamanhos desafios, a autora questiona:

Considere, se é que você consegue imaginar, o que podia ter sido o resultado se cantar também fosse proibido por lei. Escute as vozes de Bessie Smith, Billie Holliday, Nina Simone, Roberta Flack e Aretha Franklin, entre outras, e imagine essas vozes amordaçadas por todas suas vidas. [...]

[...]

Mas este não é o fim da história.

WALKER, Alice. *Em busca dos jardins de nossas mães*. In: *Coleção Pensamento Preto: Epistemologias do Renascimento Africano*, volume II. União dos Coletivos Pan-Africanistas. Diáspora Africana: Filhos da África, 2018. p. 79.

Com base nessas reflexões, cabe perguntar: Seria a arte um mero luxo, restrito a pessoas que têm tempo, dinheiro e privilégios que lhe permitem se dedicar puramente a essa atividade?

No artigo intitulado *A poesia não é um luxo* (2020), a escritora, filósofa, poetisa e ativista negra estadunidense Audre Lorde (1934-1992) defende a poesia como iluminação. Isso porque ela afirma ser, por meio dessa atividade, possível nomear ideias que já são sentidas e que estão para nascer, porém ainda sem nome e forma.

A palavra **poesia** advém do termo grego *poiesis*, e significa “criação” ou “ato de criar”. No texto de Audre Lorde, a poesia é entendida como aquilo que permite apreciar nossos sentimentos e respeitar as fontes ocultas do nosso poder, não sendo um mero jogo estéril de palavras. Com base nessa compreensão, entendemos que a poesia, para a autora, expressa um sentido de arte que enfatiza seu caráter potencialmente transformador, tanto para quem a cria como para quem é afetado por essas criações.

Nessa perspectiva, é possível entender, experimentar e vivenciar a arte não como um luxo, mas como uma atividade fundamental para a criação de linguagens e ações que registrem e expressem nossas demandas revolucionárias por outros mundos possíveis.

Alberto Rocha/Folhapress



O *slam* funciona como um campeonato em forma de sarau. Competidores apresentam seus versos em até três minutos e são avaliados por um júri composto de cinco pessoas da plateia escolhidas na hora. Essa arte tem servido como espaço de expressão – por meio da poesia – da juventude preta, pobre e periférica de várias partes do país.

Slam Resistência, na Praça Roosevelt, região central de São Paulo (SP), 2018.

Ferramentas da Filosofia

Na seleção a seguir, Audre Lorde apresenta seus argumentos para defender a poesia como uma necessidade humana vital.

O tipo de luz sob a qual examinamos nossas vidas influencia diretamente o modo como vivemos, os resultados que obtemos e as mudanças que esperamos promover através dessas vidas. É nos limites dessa luz que formamos aquelas ideias pelas quais vamos em busca de nossa mágica e a tornamos realidade. Trata-se da poesia como iluminação, pois é através da poesia que damos nome àquelas ideias que – antes do poema – não têm nome nem forma, que estão para nascer, mas já são sentidas. Essa destilação da experiência da qual brota a verdadeira poesia faz nascer o pensamento, tal como o sonho faz nascer o conceito, tal como a sensação faz nascer a ideia, tal como o conhecimento faz nascer (antecede) a compreensão.

Na medida em que aprendemos a suportar a intimidade da investigação e a florescer dentro dela, na medida em que aprendemos a usar o resultado dessa investigação para dar poder à nossa vida, os medos que dominam nossa existência e moldam nossos silêncios começam a perder seu controle sobre nós.

[...]

Para as mulheres, então, a poesia não é um luxo. É uma necessidade vital da nossa existência. Ela cria o tipo de luz sob a qual baseamos nossas esperanças e nossos sonhos de sobrevivência e mudança, primeiro como linguagem, depois como ideia, e então como ação mais tangível. É da poesia que nos valem para nomear o que ainda não tem nome, e que só então pode ser pensado. Os horizontes mais longínquos das nossas esperanças e dos nossos medos são pavimentados pelos nossos poemas, esculpidos nas rochas que são nossas experiências diárias.

[...]

Os patriarcas brancos nos disseram: “Penso, logo existo”. A mãe negra dentro de cada uma de nós – a poeta – sussurra em nossos sonhos: “Sinto, logo posso ser livre”. A poesia cria a linguagem para expressar e registrar essa demanda revolucionária, a implementação da liberdade.

[...] As dores emergem dos nossos sonhos, e são os nossos sonhos que apontam o caminho para a liberdade. Aqueles sonhos que se tornam realizáveis por meio dos nossos poemas, que nos dão a força e a coragem para ver, sentir, falar e ousar.

Se aquilo de que precisamos para sonhar, para conduzir nosso espírito de maneira mais direta e profunda rumo à esperança, for desprezado como sendo um luxo, vamos abrir mão do cerne – da fonte – do nosso poder [...]; vamos abrir mão do futuro dos nossos mundos [...].

LORDE, Audre. A poesia não é um luxo. In: LORDE, A. *Irmã outsider*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 45-49.



Pintura da poeta e intelectual ativista Audre Lorde realizada por Gilda Barros.

1. Explique pelo menos dois argumentos utilizados pela autora para defender que a poesia não deve ser considerada um luxo.
2. Explique de que maneira a imaginação radical, vista no início deste capítulo, pode estar presente no sentido de poesia defendido por Audre Lorde.



1. Explique os problemas presentes na noção de “transparência total” quando lidamos com obras de arte.
2. Diferencie “representação” de “representatividade”.
3. Explique o conceito de **imaginação radical**.
4. Explique por que a escrevivência não pode ser confundida como apenas uma escrita de si.
5. Para responder às questões desta atividade serão necessárias duas etapas prévias.

Primeira etapa:

Pesquise, preferencialmente com o auxílio de seu/sua professor/a, as obras do artista visual Maxwell Alexandre (1990), que fizeram parte da exposição *Pardo é papel*. Essas obras podem ser vistas no catálogo digital da exposição, no *site* do Museu de Arte do Rio, disponível em: <https://museudeartedorio.org.br/wp-content/uploads/2020/07/Cat%C3%A1logo-digital-Pardo-%C3%A9-Papel-1.pdf>. Acesso em: 3 set. 2024.

Segunda etapa:

Leia abaixo a reflexão de Maxwell Alexandre acerca de seu trabalho artístico.

Em maio de 2017, num desses dias de ateliê em que você vai sem saber muito o que fazer, eu pintei três autorretratos em folhas de papel pardo que estavam perdidas por ali. No dia seguinte, quando olhei as pinturas penduradas na parede, percebi que realmente havia uma sedução estética muito potente, mas somente quando fui fazer a quarta pintura me dei conta do ato político e conceitual que eu estava articulando ao pintar corpos negros sobre papel pardo, uma vez que a cor parda foi usada durante muito tempo para velar a negritude.

A designação “pardo” encontrada nas certidões de nascimento, em currículos e carteiras de identidade de negros do passado foi necessária para o processo de redenção – em outras palavras, de clareamento – da nossa raça. Porém, nos dias de hoje, com o crescimento dos debates, a tomada de consciência e reivindicações das minorias, os negros passaram a projetar sua voz, a se entender e se orgulhar, assumindo seu nariz, seu cabelo e construindo sua autoestima por enaltecimento do que se é, de si mesmo.

ALEXANDRE, Maxwell. Testemunho. In: ALEXANDRE, Maxwell. *Pardo é papel*. Rio de Janeiro: Instituto Inclusartiz; Instituto Odeon, 2020, p. 26.

Considerando a pesquisa realizada e o texto lido, responda às questões.

- a) Por que a obra de Maxwell Alexandre pode ser entendida como ativismo?
 - b) Explícite ao menos um argumento que permita compreender o ato de pintar corpos negros em papel pardo como um ato político.
6. Com base no que você leu no capítulo, marque em seu caderno verdadeiro (V) ou falso (F) para as afirmações a seguir.
 - a) O objetivo dos exercícios de Filosofia da Arte é atingir a verdade total sobre os objetos de arte.
 - b) Buscar uma visão transparente de um trabalho artístico pode ser entendido como um empreendimento de controle sobre o objeto.
 - c) Édouard Glissant defende a busca pela transparência total dos objetos de arte em seu texto *Pela opacidade*.
 - d) A representatividade nas artes e mídias diz respeito apenas à presença de indivíduos de grupos sociais subalternizados.
 - e) A experiência com um objeto de arte pode variar de pessoa para pessoa e de momento para momento, segundo o texto.
 7. Dividam-se em grupos de até quatro pessoas. Valendo-se das ideias de **imaginação radical** e de **representatividade**, e considerando as obras dos/das diversos/as artistas mulheres, negros, indígenas e *queer* que vocês conheceram neste capítulo, debatam o que seria para vocês um mundo justo.

Em seguida, representem artisticamente as conclusões às quais vocês chegaram.

A representação pode ser feita com base na forma e no material que você escolher: desenho, pintura, música, texto, *performance*, *slam*, instalação, entre outros.

Procurem escolher um material e uma forma que se articulem com as conclusões a que vocês chegaram.

As representações artísticas resultantes da atividade serão apresentadas para a turma ou para a escola inteira, em uma Semana de Arte, por exemplo. A organização dessas apresentações mais amplas pode ser feita com a colaboração dos professores de Arte e Literatura.



Analise a resolução de uma questão do Enem relacionada ao conteúdo estudado na unidade.

1. (Enem – 2020)



ENEM, 2020

KOSUTH, J. One and Three Chairs. Museu Reina Sofia, Espanha, 1965. Disponível em: www.museoreinasofia.es. Acesso em: 4 jun. 2018 (adaptado).

A obra de Joseph Kosuth data de 1965 e se constitui por uma fotografia de cadeira, uma cadeira exposta e um quadro com o verbete “Cadeira”. Trata-se de um exemplo de arte conceitual que revela o paradoxo entre verdade e imitação, já que a arte

- a) não é a realidade, mas uma representação dela.
- b) fundamenta-se na repetição, construindo variações.
- c) não se define, pois depende da interpretação do fruidor.
- d) resiste ao tempo, beneficiada por múltiplas formas de registro.
- e) redesenha a verdade, aproximando-se das definições lexicais.

Gabarito: A.

Justificativa: Para responder a essa questão, é necessário que o/a estudante tenha assimilado as importantes intersecções entre a Arte e a Filosofia, especialmente o conceito de *mimesis*, que, na tradição dos gregos, significa “imitação” ou “reprodução”. Desse modo, a Filosofia compreende a Arte também como uma forma de conhecimento que possibilitaria a representação da realidade. De todo modo, na utopia filosófico-política de Platão, expressa em sua célebre obra *A República*, o filósofo alerta que a arte poderia ser tão realista a ponto de dificultar o verdadeiro entendimento da realidade e, portanto, os artistas não deveriam ter espaço em sua cidade “ideal”. Já para Aristóteles, que foi aluno de Platão, o processo de *mimesis*, da imitação, seria inerente à própria qualidade do ser humano, configurando-se em uma importante etapa de seu aprendizado devido ao seu potencial formativo.

A alternativa **a** é a correta porque estabelece uma definição coerente com a teoria da *mimesis*, segundo a qual a arte pode atuar como uma representação da realidade. A alternativa **b** está incorreta porque não é a repetição o elemento definidor da arte. Cabe lembrar, inclusive, que, segundo o filósofo Walter Benjamin, a reprodutibilidade de uma obra de arte pode ser responsável pela perda da “aura”, que torna cada atividade artística como algo único. A alternativa **c** está incorreta, pois remete à impossibilidade de definição da arte, o que contraria as importantes reflexões da estética e da Filosofia da Arte enquanto áreas de investigação da própria Filosofia. Muito embora diferentes significações possam ser atribuídas à arte, a depender do ponto de vista do observador, isso não impossibilita sua definição. A alternativa **d** não está correta, pois, apesar de os registros serem fundamentais para a conservação de diferentes expressões artísticas, nem por isso os significados atribuídos a essas expressões mantêm os mesmos sentidos através do tempo, sendo passíveis de outras e novas interpretações que dependem e se relacionam com o momento histórico. A alternativa **e** está errada, pois a despeito de a arte possuir um forte componente formativo, como defendem Aristóteles e os expoentes da arte como ativismo, o foco da questão está na relação entre arte e realidade e não na questão da linguagem (lexical).



1. (Unioeste-PR – 2022)

Considere o excerto de Spinoza, a seguir: O desejo (*cupiditas*) é a própria essência do homem, enquanto esta é concebida como determinada a fazer algo por uma afecção qualquer nela verificada. Explicação: [...] Na verdade, por “afecção da essência do homem” entendemos toda disposição dessa essência, quer inata ou adquirida, quer se conceba apenas pelo atributo do pensamento ou apenas pelo atributo da extensão, quer, enfim, se refira ao mesmo tempo a ambos. Portanto, pelo nome de desejo entendo todos os esforços, impulsões, apetite e volições do homem, os quais variam segundo a disposição variável de um mesmo homem e não raro são de tal modo opostos entre si que o homem é puxado em sentidos contrários e não sabe para onde voltar-se.

(SPINOZA, *Ética III, Definições dos afetos*)

Conforme o acima exposto, assinale a alternativa **CORRETA**

- a) Apenas pelo atributo do pensamento podemos controlar e submeter o desejo para não sermos arrastados em todas as direções e não sabermos para onde nos dirigir e, assim, fixarmos nossos objetivos.
 - b) O desejo é da ordem da imanência, submetendo toda e qualquer disposição do homem.
 - c) Apenas pelo atributo da extensão conhecemos a própria essência do homem e a sua virtude que vem do transcendente, de modo que, assim, podemos evitar sempre os desejos opostos entre si.
 - d) Para os seres humanos com consciência verdadeiramente crítica, não há relação entre desejo (*cupiditas*) e sociedade política.
 - e) Há uma distinção necessária entre corpo e alma, pois são diferentes e frequentemente se opõem, mas é a alma que controla o corpo, e nunca o contrário.
- ## 2. (UEM-PR PAS – 2023)

Sobre a *mimesis* como relação entre arte e natureza, assinale o que for **correto**.

01) *Mimesis* é uma palavra grega que no português significa imitação. É a arte que imita, entre outras coisas, a natureza, as ações, os gestos, os sentimentos, as formas, os sons e as cores dos seres naturais.

02) Para Aristóteles, a *mimesis* é a arte de simular. O ator simula gestos e ações da personagem para narrar fatos, e o pintor simula cenas por meio de traços e cores.

04) A *mimesis* tem como característica mais importante a inspiração do artista, a sua disposição interior e subjetiva para exprimir sentimentos e emoções.

08) A *mimesis* como concepção da arte é uma criação livre do artista, com a finalidade de imitar a ação criadora da natureza e a ação criadora de Deus.

16) Para Platão, a beleza não está na imitação das coisas da natureza, e sim nos objetos na medida em que participam do ideal de beleza, que é perfeito, imutável e suprassensível.

3. (Enem PPL – 2022)

“Pretuguês” é o termo cunhado por Lélia Gonzalez para se referir à tradição africana presente na língua portuguesa falada no Brasil; a característica tonal e rítmica do português seria uma herança das línguas dos povos africanos que vieram escravizados para o país. A autora destaca que a presença do “r” no lugar do “l” (quando se diz “framengo”, por exemplo) pode remeter à ausência da letra “l” em certos idiomas africanos do tronco linguístico bantu.

BARTHOLOMEU, J. S. *apud* GONZALEZ, L. In: *Enciclopédia de antropologia*. São Paulo: USP. Disponível em: <https://ea.fflch.usp.br>. Acesso em: 6 out. 2021 (adaptado).

No Brasil, a tradição mencionada no texto foi responsável pela

- a) preservação do tráfico humano.
 - b) ampliação do sistema migratório.
 - c) diversidade do patrimônio cultural.
 - d) variedade do conhecimento autóctone.
 - e) multiplicidade do comércio estrangeiro.
- ## 4. (Unicamp-SP Indígenas – 2023)



BANIWA, D. *Mona Lisa cunhã*. Imagem retirada do site do artista. Disponível em: <https://www.behance.net/denilsonbaniwa>.

A obra – de autoria do artista indígena Denilson Baniwa – dialoga com a obra de Leonardo da Vinci denominada *Mona Lisa* (ou *A Gioconda*), iniciada em 1503. Pode-se afirmar que Baniwa, ao ambientar a figura europeia numa aldeia indígena, remete à

- a) reinterpretação crítica de imagens artísticas consagradas.

- b) fusão pacífica entre as culturas estrangeira e nacional.
- c) celebração da superioridade da arte do Renascimento europeu.
- d) impossibilidade do hibridismo social e cultural.

5. (Unicamp-SP Indígenas – 2022)

Jaider Esbell (1980-2021), artista, intelectual e ativista indígena, foi curador da exposição “Moqué... Surarí: arte indígena contemporânea”, parte da 34ª Bienal de São Paulo, em 2021. Leia um trecho de entrevista com esse artista:

“As nossas histórias e nossos pensamentos sempre foram interpretados, introduzidos e moldados por antropólogos, por padres, por políticos, enquanto a gente nunca conseguiu imprimir um pensamento autoral, que nos coloque devidamente em um lugar de pessoas que têm mundos próprios, cosmologias próprias. E aí temos que fazer paralelos a todos os momentos com a cultura que quer ser dominante para falar de nós mesmos. Nós indígenas dizemos que o folclore brasileiro não existe, é uma invenção, é uma apropriação das nossas cosmologias e entidades. Uma apropriação.”

Adaptado de: “O que são 70 anos diante de 521, meu querido?”, entrevista de Artur Tavares com Jaider Esbell, *In: Elástica*, 3 de outubro de 2021.

Na visão de Jaider Esbell,

- a) os indígenas contam a sua própria história por meio do folclore brasileiro, o que foi apagado por antropólogos, padres e políticos ao longo de 500 anos de contato entre brancos e povos nativos do Brasil.
- b) é fundamental que os artistas e lideranças indígenas participem da formulação do folclore brasileiro para que suas culturas se tornem conhecidas e sejam fixadas em museus e espaços culturais em geral.
- c) quando sujeitos indígenas assumem protagonismo nos espaços de produção cultural, suas visões de mundo ganham visibilidade e permitem a superação do folclore que simplifica as suas culturas.
- d) as artes cerâmicas e plásticas produzidas por artistas indígenas, assim como suas referências culturais, foram ignoradas pelo eurocentrismo que marcou o modernismo brasileiro do começo do século XX.

6. (Fuvest – 2024)

A arte foi e ainda pode ser utilizada para criar, reforçar e disseminar ideias, valores e estereótipos, mas também pode colocá-los em discussão. A obra “Sentem para jantar”, de Gê Viana, faz parte da série “Atualizações traumáticas de Debret”, na qual o artista propõe uma revisão iconográfica da história do Brasil tendo como referência as obras de Jean Baptiste Debret, especificamente aquelas presentes em “Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil” (1834-1839), publicação que pautou de maneira imagética o período colonial brasileiro. Em sua revisão, Gê Viana

dá continuidade ao seu projeto de análise crítica de representações históricas, produzindo releituras de algumas dessas obras, dentre as quais, a obra “Um jantar brasileiro”, do artista francês. A seguir, são reproduzidos os quadros desses dois artistas.



Museus Castro Maya, Rio de Janeiro

Jean-Baptiste Debret. “Um jantar brasileiro”, 1827. Aquarela, 15,7 cm x 22 cm. Disponível em <http://museuscastromaya.com.br/>.



FUVEST, 2024

Gê Viana. “Sentem para jantar”, 2021. Impressão em jato de tinta com pigmento natural de colagem digital sobre papel Hahnemuhle Photo Rag 308 g/ m₂; 29,7 cm x 42 cm. Disponível em <https://mam.rio/ge-viana/>.

Com base nas informações e imagens apresentadas, assinale a alternativa que corresponde à abordagem adotada por Gê Viana em sua obra “Sentem para jantar”, ao utilizar como referência a obra “Um jantar brasileiro”, de Jean-Baptiste Debret.

- a) Gê Viana reproduz, em sua obra, as mesmas relações sociais representadas na obra de Debret.
- b) Gê Viana exalta, em sua obra, especialmente as características físicas das pessoas retratadas, enquanto Debret enfatiza as relações pessoais.
- c) Gê Viana emprega, em sua obra, as mesmas técnicas e os mesmos materiais utilizados na obra de Debret, o que lhes confere grande semelhança.
- d) Gê Viana ignora aspectos relacionados a questões étnico-raciais em sua releitura da obra de Debret, focando apenas na estética visual da obra.
- e) Gê Viana busca desconstruir, em sua obra, os estereótipos étnico-raciais presentes na obra original de Debret.

Criação de estandarte

Busque pela letra do samba-enredo do desfile da escola de samba do Rio de Janeiro Estação Primeira de Mangueira, de 2019, intitulado *História para ninar gente grande*.

A canção reverencia figuras históricas e heróis populares, como o líder Zumbi dos Palmares e a cantora Elza Soares, entre outros. Por meio dessas histórias, a letra celebra a resistência e a luta contra a opressão, refletindo um ativismo que valoriza a resistência e a contribuição das vozes marginalizadas. O enredo exalta a importância da cultura e da história como instrumentos de transformação social, unindo a tradição carnavalesca com uma mensagem de empoderamento e justiça.

Pesquise todas as personalidades e eventos históricos citados e identifique-os na letra da canção. Individualmente ou em grupo, crie um estandarte em homenagem às personalidades identificadas na música. Reflita em grupo sobre como os sentidos de arte e ativismo estão presentes neste samba-enredo. Se for possível, solicite ajuda da equipe de professores de Artes de sua escola para a criação e composição do estandarte e para a realização de uma exposição com os materiais criados pela turma.



Bandeiras em homenagem à Cartola e Marielle Franco no desfile da Escola de Samba Mangueira. Rio de Janeiro (RJ), 2019.





ppstock/Shutterstock.com

Como convivemos?

Convivemos com pessoas, animais e outros seres vivos. Nossas ações geram impactos na vida dos demais, assim como as práticas de outras pessoas influenciam o que sentimos e os valores que adotamos. Podemos concordar com relação a valores e práticas, mas experimentamos com alguma frequência o desacordo. Como conviver com pessoas e formas de vida diferentes? Nesta unidade, abordamos o problema da convivência em suas variadas expressões. No Capítulo 13, discutimos a relação entre convivência e felicidade, a natureza dos princípios éticos que orientam as ações humanas e as implicações sociais das nossas escolhas. No Capítulo 14, debatemos os valores que orientam a relação ética entre humanos, animais e a natureza. No Capítulo 15, apresentamos filosofias africanas, afrodiáspóricas e ocidentais que priorizam uma organização comunitária das práticas políticas. No Capítulo 16, debatemos a natureza e a legitimidade do Estado, bem como os problemas relacionados à gestão estatal da convivência.

1. O que valorizamos em nossas ações?
2. Como conviver com a natureza?
3. Como lidar com os desafios da convivência com pessoas que vivem e pensam diferente de nós?
4. Quando um contrato é justo?

Grupo de pessoas de costas representando multidão.

“Nós somos o começo, o meio e o começo [...]”

(Nego Bispo)¹



Éticas do bem-viver

Como viver bem e fazer boas escolhas? Quais caminhos conduzem à felicidade? O que é felicidade? As éticas do bem-viver abordam essas questões. Aprendemos coisas importantes sobre a felicidade com as religiões, as artes, a cultura na qual estamos, a família, nossas amizades, entre outros. Nas páginas seguintes, aprenderemos com as filosofias antigas as grandes perguntas e reflexões que moveram esses povos e lugares na busca pelo bem-viver.

Amenemope e a ética da serenidade

Amenemope, escriba e filósofo egípcio, apresentou uma reflexão sobre a travessia da vida no texto intitulado *Instruções*, cuja data aproximada é 1500 AEC e abrange temas como moralidade, ética e conselhos para uma vivência digna. Nesses escritos, ele usou uma metáfora para descrever a trajetória da vida: viver é como atravessar um rio. As águas muitas vezes estão agitadas. A vida tem acontecimentos imprevisíveis, dúvidas, escolhas difíceis. Vive bem quem atravessa as águas turbulentas com **serenidade**.

A serenidade está associada ao cuidado com as palavras e com o discernimento. O termo que os egípcios usavam para designar a Filosofia é, justamente, *rehket*, que significa “palavra bem feita, cuidadosamente talhada”. A pessoa serena (*geru maa*) evita a fala apressada e inflamada, diferenciando-se, assim, das pessoas acaloradas, que falam sem refletir. O antídoto para a pressa é o silêncio, que possibilita um calmo ato de discernimento.

Amenemope apresentou técnicas de **inspeção** do coração. As técnicas possibilitam uma avaliação justa de si mesmo, das palavras e das circunstâncias. Renato Noguera (1972-), filósofo brasileiro, constatou, em seu livro *Amenemope, o coração e a filosofia, ou, a cardiografia (do pensamento)*, a presença de quatro técnicas na obra de Amenemope: audição atenta do próprio coração, leitura dos ensinamentos filosóficos dos que viveram atentos ao próprio coração, pesquisa do coração por meio das palavras e exame cuidadoso das palavras do homem inflamado.

Nos escritos de Amenemope, há exortações para que se viva seguindo os preceitos de Maat. Os antigos egípcios acreditavam em Maat, a deusa da verdade, da justiça e da retidão. A palavra

maa remete à **deusa** e significa “balança”. É ela quem, após a morte, julga os humanos com a pena da verdade. Colocando o coração em um prato e a pena em outro, ela faz o julgamento; se o os pratos se equilibrarem, a vida foi justa e o que morreu está salvo; do contrário, está condenado e é entregue para ser devorado por uma fera mitológica. Amenemope mostra o caminho para passar pela balança de Maat: com discernimento, é possível colocar as palavras e a vida na balança, avaliando as ações com justiça e retidão.



The Print Collector/Alamy/Fotoarena

Amenemope, que viveu no Antigo Egito durante a 20ª dinastia do Novo Reino, sentado ao lado de sua esposa, Hathor. Estátua esculpida em madeira. Berlim, Alemanha.

GLOSSÁRIO

Inspeção: ato ou efeito de inspecionar; exame, vistoria, olhar atento.

Museu Britânico, Londres. Foto: Edna R. Russmann/Wikimedia.org



Julgamento do morto na balança de Maat. Papiro de Ani, c. 1300 AEC. Londres, Inglaterra.

¹ BISPO, Nêgo. Começo, meio e começo. *Revestrés*, Teresina, v. 50, ed. Paulo de Tarso Moraes, p. 23, 2021. Disponível em: https://revistarevestres.com.br/wp-content/uploads/2021/12/Revestres50_online.pdf. Acesso em: 20 set. 2024.

Renato Noguera

Renato Noguera (1972-) possui formação familiar *griot*, prática que tem raízes na África Ocidental. Os *griots* e *griotes* são pessoas vocacionadas a preservar e transmitir histórias de seu povo para as gerações futuras. Noguera também é doutor em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e professor de Filosofia na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). É pesquisador do Laboratório de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Leafro) e coordenador do Grupo de Pesquisa Afroperspectivas, Saberes e Infâncias (Afrosin).

Dentre suas publicações, estão os livros: *Ensino de filosofia e a Lei 10.639* (2014); *Mulheres e deusas: como as divindades e os mitos femininos formaram a mulher atual* (2018); *Por que amamos: o que os mitos e a filosofia têm a dizer sobre o amor* (2020) e *O que é o luto: como os mitos e as filosofias entendem a morte e a dor da perda* (2022). Para o público infantil, fundou o projeto Nana e Nilo, que valoriza o questionamento e o olhar das crianças. As histórias dos livros e o material audiovisual contam as aventuras de dois irmãos gêmeos que conhecem hábitos e ensinamentos dos povos africanos. Sobre a ética de Amenemope, constam os artigos: *Ética da serenidade: o caminho da barca e a medida da balança na filosofia de Amen-em-ope* (2013); *Amenemope, o coração e a filosofia, ou, a cardiografia do pensamento* (2015).



Cristiane Meira/Fotoarena

Renato Noguera.

Éticas gregas

Os filósofos gregos também refletiram sobre a boa vida. A boa vida é aquela que se realiza de acordo com o bem mais elevado, o valor mais fundamental de todos. Qual seria esse bem? Felicidade? Prazer? Tranquilidade da alma?

Aristóteles e a ética da felicidade



O que é, afinal, a vida feliz? Aristóteles (384-322 AEC), filósofo grego, apresentou uma resposta a essa questão em sua obra *Ética a Nicômaco*.

De acordo com Aristóteles, todas as ações têm uma finalidade, um propósito. Por exemplo: a finalidade de se alimentar bem é a saúde; quem trabalha para se enriquecer tem como finalidade a riqueza; os que agem tendo em vista a honra têm como propósito reconhecimento e admiração.

A riqueza, a saúde e a honra são bens importantes, mas possuem um valor relativo. A pessoa que deseja ser rica acredita que, por meio da riqueza, encontrará a felicidade. Assim, a riqueza é tratada como meio para um fim. Já a felicidade é diferente. Não buscamos a felicidade tendo em vista outro bem, pois desejamos a felicidade por si mesma. Por esse motivo, ela é o bem mais importante, o **sumo bem**, pois seu valor é absoluto.

O que é esse sumo bem que buscamos? Uma situação hipotética nos ajudará a entender a posição de Aristóteles. Imaginem um médico que criou a pílula do prazer. Se tomarmos a pílula, sentiremos prazer físico até o fim da vida. Contudo, não faremos nada, não criaremos planos, nem procuraremos atingir objetivos. Ficaremos apenas estagnados desfrutando desse prazer. Para Aristóteles, a pílula do prazer não promove felicidade. Quando nós nos entregamos aos prazeres, agimos como animais que não são racionais. Na visão de Aristóteles, humanos são racionais e, por isso, devem buscar algo mais valioso. Além disso, a felicidade envolve atividade, esforço, hábito.

Para Aristóteles, alguém que passa a vida estagnado é um ser completamente inerte, passivo e deixa de viver aquilo que é próprio do humano.



FatCamera/Stockphoto.com

Pessoas praticando atividade física em um parque no Canadá, 2019.

A felicidade por meio da racionalidade

Aristóteles identifica a felicidade com a **excelência humana**. Uma pessoa feliz se realiza como ser humano. E é possível realizar-se em uma área específica: um profissional que realiza com excelência a sua atividade, por exemplo. Realizar-se como ser humano é algo mais amplo, pois envolve praticar com excelência algumas atividades que todos os seres racionais podem realizar, seja qual for a profissão. De acordo com Aristóteles, a razão é uma propriedade da qual todos os humanos compartilham e que, ao mesmo tempo, nos diferencia dos demais entes.

Essas duas características indicam que a razão é a “essência” do ser humano: ela define o que somos. Realizar-se como ser humano envolve, portanto, desenvolver a nossa essência, isto é, a racionalidade. Assim, feliz é a pessoa que realiza **atividades racionais** com excelência.

Aristóteles apresenta duas atividades racionais: a contemplativa e a ética. A primeira é o estudo das verdades eternas, isto é, filosóficas. A pessoa que contempla essas verdades é feliz, pois exercita a racionalidade teórica. A atividade ética consiste em agir de modo racional no dia a dia, respondendo adequadamente às demandas das circunstâncias, mediante o controle adequado das emoções.

A resposta adequada é a virtude, que é um meio-termo entre dois extremos. Os extremos são **vícios**. Vejamos dois exemplos de virtudes: a coragem e a temperança.

A coragem é o controle racional do medo. Uma pessoa tomada pelo **medo** é covarde, pois sente medo demais. No outro extremo está a pessoa que não sente medo nenhum. Ela é **temerária**. A justa medida é a virtude, isto é, a **coragem**.

Uma pessoa que se entrega aos prazeres é **voluptuosa**. Está em um extremo, pois tornou-se escrava dos prazeres. Quem ignora completamente os prazeres é **insensível**, o que também é um vício. O meio-termo é a virtude da **temperança**, que consiste em um uso moderado dos prazeres.

A virtude é adquirida com o **hábito**. Não seremos virtuosos memorizando as virtudes aristotélicas. É apenas agindo, experimentando, acertando e errando que alcançaremos a virtude e, por conseguinte, a vida feliz.

Marlon Costa/AGIF/Folhapress



Marta, eleita seis vezes a melhor jogadora do mundo, é um exemplo de pessoa que realiza uma atividade profissional com excelência. São Lourenço da Mata (PE), 2024.



Tranquilidade da alma: epicurismo e estoicismo

De acordo com o filósofo grego Epicuro (342-271 AEC), o prazer é o bem supremo: princípio e fim de uma vida feliz. O prazer, para Epicuro, não é uma sucessão de banquetes e festas, nem o gozo dos sentidos, mas “a ausência de sofrimentos físicos e de perturbações da alma”².

Para que possamos entender em que consiste o verdadeiro prazer e alcançá-lo, é preciso classificar os desejos humanos e compreender quais podem nos ajudar nesse caminho e quais não servem a isso. Segundo Epicuro, há desejos que são naturais e necessários, como os de comer e beber; há os que são naturais, mas não necessários, como os de comer uma sobremesa e beber vinho; há, por fim, os que não são nem naturais nem necessários, por exemplo, os desejos de fama e de riqueza.

De acordo com Epicuro, para se chegar à tranquilidade da alma (ataraxia), o caminho é procurar satisfazer apenas os desejos naturais e necessários, como se alimentar.

RichLegg/Stockphoto.com



² EPICURO. *Cartas sobre a felicidade a Meneceu*. São Paulo: Unesp, 2002. p. 43.

A ausência de perturbação também depende de um cuidado com as crenças e opiniões que podem perturbar a alma, tais quais o temor dos deuses e o medo da morte. Segundo Epicuro, os deuses existem, mas, ao contrário do que pensa a maioria, não são causas de bens e males. Isso quer dizer que não podemos atribuir ao divino as coisas boas ou ruins que nos acontecem (isso seria contrário à natureza bem-aventurada das divindades). Os deuses não premiam nem castigam por nossas ações e, desse modo, não haveria razão para temê-los.

O medo da morte também não teria razão de ser. Isso porque o medo se dá quando há a expectativa de sofrer um mal. Ora, o mal ou o bem, o sofrimento ou o prazer, só podem acontecer a nós quando sentimos algo. E quando a morte acontece, não mais existimos e, portanto, não sentimos mais nada. Não há mais sensação e, portanto, nada de mau (nem de bom) pode acontecer a nós. Logo, não há o que temer.

Por outro lado, o fundador da escola estoica, Zenão de Cítio (333-263 AEC), assim como os epicuristas, busca a ataraxia, mas sua filosofia difere um pouco em relação à deles. O estoico experimenta a vida humana como condicionada pelo destino, isto é, por forças que não controlamos. Diante dessa experiência, e para alcançar a ataraxia, procura-se discernir aquilo que estaria sob nosso controle e aquilo que não estaria. A única coisa sob nosso controle é nossa vontade, na medida em que ela se guia pela razão.

Isso não implica que a pessoa estoica seja conformada com as coisas como são, de modo a, por exemplo, não agir para mudar o que vê de injusto na sociedade em que vive. Significa apenas que, ao agir, não perturbará sua alma quando algo além do seu controle não permitir que o fim visado por sua ação se concretize. Evita-se, assim, a dor e a frustração, por uma compreensão racional e uma atitude de aceitação diante daquilo que não se pode mudar.



Antal Strohmayer. *O jardim dos filósofos*, 1834. Óleo sobre tela.

Archives Charmet/Bridgeman Images/Fotorena

Aliás...

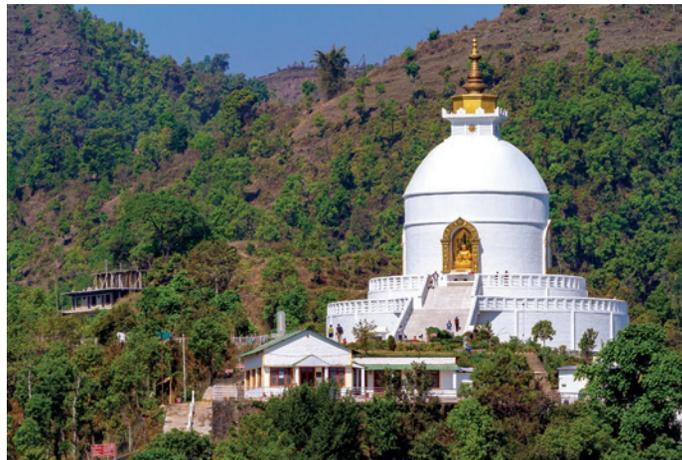
Assim como a ética da serenidade, epicuristas e estoicos compreendiam a Filosofia como modo de vida. O tema é abordado no Capítulo 1, "Filosofia, filosofias".

O fim do sofrimento no budismo primitivo

Sáimos da Grécia e voltamos para o Oriente, mais especificamente, ao local geográfico onde hoje existe a fronteira entre a Índia e o Nepal. Ali nasceu Sidarta Gautama (data aproximada: 484-404 AEC), o fundador do budismo. Sidarta passou parte da sua vida procurando uma maneira de se ver livre do sofrimento e encontrou uma resposta.

No mundo de hoje, mais de dois milênios após a experiência de Sidarta, milhares de budistas estão espalhados pelo mundo: na Ásia, em especial na China, no Japão, no Tibete, no Sri Lanka, na Indonésia, na Europa, no Brasil. Isso indica a influência que o caminho de Sidarta teve sobre milhões de pessoas mundo afora.

O budismo é uma religião complexa, que abarca diferentes tendências e práticas religiosas, bem como uma variedade de filosofias. Vamos nos ater a um ensinamento ético do budismo primitivo: a doutrina das quatro nobres verdades. Sidarta Gautama comunicou a doutrina oralmente. A forma escrita está presente no **Cânone páli**, a mais antiga coleção de textos budistas.



A cidade de Lumbini, no atual Nepal, é o local onde nasceu Sidarta Gautama, e um dos destinos mais visitados pelos seguidores do budismo, 2024.

heckpics/Stockphoto.com



GLOSSÁRIO

Cânone: conjunto de textos que apresentam as normas, os princípios e as doutrinas fundamentais de determinada tradição religiosa ou filosófica.

Páli: é uma língua que se baseia em um dialeto próximo ao que era falado por Buda.

As quatro nobres verdades



Claudia Marianno

A primeira verdade é que viver é doloroso. Sidarta afirmou que as experiências biológicas mais básicas são dolorosas: nascer, envelhecer, ficar doente, morrer. Há também dores físicas e mentais que surgem de modo fortuito, de acordo com os acasos da vida. A felicidade acaba rápido e, quando termina, ficamos frustrados, pois não podemos experimentá-la para sempre. Os sábios são capazes de perceber uma dor sutil enquanto experimentam a felicidade, pois reconhecem seu caráter transitório.

A segunda verdade é a causa da dor: a avidez (desejo intenso, inflamado). A avidez é uma inquietação frenética que nos leva a querer mais e sempre mais. Nunca alcançaremos uma satisfação completa e duradoura, pois somos limitados. Sempre haverá desejos não satisfeitos, e daí advém a frustração.

A terceira verdade é o nirvana, o cessar da avidez, do desejo. Na medida em que a avidez é a causa da dor, o nirvana é a libertação. É difícil descrever a experiência do nirvana, pois é mística e transcende a linguagem. Um recurso para descrever uma experiência desse gênero é a linguagem poética. Por meio de metáforas, os budistas se referem ao nirvana como a "outra margem" e a "fresca caverna do abrigo".

A quarta verdade é o caminho que leva ao nirvana. O caminho envolve três passos: a virtude moral, a meditação e a sabedoria.

O primeiro passo é a virtude moral, que consiste na palavra correta, na ação correta e no meio de vida correto. A palavra correta se opõe aos discursos falsos, violentos e desagregadores. A ação correta compreende não atacar seres vivos, afastar-se da conduta errada sobre os prazeres sensoriais e não roubar. Viver da maneira correta, por sua vez, consiste em agir com generosidade e compaixão.

O segundo passo é a meditação. Por meio dela é possível experimentar diretamente as verdades. A meditação fortalece a virtude, tornando possível a sabedoria, que consiste no final do caminho: o verdadeiro despertar.

Conta-se que, antes de morrer, Sidarta pediu aos discípulos para fazerem perguntas. Houve um silêncio geral. Sidarta concluiu: "Vocês entenderam!". O essencial no budismo não é a teoria. O mais importante é a libertação do sofrimento. O que dizer sobre o nirvana? Silêncio.



Monumento em homenagem a Buda. Phuket, Tailândia, 2024.

Para ampliar

▼ Acesse

Google Arts & Culture: templo budista Kiyomizu-dera.

O templo budista Kiyomizu-dera fica na cidade de Kyoto, Japão, e é patrimônio mundial da Unesco. Com imagens em 360°, o site possibilita fazer uma visita virtual ao templo. Disponível em: <https://artsandculture.google.com/entity/kiyomizu-dera/m02yn3g>. Acesso em: 20 set. 2024.

Éticas do dever

Ao longo de nossa vida, mudamos muito. Além das transformações físicas, nossos desejos, vontades e interesses não são os mesmos. Se lembrarmos de nossa infância, por exemplo, qual seria o principal motivo de nossa felicidade? Será que ele permanece o mesmo? Provavelmente não.

E se perguntarmos às pessoas que conhecemos o que as fazem felizes? Possivelmente, teríamos respostas tão diferentes e não chegaríamos a um consenso. As éticas do dever se perguntam como pensar sobre nossas vidas segundo um critério que seja universal. Mais do que o resultado das nossas ações, leva-se em conta o princípio que as determina.

Ética kantiana



O filósofo alemão Immanuel Kant (1724-1804) desenvolveu sua investigação no contexto do Iluminismo europeu e em oposição ao Antigo Regime, que supunha uma sociedade de privilégios. Ele procurou compreender a razão humana e seus limites, tanto no campo teórico (como conhecemos) quanto no campo prático (como agimos). O domínio da racionalidade prática tem como foco de análise o modo de agir dos seres racionais, o que eles devem fazer. Mas dever fazer não é simplesmente poder fazer.

Em sua obra *Fundamentação da metafísica dos costumes* (1785), Kant aborda as leis da liberdade: os princípios orientadores de nossa conduta. Diferentemente das leis naturais, que regem tudo o que acontece, as leis da liberdade tratam da vontade humana e estudam o que deve acontecer.

Graças à nossa capacidade racional, reconhecemos a representação da lei ou, em outras palavras, os princípios necessários para uma conduta correta. As leis são, assim, um mandamento da razão. Somos também seres de vontade e, por meio dela, nos motivamos a agir e decidir. Apesar de podermos escolher muitas coisas, nem todas devem ser realizadas. Mas como fundamentar esta afirmação?

Para Kant, uma escolha só é livre quando nossa vontade se submete às leis derivadas da racionalidade, a chamada **boa vontade**. A boa vontade identifica-se com a intenção com que se faz algo e não com o resultado dessa ação. É com base nela que se define a moralidade de uma ação. Se a razão não determina a vontade, então os motivos pelos quais agimos são externos, cir-

cunstanciais e podem não coincidir com as leis da liberdade. O filósofo alemão diferencia dois modos de relação entre a razão e a vontade: os imperativos hipotéticos e os imperativos categóricos.

Os **imperativos hipotéticos** representam uma ação ou decisão condicionada a fatores externos à própria vontade. É um meio para atingir determinado propósito. Vejamos o mandamento: “Cumpra com suas promessas para ser respeitado”. Nesse caso, o cumprimento de promessas é só um meio para uma finalidade externa da vontade: o respeito. Esse tipo de relação entre a razão e a vontade não pode ser critério para uma conduta ética, porque “ser respeitado” não é algo que dependa de nós. Ou seja, não conseguimos controlar as consequências de nossas ações. De forma semelhante, não podemos dizer que a finalidade de toda ação é a felicidade porque, segundo Kant, ela é vista como um bem-estar próprio, pessoal.

Frontispício da primeira edição da *Fundamentação da metafísica dos costumes*, de 1785.

Aliás...

A discussão kantiana sobre os limites do conhecimento é apresentada em sua epistemologia. O tema é abordado no Capítulo 2, “Pensar e conhecer”.



Retrato de Immanuel Kant, século XIX. Ilustração colorida à mão sobre madeira. Kant foi um dos pensadores centrais do Iluminismo.

North Wind Picture Archives/akg/Album/Fotoarena

Coleção particular





THE UNIVERSAL DECLARATION OF Human Rights

Article 1 - Recognition of the inherent dignity and of the equal and inalienable rights of all members of the human family is the foundation of freedom, justice and peace in the world.

Article 2 - Everyone has and should enjoy the same rights and freedoms without distinction of any kind, such as race, colour, sex, language, religion, political or other opinion, national or social origin, property, birth or other status.

Article 3 - Everyone has the right to life, liberty and security of person.

Article 4 - No one shall be subjected to torture or to cruel, inhuman or degrading treatment or punishment. In particular, no one shall be subjected to slavery or to servile practices.

Article 5 - No one shall be subjected to arbitrary arrest, detention or exile.

Article 6 - Everyone has the right to be recognized as a person before the law.

Article 7 - All are equal before the law and are entitled without any discrimination to equal protection of the law. All are entitled to equal protection against any such discrimination.

Article 8 - Everyone has the right to an effective remedy by the competent national authorities for the violation of the rights set forth in this Declaration.

Article 9 - No one shall be subjected to arbitrary arrest, detention or exile.

Article 10 - Everyone has the right to a fair and public hearing by an independent and impartial tribunal in the case of any dispute over his rights and obligations.

Article 11 - Everyone has the right to a fair trial. He shall be entitled to a fair and public hearing by an independent and impartial tribunal in the case of any criminal charge.

Article 12 - No one shall be subjected to arbitrary interference with his privacy, family, home or correspondence, nor to attacks upon his honour and reputation. Everyone has the right to the protection of the law against such interference or attacks.

Article 13 - Everyone has the right to freedom of movement and residence within the borders of each country.

Article 14 - Everyone has the right to leave any country, including his own, and to return to his country.

Article 15 - Everyone has the right to a nationality.

Article 16 - Everyone has the right to marry and to found a family, which is the basis of the society.

Article 17 - Everyone has the right to own property alone as well as in association with others.

Article 18 - Everyone has the right to freedom of thought, conscience and religion; in this article, freedom of religion includes freedom to change his religion or belief.

Article 19 - Everyone has the right to freedom of opinion and expression; this right includes freedom to hold opinions and to receive and impart information and ideas without interference by public authorities, by law or by any other person.

Article 20 - Everyone has the right to peaceful assembly and to associate with others in the maintenance of their common interests.

Article 21 - Everyone has the right to take part in the government of his country, directly or through freely chosen representatives.

Article 22 - Everyone has the right to social security.

Article 23 - Everyone has the right to work, to free choice of employment, to just and favourable conditions of work and to protection against unemployment.

Article 24 - Everyone has the right to rest and leisure, including reasonable limitation of working hours and periodic holidays with pay.

Article 25 - Everyone has the right to a standard of living adequate for the health and well-being of himself and of his family, including food, clothing, housing, medical care and necessary social services, and the right to security in the event of unemployment, old age, sickness or incapacity, and in other special cases.

Article 26 - Education shall be free, at least in the elementary and fundamental stages. Education shall promote understanding, peace, tolerance, friendship between nations, racial and ethnic groups, and shall develop the human personality and the sense of responsibility for one's fellow men.

Article 27 - Everyone has the right to the free enjoyment of his artistic and scientific creations.

Article 28 - Everyone has the right to the realization of the economic, social and cultural rights set forth in this Declaration.

Article 29 - Everyone has duties to the community in which alone the free and full development of his personality is possible.

Article 30 - Nothing in this Declaration may be interpreted as authorizing any State, group or person to engage in any activity aimed at the destruction of any of the rights and freedoms set forth herein.



UN Photo

Os **imperativos categóricos**, ao contrário, tornam a ação boa por si mesma, sem condicionantes externas. É a vontade de agir guiada unicamente pelo que ordena a razão, independentemente dos resultados de sua realização. Sua formulação é formal, isto é, não dita o conteúdo da ação, mas demonstra uma regra geral, expressa da seguinte maneira: “Age apenas segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal”³. Isto é, aja de modo que sua ação, se for feita em qualquer situação, possa continuar sendo boa.

Para ser expressão de uma boa vontade, o conteúdo da ação precisa ser generalizado como uma lei universal válida para todas as pessoas e situações. Assim, a máxima “cumpra suas promessas” é moralmente boa, porque pode ser universalizada, ainda que seus resultados não sejam vantajosos.

A universalização do critério ético desenvolvido por Kant foi importante, inclusive, para a defesa do valor da vida humana, como expressa outra fórmula do imperativo categórico: “Age de tal maneira que uses a humanidade, tanto na tua pessoa como na pessoa de qualquer outro, sempre e simultaneamente como um fim e nunca simplesmente como um meio [...]”⁴. As pessoas não são, portanto, objetos que podem ser controlados, manipulados ou utilizados, mas dotadas de dignidade e dignas de respeito.

Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada na Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948, em Paris, França. Na sua abertura, defende abertamente o reconhecimento da dignidade de toda a vida humana.

Falando nisso...

A ética do dever na tradição indiana

Uma das características do movimento intelectual europeu do século XVIII é a valorização da razão humana em detrimento das crenças religiosas. Apesar disso, nem todas as éticas do dever, ou deontológicas, se apoiam nas valorizações desenvolvidas no Ocidente. Em seu livro *A ideia de justiça*, de 2009, o filósofo e economista indiano Amartya Sen (1933-) observa uma interpretação possível da presença da ética do dever na tradição indiana. Em determinado ponto do poema épico “Mahabharata”, que narra a guerra entre os primos kuruidas e pânduidas, há um debate entre Arjuna, guerreiro, e Krishna, seu conselheiro, sobre o dilema de se liderar uma batalha que resultará em muitas mortes. Para Sen, enquanto Krishna insiste na importância do cumprimento do dever, Arjuna se preocupa com as consequências da guerra – não apenas por se tratar do grande número de mortes como também pelo fato de que o próprio Arjuna será responsável por elas.



Manuscrito ilustrado representando a Batalha de Kurukshetra, no qual se vê o deus Krishna pilotando o carro de combate enquanto Arjuna dispara suas flechas contra os kuravas, c. 1670.

The Picture Art Collection/Alamy/Fotobarena

³ KANT, Immanuel. *Textos selecionados*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984. p. 129.
⁴ KANT, Immanuel. *Textos selecionados*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984. p. 135.

Teoria do discurso de Jürgen Habermas

Na contemporaneidade, o filósofo alemão Jürgen Habermas (1929-) reformulou a ética kantiana com base no paradigma da comunicação, ou da **intersubjetividade**. É por meio da linguagem que os seres humanos se formam enquanto seres sociais e interagem, compartilhando um **espaço de experiência**.

Nossos desejos, crenças e expectativas nem sempre coincidem com os de outras pessoas. Uma boa convivência é possível quando conseguimos nos relacionar apesar das nossas diferenças e fazemos isso, segundo Habermas, por meio de regras que estão implícitas ou explicitamente presentes em nossa vida comum. Essas regras não são naturais, mas histórica e culturalmente construídas, porque sempre estamos inseridos em uma série de relações que se sobrepõem e que garantem a vida harmônica: familiares, religiosas, políticas, profissionais, entre outras.

As regras implícitas são aquelas que assumimos no nosso dia a dia. Quando não nos perguntamos sobre elas, significa que são fruto de um entendimento da questão. No trânsito, por exemplo, já assumimos que há uma sinalização para pedestres e automóveis, permitindo uma mobilidade segura para todos. Outros costumes, porém, por serem mais complexos, podem gerar desentendimento e exigem das pessoas uma **busca pelo entendimento** das regras que estão em desacordo. E, dado que somos seres de linguagem, essa busca se faz por meio do **discurso racional**: ele é o procedimento para se alcançar o consenso.

No campo as questões sobre justiça e condutas corretas, esse procedimento se apresenta por meio do **discurso moral**. Seu objetivo é estabelecer um critério para verificarmos a validade das normas que são fruto de dissenso. Para Habermas, a teoria do discurso também é **cognitivista e universal**. Cognitivista porque somos capazes de, racionalmente (não pela violência ou manipulação), e dentro de uma comunidade de comunicação, afirmar que uma norma é correta ou incorreta, justa ou injusta; e universal porque deve ser aceita e compartilhada por todas as pessoas afetadas por essa norma.

O **discurso ético** aborda questões existenciais sobre a boa vida. Assim como Kant, Habermas adota a ideia de que o sentido da felicidade varia de acordo com as pessoas e as culturas e, portanto, não pode ser universal. A distinção entre usos ético e moral da racionalidade é fundamental para a argumentação e coerência conceitual em Habermas. Há aí um pluralismo pelo qual as pessoas podem buscar ser felizes de diferentes modos, o que pode gerar controvérsias. Apesar disso, uma comunidade moral não precisa que todos os seres humanos concordem sobre como levar suas vidas, mas devem contribuir para que a vida compartilhada seja boa, apesar dos diferentes modos de existir.

Lembra-se do imperativo categórico kantiano? Habermas pensa sua teoria do discurso a partir de uma espécie de reformulação do imperativo categórico defendido por Kant, na universalização. Kant parte da máxima que o sujeito racional age corretamente quando o que ele faz pode ser estendido a todos. Mas, de modo distinto da ética kantiana, Habermas entende que as condições de validade, isto é, os requisitos para uma norma ser justa, devem se dar por meio do diálogo racional e imparcial. Por isso a comunicação tem um papel tão importante. Assim, temos o **princípio de universalização (U)**, segundo o qual são válidas somente as normas que possam ser aceitas por todos os interessados, que estão histórica e culturalmente situados.

A teoria do discurso busca, por meio da nossa capacidade comunicacional, oferecer e acolher justificativas racionais, para se alcançar um consenso acerca de questões sobre as quais existe desacordo. Somente por força dos melhores argumentos seria possível construir coletivamente normas justas e válidas para o entendimento comum.



Janine Schmitz/Photothek via Getty Images

Jürgen Habermas é um dos maiores intelectuais dos séculos XX e XXI, tendo dedicado seus estudos à democracia. Berlim, Alemanha, 2004.

GLOSSÁRIO

Intersubjetividade: condição de interação entre diferentes sujeitos que procuram se entender por meio da comunicação e linguagem.



FG Trade/Getty Images

Os grêmios estudantis deliberam sobre melhorias, reclamações, inclusão de programações culturais, sendo um meio de levar à administração das escolas as reivindicações dos estudantes. São Paulo (SP), 2022.

GLOSSÁRIO

Totalitarismo:

forma de governo que se caracteriza pelo controle da vida privada e pública em nome da superioridade nacional, por meio da força militar e do terror institucionalizado.

Finitude e liberdade



Na trajetória da vida, como podemos pensar nossa existência com base no fato de que nascemos em um mundo situado histórica e culturalmente, que poderá continuar sem a nossa presença quando essa experiência se encerrar? Essa pergunta aponta para a condição fundamental da humanidade: a de que somos seres finitos.

As éticas da finitude assumem tal condição por não confiarem em nenhum apoio externo à existência para agir e decidir. Por isso, mais do que regras ou busca pela felicidade, pergunta-se sobre o exercício da liberdade diante de situações concretas em que todas as pessoas são impactadas. E, nós, o que fazemos com nossa liberdade?

Hannah Arendt: a banalidade do mal

A filósofa alemã Hannah Arendt (1906-1975) é conhecida por pensar as transformações políticas de sua época. De origem judia, viveu durante a ascensão do nazismo ao poder e, como muitos intelectuais desse período, precisou deixar a Alemanha. A experiência do **totalitarismo** colocou para Arendt a defesa da responsabilização de nossos atos, sobretudo nas situações em que não é possível avaliar e decidir coletivamente, buscando um entendimento mútuo.

O horror do nazismo promoveu uma crise que atinge a condição humana em seu âmago. De um lado, temos as vítimas – judeus, poloneses, ciganos, homossexuais, entre outros –, que são desumanizadas pelo sistema a ponto de serem segregadas em campos de concentração. Por outro, há os executores dessa política, em especial os oficiais nazistas, que se recusam a assumir a responsabilidade por seus atos, afirmando que só cumpriram ordens superiores. Essa situação sem precedentes na Europa leva Arendt a desenvolver o conceito de **banalidade do mal**.

Diferentemente de uma razão maligna que pretende destruir tudo, o mal banal é **sem iniciativa** e cometido de forma **impessoal**. O texto *Eichmann em Jerusalém: um relato da banalidade do mal*, de 1963, é o resultado das análises que a filósofa faz com base no julgamento do tenente-coronel Adolf Eichmann. Sua função era autorizar comboios de milhares de pessoas em direção aos campos de concentração. Sua defesa, como a de vários outros oficiais alemães naquela época, foi se dizer inocente e que apenas cumpria as exigências de seu trabalho.

A maldade cometida não tinha nenhuma intenção contra judeus ou outras pessoas. Era sem motivação porque não havia ligação entre uma vontade de realizar algo e o resultado de seus atos. Eichmann não era particularmente cruel, mas uma pessoa comum que renunciava à capacidade de reflexão sobre sua conduta. Segundo Arendt, viver em um governo que organizava sistematicamente o extermínio de pessoas não era motivo suficiente para se recusar a compreender e se responsabilizar pelo que fazia.

Library of Congress/Corbis/VCG/Getty Images



Hannah Arendt durante o julgamento de Adolf Eichmann. Jerusalém, Israel, 1960.

Central Press/Getty Images



O tenente-coronel Adolf Eichmann, réu do julgamento ocorrido em Jerusalém, Israel, em 1960. Hannah Arendt destacou sua normalidade.

Para ampliar

Assista

Hannah Arendt – Ideias que chocaram o mundo, direção de Margarethe von Trotta (Heimatfilm, 2012, 113 min).

Depois de acompanhar o julgamento do criminoso nazista Adolf Eichmann em Jerusalém, Hannah Arendt escreve *Eichmann em Jerusalém: um relato da banalidade do mal*. Seu trabalho causa um grande escândalo, recebendo ataques de amigos e inimigos. A mistura de arrogância e vulnerabilidade de sua personalidade é exposta, revelando uma mulher lapidada pelo exílio.

A indiferença como parte da banalidade do mal

A reflexão envolve uma disponibilidade para querer compreender o nosso entorno, as diferentes situações e fenômenos dos quais participamos. Por isso, é um exercício constante e atento. O discernimento ético é necessário quando nossa experiência nos coloca em situações em que é preciso um posicionamento nosso como seres pensantes: algo que nos trará uma responsabilidade que não poderá ser transferida a outros. Pensar é também se responsabilizar perante nosso modo de vida.

A pura obediência a uma norma injusta separa o ser humano do mundo em que habita, tornando-o insensível diante das circunstâncias. A falta de sensibilidade não é o ódio, mas a indiferença de compartilhar o mundo com outras pessoas. Ao mesmo tempo, ela é uma anulação de si, ao se colocar no papel de mera engrenagem no sistema.

A banalidade do mal é o mal praticado como algo comum, sem importância e sem rosto, como ver pessoas morrendo de fome ao nosso lado ou, no tempo da escravidão, ver um escravizado ser torturado até a morte em praça pública. A recusa a esse olhar indiferente diz respeito a afirmar-se como ser humano: ser capaz de avaliar por si próprio sua conduta de vida em cada situação, mesmo que não haja nenhum apoio ou parceiros de debate.



A capacidade de adaptação do ser humano pode levá-lo a acostumar-se com a atrocidade e a injustiça, com a dor do outro, fazendo com que isso se torne comum, banal. Londres, Reino Unido, 2024.

Simone de Beauvoir: existencialismo

Simone de Beauvoir (1908-1986), filósofa francesa, escreveu no livro *Por uma moral da ambiguidade* (1947) as principais características do **existencialismo**.

De acordo com o existencialismo, o ser humano é o ser que se faz ausência de ser para que haja ser. Vamos compreender essa frase por partes. “Ser” é a natureza fixa e inalterável de uma pessoa. Suponha que uma pessoa esteja triste por ser de determinado jeito. Ela diz: “Eu sou assim! Essa é a minha natureza. Não escolhi ser desse jeito”. Simone de Beauvoir diria que essa pessoa está equivocada, pois não existe o ser, isto é, uma natureza fixa e inalterável.

Nós nos fazemos ausência de ser porque somos livres. Ausência de ser significa que o ser não está dado, não está pronto. O ser é construído na existência. Definimos quem somos, quais práticas realizamos e os valores que seguiremos. Estamos o tempo inteiro escolhendo, agindo e, por isso mesmo, nos redefinindo. Desejamos que haja ser, mas o ser nunca será completo, inalterável.

A liberdade existencialista é diferente de uma concepção metafísica de livre-arbítrio. Na liberdade existencialista, o ser humano é livre para decidir o que é bom e o que é mau. Os valores não são anteriores à escolha: a escolha humana é que produz os valores.

É possível assumir diferentes atitudes em relação à liberdade. Pode-se assumir a liberdade e engajar-se na existência com todo o coração. Essa é uma atitude **autêntica**. O contrário é o autoengano: a pessoa que se recusa a assumir a liberdade. Essa é uma atitude de **má-fé**.

Beauvoir apresenta um exemplo de má-fé em sua descrição de um tipo social conservador: o homem sério. Esse homem acredita que os valores morais, os papéis sociais e as instituições são “naturais”. O roteiro das nossas vidas está definido: basta encenar o papel que nos foi dado pela sociedade, a diretora do espetáculo. O homem sério recusa, portanto, a ideia de que os papéis sociais e os valores morais são **construídos pela liberdade humana**. Um caso diferente se dá quando a liberdade é limitada por agentes externos. Assim ocorre com as opressões políticas, econômicas e sociais.

As opressões limitam, mas não inviabilizam, a manifestação da liberdade. As pessoas oprimidas podem resistir, criar valores e sentidos por meio da resistência. É importante ressaltar que a atitude autêntica envolve mais do que uma afirmação individual da própria liberdade. Trata-se, antes de tudo, de uma decisão política. A pessoa autêntica entende que, ao querer ser livre, deseja a liberdade enquanto tal e, por esse motivo, engaja-se na luta contra as opressões.



A moral da ambiguidade

No trecho abaixo, extraído da obra *Por uma moral da ambiguidade*, Simone de Beauvoir apresenta o modo como crianças e adolescentes lidam com a liberdade:

[...] O que caracteriza a situação da criança é que ela se encontra lançada num universo que ela não contribuiu para constituir, que foi moldado sem ela e que lhe aparece como um absoluto ao qual só pode submeter-se; aos seus olhos, as invenções humanas: as palavras, os costumes, os valores são fatos dados [...]. E isso não significa que a própria criança seja séria; ao contrário, a ela é permitido brincar, despender livremente sua existência; [...] mas se ela realiza essa experiência com toda tranquilidade é precisamente porque o campo aberto para sua subjetividade parece aos seus próprios olhos insignificante, pueril, ela se sente radiantemente irresponsável. O mundo verdadeiro é o dos adultos, e nele só lhe é permitido respeitar e obedecer; singelamente vítima da miragem do para outrem, ela acredita no ser de seus pais, de seus professores: ela os toma pelas divindades que eles em vão tentam ser e cuja aparência eles se comprazem a imitar diante de olhos ingênuos; as recompensas, as punições, os prêmios, as palavras de elogio ou de acusação insuflam nela a convicção de que existem um bem, um mal, fins em si, como existem um sol e uma lua [...]

De fato, é muito raro que o mundo infantil se mantenha além da adolescência. Desde a infância, falhas já se revelam; no espanto, na revolta, no irrespeito, a criança pouco a pouco se interroga: por que é preciso agir assim? para que isso é útil? e se eu agisse de outra maneira, o que aconteceria? Ela descobre sua subjetividade, descobre a subjetividade dos outros. E quando chega à idade da adolescência, todo o seu universo começa a vacilar porque ela percebe as contradições que opõem os adultos uns aos outros e também as hesitações e fraquezas deles. Os homens deixam de lhe aparecer como deuses e, ao mesmo tempo o adolescente descobre o caráter humano das realidades que o cercam: a linguagem, os costumes, a moral, os valores têm sua fonte nessas criaturas incertas; chegou o momento em que será chamado para participar também dessa operação; seus atos pesam sobre a terra tanto quanto os dos outros homens, ele precisará escolher decidir. Compreende-se que tenha dificuldade de viver esse momento de sua história, e é esta sem dúvida a causa mais profunda da crise da adolescência: é que o indivíduo deve enfim assumir sua subjetividade. Por um certo lado, o desabamento do mundo sério é uma libertação. Irresponsável, a criança também se sentia sem defesa em face das potências obscuras que dirigiam o curso das coisas. Mas por maior que seja a alegria dessa libertação, não é sem uma grande perturbação que o adolescente se encontra lançado num mundo que não está mais pronto, que está por fazer, exposto a uma liberdade que nada mais subjuga, desamparado, injustificado. Em face dessa situação nova, o que ele vai fazer? É nesse momento que ele se decide; se a história que poderíamos chamar natural de um indivíduo: sua sensualidade, seus complexos afetivos, entre outros. Depende principalmente de sua infância, é a adolescência que aparece como o momento da escolha moral: então sua liberdade se revela e é preciso decidir sobre sua atitude em relação a ela [...].

BEAUVOIR, Simone de. *Por uma moral da ambiguidade*. Tradução: Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. p. 35-36; 38.

Após ler atentamente o texto de Simone de Beauvoir, responda:

1. Qual é a diferença entre as experiências da conduta infantil e adolescente apresentada pela filósofa?
2. Escreva um pequeno parágrafo sobre como a escolha moral e a necessidade de exercer a liberdade aparece na sua vida. Depois, compartilhe sua resposta com a turma.



Simone de Beauvoir, filósofa existencialista, em 1958.

Science History Images/Alamy/Fotoarena



1. Explique a seguinte passagem de *Ética a Nicômaco*, de Aristóteles, sobre a virtude:

A virtude é, pois, uma disposição de caráter relacionada com a escolha e consistente numa mediania, isto é, a mediania [...] relativa a nós, a qual é determinada por um princípio racional próprio do homem dotado de sabedoria prática.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Nova Cultural, 1984. p. 73.

2. Qual é a diferença entre a ética epicurista e a ética estoica?
3. Explique o papel da serenidade na ética de Amenemope. Exemplifique uma situação em que é possível seguir a inspeção do coração.
4. Considere a seguinte situação:
Uma pessoa acha uma maleta com dinheiro, procura seu dono e devolve todo o valor encontrado. A situação tem bastante repercussão e a pessoa é aplaudida por seu ato. Em entrevista à rádio local, ela justifica sua ação da seguinte maneira: “Nunca pensei em ficar com o dinheiro. Ele não é meu. Devolvi porque sou coerente com os ensinamentos da minha família, que sempre foi honesta”. Segundo Kant, é possível dizer que essa pessoa agiu de forma ética? Justifique.
5. Qual é a diferença da ética do discurso de Habermas em relação à ética kantiana?
6. Leia o trecho da mensagem de António Guterres, então secretário-geral da ONU, para o Dia Internacional de Combate ao Discurso de Ódio, em 2023.

[...]

O discurso de ódio é usado para alimentar o medo e a polarização, frequentemente para ganhos políticos e com um custo imenso para as comunidades e as sociedades. Incita a violência, exacerba as tensões e impede os esforços para promover a mediação e o diálogo. É um dos sinais de alerta de genocídio e de outros crimes atrozes.

O discurso de ódio é frequentemente dirigido a grupos vulneráveis, reforçando a discriminação, o estigma e a marginalização. Minorias, mulheres, refugiados, migrantes e pessoas de diversas orientações sexuais e identidades de gênero são alvos frequentes. As plataformas de mídia social podem amplificar e espalhar o discurso de ódio à velocidade da luz [...].

O DISCURSO de ódio “é um dos sinais de alerta de genocídio e de outros crimes atrozes”, alerta Guterres. *Nações Unidas Brasil*, Brasília, DF, 16 jun. 2023. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/236831-o-discurso-de-%C3%B3dio-%C3%A9-um-dos-sinais-de-alerta-de-genoc%C3%ADdio-e-de-outros-crimes-atrozes-alerta>. Acesso em: 20 set. 2024.

Com base na leitura:

- a) Explique como os discursos de ódio podem ser exemplos do que Hannah Arendt denomina “banalidade do mal”.
- b) Indique duas medidas que podem contribuir com o combate à proliferação desses tipos de discurso. Justifique.

Filosofia na prática

Aplicando a ética na conduta de situações do cotidiano



O objetivo desta atividade é se posicionar em face de situações relativas à conduta de vida, de forma coletiva e filosoficamente fundamentada.

1. A turma se dividirá em grupos de até três estudantes. Cada grupo pesquisará situações e problemas éticos dentro da realidade brasileira para serem apresentados em sala de aula. Pode-se fazer uma pesquisa em portais de notícias, jornais, revistas. Também é possível pensar em situações cotidianas que levem à reflexão sobre como vivemos e devemos viver.
2. No dia da apresentação das situações, ficará disponível um baralho com as diferentes concepções éticas estudadas. Cada grupo apresenta brevemente as situações pesquisadas, e a turma escolhe duas delas para serem discutidas.
3. Com a definição do dilema, os grupos sorteiam uma carta do baralho das concepções éticas e discutem como poderiam tratar o dilema escolhido com ajuda de suas ideias e conceitos.
4. Terminado o tempo de discussão, cada grupo apresenta suas conclusões para a turma de forma justificada.
5. Depois de todas as apresentações, o debate é aberto para verificar se há uma melhor forma para tratar da situação comum, ou se há outras possibilidades de se pensar o problema ético, não previstas nas cartas.
6. Após a discussão, cada grupo faz um relato de suas considerações em um parágrafo para ser entregue na aula seguinte.

Ética animal e direitos da natureza

“A ecologia penetrou a dignidade do homem, mas o conceito de dignidade não foi, via de regra, ampliado para abraçar outras dimensões que não as estritamente humanas.”

(Daniel Braga Lourenço)¹

TCT



Ética e natureza

A reflexão ética deveria se limitar ao ser humano? E quanto aos outros seres com os quais compartilhamos a vida neste mundo? Pensar sobre a felicidade, o dever e a liberdade envolve também examinar a relação dos seres humanos com os animais e a natureza. Este capítulo vai apresentar teorias que consideram em que medida os demais seres vivos, e mesmo o meio ambiente, merecem um tratamento ético.

Na Filosofia ocidental, a escola de pensamento chamada **utilitarismo** apresentou um conceito que influenciou a defesa dos direitos dos animais.

Utilitarismo

No século XIX, época de radicais avanços científicos e tecnológicos, era comum no imaginário social a ideia de que a ciência poderia fornecer uma solução para todos os problemas humanos, inclusive no campo moral. As questões de justiça social, escassez de recursos e desigualdade material se-

riam uma tarefa para a Economia ou a Física, e não mais da Ética ou da Filosofia Política.

Para responder aos desafios de seu tempo, os filósofos ingleses Jeremy Bentham (1748-1832) e John Stuart Mill (1806-1873) conceberam a teoria do **utilitarismo**. Essa corrente filosófica pauta-se pelo que entende ser uma evidência da natureza: todos os **seres sencientes** buscam aumentar o prazer e evitar a dor no maior grau que lhes for possível. Tais filósofos estavam convictos que, fundamentando-se em análises neutras e objetivas, seria possível alcançar a maximização do bem-estar dos indivíduos, ou, dito de outro modo, a felicidade. Influenciados pelo paradigma do cientificismo, esses filósofos chegaram até mesmo a estabelecer um cálculo para quantificar a felicidade de uma sociedade, a que eles chamaram de índice de felicidade geral, que pode aumentar ou diminuir conforme as circunstâncias.

Pode-se perceber a radical mudança de paradigma da ética que, desde Aristóteles, baseava-se no desenvolvimento das virtudes. Os pensadores do utilitarismo passaram a fundamentar a ética nos conceitos de prazer e de felicidade e, para tanto, foram beber nas fontes do **hedonismo** epicurista, o qual foi assumido como princípio primário de nossa natureza. Nessa perspectiva, reivindicavam que o princípio utilitarista de aumento do bem-estar e evitação do sofrimento deveria ser tomado como princípio orientador de gestão da sociedade.



Matheus Ribes

A exploração da natureza pelos seres humanos vem trazendo consequências catastróficas para o futuro das próximas gerações. É preciso uma grande mudança de mentalidade e posicionamento para que as atitudes positivas comecem a surtir efeitos em longo prazo.

GLOSSÁRIO

Ser senciente:

todo ser com capacidade de experimentar estados de prazer e dor, bem como sentimentos como raiva ou tristeza, podendo ter ou não consciência dessas sensações e emoções.

Hedonismo: ideia alegadamente baseada na observação empírica de que todas as ações visam aumentar o prazer ou evitar a dor.

Aliás...

A filosofia de Epicuro é apresentada no Capítulo 13, "Éticas do viver".

¹ LOURENÇO, Daniel Braga. *Qual é o valor da natureza?* São Paulo: Elefante, 2019. p. 23.

Para se levar em conta o aumento do bem-estar geral, o utilitarismo considera principalmente as consequências de uma norma ou decisão. Aqui entra em cena mais um princípio, o do consequencialismo, que fundamenta-se na ideia de que o critério de validade das normas ou decisões sempre depende dos efeitos práticos produzidos por elas. Assim, a melhor opção é sempre aquela que gera resultados favoráveis e observáveis para o maior número de pessoas. Todas as alegações baseadas em crenças, não verificáveis, de que essa ou aquela regra maximiza a felicidade estão excluídas. Portanto, as regras são escolhidas por sua utilidade, o que exige a mensurabilidade concreta de seus efeitos, a partir de uma igual consideração de todas as pessoas.

Mas não é nada simples a tarefa a que o utilitarismo se propôs. Afinal, como definir o que é útil? Alguns sujeitos obtêm felicidade pelo fato de possuírem uma máquina que lhes facilita a vida, como ter um carro; outros a conseguem por meio de experiências estéticas, como ir ao teatro – e ainda se pode pensar se os prazeres sensoriais deveriam ser preferidos aos prazeres intelectuais.

Stuart Mill, por exemplo, preocupou-se em estabelecer uma hierarquia entre os prazeres, destacando que existiriam escolhas qualitativamente superiores, que tornariam nossa vida mais feliz. Ainda que nos proporcionassem experiências menos prazerosas de imediato, o conhecimento, a autonomia e a prática da virtude produziriam um prazer superior a longo prazo. Assim, o filósofo admite um vínculo entre felicidade e moralidade. Já na concepção de Bentham, o cálculo utilitarista deveria ser capaz de articular uma resposta que envolvesse diferentes perspectivas sobre bem-estar, sem hierarquizar moralmente o que deveria tornar alguém feliz, mas considerando a intensidade, a duração, a quantidade e a qualidade dos prazeres, sem qualquer juízo moral com relação a eles.

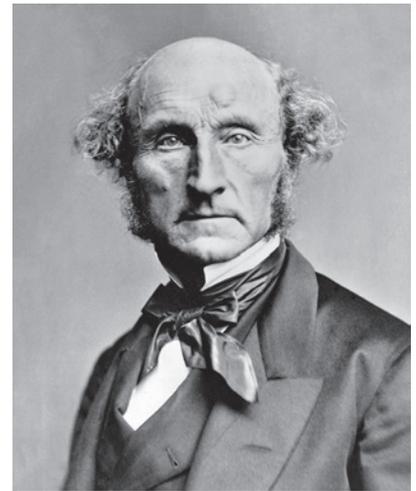
A corrente utilitarista afirma que a felicidade pode ser calculada, mas foi severamente criticada por ter se mostrado incapaz de fornecer um critério objetivo de avaliação das diversas experiências de prazer. Não obstante, sua influência persiste na análise política e econômica de intelectuais e gestores públicos. A teoria inclusive permaneceu como base de muitas das reflexões sobre o ambientalismo e a ética animal, já que, ao tratarem de seres sencientes, os utilitaristas incluíram também os animais.

Utilitarismo e direitos dos animais

Libertação animal (1975), do filósofo australiano Peter Singer (1946-), é uma obra pioneira no que se refere ao direito dos animais. Nela, o filósofo desenvolve uma resposta para a seguinte pergunta: por que nossos interesses teriam mais peso do que os de outros seres sencientes?

Singer defende a igual consideração moral para com seres que compartilham conosco a capacidade básica de sentir prazer e dor. A mesma pressuposição de igualdade que pauta a objeção ao racismo e ao sexismo pode, em certa medida, ser estendida para atribuímos direitos aos animais. Se as diferenças étnicas, políticas, culturais, de gênero, de classe e de raça não são justificativas para tratarmos as pessoas diferentemente, por que deveríamos considerar as diferenças que os seres humanos possuem com relação aos animais, como seu aspecto ou suas capacidades intelectuais, como justificativa para tratá-los com indiferença ou crueldade?

A defesa da igualdade não dependeria da inteligência, da capacidade moral ou da força física. Para Singer, a igualdade é uma ideia moral, não um fato. Factualmente, nenhum ser humano é igual a outro; mas o princípio de igualdade não parte do que somos, e sim da forma como deveríamos ser tratados. Por isso mesmo, Singer defende uma extensão da igualdade a partir da compreensão das diferenças entre espécies: considerar um cachorro como um igual não é conferir a ele todos os direitos humanos, mas os direitos condizentes com a necessidade de sua espécie. Em resumo, devemos considerar moralmente os interesses de cada ser.



John Stuart Mill, filósofo britânico e teórico do utilitarismo.

Ian Dagnall Computing/Alamy/Fotoarena



Ativistas protestam contra touradas. A prática, que simula uma luta entre homem e touro, termina com a morte do animal. Bogotá, Colômbia, 2024.

Luisa Gonzalez/Reuters/Fotoarena



Zuma Press/Easy Mediabank

Singer define como **especismo** o preconceito ou favorecimento dos interesses dos membros de uma espécie em detrimento do interesse de outras espécies. Para o filósofo, devemos focar nos elementos que nos aproximam dos animais em vez daqueles que nos distinguem. O que importa é que se tratam de seres sencientes que experimentam estados de prazer e dor, sendo esse o componente decisivo para reconhecermos que há, no mínimo, um interesse desses seres em não sofrer. Com sua obra, Peter Singer inovou a Filosofia ocidental ao defender a ideia de uma comunidade moral que se estenderia para além da humanidade.

Vaca resgatada de fazenda onde era usada para a produção de leite. Baden-Württemberg, Alemanha, 2024.

Para ampliar

▼ Acesso

As prioridades do movimento de direito animal no Brasil, de Peter Singer (entrevista concedida a Gilmar Freire). O filósofo Peter Singer concedeu uma entrevista à *Revista Brasileira de Direito Animal*, da Universidade Federal da Bahia, em que aborda o movimento pelos direitos dos animais no Brasil.

Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/RBDA/article/view/10355/7417>. Acesso em: 16 jul. 2024.

Justiça para os animais: a abordagem de Martha Nussbaum

Filósofas e filósofos que defendem a inserção dos animais em uma comunidade ética podem apresentar razões diversificadas para tal inclusão. Martha Nussbaum (1947-), filósofa estadunidense, publicou no ano de 2023 o livro *Justiça para os animais: nossa responsabilidade coletiva*. A obra apresenta uma nova abordagem debatendo, além do utilitarismo, diferentes teorias.

A *scala naturae*

Martha Nussbaum afirmou que, ao longo dos séculos, a maioria das pessoas da cultura ocidental absorveu uma imagem da natureza, a assim chamada *scala naturae* (escala natural). Conforme essa imagem, a natureza seria como uma escada com degraus mais baixos e mais altos. No degrau mais alto está Deus, o criador. Entre as criaturas, o ser humano ocupa o degrau mais alto, o mais próximo de Deus, porque tem razão, linguagem e capacidade de distinguir entre o certo e o errado.

A crença nessa imagem tem consequências éticas. Uma delas é a ideia de que a comunidade moral inclui apenas seres racionais, isto é, seres humanos. Os demais animais estariam degraus abaixo do ser humano porque agem apenas de acordo com instintos. Por ser especial, o ser humano estaria autorizado a usar os animais conforme seus interesses.

Na hierarquia dos seres, Deus aparece no topo como ser supremo. O ser humano se localizaria abaixo dos anjos, mas acima dos animais. Estes, por sua vez, seriam mais nobres do que os vegetais. Os demônios, por sua vez, são representados como seres decaídos na criação divina. A ideia de uma escala natural entre os seres esteve presente tanto na Filosofia grega quanto no cristianismo medieval.

Coleção particular



Diego de Valádes. *A grande cadeia do ser*, 1579.

A abordagem “tão semelhante a nós”

Steven M. Wise (1950-2024), professor de direito estadunidense, defendeu que alguns animais são sujeitos de direitos porque possuem capacidades semelhantes às humanas. Chimpanzés, bonobos, elefantes, baleias e golfinhos são autoconscientes, têm cultura e são capazes de projetar o futuro. Seres humanos que possuem essas capacidades são considerados pessoas, por isso possuem direitos. É irracional, segundo Wise, recusar direitos a esses animais. Thomas White, filósofo estadunidense, procurou demonstrar que os golfinhos podem ser considerados sujeitos de direito. No livro *Em defesa dos golfinhos: uma nova fronteira moral*, de 2007, o filósofo reivindica que golfinhos possuem autoconsciência, senso de identidade e capacidade de controlar seu comportamento para alcançar objetivos e de escolher entre duas alternativas.

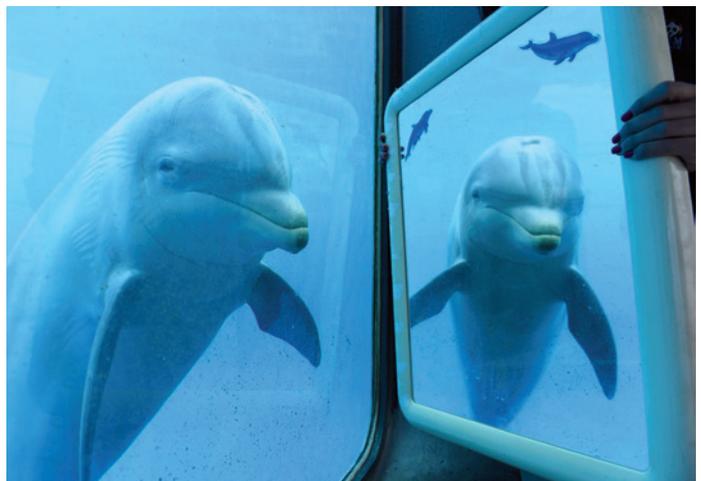
Muitos cidadãos pautam sua conduta em uma abordagem que reproduz a inferiorização presente na *scalae naturae*. Evidenciar a semelhança entre animais e seres humanos é uma maneira de convencer os cidadãos a valorizarem eticamente esses seres, que frequentemente sofrem violações de direitos. Apesar disso, segundo a filósofa Martha Nussbaum, essas abordagens são limitadas, pois permanece inquestionada a ideia de que algumas capacidades humanas são especiais e superiores: o número de animais considerados superiores é ampliado, mas continua o compromisso com a *scala naturae*, **uma vez que a consideração ética por eles depende do quanto se assemelham a nós.**

Nussbaum ainda alega que a natureza não é um *ranking* de capacidades. Na verdade, ela é composta por diversas formas de vida animal, cada uma com suas especificidades. Não faz sentido classificá-las de acordo com uma única escala, pois as espécies são diferentes.



Oliver Berg/DPA/AFP

Os macacos bonobos são capazes de relações interpessoais complexas, como controlar suas emoções diante do grupo e consolar seus pares. Colônia, Alemanha, 2020.



Pacific Press Media Production Corp./Alamy/Fotoarena

Golfinhos são capazes de reconhecer suas imagens em um espelho. Eles fazem poses e buscam enxergar partes do corpo que não podem ser vistas diretamente. Madri, Espanha, 2016.

Ampliando o utilitarismo

Para Nussbaum, o utilitarismo de Peter Singer deu um passo importante ao eleger a senciência como princípio das nossas avaliações morais. Contudo, a autora julga que é preciso ir além, pois as vidas dos animais têm outros aspectos moralmente relevantes: a dignidade, a capacidade social, a brincadeira, o livre movimento, entre outros. É impossível, por exemplo, praticar um ato de injustiça com um animal, como privá-lo da liberdade de movimento, sem lhe causar dor.

No capítulo anterior, analisamos a posição de Aristóteles sobre o prazer e a felicidade. De acordo com o filósofo grego, uma pessoa que tem uma vida prazerosa e não se esforça para realizar as potencialidades de sua natureza não tem uma vida feliz. Nussbaum defende uma posição análoga em sua consideração sobre os animais. A ética precisa considerar o esforço que animais realizam para florescer, isto é, para alcançar bens como sobrevivência, alimentação, reprodução, adaptação, convívio social, entre outros. A corrente utilitarista, por ter como foco apenas o resultado, ou seja, o prazer, sem considerar o valor ético do processo que conduz a um determinado estado de satisfação ou insatisfação, concebe os seres de maneira inadequada, não dando conta desse complexo processo de desenvolvimento.



Diversos animais são capazes de realizar atividades lúdicas e interações sociais de alta complexidade. Chimpanzé Jimmy pintando em sua jaula no zoológico de Niterói (RJ), 2010.

Além disso, o utilitarismo negligencia o problema da adaptação. Animais (incluindo seres humanos) são capazes de se adaptar a condições precárias. As pessoas aprendem a conviver com indignidades e privações, pois criam preferências adaptativas; demonstram bem-estar ou satisfação porque foram obrigadas a viver em um contexto opressivo. Algo semelhante ocorre com animais criados em zoológicos: podem não sentir insatisfação com a falta de liberdade de movimento ou de companhia social porque nunca experimentaram essas coisas. Assim, para ser justo com animais, sejam humanos ou não humanos, não basta promover o bem-estar; é preciso observar a situação dos agentes: se estão, por exemplo, em condições opressivas que inibem o desenvolvimento de suas capacidades.

A dignidade dos animais

Nussbaum reconhece semelhanças entre sua teoria e a da filósofa americana Christine Korsgaard (1952-). Ambas defendem que os animais possuem dignidade inviolável e aplicam aos animais o princípio da filosofia kantiana que diz que a pessoa humana deve sempre ser tratada como fim, não como meio. Mesmo recorrendo às ideias de Kant para fundamentarem a dignidade da vida animal, elas se opõem à posição que Kant assumiu sobre os animais em sua filosofia.



A moralidade do uso de animais em pesquisas tem sido questionada por grupos de defesa dos animais.

De acordo com Kant, os seres humanos se diferenciam dos animais por pelo menos três motivos: (i) a autoconsciência; (ii) a capacidade de representar leis morais; (iii) a capacidade de legislar, isto é, de produzir leis morais. A lei moral produzida por seres humanos vale apenas para seres humanos, pois um requisito para ser abrangido pela lei moral é ter a capacidade de fazer escolhas morais. Para Kant, a racionalidade confere à pessoa uma dignidade inviolável. O sentido dessa dignidade está representado no imperativo categórico: devemos tratar as pessoas como fins, não como meios.

Na visão kantiana, os animais não são capazes de representar, nem de criar leis: logo, as leis não se aplicam a eles. Para Kant, seres humanos têm apenas

um dever indireto em relação aos animais. Ato violentos contra animais rebaixam nossa humanidade e indicam um perigo, pois pessoas que são cruéis com animais revelam-se potencialmente capazes para o exercício da crueldade no mundo humano. Assim, se um ser humano é cruel com o animal, o que importa para Kant não é o sofrimento infligido ao animal, mas o provável perigo para seres humanos.

De acordo com Christine Korsgaard, Kant está certo quando afirma que apenas seres humanos são capazes de representar e produzir leis morais. Contudo, erra ao pensar que as leis morais se aplicam apenas aos seres humanos.

Aliás...

O imperativo categórico foi abordado no Capítulo 13, “Éticas do viver”.

Um animal não é capaz de produzir uma legislação moral, nem de representá-la, mas algumas leis morais produzidas por seres humanos podem – e devem – ser estendidas aos animais. Korsgaard e Nussbaum recusam a associação estrita entre racionalidade e dignidade. Animais e seres humanos são dignos porque se esforçam para alcançar objetivos e viver bem. Devem ser tratados, por isso, como fins, nunca como meios.

Diante das enchentes que atingiram o Rio Grande do Sul em 2024, ao lado da ajuda humanitária, observou-se forte comoção e mobilização pelo salvamento e cuidado dos animais vítimas da tragédia. O sofrimento dos animais gerou empatia nas pessoas. É significativa a mudança de percepção quanto à dignidade da vida animal na contemporaneidade.

Abrijo de animais em Canoas (RS), 2024.



A abordagem das capacidades no mundo humano

A abordagem de Nussbaum sobre a justiça recebe o nome de teoria das capacidades. De acordo com a autora, uma sociedade é minimamente justa somente se assegura a cada cidadão um nível mínimo de uma lista de **capacidades centrais**. As capacidades são condições que possibilitam aos cidadãos alcançarem seus objetivos, conforme suas visões pessoais sobre o que seja uma vida boa.

Nussbaum diferencia três tipos de capacidades: básicas, internas e combinadas. As básicas se referem ao equipamento inato, isto é, natural, que capacita as pessoas a buscarem objetivos. As internas, por sua vez, são as habilidades desenvolvidas com o tempo, que normalmente requerem a ajuda da família e da sociedade: saber ler, por exemplo. Nussbaum destaca que muitas pessoas têm capacidades internas, mas são incapazes de desenvolvê-las porque o contexto social oprime ou limita. Por esse motivo, o terceiro grupo é o mais importante: as **capacidades combinadas**, que abrangem capacidades internas e as circunstâncias sociais adequadas para desenvolvê-las.

Nussbaum apresenta uma lista de capacidades combinadas:

1. **Vida.** Ser capaz de viver até o fim uma vida humana de duração normal [...].
2. **Saúde física.** [...] alimentar-se adequadamente, ter abrigo adequado.
3. **Integridade física.** Ser capaz de mover-se livremente de um lugar para outro; estar seguro contra agressões violentas, incluindo a agressão sexual e a violência doméstica [...].
4. **Sentidos, imaginação e pensamento.** Ser capaz de usar os sentidos, imaginar, pensar e raciocinar [...].
5. **Emoções.** Ser capaz de criar vínculos com coisas e pessoas fora de nós mesmos [...].
6. **Razão Prática.** Ser capaz de formar uma concepção do bem e envolver-se na reflexão crítica sobre o planejamento da própria vida. [...]
7. **Afiliação.** [...] ser capaz de imaginar a situação do outro [...] [e] ter as bases sociais do autorrespeito e da não humilhação [...].
8. **Outras espécies.** Ser capaz de viver com consideração pelos animais, plantas e o mundo da natureza [...].
9. **Brincadeiras.** Poder rir, brincar, desfrutar das atividades recreativas.
10. **Controle sobre o ambiente.** [...] Ser capaz de participar [...] de escolhas políticas [...] e ter direitos de propriedade em igualdade de condições com os outros [...].

NUSSBAUM, Martha. *Justiça para os animais: nossa responsabilidade coletiva*. São Paulo: Martins Fontes, 2023. p. 131-133.

Aplicação ao caso dos animais

De acordo com Nussbaum, animais humanos são sensíveis e vulneráveis. Realizam esforços significativos para alcançar determinados bens, mas encontram diversos obstáculos (sociais, políticos, econômicos, culturais) que dificultam ou inviabilizam a realização de suas finalidades. Animais não humanos também se esforçam para alcançar bens e, assim como nós, encontram obstáculos, muitos produzidos por nós, seres humanos. A abordagem das capacidades reconhece a fragilidade dos animais em geral e destaca que é justo dar chance aos indivíduos para que seus esforços não sejam em vão.

Beto Ceili/Pulsar Imagens



Jumentos pastando em Paracuru (CE), 2023.

Um estudo feito por pesquisadores da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo (USP) apontou que o abate de jumentos aumentou mais de 8000% entre 2015 e 2019 em razão da exploração do animal pelas indústrias agropecuárias, farmacêuticas e de cosméticos.

Vladimir Turkenich/Shutterstock.com



Algumas espécies de cisnes tem a ciência de carregar os filhotes nas costas, de modo a protegê-los do frio, dos predadores e reduzir as demais possibilidades de risco.

A autora reconhece que alguns itens da lista parecem adequados apenas para seres humanos, mas entende que é possível adaptá-los. Por exemplo, a capacidade de usar sentidos, imaginação e pensamento: seres sencientes possuem, de acordo com a autora, uma vida interna, isto é, são capazes de perceber o mundo à sua volta. Animais têm formas particulares de sentir, imaginar e pensar, formas que devem ser respeitadas. Quanto à razão prática, Nussbaum destaca que animais agem de acordo com fins e se esforçam para alcançar seus objetivos, o que é análogo ao que fazem os seres racionais. A autora reconhece que o ideal seria produzir listas específicas, elaboradas conforme o conhecimento de que dispomos sobre as mais variadas formas de vida. Contudo, sua lista oferece indicativos gerais a partir dos quais as demais poderão ser desenvolvidas.

Como essa abordagem foi colocada em ação? Martha Nussbaum cita como exemplo um voto judicial de 2016 da nova Corte de apelação dos Estados Unidos. A Corte decidiu que a Marinha dos Estados Unidos violou a lei com um programa de **sonar** que impactou o comportamento das baleias. A decisão diz que

Efeitos de exposição abaixo de 180 dB podem causar perturbações ou abandonos de padrões naturais de comportamento [...] O sonar LFA também causa respostas intensificadas de estresse nos mamíferos marinhos. Tais perturbações de comportamento podem forçar os mamíferos marinhos a fazer concessões, como atrasar a migração, atrasar a reprodução, reduzir o crescimento ou migrar com reservas de energia reduzidas.

NUSSBAUM, Martha. *Justiça para os animais: nossa responsabilidade coletiva*. São Paulo: Martins Fontes, 2023. p. 171.

A justificativa para o voto, segundo Nussbaum, não apela para capacidades semelhantes às nossas, pois considera a capacidade específica da baleia de ser afetada por frequências sonoras baixíssimas, imperceptíveis para o ouvido humano. Além disso, a justificativa não se refere apenas à dor e ao prazer, pois destaca que o sonar frustra os esforços e os comportamentos de *animais* que precisam de certas condições para alcançar fins.

GLOSSÁRIO

Sonar: instrumento utilizado para a localização de submarinos; suas frequências acústicas variam de muito baixas a muito altas.

Martha Nussbaum

Doutora em Filosofia pela Universidade de Harvard, destaca-se pela vasta gama de temas tratados em suas publicações, tais como a religião, o feminismo, a Economia, o Direito, a ética e a Filosofia Política. Conquistou diversos prêmios e títulos honoríficos ao longo de sua trajetória acadêmica. Em 2015, recebeu o prêmio Inamori de ética, honraria dada a personalidades que reconhecidamente contribuem para a melhoria da condição humana, e, no ano de 2016, o prestigiado prêmio Kyoto, concedido a trabalhos inovadores nas áreas de arte, filosofia, ciência e tecnologia. Professora emérita da Universidade de Chicago, sua obra diversificada, marcada por sua elegância e erudição, conta com mais de 20 livros, abarcando desde a Filosofia antiga – *A fragilidade da bondade* (2009); a justiça social – *Fronteiras da justiça* (2013); a educação – *Sem fins lucrativos* (2015) até a filosofia contemporânea, como em ética animal – *Justiça para os animais* (2023).



Peter Hogan/Alamy/Fotoarena

Martha Nussbaum.

Falando nisso...

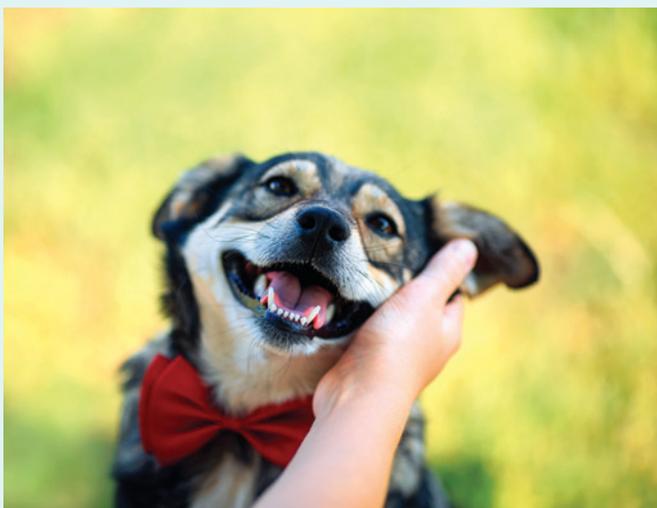
A relação entre seres humanos e animais

No livro *Confissões de um herético* (2017), o filósofo inglês Roger Scruton (1944-2020) critica a ideia de que o amor entre animais e seres humanos possa ser equiparado ao amor humano. Comparar tais sentimentos é recair em um sentimentalismo que degradaria a ideia de amor.

Os animais são incapazes de nos frustrar moralmente, assim como somos incapazes de decepcioná-los com nossas escolhas. Pessoas boas ou cruéis são igualmente amadas por seus cães. Do mesmo modo, seus donos podem estar seguros de nunca serem traídos ou abandonados sem aviso prévio por seus pets, que jamais quebrarão as expectativas de seus donos.

Os animais, que ao longo de eras estabeleceram relações de companheirismo com o ser humano, permitem que seus tutores projetem uma imagem reconfortante a respeito de si mesmos. Contudo, o amor, reflete Scruton, envolve reciprocidade moral e possibilidade de frustração de expectativas: é vivido em uma dimensão de autonomia, na qual tratamos e somos tratados como indivíduos pelos seres amados, em uma dinâmica de compromissos e dificuldades singulares ao que é humano. Podemos ter afetos, responsabilidades e obrigações para com os animais, mas nada se compararia ao vínculo estabelecido entre pais e filhos, por exemplo.

Essa concepção equivocada de amor é enganosa para o animal e o ser humano: o animal é reduzido a um ser idealizado, um mimo, que atende ao anseio humano de um amor perfeito e incondicional. Do mesmo modo, a devoção aos pets cria em nosso imaginário uma narrativa reconfortante sobre a nossa capacidade de amar gratuitamente.



Natasha/Stockphoto.com

Segundo o filósofo Roger Scruton, os animais domesticados são capazes de amar incondicionalmente seus tutores, sendo eles pessoas boas ou más.



Os direitos da natureza

Na obra *Qual o valor da natureza?* (2019), o professor de direito ambiental brasileiro Daniel Braga Lourenço traça um panorama das diferentes abordagens filosóficas sobre a natureza na contemporaneidade. O autor aponta como, historicamente, as concepções teológicas e metafísicas da tradição ocidental situaram o ser humano como senhor da natureza. Essa condição, dada por Deus, conferiria à humanidade prerrogativas de uso dos recursos naturais e domínio sobre o reino animal e outros seres vivos. A filosofia racionalista também nos dá exemplos de continuidade dessa leitura: para René Descartes, por exemplo, os animais, desprovidos de alma, seriam como máquinas, não sentindo dor ou emoções.

Ticiano. *Adão e Eva*, c. 1550. Óleo sobre tela, 240 cm x 186 cm. A tela retrata a queda do paraíso.

Na cultura ocidental, a reivindicação de um domínio absoluto sobre a natureza tem uma origem religiosa: trata-se da narrativa bíblica em que Deus confere ao ser humano o título de "senhor" do mundo criado.

Aliás...

A filosofia de Descartes e sua concepção mecânica de natureza são abordadas no Capítulo 20, "Como habitamos a Terra?".

Para ampliar

▼ Acesso

WWF Brasil. Disponível em: <https://www.wwf.org.br/>. Acesso em: 15 jul. 2024.

Greenpeace. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/>. Acesso em: 12 jul. 2024.

O Fundo Mundial para a Natureza (WWF) e o Greenpeace são as maiores ONGs do planeta voltadas para a proteção da natureza.

Antropocentrismo

Como se vê, o Ocidente desenvolveu uma abordagem antropocêntrica da natureza, ou seja, a ideia de que ela só possui valor na medida em que serve aos interesses humanos. Além disso, o **antropocentrismo** estabelece o ser humano como referência única para determinar o que é valioso, a partir de categorias estabelecidas por e para seres humanos. Esse valor denomina-se **instrumental**, por compreender o mundo natural como um meio para fins externos à sua existência.

Por trás desse antropocentrismo, encontra-se o utilitarismo: devemos maximizar o bem-estar humano, ao passo que a natureza é tão somente um instrumento útil para isso. Sendo assim, proteger a natureza não seria algo valioso em si mesmo, mas apenas um meio para o fomento do bem-estar humano. Seja de uma perspectiva tradicional ou daquela da conservação do ambiente, a natureza é interpretada como coisa e, portanto, desprovida de direitos. Os únicos seres dotados de direitos seriam aqueles dotados de consciência de si e autonomia moral, ou seja, o animal racional humano.

Biocentrismo

A crítica ao antropocentrismo parte da convicção de que seria moralmente reprovável negar a existência da alteridade ou reduzi-la em relação ao ser humano. O que explica nosso senso de superioridade para além de uma autoimagem culturalmente construída? Por que, do ponto de vista moral, a natureza deve ser tratada exclusivamente como objeto? Por que o direito à vida é direcionado a determinadas espécies pelas quais nutrimos simpatia?

O **biocentrismo**, defendido pelo biólogo uruguaio Eduardo Gudynas (1960-), na obra *Direitos da natureza* (2019), sustenta que há valor intrínseco na natureza e que vidas sencientes e ecossistemas não devem ser julgados por sua utilidade ou pelo juízo valorativo que os seres

humanos atribuem a eles. Dito de modo simples, os direitos de uma vaca e de um cachorro não devem depender da utilidade deles para nossa vida nem das diferentes opiniões morais e estéticas que podemos ter a respeito desses animais. A valoração não antropocêntrica da natureza defende que ela possui valor **intrínseco**, inerente, independentemente da avaliação humana.

Dizer que algo possui valor intrínseco é afirmar seu valor não instrumental. Esse valor não precisaria ser detalhado, segundo Gudynas, já que essas valorações poderiam recair novamente em uma noção do que é valioso para nós. O importante é o reconhecimento de que há valor intrínseco em seres e ecossistemas, assim como compreendem os povos originários com relação à natureza, em toda sua diversidade e especificidade. Se, por um lado, são necessariamente os seres humanos que realizam atribuições de valor, por outro, essas valorações não precisam ser medidas em termos de utilidade segundo nossos fins. Nesse sentido, embora a fonte de valor seja humana, a localização do valor é externa, pertence ao que é valorado.

Demandaria, portanto, de sujeitos dotados de agência moral (os seres humanos) o reconhecimento desse valor. O biocentrismo defende o vínculo moral com o ambiente e seus seres, os quais possuiriam estatuto moral sem necessariamente possuir responsabilidades morais. Tal é o caso das crianças e das pessoas neurodivergentes com comprometimentos cognitivos profundos: entendemos que esses seres humanos demandam, de um ponto de vista moral, cuidado, respeito e atenção aos seus interesses, ainda que não sejam capazes de igual reciprocidade.

O biocentrismo postula que todos os seres vivos têm valor, encontrando fim em si mesmos, e são dotados de interesses que devem ser respeitados e preservados. É importante destacar que tais interesses compreendem inclusive aquelas potencialidades biológicas que serão realizadas caso esses seres não sofram as intervenções artificiais da ação humana. Nesse sentido, é possível dizer que os pássaros têm interesse em não viverem presos em gaiolas, e que os porcos têm interesse em não viverem confinados em baias, ainda que não tenham qualquer grau de consciência acerca dele.

Note que o biocentrismo não prescreve que devemos preservar somente o direito à vida das diferentes espécies de organismos. Se assim o fosse, a pecuária de corte seria moralmente aceitável, pois certamente contribui para a preservação dos bovinos, já que promove a reprodução de milhões desses animais, mesmo que para abate. A defesa, entretanto, é pelo direito de existirem e florescerem com dignidade. O biocentrismo pode tanto abarcar a perspectiva do individualismo moral, no qual o valor é próprio de cada vida, de cada indivíduo da espécie, como também incluir as diversas espécies que se relacionam (ecossistemas) e a própria natureza enquanto sujeitos passíveis de direitos. Essa é a perspectiva mais ampla dos direitos da natureza, que veremos adiante.

Segundo Eduardo Gudynas, a objetificação da natureza assume o meio ambiente tão somente como fonte de recursos que pode ser convertida em ativos econômicos. Desse modo, espécies e ecossistemas são classificados como úteis ou inúteis em função dos interesses do ser humano. Essa é a posição do antropocentrismo utilitarista: a natureza só possui valor na medida em que proporciona a maximização do bem-estar humano. Nessa perspectiva, o progresso demandaria o domínio, controle e manipulação do ambiente, incluindo-se aí a necessidade de conservação da natureza como um patrimônio de todos e da defesa de uma "economia verde", mas somente na medida em que isso é capaz de garantir o futuro da humanidade – não pelo valor em si da natureza, mas em função do ser humano.



Want Some Studio

O biocentrismo se opõe ao antropocentrismo na medida em que entende que os outros seres vivos não são meros instrumentos para que o ser humano se realize, mas têm valor por si mesmos.



Heebphoto/Alamy/Fotorena

Montanhas Black Hills, consideradas sagradas e o centro do mundo para os povos originários sioux e cheyenne. Dakota do Sul, Estados Unidos, 2022.

Gudynas assinala as dificuldades levantadas pela conversão de todo o valor da natureza em um ativo econômico e pleiteia a ideia de valoração plural da natureza, baseada em critérios não somente econômicos. Em primeiro lugar, por estes excluírem a possibilidade de que seres, espécies e ecossistemas possuam valor independente das aspirações e interpretações humanas; em segundo lugar, porque a natureza traz outros valores, como os estéticos, culturais e espirituais, que fogem à precificação mercadológica e criam significados para indivíduos ou comunidades. A conversão grosseira do valor da natureza em uma escala monetária é não só insensível mas também rasa, especialmente se comparada às interpretações complexas do meio ambiente presentes nas cosmovisões dos povos originários. Como precificar a beleza de uma paisagem ou de objetos naturais que são considerados sagrados por uma determinada cultura?

A perspectiva dos **direitos da natureza** concebe a natureza como portadora de direitos. Diferentemente da perspectiva do direito ambiental, que, por meio da conservação da natureza, se ocupa de garantir aos seres humanos uma vida de bem-estar, o direito da natureza prescreve a proteção constitucional da existência e sua manutenção, renovação e regeneração, bem como das funções e dos processos evolutivos da natureza.

O que está em questão, portanto, não é o bem-estar humano garantido por uma justiça ambiental para os viventes humanos, mas a ideia de um bem-viver, baseado em uma relação solidária entre humanidade e natureza, que garanta para ela uma justiça ecológica. Como se vê, a ideia de direito da natureza ultrapassa a ideia de desenvolvimento sustentável, porém sem excluí-lo, uma vez que não assume o direito da natureza como hierarquicamente superior aos direitos ambientais.

A Constituição do Equador



GLOSSÁRIO

Assembleia constituinte:

órgão responsável pela elaboração da Constituição de um país.

A Constituição do Equador, aprovada em 2008, reconheceu a natureza (*Pacha mama*) como **sujeito de direitos**. De acordo com Alberto Acosta, equatoriano, economista e membro da **assembleia constituinte**, o reconhecimento da natureza como sujeito representa um “marco para a humanidade”. A Constituição da República do Equador, a maior lei daquele país, também inovou porque integrou alguns conceitos das cosmovisões de povos indígenas, tais como as noções de *Pacha mama* e *sumak kawsay* (bem-viver), promovendo, com isso, uma descolocação do vocabulário jurídico.

O giro biocêntrico está explícito nos artigos 71 e 72:

A Natureza, ou Pacha Mama, onde a vida se reproduz e ocorre, tem direito ao respeito integral pela sua existência e pela manutenção e regeneração dos seus ciclos vitais, estrutura, funções e processos evolutivos.

[...]

A natureza tem o direito à restauração. [...] Nos casos de impacto ambiental severo ou permanente, inclusive aqueles causados pela exploração de recursos naturais não renováveis, o Estado estabelecerá os mecanismos mais eficazes para alcançar a restauração e adotará medidas adequadas para eliminar ou mitigar as consequências ambientais prejudiciais.

EQUADOR. *Constituição da República do Equador*: promulgada em 25 de janeiro de 2018. Buenos Aires: Unesco, 2021, tradução nossa. Disponível em: www.defensa.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2021/02/Constitucion-de-la-Republica-del-Ecuador_act_ene-2021.pdf. Acesso em: 26 ago. 2024.

Os povos andinos costumam praticar rituais em homenagens a *Pacha mama*, ofertando à natureza aquilo que receberam dela. Peru, 2021.



Joseyha Ramos/Shutterstock.com

Pacha mama é um conceito presente nas culturas dos povos aimará, quíchua e kishwa. *Pacha*, na língua aimará, significa cosmos, isto é, a ordem do mundo. *Pacha mama*, segundo Gudynas, é o meio ambiente no qual a pessoa se encontra. Esse meio ambiente não é exclusivamente natural e apartado da sociedade. A natureza é uma comunidade composta por pessoas, animais, plantas, espíritos, montanhas, lagos, entre outros elementos.

O reconhecimento de *Pacha mama* como sujeito de direito se relaciona com o bem viver (*sumak kawsay*). O artigo 14 reconhece “o direito da população de viver em um ambiente saudável e ecologicamente equilibrado, que garanta a sustentabilidade e o bem viver [*sumak kawsay*]”². A constituição indica, por um lado, que o valor jurídico da natureza não é medido de acordo com a sua utilidade para os seres humanos; por outro, que o respeito pelos direitos da natureza é importante para os seres humanos, pois para viver bem é preciso proteger e preservar a *Pacha mama*. Trata-se, no fundo, de uma via de mão dupla: ganha a natureza e ganha a humanidade.

Integrando saberes

Animais e vegetais dotados de consciência

O engenheiro florestal e pesquisador alemão Peter Wohlleben (1964-) elenca, nas obras *A vida secreta das árvores* (2017) e *A vida secreta dos animais* (2019), inúmeros exemplos cientificamente demonstrados de que animais não humanos e vegetais são dotados de linguagem, vida social complexa e interesses conscientes variados. Árvores entrelaçam raízes promovendo o equilíbrio na distribuição de nutrientes. Carvalhos liberam toxinas para tornar o gosto de suas folhas amargo e venenoso para os parasitas, indicando seu interesse em existir e (talvez) não sentir dor. Acácias exalam o gás tóxico etileno para se defender, sinalizando para as árvores mais próximas que estão sendo devoradas por girafas, indicando assim que se comunicam e possuem uma linguagem rudimentar. No mundo animal, estratégias de dissimulação contra o roubo de comida e ataques inimigos são comuns. Cães, por exemplo, possuem um caráter moldado por instintos, mas também por interações socioambientais, de forma que adquirem traumas e medos decorrentes de suas experiências. Pesquisas indicam ainda que corvos possuem identificação pessoal, por meio de um som, que pode ser compreendida como um nome utilizado para indicar sua presença para o grupo. Ratos, segundo pesquisas, sentem arrependimento, e cães possuem um forte senso de justiça, reagindo quando são submetidos por seus criadores a tratamentos diferenciados.

A consideração moral por outras formas de vida, assim como a defesa dos direitos humanos, não precisaria depender de uma comprovação empírica da existência de tais direitos – pois refletimos sobre essas questões a partir da Filosofia. Contudo, o método científico tem confirmado que a concepção dos povos originários e as abordagens não antropocêntricas fazem mais jus ao que os animais e à natureza são do que as abordagens antropocêntricas e utilitaristas.



PaytonVanGorp/Shutterstock.com

As acácias não apenas se defendem como também são capazes de se comunicar com outras árvores indicando perigo. Tanzânia, 2023.

² EQUADOR. *Constituição da República do Equador*: promulgada em 25 de janeiro de 2018. Buenos Aires: Unesco, 2021, tradução nossa. Disponível em: www.defensa.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2021/02/Constitucion-de-la-Republica-del-Ecuador_act_ene-2021.pdf. Acesso em: 26 ago. 2024.

Brincadeiras no mundo animal

A filósofa e psicóloga belga Vinciane Despret (1959-) desenvolve pesquisas com enfoque na investigação científica interespecies. Na obra *O que diriam os animais?*, Despret propõe a cada capítulo uma comparação entre o comportamento dos seres humanos e dos animais.

Quando os animais brincam, eles fazem uso do registro pertencente a outras esferas de atividade: atacam, mordem, rolam pelo chão, deitam-se, lutam, perseguem-se, rosnam, ameaçam, fogem. São os mesmos gestos das relações de predação, de agressão ou de conflito, mas com outro significado. Se os mal-entendidos são raros, é porque a brincadeira só existe com base em um acordo, que não cessa de ser expresso e atualizado: "Agora é de brincadeira". E esse acordo que dá sentido e existência à brincadeira. Os gestos são os mesmos de cujos hábitos se desviaram e, no entanto, são diferentes, vêm sempre acompanhados de um código de tradução – e de múltiplas trocas de olhares que asseguram que a tradução seja efetiva e conotam o regime da ação.

[...] A confiança decorre sobretudo do fato de que o tempo da brincadeira é marcado pela segurança, de que as transgressões e os erros são perdoados, e as desculpas, facilmente aceitas; a brincadeira segue regras, mas não é definida por elas. A igualdade vem do fato de que, nas regras do jogo, nenhum animal se aproveita da fraqueza do outro, a não ser em prol do jogo. A reciprocidade é a sua própria condição: nenhum animal brinca contra a vontade, nenhum animal brinca com outro que não brincaria com ele, a não ser por um mal-entendido rapidamente esclarecido. É o que chamamos de risco, e ele nunca está ausente. A brincadeira põe em prática princípios de justiça, e os animais conseguem diferenciar quem segue tais princípios e quem não obedece a eles. Um animal que não consegue controlar sua força durante a brincadeira ou que não é capaz de trocar de papéis, um animal que trapaceia, que sai da situação de jogo para a situação da vida real sem advertência e que agride – em suma, que não pratica o *fair play* –, não encontrará mais parceiros de jogo depois de algumas poucas experiências.

DESPRET, Vinciane. *O que diriam os animais?* São Paulo: UBU, 2021. p. 137.



Filhotes de leão simulam situações da vida real brincando. África do Sul, 2023.

1. De acordo com a autora, “a brincadeira segue regras, mas não é definida por elas”. Explique essa passagem. 
2. A autora afirma que “a brincadeira põe em prática princípios de justiça”. Relacione essa passagem com a lista das capacidades apresentada por Martha Nussbaum.
3. Com base em suas reflexões sobre o texto, responda: Qual é a importância da brincadeira para a vida humana?



1. Leia atentamente a passagem a seguir:

Se um ser sofre, não pode haver justificativa moral para deixar de levar em conta esse sofrimento. Não importa a natureza do ser; o princípio da igualdade requer que seu sofrimento seja considerado da mesma maneira como o são os sofrimentos semelhantes – na medida em que comparações aproximadas possam ser feitas – de qualquer outro ser. Caso um ser não seja capaz de sofrer, de sentir prazer ou felicidade, nada há a ser levado em conta. Portanto, o limite da sentiência (usando o termo como uma redução conveniente, talvez não estritamente precisa, para a capacidade de sofrer e/ou experimentar prazer) é a única fronteira defensável de preocupação com os interesses alheios. [...].

SINGER, Peter. *Libertação animal*. São Paulo: Martins Fontes, 2013. p. 14-15.

- a) Com base na passagem, defina, com suas palavras, a ideia de **especismo** apresentada no capítulo.
- b) Por que, segundo Peter Singer, deveríamos levar em consideração os interesses de um ser e não suas capacidades para conferir a ele uma igual consideração moral?

2. Ora, a moralidade é a única condição que pode fazer de um ser racional um fim em si mesmo, pois só por ela lhe é possível ser membro legislador no reino dos fins. Portanto a moralidade, e a humanidade enquanto capaz de moralidade, são as únicas coisas que têm dignidade. [...].

KANT, Immanuel. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Lisboa: Edições 70, 2007. p. 77-78.

Na passagem, o filósofo Kant associa a dignidade de um ser à capacidade para a moralidade. Explique como a abordagem da filósofa Martha Nussbaum se diferencia da perspectiva kantiana.

3. Leia atentamente as alternativas e assinale (V) verdadeiro ou (F) falso em seu caderno.

- a) Historicamente, a tradição ocidental abordou a natureza como um objeto para o domínio e exploração humanas, desconsiderando moralmente o valor da natureza e da vida animal.

- b) A perspectiva do biocentrismo defende que, independentemente dos juízos de valor e preferências humanas, a natureza e a vida não-humana são dotadas de valor intrínseco.
- c) A ideia de direitos da natureza é inconsistente do ponto de vista moral, dado que somente seres passíveis de sentir dor ou prazer seriam sujeitos morais dotados de direitos.
- d) A perspectiva antropocêntrica, contrapondo-se ao biocentrismo, preocupa-se em assegurar a justiça econômica para os viventes humanos, pois converte os recursos da natureza em riqueza para a sociedade.

4. Leia atentamente a passagem a seguir:

As tradições culturais andinas expressas no Bem Viver ou na Pacha Mama têm muitas ressonâncias com as ideias ocidentais da ética ambiental promovida, por exemplo, pela ecologia profunda ou pelos defensores de uma comunidade da vida. Uma parte substancial do movimento da ecologia profunda resgata espiritualidades e cosmovisões de povos originários e insiste em argumentar que suas posições incluem tanto novas formas de valoração como uma redefinição do “si mesmo” (sob uma concepção expandida de “si mesmo”).

As contribuições indígenas têm sido muito importantes, embora seja preciso levar em conta que nem todos os povos originários apoiam posturas biocêntricas – além das diferenças que existem dentro de cada um deles. Tais contribuições cumpriram papel essencial ao introduzir éticas não necessariamente antropocêntricas, nas quais os entendimentos e as sensibilidades não aferraram-se ao utilitarismo.

GUDYNAS, Eduardo. *Direitos da natureza: ética biocêntrica e políticas ambientais*. São Paulo: Elefante, 2019. p. 111.

- a) Com base no texto e nos conteúdos abordados no capítulo, diferencie a perspectiva do direito ambiental daquela dos direitos da natureza.
- b) Exemplifique como as tradições dos povos originários contribuem para uma maior compreensão sobre o valor da natureza.

Escrita filosófica

Estudamos, nesse capítulo, diferentes abordagens sobre os direitos dos animais e da natureza. Considerando os textos de diferentes filósofos e as correntes apresentadas, bem como as demais informações do capítulo, produza um texto dissertativo, de até 30 linhas, que discorra sobre o tema: “Direitos dos animais e da natureza na Justiça brasileira.”.



Organizações políticas sob a perspectiva das comunidades



“[...] O objetivo da comunidade é assegurar que cada membro seja ouvido e consiga contribuir com os dons que trouxe ao mundo [...]”

(Sobonfu Somé)¹

Os sentidos de comunidade, poder e política em diferentes filosofias



Ricardo Azoury/Pulsar Imagens

Mulheres quebradeiras de coco-babaçu em comunidade quilombola. Viana, Maranhão, 2019.



Podcast
Democracia e cidadania

É possível viver sozinho? O que veio primeiro, o indivíduo ou a comunidade? Segundo diversas filosofias, o ser humano não apenas precisa de outras pessoas para sobreviver como também só se realiza plenamente em comunidade. Considerando a impossibilidade de sobrevivermos à primeira infância sem o auxílio de alguém para nos alimentar e proteger das intempéries, o papel da comunidade para o desenvolvimento de ações indispensáveis à vida consiste em um importante tema da Ética e da Filosofia Política. Afinal, se não é possível viver de forma totalmente isolada, como conviver? O que significa viver em comunidade? Como lidar com os desafios da convivência com pessoas que vivem e pensam diferente de nós? Comunidade é só de humanos?

Diversos povos desenvolvem ao longo da história formas de vida comunitárias, as quais têm por base não apenas diferentes concepções de comunidade política, como também ideias diversas do que é ser humano e do que constitui uma comunidade. Neste capítulo, vamos estudar concepções de comunidade e organização política segundo algumas filosofias africanas, afrodiáspóricas, indígenas e ocidentais.

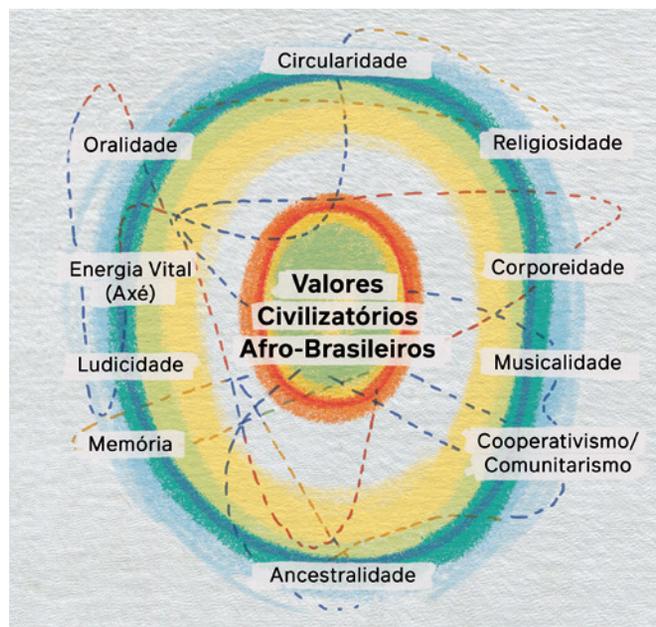
Comunidade, poder e política em filosofias africanas e afrodiáspóricas

Segundo a perspectiva filosófica do senegalês Cheikh Anta Diop (1923-1986), sociedades descendentes do berço meridional africano expressam como elemento cultural comum o desenvolvimento de práticas sociais de caráter **coletivista** (por meio da noção de família estendida, por exemplo) e **xenofílico** (isto é, de apreço e acolhimento das diferenças). Ao apresentar essa tese, o autor parte da premissa da origem monogenética da humanidade a partir do berço

¹ SOMÉ, Sobonfu. *O espírito da intimidade: ensinamentos ancestrais africanos sobre maneiras de se relacionar*. 2. ed. São Paulo: Odysseus, 2007. p. 31.

africano, de onde saíram as primeiras ondas migratórias, inicialmente para o interior do continente e, depois, habitando outras regiões do planeta. Analisando as diferenças culturais entre povos habitantes de diferentes territórios, Diop identificou elementos que caracterizam o que denominou **unidade cultural africana**, cuja evidência estaria presente, mesmo diante da inegável pluralidade de povos e línguas africanas. Destaca-se aí um desses elementos – a **comunidade** – enquanto valor civilizatório de base africana, que pode ser encontrado em diferentes comunidades negras, do continente e da diáspora, não apenas no passado como também atualmente.

Valores civilizatórios afro-brasileiros destacados pela pesquisadora Azoilda Loretto da Trindade (1957-2015), entre os quais está o comunitarismo.



Falando nisso...

Diáspora Africana e pan-africanismo

De acordo com a União Africana (UA), órgão internacional que conta com a participação de todos os países que integram a região, a diáspora africana consiste nos povos de origem africana que vivem fora do continente, independentemente de sua cidadania ou nacionalidade, e que estão dispostos a contribuir para o desenvolvimento e a construção da União Africana. A palavra **diáspora**, de origem grega, significa “deslocamento”, geralmente forçado ou incentivado, de um povo originário de determinado local a outro. No caso dos povos da diáspora africana, sua condição implica um deslocamento, além de físico, subjetivo e existencial. A fim de lidar com essa realidade, emergem alguns dos principais temas desse campo de estudos: reflexões e ações em torno das (im)possibilidades de retorno desses povos à sua terra natal e as formas possíveis de manter conexões com suas raízes culturais em locais em que elas nem sempre são bem-vindas ou compreendidas. Nessa perspectiva, os estudos afrodiaspóricos dialogam com o **pan-africanismo**, filosofia política fundamentada na defesa da união africana.



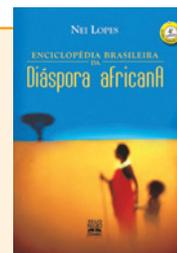
Vai Dume Photography/Shutterstock.com

Mulher afro-americana carrega bandeira do pan-africanismo durante protestos contra a liberação de armas para a população civil. Nova York, Estados Unidos, 2022.

Para ampliar

Leia

Enciclopédia brasileira da Diáspora Africana, de Nei Lopes (Selo Negro, 2011). O livro do compositor, escritor, intelectual e ativista negro Nei Lopes (1942-) constitui uma obra de referência para quem tem interesse em entender um pouco mais sobre importantes termos, eventos históricos e personalidades da Diáspora Africana no Brasil e no mundo.



Selo Negro Edições

Considerando o princípio pan-africanista da **unidade na diversidade**, destacamos a seguir algumas filosofias africanas e afrodiaspóricas, que mobilizam sentidos semelhantes de comunidade e organização política. Nelas se destaca uma compreensão de anterioridade da comunidade sobre os indivíduos, na medida em que sua composição compreende uma concepção de humanidade que envolve elementos da natureza, incluindo a ancestralidade.

GLOSSÁRIO

Pan-africanismo: movimento político-cultural que se consolidou no final do século XI. Defende e promove os ideais africanos no continente e na diáspora, abrangendo diferentes correntes teórico-práticas. Dentre alguns de seus expoentes intelectuais ativistas estão Marcus Garvey (1887-1940), W.E.B. Du Bois (1868-1963) e Kwame Nkrumah (1909-1972).

A noção de comunidade na filosofia dagara

A filósofa e escritora Sobonfu Somé (?-2017), ao apresentar elementos que constituem a organização social e política do povo dagara, localizado na África Ocidental, destaca a importância da comunidade no processo formativo dos sujeitos. O ponto de partida para sua compreensão acerca da comunidade tem como base as noções de **grande família**, **escuta** e **cuidado**. De acordo com a autora, a família é entendida em sentido amplo, sendo a comunidade o local onde pessoas se reúnem para realizar seu propósito e para cuidar umas das outras. Ao tratar da organização política do seu povo, Somé destaca o papel do conselho de anciãos:

Não há um chefe responsável por tudo, que dá ordens para todos seguirem. Ainda temos um sistema no qual os mais velhos supervisionam a aldeia, sem a intenção de adquirir riqueza ou poder. [...] Na aldeia, o poder é visto como algo muito perigoso, se não for usado corretamente. Portanto, todo mundo toma muito cuidado com o uso de qualquer tipo de poder sobre os outros. [...] Quando há uma situação urgente, os anciãos se reúnem e tentam decidir o que precisa ser feito. Não temos polícia ou algo parecido.

SOMÉ, Sobonfu. *O espírito da intimidade: ensinamentos africanos sobre maneiras de se relacionar*. São Paulo: Odysseus, 2007. p. 19-21.



Fonte: IBGE. *Atlas geográfico escolar*. 7. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. p. 45.

Nessa perspectiva, o exercício do poder político é fundamentado na escuta e no cuidado coletivo, enquanto propósitos fundamentais de toda comunidade. A esse respeito, é importante destacar que tais cuidados não se restringem a pessoas da espécie *Homo sapiens*. Isso porque diversas filosofias africanas expressam uma compreensão do mundo como uma teia, em que todos os seres estão interligados. Portanto, cuidar de mim envolve necessariamente cuidar daquilo que me sustenta – corpo, alimento, território, ancestralidade, comunidade, entre outros.

Sobonfu Somé

Sobonfu Somé nasceu na República do Alto Volta, atual Burkina Faso, país cujo nome significa “terra dos ancestrais orgulhosos”. A mudança do nome ocorreu em 1984, no governo de Thomas Sankara (1949-1987), líder pan-africanista que propôs diversas políticas de caráter anticolonialista no país. O nome da autora também tem significado: “guardiã ou mantenedora do ritual”. No seu livro *O espírito da intimidade: ensinamentos africanos sobre maneiras de se relacionar*, a autora compartilha a filosofia de vida do povo dagara e destaca uma compreensão de comunidade que ultrapassa os seres humanos. Ao entender que um ancestral não é obrigatoriamente alguém com quem possuímos um vínculo consanguíneo, a filósofa afirma que um elemento da natureza pode ser parte dessa ancestralidade, como um rio ou uma árvore.

De acordo com essa compreensão, a terra é vista como um elemento dotado de espírito, o qual pode ser entendido como um guia que orienta e auxilia na realização do nosso propósito e na manutenção da saúde, compreendida integralmente. Nessa filosofia, se a comunidade é local de escuta e de cuidados mútuos, e a natureza também faz parte da comunidade (porque seus elementos contribuem para o nosso cuidado), também devemos cuidar dela e escutá-la. Ao defender a importância da comunidade, a autora critica sociedades fundadas no individualismo, por entender que isso prejudica nossa capacidade de pedir ajuda.

Como alternativa, ela estimula a formação de grupos de apoio mútuo fundados no respeito ao espírito de cada um. Além disso, a autora critica a ideia de família nuclear, em que apenas dois sujeitos (na concepção hegemônica, um pai e uma mãe, mas que, na realidade de grande parte dos lares brasileiros, é formada apenas pela mãe) seriam os únicos responsáveis pelo cuidado e educação de uma criança. Segundo a filósofa, isso é exigir demais de apenas uma ou duas pessoas, sendo necessário conferir um sentido maior de comunidade à criança, a fim de que ela não dependa apenas de um adulto e que seus cuidadores possam manter a sanidade durante esse processo.



Claudia Merriano

Sobonfu Somé.

Filosofia ubuntu e justiça restaurativa na África do Sul

A compreensão de comunidade como local de escuta e cuidado de seus membros, das gerações presentes, passadas e futuras, também está presente na filosofia ubuntu. Segundo o filósofo sul-africano Mogobe Ramose (1945-), o conceito de ubuntu constitui uma das bases da filosofia africana. Trata-se de uma palavra formada por duas: *ubu* (referente à ideia de “existência em geral”) e *ntu* (referente à ideia de “existência em particular”, expressa pelo princípio dinâmico de sua força vital). Assim, ubuntu pode ser compreendido como uma **filosofia do ser-sendo** ou uma **filosofia do nós**.

A filosofia ubuntu tem sido mobilizada como fundamento de práticas de **justiça restaurativa** em diversas partes do mundo. Trata-se de uma compreensão de justiça com foco na escuta de todas as partes envolvidas e na busca da restauração da comunidade, em face dos danos produzidos pelo conflito a ser mediado.

Historicamente, destaca-se o caso da África do Sul, que mobilizou a filosofia ubuntu durante o processo de reconstrução social pós-**apartheid**. O filósofo e pesquisador moçambicano José Castiano assim descreve esse processo:

[...] esses valores ubuntu foram mobilizados para **despoletar** o espírito “nacional” do povo sul-africano na reconciliação com o passado racista da minoria branca para com a maioria negra. De facto, apelou-se aos valores tradicionais do ubuntu que a Comissão da Verdade e Reconciliação, dirigida por Desmond Tutu, tivesse algum sucesso na árdua tarefa de introduzir princípios de uma justiça restaurativa e não retributiva ou de retaliação. [...]

CASTIANO, José Paulino. *Referenciais da filosofia africana: em busca da intersubjetivação*. Maputo: Ndjira, 2010. p. 165.

Aliás...

O conceito de justiça restaurativa será também estudado no Capítulo 18, “Violências e opressões”.

GLOSSÁRIO

Justiça restaurativa: forma de resolução de conflito que visa à restauração de uma comunidade após um fato considerado crime, por meio da colaboração e escuta das pessoas envolvidas.

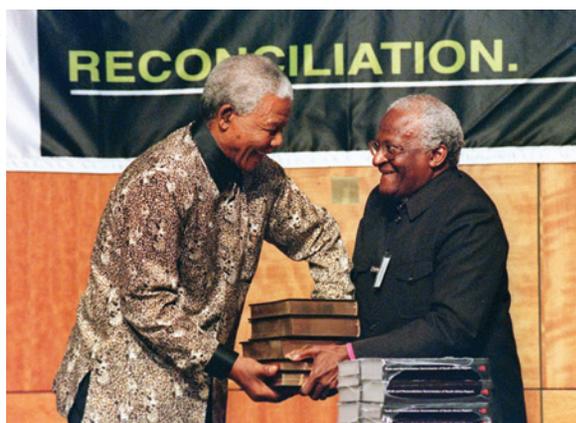
Apartheid: regime de fundamentos nazifascistas que institucionalizou a violência contra pessoas negras e a segregação racial na África do Sul, no período de 1948 a 1994.

Despoletar: despertar.



Dirk Bleyer/ImageBROKER/Fotoarena

Comunidade Xhosa durante festival na província de Eastern Cape, África do Sul, 2008. Para o povo xhosa, ubuntu significa “sou porque nós somos”.



Nelson Mandela, ex-presidente da África do Sul, recebeu de Desmond Tutu o relatório final da Comissão da Verdade e Reconciliação do país, com 3 500 páginas. Pretória, África do Sul, 1998.

Compreende-se, portanto, que o ubuntu não nega a ocorrência de conflitos. Antes, compreende-os como decorrentes do fluxo natural da convivência de existências plurais, exigindo escuta e cuidado para que a harmonia comunitária seja restabelecida, sempre que ocorrer sua violação. No entanto, após o encerramento do processo oficial de reconciliação na África do Sul, permanecem dúvidas e reflexões sobre usos adequados ou inadequados da filosofia ubuntu, especialmente quando seu sentido original é esvaziado, de forma descomprometida com seu caráter fundamentalmente coletivo. Uma das críticas que conduz a uma importante reflexão filosófica sobre o tema diz respeito à natureza do perdão, se este deve ou não ser obrigatório para a efetivação de processos restaurativos.

O conceito comunitário de crime

Na obra em que reflete sobre as possibilidades de uma justiça ubuntu, o filósofo e jurista baiano Sérgio São Bernardo destaca a compreensão de que o próprio conceito de crime possui diferentes definições, cujo sentido varia de acordo com a concepção de justiça à qual está vinculado. Atualmente, prevalece no Brasil um conceito normativo de crime, o qual é entendido como um ato contra a sociedade, representada pelo Estado, e cuja responsabilidade é individual, ou seja, apenas da pessoa a quem se atribui a prática ofensiva. No entanto, do ponto de vista da filosofia bantu-kongo, o crime é um comportamento aprendido, sendo reflexo de um adoecimento comunitário e, portanto, de responsabilidade também comunitária pela sua restauração. No quadro a seguir, o autor apresenta três diferentes formas de entender o que é crime e de buscar a justiça, considerando a filosofia ubuntu na definição de um conceito comunitário de crime:

Princípios e valores da concepção de justiça comunitária, restaurativa, libertária ubuntu		
Justiça retributiva	Justiça restaurativa	Justiça comunitária libertária ubuntu
Conceito jurídico-normativo de crime: Ato contra a sociedade representada pelo Estado. Unidisciplinaridade; primado do interesse público (sociedade, representada pelo Estado, o centro). Monopólio estatal da justiça criminal.	Conceito realista de crime: Ato que traumatiza a vítima, causando-lhe danos. Multidisciplinaridade; primado do interesse das pessoas envolvidas e da comunidade – justiça criminal participativa.	Conceito social comunitário de crime: Ato contra a sociedade/comunidade/ indivíduo. Multirreferencialidade; primado do interesse das pessoas envolvidas e da comunidade. Justiça criminal participativa.
Culpabilidade individual voltada para o passado; estigmatização	Responsabilidade pela restauração em uma dimensão social, compartilhada coletivamente e voltada para o futuro	Responsabilidade da comunidade pela reconciliação, em uma dimensão circular e compartilhada dos saberes do passado, mas voltada para o futuro
Uso dogmático do Direito Penal positivo	Uso crítico e alternativo do Direito	Exercício exaustivo do consenso progressivo e dos valores mais importantes da comunidade, o "justo ancestral"
Indiferença do Estado quanto às necessidades do infrator, da vítima e da comunidade afetada – desconexão	Comprometimento com a inclusão e a justiça social, gerando conexões	Comprometimento com o bem-estar da comunidade
Monocultural e excludente	Culturalmente flexível (respeito à diferença, tolerância)	Valores de não exclusão societária e tolerância
Dissuasão	Persuasão	Comunhão

Fonte: SÃO BERNARDO, Sergio. *Direito e Filosofias Africanas no Brasil: ancestralidades, ubuntuidades e o pensamento Kalunga como formadores de um repertório ético-jurídico brasileiro*. Belo Horizonte: Nandyala, 2022. p. 275.

No contexto diaspórico, a filosofia ubuntu pode ser encontrada em comunidades quilombolas e organizações quilombistas, as quais expressam modos de vida que prezam igualmente pela harmonia de seus elementos. No item a seguir, veremos algumas características dessas comunidades e organizações, especialmente no que tange aos seus fundamentos filosóficos.

Quilombos e quilombismos



Durante o entrecruzamento histórico entre África e sua diáspora, antes, durante e após a imposição de regimes colonialistas nas Américas e no Caribe, os quilombos se destacam como importante modelo comunitário de organização econômica, política e social, de base africana. Segundo estudos da historiadora e filósofa Beatriz Nascimento (1942-1995), os quilombos – palavra de raiz bantu – são pensados como um conceito em movimento.



Adriano Kiriharaj/Pulsar Imagens

Apresentação de samba de coco em comunidade quilombola. Buíque (PE), 2023.

Falando nisso...

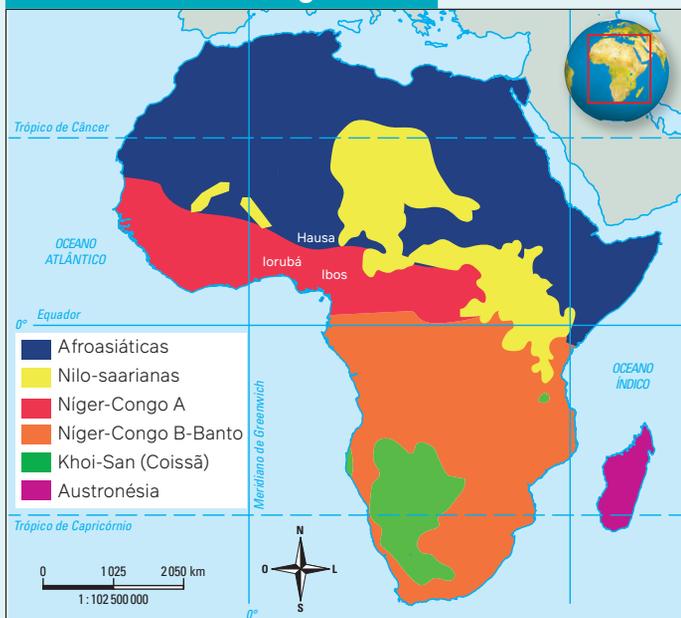
Bantu

Bantu consiste em uma denominação aplicada a diversos povos africanos que compartilham uma origem comum e um tronco linguístico. Segundo o filósofo congolês Kia Bunseki Fu-Kiau (1934-2013), a história comum dos povos bantu remonta ao segundo milênio antes da era comum, quando há registros de ondas migratórias bantu do sul do Rio Benue (atual Nigéria) para a floresta equatorial do centro-oeste africano e outros territórios ao sul do continente. Atualmente, há o registro de mais de 400 línguas africanas relacionadas ao tronco bantu, cuja história comum fez surgir uma afinidade não apenas linguística como também entre as tradições culturais, sistemas de crenças e filosofias dos povos de matriz bantu.

No Brasil, a maior parte dos africanos que aqui aportaram no contexto colonial descendem da raiz bantu; tendo a matriz iorubá chegado ao país somente no final desse período. Embora na língua portuguesa seja comum a grafia com a vogal “o” – “banto” –, a escrita com a grafia “bantu” visa enfatizar a raiz *ntu* do termo, traduzido por “energia ou força vital”. Esse valor fundamental também está presente em diversas filosofias e tradições culturais africanas, e é expresso por “axé” na língua iorubá.

Mapa etnolinguístico do continente africano.

África: troncos etnolinguísticos



Fabio Nlenrow

Fonte: CASTRO, Y. P. Localização e origem da população negra escravizada em território colonial brasileiro: as denominações banto e iorubá. *Revista Eletrônica: Tempo - Técnica - Território*, Brasília, DF, v. 3, n. 2, p. 48-62, 2012.



Marcio Guerra

Maria Beatriz Nascimento, filósofa e historiadora.

Historicamente, os quilombos são identificados como uma instituição africana formada em sua origem por comunidades abertas a iniciados, que se configurou em diferentes formas de organização social ao longo do tempo. Seus registros datam desde, pelo menos, 1560, em Angola, e se estendem até as diversas formas de resistência cultural e ancestral negra presentes nos dias atuais. Esse processo é assim descrito por Beatriz Nascimento:

A sociedade guerreira Imbangala era aberta a todos os estrangeiros desde que iniciados. [...] Kilombo aqui recebe o significado de instituição em si. Seria Kilombo os próprios indivíduos ao se incorporarem à sociedade Imbangala. [...] Ainda outro significado para Kilombo dizia respeito ao local, casa sagrada, onde processava-se o ritual de iniciação. [...] É no final do século XIX [que] o quilombo recebe o significado de instrumento ideológico contra as formas de opressão. [...]

[...] Mas, justamente por ter sido concretamente durante três séculos uma instituição livre e paralela ao sistema dominante, sua mística vai alimentar os anseios de liberdade da consciência nacional [...].

A retórica do quilombo, a análise deste sistema alternativo, serviu de símbolo principal para a trajetória deste movimento. Chamamos isto de correção de nacionalidade.

NASCIMENTO, Beatriz. “O conceito de quilombo e a resistência cultural negra”. In: NASCIMENTO, Beatriz. *Quilombola e Intelectual: possibilidade nos dias da destruição*. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018. p. 289-291.

A respeito da reprodução de práticas escravistas no interior de sociedades africanas, é importante notar sua diferença em relação à especificidade da escravidão colonial moderna, marcada pelo caráter de “propriedade” dos sujeitos escravizados, como forma de desumanização deles. Além disso, estudos indicam que a prática escravista na República de Palmares evidencia seu caráter provisório e restrito apenas à pessoa que fosse trazida ao quilombo, da qual se exigia que libertasse, pelo menos, mais uma pessoa para que também fosse considerada livre em Palmares.

Beatriz Nascimento estabelece o que hoje pode ser denominado como estudos quilombistas. Tais estudos são compostos não somente da investigação e diálogo com os chamados **quilombos históricos** (como a República de Palmares, confederação de quilombos que durou mais de uma centena de anos no Nordeste brasileiro), como também pela interlocução com **quilombos contemporâneos** e **organizações quilombistas**.

Abdias do Nascimento (1914-2011) sistematizou essa compreensão do quilombo, entendido não apenas como algo do passado ou fixo na história. Na sua filosofia, o quilombismo é compreendido como um conceito aglutinador das experiências de resistência cultural negra, e suas respectivas formas de organização em diversas expressividades – tais como em irmandades negras, escolas de samba, terreiros, entre outros.

Quanto ao caráter de resistência expresso pelos quilombos e organizações quilombistas na contemporaneidade, assim define Beatriz Nascimento:

O quilombo é um avanço, é produzir ou reproduzir um momento de paz. Quilombo é um guerreiro quando precisa ser um guerreiro. E também é o recuo se a luta não é necessária. É uma sapiência, uma sabedoria. A continuidade de vida, o ato de criar um momento feliz, mesmo quando o inimigo é poderoso, e mesmo quando ele quer matar você. A resistência. Uma possibilidade nos dias da destruição.

NASCIMENTO, Beatriz. *Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual: possibilidade nos dias da destruição*. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018. p. 7.



Rubens Cavallari/Folhapress

Atualmente, estima-se que no Brasil existam mais de 6 mil comunidades quilombolas, que buscam a proteção coletiva de suas terras, enquanto direito fundamental. Dessa forma, é importante observar que quilombo não é “local de escravo fugido”. Essa é uma definição colonial, posterior à existência do termo em línguas bantas e de sua ocorrência histórica no continente africano.

Na diáspora, além do Brasil, há registros de comunidades tradicionais negras em diversos países das Américas e do Caribe, com diferentes denominações: *palenques* e *cimarrones*, na Colômbia e em outros países que falam espanhol, *garífunas*, em Honduras, *maroons*, na Jamaica e nos Estados Unidos, entre outros. Assim, os quilombos são entendidos como comunidades contracoloniais, fundadas em valores civilizatórios africanos.

Quilombo Boa-Vista Trombetas, primeira comunidade quilombola no Brasil a obter título coletivo de propriedade de suas terras, localizadas na cidade de Oriximiná (PA), 2023.

A luta pela autonomia comunitária em territórios indígenas



A respeito dos modos de organização social e política dos povos indígenas, é importante ressaltar sua pluralidade, na medida em que também são plurais os povos originários que vivem no Brasil. Afinal, são mais de 305 povos nativos, falantes de mais de 200 línguas no país.

Zilda Priprá (1968-2020), professora indígena do povo laklãnõ, localizado em Santa Catarina, assim descreve o processo de organização social de seu povo:

[...] Cada família estabelece uma organização com base nas normas das famílias nucleares, com uma organização natural, ou seja, com reuniões na comunidade para tratar assuntos de interesse dos moradores e das famílias em geral, um dos assuntos tratados é a valorização da língua *Laklãnõ*, além de suas tradições e os direitos originários sobre as terras, espaços e lugares em que habitam. [...]

O povo *Laklãnõ/Xokleng*, no passado vivia em uma única aldeia e isso fazia com que vivesse em comunhão. Assim, todo alimento adquirido era dividido entre o grupo em partes iguais numa partilha coletiva. [...]

Antigamente os *Laklãnõ* [...] davam importância naquilo que aprendiam com os espíritos da natureza da ontologia *Laklãnõ*. [...]

O bem viver *Laklãnõ* se caracteriza como uma manifestação popular e comunitária que tem a vida com dignidade como referencial maior. Nos dias de hoje a concepção *Laklãnõ* sobre o Bem Viver passou a concentrar-se não só na partilha coletiva ou cuidado grupal, mas no fortalecimento da identidade e língua materna.

PRIPRÁ, Zilda. *A organização social e política Laklãnõ/Xokleng*. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. p. 17-22.

Atualmente, o povo laklãnõ/xokleng vive no centro de um dos principais debates sobre a questão indígena no país, referente à tese do marco temporal. Trata-se de um debate corrente entre os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, acerca do sentido da expressão “direitos originários”, presente na Constituição Federal de 1988. Com efeito, trata-se do reconhecimento do direito à demarcação dos territórios indígenas, cuja história, nessas terras, teve início muito antes de 1500.

Aliás...

Para relembra as filosofias do bem-viver, consulte o Capítulo 13, “Éticas do viver”.

Para ampliar

Acesse

Povos indígenas do Brasil. Nesse *site*, é possível conhecer não apenas a história do povo xokleng como também a de diversos povos indígenas do Brasil, com informações sobre cosmologia, mitologia, histórico do contato com populações não indígenas e dados acerca de seus modos de organização social e política, entre outros. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/P%C3%A1gina_principal. Acesso em: 12 jun. 2024.

Quanto às políticas adotadas no Brasil para as comunidades indígenas desde a colonização, o filósofo e educador social Daniel Munduruku (1964-) identifica três paradigmas: exterminacionista, integracionista e a Constituição de 1988. O primeiro, baseado no extermínio desses povos,

se expressa por meio do genocídio e do **etnocídio**; o segundo supunha a integração dos povos indígenas à sociedade nacional, o que exigia o abandono de suas práticas tradicionais, entendidas como atrasadas; o terceiro, fruto de mobilizações indígenas conquistadas após a ditadura, garante o reconhecimento dos direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, bem como de suas práticas culturais. Desse modo, suas lutas expressam a defesa por direitos coletivos, de modo que, para muitos, não se trata de inclusão em uma sociedade hegemônica, mas do reconhecimento de seus direitos fundamentais, inclusive do autogoverno de seus territórios, segundo seus usos e costumes.

GLOSSÁRIO

Etnocídio:

extermínio de uma etnia por meio da proibição de sua língua, práticas culturais ou modo de vida.

Mathilde Missionero/Folhapress



Daniel Munduruku, indígena nascido em Belém (PA), é formado em Filosofia, História e Psicologia, e autor de diversos livros. São Paulo (SP), 2023.

Falando nisso...

GLOSSÁRIO

Etnocêntrica:

relacionado ao etnocentrismo, é uma visão redutora e preconceituosa do mundo com base em uma perspectiva cultural à qual se pertence.

Poder coercitivo: é o poder ou direito de obrigar alguém a cumprir ordens, inclusive fazendo uso da violência.

Sociedades contra o Estado

O antropólogo francês Pierre Clastres (1934-1977) buscou compreender as relações de pertencimento indígena sem uma visão redutora e **etnocêntrica**, que fazia diferenciações entre sociedades atrasadas *versus* sociedades desenvolvidas. Na obra *A sociedade contra o Estado*, de 1974, ele mostrou que esses povos se organizam sem as categorias de Estado ou de mercado. Entretanto, tal ausência não pode ser considerada como sinônimo de falta ou privação. Uma vez que os indígenas possuem uma vida comum em torno das celebrações, do lazer e da guerra e não precisam se organizar economicamente em função da acumulação.

A política também é experimentada diversamente, não sendo compreendida como **poder coercitivo**. Os chefes não têm a obrigação de controlar os demais ou dar-lhes ordens. Antes, os chefes são encarregados de resolver os conflitos na comunidade, e o reconhecimento de seu prestígio se dá pela sua atividade de mediação. A força de sua palavra não tem a obrigação de lei, mas sim a força de sua persuasão, isto é, de convencer as partes a entrarem em acordo. O poder político indígena se organiza, assim, segundo o autor, de forma **contrária** ao Estado.

Clastres alerta para o perigo do estudo de outras culturas e formas de organização com base na ideia de uma história única. Os povos não se desenvolvem segundo os mesmos referenciais de uma visão particular.

Integrando saberes

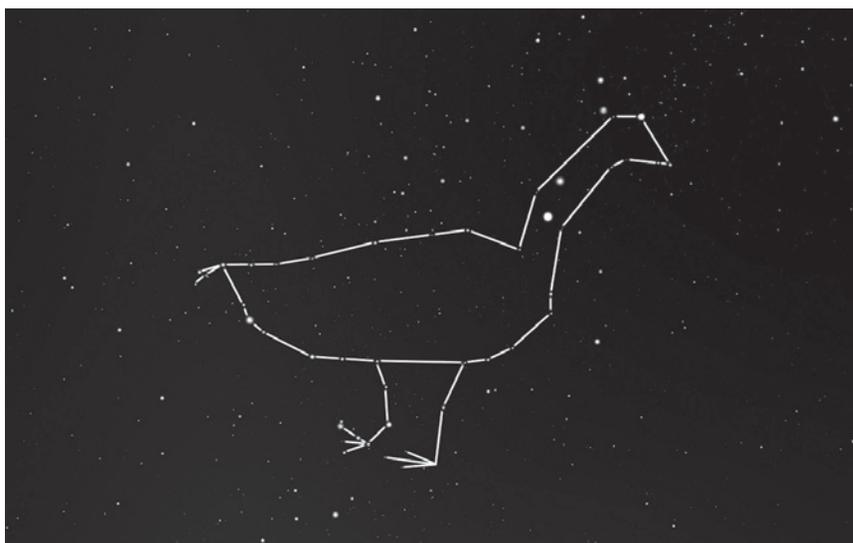
Saberes Indígenas, Ciências Sociais e da Natureza

Estudar e aprender com comunidades indígenas exige dialogar com diversas áreas do conhecimento. Isso porque, assim como em muitas filosofias africanas, as filosofias indígenas partem de uma concepção de vida integrada à natureza, de modo que não há uma separação explícita entre vida natural, material e espiritual. No diálogo com as Ciências da Natureza, estudos de Astronomia indígena revelam conhecimentos desenvolvidos por esses povos, necessários para a manutenção de seus modos de vida e vinculados a ciclos naturais de plantio e colheita. Já no diálogo com a disciplina de História, um campo de estudo importante envolve as recomendações da Comissão Nacional da Verdade pela criação de uma Comissão Nacional Indígena da Verdade, que trate das violações cometidas contra



povos indígenas no país durante a Ditadura Civil-Militar, que perdurou até 1985. Já no diálogo com a Geografia e as Ciências Sociais, aprender com os povos indígenas exige conhecer seus diferentes processos de territorialização, isto é, de ocupação das terras segundo seus usos e costumes. Vamos colocar os conhecimentos para conversar?

Noctua Software Limited



Constelação da Ema, segundo a astronomia tupi-guarani.

Comunidade, política e poder na filosofia grega antiga

Desde o século VIII AEC, o mundo grego antigo se organizava em cidades-Estado. Eram pequenas comunidades urbanas, independentes umas das outras quanto ao seu governo e leis, calendários religiosos e administração local. Tal organização era denominada **pólis**, vocábulo que está na origem da palavra “política”. A autonomia política entre as diferentes *póleis* (cidades-Estado) não retirava o sentido de fazer parte da comunidade grega mais ampla. As cidades estavam em constante interação, principalmente por causa das trocas comerciais, por isso estreitavam os laços de pertencimento a uma cultura comum, embora também houvesse rivalidades e travassem guerras entre si.

Na pólis, destacava-se a ágora, espaço público composto de mercados e assembleia, na qual se davam as discussões e votações sobre assuntos da cidade. Muitas discussões filosóficas surgiam na ágora. Atenas foi uma das principais cidades-Estado da Antiguidade e, no século V AEC, organizava-se em uma **democracia**: sua forma de poder era exercida pelas comunidades locais – os *demos* – presentes na pólis ateniense. Os membros do *demos* poderiam participar das assembleias e votar nas decisões públicas.

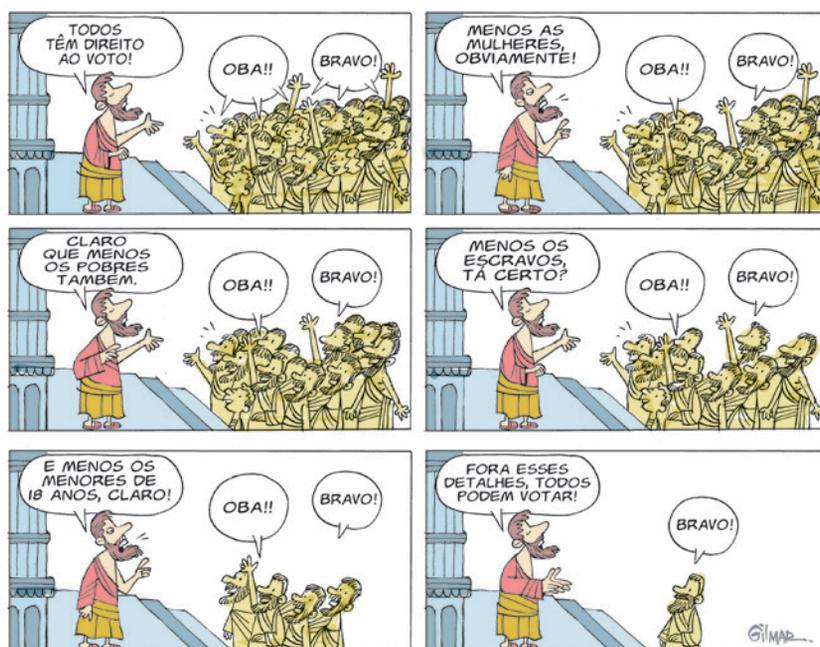
Apesar de ser uma palavra familiar, a democracia ateniense era bem diferente da nossa. Em primeiro lugar, ela era organizada de forma direta, ou seja, os gregos não possuíam representantes, tais como vereadores, deputados e senadores. A legitimidade do poder político era garantida pela vontade de seus cidadãos, que participavam presencialmente das discussões e decisões da cidade. Entretanto, a democracia também era restrita: apenas homens livres nascidos em um *demos* ostentavam o *status* de **cidadãos**. Mulheres, estrangeiros, escravizados e servos estavam excluídos da vida pública.

Filósofos como Platão (428-384 AEC) e Aristóteles (384-322 AEC) tematizaram a vida comunitária, que, no âmbito da política, segundo os autores, é formada somente por seres humanos. Diferentemente da nossa época, que dá muito valor ao pessoal e ao individual, o homem grego entendia-se, antes de tudo, como um cidadão da pólis, ou seja, a sua visão de si mesmo era dada em referência àquela comunidade. Sua vida pessoal só podia ser compreendida por meio de ações realizadas para o bem da pólis e em função da vida social, e isso era visto como natural por eles. A visão dos **sofistas**, que defendiam a organização social de forma não convencional, era fruto de um acordo entre as pessoas. O debate entre esses filósofos e os sofistas não questionava, contudo, certos aspectos da pólis, como a organização escravagista e patriarcal em que estavam inseridos.

GLOSSÁRIO

Sofistas:

intelectuais da Grécia Antiga que transitavam pelas cidades a fim de ensinar a arte de falar bem, a retórica. Eram contratados por famílias abastadas para educar os jovens na vida pública.



O quadrinho do cartunista Gilmar, publicado em 2010, expressa uma crítica na contemporaneidade ao que se apresentou como “democracia” na Atenas da Antiguidade Clássica.

Para ampliar

Leia

Palestras sobre a libertação, de Angela Davis. Nesse texto, a filósofa Angela Davis faz uma crítica ao regime político grego da Antiguidade, que se apresentava como uma democracia ao mesmo tempo que mantinha práticas escravistas e sexistas. Disponível em: <https://rapefilosofia.blogspot.com/2015/07/texto-completo-de-angela-davis.html>. Acesso em: 21 set. 2024.

Aliás...

A importância da educação no pensamento de Platão é apresentada no Capítulo 7, “Educação para quem? Para quê?”

A comunidade para Platão

Segundo Platão, a comunidade ética e política deve ser um reflexo da ordenação presente na natureza. Ele discordava da organização democrática de Atenas por pensar que nem todos estavam aptos a decidir de forma correta os rumos da pólis, sendo muitas vezes guiados por opiniões falsas. Por isso, uma sociedade justa também requer a educação de homens e mulheres – ele defendia a atuação das mulheres no espaço público – para agirem movidos pela verdade.

Em seu texto *República*, Platão defende uma organização política conforme o que ele dizia ser a natureza do ser humano. A fim de integrar as regras sociais e naturais, ele entende que a estrutura humana pode ser pensada com base em três funções ou atividades da alma, as quais estão relacionadas com uma atribuição da pólis. Haveria, assim, três classes:

1. Produção e sobrevivência da pólis, ligada aos apetites: agricultores, artesãos e mercadores.
2. Segurança, ligada à cólera: guerreiros.
3. Legislação, ligada à razão: sábios e filósofos.

Inclusive, o filósofo, considerado aquele que age justamente porque conhece e ama a justiça, seria a pessoa mais apta a governar. Os filósofos não teriam interesse no poder pessoal, mas no bem comum e, portanto, poderiam conduzir a comunidade para uma vida refletida e coerente com a ideia de justiça.

A comunidade para Aristóteles

Aristóteles também defendia que a comunidade ética e política era uma condição natural, e não resultado de um acordo. Diferentemente de seu mestre, Platão, Aristóteles não procurou apresentar um modelo de cidade justa, mas investigar as organizações existentes.

A cidade teria a finalidade de promover a felicidade do cidadão, que, por sua vez, é naturalmente um animal político. Como defende em sua obra *Política*, o ser humano se encontra próximo de outros seres gregários, como as abelhas e as formigas, mas se diferencia deles porque é capaz de distinguir o bem do mal, o justo do injusto, por meio da linguagem. Para Aristóteles, a política faz parte da constituição biológica dos seres humanos. Além da comunidade política, a vida em comum é composta de famílias nucleares e aldeias – responsáveis pelas necessidades mais imediatas dos seres humanos. A política, por seu turno, é a mais valiosa forma de comunidade. É nesse espaço que o ser humano pode se realizar mais plenamente superando as necessidades cotidianas e buscando uma boa vida na experiência comum.



Infográfico
Escola de
Atenas



Essa obra representa diversos filósofos da Antiguidade Clássica ocidental. No centro, Platão e Aristóteles são identificados por gestos que apontam para diferentes direções, expressando a divergência dos autores quanto à ênfase de suas filosofias: para Platão, apontando para cima, o mundo inteligível (ou das ideias); para Aristóteles, que aponta para baixo, o pensamento causal fundamentado na observação da natureza.

Rafael Sanzio. *A escola de Atenas*, c. 1510. Afresco, 5 m × 7 m.

Cidades das mulheres

A denúncia de desigualdades em relação às mulheres, bem como seu protagonismo para o bem de uma comunidade foram defendidas pela filósofa medieval Christine de Pizan (1364-1431) e pela antropóloga estadunidense Ruth Landes (1908-1991). Filósofa de origem italiana e que viveu na França, Pizan é considerada uma das primeiras mulheres no Ocidente a viver de sua arte, a escrita. Em seu livro *A cidade das damas*, publicado em 1405, ela narra a construção de uma cidade ideal, guiada por três senhoras: Razão, Retidão e Justiça. Nessa obra, Pizan questionava a tese, vigente desde as teorias da Antiguidade Clássica ocidental, da inferioridade feminina em face da masculina. Mais de 500 anos depois, Ruth Landes publica, em 1947, seu livro etnográfico *A cidade das mulheres*. Na Bahia, ela estudou o poder das mulheres nos candomblés tradicionais, na figura das mães de santo que lutavam para ter uma trajetória autônoma em suas atividades religiosas. Ela se contrapôs a antropólogos da época que entendiam as mulheres em condição de inferioridade nas religiões de matriz africana. Além disso, ao registrar narrativas das próprias mães de santo na pesquisa, rompeu com uma abordagem distanciada do estudo etnográfico. Os trabalhos de Pizan e Landes são fundamentais para pensarmos sobre o papel das mulheres na construção de comunidades éticas e políticas em diferentes momentos históricos.



Benjamin Fawcett. *Christine de Pizan*, 1869. A gravura em madeira retrata a filósofa medieval Christine de Pizan mostrando seu trabalho para a rainha Isabel da Bavária.

O debate sobre individualismo e comunitarismo nas filosofias ocidentais

Vimos até aqui que, guardadas suas diferenças, muitas filosofias não ocidentais e filosofias da Antiguidade ocidental valorizam a comunidade a tal ponto de só entender a pessoa segundo sua profunda integração na convivência. No entanto, a Modernidade europeia inaugura um novo modo de compreender o indivíduo que rompe com o passado e influencia todos os setores da vida: da religião e da economia à arte e ao modo como o ser humano passa a se autocompreender.

Essa nova forma de entender no mundo é caracterizada pela valorização do indivíduo, não mais comunitário, mas pensado com base em uma estrutura subjetiva e interior, comum a todos. O indivíduo passa a ser pensado de acordo com uma consciência que, sem a necessidade de uma autoridade externa, pode buscar o conhecimento e os valores de sua própria vida da maneira que considerar correta.

Essa é a característica de destaque da chamada “ética burguesa”: a vida cotidiana e pessoal agora é movida por desejos e a felicidade é pessoal. A concepção de sujeito moderno também está associada à valorização do indivíduo e da vida cotidiana quando identifica a produção pessoal (livre-iniciativa) e o acúmulo de riquezas como um bem a ser realizado a partir do controle eficiente das coisas.

Ao mesmo tempo que contribui para valorizar as possibilidades de não sujeição a determinada ordem sociopolítica, como nas relações entre servos, clero e nobreza no feudalismo, a valorização do indivíduo também coloca o problema sobre o que devemos a uma comunidade. Ela seria apenas um espaço regulado por leis e normas em que podemos desenvolver interesses pessoais? Ainda precisamos recorrer às interações com os outros para buscar a felicidade? Eis algumas questões que reverberam nas discussões contemporâneas.

A partir do século XX, o Ocidente tematizou o pertencimento às comunidades, considerando também os projetos e vidas pessoais. Isso significa uma preocupação tanto com os diversos compromissos que temos em relação a diferentes grupos quanto o cuidado de pensar a vida pessoal além de um individualismo cego aos diferentes modos de existência. As temáticas do comunitarismo, reconhecimento e interculturalidade se inserem nesse contexto.

Reconhecimento e interculturalidade na filosofia contemporânea

A valorização do sujeito moderno no Ocidente inverteu a prioridade que a comunidade tinha sobre a vida das pessoas. Além disso, o fato de não haver mais uma autoridade externa totalizadora (como o monarca absoluto ou a Igreja) se impondo sobre a vida pessoal abre a possibilidade da coexistência de uma pluralidade de comunidades que convivem politicamente de forma mais ou menos conflituosa.

Na década de 1980, a Filosofia Política abriu um debate sobre se é possível acolher reivindicações de grupos, não apenas de pessoas individuais, para uma coexistência mais justa. Comunidades religiosas, culturais e movimentos da sociedade civil compreendiam que os valores de dignidade humana não eram suficientes para a promoção da justiça porque priorizavam um indivíduo ausente de relações sociais. Grupos marginalizados no debate político deveriam, assim, contar com o suporte do Estado para terem a oportunidade de viver bem e ser ouvidos no espaço público.

Conhecido como **debate liberal-comunitarista**, essa discussão levanta a questão se é possível abstrair o ser humano de seus laços de pertencimento comunitários. Pensadores liberais indicavam que sim, pois a política deveria priorizar os direitos individuais. Já os chamados comunitaristas alegavam que não, por ser impossível separar o indivíduo de suas comunidades. Os diferentes posicionamentos sobre esse problema levaram ao **debate do reconhecimento** na década de 1990.

O conceito de reconhecimento surge na Modernidade como uma forma de enfatizar a singularidade dos seres humanos como um valor. Mais do que sua capacidade racional universal, por exemplo, são as diferenças que contribuem para expressões autênticas de modos de vida.

O filósofo canadense Charles Taylor (1931-) afirma que há um vínculo inseparável entre quem nós somos e como os outros (pessoas, grupos, instituições) nos percebem. Em *A política do reconhecimento*, ele argumenta que a construção de nossa identidade pessoal é em parte moldada pelo reconhecimento ou por sua ausência. Inclusive, pode-se ter um reconhecimento errôneo por parte do outro, causando uma visão distorcida e redutora de si mesmo. Por isso, Taylor defende que o reconhecimento de culturas não é uma cortesia, mas uma exigência vital.

Superar o reconhecimento errôneo envolve assegurar que todas as formas de pertencimento humanas, em princípio, são dignas de respeito, pois são maneiras que as pessoas têm de dar sentido à sua vida por meio de relações comunitárias.

Dessa reflexão, surge a necessidade de políticas públicas que protejam a pluralidade como forma ampliada de igualdade, a qual denominamos **equidade**. Resumindo, em determinadas situações, a criação de oportunidades de inclusão para determinados grupos é a garantia de sua existência. A política do reconhecimento possibilita pensar além da convivência pacífica de diferentes comunidades, apontando modos de resistência a formas de dominação de grupos sobre outros ou de obstáculos ao desenvolvimento comunitário.

A estadunidense radicada no Equador Catherine Walsh defende uma perspectiva crítica da interculturalidade. Para a pensadora, essa perspectiva situa as demandas por reconhe-

to no interior dos movimentos de luta contra a exclusão estrutural, colonial e racial. Assim, é necessário não apenas modificar a maneira como convivemos, mas, prioritariamente, contribuir com a transformação da estrutura social, marcada pela naturalização da exclusão do acesso a direitos a determinados grupos.

GLOSSÁRIO

Equidade: termo que diz respeito a dar para cada pessoa ou grupo as condições necessárias para se ter acesso às mesmas oportunidades.

Bruno Santos/Folhapress



As lutas do movimento negro dão visibilidade para as violências decorrentes do racismo estrutural da sociedade e visam conquistar a equidade para o povo negro.

Manifestantes pintam, no asfalto da Avenida Paulista, a frase “vidas pretas importam”, em ato contra o assassinato de Beto Freitas, um homem negro, em Porto Alegre, em novembro de 2020. São Paulo (SP), 2020.

Eu, o outro e nós



Como estamos ligados a outras pessoas? Construímos diversos tipos de laços ao longo da vida: familiares, no bairro, na escola, no clube, em uma comunidade religiosa, entre outros. Fazemos parte de diferentes grupos e essas relações, às vezes, possuem pesos diferentes; algumas são mais passageiras, enquanto outras parecem ser fundamentais para nossa vida. Ainda assim, todas contribuem para a formação de quem somos. Ao falarmos de nós mesmos, já estamos situados nas relações das quais participamos. Por isso, é possível dizer que o “eu” sempre se relaciona com o “outro” (um amigo, um familiar, uma história compartilhada). E, nessas interações, pertencemos a um espaço comum, somos um “nós”.

As diferentes experiências comunitárias apontam para o problema filosófico de como podemos participar de uma vida comum que seja significativa. Ao definir a questão nesses termos, a comunidade ética e política também será pensada tendo em vista como viver bem de maneira integrada, de modo que a comunidade seja mais do que o somatório de interesses individuais. As contribuições de diferentes tradições filosóficas podem nos ajudar a refletir sobre como nos sentimos pertencentes a diversos grupos e de que maneira experimentamos nossa vida em comunidade.



Mulheres brancas, indígenas e pretas durante oficina de apoio às mulheres, na Feira Literária Universitária Teko Haw. Rio de Janeiro (RJ), 2023.

See LI/Picture Capital/Alamy/Fotoarena

Filosofia na prática



Experiências comunitárias contemporâneas

Individualmente ou em grupo, faça uma pesquisa sobre, pelo menos, uma experiência prática de organização social e política comunitária: seja no Brasil (como em Caldeirões, Pau de Colher, Canudos, territórios indígenas, quilombolas, quebradeiras de coco e outras comunidades tradicionais), seja em outros países (como os zapatistas, no México, e a comunidade de Christiania, na Dinamarca, entre outras). Em sua pesquisa, destaque características do modo de organização da comunidade estudada e seus desafios enfrentados. Divulgue os resultados dessa pesquisa na escola, na forma de uma revista digital. Siga o **passo a passo** para a elaboração da revista:

Passo 1: Definir critérios para selecionar a comunidade que deseja pesquisar e efetuar a escolha (por exemplo, localização geográfica).

Passo 2: Reunir diferentes fontes com estudos e informações a respeito da comunidade estudada (como localização, população, idioma, modo de organização, lideranças, histórico de lutas, desafios atuais), atentando para a confiabilidade das fontes selecionadas e a indicação de suas referências bibliográficas.

Passo 3: Definir as seções da revista com base nos itens indicados no passo 2; selecionar uma imagem e elaborar, pelo menos, um parágrafo de texto sobre cada um dos tópicos escolhidos. Se possível, entrevistar ou selecionar um texto ou um vídeo que contenha um depoimento de um membro da comunidade estudada a fim de inserir seu ponto de vista na revista.

Passo 4: Definir título, imagem de capa e ordem das seções da revista.

Passo 5: Apresentar a revista como produto da pesquisa na escola, na forma de uma comunicação oral de até 15 minutos.

Ubuntu, ancestralidade e formação

No texto a seguir, o filósofo e pesquisador Wanderson Flor do Nascimento (1977-) discorre sobre a noção de comunidade e a filosofia ubuntu.

A noção de comunidade que se afirma nos modos de vida e no pensamento das sociedades tradicionais africanas é bem distinta do modo de afirmá-la no Ocidente moderno, sobretudo quando pensada por um viés liberal. Enquanto no último, tal noção aparece quase sempre **dicotomizada** em relação à percepção de individualidade, nas primeiras ocorre um fenômeno inverso: há uma radical **contiguidade** entre o que seja a comunidade e o que seja o indivíduo-sujeito-pessoa: não há pessoas sem comunidade e não há comunidade sem pessoas. [...] Isto não significa que nessas comunidades não existam conflitos, mas que estes são enfrentados sempre com a perspectiva de uma primazia do coletivo sobre o individual, sem a tentativa de anular este último, sobretudo porque, para estes povos, um conflito advindo do individual é, também, um conflito coletivo, pelo qual todas as pessoas são responsáveis, o que tende a impedir que um indivíduo seja, injustamente, violado. [...]

Ubuntu, de um modo geral, é a humanidade pensada desde a interconexão fundamental entre tudo o que pode ser humano. Do ponto de vista do pensamento africano sobre ubuntu, não apenas as pessoas humanas que nós somos constituem a humanidade.

Desta maneira, ubuntu se mostra como uma perspectiva solidária, comunitária, coletiva que enfrenta as contradições e tensões da humanidade, na busca de solução de conflitos e de preparar as pessoas e as comunidades para conviver, articuladamente, valorizando os encontros com a pluralidade, lidando com as divergências sem o propósito de aniquilar o que difere de nossas visões de mundo. Ubuntu pode ser, assim, um princípio de formação que nos ensine a lidar com o diverso que nos constitui, reconhecendo a humanidade na multiplicidade, aprendendo e ensinando através dela. Não é a afirmação de um *mesmo* humano, mas a formação para o reconhecimento e a valorização da **singularidade** múltipla que constitui constantemente o humano e que em diversas situações provoca impasses, dificuldades nas relações. **Aprender valorizando; valorizar aprendendo e tomando o conflito como constitutivo e não como destrutivo, buscando, tanto quanto possível, harmonizar as relações na proteção individual e coletiva.**

NASCIMENTO, Wanderson Flor do. *Entre apostas e heranças: contornos africanos e afro-brasileiros na educação e no ensino de filosofia no Brasil*. Rio de Janeiro: Nefi, 2020. p. 46-50, grifos nossos.

GLOSSÁRIO

Dicotomizada: em oposição.

Contiguidade: proximidade, contato.

Singularidade: qualidade daquilo que é singular, único.

Sergio Pedreira/Pulsar Imagens



Roda de capoeira, manifestação cultural afro-brasileira, em Salvador (BA), 2023.

1. Explique os elementos que constituem a filosofia ubuntu.
2. Comente o trecho destacado em negrito e relacione-o com uma prática que pode ser desenvolvida pela comunidade escolar para a resolução de conflitos.





- Considerando que a família constitui uma das bases da comunidade, tanto na filosofia dagara, expressa por Sobonfu Somé, quanto na filosofia grega antiga, responda às questões a seguir:
 - Explique a diferença entre os conceitos de **família extensa** e de **família nuclear**.
 - Escreva, em seu caderno, o nome das pessoas que você considera parte de sua família, isto é, aquelas pelas quais você nutre um sentimento de pertencimento, escuta e cuidado mútuos.
 - Pergunte a um membro de sua família qual é o papel que ele/ela desempenha para o cuidado com a coletividade (família, bairro ou território) na qual estão inseridos. Registre a resposta no caderno.
- Pergunte a uma pessoa mais velha de sua família, comunidade ou região sobre uma ação comunitária (isto é, de apoio mútuo entre membros de uma localidade que ela tenha testemunhado). Em aula, compartilhe a informação com os colegas.
- Pesquise quais povos indígenas vivem na região do país em que você mora ou em que se situa a escola. Em seguida, escolha um deles e cite elementos que constituem o seu modo de vida (tais como: localização geográfica, idioma ou tronco linguístico ao qual pertence, histórico de contato com não indígenas, cosmologia, desafios atuais, entre outros).
 

- Com base na compreensão africana de mundo enquanto teia de relações, apresentada no capítulo, escreva um ensaio de até 2 páginas explicando as implicações éticas do cuidado de si ao se ampliar o conceito de comunidade para além dos seres humanos. Inclua exemplos concretos para ilustrar suas ideias.
- Explique as semelhanças e diferenças do sentido de comunidade presente nas filosofias indígenas e africanas estudadas neste capítulo, em comparação com a noção de pólis na filosofia grega da Antiguidade.
- Explique pelo menos duas características da democracia grega na Antiguidade.
- Leia o texto a seguir.

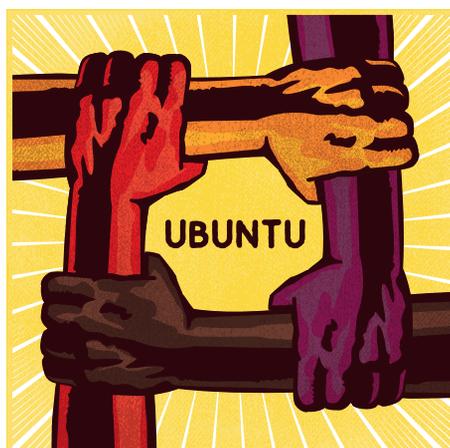
É evidente que o homem é um animal mais político do que as abelhas ou qualquer ser gregário. A natureza, como se afirma frequentemente, nada faz em vão, e o homem é o único animal que tem o dom da palavra. E mesmo que a mera voz sirva para nada mais do que uma indicação de prazer ou de dor, e seja encontrada em outros animais [...], o poder da palavra tende a expor o conveniente e o inconveniente, assim como o justo e o injusto. Essa é uma

característica do ser humano, o único a ter noção do bem e do mal, da justiça e da injustiça. E é a associação de seres que têm uma opinião comum acerca desses assuntos que faz uma família ou uma cidade.

ARISTÓTELES. “Política”. In: *Os Pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 1999. p. 146.

Assinale, no caderno, a alternativa correta quanto à natureza humana, de acordo com a filosofia de Aristóteles:

- O homem é um animal político, que usa da convivência social para a arrecadação de riquezas, honra, prazeres, e deve conduzir sua vida pensando nesses aspectos, em razão de seus instintos naturais.
 - O homem viveria melhor em sua condição natural, pois em comunidade os recursos disponíveis seriam mal divididos, gerando uma simples aglomeração, sem quaisquer noções de bem ou mal.
 - O ser humano é um animal político, o que é evidenciado por sua capacidade de desenvolvimento da linguagem, que permite a diferenciação entre o bem e o mal, o justo e o injusto.
 - O homem é um animal antissocial e, por isso, a convivência em comum com outros homens será baseada em cobiça, desconfiança e um estado permanente de violência.
- Para você, o que é ubuntu? Observe a imagem e reflita sobre os elementos que chamam sua atenção e como eles podem se relacionar com a ideia de comunidade.
 
 - Com base na afirmação “sou porque somos”, responda: Como essa ideia se manifesta em sua vida e na sociedade em que você vive e como poderia aplicar esse conceito na comunidade escolar? Escreva um texto curto (de 5 a 10 linhas) explicando como você entende essa afirmação e dando exemplos concretos de situações onde você percebeu a importância da coletividade.



durantiallora/Shutterstock.com

O Estado Moderno: fundamentos e críticas



“O maior dos poderes humanos é aquele que é composto pelos poderes de vários homens, unidos por consentimento numa só pessoa, natural ou civil, que tem o uso de todos os seus poderes na dependência de sua vontade: é o caso do poder de um Estado. [...]”

(Thomas Hobbes)¹



Tom Molina/Fotografia

Praça dos Três Poderes, Brasília (DF). Os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário expressam a institucionalização do poder político no Brasil, 2024.

O que é Estado?

A Filosofia traz diferentes respostas a essa pergunta. Todavia, é possível dizer que o Estado é uma sociedade politicamente organizada em termos de poder, podendo assumir várias feições: republicano ou monárquico, democrática ou ditatorial, laica ou confessional. Em qualquer situação, ele será um ente político que exerce autoridade sobre um território e sua população, respondendo pela gestão dos interesses públicos, pelo arbitramento dos conflitos e pela aplicação legítima da força.

Nesse sentido, a política é a arte do possível, já que não depende apenas da vontade do governante, mas das circunstâncias concretas em que se encontra. A política institucional confere certa impessoalidade ao exercício do poder, submete as forças militares ao poder civil, cria meios para pacificar os conflitos, forma uma esfera pública para os acordos políticos e regula a ordem econômica (por exemplo, moedas e tributos). O filósofo italiano Norberto Bobbio (1909-2004) pensa o Estado como órgão institucionalizado em termos de política ou, simplesmente, de poder. Ele deve ser capaz de efetivar seus interesses, mesmo que contra a vontade daquele que de alguma forma está submetido ao poder.

O Estado sempre existiu?

O Estado como o conhecemos hoje nasce no Período Moderno e se constitui de cinco elementos básicos: povo, território, governo, soberania e finalidade. O povo é o substrato humano do Estado. Território é a base física sobre a qual as pessoas vivem. Governo é a capacidade de gerir os interesses públicos, de produzir leis e promover políticas. Soberania, segundo uma definição clássica, é uma autoridade superior que não pode ser limitada por nenhuma outra, seja ela divina ou temporal. Por fim, cada Estado estabelece suas finalidades. O Estado brasileiro, por exemplo, expressa seus objetivos fundamentais no artigo 3º da Constituição Federal de 1988. São eles, entre outros, a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, e a promoção do bem comum, sem discriminações e preconceitos.

O primeiro Estado Moderno a se formar foi Portugal. Mas já no início da Idade Moderna, pensadores como Maquiavel utilizavam livremente a palavra *Stato* (Estado) para falar das cidades-Estado da Península Itálica.

O jurista português Jorge Miranda (1941-) afirma que o Estado provém da Antiguidade. Logo, ele seria uma realidade em constante mutação, permitindo, por exemplo, falar de um Estado Oriental ou de um Estado Feudal, cada qual com suas características. Assim considerando, é possível falar de um Estado hindu ou japonês na Ásia; de um Estado egípcio ou congolês na África; ou de um Estado inca ou maia nas Américas. O que fundamenta essa posição? Para os que pensam como Miranda, em todas essas sociedades há diferentes expressões da organização política do poder. Portanto, podemos reconhecer o Estado. Já o jurista alemão Hermann Heller (1891-1933) entende que só podemos falar em Estado na transição da Idade Média para a Idade Moderna. Para ele, buscar o Estado na Antiguidade seria **anacrônico**.

GLOSSÁRIO

Anacrônico: que atribui a uma época, instituição ou fato ideias, características ou nomenclaturas típicas de outro período histórico.

¹ HOBBS, Thomas. *Leviatã*. São Paulo: Nova Cultural, 1997. p. 83.

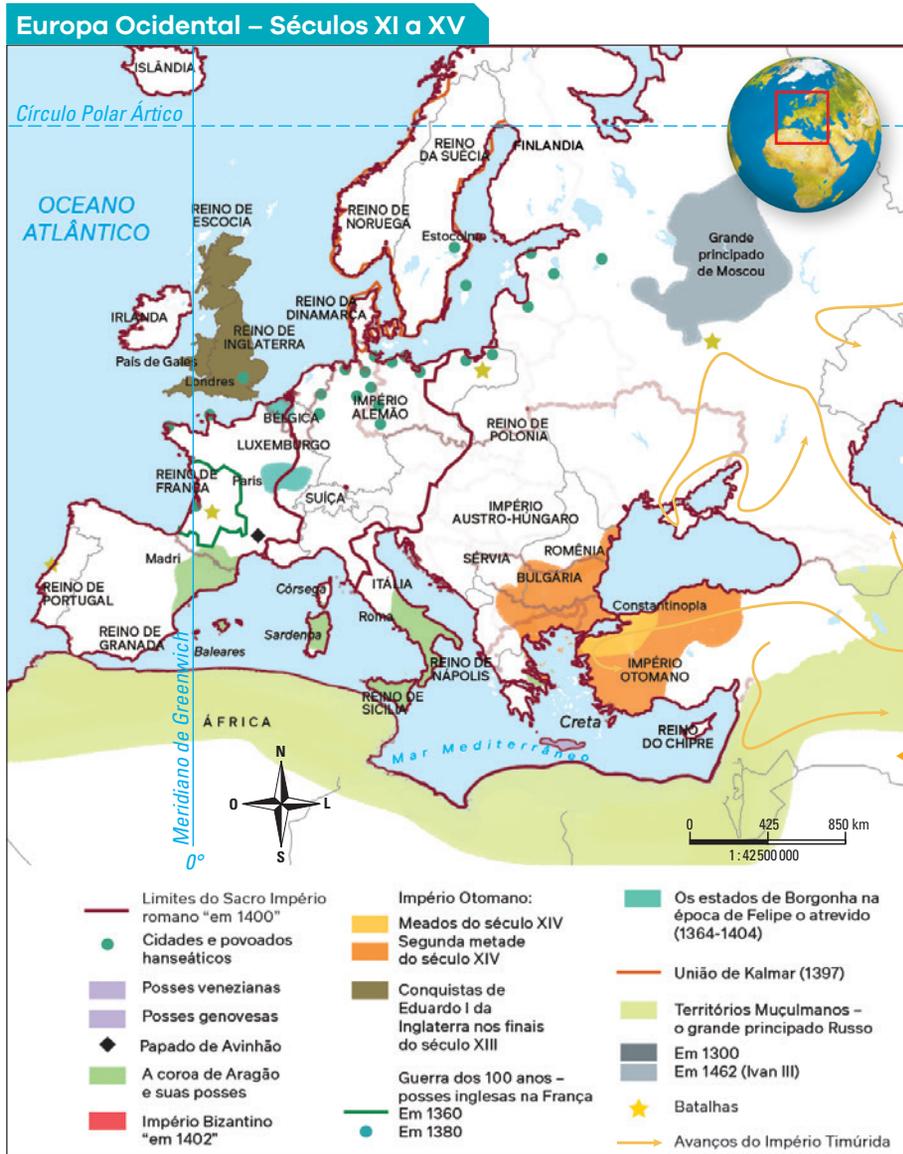
Contexto de surgimento do Estado Moderno

Como Portugal tornou-se o primeiro Estado Moderno? Do início do século VIII até a **Reconquista**, Portugal viveu sob a influência árabe-muçulmana, fato que limitou a plena vigência da ordem feudal existente em outras partes da Europa. Além disso, a Europa Ocidental passava por mudanças substanciais.

Entre os séculos XI e XV, houve progressiva erosão da ordem feudal, antes marcada por rígida divisão social, fragmentação política, economia agrária, mão de obra servil e forte presença da Igreja Católica. Nesse momento, os reinos cristãos também já viviam em relativa paz. Outros fatores sensíveis foram o incremento agrícola e o avanço científico e tecnológico, beneficiados pelos múltiplos conhecimentos dos árabes que haviam dominado a Península Ibérica e o sul da Europa. Nesse contexto, o comércio foi revigorado e um novo grupo social ascendeu: a burguesia.

Aliás...

A discussão sobre as origens de uma dada realidade é sempre um debate importante, como visto no Capítulo 1, "Filosofia, filosofias", sobre a origem da Filosofia.



Situação da Europa no contexto do surgimento do Estado Moderno.

GLOSSÁRIO
Reconquista: longo processo situado entre 718 e 1492, pelo qual os povos cristãos retomaram os territórios ibéricos anteriormente dominados pelos árabes.

Fonte: DUBY, G. *Atlas histórico mundial*. Barcelona: Larousse, 2007. p. 124.

Mas esse ciclo virtuoso foi atingido pelas fortes crises do século XIV: a Grande Fome, a peste bubônica e a Guerra dos Cem Anos. Como isso ocorreu? Para além das novas técnicas produtivas, o crescimento agrícola anterior foi alcançado pela expansão das terras agricultáveis sobre as florestas, que foram devastadas. Todavia, quando mudanças climáticas produziram verões mais úmidos e invernos mais gelados, a produção diminuiu sem que a demanda por alimentos fosse reduzida. O resultado foi a Grande Fome, que vitimou milhões de pessoas. Pouco depois, a peste bubônica ceifou milhões de vidas, sendo quicá a maior pandemia da história. Por fim, a Guerra dos Cem Anos (1337-1453), um conflito franco-britânico pelo trono da França, também levou à morte milhões de pessoas.



Museo del Prado, Madrid

Pieter Bruegel.
O triunfo da morte,
c. 1562.
Óleo sobre painel,
117 cm x 162 cm.
A obra retrata o
drama da peste
bubônica.

Nesse contexto de crises, o poder dos monarcas cresceu, ao passo que a nobreza e a Igreja enfraqueceram. Vital para o financiamento das monarquias, o comércio se tornou a base da riqueza das nações. Portugal e Espanha lançaram-se pelos mares e, com as colônias nas Américas, enriqueceram. O mesmo aconteceu com as cidades italianas, que, pelo Mediterrâneo, controlavam grande parte do comércio com o Oriente e o Norte da África. Conforme o poder real crescia, a Idade Média chegava ao fim. Se nas artes e nas ciências o Renascimento foi a principal expressão da Idade Moderna, na economia o mercantilismo substituiu o modelo agrário e servil, ao passo que na política o Estado assumia uma faceta absolutista.

Estado, nação e soberania

Se o Estado é uma sociedade politicamente organizada em termos de poder, a nação corresponde ao conjunto de características socioculturais historicamente condicionadas que estabelece uma identidade comum a determinados grupos sociais. O anglo-irlandês Benedict Anderson (1936-2015) traz a ideia de que as nações são comunidades imaginadas, formadas por homens e mulheres que acreditam compartilhar valores, idiomas, crenças, enfim, uma base cultural comum.

A ideia de nação está ligada ao Estado Moderno. Foi ele que possibilitou que identidades, antes vinculadas a aspectos religiosos (ser judeu ou cristão) ou a localidades (ser catalão ou basco), fossem deslocadas para esse novo ente político, agora um autêntico Estado Nacional Moderno, a forma mais típica assumida pelo Estado em nossa época. Como isso foi possível?

Para Anderson, o conceito de nação está ligado ao poder absolutista dos reis, cujo máximo expoente foi Luís XIV (1638-1715). A ideia de que pertencemos a algo comum e que compartilhamos uma ancestralidade e uma cultura foi essencial para a afirmação do Estado Moderno. Nesse processo, elementos como idioma nacional e símbolos pátrios – bandeiras e hinos – foram vitais. A imprensa e os veículos de comunicação de massas, como as mídias digitais hoje, também contribuíram para a ideia de nação e de nacionalismo, tida como a exaltação **ufanista** dos valores e interesses nacionais.

Logo, fica claro que o sentimento de que pertencemos a uma mesma nação foi socialmente construído, não sendo algo natural. Ele atendeu a imperativos de poder, fazendo da ideia de nação um dos pilares para o domínio político e social do Estado. Por fim, é importante dizer que a ideia de nação não se confunde com a de pátria ou de país. Pátria é uma construção coletiva, historicamente condicionada e que envolve afeto; já país designa a base geográfica, ou seja, ao território sobre o qual se assenta o povo que acredita formar uma mesma nação.

GLOSSÁRIO

Ufanista:

sentimento exacerbado de orgulho e exaltação por se pertencer a uma determinada nação.

A Filosofia Política do Estado Moderno

A Filosofia Política europeia possui diversas tradições com base nas quais podemos compreender melhor o fenômeno estatal. Estas tradições estão baseadas nas obras de alguns autores situados entre os séculos XVI e XVIII, denominados clássicos, e continuaram, com diferentes perspectivas, nos séculos seguintes. Vamos conhecer algumas delas?

O pensamento de Nicolau Maquiavel

Maquiavel (1469-1527) é um dos mais célebres teóricos do Estado. Ele é considerado o “pai” da Ciência Política, isto é, o ramo das Ciências Sociais que investiga as relações de poder. O florentino ensina que o Estado é uma estrutura política soberana, capaz de garantir a ordem social e a segurança da população. Portanto, deve ser forte para proteger o povo contra desordens internas e agressões estrangeiras. A legitimação teórica do poder concentrado na figura do soberano fez de Maquiavel um dos expoentes do **absolutismo**.

Maquiavel sustenta que o príncipe, isto é, o governante, deve agir de modo realista ou mesmo amoral, usando com sabedoria os costumes, a astúcia, a fé ou a força para conquistar e manter o poder. A atuação do príncipe não estaria vinculada a princípios éticos, morais ou a ideais clássicos de justiça. Também não estaria subordinada à Igreja ou a quaisquer princípios religiosos. Daí a importância do que ele define como **virtú**, tida não como virtude moral, mas como a combinação adequada de força e habilidade política para enfrentar as imprevisibilidades da **fortuna**, ou seja, da sorte ou acaso, dos acontecimentos fortuitos, imprevisíveis. Logo, o Estado é o ente político que disciplina a vida social a partir de uma dicotomia entre os que exercem o poder e os que vivem os efeitos desse poder. Trata-se de uma relação topográfica, na qual o poder, concentrado nas mãos do governante, é projetado para toda a sociedade.



Estátua de Nicolau Maquiavel na Galleria degli Uffizi, em Florença, Itália, 2024.

A tradição contratualista

A partir do século XVII, surgiu uma importante tradição na Filosofia Política: a **teoria do contrato social**. Ela justifica o poder do Estado sem recorrer à ideia de uma origem divina para sua autoridade. Sendo o poder estatal um produto humano, de onde vem então o dever de obediência? A Reforma Protestante, no século XVI, difundiu a ideia de liberdade de consciência religiosa como um direito que não podia sofrer a interferência do Estado. Lentamente, a noção cristã de valor da pessoa – somos todos iguais para Deus – mudou para a ideia de indivíduos dotados de direitos invioláveis e aptos a buscar a felicidade. O indivíduo passou a ser o destinatário das instituições e normas jurídicas e sociais, criadas pelos seres humanos em suas múltiplas interações.

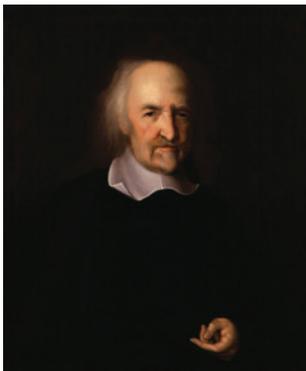
O **contratualismo** traz um modelo social baseado na **racionalidade**; a razão é um meio para a obtenção de acordos justos entre indivíduos livres e iguais. Esse acordo é o contrato social, sancionado pelo direito e capaz de mediar conflitos sociais. Ora, aqui não é preciso determinar o que é o bem e o mal, mas deliberar sobre o que é permitido ou não pelos contratantes: prevalece a vontade das partes. Em síntese, a política moderna substituiu a verdade moral pela aceitabilidade social como elemento legitimador da organização sociopolítica.

A teoria do contrato social narra a diferenciação de dois momentos distintos: o Estado de natureza, anterior à fundação da sociedade, no qual não há autoridades referendadas; e o Estado civil, no qual vigora um contrato que vincula juridicamente uma comunidade. O ingresso no Estado civil ocorre por um pacto entre pessoas que aceitam a autoridade daquele soberano, seu representante legal, que deve governar com respeito aos ideais sociais de justiça. Assim, afirma-se uma ideia inédita na teoria política ocidental: o poder político tem origem no povo. Cabe ao povo escolher ou destituir seus governantes e, quando tiranizado, exercer o direito de divergência e resistência, tal como previsto nos primeiros documentos desse movimento histórico: *Declaração de direitos do homem e do cidadão* (1789), *Declaração de independência dos Estados Unidos* (1787) e *Declaração de independência do Haiti* (1804).

GLOSSÁRIO

Absolutismo:

modo de organização estatal que defendia o poder absoluto dos monarcas. O absolutismo foi a primeira grande expressão histórica do Estado Moderno.



John Michael Wright. *Thomas Hobbes*, sem data. Óleo sobre tela, 75,6 cm x 64,1 cm.

Thomas Hobbes

Na obra *Leviatã*, o inglês Thomas Hobbes (1588-1679) defende que a felicidade é a realização dos desejos sem qualquer obstrução. O Estado de natureza permite ao ser humano fazer o que bem quiser para alcançar seus objetivos, o que conduz à guerra de todos contra todos. Para Hobbes, a liberdade absoluta cria uma instabilidade radical. A vida em sua condição natural é marcada por miserabilidade, brutalidade e brevidade. Essa condição infeliz motiva a saída do Estado de natureza. O medo da morte é a razão para a instauração do Estado civil, uma sociedade baseada no contrato social.

Contudo, o filósofo adverte que o Estado só poderá conservar a integridade dos cidadãos caso possua poder político absoluto. Portanto, cada um cede suas prerrogativas de poder ao governante, formando um corpo artificial, político, que é o agregado do poder de cada um. Hobbes denomina como **Leviatã** esse Estado que não pode ser questionado ou punido, pois é o único ser inteiramente livre de impedimentos.

O contrato institui o direito de punir e o Estado exerce o “monopólio da violência”. O medo da punição leva os cidadãos a não burlarem as regras. Ao justificar os poderes absolutistas, Hobbes traz a tese de que a principal razão de ser do Estado não é mais a conquista de territórios ou a riqueza, mas a proteção dos indivíduos.



Herman Verelst. *John Locke*, 1689. Óleo sobre tela.

John Locke

O filósofo John Locke (1632-1704) é um ícone do ideário liberal. Ele defendeu que o Estado de natureza é um Estado pré-político, mas não exatamente um Estado de barbárie, já que os seres humanos teriam formas razoavelmente eficientes de organização social. Para o inglês, o Estado é mais um intermediador entre os cidadãos, assegurando o cumprimento dos pactos, do que uma autoridade que impõe ordem.

Para Locke, não é o medo que fundaria o Estado civil, mas a necessidade de proteção da propriedade. Para ele, todo ser humano é proprietário ao menos de si mesmo, na forma de sua pessoa e daquilo que adquire pelo trabalho, sendo este o pilar do direito à propriedade. Por fim, os cidadãos podem se insurgir contra o Estado quando este ameaça seus direitos à propriedade. Segundo Locke, a soberania corre risco não quando o poder do governo está em risco, mas quando a segurança dos indivíduos é ameaçada.

Aliás...

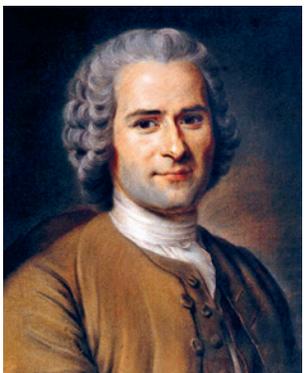
O empirismo, perspectiva teórica utilizada por Locke, está presente no Capítulo 2, “Pensar e conhecer”.

Jean-Jacques Rousseau

Em outro sentido, é bem conhecida a ideia do suíço Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) de que o homem nasce bom, mas a sociedade o corrompe. Rousseau argumentou que o ser humano possui uma pureza original corroída pela instituição da propriedade privada. Longe de ser fruto do trabalho, os recursos naturais e a terra, que no passado eram de uso comum, foram subtraídos pela fraude e pelo assassinato, que instituíram a propriedade privada. Para Rousseau, o Estado existe para sancionar juridicamente essa violência na forma de um contrato que confere à propriedade sua aparente legalidade.

Rousseau tem uma relação conflituosa com a ideia de **progresso**. Ao mesmo tempo que entende que ele dá ao ser humano a oportunidade de aprimorar todas as suas potencialidades, o progresso também é a negação dos instintos comunais e naturais de sociabilidade, esforço coletivo e posse comum das coisas.

Para Rousseau, é necessário refundar o contrato social sobre outras bases para que ele represente a vontade e o interesse popular: o povo deve legislar sobre as normas que o submetem. O governo deve estar submetido a uma **vontade geral** fruto do exercício democrático da cidadania. A vontade geral é uma posição comum a partir do embate livre de cidadãos dotados de informações e direitos de participação. Dessa forma, a submissão ao poder torna-se uma expressão autêntica da liberdade.



Maurice Quentin de La Tour. *Retrato de Jean-Jacques Rousseau*, séc. XVIII. Óleo sobre tela, 45 cm x 35,5 cm.

Falando nisso...

Index Librorum Prohibitorum

Você já ouviu falar no *Index Librorum Prohibitorum*, a lista ou índice de livros e autores proibidos pela Igreja Católica? A primeira versão dessa lista surgiu em 1559, no papado de Paulo IV. A lista só foi definitivamente abolida em 1966, pelo papa Paulo VI. Por cerca de 400 anos, muitas obras e autores estiveram por mais ou menos tempo presentes nessa lista de triste memória, entre as quais *O contrato social*, na qual Rousseau concentra grande parte de sua teoria política, e o *Espírito das leis*, de Montesquieu, sobre a qual falaremos adiante.

Frontispício do *Index Librorum Prohibitorum*, datado de 1564.



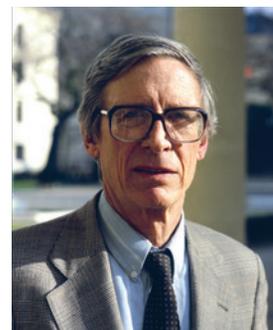
Coleção particular

Neocontratualismo e crítica comunitarista ao Liberalismo

A tradição contratualista não desapareceu no final do século XVIII. Mesmo hoje, diferentes pensadores retomam suas bases para justificar o poder e as instituições sociais, considerando as especificidades de cada sociedade. Os neocontratualistas enfatizam a importância do livre consentimento para a legitimação das ações e políticas postas em prática pelo Estado. Daí a preocupação frequente com a forma e o conteúdo das deliberações públicas, da justa distribuição dos recursos e da igualdade de oportunidades, além, claro, das liberdades individuais.

O filósofo estadunidense John Rawls (1921-2002) é um expoente do neocontratualismo. Ele desenvolveu a ideia de justiça como **equidade**, isto é, como aplicação simétrica do direito, tendo como pilares a igualdade de oportunidades e a garantia de patamares mínimos de bem-estar social (mínimo existencial). Privilegiando a justiça social, o neocontratualismo foi criticado pelo comunitarismo, para o qual as sociedades devem se referenciar por uma ideia de bem geral, segundo a qual os fins buscados pelos cidadãos devem ser legitimados por suas comunidades.

Proposto por pensadores estadunidenses como Charles Taylor (1931-) e Michael J. Sandel (1953-), o **comunitarismo** critica o liberalismo por seu individualismo exacerbado e pela desconsideração das identidades de pessoas e grupos inferiorizados naquilo que destoa dos valores e identidades majoritárias, tal como acontece frequentemente com populações negras, indígenas e LGBTQIAPN+, bem como com pensadores e partidos políticos contrários à ordem sociopolítica vigente.



John Rawls. Paris, França, 1987.

Gamma-Rapho/Getty Images

Diferentes expressões do liberalismo

O liberalismo político possui temas que estão presentes em diferentes autores, de Locke aos contemporâneos, como Rawls. Desses temas, destacamos o respeito às liberdades individuais, a igualdade formal (jurídica) e a limitação constitucional ao exercício do poder. Outro ponto convergente é a liberdade de trabalho e empreendimento, com valorização da propriedade privada e mínima intervenção estatal na vida econômica.

Entre os clássicos do liberalismo político, além de Locke, já referenciado, destacamos o barão de Montesquieu (1689-1755), célebre por sua teoria da tripartição do poder. Em sua obra-prima, *Do espírito das leis*, de 1648, o francês propôs que os poderes ou funções do Estado devem ser repartidos entre Legislativo (elaboração das leis), Executivo (execução das leis) e Judiciário (julgamento de acordo com as leis). Também defendeu a descentralização política e a autonomia dos poderes, fixando as bases do **Estado Federal**.

Outro ícone do liberalismo é o economista Adam Smith (1723-1790). O escocês defendeu um mercado livre da intervenção do Estado, que permitiria a melhor alocação dos recursos pelo equilíbrio entre oferta e procura. Duramente criticado por socialistas e **keynesianos**, o liberalismo econômico foi reabilitado nas últimas décadas por autores como Hayek e Nozick.

GLOSSÁRIO

Estado Federal: que faz a repartição de competências entre a União, soberana, e os Estados-membros ou províncias, autônomos.

Keynesiano: discípulo do economista J.M. Keynes, para quem o Estado pode intervir na economia, estimulando a demanda e o bem-estar social.



O austríaco Friedrich Hayek (1899-1992) é um dos expoentes do neoliberalismo, defendendo a ideia de que o livre-mercado é um mecanismo eficaz de coordenação econômica, pois permite aos indivíduos buscarem seus interesses, garantindo a liberdade e o bem-estar geral. No mesmo sentido, o filósofo estadunidense Robert Nozick (1938-2002) defende o minimalismo estatal e a precedência dos direitos individuais, criticando programas de redistribuição de renda e qualquer intervenção do Estado no domínio econômico.

O economista Friedrich Hayek ganhou o Prêmio Nobel de 1974.

Para ampliar

▼ Acesso

Instituto Liberal de São Paulo: o *site* do Instituto Liberal de São Paulo traz diferentes artigos e opiniões de difusão dos valores do liberalismo. Disponível em: <https://www.ilisp.org/quem-somos/>. Acesso em: 21 ago. 2024.

O liberalismo enquanto cosmovisão de mundo: a razão neoliberal

O neoliberalismo é um modelo de organização econômica baseado na ideia de Estado mínimo: quanto maior a desregulamentação econômica (privatizações de empresas estatais, desmantelamento de serviços públicos, corte de impostos e de mecanismos reguladores do capital), maior seria a produção de riqueza. Em contraponto, a antropóloga estadunidense Susan McKinnon (1949-) tem apontado como no neoliberalismo a lógica de livre competição do mercado acaba por referenciar todas as esferas sociais, inclusive a afetiva.

A lógica neoliberal prescreve que as relações humanas expressam o equilíbrio de preferências entre sujeitos competitivos por natureza, convergindo com nossa suposta estrutura genética. Justifica, assim, a organização de objetivos como se a vida fosse uma disputa na qual os mais aptos prevalecem. Assumida como expressão da natureza humana, a lógica liberal atropela tradições e formas de vida que concebem a sociabilidade para além da livre-concorrência. Por fim, o neoliberalismo esconde uma concepção de pessoa e de mundo que nada tem de neutra, refletindo uma autoimagem produzida pelo Ocidente capitalista contemporâneo, e não de nossa natureza ou racionalidade.

Falando nisso...

Anarcocapitalismo

O anarcocapitalismo ou anarquismo de livre-mercado é uma expressão contemporânea do pensamento liberal que ultrapassa os limites do neoliberalismo. O anarcocapitalismo defende a liberdade absoluta do indivíduo sobre seus bens e direitos, que devem ficar protegidos de qualquer regulação social ou estatal. Essa vertente radical do liberalismo busca uma sociedade sem Estado, na qual as relações socioeconômicas seriam reguladas por agentes privados, como bancos, empresas, associações civis, entre outros órgãos que responderiam, inclusive, pela emissão de moedas.

O termo **anarcocapitalismo** teria sido criado pelo economista estadunidense Murray Rothbard (1926-1995). Segundo ele, todos os serviços prestados pelo Estado poderiam ser otimizados se ofertados por agentes privados. Para ele, o Estado é um agente organizado para suprimir os bens das pessoas, sejam físicas, isto é, os indivíduos, ou jurídicas, particularmente as empresas. Embora tenha vivido em certo ostracismo do ponto de vista acadêmico, Rothbard participou de ações importantes, como a criação do Instituto Ludwig von Mises, no Alabama, Estados Unidos.

Na atualidade, intelectuais como o filósofo e economista alemão Hans-Hermann Hoppe (1949-) e o economista Javier Milei (1970-), presidente da Argentina eleito em 2023, se declaram anarcocapitalistas e seguidores de Rothbard.

Liberalismo e escravidão

Em oposição às supostas igualdade e liberdade alardeadas por grande parte dos contratualistas europeus e por diferentes adeptos do liberalismo, o filósofo inglês Charles W. Mills (1951-2021) desenvolveu a **teoria do contrato racial**. Para Mills, juntamente ao liberalismo econômico e político, a modernidade erigiu o colonialismo e os regimes escravistas, gerando um sistema político ordenado em função da raça, no qual os não brancos não seriam dignos de qualquer consideração moral.

O contrato social – clássico ou contemporâneo – afirma que todos são iguais e que as diferenças não importam; mas, no caso das populações não brancas, fatores como cor, etnia, cultura e religião se mostram, na prática, diferenças relevantes para a exclusão de direitos cívicos. Há, portanto, um supremacismo racial oculto – quando não frequentemente negado – nos fundamentos filosóficos da modernidade, com vastas implicações até os dias atuais.

Mills é um dos muitos autores contemporâneos que estão em oposição às diferentes expressões do liberalismo. Todavia, a crítica ao liberalismo tem raízes mais profundas, como veremos a seguir.



Placas indicando qual o portão específico para a entrada de pessoas europeias e não europeias durante o período do Apartheid, na África do Sul, quando a segregação racial era um regime adotado pelo governo. Johannesburg, África do Sul, 1957.

INTERFOTO/Alamy/Fotorena

Socialismo, comunismo e anarquismo

Para o filósofo Karl Marx (1818-1883), a filosofia tinha se limitado a interpretar o mundo, sem transformá-lo. Uma transformação radical da realidade, contudo, dependeria de uma análise adequada das estruturas materiais e ideológicas que a moldaram. Para o alemão, a chave está no modelo de produção econômica e nos diferentes interesses de classe que emergem desse arranjo.

As revoluções liberais dos séculos XVIII e XIX lutaram contra os poderes constituídos do Estado, tido como fonte de opressão à liberdade, fixando princípios de igualdade jurídica entre os cidadãos e impondo barreiras ao assédio do poder público. Para Marx, entretanto, a igualdade jurídico-política do liberalismo oculta a verdadeira fonte das injustiças sociais: a desigualdade econômica e social. Nesse sentido, o Estado reuniria os interesses da classe dominante, seja em sua maneira de organizar as relações de trabalho e a propriedade, seja na estrutura jurídico-política que justifica ideologicamente a manutenção das injustiças. Portanto, a tarefa primordial da revolução proletária não se limitaria à mera apropriação do poder político, mas superaria a dinâmica de exploração imposta pela luta de classes.

Marx entende que o Estado Moderno capitalista é dividido em duas classes sociais: a burguesia, que detém os meios de produção a partir da propriedade privada, e o proletariado, que possui apenas sua força de trabalho. A partir da exploração da mão de obra do proletariado, a burguesia se enriquece. O Estado, ao proteger a propriedade privada, legitima essa forma de exploração do proletariado.

A supressão do valor do trabalho na produção de mercadorias faz com que elas sejam vistas meramente pelo seu valor de uso ou interesse **fetichista**, o que ocorre, por exemplo, quando pagamos preços exorbitantes pelo *status* dado por uma marca. As mercadorias, quando avaliadas sem a consideração do trabalho, produzem alienação com relação ao seu verdadeiro valor. Por um lado, os trabalhadores são alienados de seu papel produtivo na fabricação de um produto. Por outro, a sociabilidade do trabalho se perde, criando um mundo de disputas individualistas, no qual tudo é mercadoria. Separando trabalho e capital, os donos dos meios de produção são celebrados como produtores das riquezas, enquanto o trabalhador é apenas uma peça substituível.



Podcast
Karl Marx

GLOSSÁRIO

Fetichismo: a ideia de que os objetos materiais são portadores de características atribuídas pelas relações sociais capitalistas.

Acesse

Arquivo
Marxista na
Internet:

o site possui uma biblioteca digital sobre marxismo, com mais de 450 autores disponíveis para leitura. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/>. Acesso em: 21 ago. 2024.

Essa inversão da realidade gera uma alienação que naturaliza a desigualdade como parte da realidade, de maneira que a única alternativa está em explorar ou ser explorado. Em uma sociedade comunista, entretanto, há abolição da propriedade privada dos meios de produção e sua coletivização. A mudança no modelo de produção eliminaria a luta de classes, desencadeando mudanças no mundo da vida, como a cultura, a moralidade, o direito e a política.

Já o anarquismo, disseminado por filósofos como Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865) e Mikhail Bakunin (1814-1876), defende que a sociedade é capaz de se auto-organizar sem o Estado. O anarquismo supõe a capacidade de os indivíduos cooperarem entre si, já que possuiriam por natureza as qualidades sociais e morais para dispensar a autoridade estatal. Na perspectiva anarquista, o Estado sempre tende à corrupção.

Importante destacar que a ausência do Estado não postula o caos, mas a refundação da sociedade sobre bases que rejeitam a autoridade. A palavra, de origem grega (*ánarkhos*), significa “sem governante”, não “desgoverno”. Por rejeitar a instauração de um governo ou Estado, o anarquismo adota uma atitude libertária, de amor à liberdade e desconfiança de que os processos políticos institucionalizados como eleições regulares possam produzir mudanças reais.

Temas e debates contemporâneos da Filosofia Política

Existem ainda outras diferentes contribuições de filósofos contemporâneos sobre as relações entre Estado e poder. Essas contribuições, selecionadas entre outras possíveis, são importantes para compreendermos um pouco mais sobre as diversas expressões do poder à luz da Filosofia.

Teologia política

Carl Schmitt (1888-1985) foi um filósofo e jurista para o qual a política é uma realidade conflituosa, baseada na distinção entre amigo e inimigo. Para o alemão, inimigo é qualquer agente interno ou externo que ameace a identidade, a ordem ou a existência da comunidade política. Logo, a soberania consiste na capacidade de identificar quem é o inimigo e agir conforme essa definição. Ao soberano também cabe decidir sobre o estado de exceção, quando as normas regulares de direito podem ser suspensas, revelando a natureza belicosa da política e do próprio poder.

Pensador de matriz **totalitária**, sua teologia política tem foco na relação entre política e religião, entendendo que, apesar da secularização típica da Idade Moderna, as grandes categorias do pensamento político ocidental deitam raízes na teologia cristã. É como se os velhos conceitos políticos da teologia reaparecessem na atualidade com uma roupagem nova, apenas perdendo seu caráter sagrado. O pensamento de Schmitt se entende como teologia política e busca compreender a real natureza da política, explorando suas relações com a religião e com algumas das principais categorias da Filosofia Política e do Direito, como soberania e autoridade.

Biopolítica

Já o francês Michel Foucault (1926-1984) não concebe o poder como disposição hierárquica entre soberania estatal e subordinação dos cidadãos. O poder não é possuído, mas exercido em uma dimensão relacional de indivíduo para indivíduo. Essa relação se evidencia na capacidade de determinar a conduta do outro; e isso não ocorre exclusivamente por meio de punições e coerções, mas de formas engenhosas e imperceptíveis. Foucault expande assim o sentido do que é governar, percebendo que na contemporaneidade o Estado tem mais interesse em gerenciar a vida para produzir certos tipos de sujeitos do que em reprimir ou coibir comportamentos e ações.

Para Foucault, o biopoder é um poder de fazer viver e deixar morrer. É uma forma de poder que não quer encerrar a vida, mas administrá-la, mediante dados, previsões e estimativas. Mais do que o direito de matar, o Estado passa a ter a função de manter a vida, como quando fornece vacinas. Ao se negar a fazê-lo ou privilegiando certos grupos, o biopoder expõe sua face obscura, a saber, de controle estatal da vida biológica que insere as populações dentro das expectativas da produção econômica.

GLOSSÁRIO

Totalitarismo:

forma de organização política que pretende um controle absoluto sobre as esferas pública e privada, negando a autonomia dos indivíduos.

Estado de exceção

O filósofo italiano Giorgio Agamben (1942-) adverte que os regimes de governo banalizam cada vez mais as medidas de supressão do Estado de direito, utilizando o Estado de exceção como uma técnica de governar. O Estado de exceção, determinado por uma urgência ou necessidade, com previsão na ordem jurídica para situações muito específicas, excluiria legalmente as garantias do direito, criando uma zona em que o que antes era ilegal seja sancionado como legítimo. Para o autor, a dimensão de exclusão provocada pelo Estado de exceção assinala a fragilidade do pacto democrático em sociedades que aparentemente teriam a democracia como marco “civilizatório”.

Necropolítica

Na obra *Necropolítica*, o filósofo Achille Mbembe (1957-) afirma que é na capacidade de ditar quem vive e quem morre que a soberania encontra sua definitiva expressão, controlando a mortalidade e gerenciando vidas como manifestação do seu poder. Dessa forma, opõe-se ao discurso filosófico moderno que identificou soberania com autonomia, definindo-a, em outro patamar, como a instrumentalização da existência e a destruição material de corpos e populações. A ideia de necropolítica perpassa então a marginalização de segmentos da população, como imigrantes e minorias raciais, que são expostos a violências e exclusões de toda sorte.



Achille Mbembe

Achille Mbembe (1957-) é um filósofo da etnia bassa, nascido na República dos Camarões. Um dos principais críticos contemporâneos do colonialismo, obteve seu doutorado em História na Universidade de Sorbonne, em Paris, França, em 1989. A partir de então, o camaronês lecionou em diferentes universidades de prestígio internacional, como a Universidade de Colúmbia, em Nova York, Universidade da Califórnia, em Berkeley, e Universidade de Yale, em New Haven, Connecticut. Além disso, trabalhou no Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais na África, em Dakar, no Senegal, e lecionou na Universidade de Harvard, em Cambridge, estado do Massachusetts.

Do ponto de vista teórico, uma de suas principais contribuições é o conceito de **necropolítica**, por meio do qual Mbembe busca avançar sobre o conceito de biopolítica formulado por Michel Foucault, mostrando que, mais do que um poder disciplinar, a necropolítica é a expressão da soberania estatal que determina quem vai viver e quem vai morrer. No exercício do poder soberano, são criadas zonas de morte nas quais a finitude da vida aparece tanto como a máxima expressão da força do Estado quanto como a principal forma de resistência ao seu domínio. Com sua necropolítica, o autor nos convida a pensar a relação entre soberania e violência, em particular no que tange a uma das mais recentes expressões do Estado, o Estado securitário, que produz e reproduz sentimentos de terror e insegurança como mecanismos de controle social e reprodução do poder.

Em diferentes obras, como *Crítica da razão negra* e *Políticas da inimizade*, e no ensaio *Necropolítica*, Mbembe também nos lembra que a história da África não tem início no colonialismo. À luz de autores como Frantz Fanon e Aimé Césaire, o camaronês nos lembra que as resistências africanas atravessam a história da África e de seus povos, não se limitando aos movimentos de libertação nacional do pós-Segunda Guerra. Por fim, ao trazer a ideia de que a colonização é um poder constituinte que, pela primeira vez na história, associou racialidade, burocracia e negócio, Mbembe se torna um dos mais instigantes críticos da modernidade, provocando a superar imagens mistificadas e estigmatizadas da África ainda muito presentes no imaginário ocidental.



Daniel Bockwoldt/dpa/Alamy/Fotoarena

Achille Mbembe.

Aliás...

Diferentes aspectos do pensamento crítico africano também estão presentes no Capítulo 5, “Antropologia filosófica: corpo e linguagem”, e no Capítulo 18, “Violências e opressões”, permitindo uma visão mais ampla sobre essa importante vertente filosófica.

Crise da democracia na atualidade

No século XX, eram comuns obras artísticas – expressas na linguagem da literatura, do cinema e das artes plásticas – que narravam distopias nas quais o Estado aparece como uma máquina de controle total, empregando a tecnologia para vigiar e a propaganda para cooptar ideologicamente os cidadãos. Atualmente, são as **big techs** e os agentes privados que se valem do **tecnopoder**, mediante a captura e o cruzamento de dados obtidos no mundo digital. A extração dessas informações fornece perfis políticos e de consumo, enviesando as informações dispostas para os usuários, gerando polarização, isolamento e recepção de informações falsas com fins políticos e eleitoreiros.

Além disso, há um processo de despolitização caracterizado por aquilo que o cientista político estadunidense Yasha Mounk (1982-) denominou de “liberalismo sem democracia”. Mas o que é isso? Trata-se da ideia de que, embora nas democracias modernas ocorra uma crescente liberalidade de costumes e a preservação das garantias do Estado de direito, os cidadãos, enquanto sujeitos, sentem-se “retirados” do processo político e são substituídos por soluções puramente técnicas, elaboradas por “especialistas”, sem o crivo da deliberação política.

Contrapõe-se a esse **solucionismo** a ideia de uma “democracia iliberal”, ou seja, a ideia de que a vontade da maioria deve prevalecer, ainda que isso custe o abandono de direitos. Essa perspectiva é parte do ideário pós-fascista, substanciado pelo descontrole das informações que circulam nas redes sociais. Nessa narrativa, a política cotidiana rejeitaria valores morais e tradições, cabendo ao povo unir-se a um líder carismático que representa sua visão de mundo, geralmente elegendo como inimigos o governo, os acadêmicos, a ciência e a mídia.



Larry Ellis/Express/Getty Images

Pôster de um programa da BBC americana dizendo "O grande irmão está vendo você". O programa foi inspirado no romance intitulado *1984*, de George Orwell, 1965.

GLOSSÁRIO

Big techs: megacorporações do mundo digital, como Google, Amazon e Facebook.

Solucionismo: a ideia de que a tecnologia é capaz de oferecer soluções melhores para os problemas sociais do que a política ou o gerenciamento estatal oferecem.

Tecnopoder: utilização de mecanismos e métodos digitais e cibernéticos de vigilância, monitoramento e indução de comportamentos.

Ferramentas da Filosofia

Hegel e o Haiti

Em *Hegel e o Haiti*, a filósofa estadunidense Susan Buck-Morss (1942-) relata a contradição entre o discurso iluminista de emancipação da pessoa e os regimes de escravidão nas então colônias europeias.

No século XVIII, a escravidão havia se tornado a metáfora de base da filosofia política ocidental, conotando tudo o que havia de mau nas relações de poder. A liberdade, seu conceito antítese, era considerada pelos pensadores iluministas como o valor político supremo e universal. Mas essa metáfora política começou a deitar raízes no exato momento que a prática econômica da escravidão — a sistemática e altamente sofisticada escravização capitalista de não europeus como mão de obra nas colônias — se expandia quantitativamente e se intensificava qualitativamente, a ponto de, em meados do século XVIII, ter chegado a lastrear o sistema econômico do Ocidente como um todo, facilitando, de maneira paradoxal, a expansão ao redor do mundo dos próprios ideais do Iluminismo, que tão frontalmente a contradiziam.

Essa discrepância gritante entre pensamento e prática marcou o período de transformação do capitalismo global de sua forma mercantil para sua modalidade proto-industrial.

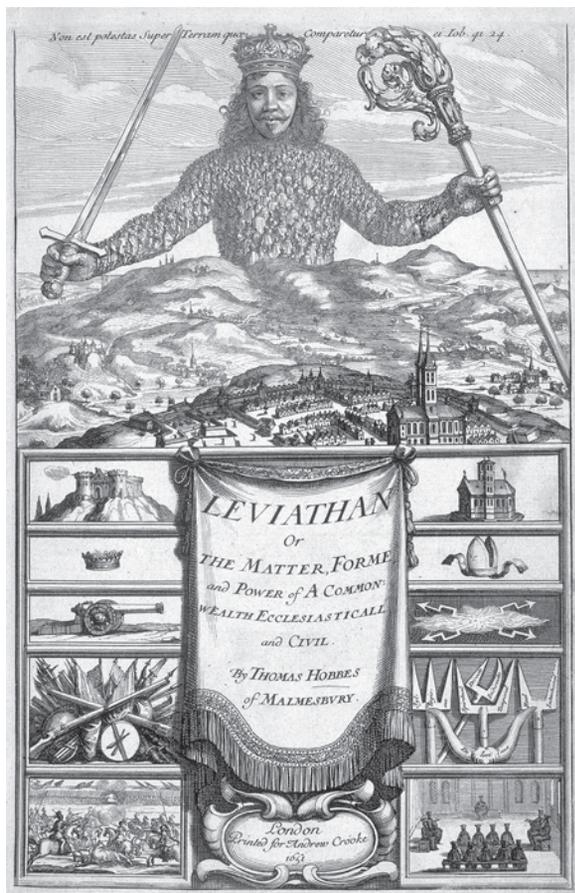
BUCK-MORSS, Susan. *Hegel e o Haiti*. São Paulo: N-1 Edições, 2017. p. 33.

1. Como o trabalho escravizado pode ser associado à expansão do capitalismo no mundo?
2. Apresente a contradição entre o ideal de liberdade universal e a prática sistemática da escravidão praticada pelo Ocidente europeu.





- Em seu caderno, registre verdadeiro (V) ou falso (F) para cada uma das sentenças a seguir.
 - Ao longo da história, a Filosofia logrou construir um conceito único e universalmente válido de Estado.
 - Diferentes autores admitem que o Estado Moderno é formado por cinco elementos básicos: povo, território, governo, soberania e finalidade.
 - Para Benedict Anderson, a ideia de nação está ligada essencialmente a dois elementos: a cidade na qual nascemos e a religião que professamos.
 - Autores como Maquiavel e Hobbes estão entre aqueles considerados como legitimadores do absolutismo.
 - Entre os principais nomes do contratualismo está o do inglês John Locke, considerado um dos grandes teóricos do liberalismo político.
- Observe cuidadosamente a figura e responda às questões propostas.



Coletação particular

Frontispício da primeira edição de *Leviatã*. Gravura, 1651.

- O que nos permite afirmar que Hobbes é simpático à forma monárquica de governo?
- Aponte pelos menos um elemento que indique a precedência do Estado sobre a sociedade.

- Em seu caderno, registre a única alternativa CORRETA.
 - O filósofo T. Hobbes é considerado um dos expoentes do contratualismo francês, exercendo forte influência sobre autores como Rousseau e Montesquieu.
 - Para Karl Marx, a principal tarefa da Filosofia é interpretar o mundo, pois, para ele, sem uma correta interpretação qualquer mudança seria impossível.
 - Na perspectiva marxista, o Estado faz a mediação entre a burguesia e o proletariado, garantindo a este último sua liberdade e justiça socioeconômica.
 - O pensamento anarquista proposto por Proudhon e Bakunin postula a capacidade de auto-organização da sociedade, prescindindo do Estado.
 - Autores como Susan McKinnon defendem que a lógica neoliberal está limitada ao mercado e à vida econômica.
- Para Charles W. Mills, a teoria do contrato racial expressa que:
 - Branco, negro e indígenas concordaram sobre as bases da exploração colonial, em que os brancos eram titulares de todos os privilégios.
 - Há uma nítida supremacia racial das populações brancas sobre povos negro e indígenas, negando os princípios de igualdade formulados pelo contratualismo clássico.
 - A modernidade capitalista garante a todos os mesmos direitos e liberdades, sempre com base no mérito, independente de cor, etnia, cultura ou religião.
 - O primado da Igreja Católica, principalmente na América Ibérica, garantia a todos os cristãos os mesmos direitos e garantias, sancionando somente os pagãos.
 - Embora o racismo tenha vigorado no Período Colonial, as lutas de libertação nacional, em especial no pós-Segunda Guerra, erradicaram as distinções baseadas em conceitos como raça e etnia em nome da fraternidade universal.
- Assinale a obra que é considerada um dos clássicos do pensamento liberal.
 - Do espírito das leis*.
 - Genética neoliberal*.
 - Hegel e o Haiti*.
 - O príncipe*.
 - Necropolítica*.

6. Em seu caderno, registre a única alternativa INCORRETA.
- O conceito de biopolítica, de Foucault, relaciona o poder do Estado ao poder que Deus possui para conceder a vida para todas as criaturas.
 - Para Foucault, entre as medidas de gestão da vida abrangidas pelo conceito de biopolítica estaria, por exemplo, a aplicação de vacinas.
 - Para Agamben, muitos governos estão utilizando o Estado de exceção como técnica de governo.
 - O conceito de necropolítica de Mbembe refere-se à capacidade do Estado em dizer quem vai viver ou quem vai morrer dentro de sua jurisdição.
 - Autores como Foucault e Fanon estão entre as bases intelectuais do filósofo camaronês A. Mbembe.
7. Indique quem são os detentores do tecnopoder e cite duas consequências de sua utilização.

Pesquisa e ação



Você sabe que teoria e prática frequentemente andam juntas, não é? Pois bem, a partir do que lemos sobre Montesquieu, vamos fazer um panfleto sobre os poderes do Estado? Siga o passo a passo:

- Divida sua turma em grupos de três a cinco estudantes.
- Pesquise sobre o tema, privilegiando as seguintes informações:
 - O que faz e como se dividem (esferas administrativas) os poderes do Estado?
 - Quem são seus principais representantes?
 - Como esses poderes contribuem para a democracia, ou seja, para o regime político no qual o povo é o titular da soberania?

Quer uma dica? Leia a Constituição Federal brasileira em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 set. 2024.
- Monte seu panfleto de modo físico ou digital, com os resultados da pesquisa. Se for digital, há opções gratuitas na internet. Lembre-se que o panfleto é um texto pequeno, informativo, com tamanho máximo de uma folha A4.
- Distribua o panfleto entre os colegas de turma ou escola. Se a atividade for em sala, debata o conteúdo do panfleto, trocando informações indispensáveis para o exercício da cidadania.



fizkes/Shutterstock.com

Com seu grupo, informe-se sobre o funcionamento do Estado, política e democracia e prepare panfletos que vão informar toda a escola.

Analise a resolução de uma questão do Enem relacionada ao conteúdo estudado na unidade.

(Enem – 2018)

TEXTO I

Tudo aquilo que é válido para um tempo de guerra, em que todo homem é inimigo de todo homem, é válido também para o tempo durante o qual os homens vivem sem outra segurança senão a que lhes pode ser oferecida por sua própria força e invenção.

HOBBS, T. *Leviatã*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

TEXTO II

Não vamos concluir com Hobbes que, por não ter nenhuma ideia de bondade, o homem seja naturalmente mau. Esse autor deveria dizer que, sendo o estado de natureza aquele em que o cuidado de nossa conservação é menos prejudicial à dos outros, esse estado era, por conseguinte, o mais próprio à paz e o mais conveniente ao gênero humano.

ROUSSEAU, J.-J. *Discurso sobre a origem e o fundamento da desigualdade entre os homens*. São Paulo: Martins Fontes, 1993 (adaptado).

Os trechos apresentam divergências conceituais entre autores que sustentam um entendimento segundo o qual a igualdade entre os homens se dá em razão de uma

- a) predisposição ao conhecimento.
- b) submissão ao transcendente.
- c) tradição epistemológica.
- d) condição original.
- e) vocação política.

Gabarito: D

Justificativa: para responder a essa questão, é fundamental que o estudante tenha compreendido as divergências teóricas entre os autores da corrente da Filosofia Política conhecida como contratualismo, especificamente o debate das diferenças entre a abordagem de Thomas Hobbes e de Jean-Jacques Rousseau. Embora ambos concordem que a sociedade civil e o próprio Estado são originados a partir de um pacto entre todos os homens, o chamado contrato social, eles divergem quanto às características desse estágio prévio à sociedade civil, que se convencionou chamar de Estado de natureza. Para Hobbes, no Estado de natureza, os homens viviam inteiramente livres para realizar o que bem entendessem; no entanto, nessa condição de liberdade total, motivados por uma natureza autointeressada e violenta, estabelece-se uma realidade

de guerra total, de todos contra todos, resumida na célebre expressão utilizada por Hobbes “o homem é o lobo do homem”. Apenas o monopólio da força, a ser conferido e exercido por um Estado forte e centralizador, chamado pelo filósofo de Leviatã, referência a um monstro da mitologia bíblica, seria capaz de pôr fim à violência do Estado de natureza, garantir a segurança a todos e fundamentar a sociedade civil. Já para Rousseau, o Estado de natureza, que antecede o Estado civil, é essencialmente pacífico, uma vez que a natureza dos homens, vivendo em total liberdade e harmonia com a própria natureza, seria igualmente boa e pacífica: a violência, a desigualdade e a insegurança seriam características próprias à vida em sociedade. É dessa premissa que surge a igualmente máxima rousseauiana “o homem nasce bom, mas a sociedade o corrompe”, isto é, a igualdade da condição original do ser humano é rompida no momento em que surge a instituição da propriedade privada da terra e dos recursos naturais, ocasionando uma série de violências e injustiças na tentativa da manutenção de sua posse. Assim, o Estado e a sociedade civil surgiram apenas para garantir e legitimar a posse da terra e a estrutura da desigualdade entre os homens. A alternativa **D** é a correta porque remete à condição original do ser humano no Estado de natureza, conforme a diferença estabelecida nos dois textos de referência: o homem naturalmente violento para Hobbes e naturalmente bom e pacífico para Rousseau. A alternativa **A** está incorreta, porque embora a racionalidade seja uma característica considerada inerente ao ser humano tanto em Hobbes quanto em Rousseau, a busca pelo conhecimento no Estado de natureza não aparece como uma prioridade maior do que a preocupação instintual com a própria sobrevivência. A alternativa **B** está incorreta, pois a ideia de “submissão ao transcendente” enquadra-se em um patamar de reflexão que é mais bem compreendido no contexto posterior ao Estado de natureza, isto é, após o contrato social. A alternativa **C** não está correta, pois as discussões da tradição epistemológica, ou seja, sobre a origem, natureza e as possibilidades do conhecimento, não se relacionam diretamente às hipóteses contratualistas dos pensadores abordados. A alternativa **E** está errada, pois a “vocação política” a que se refere a alternativa não diz respeito à condição original do Estado de natureza para Hobbes e para Rousseau, uma vez que os contratualistas entendem a política como uma convenção humana, originária do pacto que deu início à sociedade civil.



1. (Unicamp-SP – 2024)

Excerto 1

Quase todos estão de acordo que a felicidade é o maior de todos os bens que se pode alcançar pela ação; diferem, porém, quanto ao que seja a felicidade. A julgar pela vida que os homens levam em geral, a maioria deles, e os homens de tipo mais vulgar, parecem identificar o bem ou a felicidade com o prazer, e por isso amam a vida dos gozos.

(Adaptado de: Aristóteles. *Ética a Nicomaco*, Livro I, seções 4 e 5.)

Excerto 2

O conhecimento seguro dos desejos leva a direcionar toda a escolha e toda recusa para a saúde do corpo e para a serenidade do espírito, visto que essa é a finalidade da vida feliz. O prazer é o início e o fim de uma vida feliz. Embora o prazer seja nosso primeiro bem inato, nem por isso escolhemos qualquer prazer.

(Adaptado de: Epicuro. *Carta sobre a felicidade*. São Paulo: Editora UNESP, p. 35-37, 2002.)

Considerando os excertos dos filósofos gregos Aristóteles e Epicuro, ambos do século IV a.C., é possível afirmar que

- Aristóteles e Epicuro sustentam a ideia de que há relação entre a felicidade e o prazer, pois ambos entendem que o prazer é o início e o fim de uma vida feliz.
- diferentemente de Aristóteles, Epicuro defende que a felicidade consiste na realização irrestrita dos nossos desejos, uma vez que o prazer é o início e o fim de uma vida feliz.
- tanto Aristóteles quanto Epicuro – ainda que com concepções éticas distintas – entendem que não há uma identificação imediata entre felicidade e prazer.
- Aristóteles e Epicuro concordam entre si e discordam daqueles que pensam que a felicidade seja o maior dos bens que se possa alcançar pela ação.

2. (UEM-PR – 2019)

A respeito do utilitarismo ético proveniente dos filósofos Jeremy Bentham e John Stuart Mill, assinale o que for **correto**.

- O utilitarismo surgiu na Inglaterra no século XIX, onde florescia o capitalismo industrial.
- O utilitarismo é uma versão moderna dos pensamentos cirenaico e epicurista.
- A finalidade da ação humana é produzir a felicidade pelo prazer e pela ausência de dor.
- A felicidade em si mesma não é nada; o que conta é o conjunto dos prazeres ou a ausência de dor.
- O utilitarismo ético é uma das formas das teorias deontológicas.

3. (UFU-MG – 2023)

Os racistas violam o princípio de igualdade ao conferirem mais peso aos interesses de membros de sua própria raça quando há um conflito entre seus interesses e os daqueles que pertencem a outras raças. Os sexistas violam o princípio da igualdade ao favorecerem os interesses de seu próprio sexo. Analogamente, os especistas permitem que os interesses de sua própria espécie se sobreponham àqueles maiores de membros de outras espécies. O padrão é idêntico em todos os casos.

SINGER, Peter. *Liberção Animal*. Trad. Marly Winckler. ed. rev. Porto Alegre, São Paulo: Lugano, 2004. p. 11. (Fragmento).

Segundo Peter Singer, o especismo, assim como o racismo e o sexismo, descumpra o princípio moral básico de igual consideração dos interesses dos indivíduos. Sobre o modo como animais devem ser tratados, levando em conta o princípio de igual consideração de interesses, marque a alternativa **INCORRETA**.

- A menor capacidade mental dos animais em relação aos humanos não justifica submetê-los à prática de experimentos científicos que seriam dolorosos ou letais a humanos.
- A consideração dos interesses dos animais deve levar em conta a dor que eles sentem em razão do tratamento que seres humanos lhes dispensam.
- A atitude chamada de especista deve ser condenada, assim como se condena o sexismo e o racismo, pois todas essas atitudes descumprem a igual consideração de interesses.
- A experimentação científica com animais que possuem capacidade mental inferior é justificada, pois esses animais não têm interesses; e, além disso, tal experimentação é necessária, uma vez que gera benefícios.

4. (UEL-PR – 2023)

Leia o texto a seguir.

No caso de processos de entendimento mútuo linguísticos, os atores erguem com seus atos de fala, ao se entenderem com outros sobre algo, pretensões de validade, mais precisamente, pretensões de verdade, pretensões de correção e pretensões de sinceridade, conforme se referiram a algo no mundo objetivo (enquanto totalidade dos estados de coisas existentes), a algo no mundo social comum (enquanto totalidade das relações interpessoais legitimamente reguladas de um processo social) ou a algo no mundo subjetivo próprio (enquanto totalidade das vivências a que têm acesso privilegiado).

HABERMAS, Jürgen. *Consciência moral e agir comunicativo*. Trad. de Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989, p. 79.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre a teoria do agir comunicativo, é correto afirmar que, para Habermas, a verdade de um enunciado é

- a) um ideal inatingível, devido aos infinitos desacordos que são próprios da comunicação, em que diferentes posições se tornam inconciliáveis entre si.
- b) subjetiva, pois o conteúdo dos enunciados é uma representação mental, e como tal não pode ser compartilhado pelos diversos participantes de uma comunidade linguística.
- c) impossível, pois o espaço público é repleto de coações e restrições de todo tipo, que impedem o entendimento linguístico e o estabelecimento da verdade dos enunciados.
- d) relacionada com alguma utilidade prática ou que possa resultar em alguma vantagem para aqueles que a aceitarem como tal, sendo a eficiência técnica a maior das vantagens possível.
- e) um consenso intersubjetivo que resulta de uma prática dialógica em que cada participante apresenta justificativas para suas pretensões de validade, fundamentado em uma situação ideal de fala.

5. (Udesc – 2023)

Nós proclamamos o direito, para todos os povos colonizados, de assumirem seu próprio destino... A longa noite está morta.

Fonte: (Declaração do V Congresso Pan-Africano, 1945).

Conforme Leila Hernandez, o pan-africanismo pode ser compreendido como um “movimento político-ideológico centrado na noção de raça, noção que se torna primordial para unir aqueles que a despeito de suas especificidades históricas são assemelhados por sua origem humana e negra”.

A respeito do Pan-Africanismo, assinale a alternativa **correta**.

- a) Movimento político-ideológico originado na África, a partir da segunda metade do século XX, após o sucesso dos processos de descolonização no continente.
- b) Movimento político que surgiu fora da África e ganhou força com as pessoas negras que passaram a militar contra a discriminação e subjugação a que eram sujeitas nas colônias.
- c) Movimento político originado no Sudão por grupos revolucionários extremistas marxistas que, após a independência, defendiam um movimento denominado “colonização inversa”, cujo lema era “Africanos do mundo: uni-vos”.
- d) Movimento ideológico originado em Mali, na África Ocidental, e que serviu como elemento de coesão para os africanos que, no Brasil, incitaram o movimento conhecido como Revolta dos Malês.
- e) Movimento político ideológico, iniciado no Brasil, cujos principais líderes eram vinculados a partidos socialistas e defendiam a irrestrita implementação de cotas raciais.

6. (Unesp – 2023)

Ao mostrar que a natureza humana é comum e que a reta razão é compreensível por todos, o jurista holandês Hugo Grotius (1583-1645) defende a hipótese de que o gênero humano nasce provido de direitos e deveres naturais que decorrem da própria capacidade de raciocínio, da própria racionalidade. Para isso, Grotius evoca um estado de natureza pacífico anterior a qualquer história para se opor ao atual estado social dos homens. Se há uma natureza primitiva anterior, o que inaugura a alta civilização é o Estado moderno.

(Ricardo Monteagudo. *Filosofia política*, 2012. Adaptado.)

A hipótese mencionada no excerto, sobre a constituição de formas de governos, fundamenta-se em uma visão

- a) timocrática, na qual os cidadãos mais honrados têm o direito de governar.
- b) anárquica, na qual os cidadãos não designam um governante para si.
- c) sofocrática, na qual o governo é atribuído aos mais sábios daquela sociedade.
- d) despótica, na qual o rei exerce o poder absoluto sob justificativa divina.
- e) contratualista, na qual o governo e o povo estabelecem um acordo político.

7. (Unicamp-SP – 2024)

Quando completei dez anos, comecei a adestrar bois. Foi assim que aprendi que adestrar e colonizar são a mesma coisa. Tanto o adestrador quanto o colonizador começam por desterritorializar o ente atacado quebrando-lhe a identidade, tirando-o de sua cosmologia, distanciando-se de seu sagrado, impondo-lhe novos modos de vida e colocando-lhe outro nome. O processo de denominação é uma tentativa de apagamento de uma memória para que outra possa ser composta. Há adestradores que batem e há adestradores que fazem carinho.

(Disponível em: SANTOS, Antônio Bispo dos. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, p. 11-12, 2023.)

Antônio Bispo dos Santos, nascido no Piauí, é escritor, mestre, quilombola e lavrador. A partir de conhecimentos em História que você adquiriu ao longo de sua formação e da reflexão apresentada no texto,

- a) explique a comparação entre o “adestrar” e o “colonizar” feita por Antônio Bispo dos Santos. Indique um processo histórico do período colonial em que “adestradores fazem carinho” e justifique sua resposta.
- b) mencione um grupo minoritário brasileiro da segunda metade século XX cuja luta possa ser compreendida a partir das reflexões de Antônio Bispo dos Santos. Explique como duas ações citadas pelo autor podem ser identificadas na trajetória desse movimento.



Protesto no dia 8 de março, organizado pela Marcha Mundial das Mulheres. A causa da manifestação, ocorrida no Dia Internacional das Mulheres, foi a luta pelo fim do machismo, da LGBTQIAPN+ fobia, do racismo e da fome no Brasil. São Paulo (SP), 2022.



O que é bom para a gente é bom para todo mundo?

Nesta unidade, abordaremos aspectos diversos da questão: “O que é bom para a gente é bom para todo mundo?”. O Capítulo 17 problematiza a universalidade e a relatividade da verdade e dos valores, indagando sobre nossos modos de conhecer, julgar e deliberar. O Capítulo 18 aborda o tema das violências, opressões e lutas por justiça, em especial nos séculos XX e XXI. O Capítulo 19 discute os conceitos de liberdade e de libertação sob diferentes perspectivas teóricas e culturais. O Capítulo 20 faz um questionamento sobre a concepção de natureza e relação entre o ser humano e a natureza para pensar o colapso ambiental e a crise climática.

1. Verdades e valores universais são possíveis?
2. Quais as raízes das violências e opressões?
3. O que significa ser livre?
4. Nós, humanos, somos natureza?

Universalidade(s) e singularidade(s)

“[...] A ideia de Marx foi mostrar que o que tinha sido proposto como padrão universal era, de fato, a verdade de uma classe; a de Simone de Beauvoir foi mostrar que o que era apresentado como padrão universal era, na verdade, o padrão masculino. Não consigo pensar em conhecimento mais poderoso do que essas mudanças de perspectiva.”

(Lorraine Daston)¹

AFP/Getty Images



Marcha em Washington por empregos e liberdade, em 28 de agosto de 1963. Foi nesse dia que Martin Luther King proferiu seu histórico discurso “Eu tenho um sonho”, no qual pediu pelo fim do racismo, mobilizou apoiadores da dessegregação e motivou a Lei dos Direitos Civis de 1964.

Aliás...

As diversas áreas da Filosofia são descritas no Capítulo 1, “Filosofia, filosofias”.

Look and Learn / Elgar Collection / Bridgeman Images/Fotoarena



Porfírio de Tiro foi um filósofo neoplatonista. Sua obra *Isagoge* influenciou a lógica na discussão sobre o problema dos universais.

Universalidade(s)

“O que você fez é errado”, “A verdade é essa”, “Esse quadro é lindo”: quando usamos frases como essas, estamos muitas vezes erguendo “pretensões de universalidade”. Isso sobretudo se enunciamos essas frases sem acrescentar nenhuma expressão do tipo “para mim” ou “eu acho que”, evidenciando uma opinião pessoal. Mas o que isso significa?

Significa que, quando dizemos “o que você fez é errado”, queremos dizer algo como “**todo mundo** concordaria que o que você fez é errado” ou “o que você fez é errado **objetivamente**, não importando o que cada um pensa”. Pretende-se, portanto, que o julgamento feito sobre o comportamento em questão é **universal**; isto é, se quer dizer algo como: **as coisas são assim**, não importando o que cada um possa achar subjetivamente, ou: **todas as pessoas concordam ou deveriam concordar que as coisas são assim**.

Neste capítulo, veremos algumas questões relacionadas com a(s) universalidade(s) e seus correlatos – a(s) particularidade(s) e a singularidade(s). A primeira aproximação ao problema que acabamos de fazer já suscita várias perguntas, tais como: As coisas são mesmo assim? Como saber isso e o que garante que elas seriam assim? Por que todas as pessoas concordam ou deveriam concordar com determinado julgamento? Não seria uma visão particular que estaria sendo imposta a outras pessoas e desrespeitando sua singularidade?

Questões relacionadas com a universalidade aparecem nas diversas áreas da Filosofia. Assim, de certa maneira, o tema pode ser encontrado não apenas aqui, mas ao longo de todo o livro.

O “problema dos universais”

O chamado “problema dos universais” é uma importante questão que, na Filosofia dita ocidental, provocou intensos debates na Idade Média e segue sendo discutida. É um problema que está relacionado sobretudo com questões relativas à lógica, à epistemologia e à Metafísica/Ontologia.

O seguinte trecho do influente tratado *Isagoge*, do filósofo Porfírio (234-305), nascido em Tiro, na Fenícia, é considerado a origem desse problema, pois o “problema dos universais” seria: “[...] no que se refere aos gêneros e às espécies, a questão de saber se elas são realidade em si mesmas, ou apenas simples conceitos do intelecto e, admitindo que sejam realidades substanciais, se são corpóreas ou incorpóreas, se, enfim, são separadas ou subsistem apenas nos sensíveis e segundo estes [...]”².

Isagoge significa “introdução” em grego antigo. Na sua *Isagoge*, Porfírio pretende fazer uma introdução à obra *Categorias*, do filósofo grego Aristóteles (384-322 AEC). Nessa obra, Aristóteles expõe o que seriam as **categorias**, isto é, os **conceitos** mais gerais (universais) para classificar toda a realidade, do ponto de vista lógico, ontológico e/ou epistemológico. Seriam dez as categorias: substância/essência (ser humano, cavalo), quantidade (um metro, dois quilos), qualidade (vermelho, gramatical), relação (metade, maior), lugar (na sala, na cantina), tempo (ontem, depois), estar (deitado, sentado), ter (calçado, vestido), agir (cortar, correr), sofrer (ser queimado, ser cortado).

¹ (DASTON, Lorraine. [19--?] *apud* OLANO, Juan A. Q.; WSCHEBOR, Isabel. *Lorraine Daston en Montevideo*. Montevideo: Doble clic Editoras, 2020. p. 49, tradução nossa).

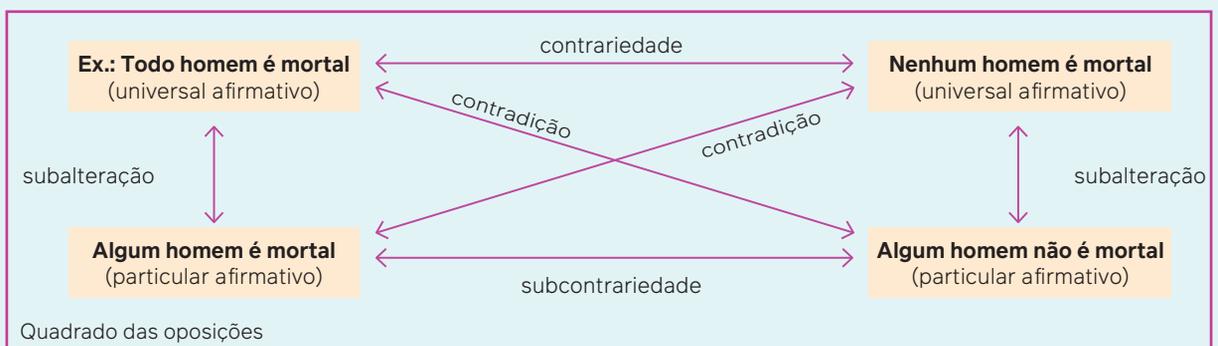
² PORFÍRIO. *Isagoge. Introdução às categorias de Aristóteles*. Trad. Pinharanda Gomes. Lisboa: Guimarães Editores, 1994. p. 50-51.

Falando nisso...

O quadrado lógico

As *Categorias* fazem parte do *Órganon*, conjunto de obras de Aristóteles que tratam de lógica e argumentação. Oriunda da lógica aristotélica, o **quadrado lógico** ou **quadrado das oposições** apresenta os tipos de proposições no que se referem à qualidade (afirmativas e negativas) e à quantidade (universais ou particulares). Assim, as proposições podem ser:

- a) Contrárias: proposições universais que diferem pela qualidade: afirmação (todo S é P) ou negação (nenhum S é P).
- b) Subcontrárias: proposições particulares que diferem pela qualidade: afirmação (algum S é P) ou negação (algum S não é P).
- c) Subalternas: proposições que diferem pela quantidade (todo S é P – algum S é P / nenhum S é P – algum S não é P).
- d) Contraditórias: proposições que diferem pela qualidade e pela quantidade (todo S é P × algum S não é P; nenhum S é P × algum S é P).



Fonte: JAPIASSU, Hilton; MARCONDES, Danilo. Oposição. In: DICIONÁRIO básico de filosofia. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

Todo conceito é formado por uma **compreensão** e uma **extensão**. A compreensão é o conjunto de características que definem o conceito e delimitam que coisas são referidas por ele. Já a extensão diz respeito ao conjunto de itens referidos pelo conceito. Tomemos o conceito de “cadeira”, por exemplo. A compreensão desse conceito são as características que fazem com que algo seja uma cadeira (digamos: servir para sentar, ter quatro pernas, entre outras utilidades). Já a extensão são as cadeiras concretas, que têm tais características (como as cadeiras de uma sala de aula, por exemplo).

Gêneros, espécies e categorias em geral são conceitos. A chamada “Árvore de Porfírio” pode nos ajudar a entender o que são os conceitos de gênero e espécie citados no trecho da *Isagoge*, de Porfírio.

No topo da árvore está o conceito de “substância” ou “essência”. Esse conceito tem uma compreensão tão pequena que a extensão de seres a que ele se refere seria a maior possível: afinal, a princípio tudo tem uma essência ou se relaciona com uma essência. No outro extremo temos “ser humano”. Nessa árvore, ele é a espécie mais específica. Isso significa que a compreensão dele



Fonte: JAPIASSU, Hilton; MARCONDES, Danilo. Árvore de Porfírio. In: DICIONÁRIO básico de filosofia. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

tem tantas características que a extensão de seres que está sob esse conceito é a mais restrita da árvore toda. Embaixo dela, não teríamos mais conceitos, mas indivíduos singulares.

Conversa imaginária entre Porfírio (à direita, sem barba) e Averróis (1126–1198), filósofo islâmico e comentador de Aristóteles, nascido em Córdoba, na Espanha. Gravura presente no *Liber de Herbis*, de Monfredo de Monte Imperiali (século XIV).



Entre o gênero generalíssimo – a essência – e a espécie especialíssima – o ser humano –, temos conceitos que ora funcionam como gênero, ora como espécie. Corpo é uma espécie de substância, e é gênero de vivente. Vivente é uma espécie de corpo, e é gênero de ser humano. O que faz a passagem de gênero para espécie é a **diferença**. A diferença do ser humano para os demais viventes, que faz com que ele seja uma espécie dentro do gênero dos viventes, é a racionalidade. Assim, o ser humano é um vivente racional. O vivente é uma espécie de corpo, que tem uma diferença para os demais: é um corpo animado (dotado de alma).

Assim, um conceito é um universal, isto é, “algo” que pode se referir a muitos itens. O problema dos universais diz respeito a saber o que é esse algo. Ele existe na realidade, independentemente da nossa mente? Ou ele existe apenas na mente? Ou ele nada mais é que uma palavra que, por convenção social, usamos para nos referir a coisas semelhantes, as quais, em sua singularidade, são diferentes na realidade?

As respostas a essas perguntas dão origem a três correntes principais: o **realismo**, o **conceitualismo** e o **nominalismo**.

O **realismo** defenderia que os universais existem independentemente da mente humana; são entidades reais (extramentais). O realismo pode ser dividido em realismo **platônico** e realismo **aristotélico**. O realismo platônico defende que os universais (“ideias”, “formas” ou “espécies”) existem por si, independentemente do intelecto humano e das coisas às quais dão forma. Assim, para além de cachorros singulares que vemos e ouvimos por aí, existiria a ideia mesma de cachorro, a “cachorridade”. Já o realismo aristotélico defende que os universais (“formas” ou “espécies”) existem realmente, mas não independentemente das coisas às quais dão forma. Assim, existe a espécie cachorro, mas apenas nos cachorros concretos, singulares.

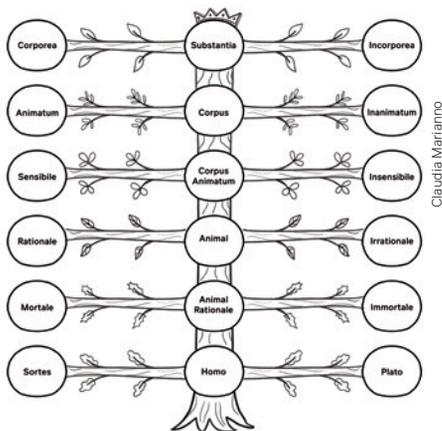
O **conceitualismo** defenderia que os universais existem, mas apenas como conceitos na nossa mente; são entidades mentais. Assim, o que existiriam são os cachorros concretos, singulares, e nosso intelecto; abstraindo do que faz cada cachorro um ser singular, reteria apenas as características comuns aos diversos cachorros para formar o conceito de “cachorro”.

O **nominalismo** defenderia que os universais, a rigor, não existem. O que existiriam são seres singulares, aos quais, por convenção, com base em semelhanças entre eles, agrupamos sob uma palavra – “cachorro”, por exemplo. Mas essa palavra não se refere a uma essência (como no realismo) nem a uma representação mental (como no conceitualismo).

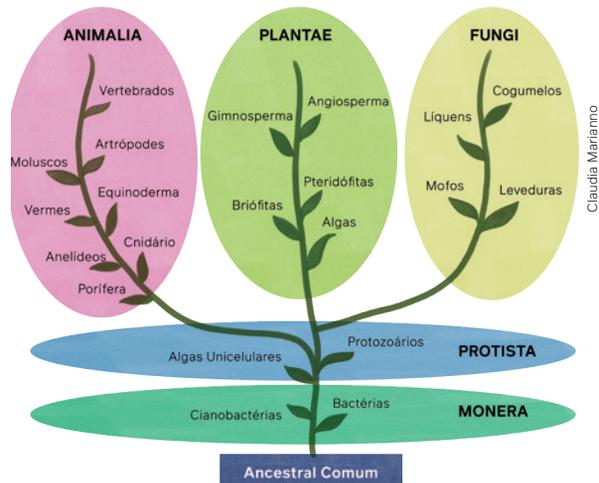


Integrando saberes

A classificação dos seres e a biologia



Réplica da *Arbor porphyriana* (Árvore de Porfírio) usada no comentário da obra de Aristóteles por Purchotius (1730), Boécio (século VI) e Ramon Llull (c. 1305).



Classificação dos seres vivos na Biologia.

As classificações dos seres segundo gênero e espécie estão presentes na Biologia. A origem dessa classificação é a obra de Aristóteles, que também fez estudos dos seres vivos. Mas há diferenças: na Biologia, não se trata de classificar todos os seres, como na obra *Categorias de Aristóteles*, mas somente os seres vivos. Além disso, a Biologia multiplicou os tipos de classificação: há espécies e gêneros, mas também há famílias, ordens, classes, filos e reinos. A Filosofia da Biologia (e das ciências em geral) levanta perguntas que tocam no problema dos universais: afinal, existem diferentes espécies na natureza? Ou a noção de espécie seria uma criação necessária para a nossa mente organizar a realidade para nós? Ou “espécie” seria uma convenção que inventamos para classificar as coisas, de forma que essa classificação poderia ser bem diferente?



A natureza dos números

Você já se perguntou o que são os números? Uma das questões que a Filosofia da Matemática se coloca diz respeito à natureza dos números e das “entidades” com as quais a Matemática lida. Como sempre, há várias posições sobre o tema. O **logicismo** de filósofos, como o alemão Gottlob Frege (1848-1925) e o inglês Bertrand Russel (1872-1970), pode ser aproximado do realismo com relação aos universais, na medida em que defende que existem entidades abstratas e a Matemática as descobre. Já o **intuicionismo**, que tem raízes na obra do filósofo alemão Immanuel Kant (1724-1804), diz que a Matemática constrói seus objetos na mente. Isso aproxima essa posição do conceitualismo. Há ainda o **formalismo**, associado ao matemático alemão David Hilbert (1862-1943). Na medida em que recusa a existência de entidades abstratas, na realidade ou na mente, essa posição pode ser aproximada do nominalismo.



Relativismo e universalismo(s)

Você já ouviu a frase “Tudo é relativo”? Já notou alguma vez como essa afirmação é contraditória? Se tudo é relativo, então haveria algo que não é relativo: a própria ideia de que tudo é relativo. Mas se é assim, nem tudo é relativo. O defensor do relativismo poderia tentar sair desse embaraço com a lógica dizendo que apenas uma coisa não é relativa: a ideia de que tudo é relativo. Mas o que isso quer dizer?

Uma maneira de interpretar essa posição é dizer que quem a defende está negando a possibilidade de existirem valores ou verdades universais. O relativista reconheceria uma verdade universal apenas: a de que praticamente todas as coisas são relativas a pontos de vista particulares ou singulares. Todo conhecimento, pensamento, posição ou valor seria relativo ao indivíduo ou ao grupo pelo qual foi gerado ou adotado, não sendo válido para todo mundo.

Mas será que isso não é problemático? Por exemplo, será que não faz com que sejam aceitas posições e valores que visam à invisibilização e mesmo à eliminação de pessoas e grupos porque não haveria nenhum ponto de vista comum com base no qual tais valores ou posições pudessem ser considerados maus, errados, injustos? Será que um relativismo radical, segundo o qual cada pessoa ou grupo tivesse “a sua verdade”, em que um grupo ou pessoa pudesse adotar os valores que quiser e não pudesse ser questionado – será que um relativismo assim não daria legitimidade a posições preconceituosas e mesmo ao fascismo e ao nazismo, por exemplo?

Victor Meirelles.
A primeira missa, 1861.
Óleo sobre tela,
2,6 m × 3,5 m.

A obra retrata a tentativa de conversão ao cristianismo dos indígenas que habitavam o território brasileiro à época da colonização portuguesa. O artista faz uma representação romantizada dos indígenas, que trazem expressões inocentes e curiosas. Tal representação é, no mínimo, problemática, uma vez que não mostra as dimensões conflituosas desse contato (a imposição de outra cultura, as doenças trazidas pelos europeus, a escravização de indígenas, entre outras coisas).



Um dos argumentos para adotar uma posição relativista é o de que reivindicações de universalidade seriam tentativas de fazer passar por geral a visão particular de um grupo e impô-la sobre outros. Com isso, tais reivindicações foram muitas vezes usadas para justificar o domínio e o aniquilamento de um povo ou civilização por outro(a). Assim, durante a expansão colonial europeia, a ideia de que todo mundo deveria seguir valores cristãos não raro serviu para forçar a conversão de povos originários da América ao cristianismo ou para aniquilar, como infieis, quem resistia a essa conversão.

Universalismo abstrato e universalismo concreto

Podemos chamar de **universalismo abstrato** o particularismo de um grupo que se faz passar como geral, invisibilizando e servindo para apagar a particularidade e a singularidade alheias e as diferenças étnicas, raciais, sexuais, de gênero, de classe. Mas dado esse uso excludente de reivindicações de universalidade, toda e qualquer reivindicação de universalidade deveria ser abandonada?

O escritor martinicano Aimé Césaire (1913-2018) parece responder que não:

[...] Não vou me confinar a um particularismo estreito. Mas também não pretendo me perder num universalismo desincorporado. Há duas maneiras de se perder: por meio de uma segregação fechada no particularismo ou por meio da dissolução no universal.

Minha ideia de universal é um universal rico com todos os particulares, uma profunda coexistência de todos os particulares [...].

CESÁIRE, Aimé. “Carta a Maurice Thorez”. In: DISCURSO SOBRE EL COLONIALISMO. Madrid: Ediciones Akal, 2006. p. 11, tradução nossa.

Partindo de Césaire e das contribuições do intelectual brasileiro Abdias Nascimento (1914-2011), o sociólogo brasileiro Joaze Bernardino-Costa, os porto-riquenhos Nelson Maldonado-Torres, filósofo, e Ramón Grosfoguel (1956), sociólogo, formulam a noção de **universalismo concreto**:

“(...) se o universalismo abstrato é um tipo de particularismo que se estabelece como hegemônico e se apresenta como desincorporado, o universalismo concreto (...) não esconde seu lugar de enunciação, suas influências corpo-políticas e geopolíticas. Este universalismo permite a coexistência de particulares, sem que cada um precise se esconder atrás de uma ideia abstrata ou desincorporada. Diferentemente do universalismo abstrato, que estabelece uma relação vertical, o universalismo concreto supõe um projeto político que propõe relações e diálogos horizontais entre as diversas particularidades (...)”

BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFUGUEL, Ramón. (org.). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. p. 15.

Olympe de Gouges

DÉCLARATION DES DROITS DE LA FEMME ET DE LA CITOYENNE,

‘A décréter par l’Assemblée nationale dans ses dernières séances ou dans celle de la prochaine législature.

P R É A M B L E .

Les mères, les filles, les sœurs, représentantes de la nation, demandent d’être constituées en assemblée nationale. Considérant que l’ignorance, l’oubli ou le mépris des droits de la femme, sont les seules causes des malheurs publics et de la corruption des gouvernements, ont résolu d’exposer dans une déclaration solennelle, les droits naturels, inaliénables et sacrés de la femme, afin que cette déclaration, constamment présente à tous les membres du corps social, leur rappelle sans cesse leurs droits et leurs devoirs, afin que les actes du pouvoir des femmes, et ceux du pouvoir des hommes pouvant être à chaque instant comparés avec le but de toute institution politique, en soient plus respectés, afin que les réclamations des citoyennes, fondées désormais sur des principes simples et incontestables, tournent toujours au maintien de la constitution, des bonnes moeurs, et au bonheur de tous.

En conséquence, le sexe supérieur en beauté comme en courage, dans les souffrances maternelles, reconnaît et déclare, en présence

Outra alternativa para escapar às armadilhas da universalidade abstrata é proposta pelo filósofo sul-africano Mogobe Ramose (1945). Ele argumenta que o universal pode ser lido, com base em sua etimologia latina, como uma composição de *unius* (um) e *versus* (alternativa de). A noção de “um” indicaria a ideia de “uniformidade”, de “mesmidade”, e estaria em contradição com a ideia de “contraste” ou “alternativa” presente em *versus*. Nessa composição contraditória, a noção de universal tenderia a ressaltar o um e excluir a alternativa, o outro. Para escapar a essa contradição, ele propõe a noção de **pluriversalidade**.

Segundo Ramose, essa noção seria uma mudança de paradigma em diálogo com a mudança, na ciência, de uma noção de “universo” – de cosmos com **um** centro – para a noção de pluriverso – de cosmos sem centro ou com múltiplos centros. A pluriversalidade teria também uma dimensão ontológica, pois corresponderia à compreensão de que a realidade é constituída de seres particulares e de que não se trata de privilegiar um desses seres em detrimento de outros. Na medida em que tem em vista uma relação horizontal entre todos os particulares, a noção de pluriversalidade dialoga com a de universal concreto.

Essa declaração denunciou o que havia de patriarcal, machista e, portanto, de excludente na *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* (1789), apesar das pretensões de universalidade desta última. Questionamentos como esse contribuem para a universalização de direitos.

Primeira página da *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã* (1791), escrita pela pensadora francesa Olympe de Gouges (1748-1793).



Infográfico
Direitos
Humanos

O debate sobre os vários sentidos de universal pode contribuir para pensarmos uma reivindicação de universalidade fundamental no mundo contemporâneo: os direitos humanos. A *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (1948) visa reconhecer e proteger a dignidade de todos os seres humanos. Mas como determinar concretamente quais são os direitos e as garantias necessárias para isso? Como pensar um conjunto de direitos universais sem que isso fira a diversidade cultural?

Ao tematizar as relações entre universal e cultura, Judith Butler enfatiza o fato de que não se trata de impor um universal pronto, dado. Tampouco se trata de renunciar a reivindicações de universalidade. A questão é que tais reivindicações terão que lidar com o paradoxo de que todo universal brota de condições culturais que não são universais e não raro são excludentes.

É a luta por justiça e inclusão feita por pessoas e grupos que na prática estão excluídos de direitos pretensamente universais que transforma e alarga o próprio sentido de universalidade contido em tais direitos, impulsionando o que Butler chama de **tradução cultural**. Nesse sentido, o universal talvez seja sempre futuro, aberto, inacabado, e seja mais correto falar não em um universalismo, mas em universalização como um processo sempre por fazer.

Perfil

Judith Butler

Judith Butler (1956) é professora de Literatura Comparada na Universidade da Califórnia, em Berkeley, onde também é fundadora do Programa de Teoria Crítica e Consórcio Internacional de Programas em Teoria Crítica. Em seus estudos, a autora procura mostrar, entre outras coisas, que as identidades de gênero são constituídas performativamente, isto é, pela repetição, muitas vezes compulsória, de certos comportamentos socialmente constituídos como pertencentes a esse ou aquele gênero. Butler mostra o que há de falso, problemático e excludente na hegemonia “universal” da concepção binária e heterocentrada, que exclui não apenas pessoas com identidades de gênero e desejos diversos dessa “universalidade abstrata”, mas pessoas cujo sexo biológico não corresponde ao par binário masculino-feminino (como as pessoas intersexo), gerando diversos tipos de violências. Além das questões de gênero e sexualidade, seus principais temas de pesquisa passam também pela teoria crítica, política, guerra, precariedade, luto, entre outros. Judith Butler também é ativista, participando de várias organizações de defesa dos direitos humanos, tais como o Center for *Constitutional Rights* (Centro de Direitos Constitucionais), em Nova York, e o conselho consultivo da *Jewish Voice for Peace* (Voz Judaica pela Paz).



Aldara Zarraga/Getty Images

Judith Butler.

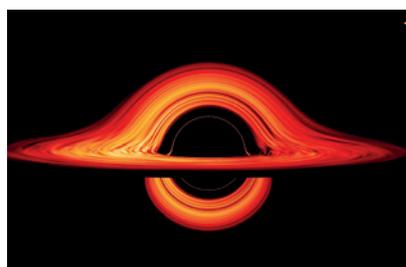
Singularidade(s)

E quando nos deparamos com a incerteza e a singularidade como partes da vida? É possível pensar a **situacionalidade** e a particularidade por meio da história da Ciência e da Filosofia? Afinal, o universal necessariamente exclui o valor daquilo que se apresenta como particular? Nesse momento, vamos refletir sobre essas questões. Interessa-nos compreender como a Filosofia pensou a situacionalidade e a singularidade. Essa reflexão passa por aspectos lógicos, ontológicos, epistêmicos, éticos, políticos e estéticos. Trata-se, portanto, de uma investigação filosófica sobre alguns aspectos da relação entre o universal e o particular. Será que a história da Ciência também pode nos ajudar nessa reflexão?

Quando o físico alemão Albert Einstein (1879-1955) propõe as teorias da relatividade geral e restrita, ele ressignifica o problema dos universais ao antever a necessidade de singularizar o cálculo do movimento de elementos que não se limitavam à velocidade da luz. Para isso, Einstein lança mão, ao mesmo tempo, de constantes universais, que obedecem a escalas físicas bem-definidas, e do conceito de “simultaneidade”, que só pode ser definido em termos de um sistema de referência determinado. Ou seja, para a física einsteiniana, o universal pressupõe um elemento situado, isto é, localizado espaço-temporalmente.



Jeremy Schnittman/Centro de Voo Espacial Goddard/NASA



Visualização de um buraco negro elaborada pela Nasa.

O ponto central do buraco negro, um ponto de densidade máxima no qual se concentra toda sua massa e no qual as leis e equações “universais” da Física deixariam de funcionar, é denominado “singularidade”.

GLOSSÁRIO

Situacionalidade: característica que situa, isto é, localiza quem fala e a partir de onde essa pessoa fala (em termos de nascimento, identidade étnico-racial, gênero, classe, entre outros marcadores).

De outro modo, o físico alemão Werner Heisenberg (1901-1976) formulou o princípio da incerteza para compreender as falhas da Física Mecânica moderna no que se refere ao mundo subatômico. Para compreender por que o modelo newtoniano não era suficiente para encontrar soluções no universo do infinitamente pequeno, Heisenberg sustenta que a incerteza ou indeterminação não só é uma característica da Mecânica Quântica como é, na verdade, um elemento que só pode ser previsto por cálculos probabilísticos.

O exemplo da história contemporânea da Física nos dá pistas de que a busca pelo universal passa, no mínimo, por sua resignificação. Mas como a Filosofia dialoga com essas novas abordagens sobre a relação e/ou diferenças entre universalidade e singularidade? A relatividade restrita de Einstein e o princípio da incerteza de Heisenberg impuseram, por exemplo, a impossibilidade de pensarmos em termos absolutos sobre as noções de tempo e espaço. Vejamos agora como essa discussão se estabelece pela Filosofia.

Localização e parcialidade

A Filosofia trabalha, sobretudo, no universo dos conceitos, e é possível afirmar que ela se assemelha ao nível de abstração exigido por campos como a Matemática, a Física e a Música. Essa abstração pode nos ajudar a alcançar verdades valiosas, pretensamente neutras e universalmente válidas para a compreensão de nossa existência no mundo. Entretanto, não podemos nos esquecer de que a abstração distingue características particulares, mas não apaga as singularidades que nos atravessam. Diante disso, a Filosofia tem se apoiado na localização e na parcialidade do conhecimento para reposicionar a questão do universal.

“Conhecimento localizado” ou “situado” se refere às perspectivas singulares de quem conhece, em relação ao gênero, à raça, à geolocalização, entre outros marcadores. A caracterização da Filosofia pelo pensamento situado orienta a compreensão de uma corporeidade do conhecimento, marcada pela diversidade constitutiva das diferentes culturas, em oposição à pretensão de uma universalidade absoluta, totalitária.

Aliás...

Trabalhamos os conceitos de gênero e raça no Capítulo 6, “Gêneros, sexualidades, racialidades e etnicidades”.

Falando nisso...

O segundo sexo

Na obra *O segundo sexo* (1949), da filósofa francesa Simone de Beauvoir (1908-1986), encontramos uma reflexão sobre a mulher pela categoria de “outro”. Para a filósofa, a mulher é definida em relação ao homem e pelo olhar dele, em uma relação de submissão e dominação. Diferentemente do homem, a quem é permitida a autorreferência, de ser quem se é, a mulher estaria resignada a funções predefinidas por papéis sociais de gênero. Não se nasce mulher, torna-se mulher em uma existência marcada por expectativas e destinações biológicas, psicanalíticas e socioculturais. A obra beauvoiriana nos responde que a categoria de mulher, nela representada, trata de uma análise característica de seu tempo e cultura, uma vez que enumera papéis sociais aos quais as meninas e mulheres francesas estavam submetidas.



Science History Images/Alamy/Fotorena

Simone de Beauvoir, 1969.



A teoria feminista do ponto de vista

Para a filosofia do pensamento situado, evidenciar os jogos de forças estabelecidos com base na delimitação e afirmação dos lugares de fala corresponde a uma atitude intelectual comprometida com a honestidade, em que localizamos discursos e saberes a eles associados, com seus lugares de enunciação marcados, a fim de evidenciar uma postura responsável na relação entre conhecimentos, ciências e sociedade. Com isso, espera-se evitar silenciamentos, hierarquizações e qualquer suposta uniformidade das diferenças próprias ao pensamento humano.

Para filósofas do feminismo negro, como Lélia González (1935-1994), bell hooks (1952-2021) e Patricia Hill Collins (1948-), o pensamento situado reflete o esforço das mulheres negras para encontrar liberdade para expressar a própria voz. Para as feministas marxistas, como a brasileira Heleieth Saffioti (1934-2010), a filósofa polaco-russa Rosa Luxemburgo (1871-1919) e a italiana Silvia Federici (1942-), o conhecimento localizado expõe em bases materiais concretas as subordinações das mulheres em suas singularidades e condições de vida na sociedade.

Nancy Hartsock (1943-2015), feminista materialista estadunidense, foi uma das primeiras a desenvolver a teoria do ponto de vista feminista com base nas ferramentas teóricas marxistas. Para ela, o marxismo adotava uma masculinidade abstrata em relação ao sujeito do conhecimento, e ignorava a opressão de gênero das mulheres ao naturalizar a divisão sexual do trabalho. A leitura marxista do ponto de vista feminista oportunizou uma leitura da opressão específica das mulheres como aquelas que teriam uma visão privilegiada tanto do sistema capitalista quanto do **patriarcado**.

Como buscou defender a filósofa estadunidense Sandra Harding (1935-), o desenvolvimento da teoria do ponto de vista feminista se afastou da ideia de um privilégio epistêmico para a ideia de uma mulher universal. A pretensão totalizante da fundamentação teórica marxista da teoria feminista do ponto de vista não considerou a instabilidade das categorias analíticas, como a que caracteriza o próprio conceito de gênero ou mulher.

A filósofa brasileira Djamila Ribeiro (1980-) defende que, com base na teoria do ponto de vista feminista, é possível falar de **lugar de fala**. Para ela, o objetivo do feminismo negro é o de marcar o lugar de fala como necessário para entendermos realidades que foram escamoteadas na normatização hegemônica.

[...] O falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir. Pensamos lugar de fala como refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequente da hierarquia social.

Quando falamos de direito à existência digna, à voz, estamos falando de *locus* social, de como esse lugar imposto dificulta a possibilidade de transcendência. Absolutamente não tem a ver com uma visão essencialista de que somente o negro pode falar sobre racismo, por exemplo.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017. p. 64.

Ao abandonarmos a ideia de universalidade absoluta com a perspectiva situada do conhecimento, assume-se, como o faz a filósofa Donna Haraway (1944-), que a parcialidade evidencia que todo o conhecimento, incluso o da ciência moderna ocidental, é também localizado e, por isso, parcial. Conhecer parcialmente alguma coisa é simplesmente reconhecer que um mesmo problema ou objeto pode ser estudado com base em abordagens, teorias e/ou experimentações distintas.

GLOSSÁRIO

Patriarcado:

designa uma formação social em que os homens detêm o poder. Corresponde à dominação masculina ou opressão das mulheres.



Djamila Ribeiro, filósofa brasileira que trabalha em suas obras as questões de raça e gênero dentro do feminismo. São Paulo (SP), 2020.

Valdir de Oliveira/Fotoarena

Para ampliar

Assista

Zika – O filme, direção de Débora Diniz (Itinerante Filmes, 2016, 29 min).

O documentário descreve a história de médicas e mães do Cariri, do Sertão e do Alto Sertão da Paraíba, que, juntas, fazem ciência e sobrevivem à epidemia do vírus zika. Mulheres, em sua maioria de áreas periféricas das cidades de Campina Grande e Juazeirinho, diagnosticadas com a infecção durante a gestação, tiveram seus bebês afetados por síndromes congênitas causadas pelo vírus, como a microcefalia. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=m8tOpS515dA>. Acesso em: 20 jun. 2024.



Civilização Brasileira

Universal: um paradoxo cultural

No texto a seguir, a filósofa Judith Butler tematiza a relação entre cultura e universal, mostrando que a reivindicação de universalidade implica reconhecer as condições culturais e o caráter inacabado do universal – o que levaria ao engajamento no processo de tradução cultural.

[...] Seria um grande consolo, suponho, regressar a uma perspectiva universal já pronta e obrigar todos(as) a se identificarem com uma atitude moral universal antes de assumirem suas diversas preocupações específicas [...]. O problema surge, contudo, quando o significado de “universal” se mostra como culturalmente variável, e as articulações culturais específicas do “universal” trabalham contra sua reivindicação de um estatuto transcultural.

Isso não quer dizer que não deva haver referência ao universal ou que isso se tornou, para nós, uma impossibilidade. Pelo contrário. Tudo o que isso significa é que existem condições culturais para sua articulação que nem sempre são as mesmas, e que o termo “universal” ganha seu significado para nós precisamente por meio dessas condições decididamente menos universais. Esse é um paradoxo que qualquer injunção para adotar uma atitude universal encontrará. Pois pode ser que em uma cultura um conjunto de direitos seja considerado universalmente dado, e que em outra esses mesmos direitos marquem o limite da universalidade [...]. Isso tornou-se especialmente claro para mim no campo dos direitos humanos de lésbicas e gays, em que o “universal” é um termo contestado, e em que várias culturas e grupos dominantes de direitos humanos expressam dúvidas se seres humanos lésbicas e gays deveriam ser propriamente incluídos no “humano” e se seus supostos direitos se enquadram nas convenções existentes [...] afirmar que existem convenções que regem o âmbito dos direitos descritos como universais não é afirmar que esse âmbito foi decidido de uma vez por todas. [...] pode muito bem ser politicamente importante afirmar que um determinado conjunto de direitos é universal, mesmo quando as convenções existentes que regem o âmbito da universalidade excluem precisamente tal afirmação. [...]

Quando são feitas reivindicações concorrentes ao universal, parece imperativo compreender que as culturas não são exemplos de um universal pronto, mas exemplos de que o universal é sempre articulado culturalmente, e que o processo complexo de aprender como ler essa reivindicação não é algo que algum de nós pode fazer fora do difícil processo de tradução cultural. Essa tradução não será uma tradução fácil, na qual reduzimos todas as instâncias culturais a uma pressuposta universalidade, nem será a enumeração de particularismos radicais entre os quais não é possível qualquer comunicação.

Os riscos serão que a tradução se torne uma imposição de uma reivindicação universal a uma cultura que lhe resiste, ou que aqueles que defendem o universal minimizem o desafio colocado pelas diferenças culturais [...].

[...] a tarefa que a diferença cultural nos impõe é a articulação da universalidade por meio de um difícil trabalho de tradução. Esse trabalho procura transformar os próprios termos que são colocados para substituir uns aos outros, e o movimento dessa transformação imprevista estabelece o universal como aquilo que ainda está por ser alcançado e que, para resistir à domesticação, pode nunca ser completa ou finalmente alcançável.

BUTLER, Judith. “Universality in Culture”. In: NUSSBAUM, Martha. *For love of country: debating the limits of patriotism*. Boston: Beacon Press, 1996. p. 45-52, tradução nossa.

Entre outras coisas, o movimento luta pela universalização de direitos sociais (à saúde, à educação, à terra), pelos direitos das mulheres, pela democracia, pela justiça social e ambiental, pela preservação da biodiversidade.

Marcha das Margaridas, Brasília (DF), 2023.



Ton Molina/Fotoarena

1. Por que seria um consolo regressar a um universal pronto?
2. Explique o que seria “tradução cultural” para Judith Butler.



Ficção e verdade



Este capítulo nos mostrou de que modo o problema do universal e do pensamento situado toca diretamente na questão da verdade. Qual ou quais seriam as concepções de verdade para nossos modos de conhecer, julgar, escolher e deliberar? Teria ainda a ficção algo a contribuir para o conhecimento? Quando pensamos em uma obra ficcional, tendemos a antecipar que se trata apenas de uma narrativa produzida para contar uma história inventada. Mas e se a ficção pudesse nos permitir não apenas pensar o novo, como também descrever o presente?

No filme *Ela* (2013), do diretor Spike Jonze, a ficção científica aborda a relação entre humanos e inteligência artificial com base no relacionamento amoroso entre o escritor Theodore e seu novo sistema operacional chamado Samantha. A voz de Samantha responde a comandos para solucionar problemas e necessidades demandadas pelo operador. O filme foi lançado em um momento em que já contávamos com programas similares em telefones celulares e computadores sob a justificativa de facilitar a vida do usuário do aparelho. No entanto, o cinema não descreve a inteligência artificial no momento presente, pois opta por uma estética futurista a fim de descrever possíveis relações não previstas pelos manuais desses sistemas: a construção de relações afetivas entre humanos e máquinas.

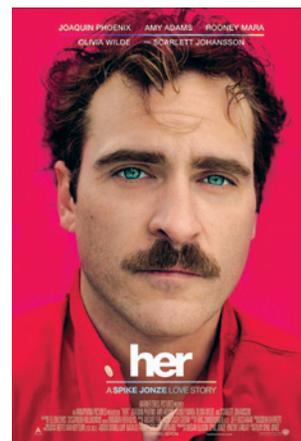
A reflexão que o filme nos traz é a seguinte: Uma relação amorosa como essa não é verdadeira? Afinal, Theodore passa a conhecer e ser conhecido por Samantha, que recolhe dados fornecidos pelo próprio usuário para moldar o comportamento e as respostas a ele. O tempo dedicado e partilhado entre humano e máquina passa a ser cada vez maior, uma vez que Theodore entende haver ali uma reciprocidade. Poderíamos julgar esse roteiro como algo distante de nossos dias? Ainda que não nos relacionemos amorosamente com sistemas de inteligência artificial, não estamos cada vez mais ligados a esses modelos?

A Filosofia também realiza alguns experimentos de pensamentos semelhantes aos da ficção científica. O filósofo francês René Descartes (1596-1650) utiliza do recurso ficcional de um gênio maligno cuja existência serviria para evidenciar que não podemos acreditar em nada sem passarmos pela dúvida metódica. Já o filósofo australiano David Chalmers (1966-) utiliza da imagem de um gêmeo zumbi para justificar a possibilidade lógica da existência de seres humanos sem experiência consciente.

No período do Renascimento, a Disputa das Mulheres (*Querelle des Femmes*), um movimento literário, artístico e filosófico sobre a disputa em torno da posição das mulheres na sociedade também nos traz exemplos de como a ficção pode ser útil na busca pela verdade. Essa disputa, para a historiografia canônica, começa com a resposta do *Debate da rosa* (*Querelle de la Rose*), de Christine de Pizan (1364-1430), ao *Romance da rosa*, do poeta Jean de Meung (1240-1305); e por *A cidade das damas* (*Le livre de la Cité des Dames*), um romance ficcional no qual três senhoras (Razão, Retidão e Justiça) auxiliam a personagem Christine a construir uma cidade amuralhada para proteger mulheres virtuosas das calúnias lançadas pelos homens.

Aliás...

No Capítulo 1, "Filosofia, filosofias", você encontra a descrição de diferentes formas de escrita filosófica.



Cinematic/Alamy/Fotoarena

Cartaz de divulgação do filme *Ela*. Na história, um escritor se apaixona pela inteligência artificial.

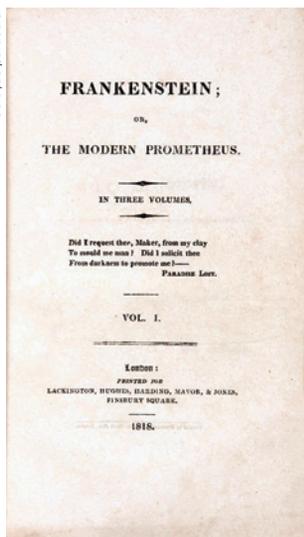
Aliás...

Você encontra uma análise sobre inteligência artificial no Capítulo 24, "Tecnologias e redes sociais: perigos e potencialidades".



Archive World/Alamy/Fotoarena

Ilustração presente no livro *A cidade das damas*, de Christine de Pizan.



Frontispício da primeira edição de *Frankenstein* (1818), de Mary Shelley.

Na Modernidade ocidental, encontramos ainda o exemplo de Mary Shelley (1797-1851), escritora britânica, que ficou conhecida como precursora da literatura de horror e ficção científica com a publicação de *Frankenstein*. A obra, publicada anonimamente em 1818, foi o resultado de um concurso disputado entre Mary, Lord Byron e Percy Bysshe Shelley, seu futuro marido. O conto de Mary ganhou não apenas a disputa entre os colegas, como também resultou na sua sagração na história da literatura mundial.

A escritora brasileira Carolina Maria de Jesus (1914-1977) nos mostra outro lado da ficção como ferramenta útil de produção de verdade: o relato de si. Na sua obra *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, cotidiano, relações familiares e sociais e questões históricas e políticas aparecem mescladas em uma escrita afiada. A leitura nos proporciona tanto um encontro com a personagem autora como também com a realidade vivida pela escritora. No relato do dia 10 de maio de 1958, encontramos a seguinte descrição:

Fui na delegacia e falei com o tenente. Que homem amavel! Se eu soubesse que ele era tão amavel, eu teria ido na delegacia na primeira intimação. [...] O tenente interessou-se pela educação dos meus filhos. Disse-me que a favela é um ambiente propenso, que as pessoas tem mais possibilidade de delinquir do que tornar-se util a patria e ao país. Pensei: Se ele sabe disto, por que não faz um relatorio e envia para os políticos? [...] Agora falar para mim, que sou uma pobre lixeira. Não posso resolver nem as minhas dificuldades.

... O Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome. A fome também é professora. Quem passa fome aprende a pensar no proximo, e nas crianças.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. São Paulo: Ática, 2014. p. 29.

Para retomar



1. O que significa erguer pretensões de universalidade?
2. O que são as categorias de Aristóteles? Enumere todas as categorias, indicando exemplos diferentes dos que foram propostos no capítulo.
3. Em que consiste o “problema dos universais”? Explique as diferentes posições que se pode adotar face a esse problema.
4. Explique o que é relativismo. Indique dois problemas que poderíamos identificar na posição relativista.
5. Explique a relação entre as noções de “relativismo”, “universalidade abstrata”, “universalidade concreta” e “pluriversalidade”.
6. A história da ciência pode nos ajudar a refletir sobre as relações entre o universal, de um lado, e o particular, o singular e o situado, de outro? Justifique sua resposta.
7. Leia o texto a seguir.

[...] Há grande valor em definir a possibilidade de ver a partir da periferia e dos abismos. Mas aqui há um sério perigo em se romantizar e/ou apropriar a visão dos menos poderosos ao mesmo tempo que se alega ver desde a sua posição. Ter uma visão de baixo não é algo não problemático ou que se aprenda facilmente; mesmo que “nós” “naturalmente” habitemos o grande terreno subterrâneo dos saberes subjugados. Os posicionamentos

dos subjugados não estão isentos de uma reavaliação crítica, de decodificação, desconstrução e interpretação; [...]. As perspectivas dos subjugados não são posições “inocentes”. Ao contrário, elas são preferidas porque, em princípio, são as que têm menor probabilidade de permitir a negação do núcleo crítico e interpretativo de todo conhecimento. Elas têm ampla experiência com os modos de negação através da repressão, do esquecimento e de atos de desaparecimento – com maneiras de não estar em nenhum lugar ao mesmo tempo que se alega ver tudo. [...]. As perspectivas dos subjugados são preferidas porque parecem prometer explicações mais adequadas, firmes, objetivas, transformadoras do mundo. Mas como ver desde baixo é um problema que requer, pelo menos, tanta habilidade com corpos e linguagens, com as mediações da visão, quanto têm as mais “altas” visualizações tecno-científicas.

A preferência por tal posicionamento é tão hostil às várias formas de relativismo quanto às versões mais explicitamente totalizantes das alegações de autoridade científica. Mas a alternativa ao relativismo não é a totalização e a visão única que, finalmente, é sempre a categoria não marcada cujo poder depende de um sistemático estreitamento e obscurecimento. A alternativa ao relativismo são saberes parciais, localizáveis, críticos, apoiados na

possibilidade de redes de conexão, chamadas de solidariedade em política e de conversas compartilhadas em epistemologia [...].

HARAWAY, Donna. “Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial”. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 5, p. 7-41, 1995. Disponível em: https://www.copene2018.eventos.dype.com.br/resources/anais/8/1524482904_ARQUIVO_DonnaHarawaysaberessituados.pdf. Acesso em: 30 ago. 2024.

Considerando o texto, da filósofa estadunidense Donna Haraway (1944-), e o que foi discutido no capítulo, disserte sobre o tema *A perspectiva dos subjugados como alternativa ao relativismo*.

8. As narrativas de ficção científica que nos preocupam tratam o mundo como se fosse um laboratório no qual os fatos sobre a estrutura do mundo – física e/ou tecnológica e/ou cultural e/ou histórica – podem ser imaginativamente variados a fim de contemplar o que é possível e/ou provável, muitas vezes junto com uma consideração do significado ético e/ou político previsto dessas alterações [...].

Quer sejam temas ou teses, as ficções científicas podem juntar-se à filosofia ao nível da metafísica e/ou epistemologia, ou em questões de ética, teoria política e social, ou mesmo estética. Se *Frankenstein* contempla os limites do impulso humano para o conhecimento, *Admirável Mundo Novo* imagina o tipo de distopia que poderia surgir se uma sociedade fosse governada pelo princípio utilitário de maximizar o prazer do maior número.

CARROL, Noël. Science fiction, Philosophy and Politics: Planet of the Apes as a Thought Experiment. *apud* ARBO, Jade Bueno; SILVA, Bruna Schneid da. A mão esquerda da escuridão, de Ursula K. Le Guin, como experimento de pensamento: uma investigação do fazer literário como fazer filosófico. *Revista de Filosofia*, [s. l.], v. 21, n. 3, p. 99-111, 2021.

Levando em conta o que foi dito no capítulo e considerando o texto do filósofo estadunidense Noël Carroll (1947-), escolha uma obra de ficção (pode ser um filme, uma série, um romance, um conto) e analise essa obra, destacando a(s) “verdade(s)”, o(s) tema(s) ou tese(s) filosóficas (os) das quais a obra escolhida trata.

Filosofia na prática

Vamos fazer um cineclube?

O cineclube, além de ser uma importante ferramenta de aprendizado, possibilita aos estudantes um momento de descontração e lazer com a turma.

Dividam a turma em pelo menos quatro grupos. Definidos os grupos, é hora de produzir curtas-metragens de, no mínimo, três e, no máximo, seis minutos sobre os temas a seguir:

1. Universais e realidade
2. Relativismos e filosofia
3. Singularidades e mundo
4. Conhecimento situado e lugar de fala
5. Ficção científica e descrição do mundo
6. Ficção de si e produção de verdade

Algumas dicas para fazer um bom curta-metragem:

É importante que vocês comecem escrevendo o roteiro do filme. Para escrever o roteiro, é importante decidir o tema central do curta e desenvolver, com base nele, o enredo a ser filmado. Em seguida, definir o cronograma de filmagem

contendo quais cenas serão gravadas em cada dia/horário, descrevendo-as com todos os elementos necessários (local, objetos, figurino, entre outros) para realizá-las. Por fim, com tudo preparado, é só partir para a filmagem.

Com os filmes prontos, é só agendar o dia do **cineclube-filô** para apresentação e debate dos curtas produzidos para toda a comunidade escolar. Boa sessão!

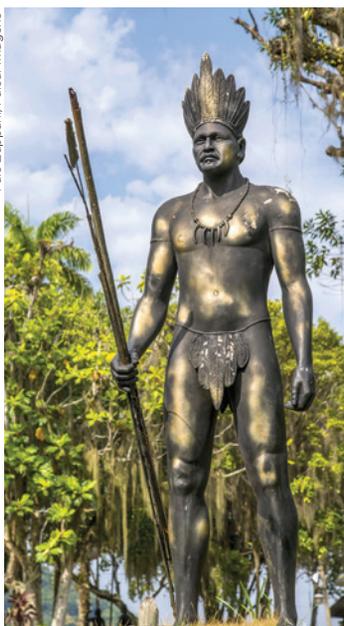
O cineclube, além de ser uma importante ferramenta de aprendizado, possibilita aos estudantes um momento de descontração e lazer com a turma.



“[...] O colonialismo não é uma máquina de pensar, não é um corpo dotado de razão. Ele é a violência em estado natural [...]”

(Frantz Fanon)¹

Patê Zuppani/Pulsar Imagens



Estátua de Cunhambebe, localizada no Parque dos Tupiniquins, Bertioga (SP), 2014.

Conhecido como um bravo guerreiro de força descomunal, Cunhambebe, liderança do povo tupinambá, foi o primeiro chefe da Confederação dos Tamoios (1554-1556), organização de resistência indígena à invasão colonial portuguesa no século XVI, formada pela união de diversos povos nativos. Tamoio significa “mais velho”, “o primeiro que chegou”. Em que medida podemos compreender o apagamento da história, cultura e resistência dos povos indígenas como um sintoma das violências sofridas por esses povos até os dias atuais em suas lutas por justiça?

A violência em uma perspectiva filosófica



A Filosofia possibilita diferentes abordagens da violência, vista como uso intencional do poder ou da força, seja física, moral, psicológica ou simbólica, contra si ou contra outros, resultando ou podendo resultar em dano ou sofrimento. Parte das relações humanas, a violência está vinculada à estrutura e ao funcionamento das sociedades, bem como aos aspectos biopsíquicos inerentes a homens e mulheres. Didaticamente, podemos dividir os estudos filosóficos sobre a violência em três grandes campos.

Campo político-social

No campo político-social, a violência se manifesta basicamente como opressão ou conflito. Tradições filosóficas como contratualismo, marxismo e anarquismo investigam as raízes da violência, fixando-as em elementos como natureza humana (contratualistas), desigualdades de classes (marxistas) ou autoridades hierárquicas como Estado e patriarcado (anarquistas). Aqui, a violência tende a assumir feição socioinstitucional, como ocorre nas revoluções ou nos movimentos de resistência civil, que tanto podem pregar o uso político da violência, como proposto pelos eslavos Lênin (1870-1924) e Slavoj Žižek (1949-), como optar pela não violência, como fizeram Gandhi (1869-1948) e Bayard Rustin (1912-1987).

Campo ético-moral

No campo ético-moral, a violência é pensada tomando-se por base a ação de pessoas ou grupos. Diferentes tradições filosóficas e autores, como o escolástico São Tomás de Aquino (1225-1274), o utilitarista inglês John Stuart Mill (1806-1873) e o existencialista Jean-Paul Sartre (1905-1980), operam nesse campo. Noções como guerra justa (Aquino), soberania do indivíduo sobre o corpo e a mente (Mill) e violência justa (Sartre) estão nesse campo, pelo qual se busca legitimar ou condenar a violência.

Robert Abbott/Sengstacke/Getty Images



O estadunidense Bayard Rustin foi conselheiro de Martin Luther King Jr., e um dos maiores líderes na luta pelos direitos civis de negros e homossexuais. Tennessee, Estados Unidos, 1977.

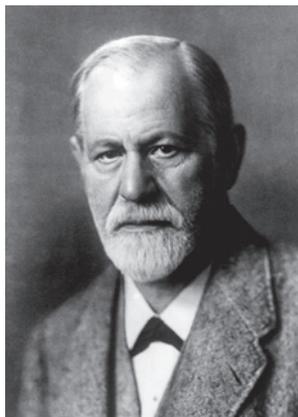
Aliás...

O contratualismo, o marxismo e o anarquismo são estudados no Capítulo 16, “O Estado moderno: fundamentos e críticas”.

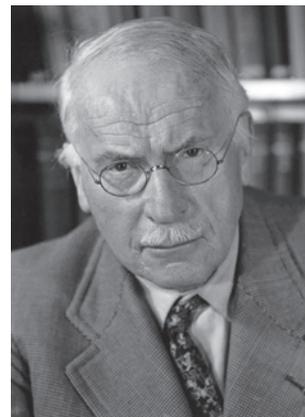
¹ FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Juiz de Fora: UFJF, 2005. p. 79.

Campo psicológico e simbólico

Por fim, temos o campo psicológico e simbólico, que privilegia mecanismos mais sutis ou sub-rep-tícios, nem sempre visíveis, mas não menos violentos. A violência emocional, que opera por meio de manipulações ou ameaças, e a violência verbal fazem parte dessa dimensão. Foi investigada por autores como o psicanalista austríaco Sigmund Freud (1856-1939) e o psiquiatra e psicoterapeuta Carl Jung (1875-1961), que estudaram temas como agressividade e violência, além da psicologia das massas, bem como o sociólogo francês Pierre Bourdieu (1930-2003) e a filósofa estadunidense Judith Butler (1956-), que investigam o uso de símbolos, linguagens e práticas culturais que produzem ou reproduzem padrões sistêmicos de desigualdades, preconceitos, discriminações e injustiças.



Sigmund Freud, criador da psicanálise. s/d.



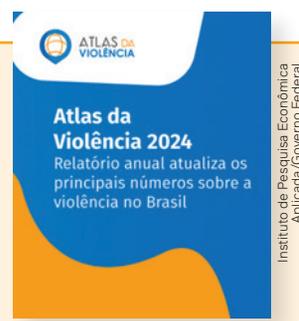
Carl Jung, criador da psicologia junguiana, 1940.

Para ampliar

Acesse

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA: Atlas da Violência, 2024.

Anualmente, o IPEA publica um relatório atualizado, com dados sobre a violência no Brasil. Tão importante quanto conhecer autores de todas as nacionalidades que estudam o tema é ter contato e contribuir para o combate às violências que ocorrem em nosso próprio país. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes>. Acesso em: 17 set. 2024.



Violência racial e tipos de racismo

Fenômeno motivador de diversos tipos de violência, o racismo se manifesta na forma de uma construção histórica e social que estabelece uma hierarquia entre grupos com base no fenótipo. Dessa maneira, ele promove vantagens e privilégios a uns e negação da humanidade e, por conseguinte, de direitos a outros.

A respeito da origem do racismo, duas são as compreensões mais recorrentes: a primeira, expressa nos estudos do jurista e filósofo brasileiro Silvio Almeida (1976-), afirma que o racismo é um fenômeno tipicamente moderno, surgido a partir do colonialismo europeu na África, nas Américas e no Caribe no século XVI. Sua consolidação teórica teria ocorrido no século XIX, por meio das teses do racismo científico, pseudociência que pretendeu justificar a desumanização de certos povos e violências praticadas contra eles. A segunda, presente nos estudos do pesquisador e professor afro-cubano Carlos Moore (1942-), afirma que o racismo é um fenômeno histórico de longa duração, cuja ocorrência pode ser identificada desde a Antiguidade (como em escritos de Aristóteles, por exemplo), cujo objetivo seria controlar ou excluir determinados grupos sociais do acesso a recursos.

O racismo consiste em uma forma de discriminação racial que tem por efeito a violação de direitos de quem sofre esse tipo de violência. Silvio Almeida explicita três tipos de racismo: individual, institucional e estrutural. O racismo individual se manifesta em nível interpessoal, sendo mais evidente a identificação de sua manifestação, seus efeitos e sua responsabilização. O racismo institucional decorre da ação de instituições que perpetuam práticas que impossibilitam o reconhecimento e o combate ao racismo nos seus quadros. Por exemplo, se uma pessoa sofre uma agressão racista em seu ambiente de trabalho, a pessoa que comete esse crime pratica racismo individual; se o local de trabalho se nega a reconhecer o fato e a responsabilizar o autor da agressão, o caso, além de racismo individual, envolve racismo institucional. Por fim, o racismo estrutural decorre do modo como uma sociedade se estrutura historicamente, de forma a perpetuar desigualdades e hierarquias raciais não apenas em determinadas instituições, como em seu próprio modo de funcionamento.



A importância dessas distinções decorre da necessidade de compreensão da complexidade do racismo, o que exige combatê-lo nas mais diferentes esferas, não apenas em nível individual, como também em nível social e coletivo.

De acordo com o filósofo e médico psiquiatra martinicano Frantz Fanon (1925-1961), o racismo se modifica e se atualiza com o tempo, de modo que seu alvo na atualidade não seria exatamente uma pessoa em particular, mas um certo modo de existir – motivo pelo qual se evidencia de maneira tão flagrante em nossa linguagem e estrutura social.

Nessa perspectiva, importa perceber que não apenas a população negra sofre racismo, como também povos indígenas e quilombolas, comunidades de terreiros e outras, cuja humanidade é negada por meio da manutenção de estruturas e práticas sociais que dificultam ou impedem o pleno acesso a direitos a esses grupos sociais.

Além dos três tipos destacados por Silvio Almeida, outras formas de racismo podem ser identificadas e geralmente se cruzam com as anteriormente estudadas: o racismo recreativo, como expressão de humor que visa encobrir hostilidades raciais; o racismo ambiental, que exclui determinados grupos da participação no debate e acesso aos benefícios de políticas ambientais; o racismo religioso, como terrorismo praticado contra membros de religiões de matrizes africanas e indígenas; e o racismo linguístico, que consiste no uso cotidiano de linguagens que conferem significações negativas a determinados grupos sociais.

Manifestação contra o racismo religioso. São Paulo (SP), 2017.



© Fotorua/NurPhoto via ZUMA Press/Fotoarena

Perfil

Frantz Fanon

Nascido em 1925 na Martinica, Frantz Fanon formou-se em filosofia e medicina. Após completar os estudos na França, atuou na Argélia, norte do continente africano, como médico psiquiatra do exército francês, no início da Revolução Argelina. Ao perceber a impossibilidade de curar pessoas profundamente adoecidas pelo colonialismo, sistema de dominação física e mental que se retroalimenta continuamente, Fanon pediu demissão do hospital e se juntou às lutas pelas independências africanas.

Nessa fase, contribuiu por meio de publicações, participações em eventos internacionais e atendimentos médicos aos atingidos pelas lutas anticolonialistas. Em diálogo com a filosofia existencialista de Jean-Paul Sartre e a filosofia da negritude de Aimé Césaire (1913-2008), reflete em suas obras sobre o racismo colonialista, que desumaniza tanto colonizadores como colonizados.

Fanon também atuou como embaixador itinerante da África Negra, colaborando com diversos países em seus processos de independência, como Gana, Camarões, Angola e Mali.

Atualmente, Fanon é considerado um dos nomes centrais dos estudos culturais, pós-coloniais e pan-africanistas, tendo inspirado diversos autores e ativistas pelo mundo. O caminho para a descolonização, segundo o autor, é indicado pela necessidade do restabelecimento de um equilíbrio psicoafetivo no sujeito colonizado, visando identificar referências para que possa se situar dignamente no mundo e, assim, reconstituir-se individual e coletivamente. Desse modo, defende a participação democrática em diversas expressões, nos meios urbanos e rurais, considerando o papel de criações artísticas no fortalecimento da identidade cultural de povos historicamente desumanizados pelo colonialismo. Dentre suas publicações, destacam-se *Pele negra, máscaras brancas* [1952], *Por uma revolução africana: textos políticos* [1959] e *Os condenados da terra* [1961].



STIF/AFP

Frantz Fanon.

Branquitude crítica e branquitude acrítica

No que tange ao outro polo dessa equação, a psicóloga e especialista em processo de seleção Cida Bento (1952-) identifica a existência de um *pacto narcísico da branquitude*, expresso por um pacto silencioso entre aqueles que gozam dos benefícios de uma sociedade racista para não falar sobre ou não reconhecer a ocorrência do racismo, a fim de impedir seu combate e garantir a manutenção dos próprios privilégios. Isso significa dizer que não é possível falar sobre os danos provocados pelo racismo sem responsabilizar o grupo social que dele se beneficia, por meio de privilégios simbólicos ou materiais.

Nesse contexto, o pesquisador Lourenço Cardoso (1945-) diferencia a *branquitude crítica*, caracterizada por aqueles identificados com o grupo social branco que se pretendem antirracistas, ao menos publicamente – da *branquitude acrítica*, expressa na existência de grupos criminosos, defensores de uma supremacia branca. Com essa demarcação, o autor alerta para a importância do fortalecimento de políticas públicas que combatam o avanço desses discursos e organizações que, em casos extremos, fundamentam diversas violências contra grupos sociais subalternizados.

Aliás...

Para saber mais sobre a discussão a respeito das relações entre biologia e cultura, veja o Capítulo 6, "Gêneros e sexualidades, racialidades e etnicidades".

Sexismos e cultura patriarcal



O sexismo consiste no estabelecimento de uma relação direta entre sexo e gênero, ou seja, entre biologia e comportamento social, de forma a desconsiderar a liberdade das pessoas na construção de sentidos à sua própria existência. Ao estabelecer uma relação direta entre natureza e cultura, o sexismo fixa sentidos de ser feminino e ser masculino, podendo contribuir para diversas violências, especialmente direcionadas às pessoas que não se adequam a essas definições.

Para ampliar

▼ Acesse

Instituto Maria da Penha

O site do IMP apresenta em detalhes e com comentários a Lei Maria da Penha, criada para prevenir e coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, além de apresentar informações sobre o que é a violência doméstica e os ciclos de violência para que mais e mais mulheres saibam identificar e denunciar seus agressores. Disponível em: <https://www.institutomariadapenha.org.br/>. Acesso em: 4 out. 2024.

Em 1949, a obra *O segundo sexo*, da filósofa francesa e existencialista Simone de Beauvoir (1908-1986), tornou-se famosa pela afirmação: “ninguém nasce mulher: torna-se mulher”², para demarcar o caráter de construção social das relações de gênero. Em sua crítica, a autora recusa a existência de uma essência humana, seja ela feminina, masculina, branca, negra, judia, indígena ou outra. O intuito desse pensamento é a defesa radical da liberdade, que se expressa na luta contra toda forma de opressão, incluindo o sexismo.

A respeito das relações entre sexismo e patriarcado, destaca-se a obra *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva* (2023), da filósofa italiana Silvia Federici (1942-). Nela, a autora localiza a construção de uma noção de feminilidade dócil, submissa, de poucas palavras, restrita ao ambiente de trabalho doméstico não remunerado, em contraposição a uma masculinidade expressa pelo pátrio poder, que centraliza a voz, a autoridade e o controle de seus corpos e mentes, na transição do feudalismo para o capitalismo na Europa dos séculos XVI e XVII. O motivo de tal construção da feminilidade seria o controle da produção e reprodução da força de trabalho, como fontes de exploração capitalista. Como fatores-chave que marcam esse período, a autora destaca a perseguição das mulheres como base em acusações de “bruxaria”, a constituição do corpo do proletário como máquina de trabalho e a criação da ideia de “selvagens” e “canibais” pela Europa e pelo Novo Mundo.



Dr's Producoes/Getty Images

Políticas inclusivas fortalecem o combate ao sexismo, permitindo que pessoas com diferentes identidades de gênero preencham espaços que são seus por direito, como ambientes corporativos. 2023.

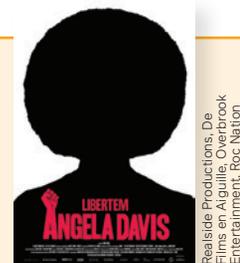
² BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. Tradução: Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. p. 307.

Por outro lado, autoras negras demarcam os diferentes sentidos atribuídos ao feminino, quando se incluem considerações a respeito de outros componentes identitários, como raça e classe. Dessa forma, autoras como as filósofas Lélia Gonzalez (1935-1994) e Angela Davis (1944-) pavimentaram o caminho para a construção da interseccionalidade como categoria de análise que considera o cruzamento de diversos elementos que compõem nossa identidade, como gênero, orientação sexual, pertencimento étnico-racial, origem social, idade, capacidades, entre outros.

Para ampliar

Assista

Libertem Angela Davis (Imovision, 2012, 97 min). O documentário retrata Angela Davis nos anos 1970, quando era uma jovem professora universitária e se tornou uma das mulheres mais procuradas do FBI ao defender três prisioneiros negros.



Realidade Productions, De Films en Aquilile, Overbrook Entertainment, Roc Nation

Violência contra pessoas LGBTQIAPN+

GLOSSÁRIO

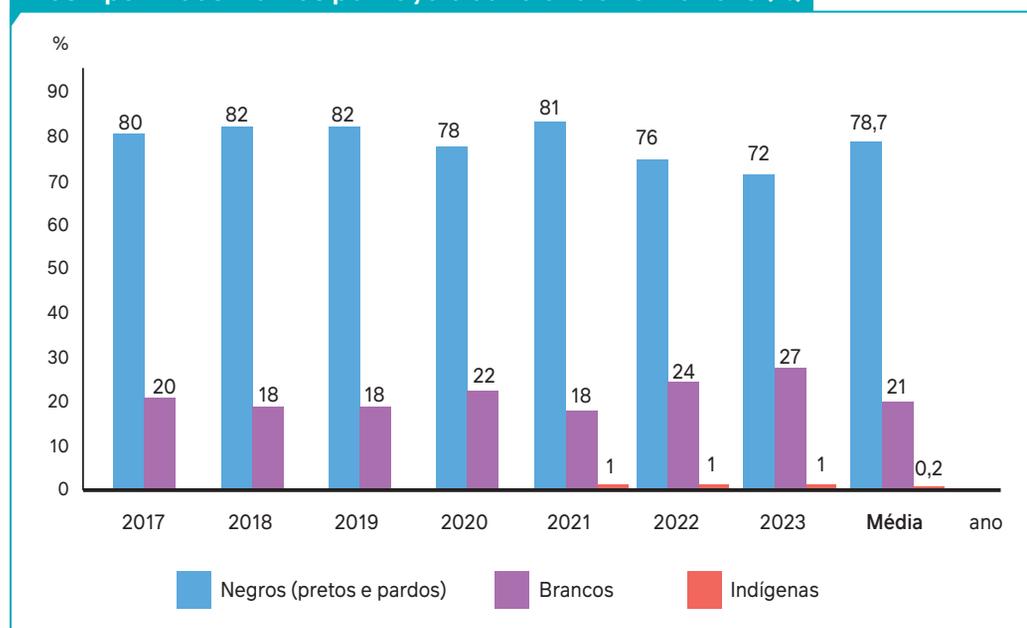
LGBTQIAPN+:

Sigla relativa a diferentes orientações sexuais e identidades de gênero, tais como lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, *queer*, pessoas intersexo, assexuais, pansexuais, não binárias e outras.

Outras formas de violência decorrentes do sexismo são a homofobia e a transfobia, agressões praticadas contra pessoas **LGBTQIAPN+** em razão de suas existências. De acordo com a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), em dossiê publicado em janeiro de 2024, o Brasil é o país que mais assassinou pessoas trans no mundo, pelo 15º ano consecutivo, sendo a maioria pessoas pretas e pardas, conforme o gráfico representado a seguir.

A violência contra pessoas LGBTQIAPN+ pode ser entendida em três níveis: estrutural, simbólico e físico. Estruturalmente, muitos sistemas e políticas ainda perpetuam desigualdades e barreiras para o acesso a direitos básicos, como saúde, educação e segurança. Simbolicamente, a presença constante de estigmas e representações negativas na mídia e na cultura contribui para a marginalização e o reforço de estereótipos prejudiciais. Fisicamente, as agressões diretas e crimes de ódio, motivados por preconceitos, podem resultar em lesões graves ou até mesmo em mortes. Romper com as violências praticadas contra pessoas LGBTQIAPN+ é, portanto, um dos elementos fundamentais da luta contra todas as formas de opressão.

Brasil: perfil das vítimas por raça e etnia entre 2017 e 2023 (%)



Claudia Marianno

Fonte: BENEVIDES, Bruna G. *Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023*. Brasília, DF: Antra, 2024. p. 59. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2024/01/dossieantra2024-web.pdf>. Acesso em: 17 set. 2024.

A violência no ambiente escolar

Idealmente, a escola é um ambiente de respeito e acolhimento destinado ao pleno desenvolvimento das capacidades humanas. Todavia, como espaço de encontros, inclusive das diferenças, o ambiente escolar muitas vezes é palco de violências, em especial quando as diferenças não são bem recebidas e respeitadas. Plural em seus motivos e agentes, a violência escolar pode ocorrer entre alunos, professores e/ou técnicos educacionais (como gestores e pedagogos) e familiares.

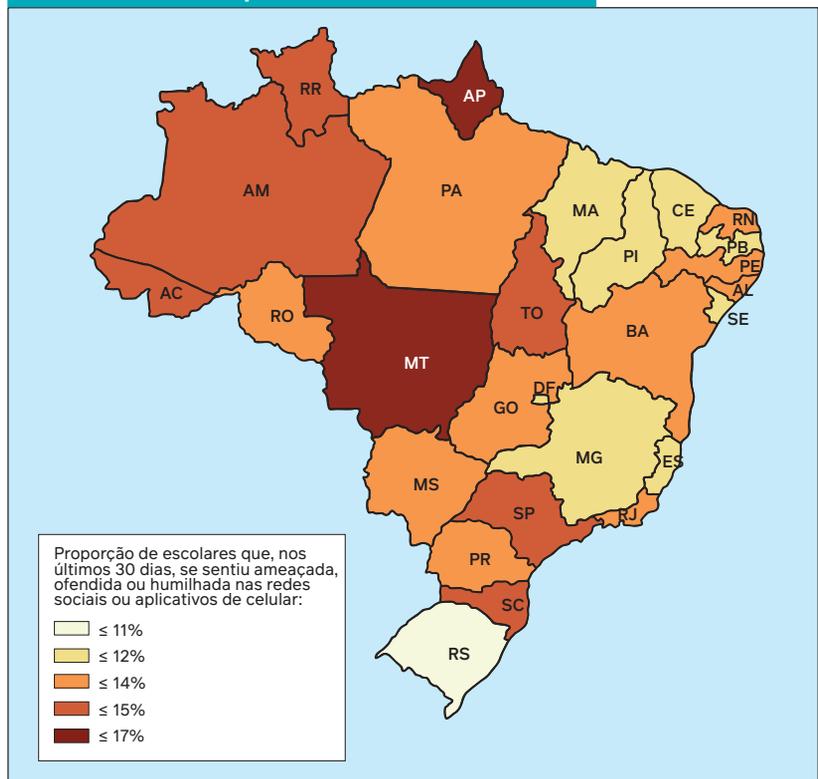
Entre as formas mais comuns da violência escolar estão vandalismo, racismo, *bullying*, violência física e sexual. O vandalismo em geral se dirige aos equipamentos ou espaços escolares (carteiras, paredes e banheiros). Já o *bullying* ocorre de várias formas, desde insultos ou ameaças até práticas sistemáticas de exclusão social e assédio moral, inclusive pela internet (*cyberbullying*).

A violência física abarca desde as agressões entre dois ou mais alunos até a violência que envolve docentes, discentes e técnicos. Todos podem ser algozes ou vítimas da violência, por vezes perpetrada por armas de fogo. Por fim, a violência sexual inclui desde diferentes formas de assédio, inclusive digital, até estupro, ameaça ou chantagem.

Um dos aspectos mais sutis da violência escolar são as microagressões, isto é, ações ou comportamentos nem sempre nítidos que comunicam estereótipos, preconceitos ou discriminações contra grupos minorizados como negros, homossexuais e mulheres. As microagressões muitas vezes assumem uma aparência inofensiva, na forma de brincadeiras ou piadas. Racismo, aporofobia e xenofobia também são formas de violência escolar que muitas vezes se manifestam por microagressões que podem fulminar o bem-estar e a autoestima das pessoas.

Por isso, as comunidades devem estar atentas às violências reproduzidas na escola. Do ponto de vista pessoal, há que se responsabilizar os sujeitos da violência por seus atos, bem como as instituições que não agem para prevenir ou acabar com as violências praticadas. Além disso, cabe às comunidades escolares tutelar os direitos e o bem-estar dos seus membros, além de fomentar ambientes saudáveis e acolhedores às diferenças, materializando políticas preventivas por meios pedagógicos e jurídicos. Por fim, há que se escutar as vítimas da violência, acolhendo seus relatos e oferecendo meios efetivos de denúncia, proteção e reparação.

Brasil: porcentagem de estudantes do Ensino Médio que sofreram violência em redes sociais ou aplicativos de celular – 2019



Fonte: CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). *Atlas da violência 2023*. Brasília: Ipea: FBSP, 2023. p. 38.

Figura apresentada no *Atlas da violência 2023*, com dados de 2019, referentes à porcentagem de estudantes do Ensino Médio que sofreram violência em redes sociais ou aplicativos de celular.



Homenagem à professora Elisabeth Tenreiro, vítima de ataque de um aluno na escola Thomázia Montoro. São Paulo (SP), 2023.

Violência, pacifismo, resistências

ARQUIVO GBB/Alamy/Fotoarena



O reverendo Martin Luther King Jr. e Malcom X durante debate no Senado americano sobre a Lei dos Direitos Civis de 1964. Essa foi a única ocasião em que os dois se encontraram. Washington, Estados Unidos, 1964.

Ao longo da história, o enfrentamento da violência assumiu diferentes posições, notadamente expressas em duas filosofias: o pacifismo e a não violência; e a autodefesa através da luta armada.

No contexto da luta pelos direitos civis nos Estados Unidos na década de 1960, Malcolm X (1925-1965) e Martin Luther King Jr. (1929-1968) ficaram conhecidos não apenas por liderar numerosos protestos, como também por defender publicamente posicionamentos considerados antagônicos na luta contra a violência racial. Enquanto Luther King afirmava o pacifismo, inspirado na luta contra o imperialismo britânico na Índia, Malcolm X defendia a autodefesa da comunidade negra contra violações de direitos em suas comunidades. Apesar de suas discordâncias em termos de estratégia, ambos contribuíram para o avanço do antirracismo e, no entanto, ambos foram assassinados no mesmo período.

Resistências indígenas contemporâneas

No campo das resistências indígenas, destaca-se na contemporaneidade o movimento das retomadas: organização da reconquista de seus territórios tradicionais. A expropriação dos territórios indígenas ocorre desde a invasão colonial no Brasil. A esse respeito, a educadora popular Maria Muniz de Andrade (Mayá) narra o processo de retomada de territórios ancestrais no sul da Bahia:

Muito antes da retomada de nossa terra, em 1982, o Cacique Samado, [...] indígena do povo Kariri Sapuíá, sempre ia a Palmira e conversava com minha mãe, [...] dizendo que se nós nos organizássemos, teríamos como retornar à nossa terra natal. O sonho dele também era o de retornar a este território. Samado veio de uma outra região, e, quando os outros haviam saído do território [...] ele seguiu um pedacinho de terra aqui. [...]

Quando já tinha um bom número de indígenas juntos, [...] chegaram a Brasília e lá se organizaram e combinaram a entrada na primeira área Pataxó Hã Hã Hã, que foi no posto indígena Caramuru Catarina Paraguassu. Esse nome foi porque um não índio casou-se com a índia que se chamava Catarina. E “paraguassu” significava “não indígena”.

[...]

Em 1982, a retomada foi um pouco pacífica [...]. Mas, depois, para retomar outras áreas, foi difícil [...]. Foi aí que começaram os ataques de pistoleiros.

[...] Seguimos com nossos encantados e fomos nos fortalecendo.

ANDRADE, Maria Muniz de; TUGNY, Rosângela Pereira. (org.). Educar nas retomadas. In: ANDRADE, Maria Muniz de. *A escola da reconquista*. Arataca: Teia dos Povos, 2021. p. 55-57.

Xenofobia e aporofobia

A xenofobia pode ser compreendida como medo, hostilidade ou discriminação contra estrangeiros ou grupos étnico-raciais minorizados. Ela atinge apátridas (que não possuem nacionalidade definida), imigrantes (que buscam uma nova vida em outro país), refugiados (que fogem de guerras, perseguições ou desastres naturais) ou deslocados (que saem de sua região natal por problemas sociais ou naturais, mas ficam em seu país). Já a aporofobia agrega as mesmas práticas e sentimentos, mas direcionados às pessoas em situação de pobreza, em particular, às pessoas em situação de pobreza extrema.

Tanto a xenofobia quanto a aporofobia se manifestam por meio da violência física e verbal, estigmatização ou exclusão social. As consequências sociais da xenofobia e da aporofobia muitas vezes são conexas e impactam a dignidade, o bem-estar e o acesso aos direitos inerentes a todo ser humano, independentemente de onde ele esteja ou de sua situação socioeconômica. Um dado importante é que por vezes a xenofobia é privilegiadamente direcionada às pessoas em situação de pobreza, ou tem sua intensidade mediada por uma dada situação socioeconômica. Por exemplo, um imigrante argelino na França terá mais chances de sofrer xenofobia se for pobre do que se for rico.

País formado por imigrantes, voluntários ou diaspóricos, o Brasil também é palco de práticas xenófobas, ligadas ou não à aporofobia. Atento à dura realidade de alguns países da América Latina, em 2023 o governo editou a Portaria Interministerial MJSP/MER nº 38, para agilizar a concessão de vistos temporários para o ingresso regular de imigrantes haitianos no Brasil. Além dos haitianos, o Brasil recebe muitos imigrantes da Venezuela, da Bolívia, da Colômbia e de outros países, como mostra a figura a seguir.

Fonte: CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; SILVA, S. L. *Relatório Anual OBMigra 2023 – OBMigra 10 anos: Pesquisa, dados e contribuições para políticas*. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2023. p. 27. (Série Migrações). Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/OBMIGRA_2023/Relat%C3%B3rio%20Anual/Relat%C3%B3rio%20Anual%202023.pdf. Acesso em: 17 set. 2024.

Brasil: número de solicitações de residência de longo termo, segundo o país de nascimento – 2022



Claudia Marianno

Falando nisso...

A Conferência de Durban

A fim de lidar com os desafios decorrentes de racismo, xenofobia e intolerâncias correlatas em nível global, em 2001 a Organização das Nações Unidas (ONU) realizou uma conferência mundial para tratar da questão, na cidade de Durban, África do Sul. Considerando a importância da temática, o Brasil levou uma das maiores delegações para participar do evento.

A filósofa e ativista Sueli Carneiro (1950-), que integrou a delegação brasileira, escreveu o artigo “A batalha de Durban”.

No texto, a autora expõe os embates ocorridos com relação à demanda apresentada por movimentos sociais pela condenação do colonialismo e suas consequências, bem como pelo reconhecimento da escravidão transatlântica como crime contra a humanidade e da importância de reparações a respeito.

Embora de difícil objeção, esse posicionamento sofreu inúmeras resistências por parte de países ocidentais, que chegaram a sair da conferência por conta das implicações políticas e jurídicas decorrentes de tal reconhecimento. Um dos países que se retiraram da mesa de negociações foram os Estados Unidos, em apoio a Israel, acusado de práticas racistas e colonialistas contra palestinos.

Apesar dos entraves, uma importante vitória do evento foi a elaboração do documento final e do respectivo Plano de Ação, ratificados pelos países participantes. Entre os destaques, estão o compromisso dos Estados de não apenas reconhecer formalmente a existência do racismo como um obstáculo para o cumprimento de suas responsabilidades, como também o estabelecimento de políticas públicas efetivas para combater e transformar essa realidade.

A partir desses compromissos assumidos em 2001, as políticas de **ações afirmativas** passam a ser gradualmente ampliadas no Brasil, tais como reservas de vagas na educação e no trabalho para pessoas negras e indígenas. Outra medida importante adotada pelo Estado brasileiro após a conferência de Durban foi a implementação de leis referentes à reeducação das relações étnico-raciais (leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008). Entretanto, é fundamental compreender que essas medidas são apenas uma parte que compõe um conjunto mais amplo de políticas para a redução de desigualdades historicamente produzidas, em razão de processos discriminatórios.



PPO/AFP/Getty Images

Líderes mundiais na conferência de Durban. África do Sul, 2001. O evento foi um grande marco mundial na luta antirracista.

GLOSSÁRIO

Ações afirmativas:

conjunto amplo de políticas, públicas e privadas, que visam à redução de desigualdades historicamente produzidas em razão de processos discriminatórios.

Identificação, prevenção e combate ao genocídio



O termo **genocídio** foi criado em 1944 pelo jurista russo-polonês Raphael Lemkin (1900-1959) para descrever ações de extermínio deliberado e sistemático de um grupo étnico-racial por razões como religião, nacionalidade ou racialidade. Essa intenção destrutiva pode dirigir-se a todo o povo ou a parte dele, podendo ocorrer por morticínios, deportações, impedimentos ou restrições graves à reprodução da vida, além de outras medidas que resultem na destruição em massa de membros de um grupo ou etnia.

O fato que motivou o termo criado por Lemkin foi o genocídio armênio promovido pelo Império Turco-Otomano durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Minoritários, os armênios foram sistematicamente eliminados, seja por meio de assassinatos e trabalhos forçados, aplicados prioritariamente sobre os homens, seja pela deportação ou pelas marchas letais ao deserto sírio, impostas às mulheres, crianças e idosos. Em 1948, após o **Holocausto** do povo judeu ocorrido durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), as Nações Unidas (ONU) adotaram o termo criado por Lemkin, incorporando essa categoria às normas de Direito Internacional.

GLOSSÁRIO

Holocausto:

originalmente, refere-se à oferta de pessoas ou animais queimados aos deuses. Hoje, tende a designar o massacre de judeus pelo regime hitlerista.

Necropolítica:

conceito desenvolvido pelo filósofo camaronês Achille Mbembe, com o objetivo de designar a identificação de "políticas de morte", voltadas contra determinados grupos sociais, geralmente negros e indígenas, cujos corpos seriam alvos privilegiados da morte provocada por agentes do Estado.

Bibliothèque Nubar de l'UGAB, Paris



Crianças órfãs em decorrência do genocídio praticado pelo Império Turco-Otomano contra a população armênia. Jerusalém, 1918.

Atualmente, diversos grupos étnico-raciais ainda sofrem ações genocidas. No Brasil, entidades como a Coalizão Negra por Direitos denunciam o genocídio da juventude negra e periférica, alvo da **necropolítica** das forças de segurança. Igualmente, entidades como a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) lutam pelo reconhecimento e consequente fim do genocídio indígena, posto em marcha desde o início da presença colonial europeia no Brasil, assim como nas Américas e no Caribe. Em nível internacional, essas práticas ocorrem atualmente em locais como os territórios palestinos ocupados por Israel. Sem deixar de condenar os ataques do Hamas e exigir a libertação dos reféns em poder dos extremistas, nomes como o da advogada italiana Francesca Albanese (1977-) denunciam o morticínio de milhares de palestinos, particularmente na Faixa de Gaza.

Para ampliar

Leia

O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado, de Abdias Nascimento (Perspectivas, 2016).

Nessa obra, o autor compartilha reflexões elaboradas para apresentação no II Festival Mundial de Artes e Culturas Negras e Africanas, realizado na Nigéria, em 1977. Ao desconstruir o que se convencionou chamar de "democracia racial", o autor visa mostrar neste livro a ocorrência de diversas políticas no Brasil que conduzem a um genocídio da população negra no país, através de diversos meios, como a política do embranquecimento.

Agentes e vítimas da violência



Você já ouviu falar em crime de ódio? É um tipo de crime motivado pelo ódio do criminoso à identidade social da vítima. Ele não é redutível ao ódio individual contra a vítima, embora esse sentimento possa estar presente, mas está baseado no ódio do agressor à identidade étnico-racial, nacional, religiosa, de gênero, entre outras. O crime de ódio traduz uma aversão radical contra algum grupo social. É o que ocorre quando a **homofobia** motiva o assassinato de uma pessoa LGBTQIAPN+ em função de sua sexualidade. Esses crimes estão relacionados a expressões violentas baseadas na intolerância às diferenças sociais, políticas, nacionais, religiosas ou sexuais. As redes sociais são um terreno fértil para os discursos de ódio, daí o debate sobre a regulação democrática desses espaços.

Mas alguém pode ser punido por textos ou palavras, sem efetuar uma agressão física? Sim. Embora a Constituição Federal garanta a liberdade de expressão, nenhum direito é absoluto. Ao autor é vedado o anonimato, bem como violar a intimidade, honra, vida privada e imagem de qualquer pessoa. Além disso, liberdade de expressão não é liberdade de agressão. Logo, o discurso de ódio, assim como **calúnias, difamações e injúrias**, pode resultar em sanções **cíveis e penais**.

A responsabilização individual de quem comete crime de ódio é vital. Além de punir o crime, ela permite tomar consciência dos próprios preconceitos e ações; oportuniza educar o algoz nas questões relativas à diversidade, inclusão e respeito; fomenta uma cultura de paz e empatia; e desestimula que outros reproduzam crimes da mesma natureza. Mas há outra dimensão importante na responsabilização: a coletiva. Aplicada de maneira justa, ela reconhece que os crimes de ódio podem ser estimulados por ideias, símbolos, ideologias ou narrativas geradas e compartilhadas dentro de grupos sociais, pressionando agressores a conter ou a eliminar tais práticas. Igualmente, a responsabilização coletiva auxilia na conscientização geral sobre as consequências nocivas dos crimes de ódio e estimula mudanças socioculturais significativas, oportunizando ações de justiça restaurativa aptas a promover cura, reconciliação e sociedades mais justas e inclusivas.



Cris Fager/Alamy/Fotoarena

Milhares de pessoas participam da Parada do Orgulho LGBTQIAPN+ em São Paulo (SP), 2023.

Justiça e reparação

Dada a necessidade de consolidação de sociedades efetivamente democráticas, especialmente em lugares cuja história é notadamente marcada por regimes estruturados por graves violações de direitos (como colonialismo, escravismo, genocídio e ditaduras), diversos países têm pautado a importância de processos de transição que permitam a superação dessas violências. Entre os conceitos-chave desse debate, que tem sido feito em diversas localidades do sul global (como na América Latina e África), estão **justiça, verdade e reparação**.

Nessa perspectiva, a justiça é considerada um meio para o restabelecimento da verdade histórica, da proteção da dignidade e do direito à memória daqueles que sofreram e ainda sofrem com violações a direitos fundamentais. Quanto à reparação, de acordo com a Corte Interamericana de Direitos Humanos (2006), consiste nas medidas que tendem a fazer desaparecer os efeitos das violações cometidas. Logo, não se trata de uma compreensão centrada na punição de quem pratica as violências (embora inclua a necessária responsabilização de seus agentes), mas em uma perspectiva que evidencia a necessidade de escuta e reparação de suas vítimas, considerando o impacto dos danos sofridos nas comunidades em questão.

GLOSSÁRIO

- Homofobia:** aversão contra homossexuais e bissexuais. Assim como a transfobia (aversão a travestis e transexuais), é crime equiparado ao racismo, tal como previsto na legislação brasileira, punível em até 5 anos de prisão, mais multa.
- Calúnia:** acusar falsamente alguém de um crime.
- Difamação:** divulgar que alguém cometeu ato desonroso, que macule sua reputação.
- Injúria:** ofender a dignidade ou o decoro de alguém.
- Civil:** ramo do direito relativo aos interesses das pessoas físicas ou jurídicas.
- Penal:** ramo do direito relativo aos crimes e às punições prescritas em lei.

Aliás...

Os temas de justiça restaurativa e de resolução de conflitos sob a perspectiva das comunidades são estudados no Capítulo 15, "Organizações políticas sob a perspectiva das comunidades".



Racismo e divisão racial do espaço

Cezar Loureiro/Agência O Globo



Lélia Gonzalez, graduada em História, Geografia e Filosofia, autora de diversas publicações; entre elas, *Racismo e sexismo na cultura brasileira* [1985]. Rio de Janeiro (RJ), 1977.

No texto a seguir, Lélia Gonzalez descreve mecanismos por meio dos quais a violência racial se estrutura socialmente, desde o nível filosófico, passando por condições econômicas, materiais e institucionais, até o nível psicológico dos indivíduos:

As condições de existência material da comunidade negra remetem a condicionamentos psicológicos que têm que ser atacados e desmascarados. Os diferentes índices de dominação das diferentes formas de produção econômica existentes no Brasil parecem coincidir num mesmo ponto: a reinterpretação da teoria do “*lugar natural*” de Aristóteles. Desde a época colonial aos dias de hoje, percebe-se uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados. O lugar natural do grupo branco dominante são moradias saudáveis, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes formas de policiamento que vão desde os feitores, capitães de matos, capangas, entre outros, até a polícia formalmente constituída. Desde a casa grande e do sobrado até aos belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, invasões, alagados e conjuntos “*habitacionais*” [...] dos dias de hoje, o critério tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço [...]. No caso do grupo dominado o que se constata são famílias inteiras amontoadas em cubículos cujas condições de higiene e saúde são as mais precárias. Além disso, aqui também se tem a presença policial; só que não é para proteger, mas para reprimir, violentar

e amedrontar. É por aí que se entende porque o outro lugar natural do negro sejam as prisões. A sistemática repressão policial, dado o seu caráter racista, tem por objetivo próximo a instauração da submissão psicológica através do medo. A longo prazo, o que se visa é o impedimento de qualquer forma de unidade do grupo dominado, mediante a utilização de todos os meios que perpetuem a sua divisão interna. Enquanto isso, o discurso dominante justifica a atuação desse aparelho repressivo, falando de ordem e segurança sociais.

GONZALEZ, 1979 *apud* GONZALEZ, Lélia. *Primavera para as rosas negras*: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. *Diáspora Africana: Filhos da África*, 2018. p. 201.

1. Explique a reinterpretação de Lélia Gonzalez da teoria do “lugar natural” de Aristóteles, para caracterizar o racismo no Brasil.
2. Considerando a definição de ações afirmativas presente neste capítulo, explique de que forma essas políticas podem contribuir para o rompimento de uma “divisão racial do espaço”, tal como caracterizada por Lélia Gonzalez.
3. A respeito das prisões, pesquise na internet os temas “abolicionismo penal” e “punitivismo” e explique brevemente cada uma dessas correntes.

Escrita filosófica

Identificando e superando violências e opressões no ambiente escolar

Neste capítulo, você estudou conceitos que estão cada vez mais presentes nos diálogos e debates atuais, como: genocídio; xenofobia; crime de ódio; antirracismo; ações afirmativas; sexismo; patriarcado; direitos fundamentais; justiça; reparação. É hora de colocar em prática o que aprendeu!

Com base no que foi estudado no capítulo, escolha ao menos três desses conceitos e elabore no caderno uma dissertação de 15 a 30 linhas com o tema “Caminhos possíveis para a identificação e a superação da violência no ambiente escolar”.





1. Em que consiste a distinção de uma abordagem da violência nos campos político-social, ético-moral e psicológico-simbólico?
2. Explique as diferenças entre racismo individual, institucional e estrutural.
3. Explique a diferença entre discurso de ódio e o direito à liberdade de expressão.
4. Escolha um dos autores citados no item **A violência em uma perspectiva filosófica** para pesquisar e explique, em um pequeno parágrafo, um resumo da posição do(a) filósofo(a) escolhido(a) sobre o tema da violência.
5. Considerando o histórico dos povos indígenas nas Américas na luta pela manutenção de suas tradições e seus territórios, pesquise a história e o significado da bandeira wiphala e explique por que ela é considerada um símbolo de resistência.
6. Agora pense sobre seus ideais, sobre o que acredita, sobre o que o inspira e elabore a sua própria bandeira. Pode ser um desenho feito à mão ou com o auxílio de *software* de desenho. Compartilhe o resultado com os colegas e o(a) professor(a).
7. De acordo com o filósofo nascido na Tunísia e de cidadania francesa Albert Memmi (1920-2020), os privilégios sociais podem ser materiais ou simbólicos. Tratam-se de vantagens sociais que beneficiam determinados grupos e sujeitos, não por mérito, mas por hierarquias raciais e sociais historicamente construídas.



Jorge Bernal/AFP

Whipala é uma bandeira considerada sagrada pelos povos andinos. Suas cores simbolizam tempo, energia, espaço e cultura. La Paz, Bolívia, 2019.

Responda no caderno as perguntas a seguir, e, sem se identificar, entregue as respostas ao professor. Ao final, o professor fará a contagem das respostas e elaborará um gráfico sobre **desigualdades estruturais, meritocracia e igualdade de oportunidades** aplicado à turma.

1. Você precisa trabalhar e estudar ao mesmo tempo?
2. Onde você mora, há um ambiente silencioso e calmo para estudar?
3. Você tem condições de se alimentar regularmente fora da escola e de levar lanche para o intervalo das aulas?
4. Você já precisou mudar seu sotaque ou trejeitos para ganhar credibilidade?
5. No lugar onde você mora há mais de dez livros?
6. Você já teve seu cotidiano interrompido por situações de violência no bairro onde você mora, como fechamento de escolas ou postos de saúde?
7. Você considera que pode cometer erros sem que ninguém os atribua ao seu gênero ou raça?
8. Você tem acesso regular à água tratada e potável?
9. Você pode ver um médico sempre que tem necessidade?
10. Você se sente confortável para manifestar sua religião publicamente?
11. Você se sente seguro ao voltar para casa sozinho?
12. Você já viajou para fora do país?
13. Você já teve a sensação de que não existe uma representação adequada de seu grupo racial, de sua orientação sexual, de seu gênero ou de sua deficiência na mídia?
14. Você consegue demonstrar afeto publicamente sem sentir medo de ridicularização ou violência física?
15. Sua família pode te dar apoio financeiro caso você passe por alguma dificuldade no futuro?
16. Você já sofreu *bullying* ou ouviu piadas em relação a algo que você não pode mudar sobre você?
17. Você já estudou a cultura e a história de seus ancestrais na escola?
18. Seus pais, ou responsáveis, frequentam ou frequentaram o Ensino Superior?
19. Você já fez uma viagem em família?
20. Você pode comprar roupas novas ou ir a restaurantes quando quer?
21. Você já conseguiu uma vaga de estudo ou trabalho por ser amigo, conhecido ou familiar de alguém?
22. Alguém do seu núcleo familiar já esteve desempregado?
23. Você já esteve desconfortável com uma piada ou um regimento relacionado à sua raça, gênero, aparência ou orientação sexual, mas se sentiu inseguro de confrontar a situação?

Ao final da atividade, reflita sobre suas respostas e pesquise os conceitos de **igualdade de oportunidades e meritocracia**. Redija um texto de 10 a 15 linhas mobilizando esses conceitos e posicionando-se a respeito do tema.

Liberdades e libertações

“A liberdade é um conceito-chave nos assuntos universais. É tão importante nos assuntos humanos que indivíduos, países e até continentes não podem viver sem ele. O termo liberdade é altamente subjetivo, pois seu significado pode diferir de um indivíduo para outro. Aplica-se, igualmente, a países e continentes.” (Godwin Okaneme)¹

TCT



O que significa ser livre?



Zenos Frudakis

Zenos Frudakis.
Freedom. Pensilvânia,
Estados Unidos,
2021.

Ser livre para você implica fazer tudo de que gosta e deseja de forma irrestrita e ilimitada, sem pensar nas consequências de seus atos na convivência com seus familiares, parentes, amigos, grupos que fazem parte da escola, da igreja, da rua em que mora? Será que você é livre para dizer tudo o que pensa, sem filtros, nas redes sociais?

Pensar nas possíveis respostas às perguntas anteriores remete a esta questão filosófica: O que significa ser livre? É desafiador compreender o sentido da vivência da liberdade em tempos e espaços em que presenciamos tantas formas de opressão, de injustiças sociais, políticas, econômicas, de gênero e de raça e de manipulações de informações nas mídias sociais, que geram desinformações profundas da realidade e interferem de forma avassaladora no poder de escolha do ser humano.

Pensar como constituímos nossos comportamentos, valores, sentimentos e emoções que nos fazem ser o que somos nos leva a questionar se fomos determinados ou não, isto é, se fomos limitados ou não pelas opressões e injustiças às quais estamos suscetíveis em nosso dia a dia.

As tentativas de respostas podem ser resumidas em uma única pergunta: Afinal de contas, o que é a liberdade? É limitada ou ilimitada; condicionada ou não condicionada; determinada ou indeterminada?

Essas perguntas se apresentam para todos nós quando somos confrontados por situações cotidianas que exigem decisões de escolhas entre o bem e o mal, o justo e o injusto, o certo e o errado. Essas circunstâncias são as possibilidades em que exercemos o ato de escolher. Então também podemos pensar: a liberdade é conquistada ou simplesmente nos adequamos ao contexto econômico, social, político e moral de nossa vida?

Neste capítulo serão apresentadas as diversas perspectivas filosóficas em que o problema da liberdade foi investigado ao longo da história da Filosofia em diferentes contextos históricos e culturais.

Aliás...

Para melhor compreensão das questões apresentadas nesta unidade é importante retomar a discussão do Capítulo 5, “Antropologia filosófica: corpo e linguagem”.

¹ OKANEME, Godwin. A Philosophical Evaluation of the Concept of African Freedom. *Open Journal of Philosophy*, v. 3, n. 1A, 2013, p. 161-167, tradução nossa. Disponível em: https://www.scirp.org/pdf/OJPP_2013022614004183.pdf. Acesso em: 17 set. 2024.

A liberdade para Angela Davis

A liberdade será abordada nesta parte tendo como referências teóricas três continentes do mundo que são diferentes entre si culturalmente: o americano, o europeu e o africano.

Por esse viés cultural, iniciaremos o diálogo com a filósofa e ativista estadunidense Angela Davis (1944-). Ela é considerada uma das mais relevantes vozes feministas contemporâneas. Sua luta política faz parte do contexto de uma geração que reivindica liberdade, humanidade e igualdade tanto para o povo negro como para todas as pessoas que estão submetidas, na sociedade capitalista, ao processo de opressão política, social, racial, econômica e a situações prisionais.

O sentido filosófico da liberdade no pensamento de Davis pode ser compreendido como um movimento crítico social, situado e universal que se propõe a ser uma luta constante, por aproximar a compreensão de todos os conflitos históricos, econômicos, políticos, sociais, de gênero e de privação de direitos em que teve de atuar até este momento, como ativista feminista e pensadora.

A liberdade para Angela Davis significa libertação, porque é uma luta contra qualquer forma de violência; e por ser coletiva, ela descarta qualquer ideia de que é individual, sendo uma luta das pessoas oprimidas por uma vida digna.

Angela Davis concebe a liberdade como algo que o ser humano não tem como dado, por ser decorrente de uma conquista alcançada por meio da luta constante na conjuntura em que está inserido; por isso pode ser vista como aquilo que possibilita pensar como podemos construir formas de resistência e confronto contra um regime que massacrava e coíbe o exercício pleno das liberdades democráticas, que são relevantes para a vivência da dignidade humana.

Sua visão de liberdade exige de todo ser humano atuar como protagonista no contexto de uma luta que é coletiva; por isso afirma a filósofa:

Desde a ascensão do capitalismo global e das ideologias associadas ao neoliberalismo, tornou-se particularmente importante identificar os perigos do individualismo. As lutas progressistas – centradas no racismo, na repressão, na pobreza ou em outras questões – estão fadadas ao fracasso se não tentarem desenvolver uma consciência sobre a insidiosa promoção do individualismo capitalista.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Tradução de: Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016. *E-book*.

Para a filósofa, a figura do herói não pode ser vista e exaltada diante das conquistas das lutas raciais, políticas, econômicas, de direitos, entre outras; o que deve ser exaltado é a ideia de que toda conquista alcançada é fruto da consciência coletiva.

As lutas constantes de Davis são as anticapitalistas, de racismo e violência de Estado, feminismo e abolicionismo prisional e ativismos políticos de toda natureza. Essas lutas só podem ser travadas e bem-sucedidas se forem empreitadas pelo poder do coletivo formado pelas pessoas que são diretamente afetadas por injustiças e opressões.

Para ampliar

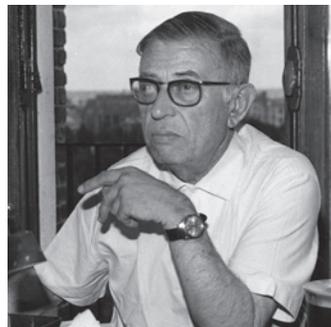
Assista

A liberdade é uma luta constante (Sesc São Paulo, 2029, 132 min). Palestra de Angela Davis sobre as razões por que devemos olhar para o sentido da liberdade como uma luta constante no contexto de uma sociedade racista, opressora, supremacista branca e capitalista que utiliza o sistema prisional como nova forma de escravização da população negra. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mAB0ZS19Ndo>. Acesso em: 17 set. 2024.

A liberdade para Jean-Paul Sartre

Na perspectiva do pensamento europeu, o filósofo francês e ativista Jean-Paul Sartre (1905-1980) faz parte da corrente filosófica denominada **existencialismo**. Sua perspectiva é atea e vai de encontro a qualquer possibilidade de conceber a liberdade com base na ideia de condicionamento, seja de natureza política, social, moral, religiosa ou econômica.

No pensamento filosófico sartreano, a liberdade é concebida como central, porque eleger o ser humano como sua paixão ao considerá-lo como único fundador de valores da existência; então a liberdade é ontológica por ser a estrutura de toda reflexão e ação humana. O ser humano “é condenado a ser livre”. Essa afirmação é uma das mais emblemáticas



Filósofo francês Jean-Paul Sartre. Itália, 1980.

Keystone Press/Alamy/Fotografia

GLOSSÁRIO

Existencialismo: corrente filosófica que defende que a existência precede a essência e, por isso, o ser humano escolhe o sentido de sua própria existência no mundo.

da teoria da liberdade sartreana, pois significa que o ser humano é livre perpetuamente em quaisquer situações e condições de sua vida.

O ser humano é criador de seus valores e, dessa forma, não pode ser ora livre, ora determinado; é inteiramente e sempre livre, sendo então a liberdade a condição básica da ação humana. Para Sartre não existe um Deus que cria a essência do ser humano de forma prévia e definitiva; ao contrário, ele primeiramente nasce, e sua realidade é permeada pelo vazio; depois, vai construindo no contexto das situações da existência seu sentido, por ser considerado um projeto inacabado, pois perpetuamente escolhe a si mesmo em qualquer situação e condição.

Isso quer dizer que toda escolha que o ser humano faz é uma escolha original, que não se encontra fundamentada em nenhum tipo de condicionamento, ou seja, não há razão de ser que justifique antecipadamente sua escolha, porque o ato de escolher é consequente daquilo que autenticamente o ser humano é. É importante dizer que, mesmo diante de total indeterminação, o ser humano não é só responsável por si próprio, mas por toda a humanidade.

Qualquer ato humano mostra em si que foi realizada uma eleição originária. Essa eleição remete à ideia sartreana de que, a cada instante de sua vida, o ser humano faz a opção por um valor, uma regra de conduta. Não existe nenhum imperativo categórico universalmente válido e logicamente necessário, ou seja, não existe uma moral geral que possa fundamentar e orientar devidamente o agir humano para o que deve ser feito nessa ou naquela situação.

O ser humano não tem nada em que possa se agarrar previamente para justificar suas escolhas no mundo. É lançado nele e tem de escolher tudo o que vai fazer ou não; é sua responsabilidade consigo mesmo e com os demais. Nada e ninguém pode ser apontado como a causa de suas ações. As consequências daquilo que faz ou deixa de fazer não são decorrentes de nenhum motivo externo ou interno.

Para Sartre, nada pode ser considerado o porto seguro no qual o ser humano possa se apoiar como um referencial para os motivos ou móveis de suas decisões, porque nada justifica a eleição de um valor em detrimento do outro, exceto sua consciência ou sua liberdade incondicionada, originária.

A liberdade sem fundamento, razão de ser do ser humano, torna-se o único fundamento no qual se pode ancorar. Segundo Sartre, o homem não sofre imposições éticas de fora; ao contrário, é ele quem faz sua própria imposição, exige e constrói valores. Sendo assim, primeiro existe e depois constrói o sentido de sua existência. Essa concepção de liberdade não se fundamenta em nenhum condicionamento interno e externo.

A liberdade na filosofia africana

O sentido da liberdade na filosofia africana está intrinsecamente relacionado à libertação da consciência do ser humano de origem africana do pensamento cultural colonizador dos continentes europeu e americano. Assim, a filosofia africana tem como finalidade preparar, segundo o filósofo moçambicano Severino Ngoenha (1962-),

[...] o nascimento de uma consciência africana [...] [- e os representantes das filosofias africanas] têm isto em comum: todos eles se dedicaram a reabilitar o homem negro e a sua história. O objetivo era, por assim dizer, libertar o negro do papel de objeto da história.

NGOENHA, Severino Elias. *Filosofia africana: das independências às liberdades*. Maputo: Paulinas, 1993. p. 111.

Essa libertação tem uma relação intrínseca com a necessidade de resgatar de forma afirmativa a humanidade negada no contexto de sua própria história.

Segundo o filósofo camaronês Ebénézer Njoh-Mouelle (1938-), a liberdade é considerada ação permanente que não se concretiza; porém faz parte de um processo de conquista perpétua. Dessa forma, pode ser vista como uma busca ininterrupta que possibilita a libertação.

É importante estabelecer a diferença de compreensão de liberdade entre o povo africano e os povos ocidentais. O primeiro a compreende mediatizado pelo ponto de vista comunalista; isso significa que a liberdade africana só pode ser alcançada se for experienciada por toda a comunidade, pois o bem-estar e a prosperidade da comunidade são vistos como mais importantes para o indivíduo do que sua realização pessoal no âmbito da cultura africana. No segundo, ao contrário, a realização individual é o que prevalece em detrimento da comunidade em que está inserido.

O ser humano livre é aquele em que sua liberdade se mostra em atos realizados com autonomia, construindo, assim, sua humanidade. O ato de filosofar é tão somente uma experiência de liberdade que promove, no caso do continente africano, sua libertação das crises políticas, econômicas e sociais que assolam seu povo.

Nelson Mandela foi uma das lideranças pela liberdade efetiva em solo africano ao combater o regime racista do *apartheid* na África do Sul. Joanesburgo, África do Sul, 2013.



Gravure Française/Alamy/Fotoarena

Liberdade é libertação

Como vimos, o tema da liberdade foi abordado com base em diferentes perspectivas na Filosofia. A América Latina também apresentou sua contribuição para pensar o tema. O conceito de **libertação** tem sido filosoficamente discutido por diversos pensadores e pensadoras do continente. A libertação, assim, surgiu como uma noção fundamental para refletir sobre a liberdade. Ainda que não seja possível separar as noções de **liberdade** e de **libertação**, elas podem ser distinguidas. Mas no que consiste o conceito de libertação? Em que contexto nasce essa noção? Qual é sua importância para o pensamento filosófico sobre a liberdade?



Para ampliar

Acesse

Portal Contemporâneo da América Latina e Caribe. O site traz dados e verbetes sobre países, temas e personalidades da região. Disponível em: <https://sites.usp.br/portalatinoamericano/>. Acesso em: 17 set. 2024.

De acordo com o filósofo brasileiro Euclides Mance (1963-), diferentes conceitos de libertação aparecem na história da Filosofia relacionados às noções de **emancipação** e **liberdade**. No entanto, é na América Latina, com a chamada **Filosofia da Libertação**, que o conceito de libertação será mais desenvolvido.

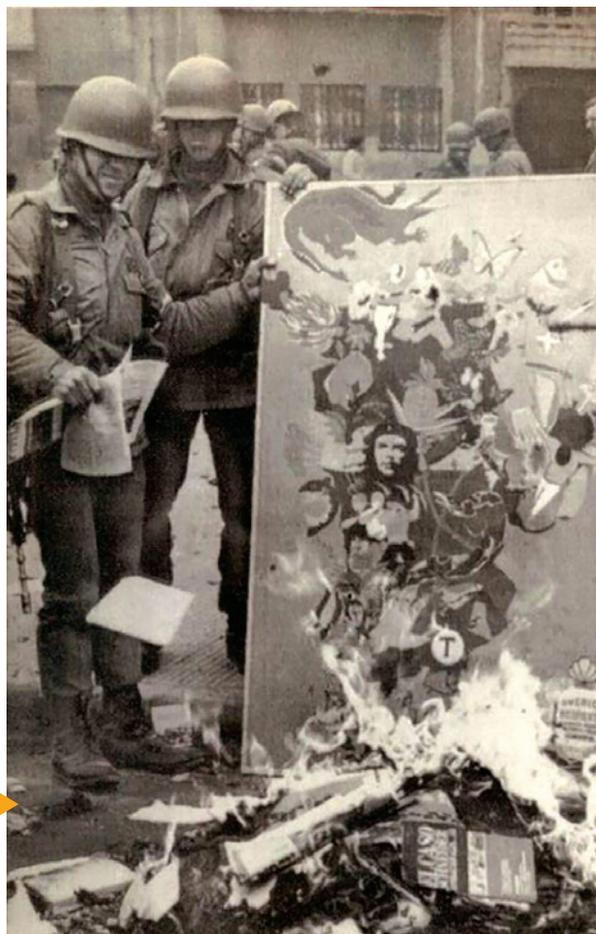
Entre o final dos anos 1960 e início dos anos 1970, em um contexto de negação dos Direitos Humanos e da democracia, de ditaduras militares e de marginalização da população latino-americana, surge a Filosofia da Libertação, movimento filosófico com forte referência extrauniversitária e articulado aos movimentos sociais populares. Representa uma tomada de consciência da realidade periférica dos países latino-americanos em relação à Europa e aos Estados Unidos e a necessidade de um pensamento próprio que colabore para a transformação social.

A Filosofia da Libertação dialoga criticamente com a tradição filosófica ocidental e se desenvolve em diálogo com outras correntes teóricas, como a teoria da dependência, a pedagogia do oprimido, a Teologia da Libertação e a crítica anticolonial africana. Alguns expoentes dessa filosofia são: o peruano Augusto Salazar Bondy (1925-1974), o mexicano Leopoldo Zea (1921-2004), os argentinos Enrique Dussel (1934-2023), Rodolfo Kusch (1922-1979), Arturo Andrés Roig (1922-2012) e Dina Picotti (1936-), o brasileiro Hugo Assmann (1933-2008) e o cubano Raul Fornet-Betancourt (1946-).

Essa corrente filosófica considera a libertação com base em dois aspectos. O primeiro, de característica crítica, é a **libertação de** impedimentos ou ameaças ao exercício satisfatório da liberdade. O segundo, de característica propositiva, é a **libertação para** a realização das singularidades humanas em sua diversidade.

A queima de livros foi uma das maiores formas de censura durante governos ditatoriais, impedindo que a população expressasse suas ideias. Santiago, Chile, 1973.

Soldados chilenos queimaram livros marxistas e materiais com referência a Che Guevara, guerrilheiro argentino, durante golpe de Estado das forças militares lideradas por Augusto Pinochet. Chile, 1973.



Hum Images/Alamy/Fotorena

Falando nisso...

Teatro do Oprimido

Uma importante expressão artística latino-americana que discute a libertação é o Teatro do Oprimido (TO). O TO tem como objetivo identificar, investigar e representar as várias formas de opressão. Propõe o rompimento das fronteiras entre a arte cênica e a prática política, entre ator e espectador. É uma metodologia criada pelo teatrólogo e pensador brasileiro Augusto Boal (1931-2009), nos anos 1970. Por meio da prática de jogos, exercícios e técnicas teatrais, promove a discussão das questões raciais, de classe, de gênero, de orientação sexual e das diversas injustiças. O TO está presente em vários países e se tornou referência em escolas de artes dramáticas. A obra mais conhecida de Boal é *Teatro do Oprimido e outras poéticas políticas*, traduzida para diversas línguas ocidentais e orientais.

Capa do livro *Teatro do Oprimido e outras poéticas políticas*.



Editora 34

Para ampliar

Ouça

#045 – Filosofia Latino-americana, com Daniel Pansarelli – Filosofia Pop (2017). Nesse episódio de *podcast*, o professor Daniel Pansarelli, da UFABC, fala sobre outras expressões da Filosofia latino-americana. Disponível em: <https://filosofiapop.com.br/podcast/filosofia-pop-045-filosofia-latinoamericana/>. Acesso em: 17 set. 2024.

O conceito de libertação

Libertação é, pois, um processo pelo qual o ser humano, pessoal e coletivamente, vai exercendo sua liberdade na história. É a superação dos obstáculos à humanização, dos limites que impedem uma vida humana digna. O processo de libertação compreende que a história não é algo dado, um destino, uma fatalidade, mas uma realidade mutável, dinâmica, que se altera pelas ações das pessoas e dos grupos sociais em determinado contexto. Essa maneira de compreender a história critica a ideia de que nossa vida estaria predeterminada, de que não adianta fazer nada para mudar as coisas, de que as coisas sempre foram como estão e nada mudará.

Na perspectiva da libertação, vida é mudança, história é movimento contraditório e conflituoso. A transformação da nossa vida e do nosso mundo pode seguir um sentido tanto positivo (de maior liberdade e realização para todas e todos) quanto negativo (de menor liberdade e de precarização da vida). Inexiste um sentido único na história. O ser humano, como sujeito ético, isto é, alguém capaz de escolher, de decidir, de se responsabilizar, situado em determinado tempo e espaço, pode promover ações favoráveis à ampliação da liberdade (individual e coletiva) ou à manutenção de privilégios e melhores condições de vida para alguns em detrimento de muitos.

Zumbi, liderança do Quilombo dos Palmares, símbolo de resistência e luta contra a escravidão. Salvador (BA), 2020.



Joacy Souza / Alamy / Fotoarena

A libertação, nesse sentido, implica uma dimensão coletiva, uma necessária relação com o outro. No limite, ou todos e todas são livres ou ninguém é. Se a liberdade de alguns resulta na desumanização de outros, então isso não é liberdade, mas uma forma de dominação. A riqueza de uns não pode ser a miséria de tantos. A fartura de alguns não pode ser a fome de milhares. A ostentação de poucos não pode ser a impossibilidade de vida digna de milhões.

A libertação é um processo que procura concretizar a liberdade, criando as condições materiais, objetivas e subjetivas para seu exercício. Segundo o filósofo salvadorenho Ignacio Ellacuría (1930-1989) na obra *Filosofia da realidade histórica*, isso requer a:

- *libertação da opressão material*, quer dizer, das necessidades básicas necessárias para uma vida humana digna; por exemplo, o direito à alimentação saudável e à moradia;
- *libertação diante da repressão*, isto é, a superação das instituições jurídicas, sociais, policiais, políticas, ideológicas que mantêm as pessoas e os povos movidos mais pelo medo do que por ideais humanizantes; por exemplo, direito à justiça e à educação, liberdade de organização;
- *libertação pessoal e coletiva de toda dependência que impede a autodeterminação*, ou seja, superar tendências, afetos, modelos, padrões introjetados, aqueles obstáculos internos, subjetivos, que impedem a autonomia;
- *libertação de si mesmo*, isto é, superar-se a si mesmo como sujeito absoluto, egocêntrico, consiste no encontro com o outro, no reconhecimento da **alteridade** como fundamental para a constituição da subjetividade, o entendimento de que eu não existo sem o outro.

Essa maneira integral de compreender a libertação supõe a luta por justiça social, que conduz ao exercício da liberdade de todas e todos. A Filosofia da Libertação, desse modo, critica a liberdade abstrata e meramente formal, aquela que é afirmada para todos, porém exercida só por alguns, sustentada na exploração da maioria. A libertação, portanto, considera as condições objetivas (materiais e institucionais) e subjetivas (ideias e afetos) que possibilitam o exercício da liberdade do indivíduo e da comunidade.

No processo de libertação estão relacionadas distintas dimensões. As lutas pela liberdade são variadas, pois múltiplos são os elementos que marcam a condição humana. O educador e filósofo brasileiro Paulo Freire (1921-1997) destaca esse aspecto:

[...] complexo e plural, o processo de libertação se envolve com quantas dimensões marquem fundamentalmente o ser humano: a classe, o sexo, a raça, a cultura.

Da mesma forma como jamais pude aceitar que a luta de libertação pudesse ser restringida à briga de indivíduos, jamais aceitei também que ela pudesse ser reduzida à luta das mulheres contra os homens, dos negros contra os brancos. A luta é dos seres humanos pelo ser mais. Pela superação dos obstáculos à real humanização de todos. Pela criação de condições estruturais que tornem possível o ensaio de uma sociedade mais democrática. [...]. A luta é pela criação de uma [...] sociedade civil capaz de falar, de protestar e sempre disposta a lutar pela realização da justiça. A luta, afinal, não é pela santificação de homens e de mulheres, mas pelo reconhecimento deles e delas como gente finita, inacabada, histórica, por isso mesmo capaz de, negando a *bondade*, tornar-se *malvada*; mas, reconhecendo a bondade, tornar-se amorosa e justa.

É bem verdade que na luta de libertação não é possível esquecer ou minimizar aspectos específicos que caracterizam as relações mulher-homem, negro-branco, classe trabalhadora-classe dirigente. Mas, para mim, o reconhecimento dessas especificidades não é suficiente para que nenhum dos grupos de contradição se converta no *focus* do processo e esgote a importância dos outros. No fundo, não posso reduzir a luta das mulheres à luta de classe, a luta contra a opressão da branquitude à luta de classes também, mas, por outro lado, não posso prescindir da compreensão do papel das classes sociais [...] para o meu entendimento do racismo e do machismo [...].

FREIRE, Paulo. *Cartas a Cristina*: reflexões sobre minha vida e minha práxis. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013. p. 252-253.

Libertação é a luta pela construção de uma sociedade justa em que todas e todos possam ser respeitados em suas especificidades e em suas formas de viver. Implica um compromisso individual e coletivo. Requer uma compreensão crítica da realidade e dos múltiplos aspectos da vida humana.

GLOSSÁRIO

Alteridade:

condição do que é outro; concepção que parte do pressuposto de que todo ser humano interage com e é interdependente do outro.

Money Business Images/Shutterstock.com



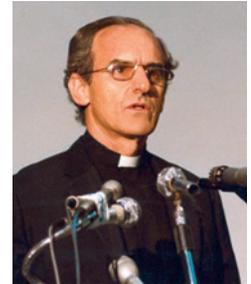
Uma sociedade justa começa com uma sociedade inclusiva, que abraça todas as pessoas com suas diversas características e especificidades e com respeito ao próximo para que todos tenham a liberdade de ser quem se é.

Ignácio Ellacuría

Ignacio Ellacuría foi padre jesuíta, filósofo e teólogo. Ainda que tenha nascido na Espanha, sua trajetória pessoal e seu pensamento estão ligados à América Latina, em especial a El Salvador. Foi professor de filosofia, diretor do Departamento de Filosofia e reitor na Universidade Centro-Americana José Simeón Cañas (UCA), em El Salvador, e buscou orientar o ensino a favor dos interesses das maiorias populares e desfavorecidas. Seu pensamento aborda temas relacionados à filosofia, à religião, à sociologia e à universidade, sendo influenciado pelo existencialismo, pela fenomenologia e pelo filósofo basco Xavier Zubiri (1898-1983).

Ellacuría contribuiu em especial para a elaboração da Filosofia e da Teologia da libertação. Para o filósofo, a realidade e a história são um processo de atualização e criação de possibilidades, aberto e transformador. Nesse sentido, a realidade histórica é entendida como objeto e ponto de partida da Filosofia, e o filosofar tem o objetivo político de pensar uma adequada práxis de libertação. A atividade intelectual, portanto, está subordinada à realidade histórica e suas exigências, procurando superar esquemas ideologizantes. Segundo Ignacio Ellacuría, a civilização pautada no capital ampliou o fosso entre ricos e pobres, aumentou e sofisticou as formas de exploração e opressão e depredou ecologicamente o planeta, promovendo assim a desumanização.

Ellacuría ocupou lugar de destaque na opinião pública do país, escrevendo em revistas, comentando a realidade nacional em rádios e atuando na tentativa de mediação entre governo e guerrilha durante a guerra civil em El Salvador. Foi assassinado pelo batalhão Atlacatl do Exército salvadoreño, com outros cinco jesuítas e duas mulheres, dentro da UCA, em 16 de novembro de 1989. Sua principal obra filosófica é *Filosofia da realidade histórica*, publicada postumamente.



Ignácio Ellacuría.

Centro Monsenhor Romero. Universidade Centro-Americana "José Simeón Cañas". San Salvador, El Salvador

A libertação na história

Aliás...

Para saber mais sobre Paulo Freire, veja o Capítulo 7, "Educação para quem? Para quê?".

A libertação é uma luta contínua que se faz na história. As ações coletivas e individuais que combatem as mais variadas formas de exploração e de discriminação são expressões práticas da liberdade. Os movimentos que promovem a conquista de direitos, a inclusão social e a luta pela igualdade e solidariedade são capítulos de uma história feita em diferentes tempos e espaços por grupos e pessoas diversos que contribuíram para a tentativa de construção de um mundo mais justo. Essa história não segue uma linha reta e progressiva, mas caminha entre idas e vindas, avanços e tropeços. A consciência desse processo é fundamental para compreender a dinâmica conflituosa da busca pela liberdade. Nesse sentido, destacamos dois momentos dessa história que exemplificam a complexidade da luta pela liberdade e da conquista de direitos.

O surgimento dos direitos das mulheres

A Revolução Francesa é um acontecimento político e social muito estudado na escola e tema de vários filmes e séries. Os ideais de Liberdade, Igualdade e Fraternidade característicos dessa revolução se espalharam pelo mundo e são um marco histórico da luta pelos Direitos Humanos. A *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, promulgada em 1789, apontada como a primeira carta de direitos universais, é uma afirmação dos **direitos civis e políticos**. Contudo, o processo revolucionário francês e a universalidade dos direitos tinham limitações. A escritora e filósofa francesa Olympe de Gouges (1748-1793) expunha como as mulheres estavam excluídas da nova ordem social e política inaugurada pela revolução.

Olympe de Gouges se destacava por suas peças de teatro e manifestos em favor da abolição da escravidão e da proteção aos idosos, aos pobres e às mulheres. Em 1791, ela publica a *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*, considerado por estudiosos como o primeiro texto de afirmação dos direitos da mulher. Olympe reformula, do ponto de vista da mulher, a Declaração de 1789, retomando seu modelo e princípios inspiradores. Com isso, ela mostra como aquela



Alexandre Kucharski. Retrato de Olympe de Gouges. Pastel sobre tela, século XVIII.

Heritage Image Partnership Ltd/Alamy/Fotorena

primeira Declaração tinha um sentido restrito de igualdade. A afirmação dos direitos do **homem** e do **cidadão** não significava a afirmação dos direitos dos **seres humanos** como um todo, mas apenas da parcela masculina da sociedade.

O texto escrito por Olympe de Gouges demonstra o reducionismo da **Declaração** de 1789. Nesse sentido, é significativo que em cada um dos 17 artigos de sua **Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã** os termos “homem” e “mulher” sejam explicitados, como se vê, por exemplo, no artigo II: “A finalidade de toda associação política é a preservação dos direitos naturais imprescritíveis da mulher e do homem. Estes direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança e, sobretudo, a resistência à opressão”.

Em outro artigo, a filósofa deixa evidente o que estava em causa ao publicar seu texto, no artigo IV.

A liberdade e a justiça consistem em restituir ao outro tudo o que lhe pertence; assim, o exercício dos direitos naturais da mulher não tem outros limites senão aqueles que a tirania perpétua do homem se lhes opõe; esses limites devem ser suprimidos pela lei da natureza e da razão.

GOUGES, Olympe de. *Declaração dos direitos da mulher e da cidadã e outros textos*. Tradução de Cristian Brayner. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2021. [recurso eletrônico] (Vozes femininas).

Com sua **Declaração**, Olympe alertava sobre os limites da liberdade, da igualdade e da fraternidade defendidos pela Revolução Francesa. Não era uma crítica aos ideais revolucionários, mas sim à forma como esses ideais foram implementados pela sociedade política da época, então dominada pelos homens. Olympe defendia a plena participação da mulher nas funções públicas e no trabalho, além de ressaltar seu direito à comunicação e ao livre pensamento. Exigia, enfim, uma igualdade real entre homens e mulheres.

A *Declaração dos direitos da mulher e da cidadã* marca o início de um longo percurso rumo à igualdade de direitos entre homens e mulheres. A libertação da dominação masculina e das leis que excluíam as mulheres da política é um processo que varia em cada país. A mulher francesa teve direito ao voto apenas em 1945. No Brasil, esse direito foi reconhecido no Código Eleitoral de 1932 e na Suíça apenas em 1971.

GLOSSÁRIO

Direitos civis e políticos:

direitos civis são os direitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade e à igualdade perante a lei. Direitos políticos são os direitos ao voto, à participação no governo da sociedade e à organização política.

IanDagnall Computing/Alamy/Fotoarena



O movimento sufragista feminino combatia a exploração sexual e reivindicava o direito ao voto das mulheres. Londres, Inglaterra, 1907.

Mulheres inglesas se organizaram e formaram o movimento sufragista. Porém, apenas às mulheres brancas e ricas foi dada a liberdade de votar, em 1918. Levou mais dez anos para que todas as mulheres desse país pudessem votar.

A luta contra o colonialismo e a escravidão

Quando se estudam as revoluções políticas no século XVIII em geral, são apresentadas duas revoluções. A Revolução dos Estados Unidos (1776), também chamada de Independência Americana, marca o fim da colonização inglesa. A Revolução Francesa (1789) determina o fim do antigo regime monárquico. Ambas são influenciadas pelas ideias iluministas de valorização da racionalidade, da liberdade, da autonomia e da soberania popular. Essas revoluções contribuíram para a formulação dos direitos do homem e do cidadão. Contudo, nenhuma delas estabeleceu a abolição da escravidão como princípio. A França a abole em 1794, mas o governo de Napoleão Bonaparte a restaura em 1802, e a escravidão só termina em 1848. Nos Estados Unidos a abolição oficial ocorre em 1865, e até meados do século XX **leis segregacionistas** contra os negros estavam vigentes no país. Mas há uma revolução na região do Caribe que abolirá a escravidão e lutará contra a colonização.



maurritius images GmbH/Alamy/Fotorena

Monumento aos Heróis de Vertières.

A Batalha de Vertières, ocorrida em 18 de novembro de 1803, foi a última travada pelos revolucionários haitianos liderados por Jean-Jacques Dessalines contra o exército colonial francês. O monumento representa homens e mulheres que caíram na luta de libertação ao lado daqueles que viveram para ver o Haiti livre. Haiti, 2015.

Haitiana foi a revolução política mais radical da época, do teste decisivo para as ideias iluministas. De acordo com o antropólogo haitiano Michel-Rolph Trouillot (1949-2012):

A Revolução Haitiana expressiu-se, sobretudo, por meio de seus atos e foi através da prática política que ela colocou em questão a filosofia ocidental e o colonialismo. Chegou de fato a produzir poucos textos de explícito conteúdo filosófico, desde a proclamação de Louverture em Camp Tuel até a Declaração de Independência e a Constituição de 1805. Mas seu caráter inédito, em termos intelectuais e ideológicos, aparece mais claramente em cada umbral político que cruzava, da insurreição em massa (1791) à derrocada do aparato colonial (1793), da alforria geral (1794) à conquista do poder estatal (1797-98), do controle do poder estatal por Louverture (1801) à Proclamação da Independência haitiana com Dessalines (1804). Cada um desses passos – conduzindo à emergência de um “Estado negro” moderno [...] – levou mais longe a contestação da ordem **ontológica** do Ocidente e da ordem colonial global.

TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silenciando o passado: poder e a produção da história*. Tradução de Sebastião Nascimento. Curitiba: Huya, 2016. p. 146.

Vários outros episódios históricos podem ser lembrados para exemplificar a luta pela liberdade, como os direitos dos povos indígenas, o combate às ditaduras militares, as descolonizações africanas, entre outros. Aqui enfatizamos alguns acontecimentos menos conhecidos, porém significativos para uma compreensão mais ampla da libertação na história.

Na Ilha de Saint-Domingue (atual Haiti), a mais rica colônia francesa do século XVIII, eclodiu uma revolta organizada em que meio milhão de escravizados lutaram pela liberdade e constituíram um Estado nacional independente. A Revolução Haitiana ocorreu entre 1791 e 1804 e realizou por meio das ações dos próprios escravizados e de seus descendentes o ideal de liberdade. É uma experiência única na história: uma revolução vitoriosa feita pelos escravizados, que derrotou três poderosos exércitos europeus (francês, espanhol e britânico), ajudou na independência de outros países da América Latina e fortaleceu o movimento abolicionista em outras partes do mundo.

O Haiti foi o segundo estado independente da América e o primeiro a garantir liberdade civil a todos os seus habitantes. A autolibertação dos escravizados lhes assegurou o reconhecimento dos brancos europeus e americanos. A Revolução

GLOSSÁRIO

Leis segregacionistas: leis que impuseram a separação entre brancos e negros em escolas, transportes públicos e em vários espaços da vida cotidiana.

Ontológica: refere-se à ontologia, o que diz respeito à natureza do ser e da realidade.

Amor como prática da liberdade



Nesse ensaio, a filósofa estadunidense bell hooks (1952-2021) discute o papel do amor na luta por libertação e a importância desse sentimento para a vida em comunidade.

[...] Sem amor, nossos esforços para libertar a nós mesmos e a nossa comunidade mundial da opressão e da exploração estão condenados. Enquanto nos recusarmos a abordar plenamente o lugar do amor em lutas pela libertação, não seremos capazes de criar uma cultura de conversão na qual uma multidão de pessoas se afaste de uma ética de dominação.

Sem uma ética do amor para moldar a direção da nossa visão política e das nossas aspirações radicais, muitas vezes somos seduzidos, de uma forma ou de outra, por uma lealdade contínua a sistemas de dominação — imperialismo, sexismo, racismo, classismo. Fico intrigada com mulheres e homens que passam a vida trabalhando para resistir e se opor a uma forma de dominação, mas apoiam sistematicamente outra. Já fiquei intrigada com líderes negros visionários influentes, que conseguem falar e agir com empolgação, resistindo à dominação racial, e, ao mesmo tempo, aceitar e abraçar a dominação sexista das mulheres; e com mulheres brancas feministas que trabalham diariamente para erradicar o sexismo, mas têm grandes pontos cegos quando se trata de reconhecer o racismo e a dominação supremacista branca do planeta e resistir a eles. [...] Muitos de nós estão motivados a agir contra a dominação apenas quando sentimos nosso próprio interesse ser diretamente ameaçado. Muitas vezes, então, o anseio não é pela transformação coletiva da sociedade, pelo fim da política de dominações, mas simplesmente pelo fim do que sentimos estar nos machucando. É por isso que precisamos [...] intervir em nosso desejo egocêntrico por mudança. Essencialmente, se estamos comprometidos apenas com uma melhoria nessa política de dominação que sentimos resultar diretamente em nossa exploração ou opressão individual, não apenas permanecemos ligados ao *status quo* como também agimos em cumplicidade com ele, nutrindo e mantendo esses mesmos sistemas de dominação. [...]

[...] Quando olho para a minha vida, procurando por um projeto que tenha me ajudado no processo de descolonização, de autorreabilitação pessoal e política, sei que aprender a verdade sobre como os sistemas de dominação operam foi o que me ajudou, aprender a olhar tanto para dentro quanto para fora com olhar crítico. Consciência é central para o processo do amor como prática da liberdade. Sempre que aqueles de nós que são membros de grupos explorados e oprimidos ousam questionar criticamente nossa localização, as identidades e alianças que configuram nosso modo de viver, começamos o processo de descolonização. Se descobrimos em nós mesmos o auto-ódio, a baixa autoestima ou o pensamento supremacista branco internalizado e os enfrentamos, podemos começar a nos curar. Reconhecer a verdade da nossa realidade, tanto individual quanto coletiva, é um estágio necessário para o crescimento pessoal e político. Essa é, geralmente, a fase mais dolorosa no processo de aprender a amar, aquela que muitos de nós tentamos evitar. [...] Uma vez que escolhemos o amor, instintivamente possuímos os recursos internos para confrontar essa dor. [...]

Ao escolhermos o amor, escolhemos também viver em comunidade, e isso significa que não precisamos mudar sozinhos. [...]. Trabalhando dentro da comunidade, compartilhando um projeto com outra pessoa ou com um grupo maior, somos capazes de vivenciar alegria na luta. Essa alegria precisa ser documentada, pois, se focarmos apenas na dor ou nas dificuldades que certamente são reais em qualquer processo de transformação, mostraremos apenas uma imagem parcial. [...]

[...] No momento em que escolhemos amar, começamos a avançar em direção à liberdade, a agir de forma a libertar a nós mesmos e aos outros. Essa ação é o testemunho do amor como prática da liberdade.

HOOKS, bell. bell hooks: amor como prática da liberdade. *OutrasPalavras*, São Paulo, 15. set. 2023. Disponível em: <https://outraspalavras.net/movimentoserebeldias/bell-hooks-amor-como-pratica-da-liberdade/>. Acesso em: 16 abr. 2024.



Margaret Thomas/The Washington Post/Getty Images

bell hooks foi uma das escritoras feministas e teóricas mais importantes de sua geração.

1. De acordo com bell hooks, qual é a importância do amor no combate às formas de opressão?
2. Explique, com suas palavras, por que o amor seria uma prática de liberdade.



- Com base na leitura do capítulo, escreva no caderno o que você entendeu sobre a concepção de liberdade no pensamento filosófico de Angela Davis, Jean-Paul Sartre e Severino Elias Ngoenha.
- Na América Latina o tema da liberdade se associa ao conceito de libertação. Explique a distinção entre os dois conceitos e, após, justifique com argumentos as razões pelas quais, no contexto da América Latina, eles podem ser vistos de forma distinta, porém não podem ser compreendidos separadamente.
- Elabore um texto dissertativo sobre a concepção de libertação no contexto do pensamento filosófico de Ignacio Ellacuría (1930-1989) na obra *Filosofia da realidade histórica*.
- Comente com os colegas e o professor a importância do pensamento de Olympe de Gouges no texto *Declaração dos direitos da mulher e da cidadã* como um marco teórico na luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres, ou seja, para a instauração do movimento sufragista feminino que reivindicava a participação política das mulheres. 
- Por que a Revolução Haitiana é considerada um dos marcos históricos mais representativos do ideal da liberdade das ações empregadas pelos próprios escravizados e seus descendentes?
- A Carta da Liberdade, adotada na África do Sul em 1955, foi um documento emblemático na luta contra o *apartheid* e na promoção dos Direitos Humanos. Elaborada pelo Congresso Nacional Africano (partido de Nelson Mandela), a partir da coleta de informações sobre as demandas que o povo da África do Sul desejava para o país, ela representa uma tentativa de articular uma visão de liberdade que vai além das barreiras políticas e sociais, alinhando-se com o conceito de libertação presente na filosofia africana. Para o pensamento filosófico africano, a liberdade está profundamente ligada à libertação da consciência do ser humano dos efeitos do pensamento colonial e à reabilitação da história e identidade africanas. A libertação é vista como um processo contínuo e um esforço para alcançar uma verdadeira realização coletiva, que reflete a importância da prosperidade comunitária. A Carta da Liberdade proclamava a igualdade entre todos os cidadãos, a reforma agrária, melhorias nas condições de vida e trabalho e justa distribuição de renda, além da fraternidade entre os povos e o Estado democrático de direito. Ela não visava apenas a uma mudança superficial da sociedade sul-africana, mas também à transformação estrutural, para que, de fato, ocorresse a libertação do seu povo.
Com base no que você sabe sobre a Carta da Liberdade e no contexto da filosofia africana, analise as seguintes questões:

- Como a Carta da Liberdade reflete o conceito de liberdade segundo a filosofia africana, que enfatiza a libertação da consciência e a reabilitação da identidade africana? Considere a relação entre a Carta e a ideia de libertação contínua descrita por filósofos africanos.
- Compare a abordagem da Carta da Liberdade em relação à liberdade com a perspectiva comunalista africana, em que a realização individual está vinculada ao bem-estar da comunidade. Como a Carta aborda a interação entre direitos individuais e a prosperidade coletiva?
- Qual é o papel da Carta da Liberdade na promoção dos valores de igualdade e justiça, e como esses valores se alinham com a visão africana de libertação? Discuta a importância da Carta para superar as crises políticas e sociais descritas na filosofia africana e como ela contribui para a realização de uma liberdade verdadeiramente inclusiva.



Inscrição em monumento de um dos princípios da Carta da Liberdade, onde se lê "Todos os grupos nacionais devem ter direitos iguais." Soweto, África do Sul, 2015.

7. Leia o texto a seguir.

[...] Um povo que luta pela sua libertação busca reconquistar sua humanidade perdida, ou seja, o poder de se expressar e conceber, de decidir e de realizar o que ele decidiu. Em se tratando de nosso continente, o combate pela libertação visa, ou deve visar, à emergência de uma África próspera, forte e aut centrada; uma África formando um centro autônomo de necessidades e de aspirações, de expressão, de concepção, de decisão e de realização nos planos político, econômico e cultural. [...]

TOWA, Marcien. *A ideia de uma filosofia negro-africana*. Tradução: Roberto Jardim da Silva. Belo Horizonte: Nadyala; Curitiba: NEAB-UFPR, 2015. p. 58.

Com base nesse texto de Marcien Towa e na leitura do capítulo, explique a relação estabelecida pelo autor entre os conceitos de libertação, liberdade e reconquista da humanidade perdida.



Produção de cartilha filosófica

O tema da liberdade é essencial para que o ser humano se compreenda como um ser que pensa, que estabelece para si mesmo suas escolhas e, por fim, que age no contexto social e político fundamentado naquilo que decidiu. As ações que são frutos do exercício diário da liberdade criam sentidos para a existência humana e requerem uma postura responsável consigo mesmo e com todas as pessoas, que, de forma direta ou indireta, serão afetadas por essas ações.

O convite desse exercício é aprofundar sua compreensão do tema da liberdade na perspectiva filosófica e produzir um material didático-informativo para que outras pessoas também compreendam o sentido do termo **liberdade**.

Tema: O que é a liberdade na visão filosófica?

Objetivo: pesquisar o conceito de liberdade no contexto das filosofias europeia, africana e latino-americana.



Daniel Hoz/Shutterstock.com

A etapa de pesquisa é a que demandará mais tempo e atenção do grupo. A pesquisa pode englobar textos, autores de referência na temática escolhida, imagens que ajudem a ilustrar a ideia do grupo ou algum outro tipo de recurso visual.

Passos a seguir:

1. Formar grupos de até cinco estudantes.
2. Pesquisar sobre a temática definida.
3. Definir a tiragem do material.
4. Elaborar um roteiro com informações, cenários e textos que precisam constar no material.
5. Estruturar os tópicos, selecionar entre as imagens pesquisadas as que de fato entrarão na cartilha e fazer o *layout* de produção textual adequado ao público-alvo. Existem sites e aplicativos com modelos gratuitos na internet.
6. Preparar a impressão dos exemplares.
7. Combinar com o professor uma data para que seja feita uma “ação da liberdade” na escola. O público-alvo pode ser estudantes do Ensino Fundamental – Anos Finais, que ainda não têm aulas de Filosofia, e que podem ter esse primeiro contato com a disciplina por meio da ação da turma. Por fim, distribuir a cartilha na escola e explicar ao público-alvo sua finalidade.

Como habitamos a Terra?

“Vamos ter que produzir outros corpos, outros afetos, sonhar outros sonhos para sermos acolhidos por esse mundo e nele podermos habitar. Se encarmos as coisas dessa forma, isso que estamos vivendo hoje não será apenas uma crise, mas uma esperança fantástica, promissora.”

(Ailton Krenak)¹

Ser humano e natureza: crise ambiental e climática

O Cerrado é o berço das águas do Brasil, abrigando quase 70% de nossas bacias hidrográficas e 5% da biodiversidade do planeta; contudo, é o bioma mais ameaçado do país. Nos últimos anos, bateu recorde de desmatamento, sobretudo para o avanço da agropecuária.



Adriano Kirihara/Pulsar Imagens

Cristalina (GO), 2024.

Quais seriam os maiores problemas que, como seres humanos, enfrentamos na atualidade? Ainda que tenhamos muitos desafios a confrontar, uma das respostas certas a essa questão é a crise ambiental e climática. Podemos sentir esse fenômeno nos nossos próprios corpos, com a inconstância de temperaturas que se elevam e decaem, atingindo sensações térmicas nunca vivenciadas, mas também podemos comprová-lo pela análise dos dados de tragédias ambientais que irrompem com mais frequência.

Mas o que isso tem a ver com a Filosofia? Se o que está em jogo é a ação humana em sua relação com a natureza, a Filosofia se faz presente, de modo crítico e propositivo, abrindo caminhos para um agir consciente e responsável. Assim, lançamos a pergunta: como habitamos a Terra? Nós, seres humanos, vivemos na Terra em comunhão com os demais seres vivos? Sentimo-nos integrados à natureza? Desde a Modernidade ocidental, criou-se um abismo entre o ser humano e a natureza, como se não fôssemos apenas mais uma das espécies em meio à enorme biodiversidade de seres que habitam o planeta.

Podemos identificar aí uma **cisão** entre o humano e o natural, entre a cultura, supostamente restrita à humanidade, e a natureza. O que houve de mudanças no modo de viver das sociedades humanas desde a Modernidade? Quais caminhos levaram à separação entre ser humano e natureza? Veremos como se deu a construção dessa oposição, com foco no tripé

GLOSSÁRIO

Cisão: separação, divisão.

¹ KRENAK, Ailton. *A vida não é útil*. São Paulo: Companhia das Letras. 2020. p. 47.

do modo de produção capitalista: industrialização, urbanização e acumulação de recursos. Veremos também tradições humanas que não se deixaram capturar, vivenciando até hoje uma relação integrada com a natureza.

Representação da Pachamama. Peru, 2017.

Descartes e a visão mecanicista da natureza na Modernidade ocidental

O pensamento de René Descartes, filósofo e matemático francês (1596-1650), foi fundamental para a Filosofia Moderna ocidental. Em seu pensamento, Descartes defendeu a existência de duas substâncias distintas na composição do mundo: os corpos no espaço (*res extensa*) e a alma (*res cogitans*), e esta última apenas os seres humanos possuíam. Sua filosofia é conhecida como dualista, na medida em que compreende que essas duas substâncias seriam completamente diferentes e independentes. Para Descartes, os corpos podem ser caracterizados pela extensão; isto é, eles podem ser medidos (têm um tamanho, um peso, uma forma, entre outros). Já a alma tem como atributo o pensamento.

Na filosofia cartesiana, os corpos vivos, tanto o dos seres humanos como o dos animais, são constituídos apenas de matéria. A inteligência, por sua vez, seria um atributo exclusivo dos seres humanos, exatamente aquilo que nos torna humanos e nos diferencia dos demais animais, pois Deus teria unido uma alma racional ao nosso corpo material.

Para mostrar que os corpos são autônomos e distintos de nossa alma, Descartes descreve o sistema circulatório, que funcionaria do mesmo modo nos animais e nos seres humanos, seguindo as “regras das mecânicas, que são as mesmas da natureza”². A partir daí, ele defende que os corpos são como uma máquina, ainda que muito mais complexa do que qualquer uma que possa ser criada por seres humanos:

[...] O que não parecerá de modo algum estranho aos que, sabendo quantos *autômatos* diferentes, ou máquinas que se movem, o engenho dos homens pode fazer só empregando muito poucas peças, em comparação com a grande quantidade de ossos, músculos, nervos, artérias, veias, e todas as demais partes que há no corpo de cada animal, considerarão esse corpo como uma máquina [...].

DESCARTES, René. *Discurso do método*. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 62-63.

Além disso, Descartes afirma que os animais não seriam capazes de expressar seus pensamentos, não pela ausência de órgãos que os permitissem falar, pois alguns animais podem copiar o som das palavras, mas porque não são capazes de formular pensamentos para comunicá-los. Por outro lado, ele argumenta, mesmo pessoas que não podem falar ou ouvir são capazes de se expressar por meio de sinais para explicar seus pensamentos. Para o filósofo, isso prova que os animais são não apenas “menos inteligentes” que as pessoas, mas, ao contrário, não possuem qualquer inteligência, constituídos somente por *res extensa*.



FernandoPodolski/Stopphoto.com

Reverenciada por muitas comunidades andinas, a Pachamama representa a mãe natureza, fonte de toda vida, que protege, gera e nutre seus filhos.

Aliás...

Sobre a filosofia de Descartes, veja sua posição como filósofo racionalista no Capítulo 2, “Pensar e conhecer”.

Para ampliar

Assista

Salve o Ralph (The Humane Society of the United States, 2021, 4 min)

A experiência com base em animais é comum antes mesmo de Descartes, mas sua concepção de animais como máquinas favoreceu e consolidou essas práticas na ciência moderna. Salve o Ralph é um curta-metragem de ficção, no qual um coelho narra sua experiência como cobaia em laboratórios de pesquisa. Produzido pela Humane Society International (HSI), a campanha viralizou em 2021 e produziu resultados em vários países do mundo, que passaram a proibir essa prática. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AjdMtlFOZ6w>. Acesso em: 22 ago. 2024.



Everett/Fotoarena

² DESCARTES, René. *Discurso do método*. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 61.

A Revolução Científica e a natureza

Outros dois filósofos europeus desse período foram fundamentais para a consolidação de uma compreensão dualista, mecanicista e matematizada da natureza: Galileu Galilei (1564-1642) e Francis Bacon (1561-1626). Ambos foram responsáveis por estabelecer os pilares fundamentais da ciência moderna ocidental, a saber, o método científico, baseado na matematização e no empirismo. Essa transformação radical na concepção do que é conhecimento e como podemos alcançá-lo é conhecida como Revolução Científica. Para Galileu, a natureza e o universo só podem ser conhecidos através da experimentação e da matemática, pois é por meio desses métodos que podemos determinar as leis naturais, ou seja, os padrões de comportamento de cada fenômeno que ocorre na natureza.



Joseph-Nicolas Robert-Fleury. *Galileu diante do Santo Ofício*, 1847. Óleo sobre tela, 1,96 m x 3,08 m.

Por desenvolver estudos como a defesa do heliocentrismo, Galileu foi investigado pela Inquisição e condenado pelo Tribunal do Santo Ofício a permanecer em prisão domiciliar pelo resto da vida. Para que não fosse condenado à fogueira, teve de renegar todas as suas ideias.

Essa concepção de conhecimento quantificável se alinha com a concepção de que a natureza é apenas matéria mensurável e que seu funcionamento pode ser expresso em leis que não se alteram. Essas leis podem ser descobertas por meio de experiências e formuladas matematicamente, pois expressam apenas o funcionamento predeterminado de um fenômeno por um padrão de ocorrência; ou seja, a natureza estaria “programada” de determinada maneira, se comportando sempre da mesma forma, e poderíamos inclusive prever o futuro calculando esses padrões.

Francis Bacon, por sua vez, defende que os experimentos científicos devem ser capazes de “forçar” a natureza a revelar seus segredos, a partir do desenvolvimento de técnicas que possam “vencer” a natureza, obrigando-a a mostrar sua maneira de funcionamento. A famosa frase “saber é poder” aponta para a ideia de que o objetivo do conhecimento é alcançar os meios para “exercer o domínio sobre a natureza”. O conhecimento, portanto, visa dominar a natureza em favor dos interesses humanos, e o progresso da humanidade seria compreendido como a vitória contra qualquer limitação natural imposta aos seres humanos.

A Revolução Científica está fundamentada em uma concepção da natureza como algo distinto do ser humano, com leis de funcionamento invariáveis e calculáveis, que devem ser conhecidas para serem controladas e superadas. Esse controle da natureza é visto como essencial para o progresso do conhecimento e da própria humanidade, visando a um distanciamento e domínio cada vez maior da natureza e à superação dos limites que ela impõe.

Objetificação e mercantilização da natureza

Como vimos, podemos afirmar que a ciência moderna ocidental e seu método se fundam na ideia de que há uma separação total entre o ser humano e a natureza. Essa cisão determina, por um lado, os seres humanos como sujeitos do conhecimento e, por outro, a natureza como um mero objeto a ser conhecido. A objetificação da natureza abriu caminho então para um uso indiscriminado e uma exploração desmedida, visto que a natureza passou a ser concebida como mero recurso natural. Carolyn Merchant (1936-), filósofa e historiadora da ciência estadunidense, defende que

[...] a noção de “Revolução Científica” dos séculos XVI e XVII é parte de uma narrativa **hegemônica** mais ampla da cultura ocidental que tem impulsionado os esforços da ciência, da tecnologia e do capitalismo de ‘se tornar senhor’ da natureza – uma narrativa na qual a maioria dos ocidentais tem sido socializado inconscientemente e no interior da qual nos tornamos atores na trama do desenvolvimento do progresso. Rebaixar a “Revolução Científica” ao nome de mera “ciência do início da Modernidade” obscurece o poder das narrativas dominantes do colonialismo e do imperialismo que tem colaborado na configuração da cultura ocidental desde o século XVII às custas da natureza, das mulheres, das minorias e das pessoas indígenas. Esse movimento esconde o poder político das narrativas científicas em tornar a terra e seus recursos naturais objetos para o uso humano.

MERCHANT, Carolyn. *The Death of Nature: Women, Ecology, and the Scientific Revolution*. San Francisco: Harper & Row, 1983. p. 514. Tradução nossa.

A autora mostra como a concepção de natureza como mera matéria **inerte** foi fundamental para a consolidação da ideia de que os seres naturais são coisas que podem ser dispostas, manipuladas, dominadas e usadas livremente para satisfazer os desejos e interesses humanos. Essa relação está na base das maneiras como o Ocidente, por meio do capitalismo e da colonização, globalizou o uso e o abuso da natureza a partir dessa concepção de natureza que permitiu a naturalização de um estilo de vida, de economia e de produção baseado em atividades como a mineração, a **agricultura intensiva**, a industrialização, o consumismo, a urbanização moderna, entre outros, que têm nos levado à grave crise ambiental que atravessamos hoje.

GLOSSÁRIO

hegemônica: algo que prevalece sobre os outros, que é dominante.

inerte: algo sem movimento próprio.

agricultura intensiva: agrossistema baseado na exploração agressiva do solo e no uso intensivo de insumos. Trata-se do método mais comum de agricultura da atualidade.



Região do Córrego do Feijão antes e depois do rompimento da barragem da mina de Brumadinho (MG), uma das maiores tragédias socioambientais do Brasil, decorrente de uma exploração predatória e irresponsável da natureza, em 2019.

A objetificação da natureza permitiu também sua mercantilização sem limites, ou seja, a transformação da natureza em algo que pode ser negociado e explorado economicamente, com seu valor atrelado a um preço regulado pelo mercado. A contaminação das águas, do ar e dos solos, o desmatamento das florestas e a extinção em massa de espécies são, em grande medida, advindos daí. Esse panorama de colapso é também resultado do discurso ilusório de que é possível um crescimento infinito da economia e da produção em um mundo finito; em outras palavras, da concepção de que não haveria limites para a exploração da natureza pensada como recurso natural.

A filósofa defende que essa relação violenta com a natureza também atingiu grupos humanos considerados pelas filosofias ocidentais como mais “próximos da natureza”. Por meio dessa concepção de inteligência descorporificada e da ideia de que a razão é superior e independente dos sentimentos e emoções e do próprio corpo e seu funcionamento, grupos humanos que foram identificados com a natureza também foram alvos de objetificação e violência. Nesses grupos estão as mulheres e povos não europeus.

Aliás...

No Capítulo 18, “Violências e opressões”, trabalhamos especificamente sobre esses temas, incluindo as violências de gênero e racismo.

Antropoceno e os (des)caminhos humanos na Terra



A palavra **Antropoceno** é composta pelos termos gregos *ánthropos*, que designa “ser humano”, e *kainós*, que significa “novo” e designa o fato de o ser humano ter alterado os processos biofísicos do planeta, isto é, a maneira como a Terra se comporta em diversos fenômenos naturais. Apesar de não haver consenso entre a comunidade científica internacional de geólogos sobre quando e onde podemos determinar o início de uma nova era geológica do planeta devido ao impacto humano, as consequências desse impacto são amplamente verificáveis e alarmantes e, por isso, o termo **Antropoceno** é usado por filósofos, cientistas sociais, historiadores, climatologistas, biólogos e outros cientista naturais, além dos movimentos sociais, para se referir à grave crise ambiental que atravessamos.

Esse termo, contudo, é questionado na medida em que se refere ao ser humano em geral, como se todas as pessoas fossem igualmente responsáveis por esse impacto; o que não é o caso, já que ele é derivado de uma maneira bem específica de habitar a Terra. Por isso, outros termos também já foram propostos, como **Capitaloceno**, para destacar a responsabilidade do capitalismo nesse impacto; ou Ocidentaloceno, apontando a responsabilidade dos países industrializados e dominantes.

Daniel Cymbalista/Pulsar Imagens



Fotografia da cidade de São Paulo coberta pela fumaça de incêndios florestais, 2024.

Integrando saberes

O diálogo entre as ciências e a Filosofia sobre a natureza

Você sabia que o plano cartesiano, da matemática, foi criado por Descartes? Galileu era filósofo e astrônomo; foi ele quem conseguiu provar o modelo heliocêntrico, com o Sol no centro do sistema, ao redor do qual orbitam os planetas. Isso também é assunto de Física, Biologia e Geografia. Em diálogo com a Química, podemos descobrir quais elementos da natureza há nas mercadorias ou alimentos que consumimos! Para pensar problemas complexos, como a crise ambiental e climática, é importante costurar diferentes conteúdos, aproximando as Ciências Humanas (Filosofia, História, Geografia e Sociologia) e as Ciências da Natureza.



O ser humano também é natureza: concepções integradas

A separação entre ser humano e natureza tem sido levada ao limite de risco à natureza e, dentro dela, à existência da espécie humana, devido ao seu modo de habitar a terra. A natureza, na figura de seus rios, mares e florestas, se deixada livre da ação humana, já demonstrou grande capacidade regenerativa. Já a espécie humana é uma das mais vulneráveis: não há longevidade suficiente para que o processo de regeneração aconteça, diferentemente do que ocorre com outros seres vivos.

No entanto, existem filosofias, em diferentes geografias de saberes, para as quais essa concepção antagônica entre natureza e ser humano não faria nenhum sentido, posto que concebem tudo como natureza, inclusive o ser humano. Consideramos fértil chamar para o diálogo algumas dessas filosofias integrativas. Por partirem desse fundamento, engendram pensamentos que abarcam diferentes áreas do saber, não segmentando os conhecimentos e não opondo cultura e natureza. Essas filosofias são denominadas integrativas ou holísticas.

Natureza e totalidade: o conceito de *physis* na Grécia Antiga

A filosofia denominada pré-socrática, considerada o início da Filosofia ocidental, se desenvolve na Grécia Antiga. Refere-se a filósofos que buscavam principalmente a definição de uma *arché*, um princípio que explicasse a relação entre a unidade do cosmos e a multiplicidade de seres. As respostas a essa questão foram muitas e diversas: Tales de Mileto afirmou que a água é a origem de todas as coisas; Anaxímenes, o ar; para Demócrito, era o átomo. Essa unidade era entendida como *physis* – no latim *natura*, no português natureza, conceito central para a concepção existencial e cosmológica dessa tradição filosófica.

Physis é uma palavra grega que pode significar, entre outras coisas, o todo da realidade, o mundo (cosmos) como um todo, em seu movimento de surgir e vir à luz. Assim, para entender a *physis* grega, temos que expandir o conceito de natureza, compreendendo-a como um conjunto universo, que abarca tudo o que há, inclusive o ser humano e o mundo de objetos que ele produz. Afinal, toda matéria-prima, para que se fabriquem objetos, tem sua origem em elementos da natureza.

A filosofia do Tao ou taoísmo: o que está dentro também está fora

O Tao é uma importante vertente da Filosofia oriental, que compõe um dos três sistemas de pensamento de maior destaque na Filosofia chinesa, ao lado do confucionismo e do budismo.

Para o Tao, não existe real separação entre cada ser vivo, em sua individualidade, e o todo, a totalidade do que existe. Assim, o livro *Tao Te Ching*, que, estima-se, foi escrito entre 350 e 250 AEC, afirma que o que está dentro também está fora. Ou seja, o que compõe a natureza de cada uma das **dez mil coisas** (seja objeto, pessoa, animal, vegetal, mineral) é uno e está em continuidade e harmonia com tudo o mais que existe. De acordo com Chuang-Tzu (370-301 AEC), podemos entender alguns princípios: “[...] Abarque com o coração cada uma das dez mil coisas. Qual delas merece mais? Isso é permanecer imparcial. As dez mil coisas são uma só, e todas iguais. O que é curto? O que é comprido? [...]”³

A concepção de natureza do taoísmo filosófico pode ser identificada como integrada, por não se basear em separações, mas na unidade do todo, que é a própria natureza, na integração do que é diferente. Assim, não nega as diferenças; ao contrário, as afirma. Nessa valorização da diferença, reconhece a existência de dia e noite, claro e escuro, céu e terra, mas os considera como elementos complementares, espelhando os princípios originários do *yin-yang*.

O taoísmo critica frontalmente as oposições, as discriminações – tanto nas relações entre ser humano e natureza, entre o ser humano e os demais animais, como também dentro da própria comunidade humana. Essas hierarquizações colocam, na maioria das vezes, o ser humano como superior à natureza e os seres humanos contra seus pares. Ao contrário, o Tao concebe o ser humano como parte da natureza, “portanto, a geração que alcançou o poder da virtude vive em harmonia com aves e animais e permanece lado a lado, como um só clã, com as dez mil coisas. O que saberiam de ‘cavalheiro’ ou ‘plebeu’? [...] O poder de sua virtude não é separado [...]”⁴. Como a natureza, por sua vez, está integrada ao cosmos, o taoísmo afirma a continuidade e o pertencimento entre ser humano/cultura e natureza e não a separação entre ambos.



O símbolo do *yin-yang* representa energias opostas e complementares.

Acervo editora

³ HAMILL, Sam; SEATON, J. P. (org.). *Chuang Tzu* – ensinamentos essenciais. São Paulo: Cultrix, 1998. p. 103.

⁴ HAMILL, Sam; SEATON, J. P. (org.). *Chuang Tzu* – ensinamentos essenciais. São Paulo: Cultrix, 1998. p. 82.

Habitar entre cidades e florestas

Muitos povos tradicionais no Brasil e no mundo, como os povos indígenas, quilombolas e outras comunidades, são representantes vivos de filosofias ancestrais que pensam e vivem a partir de uma relação de pertencimento e indissociabilidade com a natureza. Apesar da grande diversidade que há nessas tradições, em geral se reconhece que a natureza não pertence aos seres humanos, mas, ao contrário, são os seres humanos que pertencem à natureza. Algumas comunidades se autodenominam de povos da floresta, das águas, do campo, entre outras denominações, para evidenciar seu pertencimento e modos de habitar nesses lugares. Além disso, muitas vezes a natureza é compreendida como mãe, na medida em que dá a vida e nutre todos os seres vivos, seus filhos.

Ailton Krenak (1953), filósofo, ambientalista e importante liderança indígena do povo krenak, se refere a essa concepção da terra dos povos ameríndios como uma “poética permeada de sentido maternal”⁵. Ele descreve como diversos povos estabeleceram essas interconexões entre a vida humana e as demais vidas da terra. Por meio de suas histórias e tradições, celebram e reafirmam esse pertencimento e irmandade com as demais vidas, sejam elas vegetais ou animais, presentes em seus territórios.

Krenak também questiona como o paradigma moderno de urbanização das cidades buscou incessantemente apagar a natureza e excluir o que é selvagem na vida. Até os rios foram sufocados com esgoto e lajes de cimento para escondê-los, sem nenhum respeito por sua existência, apesar de serem necessários para a nossa vida. Ele afirma que “o corpo da Terra não aguenta mais cidades”⁶, pois elas são insustentáveis, por serem construídas de cimento e ferro (matérias não renováveis), por serem destinadas a viabilizar o consumo capitalista (desde supermercados à especulação imobiliária) e por dependerem de uma quantidade de energia cada vez maior para se manterem e expandirem. Em sua afirmação de que a vida é selvagem, Krenak deseja chamar atenção para o fato de que somos educados para pensar que a civilização é urbana, apagando a potência de existir de tudo que está fora das cidades, como sendo bárbaro e primitivo.

O texto explicita a relação do paradigma de urbanização com o projeto de educação sanitária que pensa a natureza como sujeira que deve ser suprimida, exemplificada na ideia de que “uma criança não deve mexer na terra para não sujar a mão”⁷. Para o autor, a educação sanitarista que fundamenta a urbanização está na base da atual crise ambiental. Por isso, o desafio é perguntarmos:



Parque Sanya Mangrove em Haikou, na China, criado a partir do projeto de cidades-esponjas do arquiteto Kongjian Yu, 2023.

Como reverter o tecido urbano industrial em tecido urbano natural, trazendo a natureza para o centro e transformando as cidades por dentro? [...] Podemos provocar o surgimento de uma experiência de florestania começando por contestar essa ordem urbana sanitária ao dizer: eu vou deixar meu quintal cheio de mato, quero estudar a gramática dele. [...] Temos que reflorestar o nosso imaginário [...]. Vamos erguer um bosque, uns jardins suspensos de urbanidade, onde possa existir um pouco mais de desejo, alegria, vida e prazer, ao invés de lajotas tampando córregos e ribeirões. Afinal, a vida é selvagem e também eclode nas cidades.

KRENAK, Ailton. *Futuro ancestral*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. p. 65, 70-71.

Segundo o arquiteto Kongjian Yu, as cidades-esponjas não são projetadas para dominar a natureza como as barragens e os diques, mas, ao contrário, para deixar a natureza comandar nosso planejamento das águas nos perímetros urbanos.

⁵ KRENAK, A. *Futuro ancestral*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. p. 33.

⁶ KRENAK, A. *Futuro ancestral*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. p. 52.

⁷ KRENAK, A. *Futuro ancestral*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. p. 110.

Das ideias para adiar o fim do mundo

O texto a seguir é um fragmento retirado do livro *Ideias para adiar o fim do mundo*, de Ailton Krenak. O livro é uma coletânea composta por três textos; a passagem que reproduzimos aqui é do texto intitulado “Do sonho e da terra”.

Neste encontro, estamos tentando abordar o impacto que nós, humanos, causamos neste organismo vivo que é a Terra, que em algumas culturas continua sendo reconhecida como nossa mãe e provedora em amplos sentidos, não só na dimensão da subsistência e na manutenção das nossas vidas, mas também na dimensão transcendente que dá sentido à nossa existência. [...]

A conclusão ou compreensão de que estamos vivendo uma era que pode ser identificada como Antropoceno deveria soar como um alarme nas nossas cabeças. Porque, se nós imprimimos no planeta Terra uma marca tão pesada que até caracteriza uma era, que pode permanecer mesmo depois de já não estarmos aqui, pois estamos exaurindo as fontes da vida que nos possibilitaram prosperar e sentir que estávamos em casa, sentir até, em alguns períodos, que tínhamos uma casa comum que podia ser cuidada por todos, é por estarmos mais uma vez diante do dilema a que já aludi: excluimos da vida, localmente, as formas de organização que não estão integradas ao mundo da mercadoria, pondo em risco todas as outras formas de viver — pelo menos as que fomos animados a pensar como possíveis, em que havia corresponsabilidade com os lugares onde vivemos e o respeito pelo direito à vida dos seres, e não só dessa abstração que nos permitimos constituir como *uma* humanidade, que exclui todas as outras e todos os outros seres. Essa humanidade que não reconhece que aquele rio que está em coma é também o nosso avô, que a montanha explorada em algum lugar da África ou da América do Sul e transformada em mercadoria em algum outro lugar é também o avô, a avó, a mãe, o irmão de alguma constelação de seres que querem continuar compartilhando a vida nesta casa comum que chamamos Terra.

[...]

Quando despersonalizamos o rio, a montanha, quando tiramos deles os seus sentidos, considerando que isso é atributo exclusivo dos humanos, nós liberamos esses lugares para que se tornem resíduos da atividade industrial e extrativista. Do nosso divórcio das integrações e interações com a nossa mãe, a Terra, resulta que ela está nos deixando órfãos, não só aos que em diferente graduação são chamados de índios, indígenas ou povos indígenas, mas a todos. Tomara que estes encontros criativos que ainda estamos tendo a oportunidade de manter animem a nossa prática, a nossa ação, e nos deem coragem para sair de uma atitude de negação da vida para um compromisso com a vida, em qualquer lugar, superando as nossas incapacidades de estender a visão [...].

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 42-50.

1. Segundo Ailton Krenak, o que nos levou ao Antropoceno?
2. De acordo com o que discutimos até aqui, por que algumas culturas indígenas se referem à natureza como mãe?



Ailton Krenak, o primeiro indígena a ingressar na Academia Brasileira de Letras, durante a posse. Rio de Janeiro (RJ), 2024.

Eduardo Anizelli / Folhapress

Para ampliar

Leia

Ideias para adiar o fim do mundo, de Ailton Krenak (Companhia das Letras, 2019).

A obra é resultado de duas conferências e uma entrevista de Ailton Krenak realizadas em Portugal, leitura obrigatória em alguns vestibulares do país.



Companhia das Letras

O envolvimento entre o ser humano e a natureza nas concepções afrorreferenciadas



Para as tradições afrodiáspóricas e africanas, que compõem importante tronco da cultura brasileira, a natureza não só integra tudo o que há, incluindo o ser humano, como é considerada sagrada. Na cosmologia afrorreferenciada, de povos quilombolas e de terreiro (povos tradicionais de matriz africana – Potma), cada força da natureza é uma expressão diferente da mesma energia vital que a tudo dá vida, denominada *axé*, na língua yorubá, ou *nguzu*, nas línguas do tronco bantu.

Correlação entre os elementos da natureza e os orixás (tradição ketu-nagô) ou minkisi (tradição Congo-Angola)



Yemanjá ou Kayala:
é o mar, energia feminina identificada com a grande mãe, que a todos nutre.



Nanã ou Nzumbarandá
é a lama presente nos manguezais, fonte de toda matéria viva, a avó ancestral.



Oxalá ou Nlemba
é o ar, o sopro da vida, transmite paz, tranquilidade, paciência.



Oyá (Iansã ou Matamba)
é o vento, energia feminina guerreira.



Oxum ou Ndandalunda
é a água doce de rios e cachoeiras, identificada com fertilidade, prosperidade, encanto, amor.



Oxóssi ou Mutakalambô
é a floresta, as matas, responsável pela fartura, a colheita, a caça.



Carrossel de imagens
As religiões de matriz africana e a natureza

Fonte: elaborado pelos autores.

Em todo e cada ser vivo na natureza, incluindo o ser humano, também há esse fluxo da energia ou força vital (*axé/nguzu*), que funciona como um sistema de troca: quanto mais se compartilha, mais a energia é atualizada e potencializada. Essa concepção, baseada na interdependência de tudo o que é vivo, entende como a unicidade da matéria combina os mesmos elementos naturais para a criação de toda diferença e multiplicidade. O filósofo congolês Bunseki Fu-Kiau (1934-2013), no livro *A visão bântu kôngo da sacralidade do mundo natural*, afirma:

Além da atenção e admiração dadas a montanhas, vales, ao vento, ao céu e às mudanças do ciclo natural, o Múntu [ser humano] dá especial atenção ao mundo da floresta porque, como se diz, “Mfinda Kasuka tufukidi” – nós perecemos se as florestas são extintas. [...]

[...] a maior parte dos alimentos são encontrados na floresta. Esses alimentos são os nossos primários e mais importantes remédios. Porque o que nós comemos é ambos: comida e remédio; deve-se ser cuidadoso com a quantidade de comida ingerida. Os alimentos têm que ser cultivados livres de toda contaminação química e mantidos naturalmente frescos.

Sendo as florestas, entre outras coisas, a mais documentada das bibliotecas de vida natural, o ser humano de todos os lugares corre em sua direção para obter comida, remédio, lazer e informação. [...]

FU-KIAU, Bunseki Fu-Kiau. *A visão bântu kôngo da sacralidade do mundo natural*. Tradução: Valdina O. Pinto. *Saberes Tradicionais UFMG*, Belo Horizonte, 10 jun. 2020. Disponível em: <https://www.saberstradicionais.org/publicacoes-de-mestras-e-mestres-texto-de-fu-kiau-traduzido-por-makota-valdina/>. Acesso em: 5 set. 2024.

As águas, montanhas, florestas, entendidas como matrizes naturais elementais, são importantes fonte de *axé/nguzu*, logo, de revitalização energética; mas também são os encontros entre animais, vegetais e outros seres: a agricultura, a culinária, a alimentação, as festividades, as artes. Nesse sistema, a alimentação é potência de vida: os alimentos advindos da natureza geram a nutrição do corpo e são fonte de absorção e troca de energia vital. Por isso é momento de saudar e agradecer aos próprios alimentos pela partilha do *axé/nguzu*, e de comungá-los na comunidade, em gratidão e festividade, tal qual seres compartilhantes que somos, como diz o filósofo quilombola Nego Bispo. Assim, ao invés de propor um desenvolvimento em relação à natureza, essas filosofias estimulam um envolvimento do *mntu* (ser humano), como parte integrada ao todo, que é a natureza.

Democracia da Terra: uma comunidade composta de todos os seres que habitam a terra

Vandana Shiva, filósofa e ambientalista indiana, propõe uma **democracia da Terra** que consiste na compreensão de que todos os seres vivos estão interconectados e dependem dos demais e, portanto, formam uma mesma comunidade. Dessa maneira, as pessoas devem viver de forma que sua existência proteja e respeite os processos ecológicos e a vida de todas as espécies, sem colocá-las em risco ou violentá-las. A partir dessa perspectiva, a natureza não pertence ao ser humano e não deve ser livremente manipulada, explorada ou destruída por interesses de alguns grupos humanos, mas, ao contrário, o ser humano pertence à comunidade formada por todos os seres vivos que habitam a terra. Nesse sentido, ele possui obrigação em relação a eles e à própria terra enquanto sua morada, provedora do que é necessário para a vida.

A democracia da Terra se baseia na compreensão de que todos os seres são sujeitos que possuem “integridade, inteligência e identidade” e que, portanto, não podem ser reduzidos a objetos e mercadorias. A própria diversidade é a expressão do valor de cada forma de vida e da sustentabilidade de sua relação com as demais formas. Os recursos necessários para a manutenção da vida, como alimento, água e território preservado, são direitos naturais de todos os viventes, pois são sinônimos do direito à vida. Por isso, esses recursos devem ser compreendidos como comuns, não como mercadorias, e não devem ser vendidos ou negados por governos ou corporações.



Bhawan Singh/The India Today Group/Getty Images

Movimento Chipko na Índia, do qual Vandana Shiva participou. Índia, 1982.

Chipko significa “abraço”. Nesses atos, as pessoas, sobretudo mulheres, abraçavam árvores para impedir que elas fossem cortadas, lutando contra o desmatamento da floresta na região do Himalaia para exploração comercial.

Perfil

Vandana Shiva

Vandana Shiva (1952-) é física, filósofa e ambientalista indiana que tem dedicado sua vida à luta pela defesa da biodiversidade e pela diversidade de culturas, sobretudo a partir da soberania alimentar. Soberania alimentar é a garantia das condições necessárias para que os povos e comunidades possam ter autonomia de decidir sobre como, o que e para quem produzir seus alimentos. Essas condições incluem o direito à terra e o respeito aos saberes tradicionais necessários para o plantio e produção de alimentos. Shiva defende que é o alimento que liga a terra, as plantas e as pessoas. A maneira como plantamos e comemos determina nossa relação com a terra e com os demais seres vivos e traz inúmeras consequências ambientais.



Independent Photo Agency/Alamy/Fotoarena

Vandana Shiva.

A partir de seus escritos e militância, tem mostrado que a agricultura baseada em monoculturas, as grandes corporações produtoras de agrotóxicos e sementes transgênicas e a alimentação industrializada têm sido responsáveis pela extinção de inúmeras espécies através da contaminação e do desmatamento, assim como pela fome, desnutrição e destruição de comunidades e de sua soberania ao redor do mundo. Nos anos 1980, fundou a ONG Navdanya, como um espaço de produção e proteção da diversidade por meio de bancos de sementes e agricultura comunitária, orgânica e agroecológica, respeitando os saberes tradicionais, especialmente preservados por mulheres. Vandana Shiva se identifica como uma ecofeminista por reconhecer que há uma relação entre a violência contra as mulheres e contra a natureza. Ela defende o papel das mulheres como guardiãs da vida na terra, a partir das tarefas de cuidado, incluindo produção e preparo de alimentos para suas famílias e comunidades.

Saberes da Terra

O texto a seguir, do filósofo brasileiro Antônio Bispo dos Santos (Nego Bispo), compõe o livro *A terra dá, a terra quer*, publicado em 2023. Os trechos selecionados a seguir são parte integrante do capítulo intitulado “**Criar solto, plantar cercado**”.

Na nossa comunidade, a maioria das famílias afroconfluentes praticava a agricultura. Ninguém tinha terras, tínhamos cultivos. Se fazíamos uma roça num ano, explorávamos aquele lugar por dois anos, em ciclo. No primeiro ano, plantávamos tudo misturado. Na mesma roça se plantavam, juntos, milho, mandioca, feijão e algodão. Não plantávamos de forma linear, plantávamos de forma triangular, pois de forma linear não seria possível plantar onde houvesse tocos de árvores. De maneira triangular, conseguíamos plantar entre os tocos, e as plantas nativas brotavam em meio às plantas cultivadas.

Muitos viventes vinham comer as folhas das plantas nativas e acabavam nos ajudando a proteger as plantas cultivadas. Quando só há um tipo de plantio e não deixamos as plantas nativas brotarem, os viventes comem todo o plantio. É assim que surge a necessidade de jogar veneno. [...] Plantávamos vários tipos de sementes juntas porque o que nos regia eram as orientações do cosmos.

[...] Alguns animais conhecidos como insetos preferiam comer uma espécie de planta e deixavam as outras. Essa era a sabedoria cosmológica do nosso povo. Não precisávamos usar veneno porque os animais faziam a seleção. Como todas as plantas eram alimento, aquelas que sobravam eram para nós.

[...]

Acabou um modo de vida, o modo de vida do lugar onde eu nasci. Chapada Grande [Piauí] tinha uma infinidade de plantas, a mata cheia de frutos e animais, uma vida amplamente compartilhada. Essas vidas foram atacadas e destruídas, e os modos que faziam com que a vida acontecesse também deixaram de existir. O que aconteceu com as pessoas que sabiam viver a partir desses modos? Quando tiramos a comida da onça e aparecemos na frente dela, o que ela vai fazer?

O desenvolvimento e o colonialismo chegam subjogando, atacando, destruindo. Quando se introduz o desenvolvimento em espaços onde o povo vive do envolvimento, quando modos de vida são atacados, quando o envolvimento é atrofiado, inviabilizado e enfraquecido, vai haver reação. Quais as consequências da destruição das condições de existência de um ambiente? As vidas que pertencem a esse ambiente vão querer viver em qualquer outro ambiente. Como elas não estão preparadas para viver em outros ambientes, terão que se preparar. De que forma elas vão se preparar é o ambiente que vai dizer. [...]

SANTOS, Antônio Bispo dos. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora, 2023. p. 90-97.

1. Comente o trecho “essa era a sabedoria cosmológica do nosso povo. Não precisávamos usar veneno [...]”. Explique como isso se efetivava na prática agrícola. 
2. O texto nos faz refletir sobre a relação entre ser humano e natureza na perspectiva do envolvimento e do desenvolvimento. Explique a diferença entre ambas.



Agricultural quilombola mostrando arroz orgânico produzido na agrofloresta da Comunidade Kalunga, na Chapada dos Veadeiros, em Cavalcante (GO), 2024.

Adriano Krihara/Pulsar Imagens

Para ampliar

Leia

Atlas dos agrotóxicos, organizado por Marcelo Montenegro e Julia Dolce (Fundação Heinrich Böll Brasil, 2024). O Brasil está entre os maiores consumidores de agrotóxicos do mundo, com impactos à saúde e destruição da natureza; apesar disso, a legislação tem se tornado mais flexível. Disponível em: <https://br.boell.org/pt-br/atlas-dos-agrotoxicos>. Acesso em: 22 ago. 2024.



Fundação Heinrich Böll Brasil



1. Leia os textos a seguir.

Texto 1

Os povos do Cerrado são diversos. São indígenas de tronco Macro-Jê (como os Xerente, Xakriabá, Apinajé e Xavante), mas também Tupi-Guarani (como os Guarani e Kaiowá) e Aruaak (como os Terena e os Kinikinau). São comunidades quilombolas, como os Kalunga, os jalapoeiros e centenas de outras pelos sertões do Cerrado. São comunidades tradicionais, tão diversas como o próprio Cerrado e que têm suas vidas entrelaçadas nas árvores e plantas, bichos, chapadas, vales e águas da região, como as quebradeiras de coco-babaçu, raizeiras, geraizeiras, fecho de pasto, apanhadoras de flores sem-pre-vivas, benzedeadas, retireiras, pescadoras artesanais, vazanteiras e pantaneiras. São, ainda, os assentados e assentadas de reforma agrária e outras populações de base camponesa.

[...] Se ainda há Cerrado em pé é porque esses povos estão com os pés no chão do Cerrado, lutando para permanecer em seus territórios. E é por isso que não existe defesa do Cerrado sem a defesa dos territórios do Cerrado, onde esses povos conservam e multiplicam a rica biodiversidade da savana brasileira por meio de saberes e práticas que vão se transformando, sendo desenvolvidos e continuamente testados, adaptados e reinventados por meio do manejo consciente das paisagens, ao longo de inúmeras gerações, e por isso mesmo são resilientes, diversos e apropriados a cada lugar. Essa conexão entre tradição e inovação — em meio a uma profunda crise ecológica mundial e mesmo após décadas de devastação do Cerrado pelo agronegócio monocultural — está entre os maiores legados dos povos do Cerrado, partilhando horizontes de vida, agora, e para o futuro.

SANTOS, Diana A. O.; LOPES, Helena R. (org.). *Saberes dos povos do cerrado e biodiversidade*. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2020. p. 7-9; 241. Disponível em: <https://campanhacerrado.org.br/images/biblioteca/Saberes%20dos%20Povos%20do%20Cerrado%20e%20Biodiversidade.pdf>. Acesso em: 5 set. 2024.

Texto 2

Com 65 milhões de anos, os Cerrados constituem-se de intensa biodiversidade, que tem relação com sua abundância em águas [...] perenizando rios de seis das oito regiões hidrográficas do país e transbordando suas águas para outros países do subcontinente americano [...]. Os Cerrados têm sido invadidos pela expansão do agronegócio [...], em que mais de 110 milhões de hectares do bioma estão ocupados pelo agronegócio – com área plantada para produzir 75% das *commodities* soja-cana-milho-algodão cultivadas no Brasil e as áreas de pastagem destinadas à produção de carne bovina.

Isso implica a destruição de 52% da vegetação nativa e o consumo de 91,8% das águas superficiais e subterrâneas usadas na irrigação [...], resultando na migração de nascentes, na interrupção dos fluxos dos rios e na redução dos volumes dos aquíferos [...]. A isso, somam-se os impactos do uso intensivo de agrotóxicos sobre todas as formas de vida – são mais de 600 milhões de litros de venenos anualmente, concentrando 73,5% do total de agrotóxicos consumidos no país em 2018 [...].

EGGER, Daniela da S. *et al.* Ecocídio nos Cerrados: agronegócio, espoliação das águas e contaminação por agrotóxicos. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, v. 57, p. 16-17, jun. 2021. Edição especial – Agronegócio em tempos de colapso planetário: abordagens críticas. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/76212/44092>. Acesso em: 5 set. 2024.

De acordo com o estudado no capítulo e com os textos lidos, o que diferencia a maneira de habitar a terra das comunidades e povos tradicionais, que apesar da grande variedade de suas culturas conservam e multiplicam a biodiversidade de seus territórios, da maneira que caracteriza a agricultura intensiva? Justifique sua resposta.

2. Leia os textos a seguir.

Texto 1

Comer é um direito, cozinhar é um ato de resistência: a luta contra o fast-food



Recentemente, foi noticiado pela grande imprensa uma entrevista dada pelo presidente da [uma] empresa [de entrega por aplicativo], [...], em que ele afirma que “em 10 anos ninguém vai mais cozinhar” [...] O abandono do ato de cozinhar se daria tanto por fatores econômicos quanto culturais. Cozinhar em casa, segundo ele, se tornará desvantajoso, assim como produzir suas próprias roupas.

[...]

Se o direito à alimentação é reconhecido enquanto um direito humano, palavras de ordem expressam a necessidade de ir além: cozinhar é um ato de resistência e revolucionário. É um ato que pode mudar a composição de uma sociedade, seus níveis de saúde, de sabedoria, de empatia através da comensalidade e, por que não, de felicidade. [...]

O *fast-food*, com suas cadeias globais e menus padronizados, representa a antítese do ato de cozinhar em casa. Ao promover uma cultura de conveniência e consumo rápido, contribui para hábitos alimentares pouco saudáveis, incluindo o consumo excessivo de gorduras saturadas, açúcares

refinados e calorias vazias. Além disso, está associado a uma série de problemas de saúde, como obesidade, diabetes tipo 2, doenças cardiovasculares e outros distúrbios metabólicos.

A luta contra o *fast-food* é uma batalha que vai além das escolhas individuais de alimentação. Envolve a construção de um projeto nacional de soberania alimentar, ambiental e econômica [...].

PALMEIRA, Beto. Comer é um direito, cozinhar é um ato de resistência: a luta contra o *fast-food*. *O Poder Popular*, [s. l.], 11 mar. 2024. Disponível em: <https://opoderpopular.com.br/comer-e-um-direito-cozinhar-e-um-ato-de-resistencia-a-luta-contra-o-fast-food/>. Acesso em: 5 set. 2024.

Texto 2

Comida congelada, *fast food*, salgadinhos de pacote, refrigerantes, biscoitos recheados, carnes embutidas, macarrão instantâneo e por aí vai. São tantas as opções de alimentos ultraprocessados disponíveis no mercado que pode parecer que eles são as principais alternativas de consumo. Infelizmente, esses produtos estão cada vez mais presentes na sociedade, integrando a rotina alimentar dos brasileiros. Os impactos negativos dos ultraprocessados vão além da alimentação desequilibrada e da saúde. [...]

[...]

A produção, distribuição e comercialização dos ultraprocessados são potencialmente danosas para o ambiente [...], porque existem várias etapas associadas a eles que impactam no meio ambiente. Começando pelas embalagens que [...] não são biodegradáveis, aumentando o descarte de resíduos na natureza e, conseqüentemente, a poluição.

Além disso, a demanda por açúcar, óleos vegetais e outras matérias-primas [...] estimula produções que envolvem o uso de agrotóxicos, de fertilizantes químicos e de água, que em contrapartida reduz a diversificação da agricultura. Por falar na água, o uso dela em várias etapas da produção desses produtos é imensa.

Fora a problemática da produção, a distribuição e comercialização [...] o impacto dos ultraprocessados na natureza é representado por: degradação e poluição do ambiente, redução da biodiversidade e o comprometimento de reservas de água, de energia e de muitos outros recursos naturais.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Cinco fatos para entender o impacto do consumo de ultraprocessados*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-brasil/eu-quero-me-alimentar-melhor/noticias/2022/cinco-fatos-para-entender-o-impacto-do-consumo-de-ultraprocessados>. Acesso em: 5 set. 2024.

Com base nos textos motivadores e nos conhecimentos adquiridos no capítulo, redija um texto dissertativo-argumentativo que responda à seguinte questão: Qual é a relação entre nossa alimentação e a destruição ambiental?

Use, pelo menos, três filósofos(as) estudados(as) no capítulo para fundamentar seus argumentos.

3. Escreva um parágrafo refletindo sobre como o dualismo cartesiano pode influenciar nossa visão sobre a relação entre mente e corpo nos dias de hoje.
4. Com base no que foi estudado no capítulo, pesquise a Revolução Científica e escreva uma redação sobre sua importância para o desenvolvimento da ciência moderna. Inclua exemplos de como as ideias de Galileu e Bacon ainda impactam a ciência e a tecnologia atualmente.
5. Explique com suas palavras o que é o *axé/nguzu* e sua importância na cosmologia afrorreferenciada.
6. Escreva um texto de no máximo 10 linhas discutindo a importância de preservar as tradições e os conhecimentos dos povos quilombolas e de terreiro para a sustentabilidade ambiental.
7. Qual é a relevância da filosofia de Nego Bispo sobre o envolvimento do ser humano com a natureza para os desafios ambientais atuais?

8. Retome a leitura do texto de Ailton Krenak, na página 292, e pense sobre a reconversão do tecido urbano industrial em tecido urbano natural e as formas práticas de implementar essas ideias na comunidade escolar. Reflita com base nas seguintes perguntas e em seguida discuta as ideias com os colegas:



- O que significa “reconverter o tecido urbano industrial em tecido urbano natural”?
- Como a ideia de “florestania” pode ser aplicada no contexto urbano?
- Quais são os principais desafios para transformar as cidades de acordo com a visão de Krenak?
- Que ações concretas podem ser tomadas para trazer a natureza para o centro das cidades?
- Como podemos “reflorestar o nosso imaginário” e mudar nossa percepção sobre a natureza e a urbanização?

Após a leitura, reflexão e discussão, o professor dividirá a turma em grupos de 4 a 5 estudantes, e cada grupo deve elaborar uma proposta de projeto para implementar na comunidade as ideias discutidas em aula. A proposta deve incluir:

- Objetivos do projeto.
- Ações específicas a serem realizadas.
- Recursos necessários.
- Possíveis desafios e soluções.
- Impacto esperado na comunidade.

Os grupos devem preparar uma breve apresentação sobre sua proposta de projeto, utilizando cartazes, desenhos ou maquetes para ilustrar suas ideias.

Analise a resolução de uma questão do Enem relacionada ao conteúdo estudado na unidade.

1. (Enem – 2022)

Eu estava pagando o sapateiro e conversando com um preto que estava lendo um jornal. Ele estava revoltado com um guarda civil que espancou um preto e amarrou numa árvore. O guarda civil é branco. E há certos brancos que transforma preto em bode expiatório. Quem sabe se guarda civil ignora que já foi extinta a escravidão e ainda estamos no regime da chibata?

JESUS, C. M. *Quarto de despejo*: diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 2014.

O texto, que guarda a grafia original da autora, expõe uma característica da sociedade brasileira, que é o(a):

- a) Racismo estrutural.
- b) Desemprego latente.
- c) Concentração de renda.
- d) Exclusão informacional.
- e) Precariedade da educação.

Gabarito: A

Justificativa: Para responder a essa questão, é preciso que o estudante tenha assimilado as diferentes concepções e implicações do racismo na sociedade brasileira. Muito embora a escravidão tenha sido abolida formalmente pela Lei Áurea em 1888, os mais de três séculos de escravidão dos povos indígenas originários e dos inúmeros povos africanos durante o período da colonização portuguesa e o Período Imperial brasileiro deixaram marcas profundas, com severas consequências para a civilização e o povo brasileiro, especialmente no que se refere à questão da desigualdade. É fundamental que o aluno tenha compreendido o racismo como uma das principais formas de manifestação e conservação da violência: uma construção social e histórica que objetiva negar a humanidade – e todos os direitos aos quais faz jus – a uma ou mais parcelas específicas da população. Dessa forma, o racismo se atualiza, adapta-se a diferentes configurações históricas e espaciais, atuando tanto nas instituições quanto nas relações sociais e interpessoais, procurando manter privilégios simbólicos e materiais para a parcela branca da população e excluindo a enorme parcela composta de pessoas pretas e pardas. Nesse sentido, o filósofo brasileiro Silvio de Almeida afirma que no Brasil, além de um racismo individual e institucional, subsiste uma forma específica de racismo, o estrutural, que atua na própria estrutura social, mantendo uma espécie de hierarquia racial como marca distintiva e constituinte da sociedade brasileira.

A alternativa **A** é a correta porque faz referência direta ao racismo estrutural presente na sociedade brasileira e que influenciou no tratamento desumano de um guarda civil a um cidadão preto, semelhante ao do período da escravidão, tal como descrito no texto.

A alternativa **B** está incorreta porque, muito embora o desemprego constitua um importante desafio para a sociedade brasileira, não é possível afirmar que seja uma característica dessa sociedade, mas um problema social contingente.

A alternativa **C** está incorreta, pois, apesar da concentração de renda poder ser considerada como mais uma consequência da hierarquização racial brasileira, uma vez que a população preta e parda costuma apresentar os piores indicadores econômicos do Brasil, no texto esse elemento não é evocado, não havendo referência a significativas diferenças de renda entre os personagens mencionados.

A alternativa **D** não está correta, pois a discussão sobre a exclusão informacional, que de fato atinge de forma mais contundente a população negra, principalmente devido aos problemas da falta de acesso à educação escolar formal, sugere, ironicamente, que o personagem branco, o guarda civil, não teria sido informado sobre o fim da escravidão, o que não atende ao enunciado.

A alternativa **E** está errada, pois a precariedade da educação, como dito na explanação da alternativa anterior, embora reconhecidamente seja um problema grave no Brasil, nem por isso constitui uma marca distintiva da sociedade brasileira, como o enunciado afirma.



1. (Unesp – 2023)

O lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas e outras perspectivas. A teoria do ponto de vista feminista e lugar de fala nos faz refutar uma visão universal de mulher e de negritude, e outras identidades, assim como faz com que homens brancos, que se pensam universais, se racializem, entendam o que significa ser branco como metáfora do poder.

(Djamila Ribeiro. *O que é: lugar de fala?*, 2017. Adaptado.)

O excerto aborda um conceito que propõe uma nova perspectiva de análise filosófica, sobretudo em relação

- a) ao estabelecimento de uma ética pluralista.
- b) à recusa de instituições políticas.
- c) ao reconhecimento de um eurocentrismo epistêmico.
- d) à negação de hierarquias sociais.
- e) à reconstrução de discursos representativos.

2. (UFU-MG – 2023)

Achille Mbembe, em *Crítica da razão negra*, desenvolve uma crítica ao projeto europeu de governo e conhecimento que subalternizou os povos negros, constituindo a raça como motivo de segregação e promovendo crimes e massacres ainda presentes nas sociedades ocidentais.

Estamos condenados a viver não apenas com o que produzimos, mas também com o que herdamos. Tendo em vista que não saímos inteiramente de uma mentalidade dominada ainda pela ideia da seleção entre diferentes tipos de humanos, será preciso trabalhar com e contra o passado, de tal maneira que este possa se abrir a um futuro a ser compartilhado com igual dignidade por todos. A questão da produção, a partir da crítica do passado, de um futuro indissociável de uma certa ideia de justiça, da dignidade e do em comum, eis o caminho.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. Trad. Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 edições, 2013. p. 306. (Fragmento)

A partir do trecho, marque a alternativa correta.

- a) Para Mbembe, a opressão racial, vinculada à colonização europeia, é algo relegado ao passado, caracterizando as relações coloniais e as sociedades escravocratas.
- b) Classificação e hierarquização entre diferentes tipos humanos são práticas essenciais no desenvolvimento de uma política emancipatória e promotora de equidade.
- c) A crítica da razão negra é indissociável da constatação de um passado histórico de segregação e subjugação frente ao qual assumimos formas críticas de enfrentamento.

d) O racismo estrutural e o apagamento da cultura negra são fenômenos recentes no mundo ocidental, contemporâneos ao advento do capitalismo neoliberal.

3. (Uece – 2024)

O conceito de patriarcado é indispensável para a socióloga britânica Sylvia Walby na análise e explicação da desigualdade entre homens e mulheres, em especial nas sociedades ocidentais. O patriarcado é, para esta autora, um sistema estruturado em dimensões como o trabalho pago, a família, o Estado, a violência masculina, as instituições culturais e as atitudes em relação à sexualidade. Essa estrutura sociocultural, de acordo com Walby, historicamente tem permitido aos homens dominarem, explorarem e oprimirem as mulheres, porém não sem contestação feita por meio das lutas feministas por direitos e pelo reconhecimento na igualdade de tratamento e oportunidades entre os gêneros em várias sociedades contemporâneas.

Considerando o enunciado, é correto afirmar que

- a) as mulheres têm sido vítimas passivas de todo o patriarcalismo e suas estruturas opressoras que as submetem hoje.
- b) a invisibilidade do trabalho pago feminino em empresas e organizações públicas é fruto de lutas pela igualdade salarial.
- c) a estrutura patriarcal na família determina o lugar da mulher como cuidadora do lar, dos filhos e dos parentes mais idosos.
- d) a violência contra a mulher está estreitamente relacionada com as atitudes e condutas inadequadas da sexualidade feminina.

4. (UEPG-PR – 2021)

Sobre o aspecto ético do conceito de liberdade presente na teoria de Jean Paul Sartre, assinale o que for correto.

- 01) A liberdade é o fundamento de toda a essência humana.
- 02) Podemos concluir que o homem condenado à liberdade vive em comunidade.
- 04) A liberdade é inconsequente, pois a ética é uma ética do sujeito.
- 08) Liberdade é uma condição da responsabilidade.

5. (Uece – 2021)

Ciência e poder do homem coincidem, uma vez que, sendo a causa ignorada, frustra-se o efeito. Pois a natureza não se vence, se não quando se lhe obedece. E o que à contemplação apresenta-se como causa é regra na prática.

Bacon, F. *Novum organum*, Livro I, Aforismo I. Trad. brs. José Aluysio Reis de Andrade. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

Nessa passagem, o filósofo Francis Bacon, considerado o fundador do empirismo, defende

- a) uma relação contemplativa com a natureza, com foco no conceito de causa.

- b) que é preciso saber obedecer à natureza, mas não conhecê-la ou dominá-la.
- c) que a causa não é cognoscível, mas apenas objeto de uma prática costumeira.
- d) que é possível dominar a natureza, com base no conhecimento das causas.

6. (Unesp – 2023)

A ciência avançou tanto que as pessoas acham que não precisam mais morrer. Continuamos usando todos os artifícios da tecnologia, da ciência, para endossar a fantasia de que todo mundo vai ter comida, todo mundo vai ter geladeira, todo mundo vai ter leito hospitalar e todo mundo vai morrer mais tarde. Isso é uma falsificação da vida.

A ciência e a tecnologia acham que a humanidade não só pode incidir impunemente sobre o planeta como será a última espécie sobrevivente e a única a decolar daqui quando tudo for pelo ralo.

(Ailton Krenak. *A vida não é útil*, 2020. Adaptado.)

A situação criticada pelo filósofo e líder indígena Ailton Krenak é fruto de uma visão de mundo decorrente do pensamento moderno, qual seja,

- a) o mecanicismo cartesiano.
- b) o idealismo hegeliano.
- c) o transcendentalismo kantiano.
- d) o jusnaturalismo lockiano.
- e) o existencialismo sartriano.

Pesquisa e ação



Sementes, saberes e sabores: reflorestando a escola por meio da agroecologia

Este projeto propõe trabalhar de modo interdisciplinar dois temas transversais da BNCC: Educação ambiental e educação alimentar e nutricional. Com base nas filosofias estudadas no capítulo, entendemos que é especialmente por meio da comida que podemos alterar nossa relação com a terra.

O objetivo deste projeto é plantar, para comer comida de verdade na escola, buscando resgatar os sabores de plantar e comer junto e os saberes de produzir por meio da escuta da terra e da colaboração com ela, e assim semear saúde para todos os viventes. Trabalharemos em duas frentes: pesquisa e plantio.

O primeiro passo é reunir e envolver o máximo possível de pessoas da comunidade escolar para esse mutirão: estudantes, grêmio, docentes, direção, a equipe da cozinha e nutrição, responsáveis. Na fase de pesquisa, prepararemos o solo simbólico de nossos imaginários: cada docente envolvido orientará uma pesquisa, a partir de sua disciplina, de assuntos que contribuam para o projeto. A Biologia, por exemplo, pode explorar técnicas de plantio de plantas em consórcio e/ou compostagem; a Química pode tematizar os agrotóxicos e seus perigos para a saúde de todos os terrestres, incluindo as pessoas; a História pode orientar uma pesquisa sobre receitas tradicionais dos territórios, comunidades e famílias que compõem a escola. A Filosofia será responsável por pesquisar a proposta da agroecologia (aspectos epistemológicos, ecológicos, práticos).

O segundo momento será de plantar junto os alimentos: verduras, sobretudo as Pancs (plantas alimentícias não convencionais), também chamadas “matos de comer”; e temperos são excelentes opções para começar. As técnicas de plantio irão variar dependendo do espaço físico da escola e de suas possibilidades. Se houver um quintal, pode-se sonhar com uma agrofloresta, mas se não houver, em um muro ou parede externa pode-se fazer uma horta vertical, criando vasos com materiais recicláveis (garrafas PET, canos de PVC). Há muitas ideias e dicas na internet.

Crianças da comunidade escolar ajudando no plantio de mudas na horta comunitária da escola. Como a vida precisa de cuidados mútuos, lembrem-se de organizar os grupos responsáveis pela rega periódica das plantas. Rio de Janeiro (RJ), 2023.



Luciana Whitaker/Pulsar Imagens

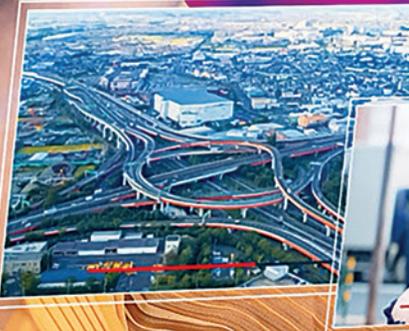




metamorworks/Shutterstock.com



Não contentes apenas com o mundo em que vivemos, tornamo-nos criadores de outras realidades que se entrelaçam. Enraizamo-nos em tempos, espaços e histórias que nos conectam uns aos outros em uma comunidade virtualmente global.



Em que mundo(s) vivemos?

Compreender e interpretar o mundo é uma tarefa complexa. Por isso, nesta unidade vamos abordar diferentes aspectos da questão “Em que mundo vivemos?”, permutando visões, vivências e experiências à luz da Filosofia.

No Capítulo 21, “O princípio do mundo é coisa de outro mundo?”, refletimos sobre o surgimento do mundo, a impermanência das coisas e os sentidos das vidas. No Capítulo 22, “Temporalidades e territorialidades”, privilegiamos o estudo de dois conceitos que orientam nossas compreensões e intervenções sobre o mundo: tempo e espaço. Já o Capítulo 23, “Globalização, colonialidade e poder”, debate as novas realidades globais de poder, fazendo também uma crítica à colonialidade. Por fim, o Capítulo 24, “Tecnologias e redes sociais: perigos e potencialidades”, discute a diversidade das tecnologias e as novas realidades trazidas pelo mundo digital, pois as novas tecnologias de informação e comunicação fazem parte da realidade cotidiana, com múltiplos impactos sobre nossa vida.

1. Conhecer o princípio do mundo muda algo em nossas vidas?
2. De que modo tempo e território atravessam a experiência humana?
3. A globalização tem a ver com justiça?
4. Quantos mundos existem entre o real e o digital?

O princípio do mundo é coisa de outro mundo?

“Por que há alguma coisa em vez de nada?” (Gottfried Leibniz)¹

Em busca do princípio

Você já se perguntou sobre o significado da palavra mundo? É uma palavra abstrata, com um sentido abrangente. Quem pode nos ajudar a explicar o mundo? Seriam as ciências? De fato, ajudam e muito, mas as ciências estudam partes do mundo ou aspectos da realidade, não o mundo em sua totalidade. A Biologia estuda os organismos vivos e a História investiga o passado humano e suas manifestações ao longo do tempo. Há uma área da Filosofia, a Ontologia, que aborda o mundo em sua totalidade. Ela busca conhecer o princípio do mundo e/ou investigar as estruturas mais básicas da realidade: tempo, espaço, movimento, mudança, matéria, substância, força, entre outras, a depender do contexto teórico.

A Filosofia começa com problemas. Vamos, então, às perguntas que guiarão nosso percurso: O que é o princípio do mundo? Ele está no mundo ou em outra realidade para além dessa? Há outro mundo? Seres humanos são capazes de responder a essas perguntas? O conhecimento do princípio do mundo altera algo em nossas vidas?

Ntu e a ontologia dos bantos



De acordo com Nei Lopes (1942-), cientista social, compositor e estudioso das matrizes africanas na cultura brasileira, o termo “banto” foi empregado inicialmente para designar um grupo de, aproximadamente, 2000 línguas africanas. Entre outras características, essas línguas têm em comum o uso da palavra *bantu*, que significa “pessoas”. Com o tempo, o termo passou a designar um conjunto extenso de grupos culturais do centro, do sul e do leste da África.

O filósofo, etnólogo e historiador ruandês Alexis Kagame (1912-1981) apresentou uma análise linguística da sua língua materna, o kinyaruanda. Com base nesse estudo, desenvolveu o que seria a ontologia banto-ruandesa, isto é, a compreensão dessa população das estruturas básicas da realidade, que é formada por: *muntu*, *kintu*, *hantu* e *kuntu*. Antes de compreender o significado dessas estruturas, é importante analisar o sentido de *ntu*, que está presente em cada uma delas, a “força vital”.

Ntu é a força que se expressa na existência de tudo, seja na dimensão material, simbólica ou espiritual. Todas as coisas são pensadas como forças: o ser humano, os entes materiais, tempo e espaço, a inteligência, o sorriso, entre outros. *Ntu* não se encontra “fora do mundo”, em um além, pois se manifesta nos entes que pertencem ao mundo que conhecemos. Assim, todos os seres são forças; e as forças podem ser divididas nas quatro classes fundamentais.



The Picture Art Collection/Alamy/Fotorena

Jan Brueghel. *A criação do mundo*, sem data. 69,8 cm × 87,5 cm. Óleo sobre cobre. As tradições religiosas em geral professam a origem divina do mundo.

Para ampliar

Leia

Bantos, malês e identidade negra, de Nei Lopes (Autêntica, 2021).

Nesse estudo, Nei Lopes apresenta a história e a importância do segmento banto na formação da cultura brasileira. De acordo com o autor, a relevância desse grupo se expressa na língua, nas estratégias de enfrentamento ao racismo, nas danças, na farmacologia, no trabalho e na música, entre outras áreas.



Editora Autêntica

¹ LEIBNIZ, Gottfried. *A monadologia e outros textos*. São Paulo: Hedra, 2009. E-book. Local. 633.

No singular, a palavra *mntu* significa “pessoa”. Seu plural é *bantu*, termo que designa o “conjunto dos povos”. O *mntu* é, basicamente, a força dotada de inteligência. É mais abrangente que o ser humano, pois compreende seres espirituais como as **loas** e os **orixás**. O povo bantu concebe o ser humano como uma força que precisa ser venerada desde a sua gestação até a sua morte física. Esta última é aceita, porque desemboca numa convivência espiritual que se traduz na realização em palavras, ações, experiências e imagens, como a luz que preenche todas as necessidades humanas.

A pessoa é formada pelo corpo, pela mente e pela cultura. A palavra pronunciada desempenha um papel crucial na cultura bantu. Ela é compreendida como a força que, através do som produzido pelo aparelho fonador, é emitida pela boca; o verbo, que é a palavra expressa, é considerado um sopro animador, aquilo que anima tudo que comunica. É por meio da palavra pronunciada que a história do povo bantu acontece e que as pessoas escutam e repassam para as próximas gerações o conhecimento da existência. A população e a comunidade são expressas pela palavra *bantu*. No *ubuntu*, a existência é essencialmente definida por outras existências. A existência humana é colaborativa por ser profundamente coletiva.

Kintu é uma forma de existir enquanto coisa. Não é dotada de inteligência e se encontra à disposição dos seres humanos. As coisas são vistas como seres que, por si mesmos, não têm atividade própria. O significado de atividade não está relacionado à ideia de movimento, mas ao uso da inteligência no aprendizado, na criação e na execução de ações. Coisa, nessa acepção, é tudo aquilo que pertence ao reino vegetal, animal e mineral.

De acordo com o sociólogo brasileiro Henrique Cunha Júnior (1952-), *kuntu* é a “modalidade que abriga qualidades subjetivas e modificadoras de outras qualidades”². A inteligência é considerada como uma forma de energia da qualidade *kuntu*. Também são citadas como energias *kuntu* o sorriso e a alegria, que são independentes do ser que as expressam. Esse conceito é visto como um dos mais difíceis para ser compreendido pelas línguas ocidentais. Por fim, *hantu* diz respeito à unidade espaço-tempo. O lugar só pode ser definido relacionado com o tempo. As palavras que expressam os pontos cardeais, os espaços geográficos e os mapas fazem parte da categoria *hantu*, assim como as noções temporais: o hoje, o ontem e o amanhã; o amanhecer, o entardecer e o anoitecer.

A compreensão desses princípios é importante para o conhecimento e o reconhecimento dos saberes africanos, que foram invisibilizados durante décadas pelo pensamento eurocêntrico reinante no âmbito das formações acadêmicas no Brasil, que reproduz visões de mundo gregas, judaicas, cristãs e romanas. O pensar filosófico não se reduz a um só povo, a uma cultura, pois também é africano, afrodescendente e faz parte da condição humana.

Brahman e vacuidade: ontologias na Índia



A filosofia indiana desenvolveu-se no contexto do hinduísmo, uma tradição religiosa que surgiu aproximadamente cinco mil anos atrás, na região do vale do Rio Indo, no norte da Índia. Um tema central de muitas filosofias indianas é a libertação do sofrimento (*moksa*). A descrição do conteúdo dessa libertação envolve discussões filosóficas sobre o princípio do mundo, o eu e a estrutura da realidade. Para entender melhor esse universo, é importante ter uma ideia de como se desenvolveu a filosofia indiana.



MB_Photo/Alamy/Fotorena

Mulheres da etnia bantu, Namíbia, 2023.

Aliás...

A ética ubuntu é abordada no Capítulo 15, “Organizações políticas sob a perspectiva das comunidades”.

GLOSSÁRIO

Loas: são espíritos ancestrais intermediários entre os seres humanos e os orixás.

Orixás: são divindades, forças puras, que podem ser associadas a forças da natureza, ancestrais divinizados ou energias divinas.



Kridsadar Sanyar/Stockphoto.com

Maior estátua representando Brahma, deus hindu da criação, presente no templo Wat Samam Rattanaram, em Chachoengsao, Tailândia, 2022.

² CUNHA JUNIOR, Henrique. “Ntu”. *Revista Espaço Acadêmico*, v. 9, n. 108, p. 88, 2010. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/9385/5601>. Acesso em: 6 set. 2024.

As fases da filosofia indiana

Período Védico

Esse período é o mais antigo da filosofia indiana (séculos XV a V AEC). Nele foram produzidos os textos que se tornaram sagrados para a tradição religiosa e filosófica do hinduísmo: os **Vedas**, que se dividem em quatro conjuntos de textos: *Rigveda*, *Samaveda*, *Yajurveda* e *Atharvaveda*. Em cada um desses vedas há quatro seções: Mantras, *Brahmanas*, *Aranyakas* e Upanixades. Os mantras são cânticos sagrados e os *Brahmanas* apresentam preceitos ritualísticos. Ambos formam a primeira parte dos Vedas, cujo fim é a ação religiosa. Já a segunda parte, que se inicia com os *Aranyakas*, tem como finalidade o conhecimento. Os *Aranyakas* foram produzidos por homens que se isolaram nas florestas em busca de aprofundamento espiritual e desenvolveram uma atitude contemplativa diante do mundo. Os Upanixades, que são os mais filosóficos dos vedas, abordam o princípio do mundo (*Brahman*), a natureza da alma (*Atman*) e a libertação do sofrimento (*Moksa*).

akg-images/R. u. S.
Michaud/Album/Fotoarena



Ilustração de um guru e seus discípulos no *Rigveda*, primeira e mais antiga parte dos Vedas.

Período Épico

Nesse período (séculos V a IV AEC) foram produzidos os grandes textos épicos: o *Mahabharata* e *Ramayana*. No interior do *Mahabharata*, está o *Bhagavad Gita*, o mais famoso texto da tradição literária indiana. Composto de 700 versos, o épico apresenta uma conversa entre o príncipe Arjuna e o deus Krishna. Krishna fornece a Arjuna orientações éticas, metafísicas e espirituais sobre o dever (*dharma*), a ação (*karma*) e a libertação (*moksa*).

Também surgiram as primeiras escolas ortodoxas do hinduísmo, que aceitam a autoridade sagrada dos textos védicos, bem como as heterodoxas: budismo, jainismo e o materialismo da escola carvaka. Veremos algumas diferenças entre o budismo e o hinduísmo mais à frente.

GLOSSÁRIO

Veda: conhecimento.

Falando nisso...

Evitando o estereótipo!

A escola carvaka ou lokayata rejeita a imortalidade da alma, a existência das divindades e a autoridade da religião védica; afirma que existe um único mundo, este no qual vivemos e que é formado por quatro princípios: fogo, água, ar e terra. A doutrina dessa escola revela a complexidade da filosofia indiana e o problema presente em certos estereótipos da filosofia oriental. Um estereótipo consiste na ideia de que essa filosofia se resume a uma espécie de saber religioso/espiritualizado, cuja natureza seria dogmática e mística. É comum contrapor a essa imagem outro estereótipo do “pensamento ocidental”, segundo o qual ele seria exclusivamente racional, materialista e pragmático. O fato é que a Filosofia ocidental e a indiana possuem uma história complexa, com múltiplas tradições de pensamento, nas quais se destacam visões divergentes sobre temas ontológicos, éticos, políticos etc.

Período dos sutras

De acordo com Sarvepalli Radhakrishna e Charles Moore,³ esse período compreende os primeiros séculos da era comum. Nesse momento desenvolveram-se os seis principais sistemas ortodoxos do hinduísmo: nyaya, samkhya, vaisheshika, ioga, purvamimamsa e vedanta, merecendo destaque: a ioga e o vedanta. As doutrinas das escolas foram apresentadas em aforismos breves, que resumem os grandes sistemas: os **sutras**. Os *Yoga sutras* foram recolhidos e codificados por volta de 150 EC pelo filósofo indiano Patanjali. A obra é composta de 196 aforismos. Ela apresenta o objetivo da ioga, que consiste em alcançar o estado de união com a consciência divina, e os exercícios espirituais que conduzem a esse estado, que recebem o nome de *anga* (“membro”): restraints (restrições éticas), disciplinas (asseio, estudo da metafísica da ioga, atenção ao divino), postura corporal, controle da respiração, controle dos sentidos, concentração, meditação ióguica e estado de absorção.

Período Escolástico

É difícil oferecer datas precisas para esse período. Ele provavelmente se inicia no período dos sutras e se estende até o século XVII. Os sutras, apesar de sua ordem lógica, são textos densos e concisos, de difícil compreensão. Isso fez surgir inúmeros textos que comentam, esclarecem e desenvolvem seus conteúdos. Um dos filósofos indianos mais influentes do período escolástico foi Sankara (século VII), que esclareceu e sistematizou pensamentos da escola advaita-vedanta.

³ RADHAKRISHNA, Sarvepalli; MOORE, Charles (ed). *A Source Book in Indian Philosophy*. New Jersey: Princeton University Press, 1957.

Conceitos básicos

O renascimento é uma doutrina aceita pelo hinduísmo e por outras tradições religiosas da Índia. De acordo com a doutrina, os seres vivos estão presos em um ciclo contínuo de renascimentos e mortes, conhecido como *samsara*. A vida não começa no dia do parto, nem termina com a morte: as pessoas viveram e viverão incontáveis vidas. Os renascimentos são regidos por uma lei cósmica, o *karma*: as ações das pessoas possuem consequências que podem ser experimentadas nesta vida e/ou em vidas futuras.

As boas ações geram frutos kármicos positivos, o que possibilita uma vida satisfatória e bons renascimentos. Os upanixades apresentam como bem supremo a libertação (*moksa*), que consiste na superação do ciclo dos renascimentos. De acordo com o historiador romeno Mircea Eliade (1907-1986), os upanixades produziram uma transformação religiosa radical nas elites religiosas da Índia: a transitoriedade da existência passou a ser associada à dor e ao sofrimento universal. A libertação desse sofrimento ocorre com o **conhecimento**. Trata-se de um conhecimento do princípio e da estrutura da realidade, bem como da natureza do *atman* (eu). Vale destacar que esse conhecimento não é apenas racional, pois envolve uma experiência espiritual radical e transformadora.

Brahman

A tradição vedantina compreende filosofias que se desenvolveram com base em interpretações dos upanixades e de outros textos, como o *Bhagavad gita*. São diversas escolas, mas vamos nos concentrar em uma: a advaita-vedanta, que foi sistematizada por Sankara.

Brahman é aquilo de onde todos nascem, o que os sustenta depois de nascidos, aquilo para o qual tudo se dirige e no qual todas as coisas se fundem. “Aquilo” é, portanto, o princípio do mundo. Há três propriedades positivas que normalmente são atribuídas a *brahman*: consciência, verdade e bem-aventurança. Essas propriedades são diferentes do modo como normalmente as entendemos, pois a infinitude de *Brahman* transcende os limites da linguagem humana. Por essa razão, a tradição vedanta prefere definir *Brahman* pela via negativa: é o que não tem forma, não tem qualidades, não muda, não tem fim e não tem partes.

Atman, por sua vez, é o em “si”, “para si” ou “si mesmo”. Especialistas indicam que é difícil traduzir a expressão para línguas ocidentais. As traduções mais comuns usam o termo “eu”. De acordo com a doutrina vedanta, o *atman* se apresenta em quatro estados: (i) **vigília**, isto é, quando estamos acordados: momento no qual a consciência se volta para o mundo externo; é o estado mais comum da consciência, caracterizado pela atividade mental e percepção sensorial; (ii) **sonho**: a consciência experimenta uma realidade interior produzida pela mente; (iii) **sono profundo**, no qual não há desejo, nem sonho, apenas uma massa pura de consciência; é um estado no qual a mente está em repouso, mas a consciência permanece ativa; (iv) **conhecimento** ou **libertação**: a consciência se identifica com a realidade última (*brahman*) e descobre sua verdadeira natureza.

O mundo empírico é composto das percepções que adquirimos em estado de vigília. Nesse estado, o “eu” acredita que sua natureza é efêmera, identifica-se com uma história individual, pensa que está unido a um corpo e que é diferente dos objetos externos, bem como dos demais “eus”. De acordo com Sankara, pode-se chamar de real o que tem uma natureza imutável e, de ilusório, o que se transforma. Ora, as coisas que percebemos no estado de vigília são ilusórias, pois se transformam. Os sentidos nos apresentam uma multiplicidade de seres, mas o verdadeiramente existente é uno e imutável: *brahman*.

A libertação consiste no conhecimento da identidade entre *atman* e *brahman*: o espírito entende que sua verdadeira natureza é imutável, verdadeira e absoluta. *Brahman-atman* é a realidade, a única. A multiplicidade da realidade empírica é o mundo visto pela perspectiva da ignorância. Pela ótica do conhecimento, o real é *brahman*, que não está em um céu distante de nós.



Representação da roda de samsara.

alg-imagens/Godong/Pascal Deloche/Album/Fotoarena

Vacuidade

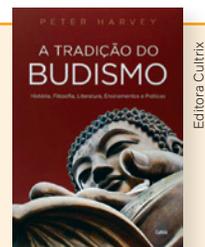
Sidarta Gautama (484-404 AEC), o fundador do budismo, ensinou suas doutrinas na Bacia do Rio Ganges, onde a religião dominante era o bramanismo, uma forma antiga de hinduísmo. O budismo primitivo tem algumas semelhanças com o hinduísmo: ambos professam, em termos gerais, as doutrinas da reencarnação e do *karma* e consideram a libertação do sofrimento o objetivo humano supremo. Uma divergência crucial é a libertação: para as escolas hinduístas do tempo de Buda, a libertação envolve o conhecimento de um *atman* eterno e imutável, enquanto no budismo a libertação está associada à doutrina do não eu (*anatman*).

Para ampliar

Leia

A tradição do budismo: história, filosofia, literatura, ensinamentos e práticas, de Peter Harvey (Cultrix, 2019).

O budismo possui várias filosofias e práticas religiosas. A obra apresenta o desenvolvimento histórico do budismo e suas diferentes vertentes.



De acordo com os textos canônicos, Sidarta Gautama cresceu em um lar confortável, luxuoso e protegido do restante do mundo. Mesmo tentando afastá-lo de toda a miséria humana, o príncipe, uma vez fora do palácio, encontrou o sofrimento (no envelhecimento, na doença e na morte). Tomado de insatisfação com a vida que levava, decidiu abandonar o lar para empreender uma jornada religiosa em busca da libertação do sofrimento do mundo. Foi então que encontrou mestres com os quais aprendeu alguns métodos de mortificação e concentração. Ele chegou a alcançar certa clareza mental, mas concluiu que não havia alcançado seu objetivo. Buscou, então, a libertação por meio da automortificação ascética: jejuns radicais,

práticas meditativas que envolviam ficar sem respirar, entre outras. Abandonou esse caminho depois de seis anos, pois sua mente e seu corpo continuavam atormentados.

Sidarta teria lembrado, então, de um estado meditativo que havia experimentado quando jovem, de modo espontâneo, ao pé de uma árvore: a experiência transcendia os prazeres sensoriais, não envolvia automortificação e era acompanhada de calma e alegria. Essa lembrança o conduziu a novos caminhos. De acordo com relatos canônicos, Sidarta encontrou a libertação, isto é, o verdadeiro despertar, sentado sob uma árvore, que mais tarde ficou conhecida como *bodhi*, a árvore do despertar.

O envelhecimento, a doença e a morte são expressões particulares de um princípio ontológico abrangente: a **impermanência**. Tudo está em constante transformação: as montanhas se desgastam, os mundos

terminam, e até os deuses, segundo os budistas, envelhecem e morrem. Um segundo princípio é a **insubstancialidade**: nenhum ser existe em si e por si mesmo. Nagarjuna (século II), monge e filósofo indiano, defendeu a **doutrina da vacuidade**: todos os seres são vazios porque não possuem uma natureza própria, isto é, uma essência inalterável. Por fim, um terceiro princípio é a **interdependência causal dos seres**. Os entes se encontram em complexas relações causais: não há um princípio autossuficiente cuja existência não dependa dos demais. Sendo assim, não faz sentido conceber a origem ou o princípio do mundo, pois não há nenhuma unidade primordial ou divina anterior à multiplicidade relacional dos seres: se há um, há muitos.



O atual templo Mahabodhi, em Bodhgaya, foi construído no local em que, de acordo com a tradição, Sidarta alcançou a iluminação. Bihar, Índia, 2024.

Rajesh Kumar/Stockphoto.com

A doutrina advaita-vedanta professa que o eu individual é uma ilusão, mas reconhece a existência de um eu universal, verdadeiro e imutável: *atman*. O budismo, por sua vez, afirma que o eu é relativo, está em constante transformação e a sua natureza é a vacuidade. Há sofrimento justamente porque as pessoas procuram encontrar em si mesmas e nas coisas finitas algo de verdadeiro e imutável. Como isso não é possível, o desejo é frustrado e vem o sofrimento. Há um vazio no ser humano que não é preenchido mediante o apego às propriedades, à própria imagem, aos prazeres sensoriais ou às divindades. Assim, para fazer o sofrimento cessar é necessário adotar uma postura de desapego em relação ao eu e às demais coisas finitas.

Até mesmo a defesa de uma doutrina é uma forma de apego, na medida em que estimula a vaidade e o dogmatismo. Os sábios declaram que possuem a verdade, mas raramente concordam com o que dizem, o que estimula conflitos e sofrimento. A postura dogmática envolve a vaidade: o **dogmático** defende a si mesmo quando apresenta seu ponto de vista. O desapego está associado, portanto, a certa disposição para mudar de perspectiva, ou selecionar o que há de proveitoso em diversos pontos de vista.

Os relatos canônicos narram casos em que Sidarta se recusa a abordar perguntas metafísicas como “o mundo é eterno ou finito?”, “o corpo está junto ou separado do espírito?”, ou ainda, “para onde iremos além do túmulo?”. Sidarta indica que o mais importante é manter o foco nas quatro realidades verdadeiras: o sofrimento, a causa do sofrimento, a cessação do sofrimento e o caminho que conduz à cessação. Talvez você esteja se perguntando: as quatro realidades verdadeiras são dogmas? Essa posição não é paradoxal? Sidarta Gautama sinaliza que o essencial é experimentar a cessação do sofrimento por meio de práticas éticas e meditativas. Caso um budista defenda sua perspectiva ao modo dos dogmáticos, então alimentará o apego do mesmo modo.



Peter Horree / Alamy / Fotorena

Escultura da deusa Tara, venerada pelos budistas. A deusa representa a compaixão, que é uma forma de vencer o apego a si mesmo. Xangai, China, 2015.

GLOSSÁRIO

Dogmático: relativo a dogma. Verdade absoluta que se demonstra de maneira impositiva.

A razão pode encontrar Deus?



A cultura ocidental produziu diversas abordagens do princípio do mundo. Mas a que se tornou hegemônica, por conta do poder político, econômico e cultural que alcançou na história da Europa foi a do cristianismo, que se caracteriza como **metafísica transcendente**. Isso quer dizer que o mundo não pode ser explicado só por si mesmo, mas tem sua causa em outra realidade que não ele apenas. Essa outra realidade, para além do mundo e que constitui seu fundamento, é Deus: um ser onipotente, onisciente, independente das leis do tempo e do espaço, eterno e que, por ser absolutamente bom, constitui-se como fundamento da moralidade.

A história do modelo hegemônico se inicia no antigo Império Romano, quando intelectuais, como Justino (100-165) e Taciano (120-172) se converteram ao cristianismo. Conhecedores da cultura grega, eles passaram a usar a Filosofia para justificar racionalmente a fé cristã. Essa prática se tornou comum no Ocidente e produziu influentes teorias metafísicas. Tal encontro entre fé e razão gerou uma pergunta que marcou a história da metafísica ocidental: a razão pode conhecer Deus?

Abordagem dogmática

A abordagem dogmática afirma que é possível conhecer algo da essência de Deus e procura demonstrar sua existência. A essência diz respeito aos atributos metafísicos que caracterizam a natureza divina. De acordo com o filósofo italiano Tomás de Aquino (1220-1274), o intelecto humano não é capaz de conhecer com perfeição a natureza divina, mas pode descrevê-la de modo imperfeito, por meio de analogias. A demonstração da existência é uma tarefa diferente de uma descrição da essência; nesse caso, demonstra-se que esse ser, que possui um grupo de atributos, não é apenas uma ideia ou conceito mental, mas uma existência real extramental.

Aliás...

As quatro realidades verdadeiras foram apresentadas no Capítulo 13, “Éticas do viver”.

Os atributos divinos



The Picture Art Collection/Alamy/Fotoarena

Cima da Conegliano.
Deus pai, c. 1510-1517. Óleo sobre tela, 31,7 cm × 40,6 cm. Representação cristã e europeia de como seria Deus. No Ocidente, a imagem construída pela Igreja Católica de Deus como um homem branco, com barbas e cabelos longos, é a mais presente no imaginário coletivo.

Um dos atributos divinos é a onipotência. Tomás de Aquino afirmou que a onipotência consiste na capacidade de fazer tudo o que for possível. Há dois tipos de possibilidades: a relativa e a absoluta. Algo é uma possibilidade relativa quando um ser finito pode fazê-lo: raciocinar, por exemplo, é algo que humanos podem fazer e aves não podem. Voar com as próprias asas é algo que aves podem fazer, humanos não. Ora, fazer tudo o que é possível é, justamente, a possibilidade absoluta, que cabe apenas a um ser supremo: Deus. A possibilidade absoluta consiste em fazer o que não envolve uma contradição em termos. O que seria uma contradição em termos? Por exemplo: fazer com que um objeto seja, ao mesmo tempo, quadrado e redondo; ou que o número dois se torne ímpar. Deus é onipotente, mas não pode criar objetos contraditórios, pois a onipotência diz respeito a tudo o que é **possível** ser feito.

Há um paradoxo que pode nos ajudar a compreender melhor o conceito tradicional de onipotência. Esse paradoxo é o seguinte: Deus seria capaz de construir uma pedra tão pesada que ele mesmo não poderia levantá-la? A resposta tomista é negativa. Onipotência não significa o poder de fazer tudo, mas o poder de fazer tudo o que é possível e compatível com os atributos divinos. Deus não pode fazer o mal, pois a maldade é incompatível com o atributo da suma bondade. De modo semelhante, Deus não pode criar uma pedra que não conseguiria levantar, pois tal impossibilidade é incompatível com o atributo da onipotência.

Uma segunda característica importante de Deus é a sua **independência em relação às leis do espaço e do tempo**. A lei do espaço diz que nenhum objeto pode existir ao mesmo tempo em dois espaços diferentes. É evidente que partes de um objeto podem ocupar espaços diferentes (por exemplo, um ônibus), mas a totalidade do objeto, não. Se Deus ocupasse um lugar no espaço, estaria apenas em uma parte: no quarto de um apartamento, mas não na sala. Se fosse “imenso”, estaria em todos os lugares, mas com suas partes divididas: uma parte no Rio de Janeiro, outra em Berlim etc. No texto intitulado *Filosofia da religião: uma introdução*, o filósofo americano William Rowe (1931-2015) afirma que essas alternativas não são compatíveis com o conceito de Deus que se tornou hegemônico na filosofia ocidental. De acordo com a ideia hegemônica, Deus está em todos os lugares, não com partes espalhadas, mas “todo” e “inteiro” em cada lugar. Deus é simples e absoluto e, por isso, não está submetido às leis do espaço.

De acordo com a lei do tempo, nada pode existir inteira e simultaneamente em dois momentos diferentes. Um ser humano, por exemplo, existe hoje, existiu ontem e existirá amanhã. O todo da sua vida se expressa em momentos do tempo, isto é, em uma sucessão de instantes. No mundo físico nenhum ser pode estar inteiro no passado, no presente e no futuro, pois os seres se encontram fragmentados no tempo. Um dos atributos divinos é a **eternidade**. Como ela se relaciona com a lei do tempo?

Há dois sentidos de eternidade. De acordo com o primeiro, um ser eterno é aquele que “existe desde sempre e para sempre”. É um ser que tem uma duração infinita nas duas direções do tempo, isto é, no passado e no futuro. Esse conceito de “eternidade” não entra em conflito com a lei do tempo, na medida em que podemos imaginar um ser com duração infinita, cuja existência abarca a totalidade dos instantes. Ele se apresenta no tempo, mas sua existência não compreende um intervalo finito de instantes. De acordo com o segundo conceito de eternidade, Deus não está fragmentado em uma sucessão infinita de instantes, pois transcende a lei do tempo: sua natureza não tem partes que se sucedem. Deus é inteiro, sem sucessões ou intervalos, em cada instante. Para William Rowe, essa é a concepção predominante de eternidade divina na tradição ocidental, que destaca a independência de Deus em relação ao tempo.

Há, por fim, uma terceira característica relevante: a **autoexistência**. Imaginem uma criança que está profundamente interessada em entender o princípio do mundo. Alguém afirma que o princípio é Deus, o criador de todas as coisas. Ela não se sente satisfeita e pergunta, mais uma vez: mas se Deus existe, então, alguém deve ter criado Deus. De que ou de quem ele nasceu? O que responder? De acordo com a metafísica transcendente, Deus é o único ser que existe sem ter sido criado. Deus não é o efeito de uma causa anterior, pois não deve a sua existência a outro ser. É justamente essa independência causal em relação a outros seres o que caracteriza a ideia de Deus como um ser soberano e perfeito. Os metafísicos afirmam que Deus é *causa sui*, ou seja, causa de si mesmo.



Hermitage Museum, Saint Petersburg, Russia

A existência de Deus

De acordo com a abordagem dogmática, a razão pode provar a existência de Deus por meio de argumentos dedutivos. Há diversas tentativas de prova na história da filosofia ocidental. Um argumento famoso é o **teleológico**, apresentado inicialmente por Tomás de Aquino:

Com efeito, vemos que algumas coisas que carecem de conhecimento, como os corpos físicos, agem em vista de um fim, o que se manifesta pelo fato de que, sempre ou na maioria das vezes, agem da mesma maneira, a fim de alcançarem o que é ótimo. Fica claro que não é por acaso, mas em virtude de uma intenção, que alcançam o fim. Ora, aquilo que não tem conhecimento não tende a um fim, a não ser dirigido por algo que conhece e que é inteligente, como a flecha pelo arqueiro. Logo, existe algo inteligente pelo qual todas as coisas naturais são ordenadas ao fim, e a isso nós chamamos Deus.

AQUINO, Tomás de. *Suma Teológica*. São Paulo: Loyola, 2001. p. 168-69. v. 1.

O ponto de partida é a constatação de que corpos naturais agem de acordo com certos fins. Por exemplo: as raízes garantem a absorção de nutrientes e água, o que garante a sobrevivência da planta. Raízes não têm inteligência, nem os demais seres naturais, mas agem regularmente de acordo com uma finalidade. Humanos são inteligentes: escolhem objetivos e planejam os meios para alcançá-los. São capazes, inclusive, de criar objetos com finalidades. Antes de produzir uma cadeira, o carpinteiro planeja o seu objeto considerando sua finalidade: sentar, acomodar pessoas. Ora, os corpos naturais não têm inteligência, nem foram criados por nós, seres inteligentes. Parece absurdo, de acordo com Tomás de Aquino, conceber que esses corpos realizam regularmente ações com propósitos apenas por acaso. Deve haver, então, uma inteligência ordenadora, que planeja o mundo e estabelece os fins dos corpos naturais, que seria Deus.

Sébastien Bourdon. *Moisés e a sarça ardente*, 1635. Óleo sobre tela, 1,6 m × 1,3 m. A pintura retrata um episódio bíblico do Êxodo, no qual Deus se revela a Moisés como “aquele que é”.

Uma nova versão desse argumento tornou-se popular no período do Iluminismo, após o desenvolvimento da Física de Newton. Na versão renovada, a existência de um ser supremo pode ser conhecida por meio do estudo da Física newtoniana. O universo descrito por Newton funciona de acordo com leis precisas e se assemelha a uma máquina ou a um relógio. Assim, de acordo com alguns filósofos iluministas, a ordem matemática do Universo indica a necessidade de pensarmos em um criador, um “relojeiro” que produziu a máquina e a pôs para funcionar.

Alguns iluministas defendiam a teoria deísta, segundo a qual o ser supremo não se confunde com o Deus pessoal da religião. De acordo com o deísmo, Deus criou o mundo, mas não intervém nele: não existe qualquer operação sobrenatural no mundo natural. O mundo é regido por leis precisas, matematicamente definidas, e pode ser explicado pelas ciências. Trata-se de uma visão desencantada da natureza, segundo a qual não há milagres, espíritos, nem qualquer atuação divina no mundo. O Deus pessoal da religião popular e as crenças religiosas em geral são, para o deísta, superstições e preconceitos que devem ser superados pela razão e pela ciência. Assim, enquanto Tomás fazia a sua metafísica em continuidade com a fé religiosa e a tradição da Igreja, o deísta destaca uma ruptura entre ciência e tradição religiosa, apesar de defender a existência de uma inteligência criadora.



VTR/Alamy/Fotoarena

A criação do mundo – *Bíblia moral*, 1220. 34,4 cm × 26 cm. Essa pintura retrata Deus-Pai, que cria o mundo, com medidas e proporções, sob a forma de um arquiteto que faz medições.

Integrando saberes

Fé, razão e teoria da evolução

Um tema polêmico no mundo contemporâneo é a relação entre a fé cristã e a teoria da evolução. A abordagem teórica desse tema é interdisciplinar, pois envolve uma conexão de saberes religiosos/teológicos, filosóficos e biológicos. Vamos entender um pouco mais do assunto?

O filósofo americano Alvin Plantinga (1932-) abordou essa temática no livro *Ciência, religião e naturalismo: onde está o conflito?* De acordo com o autor, o termo evolução se refere a muitas teses científicas e filosóficas. Plantinga destaca seis teses, descritas a seguir.

- 1. Terra antiga:** o planeta Terra é muito antigo, tendo aproximadamente 4,5 bilhões de anos.
- 2. Progresso:** a vida progrediu de formas relativamente simples para mais complexas. No começo havia seres vivos unicelulares relativamente simples, provavelmente semelhantes às bactérias e algas, e, progressivamente, se desenvolveram formas mais complexas, tais como os vermes marítimos, corais, águas-vivas, peixes, répteis, aves e mamíferos.
- 3. Descendência por modificação:** a diversidade dos seres vivos surgiu devido à introdução cumulativa de diferenças pequenas e sutis entre a prole e seus genitores.
- 4. Ancestralidade comum:** a ideia de que a vida se originou em um único lugar da Terra e as formas de vida posteriores descendem das criaturas vivas originais.
- 5. Darwinismo:** a seleção natural é o principal mecanismo que explica o processo de descendência por modificação.
- 6. Naturalismo:** a vida se desenvolveu da matéria não viva, sem nenhuma interferência divina ou sobrenatural, mas em virtude de processos descritos pelas ciências naturais.



De acordo com Plantinga, apenas a sexta tese é incompatível com a crença cristã. Faz parte da crença cristã a ideia de que Deus criou os seres humanos de acordo com a sua imagem (“imagem e semelhança de Deus”). Ora, isso indica que Deus tinha a intenção de criar seres humanos e que, portanto, a criação dessa espécie foi dirigida por uma inteligência divina. Plantinga defende que é possível compatibilizar a ideia de um Deus criador com as demais teses da evolução, na medida em que um cristão pode conceber que Deus criou o mundo de múltiplas maneiras: seja “de uma vez”, isto é, produzindo o mundo e todas as espécies, seja por meio de um processo evolucionário; o fundamental da crença cristã é a ideia de que a criação e a história da natureza são dirigidas por uma inteligência.

Cientistas ateus rejeitam que esse processo seja dirigido por uma inteligência. Plantinga ressalta que a rejeição não está baseada em evidências científicas, mas em uma visão filosófica do mundo e da evolução. Essa visão transcende o que as evidências mostram. Do mesmo modo, a ciência não demonstra a existência de um “*design* inteligente”, ou seja, de um ser que dirige o processo evolucionista. O assunto transcende o campo da Ciência e faz parte da Metafísica. Filósofos que abordam temas metafísicos, por sua vez, não alcançaram um entendimento comum sobre o assunto, que continua em debate.

A abordagem cética de Pascal

Blaise Pascal (1623-1622), filósofo e matemático francês, apresenta uma apologia do cristianismo, mas, devido ao seu ceticismo, evita o caminho das demonstrações. Para o filósofo, os seres humanos têm uma necessidade de conhecer a origem do mundo, o que acontecerá após a morte, bem como o sentido da vida. Essa necessidade é natural. Podemos evitar pensar nesses temas, mas vez ou outra eles aparecem, porque fazem parte da nossa natureza considerá-los.

A natureza lança as perguntas, mas não oferece as respostas: os sentidos não revelam a existência de Deus, nem a imortalidade da alma; a razão, por ser finita, não pode conhecer a essência e a existência de um ser infinito. De acordo com Pascal, essa condição é trágica, pois o que está em jogo é a eternidade, algo que, devido à magnitude, é muito mais importante que qualquer preocupação passageira da vida finita. Um objetivo da apologia de Pascal é fazer com que a pessoa encare sua condição dramática:

Vejo esses medonhos espaços do universo que me cercam, e encontro-me amarrado a um canto dessa vastidão, sem que saiba por que estou colocado neste lugar e não em outro, nem por que esse pouco tempo que me foi dado para viver me ficou reservado neste instante preciso, e não em outro, de toda a eternidade que me precedeu e de toda a parte que se seguirá [...] Tudo o que sei é que devo morrer logo, e contudo o que mais ignoro é essa morte que não poderei evitar [...].

PASCAL, Blaise. *Pensamentos*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. p. 90.

Pascal propôs uma **aposta**. Diante da indecisão da razão, o melhor é jogar cara ou coroa, isto é: apostar na existência ou na não existência de Deus. Qual opção seria mais vantajosa? Pascal faz uma análise probabilística das situações:

(1) Se a pessoa aposta na existência de Deus e ele existe, então, ela ganha o infinito, isto é, a felicidade da vida eterna.

(2) Se aposta na descrença e Deus existe, perde o infinito.

(3) Se aposta na existência, mas Deus não existe, tem uma perda finita, pois passou a vida acreditando em uma ilusão.

(4) Se aposta na descrença e Deus não existe, não há perda alguma, nem um ganho infinito.

Para Pascal, o mais indicado é apostar na primeira opção, pois o ganho é infinito. A opção 2 é a pior, pois a perda é infinita. Escolher 3 e 4 envolve perdas e/ou ganhos finitos. É possível propor questões a Pascal. A aposta pressupõe a crença em um Deus específico, mas são muitas as religiões com diversos deuses. Por que apostar na existência desse Deus sem considerar outras divindades? Além disso, o que está em jogo na aposta não é apenas a crença em Deus. Há um combo de crenças. Talvez seja possível acreditar em Deus sem aceitar a imortalidade e o paraíso.



Palácio de Versalhes, França

Blaise Pascal,
c. 1690.
Óleo sobre tela,
70 cm × 56 cm.



Folha de rosto da primeira edição da *Critica da razão pura*, obra escrita por Immanuel Kant e publicada em 1781. Por suas críticas à Metafísica, é considerada um divisor de águas na filosofia ocidental.



Aliás...

A ética kantiana foi apresentada no Capítulo 13, “Éticas do viver”.

A abordagem crítica de Immanuel Kant

O filósofo alemão Immanuel Kant (1724-1804), na sua obra *Critica da razão pura*, comparou a Metafísica com outras ciências. A Matemática, a Física e a Lógica, segundo Kant, alcançaram o estatuto de ciência, pois apresentam fundamentos sólidos e seus resultados são aceitos por toda a comunidade científica. A Metafísica, por sua vez, não encontra sua meta e volta atrás com frequência. Metafísicos não chegaram a nenhum consenso, nem sobre os resultados, nem sobre os métodos: a Metafísica é, na visão kantiana, um teatro de disputas infundáveis.

Segundo Kant, o entendimento humano é bem-sucedido quando aborda **fenômenos**, isto é, objetos que se encontram subordinados às leis do espaço e do tempo. A Metafísica pretende apresentar um conhecimento racional do mundo suprassensível, mas fracassa, porque a razão humana, quando ultrapassa os limites da experiência, se depara com contradições e ilusões insolúveis. Kant afirma, por exemplo, que não é possível decidir se o mundo tem ou não um princípio. Por um lado, dogmáticos defendem que a série causal dos fenômenos deve ter uma causa primeira, que seria Deus. Por outro, céticos afirmam que não é necessário conceber uma causa primeira, pois a série pode ir ao infinito.

Kant afirma que há motivos para escolher as duas, mas ambas se contradizem: há um impasse da razão. Em linhas gerais, a razão não é capaz de

abordar a série total das causas, pois a totalidade das causas não é um dado da experiência. O entendimento humano é capaz de conhecer com segurança as relações causais entre fenômenos particulares, e assim o faz usando a ciência. Contudo, a totalidade dos fenômenos, isto é o mundo, não é uma coisa, um objeto que ocupa um lugar no espaço e um momento no tempo. O mundo é uma ideia da razão: existe apenas como elaboração abstrata e subjetiva.

A razão humana tem uma dimensão teórica, orientada para o conhecimento, mas também tem uma dimensão prática, cuja finalidade é a ação moral. A Metafísica, de acordo com Kant, não tem um fundamento teórico, mas uma legitimidade no campo prático, isto é, na esfera da moralidade.

O fundamento da ética kantiana é a liberdade, ou seja, a capacidade humana de criar leis universais e agir de acordo com elas. Somos livres quando obedecemos à legislação elaborada pela razão pura. O objetivo último das ações humanas é agir de acordo com as leis, o que Kant chama de ação por dever. A virtude é a nossa capacidade de agir por dever, ou seja, de acordo com a ordenação da razão – o imperativo categórico.

De acordo com Kant, é racional esperar que as pessoas virtuosas sejam felizes, pois merecem. Imaginem uma pessoa pouco virtuosa, que trata os seres humanos como “coisas”, enganando a quem puder para realizar seus interesses. Parece um absurdo, do ponto de vista moral, que essa pessoa desfrute da felicidade. A razão humana, contudo, não é capaz de garantir uma relação necessária entre virtude e felicidade ou entre imoralidade e ausência de felicidade. Ela apresenta uma lei universal, mas não pode assegurar que seremos felizes agindo moralmente, pois a “felicidade” depende de fatores contingentes.

Devido a essa situação, a razão produz o postulado da existência de Deus. O postulado não é uma demonstração teórica, mas um princípio subjetivo que orienta as nossas práticas morais. A razão postula a existência de um ser supremo, moralmente perfeito e absolutamente bom, que criou o mundo de acordo com intenções morais e garante a união entre felicidade e virtude, recompensando os virtuosos com a felicidade.

A crença em Deus é fundamental para a prática moral: aquele que age moralmente tem o direito de esperar que Deus recompensará os justos, fornecendo a eles a esperada felicidade. Imaginem o caso de uma pessoa que, apesar de fazer tudo certo, agindo sempre por dever, tem pouca sorte e se queixa por não ser feliz. O postulado da razão prática oferece um sentido para a ação moral dessa pessoa.

Humano, demasiado humano

Ao longo de sua obra, o filósofo alemão Friedrich Nietzsche (1844-1900) assume posições distintas e até mesmo incompatíveis em alguns aspectos. Aqui abordaremos uma obra em especial: *Humano, demasiado humano*. Nela, ele apresenta o método científico como a fonte mais segura que dispomos para obter conhecimento. Esse método produz resultados confiáveis, ainda que mudem de acordo com o tempo. O pensamento de Nietzsche foi profundamente influenciado pelo método de uma ciência em particular: a História. Por História, o filósofo

entende tanto a história natural, que descreve a gradual formação dos organismos vivos, quanto a história das sociedades ou das civilizações. O estudo da História proporciona o senso histórico, uma percepção segundo a qual as coisas em geral não possuem uma essência imutável, pois se desenvolvem e se transformam ao longo do tempo.

O senso comum acredita em uma natureza humana. Ora, o senso histórico indica que o corpo humano se desenvolveu no tempo e se transformou muito até assumir sua forma atual – e continua mudando. Isso também vale para os valores morais, argumentos filosóficos e crenças religiosas. Nietzsche conclui que não existem fatos eternos, nem verdades absolutas, pois tudo está em transformação.

Outro aspecto importante do pensamento de Nietzsche é o antirrealismo. De acordo com o filósofo, o conhecimento humano não é capaz de representar a realidade tal como ela é em si mesma. Isso porque a percepção que temos do mundo é mediada por certas condições que são humanas, demasiado humanas, tais como a linguagem, os órgãos sensoriais, as categorias da lógica, valores culturais e políticos, afetos, entre outros. Essa perspectiva não é um “espelho” do mundo, pois o interpreta parcial e fragmentariamente.

A defesa do método científico, o senso histórico e o antirrealismo mostram que a razão humana não pode conhecer o mundo metafísico. Ora, Blaise Pascal também é cético sobre as possibilidades do conhecimento humano. No que consiste, então, a especificidade da posição de Nietzsche? O filósofo alemão argumenta que não existe uma necessidade metafísica inscrita na natureza humana. O senso histórico mostra que a necessidade foi construída ao longo do tempo e pode ser superada. As pessoas se acostumaram a ver relevância nas perguntas metafísicas porque sacerdotes, metafísicos e religiosos influenciaram nossas crenças, práticas e pensamentos. Nietzsche pensa que o contexto histórico da Modernidade, em especial com o desenvolvimento das ciências, favorece a desconstrução dos hábitos que nos levam a sentir e a pensar de um modo metafísico.

Na prática, essa desconstrução se estabelece mediante uma postura de indiferença em relação às coisas primeiras e últimas e uma lealdade para com as coisas próximas, que são vivenciadas no cotidiano: a alimentação, a relação com a natureza e com a arte, o cuidado com o sono, a organização das tarefas diárias, os relacionamentos humanos, o interesse intelectual por assuntos científicos, entre outras.



Ian Dagnall Computing/Alamy/Fotorena

Caravaggio.
A incredulidade de São Tomé,
1601-1602.
Óleo sobre tela,
1,07 m × 1,46 m.



Perfil

George Lemaître

O padre e cientista belga George Lemaître (1894-1966) foi um dos criadores da teoria do *Big Bang*, a explicação mais aceita pela comunidade científica sobre a origem do universo. George Lemaître nasceu em Charleroi, na Bélgica e, aos 17 anos, iniciou seus estudos de Engenharia Civil na Universidade Católica de Louvain. Em 1914, interrompeu seus estudos para participar da Primeira Guerra Mundial. Com o fim do conflito, deu início às suas pesquisas em Astronomia e Matemática e se preparou para se tornar padre. No ano de 1927, publicou um importante artigo em que defendia, com base na nova teoria da relatividade de Albert Einstein, que o Universo se encontra em expansão.

Em 1931, publicou um artigo no qual propôs a ideia de que o Universo surgiu a partir da desintegração de um núcleo radioativo instável, o “átomo primordial”, que existia antes do espaço-tempo. O cientista Fred Hoyle, um adversário intelectual de George Lemaître, fez uma crítica à teoria do átomo primordial, chamando-a pejorativamente de teoria da grande explosão. Assim, a história nos legou esse fato curioso: o opositor da teoria do *Big Bang* deu a essa teoria o seu nome mais popular.

George Lemaître propôs uma versão inicial dessa teoria. Hoje é aceito que o Universo surgiu há cerca de 13,8 bilhões de anos e, desde então, não parou de se expandir. Por ser um padre cientista que propôs uma influente teoria sobre a origem do Universo, um tema importante para as ciências e religiões, Lemaître tornou-se popular em seu tempo e segue sendo citado como um exemplo de que é possível o engajamento em atividades científicas e religiosas.



Bettmann Archive/Getty Images

George Lemaître.

Budismo e Metafísica



O texto a seguir é um relato presente no *Samyutta nikaya*, uma coletânea de escrituras budistas que compõem o Cânone páli. No relato, Sidarta apresenta uma reflexão a respeito das questões metafísicas.

Certa ocasião, Buda estava no bosque de Jeta, junto à cidade de Saravasti. Um monge de nome Malunkya veio ter com ele, parecendo bastante preocupado. Ele se afligia com o fato de Buda jamais responder às seguintes questões, amplamente ventiladas pelos pensadores de sua época:

- O mundo é finito ou infinito?
- Corpo e espírito são uma coisa só ou duas coisas separadas?
- O homem tem uma vida além-túmulo?

Malunkya, que gostava de Filosofia, estava bastante aborrecido por Buda não tratar dessas questões, e disse-lhe:

– Ó Perfeito! Se não responderes às minhas dúvidas, deixarei a comunidade e voltarei à vida mundana.

Buda respondeu-lhe da seguinte maneira:

– Malunkya: certa vez um homem foi ferido por uma seta envenenada. Os amigos correram a buscar um médico, mas o ferido disse que só consentiria que lhe extraíssem a seta e o tratassem depois de lhe explicarem quem atirou a seta, com que arco ela foi lançada, qual a sua forma, etc. Que terá acontecido a ele? Certamente há de ter morrido antes de ver esclarecidas suas dúvidas. Malunkya, da mesma forma, respostas e perguntas acerca do caráter finito ou infinito do universo, da natureza da alma, etc., não nos libertam do sofrimento. Precisamos libertar-nos do sofrimento nesta mesma vida. Por isso, Malunkya, não te preocupes com as questões que não ensino. Preocupa-te com as que ensino, que são: a Existência do Sofrimento, a Origem do Sofrimento, a Cessação do Sofrimento e o Caminho da Cessação do Sofrimento.



Pintura representando o príncipe Sidarta Gautama vendo o sofrimento, a velhice e a morte.

GONÇALVES, Ricardo (ed.). *Textos budistas e zen-budistas*. São Paulo: Cultrix, 1995. p. 44-45.

1. A analogia é uma relação de semelhança entre coisas e fatos distintos. Identifique uma analogia no texto. Em seguida, explique o que essa analogia apresenta sobre a posição de Sidarta a respeito da Filosofia.
2. O texto afirma que existem quatro realidades verdadeiras. Essa afirmação é um exemplo de pensamento metafísico? Justifique.

Vamos fazer um seminário?



O seminário é um gênero textual no qual uma pessoa ou um grupo apresenta oralmente um tema para o público. A apresentação oral envolve a exposição de resumos de conteúdos pesquisados, arguição, exposição de curiosidades sobre o tema, entre outros. A exposição oral vem acompanhada de alguma referência visual, seja ela um *slide*, o conteúdo exposto em um quadro negro, cartazes, textos, entre outros meios de difusão de conteúdo. O material visual deve representar e enriquecer os temas apresentados oralmente. O material pode conter infográficos, dados científicos, conceitos, mapas mentais, esquemas visuais, vídeos, citações de autores, cartuns, entre outros.

Um dos objetivos do seminário é aprofundar o conhecimento de determinado tema. O seminário envolve, antes de tudo, **pesquisa**. Em segundo lugar, é fundamental decidir os conteúdos pesquisados que, de fato, farão parte da apresentação. Por fim, definir a **ordem da apresentação** dos temas, prezando pela sequência lógica das informações.



FG Trade/Stockphoto.com

Procedimentos

- Dividir a turma em grupos de até cinco estudantes e distribuir os temas.
- Realizar encontros de orientação, nos quais os discentes poderão tirar dúvidas e receber orientações sobre a pesquisa e seus conteúdos.
- Apresentar ao docente um roteiro de elaboração da apresentação. O roteiro deve conter as etapas da apresentação devidamente organizadas em uma sequência linear.
- Apresentação do seminário.

Temas

- A explicação científica para a origem do mundo: a teoria do *Big Bang*.
- O debate sobre as provas da existência de Deus.
- O conceito de libertação/salvação nas filosofias indianas.
- O ser e as categorias fundamentais do pensamento africano.
- As críticas de Nietzsche à Metafísica.
- A aposta de Pascal.





1. Em seu caderno, assinale com V (verdadeiro) ou F (falso) as sentenças a seguir e justifique os enunciados falsos.

- De acordo com a ontologia dos bantos, a força, ou *ntu*, se manifesta em tudo o que existe.
- Todos os seres estão distribuídos em cinco classes gerais, que são: *ntu*, *muntu*, *kintu*, *hantu* e *kuntu*.
- *Muntu* significa ser humano ou força dotada de inteligência.
- *Kintu* diz respeito aos seres que, por si mesmos, não possuem atividades próprias.
- A compreensão dos princípios ontológicos do pensamento banto é fundamental, na medida em que fornece reconhecimento e visibilidade para saberes africanos, que sofreram com o racismo epistêmico.

2. Leia e responda:

A meta de todas as filosofias e técnicas meditativas indianas é libertar-se do sofrimento. Nenhuma ciência tem valor se não visar à salvação do homem. [...] A “salvação” implica a transcendência da condição humana. A literatura indiana utiliza indiferentemente as imagens de ligadura, encadeamento, cativeiro, ou de **olvido**, embriaguez, sono, nesciência, para traduzir a condição humana; e, ao contrário, imagens de libertação dos laços e rompimento do véu (ou retirada de uma venda que cobria os olhos), ou de

um despertar, de um recordar etc., para exprimir a eliminação (isto é, a transcendência) da condição humana, a liberdade, a libertação (*moksha*, *mukti*, *nirvana* etc.).

GLOSSÁRIO

Olvido: esquecimento, adormecimento, letargia.

ELIADE, Mircea. *História das crenças e das ideias religiosas II*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. p. 50-51.

- Relacione a noção de libertação com os conceitos de *karma* e “Renascimento”.
- A doutrina advaita-vedanta apresenta uma classificação dos estados da consciência. Identifique esses estados e explique seus significados.
- Relacione os conceitos de *atman*, *brahman* e libertação.

3. Leia e responda:

[...] O Deus “lá em cima” é um ser localizado no espaço acima de nós, presumivelmente a certa distância definida da terra, em uma região conhecida como os céus. Associada a essa ideia de Deus está certa imagem primitiva na qual o universo consiste em três regiões, os céus acima, a terra abaixo e a região das trevas abaixo da terra [...]

A mudança fundamental do Deus “lá em cima” para o Deus “lá fora” é a mudança na forma de pensar em Deus como um ser localizado a certa distância espacial da terra para a forma de pensar em Deus

como um ser separado e independente do mundo.

ROWE, William L. *Filosofia da Religião: uma introdução*. Minas Gerais: Ultimato, 2023. E-book.

O autor usa duas metáforas espaciais para caracterizar concepções de Deus: “lá fora” e “lá em cima”. Qual metáfora representa corretamente a concepção de Deus que se tornou hegemônica na Metafísica ocidental? Justifique.

- Deus pode criar uma pedra tão grande que ele mesmo não poderia carregar? Resolva o paradoxo. Em sua resolução considere as reflexões metafísicas sobre a essência de Deus.
- Diferentemente dos metafísicos dogmáticos, Blaise Pascal não acredita que seja possível provar a existência de Deus. Em vez de uma demonstração, propôs uma aposta. Perguntou: quais são as vantagens e desvantagens da crença e da descrença? Vale mais acreditar na existência de Deus ou em sua inexistência?
 - Apresente as respostas de Pascal a essas perguntas.
 - Vamos supor que você aceitou fazer a aposta e considerou as vantagens e as desvantagens da crença. A sua conclusão seria diferente da apresentada por Pascal? Justifique.
- Leia e responda:

O que é o Bule de Russell, o argumento mais usado nas discussões entre ateus e religiosos

[...] “Sabia que no espaço há um bule que gira em torno do Sol?” [...]

A analogia [...] “Bule de Chá de Russell”, [...] foi exposta pela primeira vez pelo filósofo e matemático britânico Bertrand Russell em 1952, em um artigo intitulado “Is there God?” (“Deus existe?”). [...]

Em sua analogia, Russell reconhece que a ideia do bule espacial é absurda, mas em seguida propõe um cenário com o qual chega ao ponto que lhe interessa.

“Se a existência do bule fosse afirmada em livros antigos, ensinada como a verdade sagrada todos os domingos e incutida nas mentes das crianças nas escolas, duvidar de sua existência seria visto como uma excentricidade, e o cético mereceria a atenção de um psiquiatra... ou de um inquisidor”. [...]

Russell, que era ateu, queria mostrar que o fato de muitas pessoas acreditarem em Deus não significava, segundo ele, que tal força realmente existisse. [...]

O QUE é o Bule de Russel, o argumento mais usado nas discussões entre ateus e religiosos. *BBC News Brasil*, 1º jul. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/curiosidades-48828950#:~:text=Russell%2C%20que%20era%20ateu%2C%20queria,essa%20coisa%20de%20fato%20existe>. Acesso em: 19 set. 2024.

De acordo com a notícia, a analogia do bule revela a posição de Bertrand Russell sobre a existência de Deus. A alternativa que melhor representa essa posição é:

- a) a existência de Deus pode ser provada, apesar de não haver uma prova disponível.
- b) O hábito, a imposição e a sacralização tornaram comum a crença na existência de Deus, apesar da ausência de justificativas racionais.
- c) O ateísmo é irracional, na medida em que não pode demonstrar a inexistência de Deus.
- d) Apesar da ausência de justificativas racionais, as crenças metafísicas são úteis, pois fornecem um sentido para a vida.

7. Leia e responda:

A razão humana, num determinado domínio dos seus conhecimentos, possui o singular destino de se ver atormentada por questões, que não pode evitar, pois lhe são impostas pela sua natureza, mas às quais também não pode dar resposta por ultrapassarem completamente as suas possibilidades.

KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001. p. 3.

O texto de Kant se refere às questões metafísicas: Deus existe? A alma é imortal? O ser humano é livre? De acordo com a Filosofia crítica, a Metafísica não pode apresentar resposta. Por outro lado, Kant defende que a ideia de que Deus é fundamental para a moralidade.

Essas posições são contraditórias? Justifique.

8. Leia e responda:

Linguagem corrente e realidade. — Há um simulado desprezo por todas as coisas que as pessoas consideram realmente mais importantes, por *todas as coisas mais próximas*. Diz-se, por exemplo, que “se come apenas para viver” — uma execrável *mentira*, como aquela que fala da procriação como o autêntico propósito da volúpia. Pelo contrário, a alta estima das “coisas mais importantes” quase nunca é genuína: os sacerdotes e metafísicos certamente nos habituaram a uma *linguagem* hipocritamente exagerada nessas áreas, mas não nos mudaram o sentimento, que não considera essas coisas mais importantes tão importantes quanto aquelas desprezadas coisas mais próximas [...].

NIETZSCHE, Friedrich. *Humano, demasiado humano II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. *E-book*.

Nietzsche apresenta uma contraposição entre as “coisas próximas” e as “coisas” que sacerdotes e metafísicos consideram as “mais importantes”. O que essa contraposição revela da posição de Nietzsche a respeito das questões metafísicas? Justifique.

9. Leia e responda.

[...] Muitos cristãos evangélicos ou fundamentalistas aceitam uma interpretação literal do relato da Criação dos dois primeiros capítulos de Gênesis, bem como as genealogias dos capítulos seguintes. Tendem assim a pensar que a Terra, e todo o Universo, não chegam nem de longe a ser os muitos bilhões de anos de idade que a ciência atual lhes atribui [...] É claro que a crença cristã enquanto tal não inclui a noção de que o Universo é jovem; e, na verdade, verifica-se desde a época de Agostinho (354-430) que cristãos sérios duvidem de que os dias da criação, mencionados nas Escrituras, correspondam a períodos de 24 horas.

PLATINGA, Alvin. A. *Ciência, religião e naturalismo: onde está o conflito?* São Paulo: Vida Nova, 2018.

De acordo com o texto, a crença cristã e a Ciência:

- a) estão em conflito, na medida em que apresentam versões diferentes sobre a criação do Universo.
- b) estão em harmonia, pois os evangélicos e os fundamentalistas não são representantes da crença cristã.
- c) estão em conflito, e cabe ao cristão abandonar a ciência, posto que o relato bíblico da criação tem autoridade divina.
- d) não estão necessariamente em conflito, pois a crença cristã independe de uma interpretação literal do relato bíblico da criação.

10. Leia e responda:

O budismo não vê a necessidade de um criador do universo, já que não postula que este tenha tido um início; encara-o como sustentado por leis naturais. Além do mais, se houvesse um criador do mundo, ele teria tido como responsável pelo sofrimento encontrado nele. A coisa mais próxima de Deus nos primeiros textos é o Grande Brahman do nosso sistema de mundo, considerado por alguns brâmanes como criador do mundo. Embora o Buda o considerasse um ser glorioso de longa vida, ainda assim o via como equivocado em sua crença de ser um criador todo-poderoso (...)

HARVEY, Peter. *A tradição do budismo: história, filosofia, literatura, ensinamentos e práticas*. São Paulo: Cultrix, 2019.

De acordo com o texto, é correto afirmar que:

- a) não existem deuses, pois o mundo é regido por leis naturais.
- b) o divino existe, mas nenhum deus é o criador do mundo.
- c) o budismo é ateu, pois rejeita a existência de um Deus criador.
- d) os deuses existem, mas apenas Brahman é o criador do mundo.

Temporalidades e territorialidades

loschline/Shutterstock.com



Sankofa, ideograma africano adinkra, forma de escrita da civilização Asante (presente hoje em Gana, Togo e Costa do Marfim). Ele ensina que “nunca é tarde para voltar e apanhar o que ficou atrás”.

“Exu matou um pássaro ontem com uma pedra que lançou hoje”.
(Ensino iorubá)

Cosmologias: filosofias do (des)encantamento para habitar o tempo e o espaço



O que é o tempo? É possível contá-lo? Existe, existiu ou existirá princípio e fim dos tempos? Inquietações como essas não são novas nas diferentes versões da história(s) da(s) humanidade(s). Muitos são os registros, desde a Antiguidade, de reflexões filosóficas sobre o tempo, com base nas **cosmopercepções** de diferentes povos, culturas e épocas. Isso significa que a maneira pela qual povos percebem a si próprios e ao mundo influencia diretamente na maneira como eles habitam esses mundos (individuais e coletivos).

Falando nisso...

Cosmopercepção

A cosmopercepção é um conceito proposto pela filósofa nigeriana Oyèrónke Oyèwùmí. A palavra *cosmos*, de origem grega, designa as ideias de mundo e de ordem, significando mundo ordenado, em oposição ao caos (desordem). Já “percepção” designa aqui os diferentes modos através dos quais podemos sentir, perceber e conhecer o mundo.

Nas palavras de Oyèwùmí:

[...] O termo “cosmovisão”, que é usado no Ocidente para resumir a lógica cultural de uma sociedade, capta o privilégio ocidental do visual. É eurocêntrico usá-lo para descrever culturas que podem privilegiar outros sentidos. O termo “cosmopercepção” é uma maneira mais inclusiva de descrever a concepção de mundo por diferentes grupos culturais. [...]

[...] Uma estrutura comparativa de pesquisa revela que uma diferença importante deriva de qual dos sentidos é privilegiado na apreensão da realidade – a visão no Ocidente, e uma multiplicidade de sentidos ancorados na audição, na Iorubalândia. [...]

OYÈWÙMÍ, Oyèrónke. *A invenção das mulheres*: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Tradução de: Wanderson Flor do Nascimento. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021. p. 29-44.

Sid MBOGNI/Shutterstock.com



Embora nem sempre evidenciados, os territórios a partir de onde se filosofa influenciam de modo significativo a maneira de filosofar de determinada comunidade. Isso porque as diferentes maneiras de habitar o mundo expressam diferentes formas de perceber, compreender e ser no mundo. Por exemplo, povos que concebem o tempo de maneira circular podem entender a morte como mais uma fase dos ciclos naturais, de modo a ter rituais fúnebres festivos, com ênfase na celebração da vida da pessoa falecida, diferentemente de sociedades que compreendem o tempo em uma perspectiva linear, que apreendem a morte como fim.

Pessoas dançando e celebrando a vida em um funeral. Dschang, Camarões, 2023.

Neste capítulo, entraremos em contato com algumas filosofias sobre o tempo e o espaço, particularmente sob a perspectiva ocidental, africana (de povos continentais e diaspóricos) e dos povos indígenas do Brasil. A Modernidade representa um marco histórico importante. Nesse período, o sociólogo alemão Max Weber (1864-1920) identifica o início de um processo denominado **desencantamento do mundo**. Trata-se de uma compreensão sobre o desenvolvimento científico na Modernidade, entendido em termos de progresso em relação a concepções religiosas, míticas ou encantadas do mundo, cujos conhecimentos, nessa perspectiva, seriam considerados primitivos ou pré-científicos.

Em oposição a essa demarcação, autores como os filósofos e educadores brasileiros Luiz Rufino e Luiz Antonio Simas, comprometidos com o fortalecimento de filosofias africanas e dos povos indígenas, fazem a defesa das filosofias do encantamento. Trata-se de filosofias fundadas no fortalecimento de formas de vida que expressam percepções encantadas do(s) mundo(s). De acordo com os autores:

[...] encantar é expressão que vem do latim *incantare*, o canto que enfeitiça, inebria, cria outros sentidos para o mundo [...].

[...] Os sobreviventes podem virar “supraviventes”: aqueles capazes de driblar a condição de exclusão, deixar de ser apenas reativos ao outro e ir além, afirmando a vida como uma política de construção de conexões entre ser e mundo, humano e natureza, corporeidade e espiritualidade, ancestralidade e futuro, temporalidade e permanência. [...]

[...] cabe entender o encantamento como ato de desobediência, transgressão, invenção e reconexão: afirmação da vida, em suma.

RUFINO, Luiz; SIMAS, Luiz Antonio. *Encantamento (sobre política de vida)*. Rio de Janeiro: Morula, 2020. p. 5-6.

As perspectivas lineares de tempo tendem a privilegiar aquilo que é constantemente atualizado como novo, afinal cada passo na linha é sempre visto como progresso, isto é, um passo à frente em relação ao passado. Já as concepções circulares do tempo tendem a enfatizar filosofias do encantamento e da ancestralidade, entendidas como fonte de vida e guia para ações do cotidiano, com base em ensinamentos e aprendizados dos antepassados.

Filosofias da história e do tempo: linearidade e circularidade



Um elemento importante diferencia as concepções de tempo e história estudadas neste capítulo: enquanto umas expressam uma perspectiva linear do tempo, entendido em termos de **início, meio e fim**, outras expressam concepções circulares do tempo, entendido como fluxo da vida e conectado aos ciclos naturais da existência. Do ponto de vista ocidental, é possível identificar, especialmente a partir do Período Moderno (do século XVI à virada para o século XIX), concepções majoritariamente lineares do tempo. Já em filosofias de povos originários, como indígenas, africanos e afrodiáspóricos, é possível identificar a predominância de perspectivas circulares vinculadas ao que o filósofo e lavrador quilombola Antônio Bispo dos Santos (1959-2023) denominou **pensamento orgânico**. O autor defende que esse pensamento opera em uma lógica circular, em contínuo processo de **começo, meio, começo**:

[...] Nesse momento, eu sou apenas uma pessoa que se move por essa fala. Essa fala é da nossa ancestralidade, da nossa geração avó. Eu não preciso de Karl Marx e de outros acadêmicos: preciso de minha geração avó, aquela que veio antes de mim e que me move. Essa lógica é organizada em começo, meio e começo. Minha geração avó é começo, minha geração filha é meio e minha geração neta é começo, de novo.

Esse é o saber orgânico, aquele que diz respeito a ser. O outro, o saber sintético, é aquele que envolve o ter.

SANTOS, Antonio Bispo dos. As fronteiras entre o saber orgânico e o saber sintético. In: OLIVA, Anderson Ribeiro. *et al* (org.). *Tecendo redes antirracistas: Áfricas, Brasis, Portugal*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p. 27.

As religiões afrobrasileiras se apresentam como resistência dentro do processo de desencantamento. Para Simas e Rufino, vincular-se com as ancestralidades nos termos da espiritualidade é uma forma de manter o encantamento na vida.



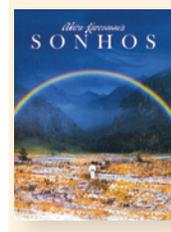
Cesar Dimiz/Pulsar Imagens

Na imagem, representação da orixá Iemanjá no Parque Memorial Quilombo dos Palmares, União dos Palmares (AL), 2022.

Para ampliar

Assista

Sonhos, direção de Akira Kurosawa (Warner Bros., 1990, 119 min). O filme narra oito histórias como sonhos. A última história, intitulada “O vilarejo dos moinhos”, retrata a celebração da vida no funeral de uma pessoa.



Hisao Kurosawa, Steven Spielberg

Quanto às formas de registro e transmissão dessas duas formas de pensar, o autor afirma que “[...] o pensamento produzido nas academias é um pensamento sintético. É um saber voltado para a produção de coisas. O pensamento operacionalizado pela escrita é um pensamento sintético, desconectado da vida. Já o nosso pensamento, movimentado pela oralidade, é um pensamento orgânico”¹.

Nesse sentido, é bastante coerente o uso de representações imagéticas, tais quais as **linhas do tempo**, como instrumentos de um pensamento linear que, no entanto, podem auxiliar na identificação de diferentes períodos históricos no decorrer dos séculos. O fator ao qual devemos atentar no uso dessas linhas diz respeito a não imprimir essa perspectiva linear, de finalidades meramente didáticas, na compreensão da história como um todo, a qual raramente se move em apenas uma direção. Até porque, é bom frisar, a história se constitui de processos e transformações, de continuidades e rupturas, nem sempre muito precisos. E esses processos se entrelaçam e, por vezes, se misturam.

Perfil

Antônio Bispo dos Santos

Antônio Bispo dos Santos, mais conhecido como Nego Bispo, é um importante filósofo brasileiro afrodiáspórico, de origem quilombola. Nasceu no Piauí, no Quilombo Saco do Curtume, em 1959. Agricultor tradicional, membro do Teia dos Povos, movimento social de povos tradicionais, ele se afirmava como tradutor. O autor narrava que aprendeu a ler e a escrever para traduzir a filosofia colonialista para o seu povo e, assim, melhor se defender. Caracterizava a sua filosofia como um modo de vida contracolonial, orgânico e circular, em oposição aos saberes sintéticos que isolam o ser humano em relação aos demais seres vivos, cindido com a natureza.

Sua produção intelectual inclui artigos, poemas e alguns livros como: *Quilombos, modos e significados* (2007), *Colonização, quilombos: modos e significações* (2015) e *A terra dá, a terra quer* (2023). Em suas obras, o autor explora a história da resistência de comunidades tradicionais, propõe o conceito de “contracolonização” e aborda questões urgentes relacionadas aos modos de vida, habitação e conexão com a terra. Faleceu em 2023. Prezava suas raízes ancestrais, nutridas em seu território de pertencimento, defendendo a vida em sua integração na natureza.



Antônio Bispo dos Santos, o Nego Bispo.

Histórias das filosofias e filosofias da História

Nessa conversa sobre o tempo, cabe refletir sobre as diferentes formas de se contar a história da Filosofia. No entanto, não seria melhor falar no plural, em histórias das filosofias? Afinal, há diferentes formas e lugares desde onde se pratica ou se exercita o filosofar – tanto como disciplina acadêmica quanto como prática ou modo de vida.

É importante considerar que, muitas vezes, quando se fala em “história universal” ou “história mundial”, o que se apresenta de fato é um recorte da história na perspectiva ocidental, especialmente quando os períodos históricos são divididos em Pré-História, Antiguidade, Idade Média, Moderna e Contemporânea. O que muitas vezes não é dito, mas está implícito nesse discurso, é sua pretensão de, com essas periodizações, dar conta da história de toda a humanidade, incluindo os diferentes períodos históricos de diversos povos e culturas.

Contrariamente a esse entendimento, prevalece atualmente a crítica à ideia de Pré-História, na medida em que essa compreensão tende a negar a existência na história de povos anteriores àqueles destacados em narrativas eurocentradas. Por esse motivo, a premiada escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie (1977-) alerta para os perigos de uma história única. Ao afirmar que “muitas histórias importam”, ela defende a importância de narrativas plurais a fim de que se obtenha uma percepção mais próxima do real.

Considerando os cuidados indicados no estudo de filosofias ao longo da história, propomos neste capítulo apresentar brevemente os diferentes períodos da história de filosofias ocidentais e africanas, em duas linhas do tempo distintas. O objetivo é evidenciar que **cada filosofia tem um lugar**, de modo que o contexto socioterritorial em que ela se desenvolve diz muito sobre suas características.

¹ SANTOS, Antonio Bispo dos. Somos da Terra. *Piseagrama*, Belo Horizonte, n. 14, p. 44-51, 2018. Disponível em: <https://piseagrama.org/artigos/somos-da-terra/>. Acesso em: 19 set. 2024.



A escritora Chimamanda Ngozi Adichie discursa em Nova York, Estados Unidos, 2022.

Narrativas filosóficas plurais e a pluralidade de histórias para as filosofias

No que tange à história das filosofias africanas, o filósofo, nascido na Guiné Equatorial, Eugenio Nkogo Ondó (1944-), identifica cinco períodos:

A filosofia africana não é como a greco-ocidental que tem quatro etapas, mas se compõe de cinco períodos que são enumerados assim: Pré-teocêntrico ou Pré-teogônico, Antigo, Medieval, Moderno e Contemporâneo. O primeiro período, o **Pré-teocêntrico**, explica as origens dos pensamentos astronômico, geométrico e matemático, que foram cultivados em solo africano muitos milênios de anos antes que em outros continentes. O segundo período, o **Antigo**, denominado também teocêntrico ou teogônico, porque nele se explica a origem divina do Universo, como demonstram os sistemas metafísicos bambara, dogon, fang, peul, yoruba etc. O terceiro, o **Medieval**, se caracteriza por colaborações éticas, científicas e humanísticas que se realizam em Aksum, Etiópia, no Império Mandingo, entre os yoruba, na Nigéria, entre outros. O quarto período tem também sua origem na Etiópia e se estende à África ocidental e em outras regiões. E, por fim, o quinto período se inaugura com as reflexões dos intelectuais da diáspora e do solo africano desde o século XVIII até hoje.

ONDÓ, Eugenio Nkogo. Introducción a la filosofía africana. *FAIA*, v. 7, n. 2829, p. 2, 2017. Tradução de Pedro Vítor Martins de Sousa e David Campos Castro. Disponível em: https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/eugenio_nkogo_ond%C3%B3_-_introdu%C3%A7%C3%A3o_%C3%A0_filosofia_africana.pdf. Acesso em: 19 set. 2024.



Maman Africa (2014), do artista plástico congolês contemporâneo J. P. Mika, que marca essa relação de imbricação entre passado, presente e futuro, o tradicional e o moderno na África e em sua diáspora.

A respeito do período teocêntrico, destaca-se a civilização de **Kemet** (“terra preta”), nome original do Egito faraônico, segundo o **polímata** senegalês Cheikh Anta Diop. O legado dessa civilização inclui textos e inscrições gráficas em construções arquitetônicas, que registram seu teor filosófico, caracterizado por Diop como **berço das civilizações africanas**, assim como Grécia e Roma o são para a civilização ocidental, demarcando elementos de sua unidade cultural.

A respeito da Filosofia africana na contemporaneidade, é fundamental observar a presença das filosofias afrodiaspóricas, em diálogo com a perspectiva do pan-africanismo, enquanto Filosofia que impulsiona diversos movimentos pela descolonização da África. Estando inseridas nesse campo, as filosofias afrodiaspóricas correspondem àquelas elaboradas com base em um **solo cultural africano comum**, ainda que produzidas fora do continente, considerando os desafios inerentes à sua produção e criação em contextos diaspóricos.

Do ponto de vista das filosofias ocidentais, isto é, daquelas que se assumem como herdeiras da tradição greco-romana, entendidas como o “berço da civilização ocidental”, é frequente a demarcação de sua história em quatro períodos: **Antigo**, marcado pelo berço grego e romano; **Medieval**, expresso por discussões que sustentavam ou negavam o teocentrismo cristão, marca desse período na Europa; **Moderno**, caracterizado por diferentes eventos que romperam com o medievo (tais como o Renascimento, a Revolução Francesa, a invasão do Novo Mundo, a Revolução Industrial e a Revolução Científica); e **Contemporâneo**, que compreende a produção filosófica no período atual.

Aliás...

Para saber mais sobre a diáspora africana e pan-africanismo, veja o Capítulo 15, “Organizações políticas sob a perspectiva das comunidades”.

GLOSSÁRIO

Polímata: tem origem na palavra grega *polymathos*, significa quem sabe sobre muitas coisas: interessa-se por diferentes assuntos e se aprofundou em vários deles. Diop teve uma formação multidisciplinar, abarcando as áreas da Física, Química, História e Ciências Sociais.



Renato Soares/Pulsar Imagens

Pajés da etnia waurá em roda de conversa. Parque Indígena do Xingu, Gaúcha do Norte (MT), 2019.

Aliás...

Para aprender um pouco mais sobre a filosofia de Nietzsche, leia o Capítulo 11, “Estética(s) da existência”.

Concepções gregas antigas do tempo

Na tradição mítica grega, há três palavras para designar o tempo: *aión*, *chronos* e *kairós*. Elas não se referem, respectivamente, a passado, presente e futuro, mas sim a diferentes qualidades do tempo.

Em suas aplicações mais antigas, *aión* designa a intensidade do tempo na vida humana – o destino, a duração, um movimento inumerável, não sucessivo, mas intenso. Diferente de *aión* é *chronos*, que preside sobre a continuidade do tempo sucessivo. [...] A terceira palavra de tempo é *kairós*, que significa “medida”, “proporção” e, em relação a tempo, “tempo crítico”, “estação”, “oportunidade”.

KENNEDY, David; KOHAN, Walter Aión. Kairós and Chronos: fragments of an endless conversation on childhood, philosophy and education. *Childhood and Philosophy*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, jul. dez. 2008, p. 5-6, tradução nossa. Disponível em:

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/childhood/article/view/20524/14850>. Acesso em: 6 set. 2024.

Chronos – o tempo como sucessão, que sentimos mais acelerado a cada dia, aquele que a tudo devora, tempo da finitude inevitável – parece ter predominado em relação às demais concepções gregas antigas do tempo na tradição ocidental. Ainda assim, podemos pensar hoje o quanto nós, humanos, participamos dessas três dimensões do tempo. O ser humano, ainda que finito, também participaria em alguma medida do tempo como eternidade (*aión*), tanto em sua percepção total do tempo (entendido como destino), quanto nas obras que cria e se perpetuam (os filhos/netos, isto é, as gerações futuras, os feitos históricos, as obras de arte). Também a intensidade do tempo como duração, que parece suspender a infinita sucessão: o tempo de momentos únicos, que, justamente por isso, se eternizam. *Kairós*, como tempo da oportunidade, pode advir de um sentimento de adequação de se viver em consonância com a sua etapa de vida, tal qual as estações do ano: cada uma com a beleza da sua adequação à necessidade. Desse modo, *kairós* nos ensinaria a não pular etapas, mas a vivenciá-las de acordo com seu momento: infância, adolescência, maturidade (fase adulta) e velhice.

Heráclito (c. 500-450 AEC), filósofo natural da cidade de Éfeso (na atual Turquia), afirmou em um fragmento que “tempo é criança brincando, jogando; de criança o reinado”². Enquanto domínio/reinado de criança, o tempo se afirma sempre como início, que oferece a cada ser vivo a possibilidade de se renovar a cada dia, a cada novo ciclo de amanhecer e anoitecer.

² HERÁCLITO DE ÉFESO. Sobre a natureza – fragmentos. In: *Os Pré-socráticos: fragmentos, doxografia e comentários*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 84.

Modernidade e tempo na Filosofia ocidental

A respeito da concepção de tempo que prevalece na Modernidade ocidental, o filósofo alemão de origem judaica Jürgen Habermas (1929-), na obra *O discurso filosófico da modernidade*, destaca o caráter de ruptura que marca os discursos de filósofos do século XVIII e XIX, como o do alemão Friedrich Hegel (1770-1831).

A classificação, ainda hoje usual, em Idade Moderna, Idade Média e Antiguidade (respectivamente História moderna, medieval e antiga), só pode se compor depois que as expressões “novos tempos” ou “tempos modernos” (“mundo novo” ou “mundo moderno”) perderam o seu sentido puramente cronológico, assumindo a significação oposta de uma época enfaticamente “nova”. [...] O conceito profano de tempos modernos expressa a convicção de que o futuro já começou: indica a época orientada para o futuro, que está aberta ao novo que há de vir. Com isso, a cesura em que se inicia o novo é deslocada para o passado, precisamente para o começo da época moderna. Somente no curso do século XVIII o limiar histórico em torno de 1500 foi compreendido retrospectivamente como tal começo da modernidade.

HABERMAS, Jürgen. *O discurso filosófico da modernidade: doze lições*. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. 9-12.

Ao enfatizar a ruptura com o mundo medieval, a concepção ocidental da modernidade expressa não apenas uma negação da tradição, ou melhor, de determinadas tradições, mas também supõe haver progresso nessas rupturas, no sentido de avanço ou melhoramento civilizatório.

Essa compreensão é problemática e muitas vezes nefasta. Ela foi, por exemplo, um dos fundamentos do colonialismo europeu nas Américas, Caribe e África. A colonização, entendida como um processo civilizatório, foi compreendida como um “fardo do homem branco”, que se considerava no direito de violentar e escravizar povos tidos como selvagens para “salvar suas almas”. Curiosamente, essas mesmas filosofias refletem a possibilidade de um fim da história, assim como supõem uma origem única e determinada da Filosofia. As diferentes filosofias sobre o tempo também podem dialogar com diferentes concepções de futuro.

Heidegger e a relação entre ser e tempo

Uma das peculiaridades do pensamento do filósofo alemão Martin Heidegger (1889-1976) foi perceber que as interpretações que se fazem do ser dependem de uma certa compreensão do que é o tempo. A metafísica interpretou o ser como presença constante (o que estaria presente na noção de substância, em Aristóteles, e na noção de ideia, em Platão). Com base nessa interpretação platônico-aristotélica, o que é mais fundamental na realidade tende a ser definido como aquilo que teria maior permanência no tempo, que estaria sempre (no) presente.

Em sua obra *Ser e tempo*, Heidegger procura mostrar que essa concepção de tempo não serviria para pensar a temporalidade própria do ser humano. O humano vive o tempo de um jeito diverso. Assim, a existência humana se compreenderia primordialmente não a partir do presente, mas, sobretudo, a partir da dimensão do futuro. Diferentemente da substância aristotélica, a existência humana não teria como seu principal atributo a atualidade (o agora, o presente, que remete à ideia de ato), mas sim a possibilidade, que está associada ao futuro.

Concretamente, estamos lançados no mundo buscando nos realizar em diferentes âmbitos da vida. A isso chamamos existir como possibilidade. Possibilidade de ser algo que se busca. Dessa forma, o ser humano existe como permanência, mas não pronta e acabada, e sim permanência na possibilidade, isto é, estamos em uma permanente busca. Temos a existência na possibilidade ao seguir em direção da realização. O ser humano é muito mais projeto, que o põe em movimento, do que realização.

Mesmo que a existência humana efetive uma possibilidade, torne-se ato, realize-se, ao esgotar uma possibilidade, imediatamente ela já está lançada em outro projeto. Assim, o futuro viria antes, estruturalmente, do que o presente: haveria sempre um horizonte futuro antecedendo e orientando, de modo mais ou menos explícito, cada passo presente. Em um caso cotidiano, fica bem simples de entender: é porque me coloco na possibilidade de pegar um ônibus que vou à parada de ônibus. Quando pego o ônibus, essa possibilidade se esgota, mas caio imediatamente em outra, a de andar de ônibus para chegar a algum lugar – e assim por diante.

Uma dimensão dessa concepção de projeto significa dizer que estamos sempre lançados em uma coisa ou outra (um caminho, um afazer, uma tarefa): não haveria como extrair-se da dimensão de projeto que marcaria o ser humano. A relação com o passado se daria dentro desse horizonte de possibilidades (o mundo que a gente herda), que já estaria dado quando chegamos.

Filosofias circulares do tempo: o cosmograma bakongo

Neste item, falaremos sobre a concepção bantu-kongo do tempo, com base em seu cosmograma, palavra formada por dois radicais gregos: *cosmo*, que significa “mundo ordenado”, e *grama*, “escrita”. Logo, cosmograma é uma forma de escrita da ordem do mundo e de funcionamento da existência.

Na concepção desses povos do centro-oeste africano, a existência é composta de um mundo físico e um mundo espiritual, os quais são unidos pela linha de Kalunga.

Nessa perspectiva, a fase Musoni do cosmograma está presente em todo momento em que estamos concebendo, criando um projeto, um trabalho, uma vida, ou o que for. O mesmo ocorre nas fases seguintes: *Kala* – nascimento – acontece quando damos vida a um projeto inicialmente apenas concebido; *Tukula*, se dá quando o projeto amadurece e começa a dar frutos; e *Luvemba*, quando se avalia o que esse projeto oferece de legado para a sua comunidade. Nessa concepção circular do tempo, a morte é um novo começo, pois, ao atravessar a linha de Kalunga, retorna-se à fase da concepção. Sobre essa travessia, afirma o filósofo e jurista baiano Sérgio São Bernardo (1965-):

A travessia Kalunga nos dá um suporte existencial, a partir da autocompreensão como pessoa. Morte e nascimento não estão separados. A linha Kalunga vai ligar o princípio e o fim sem passar pelas fases, unindo mundos. Podendo ser divisão e união. A prática do retorno é uma dinâmica dos povos e etnias bantu. Atravessar o oceano é voltar a fazer parte da linha Kalunga. Retornar para as origens. Kalunga é um deslocamento e uma reversibilidade constante.

SÃO BERNARDO, Sérgio. *Direito e filosofias africanas no Brasil*. Belo Horizonte: Nandyala, 2022. p. 106.

De acordo com perspectivas circulares do tempo, a possibilidade de passado e presente habitarem o mesmo tempo cósmico não é vista como uma contradição. Isso porque, ao compreender o presente como resultado ou composto pelo passado, as distinções entre ambos, por vezes, se tornam sutis. Com base nessa leitura, por exemplo, pode-se entender que aquilo que acontece agora pode voltar depois na forma de lembrança, ensinamento, consequência de alguma decisão tomada no presente etc.

Segundo os estudos do filósofo congolês Kia Bunseki Fu-Kiau (1934-2013), é possível afirmar que o cosmograma bakongo constitui uma chave de leitura da realidade, de acordo com a cosmopercepção de povos de origem bantu. Trata-se de uma imagem que possibilita a compreensão de diversos fenômenos naturais, com suas “represas do tempo”: as fases do dia e da noite, os movimentos da Lua e do Sol; as estações do ano; as fases da Lua; as fases da existência humana, entre outras.

Fu-Kiau elabora seus estudos baseado nos povos nativos do centro-oeste africano, no Congo, enquanto grupo cultural, linguístico e histórico de pessoas descendentes de um grupo maior, nomeado bantu, que empreendeu diversas ondas migratórias em direção ao sul do continente africano, desde o segundo milênio AEC. Sobre a concepção do tempo para esses povos, ele afirma:

É através do tempo que, tanto a natureza quanto o homem, tornam-se compreensíveis para nós. O tempo valida e provê verdades para nossa existência. [...]. O tempo para o povo kongo é uma “coisa” cíclica. [...] São os “dunga” (acontecimentos) que fazem com que o tempo seja perceptível, provendo o fluir interminável do tempo, com específicas “represas”, acontecimentos ou períodos de tempo.

FU-KIAU, Kia Bunseki. Ntangu, Tandu, Kolo, o conceito bantu kongo do tempo. *Filosofia africana*, [s. l.], p. 4-5, 2016. Disponível em: https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/kimbwandende_kia_bunseki_fu-kiau_-ntangu-tandu-kolo._o_conceito_bantu-kongo_de_tempo.pdf. Acesso em: 6 set. 2024.

Assim, as fases do cosmograma são entendidas como represas do tempo, o qual, no entanto, não deixa de seguir fluindo. Assim, a morte é entendida como transformação e não como negação da vida.



Representação do cosmograma bakongo, com indicação da linha de Kalunga, expressa, nessa imagem, pelo horizonte no oceano e suas quatro fases.

Imaginando outros futuros possíveis

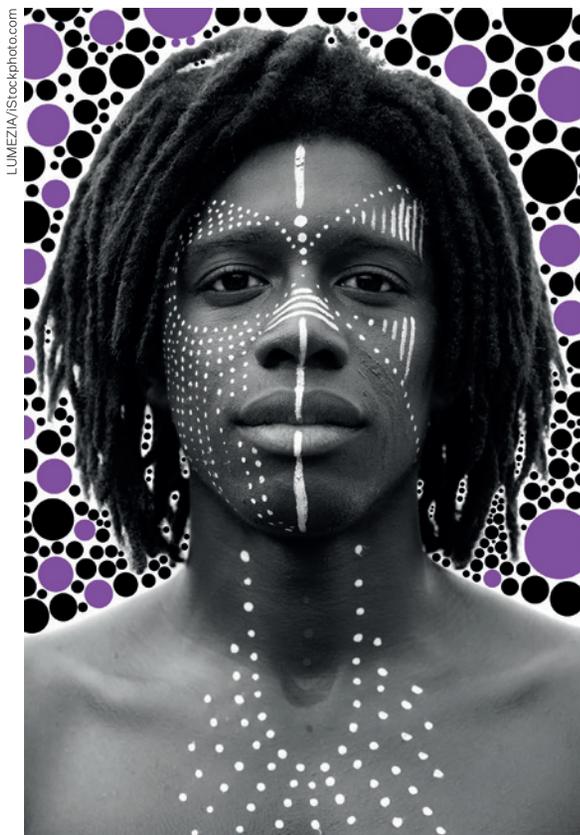
A elaboração de imagens positivas de futuro tem sido objeto de diversas criações artísticas, que buscam expressar ou propor imagens de futuro centradas em filosofias de povos indígenas, amazônicos, africanos, do agreste e outros. O propósito dessas criações é alimentar nosso imaginário com a presença viva desses povos, não apenas no passado – e, de modo agonizante, no presente –, mas também em condições de plenitude e expansão no futuro.

A escritora afrofuturista Lu Ain-Zaila afirma ser indispensável imaginar futuros e desenhá-los, de modo que o propósito do **afrofuturismo** é que ficção e realidade conectem passado, presente e futuro. Contudo, não se trata de repetição do passado, mas de resgate de filosofias ancestrais visando à construção de futuros possíveis. No campo das artes, além da literatura, o afrofuturismo tem importantes representantes na música (o artista Sun Ra) e no cinema (o diretor Ryan Coogler, responsável pelo filme *Pantera Negra*, de 2018).

Não apenas povos africanos e afrodiáspóricos mobilizam imagens, sons e narrativas de futuro com o seu protagonismo, mas também povos indígenas, amazônicos e habitantes de diferentes biomas, como o agreste nordestino e o cerrado brasileiro.



Infográfico
Africanfuturism:
ficção, realidade
e possibilidades



Jovem negro em uma montagem que resgata elementos de sua ancestralidade e o apresenta de forma positiva, bela e leve, em contraposição às representações do povo negro a partir da memória de dor da escravização. Esse é um dos aspectos ligados ao **afrofuturismo**.



A pedagoga e escritora afrofuturista Lu Ain-Zaila.

Habitar o espaço – território, lugar, solo

Tal como o humano é marcado pelo tempo, assim também é atravessado pelo espaço. Somos seres situados, habitando o mundo desde algum lugar, de um território, nos enraizando e sendo nutridos em algum solo. Trataremos o tema de algumas concepções filosóficas sobre espacialidades e territorialidades: lugar e espaço com base na tradição da Filosofia europeia; a cultura como solo e a importância do território segundo perspectivas indígenas e afrorreferenciadas.

Questões sobre o espaço na tradição da Filosofia ocidental

Dentro da tradição da Filosofia europeia, costuma-se dizer que há duas ordens de problemas que concentraram a maior parte das investigações filosóficas sobre o espaço desde a Antiguidade grega: a natureza do espaço e sua realidade. A natureza do espaço concentrou reflexões sob dois eixos principais: i) espaço entendido como lugar das coisas (a posição no espaço dos objetos entre si); e ii) espaço concebido como continente/recipiente, isto é, aquilo que contém todas as coisas e no qual todas elas estão contidas. Para o filósofo grego Platão, o espaço é *khora*, ou, bem resumidamente, um recipiente para tudo o que há.

No debate sobre a realidade do espaço, a perspectiva física/material remonta ao atomismo da Filosofia pré-socrática de Demócrito (460-370 AEC), da cidade de Abdera, que teria instaurado o átomo como princípio básico da realidade, do modo como a *physis* está organizada.

Physis entendida aqui como a natureza das coisas, abrangendo tudo o que existe. Assim como outros de sua geração, Demócrito, filósofo grego antigo, concebeu o espaço vazio a partir da existência dos átomos, que se moveriam em um espaço vazio, infinito. Essa noção foi eclipsada por outras ideias gregas do espaço que prevaleceram por longo período, só tendo sido recuperada no Renascimento por Giordano Bruno (1548-1600). O filósofo italiano afirmava que o espaço era infinito e incorpóreo, além de constituir um fato da experiência. No entanto, com o pensador renascentista condenado à morte pela Santa Inquisição e tendo seus estudos e pesquisas proibidos, o acesso e a divulgação desses conhecimentos foram prejudicados por anos.

Muitos debates se desenvolveram sobre o tema do espaço ao longo da Modernidade, também em diálogo com a possibilidade (ou não) do espaço vazio. O filósofo alemão Gottfried Wilhelm Leibniz (1646-1716) recuperou algumas definições gregas do tempo e do espaço, e afirmou, em suas reflexões, que, assim como o tempo seria uma ordem de sucessão, também o espaço seria uma ordem de coexistências, isto é, ordem de coisas que existem ao mesmo tempo. Nessa perspectiva do espaço, como lugar dos corpos, não seria concebível o espaço vazio, justamente por implicar a ausência de corpos.

A Filosofia grega do atomismo recorre a uma dimensão objetiva, exterior ao sujeito, para justificar a realidade do espaço. Há outro grupo de filósofos(as) que afirmariam, em caminho oposto, a tese da subjetividade do espaço – ainda que cada um(a) a seu modo – assim fizeram alguns filósofos empiristas. Eles identificaram o espaço como um conceito empírico, isto é, que se adquire pela experiência. O empirismo entendia o espaço como uma ideia na mente humana, que, como todas as demais, teria sido forjada com base na experiência. Nesse caso, permaneceria o desafio: como conceber o espaço vazio de acordo com a experiência?

Só na metade do século XVIII é que os experimentos em Física de Leonhard Paul Euler (1707-1783) comprovaram empiricamente a existência do vácuo, isto é, a ausência até mesmo de ar, em determinado espaço, provando a tese do espaço vazio. As pesquisas da Física do inglês Isaac Newton (1643-1727) afirmavam tanto a concepção de espaço absoluto (totalidade), reforçando o recurso à dimensão objetiva nas hipóteses sobre o espaço, como também do espaço relativo. Essa parte da concepção de um espaço que pode ser mensurado pelo ser humano, relacionando, assim, espaço e subjetividade. Na sua relação com o sujeito, assinala-se a dimensão subjetiva nas reflexões sobre o espaço.

Já para o filósofo alemão Immanuel Kant (1724-1804), havia uma diferença entre o conceito de espaço e o conceito de lugar. Para ele, lugar indicaria uma posição, marcando, desse modo, relações entre as coisas **no espaço** – e não o espaço propriamente dito.

Contribuindo de modo decisivo para as discussões filosóficas sobre tempo e espaço e sua relação com o sujeito, Immanuel Kant afirmou o espaço – e isso também vale para o tempo – como condição da percepção sensível humana. Isso significa que, para essa Filosofia, tudo que uma pessoa percebe por meio dos cinco sentidos aparece para ela como algo espacial e temporal. Contudo, o tempo e o espaço não estão na realidade em si, mas no modo como a realidade é apreendida pelo ser humano. São, assim, formas da sensibilidade humana, é o jeito pelo qual o humano conhece o mundo.

O espaço é uma representação necessária, a priori, que fundamenta todas as intuições externas. Não se pode nunca ter uma representação de que não haja espaço [...]. Consideramos, por conseguinte, o espaço [e o tempo] a condição de possibilidade dos fenômenos, não uma determinação que dependa deles; é uma representação a priori, que fundamenta necessariamente todos os fenômenos externos.

KANT, Immanuel. Estética transcendental – Do espaço. In: KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2001. A 24/B 39.

Desse modo, Kant ressalta a dimensão de subjetividade quando se refere ao espaço e ao tempo. Ainda que não possam ser manipuladas pelo sujeito, marcam sua forma de estar no mundo, afirmando, assim, o humano como um ser espaço-temporal, diferenciando-o de outros seres.

Para a Filosofia contemporânea de Martin Heidegger, a espacialidade seria uma das características do existir humano, nomeado por ele como *dasein* (o ser-ai), que o diferencia de outras existências. Para ele, o humano, como ser lançado no mundo, estaria sempre em relação de proximidade ou distância das coisas e das possibilidades, dentro do conjunto de relações possíveis que se dariam no espaço.

Espaços urbanos na geografia de poderes



A partir de algumas cosmopercepções, podemos entender a relação com o espaço também como relação com o solo ancestral, com o lugar que habitamos, de pertencimento à Terra e ao território. Nessa seara, ganham destaque as espacialidades compreendidas com base em espaços tradicionais ou de rupturas com os espaços hegemônicos de opressão, estes últimos representados pelas grandes **cidadades**, espaços para o exercício de grandes articulações de poderes.

Lugar de referência para diversas culturas ao longo do tempo e especialmente disseminada no modelo hegemônico industrial-urbanizado a partir da Modernidade, a cidade carrega em si uma contradição: é um espaço que agrega e segrega. Assim denuncia Nego Bispo: “O que é a cidade? É o contrário da mata. O contrário de natureza. A cidade é um território **artificializado, humanizado**. A cidade é um território arquitetado exclusivamente para os humanos”³. Na cidade, não só as demais vidas que tentam habitá-la são destruídas, mas até mesmo outros seres humanos são segregados.

Como todo espaço de poder, a cidade é lugar de exclusões, mas também espaço de articulação de resistências. O filósofo francês Michel Foucault (1926-1984) argumenta que não há exterioridade ao poder e que, onde há poder, há resistência. Isso significa que não existe um lado de fora para o qual se possa fugir das relações de poder, já que ele permeia todas as relações sociais e é de dentro do próprio poder que surge seu antagonismo, a resistência.

Assim é a favela: espaço estruturado caoticamente com base em processos de exclusão, mas, justamente por isso, é, também, território potente de resistências. Conhecida por ser um espaço urbano de habitação precária e infraestrutura deficitária, é, igualmente, espaço de riqueza cultural, baseada na diversidade de corporalidades não hegemônicas e seus modos de viver insurgentes que nela habitam. É nessa borda da cidade, que está à margem, que a favela estabelece o cruzamento de tradições com outras geografias de saberes, como os povos indígenas, africanos e afrodiaspóricos, para os quais possui grande relevância o conceito de território, como lugar de pertencimento. No território está enraizada a ancestralidade, inserida na natureza e toda a sabedoria que jorra dessa fonte.

A favela é um território que abriga enorme diversidade, espaço da confluência de vivências, de saberes e de corporalidades que, mesmo atravessadas pela violência da desterritorialização, emanam a potência da recriação de seus modos de habitar o espaço, ainda que forçadamente. Assim, a favela evidencia seu potencial para ser pensada como território ancestral, ainda que deslocado de seu lugar, adensado, comprimido, agudizando a contradição: um verdadeiro **quilombo urbano**. Espacialidade (quase) sem espaço, que subverte, transgredir e se afirma no puxadinho, na arquitetura improvisada que cresce verticalmente, conquistando outros espaços e epistemologias baseados na laje.

Territorialidades afrorreferenciadas

Alguns territórios tradicionais de matriz africana ou afrodiaspórica, como comunidades quilombolas ou de terreiro, por terem sempre estado à margem dos centros de poder, proibidos e perseguidos ao longo de nossa história, nunca foram totalmente capturados pelos processos de colonização, perpetuados na colonialidade. Podem, assim, configurar-se como territórios contracoloniais, de pertencimento e (re)criação de modos de habitar o espaço.

Desse modo, Mam'etu Kafurengá (1973-), nascida Maria Balbina dos Santos, pedagoga e sacerdotisa do terreiro de candomblé bantu-indígena Nzo Caxuté (Valença/BA), afirma que:

[...] o espaço de terreiro é um território grafado por sacralidades, saberes e fazeres ancestrais, bem como de planejamento de estratégias políticas de resistência do povo preto e indígena. [...] Assim, quando falamos do “território do terreiro” ou “território da comunidade” estamos nos referindo a um local que é nosso não no sentido da propriedade privada da terra, e sim entendido como local que permite o desenvolvimento da nossa cosmovisão e autonomia frente à sociedade.

SANTOS, Maria Balbina dos [KAFURENGÁ, Mam'etu]. *Pedagogia do terreiro: experiências da primeira escola de religião e cultura de matriz africana do baixo-sul da Bahia*. Simões Filho: Kalango, 2019. p. 31.

Gerson Gerloff/Pulsar Imagens



De acordo com Nego Bispo, as cidades são territórios pensados e estruturados apenas para os seres humanos. A fotografia retrata pessoas em situação de rua, cena muito comum do cotidiano das cidades com enorme déficit habitacional e pessoas sem ter onde morar. Porto Alegre (RS), 2023.

J.L. Buicão/Pulsar Imagens



Comunidade Dona Marta. Rio de Janeiro (RJ), 2011.

Aliás...

Para aprender mais sobre o conceito de quilombo, veja o Capítulo 15, “Organizações políticas sob a perspectiva das comunidades”.

³ SANTOS, Antonio Bispo dos. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu, 2023. p. 18, grifo nosso.



Joacy Souza/Alamy/Fotorena

Dique do Tororó, com esculturas de alguns orixás, que integra arte e natureza, valorizando a cultura brasileira afrodiáspórica do candomblé. Salvador (BA), 2022.

Após todo o doloroso processo de desterritorialização da população africana na diáspora forçada nas Américas, tanto os espaços de quilombo, mais afastados dos espaços urbanos, como os espaços de terreiro, na margem das urbes, foram (e ainda são) espaços de cura, **lugares de recomposição ontológica**, baseados nos valores civilizatórios afroreferenciados, adaptados ao novo território. Assim, ancestralidade, irmandade, família estendida, circularidade, corporeidade, oralidade, ludicidade, integração, conexão com a natureza são alguns desses princípios orientadores da vida nesses territórios. O sociólogo e filósofo brasileiro Muniz Sodré (1942-) destaca que:

[...] embora o terreiro possa ser em conjunto apreendido por critérios geotopográficos (lugar físico delimitado para o culto), não deve, entretanto, ser entendido como um espaço técnico, suscetível de demarcações euclidianas. Isso porque ele não se confina no espaço visível, funcionando na prática como um ‘entrelugar’ – uma zona de interseção entre o invisível (*orum*) e o visível (*aiê*) – habitado por princípios cósmicos (orixás [*minkisi/voduns*]) e representações de ancestralidade [...]. O espaço sagrado negro-brasileiro é algo que refaz constantemente os esquemas ocidentais de percepção do espaço, os esquemas habituais

de ver e ouvir. Ele fende, assim, o sentido fixo que a ordem industrialista pretende atribuir aos lugares e, aproveitando-se das fissuras, dos interstícios, infiltra-se. Há um jogo sutil de espaços-lugares na movimentação do terreiro.

SODRÉ, Muniz. *O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019. p. 77.

O objetivo é valorizar esses territórios de recriação das estratégias de ser e viver no modo afroreferenciado. Tais povos tradicionais de matriz africana, ao lado dos povos indígenas, não são grupos residuais que estariam presos ao passado, mas, sim, onde habitam nossas mais prenes possibilidades de futuro: um futuro baseado na (re)conexão com a ancestralidade, a natureza, o território.

Ferramentas da Filosofia



A importância do solo para a cultura

Encontramos uma importante referência do conceito de cultura como solo nos escritos do filósofo argentino Rodolfo Kusch. Segue trecho de *O verdadeiro significado do solo*.

Atrás de toda cultura há sempre o solo. Não se trata de terrenos como a rua Potosí de Oruro, ou Corrientes de Buenos Aires, ou pampas, ou serras, mas sim um lastro no sentido de ter os pés no solo, como ponto de apoio espiritual, mas que nunca consegue ser fotografado, porque não é visto. [...]

Esse solo assim enunciado, que não é coisa, não é tocado, mas que pesa, é a única resposta quando se faz a pergunta sobre a cultura. Ele simboliza a margem de raízes que toda cultura deve ter. É por isso que alguém pertence a uma cultura e se volta para ela em momentos críticos para criar raízes e sentir que parte de seu ser está presa ao solo. Pensa-se então que sentido tem toda essa pretensa universalidade enunciada por quem não entende o problema. Não há outra universalidade senão esta condição de estar caído no solo, mesmo que seja no planalto ou na selva. Daí o enraizamento e, pior ainda, a necessidade desse enraizamento, porque senão a vida não tem sentido. É o grande paradoxo da cultura. Se, por um lado, é a mais cruel das revoluções porque nos despoja por completo (pense na nudez de Van Gogh), por outro, é o domicílio definitivo no mundo, pois sua missão é uma nova criação do mundo. Realmente não devemos entender as transformações, a não ser nesse sentido único que a cultura proporciona, como algo que aponta para nada mais do que minha vida aqui e agora.

[...] Cultura significa a mesma coisa que cultivo. Mas não sabemos o que cultivar. Não sabemos onde está a semente. Será necessário retornar a quem se enraíza nela. Mas pensemos também que esta semente está em nós. Isso é o que aquele xamã de Tiahuanaco queria me dizer. *Ucamau mundaja*, ‘o mundo é assim’. A semente está deste lado do mundo. Um xamã indígena realmente sabe muito mais sobre essas coisas do que nós. Só sabemos alfabetizar. É um papel muito pobre. Teríamos que decidir pelo xamã indígena. Vamos fazer isso pela América. [...]

KUSCH, Rodolfo. *Geocultura del hombre americano*. In: *Obras completas*. Tradução: Jefferson Santos para fins pedagógicos. Rosario: Editorial Fundación Ross, 2000. p. 109-111.

Aliás...

Para saber mais sobre outros aspectos do conceito de cultura, veja o Capítulo 11, “Estética(s) da existência”.

1. Explique a compreensão da cultura como solo para o filósofo Rodolfo Kusch.
2. De acordo com o texto, por que o enraizamento no solo seria necessário?

Territorialidades indígenas e povos tradicionais: corpo-território e espaço-natureza

Em diálogo com filosofias da ancestralidade e do encantamento, povos indígenas vivem o tempo e o espaço com base em relações de pertencimento ao território. Considerando que as identidades indígenas se constituem de acordo com essas relações, é importante compreender que esses grupos não se formam segundo a ideia de raça, mas de povos e nações, com diferentes idiomas, cosmologias, espiritualidades, territorialidades etc. Entretanto, apesar dessas diferenças, é possível identificar elementos em comum entre filosofias indígenas diversas, como podemos observar nas reflexões trazidas pelas filósofas e educadoras Márcia Kambeba (1979-) e Eliane Potiguara (1950-).

No livro *Metade cara, metade máscara*, Eliane Potiguara estabelece uma relação entre territorialidade, ancestralidade e espiritualidade indígena:

Essa filosofia de vida nada mais é que uma estratégia infinitamente condizente com a cultura indígena. [...] O povo indígena sobrevive há séculos de opressão porque tem como maior referencial a tocha da ancestralidade, do perceber intuitivo, da leitura e da percepção dos sonhos, do exercício da dança como expressão máxima da espiritualidade e da valorização da cultura, das tradições, da cosmovisão personificada na figura dos mais velhos e das mais velhas, os idosos planetários. [...] Um território traz marcas de séculos, de culturas, de tradições. É um espaço verdadeiramente ético, não é apenas um espaço físico como muitos políticos querem impor. Território é quase sinônimo de ética e dignidade. Território é vida, é biodiversidade, é um conjunto de elementos que compõem e legitimam a existência indígena. Território é cosmologia que passa inclusive pela ancestralidade.

POTIGUARA, Eliane. *Metade cara, metade máscara*. Rio de Janeiro: Grumín edições, 2018. p. 97; 119.

Esse cultivo da ancestralidade valoriza não apenas os nossos mais velhos – tanto os antepassados visíveis como os que já se encantaram, que são lembrados e homenageados no âmbito da família estendida (familiares e amigos) –, mas também os ancestrais dos diversos territórios, dos diferentes solos culturais, que são reverenciados como parte das nossas raízes. Os idosos planetários, como aparece na citação de Eliane Potiguara, evidenciam que a ancestralidade não se restringe à humanidade, se expandindo para tudo o que é vivo na natureza: as montanhas mais antigas, os rios das origens das civilizações, as árvores centenárias, as sementes crioulas e até o reino animal trazem em si o elemento da ancestralidade.

Com base nas reflexões trazidas neste capítulo, sobre temporalidades e territorialidades em diferentes filosofias, cabe voltar à epígrafe e à imagem que abriram essa conversa. O ensinamento iorubá aponta para os impactos que nossas ações no presente podem ter não somente agora e no futuro, mas também no passado. Ao fortalecer e resgatar ensinamentos ancestrais, buscando o que ficou atrás, povos indígenas e africanos, continentais e diaspóricos, realizam um movimento *sankofa* e, assim, vivificam e atualizam saberes ancestrais hoje. Com isso, buscam encontrar orientações para lidar com desafios do presente, do passado e do futuro de nossas gerações.

A escritora e filósofa
Eliane Potiguara.



Arquivo pessoal

Aliás...

Para aprofundar essas discussões, veja também o Capítulo 20, “Como habitamos a Terra?”.



Integrando saberes

A questão agrária no Brasil

O problema habitacional e fundiário, que envolve posse e distribuição de terras e outras habitações, é um dos maiores desafios que afetam o mundo hoje, com enorme concentração de propriedades nas mãos de poucos e muitas outras pessoas em situação de rua e/ou em migração forçada.

Você sabia que o Brasil é um dos países com maior concentração fundiária do mundo? Aqui predominam os grandes latifúndios, com cidades muito adensadas e as pessoas sendo obrigadas a pagar aluguel para ter moradia. Para lutar pela superação dessas contradições, foi criado o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), cuja bandeira principal é a reforma agrária.

No ano de 2024, o MST comemorou 30 anos, batendo recorde de produção de gêneros alimentícios sem agrotóxico, baseada em um modelo de agricultura familiar, em pequenas e médias propriedades. É importante articular a questão da terra no Brasil com os conteúdos de História, pensando as possíveis origens para os problemas que vivemos hoje. No início da invasão do Brasil e da colonização portuguesa, esse vasto território com massiva ocupação indígena foi dividido em apenas 14 capitânicas hereditárias, cuja gestão foi repassada para algumas poucas pessoas escolhidas em Portugal.



Ferramentas da Filosofia

Saberes da floresta



No texto a seguir, em uma abordagem distinta da educação escolar nas cidades, Márcia Kambeba explica como o tempo e o território constituem elementos fundamentais da educação indígena.

Na cultura dos povos indígenas, o tempo é de fundamental importância na construção das territorialidades, da aprendizagem de modo particular. O tempo de aprender na aldeia obedece a uma dinâmica que não é a mesma utilizada nas escolas da cidade.

Estuda-se debaixo de árvores, na beira do rio, sentado na proa da canoa, pescando ou ouvindo assobio. Estuda-se lavando roupa, sob o sol e no calor da roça, ouvindo histórias da lua, narrativas que o pai conta. A educação indígena precisa de um espaço mais amplo que a sala de aula: os bancos são os troncos das árvores, o lápis é o graveto, o papel pode ser a terra, o chão [...].

O território é fundamental para o desenvolvimento de práticas culturais, sociais, políticas, sagradas, necessárias ao bem viver de um indivíduo, de um povo, criando teias, ligando pontes, partilhando saberes. Todos somos um território porque em nós, a cada momento, algo novo chega e contribui para o enriquecimento pessoal e coletivo. Nesse ensinar e aprender, os povos indígenas resistiram séculos e continuam se territorializando no corpo físico e espiritual para manter viva a chama da ancestralidade. [...]

Vivemos um novo tempo, com novos pensamentos, novas estratégias de resistência e sobrevivência, em que os elementos da cidade podem ser encontrados na aldeia. [...] Mas a cultura indígena também precisa ser percebida pelo olhar de quem dará continuidade a esse legado. É preciso fazer ciência sem esquecer a ciência ensinada pelos anciãos, a contribuição dos povos originários para os saberes da cidade, a base civilizatória para a formação do Brasil.



José Carlos A. da Silva

Márcia Kambeba, da etnia omágua kambeba, do Amazonas, é geógrafa, poeta, cantora e compositora. Amazonas, 2019.

KAMBEBA, Márcia. *Saberes da Floresta*. São Paulo: Jandaíra, 2020, p. 41-42; 49.

1. Explique a importância do tempo e do território para a educação indígena, de acordo com Márcia Kambeba.
2. Identifique no texto um trecho que expresse uma concepção circular ou linear do tempo. Justifique sua resposta.

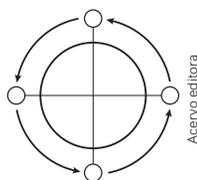


1. Elabore um mapa conceitual da noção de **território**, articulando ao menos quatro palavras ou expressões que estejam no mesmo campo semântico, isto é, que com ela se relacionem, auxiliando a compreender melhor o conceito.



2. Qual é a importância da ancestralidade para a filosofia dos povos originários? Considere o recorte africano, afrodiaspórico ou indígena.
3. Por que para os empiristas da Modernidade era difícil conceber o espaço vazio?
4. Com base nas teorias do tempo e da história estudadas neste capítulo, identifique os elementos listados a seguir relacionados às perspectivas de tempo. Marque em seu caderno para cada alternativa a sigla TL (tempo linear) ou TC (tempo circular).
 - a) Começo, meio e fim.
 - b) Filosofia moderna ocidental.
 - c) Ancestralidade.
 - d) Ênfase na cronologia, com base no conceito de *chronos*.
 - e) Começo, meio, começo.
 - f) Filosofia dos povos originários (indígenas, africanos, afrodiaspóricos).
 - g) Progresso.
 - h) Conexão com os ciclos da natureza.
 - i) Linha ascendente entre passado, presente e futuro.

5. O cosmograma bakongo divide o tempo da vida de tudo o que há (seres vivos, projetos, corpos celestes), organizando-o em fases.



Representação simples do cosmograma bakongo.

Acervo editora

- a) Descreva como o cosmograma bakongo faz a divisão do tempo em fases.
- b) Explique o que representa cada uma dessas fases.

6. O que significa afirmar, com base na filosofia de Martin Heidegger, que “a existência humana se compreenderia primordialmente não a partir do presente, mas, sobretudo, a partir da dimensão do futuro”?

7. Indique quais, entre os valores listados a seguir, são valores aforreferenciados que formam a cultura brasileira e seu povo, e que são nutridos nas comunidades de terreiro.

- a) Oralidade
- b) Individualismo
- c) Importância da família estendida (laços sanguíneos e comunitários)
- d) Supervalorização da mente e desqualificação das potências corporais
- e) Integração com a natureza
- f) Verticalidade
- g) Ancestralidade
- h) Corporeidade
- i) Separação entre ser humano e natureza
- j) Irmandade

8. Dividam-se em grupos de até 3 pessoas e façam uma pesquisa sobre os territórios indígenas e quilombolas que existem no estado ou na região em que a escola fica localizada. A ideia é apresentar a pesquisa compartilhando com os demais grupos, a fim de mapear:

- a) Quais são os territórios que já passaram por todo o processo de demarcação de suas terras? Quando esses processos ocorreram?
- b) Quais são os territórios que ainda estão passando pelo processo de demarcação de suas terras? Desde quando vivenciam esse processo?

É importante destacar quais são as etnias indígenas ou grupos culturais quilombolas que habitam os territórios destacados tanto no item **a**, quanto no item **b**, buscando informações sobre sua origem e traços culturais.

Escrita filosófica

Escrita criativa sobre o futuro



Pesquise e leia a “[Carta] de Denilson Baniwa para o parente que vive na Terra Indígena Marte” (disponível em: <https://cartasindigenasaobrasil.com.br/cartas/de-denilson-baniwa-para-os-indigenas-de-marte-10-2020/>. Acesso em: 15 ago. 2024). Inspirado(a) nessa carta, elabore um texto, na forma de uma escrita criativa sobre o futuro, considerando pelo menos uma das diferentes concepções de tempo, futuro e territorialidades estudadas neste capítulo. O formato do texto é livre, podendo ser um conto, crônica, diálogo, carta, poesia, quadrinhos, teatro, entre outros. O limite da redação também é livre, desde que tenha, no mínimo, dez linhas.

Globalização, colonialidade e poder

“No mundo do poderoso não cabem mais que os grandes e seus servidores. No mundo que nós queremos cabem todos. O mundo que queremos é um onde caibam muitos mundos [...]”

(Exército Zapatista de Libertação Nacional)¹

Mural feito pelo artista brasileiro Eduardo Kobra, um dos mais reconhecidos muralistas da atualidade.



© KOBRA, Eduardo/AUTVVIS, Brasil, 2022

Paz entre as Nações
/ Peace Among
Nations – Noruega.

O debate sobre a globalização

Certamente você já ouviu falar em **globalização**. Mas qual é o significado e quais são os debates e disputas em torno desse fenômeno tão multifacetado? Pois bem, neste capítulo estudaremos a globalização enquanto relação de poder, correlacionando-a com o tema da colonialidade e seus desdobramentos. Vamos encarar esse desafio?

O debate sobre a globalização existe desde a transição dos anos 1960 para os anos 1970, ganhando fôlego a partir dos anos 1980. Mas, mesmo não sendo um debate novo, é certo que existe elevado grau de imprecisão sobre o seu conteúdo e significado, como ocorre com outros conceitos nucleares das Ciências Humanas e Sociais, como Estado e classe social, por exemplo.

A literatura especializada registra diferentes metáforas relacionadas à globalização, tais como **Terceira Onda**, do futurista estadunidense Alvin Toffler (1928-2016), **Aldeia Global**, do filósofo canadense Marshall McLuhan (1911-1980) e **Economia-mundo**, do historiador francês Fernand Braudel (1902-1985). Também existem distintas compreensões sobre suas origens e características, havendo autores como o sociólogo inglês Roland Robertson (1938-2022), para quem a globalização teve sua origem com as Grandes Navegações, no início da Idade Moderna, em oposição à economista luso-brasileira Maria da Conceição Tavares (1930-2024), para a qual a globalização é um processo contemporâneo, vinculado às novas dinâmicas do capitalismo.

¹ COMITÊ CLANDESTINO REVOLUCIONÁRIO INDÍGENA. Quarta Declaração da Selva Lacandona. In: COLETIVO DE ESTUDOS ANARQUISTAS DOMINGOS PASSOS. México, 1º jan. 1996. Disponível em: <https://www.nodo50.org/insurgentes/textos/zapatismo/lacandona4.htm>. Acesso em: 6 set. 2024.

Portanto, inexistem definições universalmente aceitas sobre a globalização e suas características. Por isso, o sociólogo britânico David Held (1951-2019) e o internacionalista estadunidense Anthony McGrew trazem um conceito básico de globalização. Para eles, globalização refere-se à aceleração e ao aprofundamento dos fluxos e padrões inter-regionais de interação social, alterando as escalas da organização social e ampliando o alcance das relações de poder nas grandes regiões do mundo. Trata-se de um processo desagregador e não uniforme, que afeta desigualmente a população mundial, alguns sendo beneficiados e outros não. Held e McGrew também destacam a existência de dois grandes grupos ou vertentes no debate sobre a globalização: céticos e globalistas. Vamos conhecê-los?

Segundo Held e McGrew, os céticos questionam diferentes aspectos da globalização, como o quanto de global ela contém, já que global não é sinônimo de universal. Também questionam a falta de referências espaciais claras para a globalização, alegando inexistir marcos distintivos sobre escalas como internacional, transnacional ou global.

Os autores classificados como céticos igualmente questionam categorias como economia global, cultura global ou sociedade global, alegando falta de critérios ou evidências empíricas sobre seus conteúdos e significados. Logo, na literatura cética, o termo “globalização” teria antes de tudo um caráter ideológico, equiparável a (neo)imperialismo, estando a serviço das grandes potências (nações) e conglomerados (empresas) capitalistas. Além disso, seria tão amplo e impreciso, com baixa densidade descritiva ou explicativa, que seria impossível operacionalizá-lo. Por esses motivos, deveria ser descartado.

Já os globalistas, embora não neguem que a globalização possa beneficiar as grandes forças políticas e econômicas do Ocidente, argumentam que ela expressa mudanças estruturais nas ordens social, política, econômica e cultural, que se aceleraram nas últimas décadas com o avanço exponencial da tecnologia. Do mesmo modo, enfatizam as crescentes interconexões entre temas como meio ambiente e segurança (militar, territorial, ambiental, energética, entre outros). Todavia, a ênfase globalista nas grandes mudanças do presente não os fazem necessariamente sublimar sua dimensão histórica. Nesse sentido, passado e presente podem estar articulados na produção da realidade vivida, sendo essenciais para a compreensão da globalização e de seus impactos e contradições.

Para Held e McGrew, os globalistas entendem a globalização como um conjunto amplo de processos interconectados que operam em diversos campos ou esferas da vida humana (econômica, política, social, cultural). Igualmente, negam quaisquer pressupostos **apriorísticos** de que a globalização seja uniforme, universal, ou que impacte as diferentes atividades humanas do mesmo modo ou com a mesma intensidade. Dessa forma, a globalização conduziria a uma reestruturação dos princípios ordenadores da vida social e da própria ordem mundial, com reflexos significativos sobre a organização socioeconômica, a soberania nacional e a dinâmica dos poderes globais.

Quem ganha e quem perde no “jogo” da globalização



Há diferentes enfoques nas reflexões sobre a globalização. No final dos anos 1990, debatendo a relação entre globalização e desigualdade, o sociólogo sueco Göran Therborn (1941-) afirmou que esse fenômeno tendia a concentrar renda, privilegiar o dinheiro sobre o trabalho e valorizar o **capital financeiro** sobre o **capital produtivo**.

No mesmo sentido, a socióloga Miriam Limoeiro Cardoso destaca que, entre os principais problemas do atual estágio de acumulação capitalista, o mais expressivo é o **desemprego estrutural** e massivo. Para a brasileira, as grandes inovações tecnológicas e organizacionais das últimas décadas dispensaram mão de obra e produziram uma massa de desempregados marginalizada e excluída, em que pesem os ganhos de produtividade em benefício das grandes corporações transnacionais.

Já para o economista egípcio Pierre Salama (1942-2024), a feição neoliberal da globalização tende a beneficiar as economias mais fortes, as grandes empresas e as elites locais, em especial nos países subdesenvolvidos. De acordo com Salama, a abertura indiscriminada dos mercados e a flexibilização dos direitos laborais tende a prejudicar os trabalhadores e exacerbar as desigualdades socioeconômicas.

GLOSSÁRIO

Apriorístico: que atribui relevância aos conceitos, saberes e conhecimentos que independem da experiência ou da prática.

Capital financeiro: títulos, ações e outros ativos que circulam na economia e podem ser convertidos em moeda corrente.

Capital produtivo: recursos financeiros aplicados na produção de bens e produtos, como na construção de fábricas e indústrias.

Desemprego estrutural: decorre da aplicação intensiva de recursos tecnológicos na produção, dispensando mão de obra, mesmo quando há crescimento econômico.

Neoliberal: relativo à doutrina socioeconômica que busca radicalizar os fundamentos do liberalismo clássico, como Estado mínimo e abertura econômica.

Proletarização: processo pelo qual profissionais liberais, como médicos e advogados, além de pequenos e médios empresários, tornam-se trabalhadores assalariados.

Os resultados das pesquisas de Therborn, Cardoso e Salama sugerem que a globalização teria uma carga predominantemente negativa, ao menos para os países periféricos e para as classes trabalhadoras. No geral, essas pesquisas apontam que, no ganha e perde da globalização, os ricos tendem a ficar mais ricos e os pobres mais pobres, sendo certo que as próprias camadas médias rumariam para a **proletarização** e o empobrecimento. Por isso, no final dos anos 1990, surgiram diversos movimentos antiglobalização. Esses movimentos argumentam que a lógica **neoliberal** predominante na globalização reforça as desigualdades sociais e as assimetrias de poder, tanto nacional quanto internacionalmente. Mas a globalização tem de ser assim ou existem alternativas a esse modelo seletivo e excludente?

Outro crítico da globalização é o geógrafo brasileiro Milton Santos (1926-2001). Segundo ele, a globalização é marcada por uma dupla tirania, da informação e do dinheiro, e por padrões insustentáveis de consumo, violência, marginalização e exclusão social, configurando o que denomina **globalização perversa**. Para Santos, o progresso científico e tecnológico das últimas décadas tem sido apropriado quase que privadamente por um pequeno número de atores globais, entre países, empresas e pessoas. Essa é a face excludente da globalização.



"Globalização" do cartunista Moisés, publicada em 9 de fevereiro de 2020, satiriza o caráter excludente da globalização, uma festa na qual os pobres não têm lugar ou da qual só podem participar em condições subalternas e periféricas. Disponível em: <https://www.moisescartuns.com.br/2020/02/globalizacao.html>. Acesso em: 17 set. 2020.

MOISÉS (ceno do cartunista)

Para ampliar

Assista

A corporação (The corporation), direção de Jennifer Abbott e Mark Achbar (Big Picture Media Corporation, 2003, 145 min). Com depoimentos de empresários, analistas e outras personagens, o documentário destaca a história e a centralidade das grandes corporações no mundo globalizado.



Zeitgeist Films



"Por uma outra globalização"

Para Milton Santos, existe uma transição em marcha. Isso significa que algo novo está sendo gerado, e os sinais dessa mudança são cada vez mais nítidos. Santos afirma que a globalização não reproduz nem dá continuidade a movimentos anteriores, uma vez que a humanidade está vivendo uma mudança radical na técnica informacional, nas novas tecnologias robóticas, cibernéticas etc. Todavia, ele alerta para o fato de que o avanço das novas tecnologias e as formas como são utilizadas estão diretamente relacionadas à política.

Um dos campos nos quais essa mudança está em curso é o da **cultura**. Para o autor, a cultura de massa, que emergiu no século XX homogeneizando estéticas, saberes e práticas da ótica do mercado, está sendo confrontada pela reemergência das culturas populares, locais, marcadas por ancestralidades, territorialidades e múltiplos sentidos de pertencimento. Santos chega a falar de uma “revanche da cultura popular”, especialmente quando as produções locais, comunitárias, difundem-se por instrumentos típicos da cultura de massas, como rádio, TV e redes sociais. Essa produção cultural vinda de baixo revela o próprio movimento das sociedades, trazendo uma mudança cujos impactos não demorarão a ser sentidos.

Outro aspecto destacado por Milton Santos é a **migração** das massas periféricas e subalternizadas rumo ao norte capitalista, com impactos profundos nas relações sociais e na divisão do trabalho. Os movimentos migratórios rumo à Europa e aos Estados Unidos estão levando a uma colorização dos países que (ainda) formam o núcleo dinâmico do capitalismo global, reconfigurando suas relações sociais. Um dos reflexos dessa reconfiguração está na divisão do trabalho. Enquanto a divisão laboral capitalista está submetida a racionalidades hierarquizantes, as novas realidades da flexibilização e da precarização do trabalho ensejam uma solidariedade endógena, forjada dentro de grupos e comunidades, cuja complexidade, adaptabilidade e riqueza parecem maiores e significativas. Nesse sentido, etnicidade, sociedade e trabalho são vistos por Santos como vetores de transformações e mudanças.

Um terceiro campo da reflexão de Milton Santos diz respeito à centralidade dos **países periféricos**. Apesar de reconhecer o papel crucial que Estados Unidos, Europa e Japão exercem na ordem internacional, ele aponta para novas forças emergindo, como China, Índia e Rússia, além de Afeganistão, Irã, Iraque, Malásia, Paquistão e da própria América Latina. Essas forças pressionam por mudanças que tendem a favorecer modelos alternativos de desenvolvimento e inserção internacional. Isso revelaria uma globalização de baixo para cima, na qual a busca de um lugar entre as grandes potências globais seria sublimada em favor de questões sociais, culturais e morais.

Milton Santos reconhece que a globalização resulta de ideologias restritivas que se apresentam como verdades inquestionáveis, congelando a vida e limitando os horizontes. Em oposição, reitera a pertinência das utopias, conjugando valores fundamentais como liberdade e felicidade com saberes locais, tradicionais, que se conectam em redes de vitais em favor da humanidade. Em contraponto ao “fim da história”, Santos afirma um novo mundo, com novos sentidos filosóficos capazes de ressignificar a existência das pessoas e do próprio planeta.

Aliás...

A discussão sobre arte, cultura e indústria cultural pode ser vista no Capítulo 11, “Estéticas da existência”.



Cartaz afirmando “A França é toda sobre imigração”, com jovens imigrantes no primeiro plano. Paris, França, 2024.

Durante a abertura das Olimpíadas de Paris, organizações de imigração manifestaram-se na capital francesa contra as consequências negativas dos jogos para a população da cidade.

Para ampliar

Leia

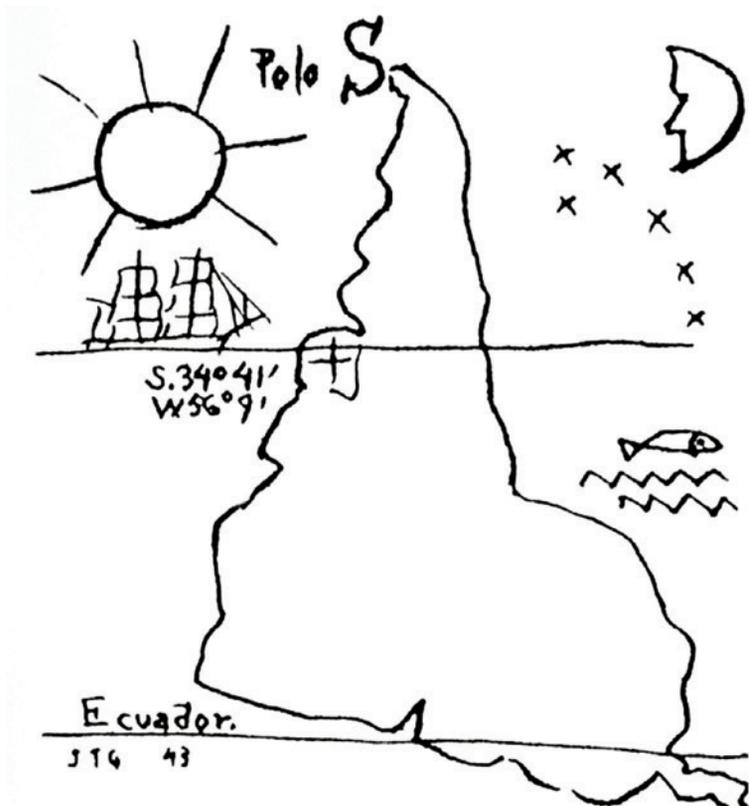
Por uma outra globalização, de Milton Santos (Record, 2004).

A obra debate a visão dominante sobre a globalização, tecendo críticas às diferentes perspectivas reducionistas. Ao final, aponta para possibilidades alternativas que nos permitiriam pensar em “uma outra globalização”.



Editora Record

Abaca Press/Alamy/Fotoarena



Joaquín Torres García.
América invertida, 1943.

A ilustração do uruguaio Joaquín Torres García representa o mapa da América do Sul de cabeça para baixo e simboliza o movimento decolonial, que afirma: “nosso Norte é o Sul”. Por meio dessa ideia, o movimento busca combater a força política da colonialidade sobre o nosso continente.

Falando nisso...

Fórum Social Mundial

Entre as iniciativas críticas à globalização está o **Fórum Social Mundial** (FSM), um evento internacional organizado por movimentos sociais e entidades da sociedade civil que visa elaborar alternativas para uma transformação social global. O FSM defende que “um outro mundo é possível”, promovendo debates, troca de experiências e articulações entre os diversos movimentos, redes e organizações da sociedade civil. As atividades são abertas e formulam propostas que sirvam de alternativa ao padrão socioeconômico mundial. O primeiro FSM foi organizado no Brasil, em Porto Alegre (RS), em 2001. Desde então, o Fórum vem acontecendo em vários outros países, como Canadá, Índia, Mali, México, Senegal, Tunísia e Venezuela.



O Fórum Social Mundial 2024 ocorreu em Katmandu, capital do Nepal. Na imagem, é possível ver um balão simulando o globo terrestre com a frase “Outro mundo é possível”.

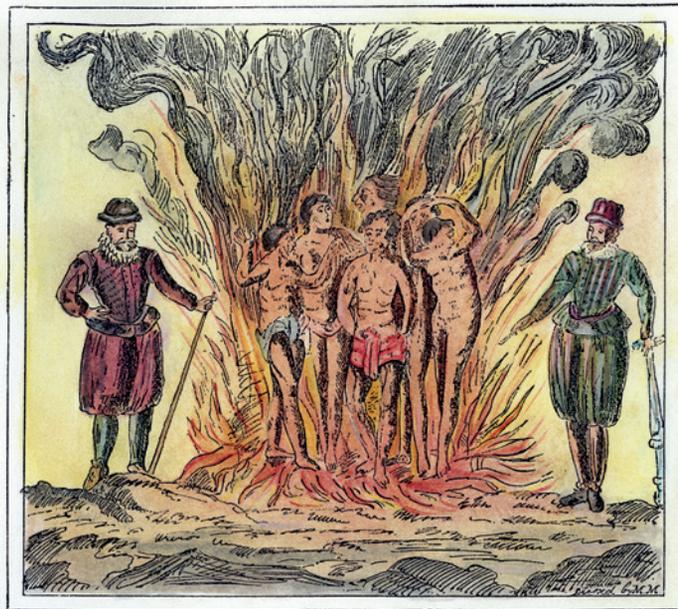
Marty Logan/IPS

Essa perspectiva dialoga com a do filósofo sul-africano Mogobe Ramose (1945-). Ramose questiona o “deus-dinheiro”, que sacraliza a liberdade dos mercados, o lucro dos empreendimentos e a obediência das criaturas, bem como os modelos monogâmicos de lar e família, a erosão das soberanias e os dogmas de competitividade. Diante disso, Ramose propõe a filosofia ubuntu, baseada na solidariedade e na cooperação entre os membros do grupo. Na perspectiva ubuntu, o ser humano é visto como sujeito, não como objeto. Embora merecedor de dignidade e respeito, o ser humano só existe nas suas necessárias relações com os outros. Logo, a globalização capitalista deve ser superada em favor de princípios verdadeiramente universais, como solidariedade, partilha e cuidado mútuo.

Globalização e colonialidade

Um aspecto importante relativo à globalização é a colonialidade. Esse conceito, criado pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano (1928-2018), indica o outro lado da Modernidade, isto é, uma face oculta e negada da história e dos processos econômicos, políticos e culturais que culminaram na globalização atual. Essa outra face revela um padrão de poder global surgido no começo da Era Moderna e atuante ainda hoje. Ainda que remeta a colonialismo e colonização, colonialidade expressa um conceito diferente.

Colonialismo refere-se a determinados períodos históricos e à colonização ocorrida nas Américas, África, Ásia e Oceania, promovida pelos impérios ocidentais europeus e, mais tarde, pelos Estados Unidos. Esse processo se estende do final do século XV ao século XX sendo marcado por violências e distintas formas de opressão. Envolve a ocupação de terras estrangeiras, a economia baseada na escravidão e no trabalho forçado e a exploração dos recursos naturais. Implica o domínio militar, político, econômico e cultural pretensamente justificado pela ação evangelizadora ou pelo progresso civilizacional.



Granger/Fotoarena

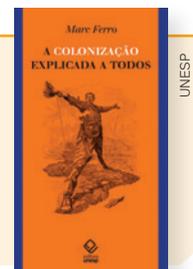
Samuel de Champlain. Conquistadores espanhóis queimando nativos, cerca de 1600. Ilustração representando a crueldade dos colonizadores espanhóis com os povos nativos da América. A dominação militar é um dos principais aspectos da colonização.

Para ampliar

Leia

A colonização explicada a todos, de Marc Ferro (Editora Unesp, 2017).

O historiador francês Marc Ferro (1924-2021) explica em forma de diálogo e de modo didático o que foi a colonização, sobretudo a europeia.



Já a colonialidade, conforme Quijano, é um elemento constitutivo do padrão mundial de poder capitalista desde a Modernidade, sendo esta considerada como momento histórico e desenvolvimento econômico, político e socio-cultural. Modernidade e colonialidade são, por assim dizer, duas faces de uma mesma moeda, de um mesmo processo. Nesse sentido, a colonialidade mostra-se como a imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como elemento fundamental do novo padrão mundial de poder, repercutindo nas dimensões materiais e subjetivas da existência social.

A colonialidade é, pois, um novo padrão de poder surgido com a conquista/invasão da América Latina pelos impérios europeus, mas que ultrapassa o período histórico da colonização. Dessa forma, a colonialidade funciona como lógica global de desumanização que persiste em nosso mundo mesmo na ausência de colônias formais.

Dois eixos fundamentais sustentam esse padrão de poder. O primeiro é uma classificação universal, hierarquizante da população do planeta baseada na ideia de "raça", uma suposta estrutura biológica diferente que colocaria alguns povos em situação "natural" de superioridade (ou inferioridade) em relação a outros povos. O segundo eixo é um sistema de exploração social que articula todas as formas de controle do trabalho, de seus recursos e produtos em torno do capital e do mercado mundial. A articulação desses dois eixos impacta nas dimensões materiais e subjetivas da nossa existência. A colonialidade implica relações racistas de poder, nas quais o racismo se torna um princípio organizador das formas de hierarquia no mundo moderno.

A colonialidade é uma lógica embutida na Modernidade. Isso quer dizer que tanto a história do mundo moderno (a formação dos estados nacionais, do capitalismo, das concepções socioculturais) quanto os processos de modernização na sociedade (nas esferas econômica, política e cultural) são atravessados pela colonialidade. Sendo assim, cada história e cada processo ganha em compreensão quando levamos em conta as duas faces, a Modernidade e a colonialidade, ou seja, aquilo que se mostra e é normalmente exaltado (o moderno, o desenvolvido, o racional) e aquilo que se oculta e costuma ser esquecido ou minimizado (a exploração, a negação do outro, a irracionalidade).

Nesse sentido, o filósofo argentino Enrique Dussel (1934-2023) desenvolve a ideia de **mito da modernidade**. Para ele, a Modernidade como um modo de compreender a história e o desenvolvimento humano cria um mito (no sentido de uma narrativa falsa e encobridora da realidade histórica) que justifica uma prática irracional de violência. O mito da Modernidade, portanto, oculta a colonialidade e se desenvolve da seguinte forma:

GLOSSÁRIO

Práxis: conceito que possui diferentes sentidos na filosofia, aqui compreendido como relação entre pensamento e ação promotora de violência.

a) a civilização moderna se autocompreende como mais desenvolvida, superior (o que significará sustentar sem consciência uma posição ideologicamente eurocêntrica). b) A superioridade obriga, como exigência moral, a desenvolver os mais primitivos, rudes, bárbaros. c) O caminho do referido processo educativo de desenvolvimento deve ser o seguido pela Europa (é, de fato, um desenvolvimento unilinear e à europeia [...]). d) Como o bárbaro se opõe ao processo civilizador, a **práxis** moderna deve exercer em último caso a violência, se for necessário, para destruir os obstáculos de tal modernização [...]. e) Esta dominação produz vítimas (de muitas variadas maneiras), violência que é interpretada como um ato inevitável, e com o sentido quase-ritual de sacrifício [...] (do colonizado, escravo africano, da mulher, da destruição ecológica da terra, etc.). f) Para o moderno, o bárbaro tem uma “culpa” (o fato de se opor ao processo civilizador) que permite que a “Modernidade” se apresente não só como inocente,

mas também como “emancipadora” dessa “culpa” de suas próprias vítimas. g) Por último, e pelo caráter “civilizatório” da “Modernidade”, são interpretados como inevitáveis os sofrimentos ou sacrifícios (os custos) da “modernização” dos outros povos “atrasados” (imaturos), das outras raças escravizáveis, do outro sexo por ser fraco, etc.

DUSSEL, Enrique. 1492: *O encobrimento do outro*. A origem do mito da modernidade. Tradução: Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes, 1993. p. 185-186.

Johann Moritz Rugendas. *Guerrilhas*, 1835.

Aquarela que representa um conflito entre os colonizadores e os indígenas no território onde hoje é o Brasil. A ideia de “povos atrasados”, defendida pelo imaginário europeu da Modernidade, justificou as violências do processo colonizador contra a existência dos povos originários da América.



Fundação Biblioteca Nacional

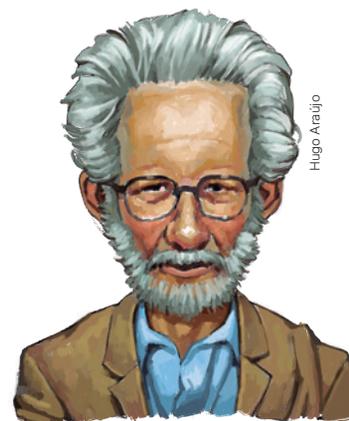
Perfil

Enrique Dussel

O filósofo, teólogo e historiador argentino Enrique Dussel (1934-2023) formou-se em Filosofia na Universidade de Mendoza (Argentina) e, posteriormente, obteve um duplo doutoramento, primeiro na Universidade Complutense de Madrid (Espanha) e depois na Universidade Sorbonne (França). Mais tarde, dedicou-se ao estudo da Teologia.

Por conta dos estudos teológicos, Dussel partiu para uma experiência espiritual comunitária em Nazaré, lugarejo associado à vida de Jesus, e dali surgiu a base para a Teologia da Libertação (TL). De matriz filosófico-política e bíblica, a TL faz uma síntese entre a Teologia cristã e conceitos do pensamento marxista. Sua prática pastoral é pautada em uma ética social cristã e está voltada para a emancipação dos pobres. No final dos anos 1960, Dussel retornou à Argentina para trabalhar como professor e pesquisador, sendo influenciado pela teoria da dependência, uma vertente crítica às teorias euro-americanas da modernização. Para os dependencistas, os países pobres estão enredados em uma trama de dominação que os mantém subordinados por trocas desiguais, de modo que suas riquezas são drenadas para os países centrais.

Crítico à ordem política e social argentina, no contexto da polarização política e ideológica que antecedeu a Ditadura Militar (1976-1985), Dussel teve sua casa atacada, foi ameaçado de morte e, por fim, destituído de sua cátedra universitária. Por isso, migrou para o México, onde desenvolveu grande parte de sua obra, vindo a lecionar na Universidade Autónoma Metropolitana (UAM) e na Universidade Nacional Autónoma do México (UNAM).



Hugo Araújo

Enrique Dussel.

Reconhecido internacionalmente por seu trabalho nos campos da Ética, Filosofia e Política latino-americana, foi um dos principais teóricos da Filosofia da Libertação, contribuindo para a construção de uma Filosofia comprometida com a transformação social em favor dos excluídos da Modernidade e da globalização. Também desenvolveu uma importante Filosofia da História, na qual contribuições culturais astecas e incas são resgatadas e valorizadas. Por fim, Dussel também foi um crítico da pós-Modernidade, se identificando como um “transmodernista”, movimento que busca valorizar e modernizar as tradições dos povos, honrando a tradição e os modos tradicionais de vida e trabalho.

A colonialidade é, portanto, uma forma de poder, de expressão global, que coloca a Europa e o mundo ocidental, com sua história, sua forma de vida e sua cultura, como referência a ser seguida por todos os demais povos e culturas. A consequência dessa forma de poder é a violência colonial exercida contra os grupos sociais que resistem aos supostos benefícios da Modernidade. No fundo, trata-se de um mito fundado na exploração social e na imposição de determinados padrões que negam as distintas maneiras de ser de pessoas e comunidades.

As dimensões da colonialidade

A colonialidade, como forma de dominação, não se sustenta apenas no uso da força, na exploração do trabalho e da natureza. As maneiras de pensar, de sentir e de se relacionar com o mundo e com o outro também são dominadas. O domínio, para ser mais eficaz, demanda também o consentimento de quem é dominado. Sendo assim, ideias sobre a vivência cotidiana, sobre o conhecimento e sobre a ordem política e econômica precisam ser assimiladas e aceitas. Isso indica que a lógica da colonialidade se expressa em distintas dimensões. O filósofo porto-riquenho Nelson Maldonado Torres (1971-) distingue didaticamente três dimensões da colonialidade: a colonialidade do poder, a colonialidade do ser e a colonialidade do saber. Vejamos cada uma delas.

A **colonialidade do poder**, tal como formulada por Quijano, é um sistema de dominação e de exploração social baseado na raça como categoria de classificação da população global. Ela estabelece uma dicotomia e hierarquia que coloca de um lado aquele que é considerado humano (racional, branco, civilizado, ocidental) e do outro aquele que é considerado menos humano (irracional, preto/pardo/indígena/asiático, bárbaro, não europeu). Essa distinção foi imposta sobre os povos colonizados/subalternizados pelo homem ocidental e veio acompanhada de outras dicotomias hierárquicas, como aquela entre homem e mulher, de acordo com a pensadora argentina María Lugones (1944-2020). A colonialidade do poder resulta em comportamentos, discursos e concepções racistas que submetem os dominados/subalternizados a uma situação de inferioridade.

A **colonialidade do saber** refere-se às formas de conhecimento consideradas válidas e legítimas. Ela estabelece um padrão de conhecimento global fundado nos saberes produzidos no mundo ocidental e nega ou invisibiliza formas de conhecimento associadas às populações não europeias. A história, a cultura e os valores europeus identificam-se com história, cultura e valores mundiais. Essa identificação que toma uma parte do conhecimento (o europeu) como o modelo de todo o conhecimento produzido no mundo é chamada de eurocentrismo.

Essa visão ignora tudo o que foi produzido pelas comunidades indígenas, quilombolas e populares ou em outros locais do mundo, como África, América Latina ou Ásia. Isso fica evidente quando notamos que o conhecimento transmitido nas escolas e universidades ressalta predominantemente os saberes da tradição ocidental, como se a única referência legítima de conhecimento científico, tecnológico e filosófico fosse a dessa tradição. Outras culturas e outros conhecimentos, assim, são vistos como superstição, credence ou mera curiosidade.



NickyLloyd/Stockphoto.com

A força política da colonialidade do poder encontra interseccionalidades nas questões de raça e gênero, provocando ainda mais desigualdade e exploração para aquelas que estão na base da hierarquia estabelecida pela ideia de subalternidade: as mulheres negras. África do Sul, 2019.

Aliás...

Uma discussão sobre o conceito binário de gênero e a crítica de Lugones podem ser vistas no Capítulo 6, “Gêneros, sexualidades, racialidades e etnicidades”.



Arte produzida por artesãs do Vale do Jequitinhonha (MG). A valorização das mulheres subverte a colonialidade, empoderando sujeitos até então inferiorizados.

GLOSSÁRIO

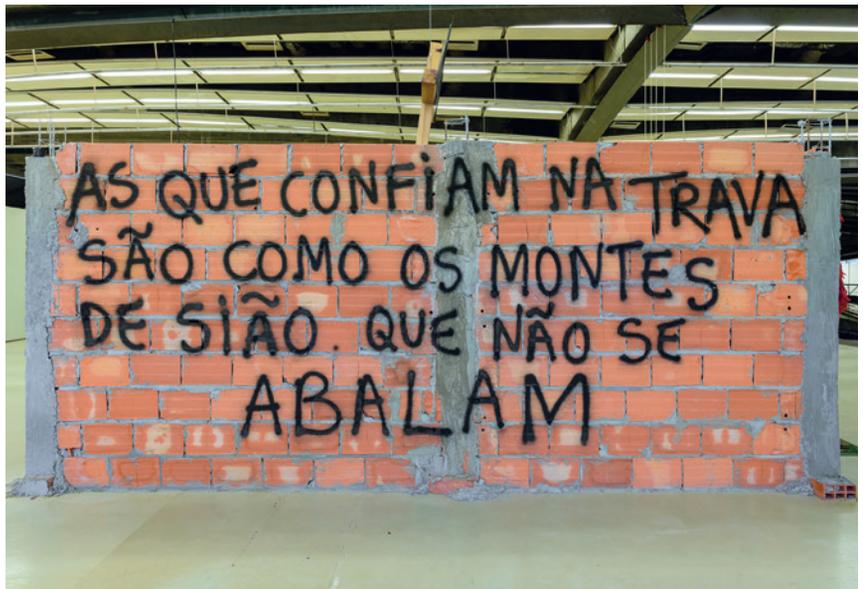
Ontológica:

refere-se à ontologia, que diz respeito à natureza do ser e da realidade.

LGBTQIAPN+:

sigla relativa a diferentes orientações sexuais e identidades de gênero, tais como lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, *queer*, pansexuais, não binárias, entre outros.

Instalação de Ventura Profana, premiada artista plástica e intelectual baiana travesti, que produz uma arte decolonial e crítica às diferentes formas de dominação. São Paulo (SP), 2020.



A **colonialidade do ser** está relacionada às concepções de tempo e espaço e à subjetividade dos sujeitos subalternizados. Envolve as experiências vividas, os modos de perceber a si mesmo e o mundo. Implica atribuir inferioridade **ontológica** às identidades, às concepções, às formas de viver e de se expressar dos grupos colonizados/subalternizados. Nessa dimensão da colonialidade, um único tipo de realidade e de experiência é tomado como válido: o “padrão de ser” fundado no modo de vida ocidental, considerado o modelo a ser seguido.

A consequência disso é que outras possibilidades de existência, outras compreensões do tempo e do espaço, outras maneiras de habitar o mundo são vistas como inferiores. Assim, experiências, valores, identidades e costumes de grupos historicamente oprimidos/subalternizados (negros, indígenas, mulheres, comunidade **LGBTQIAPN+**) são desacreditados por não corresponderem ao padrão estabelecido de ser.

A colonialidade do poder, do saber e do ser tem como objetivo manter o sujeito colonizado/subalternizado em um lugar fixo, mantendo a estrutura hierárquica e assimétrica da realidade social, política, econômica e cultural. É possível escapar dos padrões coloniais?

Decolonialidade

O contraponto à colonialidade é a decolonialidade. Esse termo também apresenta uma semelhança com outro, a descolonização. Façamos uma distinção entre os dois.

A descolonização refere-se aos processos históricos específicos em que os sujeitos colonizados se insurgiram contra os impérios coloniais ocidentais reivindicando independência, autonomia e liberdade. É o caso, por exemplo, das independências latino-americanas no século XIX ou das descolonizações africanas e asiáticas no século XX.

Bárbara Alves, criadora do *Descolonizarte*, um portal de divulgação de obras artísticas de perspectiva decolonial e produzidas por artistas de diversas partes do mundo, 2024.



A decolonialidade diz respeito à luta contra a lógica da colonialidade e seus efeitos materiais, simbólicos e **epistêmicos**. É um caminho para resistir e desconstruir os conceitos e padrões impostos aos sujeitos e povos colonizados/subalternizados. Dessa forma, a decolonialidade é um projeto coletivo de libertação econômica, social, política e cultural que envolve grupos e movimentos sociais, como o feminismo, os movimentos negro, indígena, ecológico, LGBT-QIAPN+, entre outros. Como afirma a intelectual estadunidense Catherine E. Walsh (1967-), a decolonialidade implica tornar visível as lutas históricas dos povos subalternizados contra as variadas formas de desumanização e por outros modos de viver, de saber, de existir e de exercício do poder.

Em síntese, a decolonialidade expressa as formas de combate à colonialidade, contribuindo para a concepção de outros modos de ser, saber e poder. A Modernidade ocidental concebeu a sua narrativa histórica e seu local como o espaço privilegiado da civilização, excluindo todas as outras maneiras de conceber o tempo e de habitar os espaços. A proposta decolonial, por outro lado, pretende a construção de uma ordem mundial na qual vários mundos sejam possíveis e na qual possam, enfim, coexistir e se relacionar produtivamente e em pé de igualdade diferentes concepções de tempo, espaço e subjetividade.

Aliás...

Expressões artísticas e políticas relacionadas à decolonialidade podem ser vistas no Capítulo 12, "Arte e ativismos", ao se discutirem as artes pautadas em referenciais indígenas e afro-brasileiros, e no Capítulo 15, "Organizações políticas sob a perspectiva das comunidades", em que se debatem formas comunitárias de organização política.



Crianças jogando capoeira em Itacaré (BA), 2023.

GLOSSÁRIO

Epistêmico: relativo ao conhecimento e às distintas formas de conhecer.

A capoeira é uma das heranças culturais deixadas pela resistência dos povos africanos contra a escravidão. Hoje, essa manifestação cultural é resgatada na intenção de reafirmar uma subjetividade silenciada e violentada, mas que resiste.

Ferramentas da Filosofia

Contracolonização

No trecho a seguir, o filósofo brasileiro e liderança quilombola Antônio Bispo dos Santos apresenta a diferença entre as noções de colonização e de contracolonização.

Assim fui formado por mestras e mestres de ofício em um dos territórios de luta contra a colonização. Por colonização, compreendemos todos os processos etnocêntricos de invasão, expropriação, etnocídio, subjugação e até de substituição de uma cultura pela outra, independentemente do território geográfico. E chamamos contracolonização todos os processos de resistência e luta em defesa dos territórios dos povos contracolonizadores, seus símbolos, significações e modos de vida. Tanto os povos que vieram da África como os originários das Américas estão assim sob as mesmas condições, isto é, independentemente de suas especificidades no processo de escravização, podem ser considerados contracolonizadores. Em contrapartida, os povos que vieram da Europa, independentemente de serem senhores ou colonos, são colonizadores.

É sabido que o povo da África, ao chegar ao Brasil, imediatamente se rebelou contra os colonizadores, deles escapando de várias maneiras: adentrando-se nas matas virgens, reconstituindo os seus modos de vida em grupos comunitários e às vezes em parceria com os povos nativos. Para essas comunidades contracolonizadoras, a terra era (e continua sendo) de uso comum e o que nela se produzia era utilizado em benefício de todas as pessoas, de acordo com as necessidades de cada um, só sendo permitida a acumulação em prol da coletividade, para abastecer os períodos de escassez, guerras ou festividades. Tais comunidades foram denominadas pelos colonizadores de Mucambos, Quilombos, Retiros, etc. e consideradas organizações criminosas pela legislação vigente na época. Os quilombos permaneceram como organizações criminosas até a promulgação da Lei Áurea. Após esse período, o termo "quilombo" caiu em desuso, juntamente com a legislação que os criminalizava. Porém a criminalização e a violência contra essas comunidades permaneceram, tendo como alvo seus modos de vida, expressões culturais e territórios.

SANTOS, Antônio Bispo dos. Modos quilombolas. *Piseagrama*, Belo Horizonte, n. 9, p. 58-65, set. 2016. Disponível em: <https://piseagrama.org/artigos/modos-quilombolas/>. Acesso em: 6 set. 2024.

1. Quais são as principais características da contracolonização?
2. Identifique dois aspectos que aproximam o conceito de contracolonização apresentado por Antônio Bispo dos Santos ao conceito de decolonialidade discutido neste capítulo.



- Releia o texto base. Agora, em seu caderno, reescreva a alternativa que melhor expressa a ideia de **globalização** segundo D. Held e A. McGrew:

 - O modo como os atores econômicos refundam o pacto social, ampliando a exploração do trabalho e a remuneração dos trabalhadores, que agora não são mais empregados, mas parceiros.
 - A aceleração e o aprofundamento de padrões internacionais de interação social, alterando as escalas de organização social e as relações globais de poder.
 - A compressão do espaço e do tempo, em grande parte motivada pela intervenção dos seres humanos na dinâmica climática do planeta.
 - O modo como ruralistas e empresas agropastoris estão explorando o solo, devastando as matas e ampliando a exploração do trabalho rural.
 - A modificação dos padrões de interação social, desagregando a família nuclear e implantando novas formas de socialização, com o favorecimento dos grupos LGBTQIAPN+, que, antes minoritários, agora são majoritários.
- Assinale em seu caderno a alternativa que melhor caracteriza as ideias globalistas. Para Held e McGrew, **globalistas** são aqueles que:

 - Duvidam da existência e do alcance da globalização, reduzindo-a às manipulações políticas, ideológicas e econômicas das elites transnacionais, ou seja, aquelas que atuam em escala global.
 - Promovem uma crítica ao protecionismo e aos projetos de desenvolvimento nacional, enfatizando que a globalização é benéfica, pois melhora o ambiente econômico, a liberdade e a geração de renda e riqueza para todos.
 - Defendem a necessidade de um projeto alternativo de globalização, que permita a inclusão das massas laborais à dinâmica de crescimento econômico e bem-estar promovida pela globalização.
 - Reconhecem as mudanças sociopolíticas, econômicas e culturais da realidade social nas últimas décadas, tendo como vetor a tecnologia e possibilitando a conexão de diferentes temáticas, como meio ambiente e segurança.
 - Entendem que a globalização é um processo inevitável, sendo uma etapa natural do desenvolvimento humano e social.
- Em seu caderno, assinale **verdadeiro (V)** ou **falso (F)** para cada uma das sentenças abaixo:

 - Os céticos tendem a questionar aspectos como cultura e sociedade global.
 - Embora seja um termo recorrente, há um amplo debate acadêmico sobre a globalização, com poucos consensos entre professores e pesquisadores.

- Os globalistas negam que a globalização seja um fenômeno uniforme, que impacte todas as pessoas e países da mesma forma e com a mesma intensidade.
 - Entre os globalistas, podemos identificar nomes como o do historiador inglês Paul Hirst, coautor de *Globalização em questão*.
 - Em que pese o ceticismo de alguns, no final das contas todos sempre ganham com a globalização, pois ela gera riqueza, renda e desenvolvimento para todos os países, em particular os mais pobres, situados na periferia do sistema.
- Milton Santos é um adversário da globalização, fenômeno que seria rejeitado pelo renomado geógrafo brasileiro?
 - Em seu caderno, complete as lacunas a seguir, tendo como referência a percepção de Milton Santos sobre a globalização. Utilize o banco de palavras a seguir.

anarquismo – capitalismo – cibernética – crítico – cultura – dinheiro – economia – entusiasmo – exclusão social – extrema direita – Filosofia – grandes conglomerados econômicos – liberdade econômica – mais-valia – marxismo – Sociologia meio ambiente – países periféricos – política

O geógrafo brasileiro Milton Santos é um da globalização, fenômeno que, segundo ele, é marcado pela tirania da informação e do, bem como por padrões absurdos de consumo e, Mas ele enxerga alternativas, que, de alguma forma, já estão em curso, embora não sejam claramente percebidas. Para o baiano, para quem a técnica nunca está desvinculada da, um dos campos nos quais essa mudança já se faz notar é o da, bem como o do reposicionamento dos

- Em seu caderno, relacione cada **autor** à sua **ideia** correspondente.

1. Aníbal Quijano	4. Mogobe Ramose
2. Anthony Giddens	5. Pierre Salama
3. Enrique Dussel	

 - Um dos expoentes da filosofia da libertação.
 - Proponente do conceito de colonialidade.
 - Autor vinculado à filosofia ubuntu.
 - Crítico à abertura indiscriminada dos mercados.
 - Autor globalista e expoente da terceira via.

Agora, assinale no caderno a sequência correta:

 - 1, 4, 2, 5, 3
 - 3, 1, 4, 5, 2
 - 4, 5, 1, 3, 2
 - 5, 1, 4, 2, 3
 - 2, 4, 3, 2, 5

7. Para Aníbal Quijano, a **colonialidade** corresponde:
- Ao período em que as potências europeias dominaram as Américas.
 - Ao domínio dos Estados Unidos sobre a América Latina.
 - A um modo de ver e pensar o mundo que valoriza a pátria e a ancestralidade.
 - Ao exercício da tolerância e da diplomacia para a solução dos conflitos globais.
 - A uma forma do poder mundial capitalista.
8. Retome o texto-base e, em seguida, assinale no caderno o padrão de conhecimento valorizado pelos adeptos da **colonialidade do saber**:
- Conhecimentos tradicionais, cultivados por indígenas, ribeirinhos e quilombolas.
 - Senso comum, produzido pelos diferentes povos e culturas ao redor do mundo.
 - Saberes técnico-científicos, propostos com base nas epistemologias europeias.
 - Filosofia africana, produzida por diferentes povos e culturas do continente negro.
 - Medicina tradicional asiática, por vezes associada a religiões como budismo e hinduísmo.
9. Releia o texto-base e escreva, com suas palavras, no caderno, três elementos que, segundo o filósofo argentino Enrique Dussel, correspondem ao mito da colonialidade.
10. O que a decolonialidade pressupõe, segundo Catherine Walsh?

Filosofia na prática



Júri simulado

Vamos organizar um **júri simulado** sobre a globalização? Esta é uma atividade na qual os participantes realizam diferentes papéis. Propomos as seguintes etapas:

Pesquise as vantagens e desvantagens da globalização. Há diferentes fontes na internet, bem como livros, jornais e revistas.

Organize a turma em grupos de até cinco estudantes, cada um deles responsável por uma das seguintes atividades:

- Acusação:** cumpre o papel da promotoria, elencando os argumentos que condenam a globalização (ré), inclusive na sua relação com a colonialidade.
- Defesa:** vai fazer o papel do advogado de defesa/defensoria pública, elencando os argumentos em favor da globalização.
- Jurados:** analisam os argumentos da acusação e da defesa e dão o veredito – culpado ou inocente.
- Testemunhas:** chamadas respectivamente pela acusação e pela defesa, dão depoimentos contrários ou favoráveis à ré.
- Juiz:** uma pessoa (juízo monocrático) ou conjunto de pessoas (órgão colegiado), que vai ratificar a absolvição da ré ou aplicar as penas reparadoras aos malefícios por ela produzidos sobre um grupo social, sociedade ou mesmo para o mundo como um todo (a turma deve escolher previamente o âmbito ou escopo das acusações contra a ré e quem são os principais prejudicados).

Efetue o julgamento, com a seguinte dinâmica:

- Instalação do júri:** organize a sala de aula como uma sala de júri (3 minutos).
- Exposição do caso:** o juiz faz a exposição do caso (3 minutos).
- Acusação:** a promotoria apresenta os argumentos contrários à ré (5 minutos).
- Defesa:** a advocacia/defensoria traz os argumentos favoráveis à ré (5 minutos).
- Oitiva das testemunhas:** três testemunhas da acusação e três da defesa falam cada qual por dois minutos sobre a conduta da ré (12 minutos).
- Jurados:** após ouvirem em silêncio os argumentos da acusação e da defesa, emitem o veredito, por voto secreto, de culpado (no todo ou em parte) ou inocente (5 minutos).
- Sentença:** o juiz ou colegiado determina, em caso de culpa, total ou parcial, as medidas saneadoras a serem impostas à ré. Havendo absolvição, não há que se falar em sanções ou reparações (3 minutos).

Para finalizar, a turma, em conjunto com o professor, pode optar se haverá uma contrapartida escrita da atividade ou se ela será somente oral. Também é possível escolher se a atividade será filmada.

Tecnologias e redes sociais: perigos e potencialidades

“A tal tecnologia / Quando se ouviu falar / Lembram-se aplicativos / Disponível em celular / Sei que o fogo e a roda / Nunca saíram de moda / Foi o homem a inventar.”

(Jailson Marques)¹



Ponte de raízes vivas em Meghalaya, Índia, 2024. Tecnologia ancestral dos povos khasis e jaintias, que consiste em trançar as raízes flexíveis das árvores da região, durando centenas de anos.

Aliás...

O Capítulo 4, “Filosofias das ciências”, também insere as diferentes ciências no contexto da prática social.

afetam o mundo e, ao mesmo tempo, nos afetam, levando a questões de natureza filosófica: Que tipo de conhecimento é a tecnologia? O que é uma criação tecnológica? O domínio da tecnologia leva ao aprimoramento humano? Ela contribui para a liberdade ou para o controle? Seu avanço é sempre benéfico? Como nossas relações são modificadas pelo uso de tecnologias?

A reflexão filosófica sobre a tecnologia se mostra em dois níveis relacionados.

1. A prática de criar procedimentos e artefatos, bem como a natureza dessas criações.
2. Análise do impacto da tecnologia sobre nosso conhecimento e nossas relações sociais, culturais, econômicas, ambientais, entre outras.

Tecnologia como prática humana

Seria muito difícil pensarmos sobre nossa vida pessoal e coletiva sem os usos e interações realizados por meio da tecnologia. Mas ela está longe de ser futurista, como muitas vezes os filmes de ficção científica a apresentam. Do fogo ao aplicativo, a tecnologia, de uma forma ampla, diz respeito à criação humana. Ela não é somente uma produção que atende às nossas necessidades: antes, diz respeito a formas de viver. Podemos dizer que a tecnologia é uma prática social, isto é, carrega valores e expectativas sobre a nossa relação com o mundo, conosco mesmos e com os outros.

As transformações tecnológicas, enquanto criações humanas, estão profundamente conectadas a seus contextos históricos e culturais. Elas



Tecnologias, no plural



Se a tecnologia é uma prática construída por diversas comunidades humanas, podemos falar em tecnologias. Elas são dimensões da vida humana em sua diversidade em dar sentido às ações e ao mundo.

Compreendê-las nos leva a desnaturalizar uma visão única de tecnologia, além de vislumbrar outras possibilidades de criação. Afinal, como negar que as pontes de raízes são uma poderosa tecnologia tanto quanto as redes sociais?

O controle do fogo foi uma tecnologia fundamental para a espécie humana se estabelecer, pois possibilitou proteção, aquecimento e cozimento de alimentos.

¹ MARQUES, Jailson. O homem e a tecnologia. *Recanto das Letras*, [s. l.], 25 maio 2022. Disponível em: <https://www.recantodasletras.com.br/cordel/7523472>. Acesso em: 9 set. 2024.

A tecnologia na Antiguidade grega

Etimologicamente, tecnologia, tal como técnica, tem sua origem no grego *tékhne*. Entendida como uma habilidade prática em sentido amplo, significava a atividade de transformar a matéria em artefato. A prática de produzir algo é denominada *poíesis* que, por sua vez, se diferenciava do movimento da *physis*. Enquanto esta age por um movimento interno, a *tékhne* precisa de um dinamismo externo (o ser humano) que atue sobre ela. Porém ambas se complementam na medida em que a *tékhne* imita a *physis* e desenvolve coisas que ela não criou a partir dos elementos que já existem. A medicina, o artesanato, a arte, as leis são formas de *tékhne*, uma vez que dizem respeito à modificação da natureza, guiada corretamente. Esta é compreendida pelos gregos como totalidade da realidade, cuja constante autocriação integra o ser humano em uma unidade harmônica e dotada de sentido, isto é, de valor.

Mesmo um cordelista bom de improviso precisa criar a partir de determinadas regras: as rimas e a métrica. Por isso, a *tékhne* é caracterizada como um conhecimento prático desenvolvido a partir da experiência com propósito universal, e não apenas a execução de uma atividade particular.

Como área do conhecimento humano, o conhecimento prático expresso pela *tékhne* está profundamente ligado ao conhecimento teórico, a *epistéme*. O filósofo grego Aristóteles (384-322 AEC), no livro I da *Metafísica*, concebe que a *epistéme* e a *tékhne* são capacidades humanas de buscar as causas a partir de casos específicos da experiência. Assim como o conhecimento teórico, a arte (*tékhne*) é o conhecimento dos universais. Ela estabelece um juízo, uma avaliação geral, que podem ser ensinados.

Aristóteles dá o exemplo da medicina: a atividade médica reduz os diferentes casos, por semelhança, a uma explicação geral sobre como determinada doença pode ser tratada com um remédio específico. Não é de Cálidas ou Sócrates que se trata, diz Aristóteles, mas da enfermidade presente nos dois pacientes.

A tecnologia na Modernidade ocidental e a abordagem da crítica contemporânea de Andrew Feenberg

É com a Modernidade ocidental, especialmente desde o século XVII, que a tecnologia passa a ser considerada um conhecimento não só prático, mas sobretudo **aplicado**. A tecnologia passa a ter **utilidade**, visando ao progresso da humanidade.

A mudança trazida pela Modernidade acompanha uma nova compreensão da relação do ser humano com a natureza. Diferentemente de uma unidade harmônica autocriadora presente no pensamento grego, a natureza passa a ser um objeto a ser estudado, manipulado e controlado.

Mais do que a integração entre ser humano e natureza, prioriza-se a relação do sujeito do conhecimento com o objeto a ser conhecido. As reflexões de filósofos como o inglês Francis Bacon (1561-1626) e o francês René Descartes (1596-1650), fundadores da Modernidade ocidental, apresentam-se segundo essa nova compreensão.

Ambos procuraram, de diferentes modos, estabelecer uma ciência que fosse imune ao erro, a partir da construção de um método. Ao delimitar seu objeto, seria possível direcionar melhor o conhecimento para a promoção do bem-estar humano. Esse é o pano de fundo para a famosa afirmação de Bacon, “saber é poder”, ou de Descartes, ao defender que os seres humanos são “mestres e senhores da natureza”.

Segundo o filósofo estadunidense Andrew Feenberg (1943-)², na conferência “O que é a Filosofia da Tecnologia?”, essas duas referências abriram o caminho para a dimensão atual da tecnologia: a noção de um conhecimento racional cujo propósito é o controle dos fenômenos naturais.

Isaac Newton foi um físico que participou da chamada Revolução Científica, fenômeno ligado à Modernidade ocidental. Uma de suas teorias que envolvem os fenômenos naturais foi o estudo das cores, elaborado a partir da análise da luz do sol atravessando um prisma.

² FEENBERG, Andrew. *What is Philosophy of Technology?*. Tradução: Agustín Apaza. Disponível em: <http://www.rohan.sdsu.edu/faculty/feenberg/komaba.htm>. Acesso em: 23 set. 2024.

Aliás...

O conceito de *physis* é apresentado no Capítulo 20, “Como habitamos a Terra?”.



Rubens Chaves/Pulsar Imagens

A produção da literatura de cordel – desde sua concepção narrativa até a produção dos folhetos de xilogravura – pode ser entendida como uma *tékhne*. Aracaju (SE), 2024.

Aliás...

A reflexão sobre como conhecer está presente no Capítulo 2, “Pensar e conhecer”.



North Wind Picture Archives/Alamy/Fotorena

Autoria desconhecida. *Isaac Newton analisando as cores de um raio de luz*, século XIX. Xilogravura.



O Memorial da Paz de Hiroshima é um símbolo internacional de luta pela abolição das bombas atômicas e promoção da paz. Japão, 2022.

Andrea Nicolini/Stockphoto.com

A compreensão ocidental moderna trouxe avanços importantes, como a construção de maquinários, eletricidade, produção de vacinas e aplicativos nos dispositivos móveis. Ao mesmo tempo, desenvolveu a bomba atômica, a exploração espacial, os usos da inteligência artificial, a intervenção de melhoramento humano.

O domínio da natureza ligado à ideia de progresso sem fim levou à crença de que o conhecimento tecnológico seria neutro, e os artefatos criados apenas instrumentos para atividade humana. Diferentemente dos gregos, não perguntamos como as coisas são, mas se elas funcionam. Segundo Feenberg, o avanço tecnológico não acompa-

nhou o desenvolvimento do que, como sociedade, queremos com a tecnologia.

Para ilustrar essa ideia, ele recorre a uma frase bastante comum: “armas não matam pessoas, pessoas matam pessoas”. Por que essa afirmação é problemática? Porque ela assume uma separação rígida entre os meios (nesse caso, a arma concebida como um instrumento) e os fins (o assassinato). Tal separação pode nos levar a crer, em um primeiro momento, que as armas são neutras; não fazem nem bem nem mal. No entanto, poderíamos nos perguntar sobre o motivo de as armas de fogo fazerem parte de nossa vida comum. Mais do que um instrumento, elas apontam para o modo como vivemos e queremos viver enquanto sociedade e carregam, portanto, valores. Significa, então, que os meios não podem ser separados dos fins que buscamos. Veja a seguir um infográfico com os números de homicídios registrados no Brasil entre 2021 e 2022, os quais quase 70% foram causados por armas de fogo.

Homicídios no Brasil: 2021 - 2022

Fabio Nienow

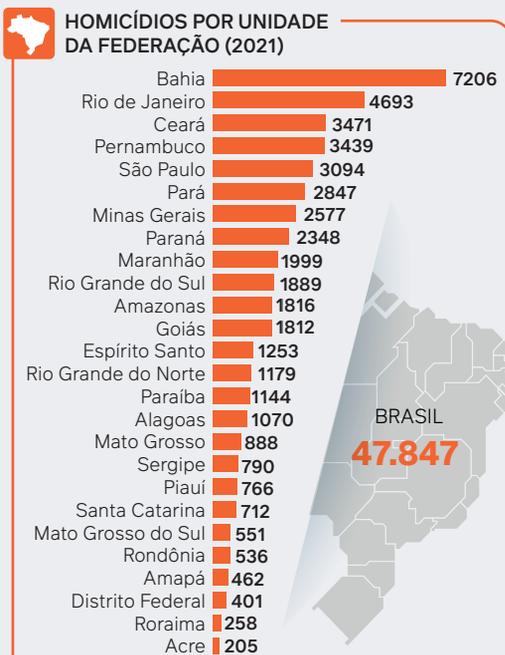
NÚMERO DE HOMICÍDIOS NO BRASIL

O Brasil registrou **47.847** homicídios em 2021. E, entre 2011 e 2021, houve uma média de **4.492** homicídios ocultos ao ano. Este índice corresponde à média anual de homicídios que ocorre no estado de São Paulo. Na década, o Estado foi incapaz de identificar a causa de **49.413** homicídios, que corresponde a **39,1%**.

Sem considerar os homicídios ocultos, são **22,4 mortes** por 100 mil habitantes

Houve **6.429** por intervenção policial (2022) **13,5%** do total

Quando o assunto são os homicídios no Brasil, os dados expõem a conjuntura da violenta criminalidade brasileira. Para além dos grandiosos números de homicídios, também chama a atenção que, entre 2011 e 2021, o Brasil deixou de registrar **49.413** homicídios, os chamados Homicídios Ocultos.



HOMICÍDIOS POR ARMAS DE FOGO

Houve, no país, **33.039** homicídios com armas de fogo em 2021, o equivalente a **15,4** por **100 mil** habitantes, **69,1%** do total de homicídios do país.

HOMICÍDIO POR ARMA DE FOGO NAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO

Estados que mais **cri cresceram** em taxas de homicídios por arma de fogo em 2021 ante 2020, foram:

AM 53,6%
AP 37,2%
RO 33,2%

Estados que mais **diminuíram** em taxas de homicídios por arma de fogo em 2021 ante 2020, foram:

AC (-50%)
GO (-28,4%)
DF (-23,7%)

Segundo o *Altas da violência de 2023*, quase 70% dos homicídios do país entre 2011 e 2021 foram provocados por armas de fogo.

Fonte: INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS. *Homicídios no Brasil*. [Brasília: Rio de Janeiro]: Ipea, 2023. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/4850-dashhomicidiosbrasilfinalconferido.pdf>. Acesso em: 9 set. 2024.

Cabe, então, à Filosofia fazer uma crítica da tecnologia, o que não significa negá-la, mas criar formas éticas e políticas de controle humano sobre sua prática. Para isso, é necessário haver instituições e ações que regulem socialmente seu desenvolvimento. O debate não se restringe aos especialistas; por isso as vantagens e as desvantagens, a produção e os usos das tecnologias precisam ser discutidos pela sociedade de forma democrática.

A crítica de Yuk Hui ao modelo universalista da tecnologia

O filósofo chinês Yuk Hui também propõe uma crítica ao modelo moderno ocidental de tecnologia, que se pauta pela ideia de que não é apenas a tecnologia que se modifica na cultura, mas a própria concepção de natureza.

Hui toma como base o **multinaturalismo**, elaborado pelo pensador brasileiro Eduardo Viveiros de Castro (1951-), para defender a tecnodiversidade. As atividades de diferentes povos são inseparáveis de sua própria perspectiva da realidade, do cosmos. Suas criações são locais e respondem a formas de estar no mundo, assumindo perspectivas ontológicas, éticas e políticas diversas.

Em seu texto *Cosmotécnica como cosmopolítica* (2020), ele denomina tais criações de **cosmotécnica**. Por meio das atividades técnicas, há uma união entre o cosmos e a moral, dando sentido ao ser humano e possibilitando maneiras diferentes de existir. As tecnologias são, assim, uma forma de vida que integra nossa relação com o mundo.

O conceito de cosmotécnica leva à crítica de uma visão eurocêntrica da tecnologia, marcada pela hierarquia da atividade humana sobre a natureza. A partir da tradição chinesa, Hui indica outras histórias da tecnologia, em que a ferramenta só faz sentido em um quadro cósmico e moral mais amplo.

É o caso da medicina chinesa. Sua prática se baseia na dinâmica de forças opostas e complementares (o *ying* e o *yang*) para o equilíbrio do *chi*, comumente traduzido por “energia vital”. O *chi* é o fluxo vital que integra o ser humano ao cosmos. Seu corpo não está separado dessa unidade e é afetado pelos movimentos do *ying* e *yang*. Eles não podem ser demonstráveis ou verificáveis anatomicamente, porque na cosmotécnica chinesa há outros parâmetros para a saúde ou falta dela.

Assim como há uma cosmotécnica europeia e chinesa, também existe uma amazônica, indiana ou africana. A tecnodiversidade possibilita entender as divergências e interseções no desenvolvimento tecnológico, contribuindo para a criação de alternativas locais de ação. Além disso, a diversidade tecnológica promove outras possibilidades de enfrentamento a dilemas comuns, tais como a crise climática, a sustentabilidade e o consumismo, a partir de ensinamentos de outros povos.

GLOSSÁRIO

Multinaturalismo:

a firma a existência de múltiplas naturezas a partir de uma cultura. Humanos e não humanos vivenciam a realidade de diferentes pontos de vista.

Perfil

Yuk Hui

Chinês nascido em Hong Kong, Yuk Hui (1982-) é formado em Engenharia da Computação pela Universidade de Hong Kong e em Filosofia pela Godsmiths College, em Londres, Inglaterra. Hui é poliglota e professor da Universidade Erasmus de Roterdã, nos Países Baixos, e na Universidade de Hong Kong. Mantém ainda contatos com outras universidades na Rússia, no Japão e na Alemanha, para a realização de projetos de pesquisa.

Não à toa, Hui se compreende como um pensador nômade que, apesar de amar sua terra natal, precisa estar sempre em movimento, atuando em diferentes lugares. Ele é reconhecido como um dos pensadores mais influentes da atualidade devido à abordagem de suas pesquisas de interseção entre Filosofia e tecnologia. Os temas que investiga compreendem a relação entre arte e técnica, inteligência artificial, filosofia da natureza, filosofia da tecnologia, cibernética, política e soberania. Defende ainda, como vimos, uma concepção plural e não eurocêntrica da tecnologia. Hui é bastante atuante nos debates públicos, divulgando artigos, participando de palestras, concedendo entrevistas e escrevendo para jornais de grande circulação, inclusive no Brasil. É autor dos livros: *Sobre a existência de objetos digitais* (2016); *A questão sobre tecnologia na China: um ensaio em cosmotécnica* (2016); *Tecnodiversidades* (2020); *Arte e cosmotécnica* (2021). Ele defende uma reforma educacional que acrescente estudos em humanidades na formação de tecnólogos e tecnologia na formação em humanidades.



Yuk Hui.

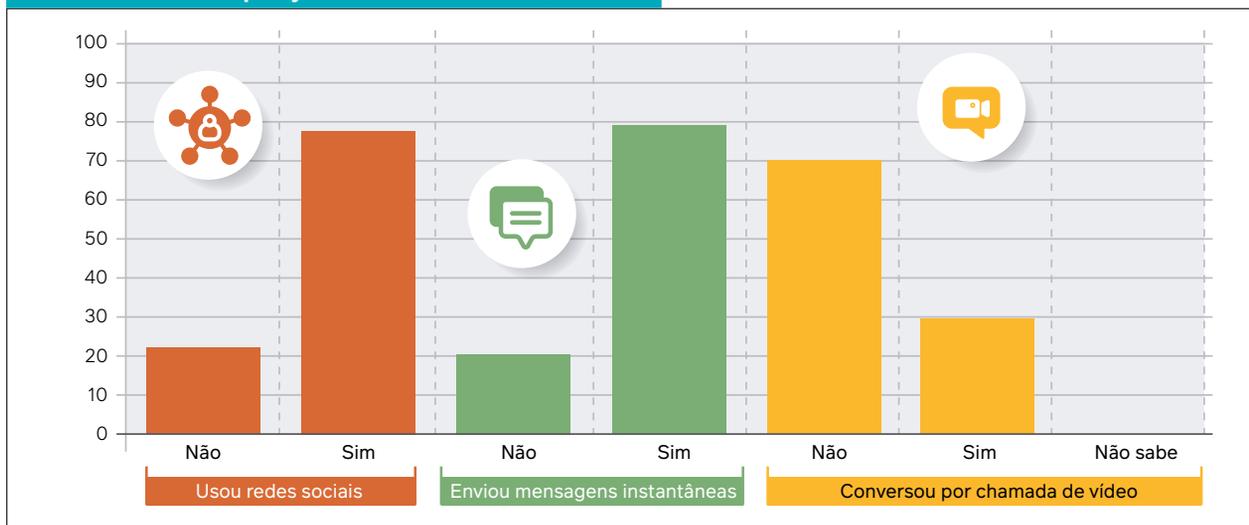
Hugo Araújo

Tecnologia e informação no capitalismo

Segundo pesquisa realizada pelo Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR, o número de crianças e jovens entre 9 e 17 anos com acesso às redes sociais vem crescendo no Brasil. Em 2023, chegou a quase 90%.

Apesar de haver uma idade mínima para a utilização das plataformas, é possível inferir que isso não impede o acesso de crianças às redes sociais. Se pensarmos a tecnologia como prática social, o uso das plataformas digitais diz respeito ao nosso modo de vida. A informação é parte da vida conectada e, hoje, ela é digital.

O uso da internet por jovens de 9 a 17 anos – 2023



Fonte: Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR - NIC.br. Disponível em: <https://www.nic.br/noticia/na-midia/88-das-criancas-e-adolescentes-entre-9-e-17-possuem-perfil-nas-redes-sociais/>. Acesso em: 19 set. 2024.

Para ampliar

Leia

Saúde mental de adolescentes e jovens, organizado por Karen Scavacini *et al.* (Instituto Vita Alegre; Unicef, 2021). Embora as redes sociais sejam canais para autoexpressão criativa, também podem gerar sofrimentos psíquicos. A cartilha traz algumas informações sobre saúde mental e indica caminhos de autocuidado no uso de tecnologias. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/16126/file/saude-mental-de-adolescentese-jovens.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2024.

“Informação” tem origem no latim *informatio* e designava “moldar a matéria”. A partir da Modernidade, ela se associa a dados obtidos pelos sentidos do sujeito que conhece a partir da experiência. Atualmente, seu sentido é tratado de forma interdisciplinar e pode ser entendido como um conjunto de dados comunicáveis.

Com o desenvolvimento e avanço das tecnologias digitais na década de 1990, a informação passou a fazer parte de nossas interações em tempo real com pessoas e dispositivos. À medida que visitamos *sites*, checamos *e-mails* ou acompanhamos postagens em diferentes plataformas, deixamos pegadas digitais. Elas informam nossa rotina de interação na internet: nossos gostos, nossa localização e rotina, com quem nos relacionamos, quanto tempo gastamos assistindo a certo gênero de vídeos ou músicas. As grandes empresas tecnológicas recolhem esses dados vindo dos cadastros das contas de *e-mail*, perfis em diferentes redes sociais, entre outros; mas o que é feito com eles?

Nas sociedades capitalistas, a informação pessoal vira mercadoria, trazendo desafios sociais importantes, especialmente na era digital. A filósofa mexicana Carissa Véliz (1986-) argumenta que, nos ambientes digitais, não temos mais controle sobre nossos dados. Como expresso no título de sua obra, *Privacidade é poder* (2020), Véliz problematiza o monitoramento de nossa intimidade. A separação liberal entre a esfera pública e privada está cada vez menos nítida.

A preocupação dos liberais do século XVIII era a intervenção do Estado sobre a vida pessoal de cidadãos. Agora, são grandes empresas ligadas à tecnologia digital que recolhem, gerenciam e vendem informações pessoais com o intuito de prever e influenciar nosso comportamento; e infelizmente isso está longe de ser ficção.

Nosso modo de vida está conectado à economia de dados, e o comércio de informações pessoais corresponde à maior parte no trânsito de dados na internet. Ter poder sobre como nossas informações são recolhidas, tratadas e utilizadas possibilita termos autonomia sobre nossas decisões.

A privacidade também protege cidadãos do abuso de poder e de injustiças, tais como segregação a pessoas ou grupos por suas crenças e gostos, impedindo-as de acessarem de certos lugares como postos de trabalho ou níveis de educação. Esse problema não é apenas uma questão individual, pois toca problemas políticos e sociais importantes, como o papel do Estado e das instituições sobre nossa intimidade e o direcionamento de publicidade (especialmente para crianças e jovens), além da distribuição de bens e serviços.

Aquilo que não divulgaríamos no mundo comum por pertencer ao nosso íntimo agora pode ser gerenciado pelo Estado e por grandes empresas de tecnologia. E é por isso que Véliz defende uma regulamentação ampla sobre a coleta e o uso dos dados pessoais que deixamos na internet.

Falando nisso...

Ativismo na era da vigilância digital

O australiano Julian Assange (1971-) e o estadunidense Edward Snowden (1983-) ficaram conhecidos pelo ativismo contra os sistemas de vigilância e controle do departamento de inteligência dos Estados Unidos. Criador do site WikiLeaks, Assange divulgou imagens confidenciais que mostram a violência de militares a civis no Iraque e documentos sobre a guerra no Afeganistão. Ele viveu anos como refugiado até ser julgado e condenado em 2019. Snowden, por sua vez, foi um analista da Agência de Segurança Nacional dos Estados Unidos. Em 2013, ele revelou que o governo estadunidense armazenava e monitorava dados de ligações telefônicas de seus próprios cidadãos. Hoje, ele é asilado político na Rússia.



Issei Kato/ Reuters/ Fotoarena



dpa picture alliance/Alamy/Fotoarena

O ativista Julian Assange, 2024.

O ativista Edward Snowden, 2019.

Capitalismo de vigilância

Outro modo de tratar o uso de dados na era digital é investigado pela filósofa estadunidense Shoshana Zuboff (1951-). Na obra *A era do capitalismo de vigilância* (2021), ela apresenta uma nova face do capitalismo, que se manifesta como um regime de vigilância das informações dos cidadãos no mundo digital. Segundo Zuboff, a massa de dados circulante na internet transforma-se em perfis de informação que podem prever ou influenciar a conduta dos usuários.

Tais conteúdos tornam-se ativos econômicos comercializados para empresas interessadas no comportamento presente ou futuro de potenciais consumidores de suas ideias ou seus produtos. Essa fase do capitalismo não almeja vigiar para punir, mas converte até mesmo as ações mais banais do cotidiano em ativos econômicos.

Com o acúmulo desses dados, espera-se que eles disponibilizem conhecimento acerca do perfil psicológico dos indivíduos, de suas orientações políticas e ideológicas e preferências de consumo. Mais do que automatizar a oferta de serviços delineados para cada pessoa, Zuboff adverte que tal vigilância busca automatizar condutas, modificando os sujeitos à medida que os conhece.

Para ampliar

Assista

Privacidade hackeada, direção de Jehane Noujaim e Karim Amer (Netflix, 2019, 114 min).

O documentário apresenta o caso da empresa de consultoria política Cambridge Analytica, que foi acusada de utilizar dados de milhões de pessoas gerados pelo Facebook para influenciar o comportamento de eleitores em diferentes países.



Netflix

Com essa finalidade, a **inteligência das máquinas** realiza uma **mineração digital** contínua de dados que se integram entre si através de dispositivos tecnológicos e espaços físicos/virtuais conectados em rede. Reações, comentários, imagens capturadas por câmeras de segurança, fotos, áudios, músicas, informações de idade, renda, peso e orientação sexual, reconhecimento facial, temperatura corporal: entrecruza-se absolutamente tudo para gerar uma massa de informações cujo processamento seria impossível para o cérebro humano. Essa acumulação contínua e maciça de informações, mediante a interconexão entre volume, variedade, velocidade e valor dos dados denomina-se Big Data.

A oferta de serviços gratuitos pelas **big techs** (jogos, serviços de *e-mail*, aplicativos, redes sociais, entre outros) oculta um cenário sem paralelos de invasão de privacidade. Essas corporações servem-se da psicologia humana para estimular ansiedades e ativar nossos centros de recompensa psíquica à medida que usamos redes e aplicativos.

GLOSSÁRIO

Inteligência das máquinas: automatização dos processos computacionais, pela qual máquinas aprendem a tomar decisões a partir de informações acumuladas.

Mineração digital: técnica de extração, análise e processamento de dados digitais.

Colonialismo digital

FREEDOM_WANTED/Aiamy/Fotoarena



Extração de lítio no Chile, segundo maior produtor mundial. Atacama, Chile, 2023.

A extração de lítio exige grande captação de água doce, afetando as comunidades locais. O Brasil detém a sétima maior reserva de lítio do mundo.

o colonialismo digital reflete antigas formas de exploração herdadas da Modernidade, espelhando a realidade econômica e política. Vejamos de que formas o colonialismo digital se faz presente.

Extrativismo material e exploração do trabalho: O mundo virtual de programas (*softwares*) só é possível por meio de seu alicerce material, o maquinário (*hardware*). É o caso do ouro e lítio, matérias-primas obtidas a partir de mão de obra superexplorada dos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento.

Controle dos meios de reprodução tecnológica: O Norte global possui a maior infraestrutura de satélites, fibras óticas, chips, cabeamento e servidores que sustentam o mundo digital; possuem extensiva proteção jurídica para suas patentes; encontram-se na vanguarda da criação de criptomoedas e inteligência artificial (IA); as maiores *big techs* localizam-se no Vale do Silício, nos Estados Unidos; por fim, promovem a "fuga de cérebros" de especialistas em computação de países periféricos.

Extrativismo digital e precarização do trabalho: No processo de colonização, o componente racial fundamentou epistêmica e ideologicamente a objetificação do colonizado, que tem negada sua condição de sujeito. Além disso, a colonização foi propiciada pela posse de recursos técnicos que facilitaram essa sujeição. Hoje, a tecnologia tem multiplicado as possibilidades de subalternização da pessoa ao interesse econômico.

A lógica colonial se mantém na era digital. Tal como as nações colonizadoras, as megaempresas de dados do Norte global conduzem um suposto "processo civilizatório", gerando novas formas de precarização do trabalho, gestão do tempo, vigilância, modelação de comportamentos e mudanças na cognição humana.

No Norte global, avançam legislações que asseguram a inclusão digital, o direito à privacidade e regulações que conferem limites e direitos aos cidadãos frente ao poder das *big techs*. Esse estado mínimo de bem-estar digital, contudo, não se ocupa da mineração de dados e matérias-primas ou da garantia de direitos nas nações menos desenvolvidas.

Racismo digital

Os algoritmos, longe de funcionarem exclusivamente segundo princípios matemáticos, respondem a uma programação inicial que organiza o que é coletado a partir de uma finalidade projetada por seres humanos. A tecnologia não é neutra nem indiferente ao mundo social que a produz. As máquinas inteligentes, capazes de aprender "sozinhas", alimentam-se de

O colonialismo caracterizou-se pela transformação de matéria-prima e força de trabalho em mercadoria de valor agregado. Isso permitiu a acumulação de capital e o investimento na criação de tecnologias e inovações técnicas. Na obra *Colonialismo digital* (2023), Deivison Faustino e Walter Lippold assinalam que essa estrutura se renova por meio de um colonialismo digital. Nele, as tecnologias digitais promovem a dominação política, econômica e social, visando à obtenção de lucro a partir das múltiplas formas de convivência em rede.

O colonialismo digital transparece tanto na exclusão digital da falta de acesso à internet quanto na inclusão digital, quando insere os cidadãos periféricos no mundo virtual tão somente como objetos, de maneira a reduzi-los a trabalhadores/consumidores em tempo integral. Por último, induz-se, por meio da **regulação algorítmica**, maneiras de viver que influenciem o que é merecedor de nosso tempo e energia.

Como apontou Frantz Fanon (1925-1961), em obras como *Pele negra, máscaras brancas*, colonialismo e racismo são indissociáveis; e

GLOSSÁRIO

Regulação algorítmica:

controle, modelação e influência nos processos de decisão dos sujeitos na totalidade de sua existência (trabalho, lazer, afetos, entre outros elementos).

estereótipos, discursos e imagens que partem das discriminações do mundo social.

Assim, a tecnologia por si mesma não só não garante a resolução dos problemas sociais, como pode ampliá-los, sendo um meio de atualização de formas estabelecidas de opressão. Alguns exemplos disso são o frouxo controle dos discursos de ódio contra minorias e o vigilantismo, que, embora afetem todos os usuários em rede, incidem com maior violência sobre o corpo negro, reproduzindo o controle sistêmico justificado por razões de “segurança pública”. Especialistas alertam sobre os perigos do racismo algorítmico, isto é, prisões injustas de pessoas negras por erro na leitura ou alimentação de imagens no sistema de reconhecimento facial.

Não se trata de invisibilidade, mas da forma como as minorias aparecem. A obra *Comunidades, algoritmos, ativismo digital* (2020) aponta diversos exemplos de **racismo digital**: o aplicativo FaceApp foi denunciado por valorizar características fenotípicas dos europeus em seus filtros de “embelezamento”, branqueando usuários de ascendência africana e indiana. Há falta de neutralidade nas representações estereotipadas de minorias, no policiamento preventivo que aponta sujeitos negros como criminosos potenciais, na exclusão de pessoas negras de imagens futurísticas e nas representações hipersexualizadas de mulheres negras geradas por IA.



Governo do Estado de São Paulo/Flickr.com

Desde 2022, na linha 3 do Metrô de São Paulo, o sistema de monitoramento e reconhecimento facial identifica pessoas desaparecidas ou foragidas. São Paulo (SP), 2022.

Falando nisso...

Desigualdade digital no Brasil

A desigualdade digital é caracterizada pela assimetria de acesso à internet, seja por meio da qualidade de conexão (limitada ou gratuita), seja pela aquisição de dispositivos (celulares, *tablets*, computadores). No Brasil, apesar da ampliação do acesso à internet, a desigualdade digital permanece. Segundo relatório do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br) de 2024, 89% das escolas públicas possuem internet, 62% utilizam internet nos processos de aprendizagem e apenas 11% possuem conexão com velocidade adequada, também chamada de conectividade significativa. As discrepâncias podem ser mais profundas se considerarmos as diferentes regiões do país. Quanto mais afastadas dos centros urbanos, mais precários são o acesso e a conectividade significativa.

Em pesquisa semelhante, voltada para a população em geral, foi constatado que 57% dos usuários brasileiros não têm acesso adequado à internet. Destes, 28% dos homens possuem boa conexão em relação aos 17% das mulheres. Ainda, 83% das classes sociais mais altas possuem conectividade significativa, enquanto 64% das classes mais baixas possuem acesso de qualidade ruim. Esse desequilíbrio reafirma uma dinâmica de exclusão marcada por desigualdades regionais, de gênero e de classe.

Ativismo digital e resistência

Destaca-se que o digital também reflete o “real” como um espaço de disputa. Há mobilizações políticas e culturais visando à emancipação da cidadania, mediante o uso responsável e democrático da tecnologia. Há projetos de lei propondo delimitação do poder das *big techs*; esforços para a utilização dos algoritmos e das IAs que sirvam à cooperação social e organização dos trabalhadores; e recurso à tecnologia como forma de resistência, visibilidade e proteção de comunidades tradicionais.

Um exemplo significativo é o ativismo digital antirracista e inclusivo de Walter Kumuruara, entre tantos outros, que usa as redes sociais para conscientização ambiental e política e formação de influenciadores jovens ribeirinhos na região do Tapajós. A ideia é utilizar as ferramentas digitais para se contrapor aos discursos hegemônicos. Há, portanto, uma luta pela descolonização da tecnologia, que, em vez de tomá-la como um mal em si, requer maior participação e controle desses meios por aqueles que se localizam na periferia do capitalismo.



Breno Da Mata

Walter Kumuruara, um dos fundadores do Coletivo Jovem Tapajônico. São Paulo (SP), 2023.

Para ampliar

▼ Acesse

GatoMídia: rede de ensino sobre mídia para pessoas negras criada por moradores do Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro. Disponível em: <https://gatomidia.com/>. Acesso em: 4 set. 2024.

Instituto Mídia Étnica: realiza projetos visando a garantia de direitos de populações marginalizadas, mediante campanhas, *workshops* e consultorias. Disponível em: <https://institutomidiaetnica.org.br/>. Acesso em: 4 set. 2024.

Vale do Dendê: consultoria para *startups* liderada por empreendedores negros na Bahia. Disponível em: <https://www.valedodende.org/>. Acesso em: 4 set. 2024.

O debate sobre as IAs

Inteligência artificial (IA) pode ser definida como uma inteligência – geralmente assemelhada ao padrão humano – simulada por algoritmos ou máquinas.

Atualmente, o debate mais polêmico da era digital gira em torno do uso responsável da IA. Na obra *Ética na inteligência artificial* (2023), o filósofo belga Mark Coeckelbergh (1975-) discute como conviver com essas tecnologias, que alcançaram padrões de linguagem natural ao se comunicarem com seres humanos, compreendendo comandos de voz ou texto de grande complexidade. Podemos, a partir de IA, criar vídeos e músicas, simular vozes e redigir reportagens, projetos de lei e trabalhos acadêmicos, tornando-se cada vez mais difícil diferenciar se o conteúdo foi gerado pela inteligência humana.

Como resultados nocivos, temos o aumento de *deep fakes* (reprodução de imagens, expressões e voz de pessoas), as quais podem fomentar radicalismos na sociedade, substituição da democracia por soluções técnicas, uso de armas orientadas por IA, golpes financeiros, maior vigilância, entre outros. Também há problemas de direitos autorais, pois as “criações” da IA surgem do entrecruzamento de criações humanas. Quanto mais a IA parecer humana, maior é o risco de que ela reproduza, em seu modelo de organização neural, preconceitos e privilégios.

Como potenciais ganhos, podem-se apontar a melhoria de serviços públicos, maior precisão em diagnósticos de saúde e otimização do tempo dedicado ao trabalho. O pior cenário apontado por especialistas é que a IA supere a inteligência humana, criando a partir de si mesma uma superinteligência. Tal cenário de desorientação cognitiva é denominado de **singularidade tecnológica**: o progresso tecnológico autônomo da IA se tornaria incompreensível para nossa inteligência, gerando uma completa cisão entre técnica e engenho humano.

Quem responde pela atuação dessas IAs? Compreendemos completamente as implicações éticas e sociais de seu uso? Como gerar transparência e exigir responsabilidades são desafios impostos por essas novas tecnologias.

Para Coeckelbergh, há um tipo de sabedoria humana que não pode ser replicada por máquinas, dependente de experiências ancoradas na corporeidade, materialidade e complexidade das relações pessoais e culturais humanas. Nesse sentido, ele conclui que podemos nos servir de informações e conteúdos produzidos por IA de uma maneira que ela não conseguiria realizar com relação à nossa sabedoria.

O uso de IA na medicina contribui para diagnósticos e tratamentos mais precisos, mas também levanta questões éticas importantes sobre a privacidade dos pacientes.



Verdade e pós-verdade

Em 2016, o dicionário britânico Oxford elegeu “pós-verdade” como palavra do ano. Sua definição designa “algo que denota circunstâncias nas quais fatos objetivos têm menos influência para definir a opinião pública do que o apelo à emoção ou crenças pessoais”.

Contudo, a origem do termo remonta ao dramaturgo e roteirista sérvio-americano Steve Tesich (1942-1996). Em artigo publicado na revista *Nation*, de 1992, “A síndrome de *Watergate*: um governo de mentiras”, o autor faz uma crítica à reação dos cidadãos estadunidenses diante do escândalo de espionagem no governo do presidente Richard Nixon, do Partido Republicano. *Watergate* comprovou o envolvimento de Nixon com um esquema de espionagem realizado no escritório do Partido Democrata a fim de obter informações de seus adversários nas eleições de 1972.

Mesmo com a comprovação de corrupção, Nixon foi reeleito e renunciou à presidência um ano depois. Segundo Tesich, os fatos não foram suficientes porque a verdade é algo que não se deseja. A pós-verdade seria a situação em que a verdade não é mais importante que a sensação de conforto.

O uso do prefixo “pós”, desde 1990, não denota um período posterior a um evento, mas sim algo que deixou de ser relevante. A pós-verdade indicaria, então, a superação da verdade. O que a Filosofia teria a dizer sobre isso, já que a verdade é um conceito central para a reflexão?

O filósofo grego Sócrates pode nos ajudar a pensar sobre a busca da verdade, que se faz justamente no espaço público. Por meio do diálogo, no encadeamento de perguntas e respostas, Sócrates esperava que ele e seus interlocutores fossem persuadidos pela verdade desvelada no discurso. A autoridade do conhecimento verdadeiro residia, então, no assentimento ao conceito demonstrado.

O pensamento socrático guarda tanto uma dimensão epistemológica da verdade quanto uma dimensão ética e política. Para ele, uma vida só valia a pena se fosse examinada à luz da verdade.

O fenômeno da pós-verdade também se relaciona com o conhecimento e com a prática de vida, mas em sentido muito diferente daquele oferecido por Sócrates. Ele é contextual e transitório porque não há um compromisso com seu conteúdo, servindo a determinados interesses. A verdade é, nesse sentido, situacional. Também difere da diversidade de saberes construídos histórica e culturalmente, que se sustentam em sua relação com o mundo comum. A pós-verdade não é pluralista no sentido de acolher as diferenças, mas negacionista, na medida em que estimula a desqualificação dos saberes.

O fenômeno da pós-verdade e as fake news

Para Christian Dunker (1966-), a pós-verdade não se caracteriza apenas pela falta de verificação das fontes que explicam os fatos. No texto *Subjetividade em tempos de pós-verdade* (2017), ele identifica que o fenômeno é mais complexo porque explora preconceitos cultivados pelas pessoas, levando-as a conclusões tendenciosas. A disposição de acreditar em determinadas ideias e pessoas pode nos levar à desvalorização de fatos documentados e justificáveis com base em razões.

Assim, fontes e observações concretas podem ser instrumentalizadas para a desinformação. É o caso de divulgação de trechos verdadeiros de artigos científicos para levar a conclusões falsas ou da utilização de imagens descontextualizadas para representar ou explicar eventos. Nesse sentido, a pós-verdade abre a possibilidade para a existência de notícias falsas (*fake news*). As notícias falsas não surgiram no século XXI. Mas é no ambiente digital que elas se propagam com uma velocidade maior do que nossa capacidade de verificar sua veracidade. O grande volume de compartilhamentos simultâneos, seja por pessoas ou *bots*, de temas que geram apelo emocional, impedem uma reflexão mais distanciada sobre o que recebemos na internet.



Charge da série *Malvados*, de André Dahmer, que satiriza o fenômeno da pós-verdade e divulgação das *fake news*.

A verificação de uma notícia ou situação divulgada demanda um processo rigoroso, realizado sistematicamente através da comparação e pesquisa das fontes. É preciso determinar a característica de uma notícia falsa. Ela pode ser um erro incidental, ou seja, uma divulgação mal apurada, sem a pretensão de enganar, ou pode ser inconsistente, quando não se pode saber se é verdadeira ou falsa. No entanto, se a notícia for divulgada deliberadamente com a intenção de enganar ou manipular o destinatário, então é preciso buscar meios para que seja tirada do ar.

Aliás...

A discussão sobre o conhecimento e as diferentes concepções de verdade na Filosofia estão presentes no Capítulo 2, “Pensar e conhecer”.

Todo esse processo leva tempo e dificilmente consegue conter os estragos públicos das *fake news*. A Filosofia nos ensina que a reflexão, assim como a investigação científica, é realizada por etapas, demandando de nós uma vigilância sobre como os argumentos e ideias são sustentados. Embora nosso modo de vida já se constitua pela velocidade das informações, não podemos nos furtar de pensar antes de compartilhar notícias, mesmo que elas nos pareçam atraentes ou venham de pessoas que amamos.

Para ampliar

▼ Acesso

Conselho Nacional de Justiça (CNJ) – painel de checagem de *fake news*, [2024]. O portal do CNJ indica algumas agências de checagem de notícias e mensagens, que fazem o papel de verificar sua veracidade. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/programas-e-aco-es/painel-de-che-cagem-de-fake-news/onde-che-car/>. Acesso em: 23 ago. 2024.

Ferramentas da Filosofia



A era do capitalismo de vigilância

Em “*A era do capitalismo de vigilância*” Shoshana Zuboff descreve a intrincada relação entre capitalismo e tecnologias digitais. Leia o texto para responder às questões.

O capitalismo de vigilância reivindica de maneira unilateral a experiência humana como matéria-prima gratuita para a tradução em dados comportamentais. Embora alguns desses dados sejam aplicados para o aprimoramento de produtos e serviços, o restante é declarado como *superávit comportamental* do proprietário, alimentando avançados processos de fabricação conhecidos como “inteligência de máquina” e manufaturado em *produtos de predição* que antecipam o que um determinado indivíduo faria agora, daqui a pouco e mais tarde. Por fim, esses produtos de predições são comercializados num novo tipo de mercado para predições comportamentais que chamo de *mercados de comportamentos futuros*. Os capitalistas de vigilância têm acumulado uma riqueza enorme a partir dessas operações comerciais, uma vez que muitas companhias estão ávidas para apostar no nosso comportamento futuro.

[...] a dinâmica competitiva desses novos mercados leva os capitalistas de vigilância a adquirir fontes cada vez mais preditivas de superávit comportamental: nossas vozes, personalidades e emoções. Os capitalistas de vigilância descobriram que os dados comportamentais mais preditivos provêm da intervenção no jogo de modo a incentivar, persuadir, sintonizar e arrebancar comportamento em busca de resultados lucrativos. Pressões de natureza competitiva provocaram a mudança, na qual processos de máquina automatizados não só *conhecem* nosso comportamento, como também *moldam* nosso comportamento em escala. Com tal reorientação transformando conhecimento em poder, não basta mais automatizar fluxo de informação sobre nós; a meta agora é *nos automatizar*. Nessa fase da evolução do capitalismo de vigilância, os meios de produção estão subordinados a “meios de modificação comportamental” cada vez mais complexos e abrangentes. Dessa maneira, o capitalismo de vigilância gera uma nova espécie de poder que chamo de *instrumentarismo*. O poder instrumentário conhece e molda o comportamento humano em prol das finalidades de terceiros. Em vez de armamentos e exércitos, ele faz valer sua vontade através do meio automatizado de uma arquitetura computacional cada vez mais ubíqua composta de dispositivos, coisas e espaços “inteligentes” conectados em rede.

[...] O capitalismo de vigilância [...] sabe tudo *sobre nós*, ao passo que suas operações são programadas para não serem conhecidas *por nós*. Elas acumulam vastos domínios de um proveniente de nós, mas que não é *para nós*. Elas predizem nosso futuro a fim de gerar ganhos para os outros, não para nós. Elas predizem nosso futuro a fim de gerar ganhos para os outros, não para nós.

(ZUBOFF, Shoshana. *A Era do Capitalismo de Vigilância: A luta por um futuro humano na nova fronteira do poder*. Tradução de: George Schlesinger. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021. p. 17-23.)

1. Você já se sentiu influenciado ou vigiado ao usar redes sociais? Descreva uma experiência vivida no ambiente virtual.
2. Por que, segundo o texto, a vigilância é tão importante na atual fase do capitalismo?



1. Por que podemos afirmar que a tecnologia é uma prática social? Dê um exemplo que justifique sua resposta.
2. Relacione suas afirmações de acordo com as concepções da tecnologia no Ocidente, conforme as siglas:
 - A** = Conceção da tecnologia na Antiguidade.
 - M** = Conceção da tecnologia na Modernidade
 - a) A natureza é pensada como uma totalidade harmônica, que dá sentido à vida das pessoas.
 - b) Valorização da ideia de progresso, com base em um conhecimento útil à humanidade.
 - c) Tecnologia é pensada como controle sobre a natureza.
 - d) Tecnologia é concebida como a forma correta de modificação da natureza em artefato.
 - e) Ênfase em se estabelecer um método para garantir um conhecimento seguro.
3. Em entrevista ao portal *Contexto y Acción*, traduzida para a língua portuguesa por Rôney Rodrigues para o site *Outras palavras*, o filósofo Yuk Hui afirma:

Para mim, a questão é que não podemos extrair um conceito como o de natureza isoladamente e depois pensar em mudá-lo. O que, pelo contrário, podemos pensar é que existe uma multiplicidade de naturezas e, portanto, também de tecnologias e técnicas, e depois perguntar-nos por que razão esta heterogeneidade, esta história de múltiplas tecnologias que estou agora a tentar reconstruir, foi obscurecida pelo processo da modernidade. Esta é a ideia que fundamenta a ideia de tecnodiversidade ou cosmotécnica múltipla. Afinal, a tecnologia não pode ser separada de outras realidades como a religião, a estética ou a filosofia. A tecnologia passa por todos esses fenômenos que a motivam e ao mesmo tempo a limitam. A definição que proponho para definir a cosmotécnica ocorre nesta conjunção entre a ordem cósmica e a ordem moral através de atividades técnicas.

HUI, Yuk Yuk Hui: *Cosmotécnica, alternativa decolonial*. In: *OUTRAS palavras*. Tradução de: Rôney Rodrigues. [S. l.], 17 maio 2024. Disponível em: <https://outraspalavras.net/crise-civilizatoria/yuk-huicosmotecnica-alternativa-decolonial/>. Acesso em: 12 ago. 2024

- a) Como você explicaria a crítica de Hui ao eurocentrismo tecnológico a partir de sua definição de tecnodiversidade ou cosmotécnica múltipla?
- b) Vimos que as pontes de raízes naturais e a medicina chinesa são tecnologias que não se enquadram no modelo ocidental. Pesquise mais dois exemplos de tecnologias não ocidentais ou ancestrais e registre suas principais características no caderno.

4. Os memes são formas de expressar uma ideia de forma irônica ou com humor. Geralmente, eles são amplamente divulgados pelo compartilhamento na internet por meio de vídeos ou imagens. Veja o meme sobre privacidade e responda às questões.



- a) Explique a ironia presente na imagem.
 - b) Você costuma ler as políticas de privacidade dos aplicativos que utiliza e cadastros virtuais que realiza? Por quê?
 - c) Como a ideia expressa nesse meme pode se relacionar com a argumentação de Carissa Véliz sobre as tecnologias digitais?
5. De que maneira o colonialismo digital é compreendido por Deivison Faustino e Walter Lippold? Como você identifica a existência do colonialismo digital na sua comunidade?
 6. Analise a charge segundo o conceito de pós-verdade. Em seguida debata com o professor e os colegas sobre suas observações.



7. Cite e explique duas ações que podem ser desenvolvidas na sua escola para combater a disseminação das *fake news*.
8. Em abril de 2014, foi promulgada a Lei nº 12.965, também conhecida como Marco Civil da Internet. Ela diz respeito à regulamentação do uso da internet em nosso país. Individualmente ou em pequenos grupos, pesquise sobre três pilares que fundamentam a lei e como eles contribuem para uma convivência pacífica e democrática. Compartilhe suas respostas com os colegas.
9. A Lei Carolina Dieckmann, sancionada em 2012, foi criada após o vazamento de fotos pessoais da atriz, que foram roubadas e divulgadas na internet sem sua autorização. A lei tipifica crimes cibernéticos, como a invasão de dispositivos informáticos, com o objetivo de proteger a privacidade e a segurança digital dos cidadãos. Com base nos princípios filosóficos de autonomia e privacidade, discuta se essa é uma medida eficaz para proteger a liberdade individual na era digital.

De olho no Enem

Analise a resolução de uma questão do Enem relacionada ao conteúdo estudado na unidade.

1. (ENEM – 2018)

Desde que tenhamos compreendido o significado da palavra “Deus”, sabemos, de imediato, que Deus existe. Com efeito, essa palavra designa uma coisa de tal ordem que não podemos conceber nada que lhe seja maior. Ora, o que existe na realidade e no pensamento é maior do que o que existe apenas no pensamento. Donde se segue que o objeto designado pela palavra “Deus”, que existe no pensamento, desde que se entenda essa palavra, também existe na realidade. Por conseguinte, a existência de Deus é evidente.

TOMÁS DE AQUINO. **Suma teológica**. Rio de Janeiro: Loyola, 2002.

O texto apresenta uma elaboração teórica de Tomás de Aquino caracterizada por

- a) reiterar a ortodoxia religiosa contra os heréticos.
- b) sustentar racionalmente doutrina alicerçada na fé.
- c) explicar as virtudes teológicas pela demonstração.
- d) flexibilizar a interpretação oficial dos textos sagrados.
- e) justificar pragmaticamente crença livre de dogmas.

Gabarito: B

Justificativa: Para responder a essa questão, o estudante precisa ter compreendido o importante lugar ocupado pelas discussões em torno da existência e atributos do ser divino ao longo da história da filosofia ocidental, especialmente os esforços dos pensadores cristãos que procuravam associar os conhecimentos da filosofia grega, representando a razão, com as verdades reveladas pela tradição católica, que representava a fé. Esses esforços deram a tônica para a filosofia que se devolveu por toda a Idade Média, principalmente na forma da Patrística, isto é, as teorias e doutrinas elaboradas pelos primeiros pais da Igreja e a Escolástica, considerada o auge do pensamento cristão medieval, tendo na figura do filósofo Tomás de Aquino seu principal expoente. A alternativa **B** está correta porque melhor sintetiza o esforço do filósofo Tomás de Aquino, que se vale de um raciocínio lógico e dedutivo para tentar provar a existência de Deus, uma doutrina ou ensinamento elementar da fé cristã. A alternativa **A** está incorreta, pois, apesar de a Igreja ter utilizado diversos métodos para reprimir pensamentos e interpretações que contrariavam seus ensinamentos, qualificando-os como heresias, no excerto de texto selecionado, vê-se um exercício de dedução lógica, e não um reforço de seus posicionamentos ortodoxos. A alternativa **C** está errada porque, apesar de o texto trazer a demonstração de um exercício dedutivo, o que se procura comprovar, racionalmente, é a ideia da existência de Deus, e não uma virtude da teologia cristã. A alternativa **D** também está incorreta, pois, por meio do uso de argumentos racionais, a Igreja procurava justificar seus posicionamentos e interpretações, não flexibilizá-los. A alternativa **E** está errada, pois remete equivocadamente a uma tentativa pragmática, isto é, prática, de justificar as crenças católicas, de modo que as torne livres de dogmas. Na verdade, o esforço intelectual da Igreja consistia em justificar racionalmente os dogmas, ou seja, as verdades consideradas “incontestáveis” de sua religião.



1. (Uece – 2023)

É necessário que todas as coisas que o homem deseja, deseje-as em vista do último fim, pois toda a vida do homem é regulada pelo último fim.

AQUINO, Tomás de. *Suma teológica*. Vol. III, seção I, parte II, Questão 1, arts. 6 e 7. Adaptado.

No contexto da Filosofia Escolástica do século XIII, essa afirmação de Tomás de Aquino significa que

- não há distinção entre o que Deus ordena e o que o homem quer.
 - a razão humana pode conhecer e guiar-se pelos fins divinos.
 - o homem decide, pela razão, os fins últimos de sua existência.
 - a razão divina adequa o homem, de maneira astuciosa, a seus fins.
- ## 2. (Unicamp – 2021)

Como justificar que somos uma humanidade, se mais de 70% estão totalmente alienados do mínimo exercício de ser? A modernização jogou essa gente do campo e da floresta para viver em favelas e em periferias, para virar mão de obra em centros urbanos. Essas pessoas foram arrancadas de seus coletivos, de seus lugares de origem, e jogadas nesse liquidificador chamado humanidade. Se as pessoas não tiverem vínculos profundos com sua memória ancestral, com as referências que dão sustentação a uma identidade, vão ficar loucas neste mundo maluco que compartilhamos.

(Adaptado de Ailton Krenak, *Ideias para adiar o fim do mundo*. Apple Books, 2018, p. 10.)

Com base no texto e em seus conhecimentos, assinale a alternativa que apresenta corretamente os conceitos de “alienação” e “identidade”, respectivamente.

- dissociação dos seres humanos de algum aspecto essencial de sua natureza; interações coletivas construídas sobre heranças espaciais e temporalidades vividas.
- associação dos seres humanos com a natureza fundamental das sociedades; enraizamentos em espaços e temporalidades herdados que constroem nexos coletivos.
- falta de controle sobre processos sociais capitais para a vida das pessoas; apagamento dos tempos e temporalidades precedentes como forma de vínculo coletivo.
- consciência e controle plenos das transformações nas relações sociais; estranhamento com relação aos espaços herdados e projetos de futuro das coletividades.

3. (Enem – 2023)

Concorrer e competir não são a mesma coisa. A concorrência pode até ser saudável sempre que a batalha entre agentes, para melhor empreender uma tarefa e obter melhores resultados finais, exige o respeito a certas regras de convivência preestabelecidas ou não. Já a competitividade se funda na invenção de novas armas de luta, num exercício em que a única regra é a conquista da melhor posição. A competitividade é uma espécie de guerra em que tudo vale e, desse modo, sua prática provoca um afrouxamento dos valores morais e um convite ao exercício da violência.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

De acordo com a diferenciação feita pelo autor, que prática econômica é considerada moralmente condenável?

- Adoção do *dumping* comercial.
- Fusão da função administrativa.
- Criação de *holding* empresarial.
- Limitação do mercado monopolista.
- Modernização da produção industrial.

4. (Uema – 2020)

A sociedade de uma forma geral, em cada tempo, produz conceitos ou amplia os já existentes para que possamos pensar em determinadas condições vigentes e entender determinados processos nas relações humanas vividas no momento. Um exemplo disso pode ser visto no texto abaixo sobre Kant e sua ideia relativa ao tutelamento.

Dizem os historiadores que no século XVIII para se entender certo fenômeno que ocorria na Europa, conhecido como Iluminismo, perguntaram ao Filósofo Kant o que seria esse movimento. O referido filósofo explicou que seria como um processo de esclarecimento, a partir do qual o ser humano sairia de sua menoridade graças ao uso da razão e ao exercício da liberdade de pensamento. Escreveu o filósofo em sua resposta o seguinte: “O iluminismo representa a saída dos seres humanos de uma tutela que estes mesmos se impuseram a si. Tutelados são aqueles que se encontram incapazes de fazer uso da própria razão independentemente da direção de outrem. É-se culpado da própria tutela quando esta resulta não de uma deficiência do entendimento, mas de falta de resolução e coragem para fazer uso do entendimento independentemente da direção de outrem. Tenha coragem para fazer uso da tua própria razão!

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria de Helena. *Filosofando: introdução à filosofia*. São Paulo: Moderna, 2016.

Hoje, em pleno século XXI, onde há um amplo uso das redes sociais tais como *Facebook*, *Instagram*, *YouTube*, *WhatsApp*, é apropriado retomar esse conceito kantiano acima exposto, para que se possa entender a condição de tutela a que os homens se encontram.

A relação que exemplifica o conceito de tutela de Kant aplicado aos dias de hoje é o seguinte:

- a) os designers gráficos e suas novas produções no *YouTube*.
- b) os adolescentes e o desejo de nova realidade nos jogos *on line*.
- c) as novas profissões e as oportunidades de trabalho no *Instagram*.
- d) os estudantes e as pesquisas de artigos nos sites acadêmicos.
- e) os internautas e a manipulação de informações nas mídias sociais.

5. (Uece – 2024)

O filósofo argentino Henrique Dussel (1934-2023), falecido há algumas semanas, retoma uma importante passagem de um artigo de Immanuel Kant chamado *O que é o iluminismo* (1784):

“O iluminismo é a saída por si mesma da humanidade de um estado de menoridade culpável [...] A preguiça e a covardia são as causas pelas quais grande parte da humanidade permanece prazerosamente nesse estado de imaturidade”.

Dussel faz o seguinte comentário a essa passagem:

“Para Kant, a ‘imaturidade’ ou ‘menoridade’ é culpada. A ‘preguiça’ e a ‘covardia’ constituem a causa desse ethos existencial. Hoje devemos fazer a Kant essa pergunta: um africano na África ou um escravo nos Estados Unidos no século XVIII, um indígena no México ou um mestiço latinoamericano depois, devem ser considerados nesse estado de menoridade culpada?”

(Henrique Dussel. 1492: O encobrimento do Outro. (A origem do “mito da modernidade”). Petrópolis: Vozes, 1993, p. 17.)

Considerando as duas passagens citadas, a de Kant e a de Dussel, é correto dizer que a pergunta deste último àquele primeiro pretende

- a) dizer que africanos, escravos, indígenas e mestiços podem viver sua imaturidade e sua menoridade sem culpa.
- b) argumentar que realmente esses sujeitos sociais listados são imaturos e menores por suas próprias preguiça e covardia.
- c) mostrar que, por imaturos, a preguiça é característica de indígenas e mestiços e a covardia, de africanos e escravos.
- d) contrapor a situação de escravidão e colonização impostas à suposta menoridade por culpa do próprio sujeito.

Pesquisa e ação



Criação e análise de conteúdo gerado por IA

Vimos que o desenvolvimento da inteligência artificial (IA) é ambíguo, no sentido de que pode gerar tanto benefícios quanto prejuízos à sociedade. Uma vez que as tecnologias não são neutras, mas construídas por meio de relações e valores compartilhados, vamos criar e analisar algumas imagens geradas pela IA? Para isso, vamos seguir as etapas:

1. Organizem-se em grupos de 3 a 5 estudantes.
2. Pesquisem *sites* ou aplicativos que gerem imagens a partir de textos. Caso não possua internet, seu professor poderá realizar a pesquisa.
3. Definam, com a ajuda do professor, os conteúdos que serão informados para a IA. Sugestões de texto: Imagem de um mundo de paz; Imagem de pessoas bonitas; Imagem de líderes bem-sucedidos; Imagem de pessoas felizes.
4. Analisem as imagens obtidas. Elas refletem que tipo de ideais, valores, comportamentos? São imagens inclusivas ou reforçam estereótipos? Anotem suas observações.
5. Apresentem coletivamente as imagens geradas pelos grupos. Elas podem ser impressas ou projetadas no momento da apresentação.
6. Em seguida, debatam em sala as percepções obtidas pelo grupo ao analisá-las. Ao final da atividade, a turma pode fazer um pequeno texto coletivo que reflita os argumentos apresentados no debate.
7. A partir do registro, montem cartazes que expressem os benefícios e prejuízos da IA. Vocês podem expô-los nos murais ou em outros espaços coletivos da escola.

Gabarito

Exames Brasil afora

Unidade 1 - página 70

1. (04)
(08)
2. (04)
(16)
3. A
4. b
5. a
6. (04)
(08)
7. B
8. (02)
(08)
9. (02)
(04)
(08)
10. c

Unidade 2 - Página 128

1. b
2. b
3. d
4. c
5. e
6. a
7. d
8. b

Unidade 3 - Página 185

1. b
2. (01)
(02)
(16)
3. c
4. a
5. c
6. e

Unidade 4 - Página 246

1. c
2. (1)
(2)
(4)
(8)
3. d
4. e
5. b
6. e
7. a) Antônio Bispo dos Santos compara "adestrar" e "colonizar" como processos que desterritorializam e quebram a identidade dos sujeitos, impondo novos modos de vida e nomes, visando apagar a memória original. Exemplo histórico: Catequese dos indígenas pelos jesuítas. Os jesuítas, durante o período colonial, "adestraram" os indígenas através da catequese, impondo o cristianismo e costumes europeus de forma aparentemente gentil, tentando modificar profundamente sua cultura e religião.

b) O MNU, ativo desde a década de 1970, lutou contra a discriminação racial e pela valorização da cultura afro-brasileira. Algumas das ações adotadas foram:

- **Quebra de identidade:** O MNU promoveu a valorização da herança cultural africana, combatendo o racismo estrutural.

- **Imposição de novos modos de vida:** Defendeu a inclusão das tradições afro-brasileiras na identidade nacional, resistindo à imposição de uma cultura dominante eurocêntrica.

Essas ações refletem a resistência contra a desterritorialização e imposição cultural descritas por Antônio Bispo dos Santos.

Unidade 5 - Página 300

1. e
2. c
3. a
4. (01)
(02)
(08)
5. d
6. a

Unidade 6 - Página 359

7. b
8. a
9. a
10. e
11. d

Referências comentadas

ACOSTA, A. *O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo: Autonomia Literária: Elefante, 2016.

Inspirado em saberes indígenas, o livro sugere um modelo econômico e social que prioriza a sustentabilidade e o respeito por todas as formas de vida.

ADICHIE, C. N. *Americanah*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

O livro explora como narrativas unilaterais e estereotipadas sobre povos e culturas podem limitar a compreensão e perpetuar preconceitos.

AIRES, M. *Reflexões sobre a vaidade dos homens*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

A obra filosófica examina a natureza humana, enfocando na vaidade como uma força central que influencia comportamentos e pensamentos e como a vaidade afeta a moral e as relações sociais.

AFRICAN UNION. *The Diaspora Division*. Ethiopia: AU, [20-]. Disponível em: <https://au.int/en/diaspora-division>. Acesso em: 1 maio 2024.

A Divisão da Diáspora da União Africana promove a integração e colaboração entre a África e suas comunidades na diáspora. Foca no fortalecimento de laços culturais e econômicos, incentivando a participação da diáspora no desenvolvimento do continente africano. A iniciativa busca criar redes de apoio mútuo e inovação para o progresso sustentável.

ALEXANDRE, M. Testemunho. In: MAXWELL, A. *Pardo é papel*. Rio de Janeiro: Instituto Inclusartiz, 2019. Disponível em: <https://museudeartedorio.org.br/wp-content/uploads/2020/07/Cat%C3%A1logo-digital-Pardo-%C3%A9-Papel-1.pdf>. Acesso em: 26 set. 2024. Discute o conceito e a história do termo "pardo" quando utilizado para se referir a uma raça, reflexão

que surgiu após o autor utilizar papel pardo para pintar peles negras.

ANDRADE, M. M. (Mayá); TUGNY, R. P. (org.). *Educar nas retomadas*. In: ANDRADE, M. M. *A escola da reconquista*. Arataca: Teia dos Povos, 2021.

O texto discute a importância da educação nas comunidades indígenas e quilombolas como um meio de resistência e reconquista cultural.

AQUINO, T. *Suma teológica*. São Paulo: Loyola, 2001. v. 1. A obra apresenta uma síntese abrangente da teologia cristã, abordando questões fundamentais como a existência de Deus, a criação e a natureza da lei divina.

ARENDT, H. *Eichmann em Jerusalém: um relato da banalidade do mal*. Tradução: José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

O texto analisa o julgamento de Adolf Eichmann, enfatizando a "banalidade do mal", isto é, a ideia de que atrocidades podem ser cometidas por pessoas comuns, sem intenção maligna. O relato desafia a percepção de maldade e instiga a responsabilidade individual diante de ordens injustas.

ARGAN, G. C. *Arte e crítica da arte*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

O livro examina a relação entre arte e crítica, abordando como a percepção estética e a análise crítica moldam a compreensão das obras.

ARISTÓTELES. *Categorias*. Tradução: José Veríssimo Teixeira da Mata. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

O texto aborda a classificação dos termos usados para descrever a realidade, introduzindo categorias como substância, quantidade, qualidade e relação. A análise visa entender a estrutura do pensamento e a essência das coisas.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Tradução: Leonel Vallandro e Gerd Bornheim. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Col. Os pensadores).

A obra examina a ética como busca da virtude e da felicidade, definindo a eudaimonia como o bem supremo.

ARISTÓTELES. *Metafísica*. Tradução: Marcelo Perine. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

A obra investiga a natureza da realidade e busca compreender o que existe além do mundo físico, oferecendo ainda uma análise profunda dos princípios do ser e do conhecimento.

ARISTÓTELES. *Poética*. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Col. Os pensadores).

Aristóteles analisa como a representação dramática deve evocar emoções e refletir a experiência humana, enfatizando a importância da estrutura e da lógica na construção das obras dramáticas.

ARISTÓTELES. *Política*. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Col. Os pensadores).

A obra investiga a natureza e o propósito da vida política, destacando a importância da comunidade na busca pela virtude.

ARISTÓTELES. *Tópicos*. Tradução: Leonel Vallandro e Gerd Bornheim. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Col. Os pensadores).

A obra examina como desenvolver raciocínios eficazes e analisar debates, fundamentais para entender a lógica formal e a prática da dialética na filosofia e na retórica.

ARMSTRONG, K. *Em defesa de Deus: o que a religião realmente significa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

A obra defende a relevância da religião na vida humana, abordando o papel da fé em contextos históricos e contemporâneos.

- ASANTE, M. K. Uma origem africana para a filosofia: mito ou realidade? Tradução: Marcos Carvalho Lopes. *Capoeira: revista de humanidades e letras*, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 117-121, 2014. Disponível em: https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/-asante_-_origem_filosofia_africana.pdf. Acesso em: 26 set. 2024.
- O artigo trata da contribuição africana para a filosofia mundial. Questiona narrativas eurocêntricas e propõe uma valorização das tradições filosóficas africanas, argumentando que o continente africano tem papel essencial na história do pensamento filosófico.
- AYCA, E. E. A razão separada da sensibilidade. In: UYWAÑA, Y. *La crianza mutua de las artes*. La Paz: PCP, 2022.
- A autora analisa a maneira como a percepção sensível e a reflexão racional moldam a criação e a crítica artística, contribuindo para a compreensão e valorização das obras.
- BADIÓU, A. *Pequeno manual de inestética*. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.
- O livro examina a estética sob uma nova perspectiva, contestando conceitos convencionais e propondo a inestética como uma forma de entender a arte.
- BAUMAN, Z. *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- O autor explora as relações interpessoais na modernidade líquida, onde os vínculos são cada vez mais voláteis e superficiais.
- BAUMAN, Z. *Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias*. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2008.
- A obra explora como a lógica de consumo transformou a vida humana em mercadoria, abordando as consequências da modernidade líquida para a identidade e os relacionamentos pessoais.
- BEAUVOIR, S. de. *O segundo sexo*. Tradução: Sérgio Millet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- Um dos livros mais conhecidos da literatura feminista, a obra reflete acerca da posição da mulher em uma sociedade patriarcal, utilizando argumentos baseados em áreas como a Filosofia e a Biologia.
- BEAUVOIR, S. de. *Por uma moral da ambiguidade*. Tradução: Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.
- O texto aborda a complexidade da liberdade humana e a inevitável ambiguidade das ações morais. A autora argumenta que, apesar das ambiguidades, é possível agir de forma ética ao assumir a liberdade como um compromisso com a justiça e a solidariedade.
- BENITES, S. *Nhe"e, reko porã rá: nhemboea oexakar"e* [Fundamento da pessoa guarani, nosso bem-estar futuro (educação tradicional): o olhar distorcido da escola]. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.
- O trabalho analisa a visão da educação escolar em relação à cultura guarani, contrastando-a com a educação tradicional indígena.
- BENJAMIN, W. *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica*. Porto Alegre: L&PM, 2018.
- Benjamin analisa o impacto da reprodutibilidade técnica na arte, argumentando que a reprodução em massa altera a autenticidade e o valor cultural das obras.
- BENTHAM, J.; MILLS, J. S. *Utilitarianism and other essays*. London: Penguin Books, 2015.
- A coletânea explora o utilitarismo, filosofia que busca maximizar a felicidade e minimizar o sofrimento. Bentham e Mills argumentam sobre a moralidade baseada nas consequências das ações.
- BENTO, C. *O pacto da branquitude*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- Na obra, Cida Bento examina o conceito de "pacto da branquitude," revelando como o privilégio branco é mantido e reforçado em diversas esferas sociais. A autora aborda como a branquitude influencia a estrutura das relações sociais e contribui para a perpetuação das desigualdades raciais, oferecendo uma reflexão crítica sobre os mecanismos de poder e privilégio.
- BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSFOGUEL, R. (org.). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.
- O texto aborda as noções de colonialidade e decolonialidade, destacando suas dimensões fundamentais.
- Analisa a colonialidade molda estruturas sociais e epistemológicas e como o pensamento decolonial busca desmantelar essas estruturas, promovendo novas formas de conhecimento e resistência.
- BISPO DOS SANTOS, A. As fronteiras entre o saber orgânico e o saber sintético. In: OLIVA, A. R. et al. *Tecendo redes antirracistas: Áfricas, Brasis, Portugal*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
- Defende a ideia de que o saber orgânico vem da experiência, enquanto o saber sintético se baseia em sistematização e generalização; como exemplo, utiliza a diferença entre os termos "contracolonizar" e "descolonizar".
- BISPO DOS SANTOS, A. Modos quilombolas. *Piseagrama*, Belo Horizonte, n. 9, set. 2016. Disponível em: <https://piseagrama.org/artigos/modos-quilombolas/>. Acesso em: 6 set. 2024.
- Abrange o medo sentido por colonialistas em relação a comunidades indígenas e quilombos, por serem autogeridos, organizados e independentes de ideais ocidentais.
- BISPO DOS SANTOS, A. Somos da Terra. *Piseagrama*, Belo Horizonte, n. 14, 2018. Disponível em: <https://piseagrama.org/artigos/somos-da-terra/>. Acesso em: 19 set. 2024.
- Reflexão sobre a relação entre o Estado brasileiro e as populações quilombolas, que sofrem com questões colonialistas.
- BOAL, A. *Teatro do oprimido e outras poéticas políticas*. São Paulo: Editora 34, 2019.
- O livro apresenta o método do Teatro do Oprimido, criado por Augusto Boal, que utiliza o teatro como ferramenta de transformação social e política.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Cinco fatos para entender o impacto do consumo de ultraprocessados*. Brasília, DF: MS, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-brasil/eu-que-ro-me-alimentar-melhor/noticias/2022/cinco-fatos-para-entender-o-impacto-do-consumo-de-ultraprocessados>. Acesso em: 5 set. 2024.
- Expõe cinco fatos que relacionam o consumo de ultraprocessados à saúde e ao meio ambiente e que incentivam uma boa alimentação, rica em nutrientes e que leve em conta também pequenos agricultores.
- BRASIL. Portaria Interministerial MJSP/MRE nº 38. Dispõe sobre [...]. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ed. 69, p. 64, 11 abr. 2023. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-interministerial-mjsp/mre-n-38-de-10-de-abril-de-2023-476019847>. Acesso em: 7 abr. 2024.
- A Portaria Interministerial nº 38 estabelece diretrizes para a cooperação entre o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e o Ministério das Relações Exteriores (MRE) em assuntos de Segurança Pública. A medida visa fortalecer a troca de informações e a coordenação de ações para enfrentar desafios transnacionais, como o tráfico de drogas e armas.
- BRASIL. Resolução Normativa CONCEA nº 58, de 23 de fevereiro de 2023. Dispõe sobre a proibição do uso de animais vertebrados, exceto seres humanos, em pesquisa científica [...]. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ed. 41, p. 8, 1 mar. 2023. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-n-58-de-24-de-fevereiro-de-2023-466792333>. Acesso em: 1 set. 2024.
- Estipula a proibição do uso de animais vertebrados, com a exceção de seres humanos, na realização de pesquisas para desenvolvimento de produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes.
- BUCK-MORSS, S. *Hegel e o Haiti*. São Paulo: N-1 Edições, 2017.
- Analisa a possibilidade de a Revolução Haitiana ter influenciado o pensamento filosófico de Hegel, particularmente em sua dialética do senhor e escravo, que discute dominação e submissão.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003.
- Englobando feminismo e estudos de gênero, questiona ideias tradicionais de gênero, que são binárias e vinculam o gênero ao sexo biológico.
- BUTLER, J. *Universality in Culture*. In: NUSSBAUM, M. (org.). *For love of country: debating the limits of patriotism*. Boston: Beacon Press, 1996.
- No texto, Butler argumenta que a universalidade deve ser constantemente reavaliada em diferentes contextos culturais, enfatizando a importância de
- reconhecer a diversidade. Ela propõe um universalismo inclusivo, que respeite as diferenças e promova o diálogo intercultural.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio* [(1948)]. Brasília, DF: Câmara, [20-]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/1950-1959/decretolegislativo-2-11-abril-1951-351286-convencao-pl.pdf>. Acesso em: 9 abr. 2024.
- A Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio define genocídio e estabelece medidas para sua prevenção e punição. Adotada pela ONU em 1948, o documento é fundamental para o combate à impunidade em crimes de genocídio, promovendo a responsabilização internacional e a proteção dos direitos humanos.
- CARNEIRO, S. A batalha de Durban. In: CARNEIRO, S. *Escritos de uma vida*. Prefácio de Conceição Evaristo, apresentação de Djamilia Ribeiro. São Paulo: Jandaíra, 2020, p. 185-194.
- O texto aborda a importância da Conferência Mundial contra o Racismo, realizada em Durban, destacando as discussões sobre racismo, discriminação e desigualdade. Carneiro reflete sobre os desafios enfrentados e as conquistas alcançadas, enfatizando a relevância da conferência para fortalecer a luta global por justiça racial e direitos humanos.
- CASTIANO, J. P. *Referenciais da filosofia africana: em busca da intersubjetivação*. Maputo: Sociedade Editorial Ndjira, 2010.
- O livro explora a filosofia africana, destacando a importância da intersubjetividade na construção do conhecimento. Castiano analisa conceitos filosóficos africanos, enfatizando a interação entre indivíduos e comunidades. A obra busca reconectar tradições africanas com o pensamento filosófico global, promovendo um diálogo intercultural.
- CASTRO, E. V. de. Antropologia renovada. Entrevista concedida a Juvenal Savio Filho e Wilker Sousa. *Cult*, São Paulo, 13 dez. 2010. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/antropologia-renovada/>. Acesso em: 2 jul. 2024.
- Exibe entrevista com o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro, conhecido no Brasil e no exterior por seus estudos na área de etnologia indígena.
- CASTRO, E. V. de. Quem são? *Povos indígenas no Brasil*, [s. l.], maio 2005. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Quem_s%C3%A3o. Acesso em: 14 jun. 2024.
- Expõe dados acerca das populações indígenas no Brasil na atualidade, além de fatos relevantes como a existência de grupos isolados e a diferença entre os termos "índio" e "indígena".
- CASTRO, Y. P. Localização e origem da população negra escravizada em território colonial brasileiro: as denominações banto e iorubá. *Revista Eletrônica: Tempo – Técnica – Território*, [s. l.], v. 3, n. 2, p. 48-62, 2012. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/ciga/article/view/15442/13740>. Acesso em: 7 out. 2024.
- O artigo analisa a origem e localização das populações negras escravizadas no Brasil Colonial, com foco nas designações "banto" e "iorubá". Castro investiga a diversidade cultural e linguística dos grupos africanos, ressaltando suas influências na formação da identidade afro-brasileira e na cultura do país.
- CAVALCANTI, J. D. Parangolé: anti-obra de Hélio Oiticica. *Digestivo Cultural*, Campinas, 17 dez. 2002. Disponível em: https://digestivocultural.com/colunistas/coluna.asp?codigo=856&titulo=Parangole:_antiobra_de_Helio_Oiticica. Acesso em: 5 set. 2024.
- Discute acerca dos Parangolés, conjunto de obras do artista brasileiro Hélio Oiticica que são capas de vestimenta construídas com tecidos de cores vibrantes.
- CAYGILL, H. *Dicionário de Kant*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- O dicionário oferece uma análise detalhada dos conceitos e termos fundamentais da filosofia de Immanuel Kant. Cada entrada explora os conceitos-chave do pensamento kantiano, facilitando a compreensão de suas ideias sobre epistemologia, ética e estética e seu impacto na filosofia moderna.
- CHÉROLET, B. Que música você ouve? Segundo estudo, gosto musical revela valores morais. *Educa+Brasil*, [s. l.], 15 jan. 2024. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/noticias/que-musica-voce-ouve-segundo-estudo-gosto-musical-revela-valores-morais>. Acesso em: 9 ago. 2024.

Expõe dados de pesquisa realizada por pesquisadores da Universidade Queen Mary, de Londres, e da ISI Foundation, em Turim, na Itália, que afirma que o gosto musical de um indivíduo tem vínculo com seus valores morais.

CLASTRES, P. *A sociedade contra o Estado*. Tradução: Theo Santiago. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

O livro analisa sociedades indígenas e suas estruturas sociais, contrastando-as com o conceito de Estado. Clastres argumenta que muitas dessas sociedades se organizam de maneira a evitar a formação de um poder centralizado, destacando como as instituições sociais e políticas são moldadas pela resistência ao controle estatal e pela preservação da autonomia.

COECKELBERGH, M. *Ética na inteligência artificial*. São Paulo: Ubu, 2023.

O livro examina as implicações éticas da inteligência artificial, discutindo questões como responsabilidade, justiça e impacto social. Coeckelbergh explora como as tecnologias emergentes desafiam princípios morais tradicionais e propõe uma reflexão crítica sobre o desenvolvimento e uso ético da IA na sociedade moderna.

COELHO, A.; ALVEZ, F.; CABECA, M. Guia sobre a branquitude. *Educa Diversidade*, [s. l.], [20--]. Disponível em: <https://educadiversidade.unesp.br/guia-de-reconhecimento-sobre-a-branquitude/>. Acesso em: 19 jun. 2024.

Discute questões acerca do racismo a partir de um guia que se foca no conceito de branquitude, tirando o foco da discussão de populações minoritárias e passando-o para os causadores desse problema social.

CORBISIER, R. *Autobiografia filosófica: das ideologias à teoria da praxis*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. Reflexão autobiográfica que vincula a vida intelectual e política do autor com suas principais contribuições filosóficas, combinando relatos pessoais e momentos de reflexão.

CUNHA JUNIOR, H. "Ntu". *Revista Espaço Acadêmico*, [s. l.], v. 9, n. 108, p. 88, 2010. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/9385/5601>. Acesso em: 6 set. 2024.

Apresenta uma introdução à cultura e ao pensamento das sociedades bantu, com foco na filosofia desses povos.

DANTO, A. C. *A filosofia da arte*. Entrevistadora: Natasha Degen. Tradução: Joaquim Toledo Junior. *Novos Estudos Cebrasp*, São Paulo, n. 73, p. 127-132, mar. 2006. Disponível em: www.scielo.br/nec/a/nd4BYVfFy38hDNtWLnqrmt?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 9 ago. 2024.

Entrevista na qual o professor de filosofia e crítico de arte Arthur Danto discute sobre os principais pontos de sua carreira, tecendo reflexões acerca da Arte e da Filosofia.

DANTO, A. *O que é arte*. Belo Horizonte: Rêlicário, 2020.

A obra investiga a definição de arte e como ela evoluiu ao longo do tempo, desafiando as concepções tradicionais. Analisa a relação entre arte e filosofia, argumentando que o contexto cultural e a intenção do artista são cruciais para determinar o que é arte. Destaca a ideia de que a arte é uma experiência interpretativa que transcende meras aparências.

DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

Nesta obra, Davis aborda a intersecção de raça, classe e gênero. A autora inicia sua análise pela desumanização das mulheres negras durante a escravidão, evidenciando como essa história moldou as dinâmicas sociais atuais.

DELEUZE, G. *A filosofia crítica de Kant*. Lisboa: Edições 70, 1963.

O livro explora a filosofia crítica de Kant, enfatizando sua abordagem sobre o conhecimento e a moralidade. Discute a revolução copernicana kantiana, onde a mente ativa organiza a experiência e como isso impacta a ética e a liberdade do pensamento filosófico.

DESCARTES, R. *Discurso do método*. São Paulo: Abril Cultural, 1999.

A obra apresenta o método filosófico de René Descartes, que busca fundamentar o conhecimento em bases seguras e acessíveis.

DESCARTES, R. *Meditações sobre filosofia primeira*. Tradução: Fausto Carrilho. São Paulo: Unicamp, 2008.

Na obra, Descartes busca encontrar uma base

indubitável para o conhecimento, estabelecendo o famoso princípio "penso, logo existo" e explorando a relação entre mente e corpo.

DESPRET, V. *O que diriam os animais?* São Paulo: Ubu, 2021.

A obra explora a relação entre humanos e animais, questionando como os animais percebem o mundo e o que diriam se pudessem se expressar.

DEVULSKY, A. *Colorismo*. São Paulo: Jandaíra, 2021.

Devulsky analisa como o colorismo afeta a autoestima, oportunidades e relações sociais, destacando a necessidade de reconhecer e enfrentar essas desigualdades para promover uma sociedade mais justa e igualitária.

DIOP, C. A. *A unidade cultural da África Negra: esferas do patriarcado e do matriarcado na Antiguidade Clássica*. Luanda: Mulenga; Ramada: Pedagogo, 2014.

Diop explora a unidade cultural da África Negra, comparando as estruturas matriarcais e patriarcais na Antiguidade. A obra destaca a continuidade cultural africana, argumentando que tradições matriarcais promoveram igualdade social.

DJOKIC, A. *Colorismo: o que é, como funciona*. *Portal Geledés*, [s. l.], 26 fev. 2015. Disponível em: www.geledes.org.br/colorismo-o-que-e-como-funciona/?amp=1&gad_source=1&gclid=Cj0KCQjwxeYBhC7ARIsAC7dS3-RF3VxNaH-9Djz3d0FGCz1R6b7DSGQKYj9z0K7848DY9QGV-ZunJaAskBEALw_wcB. Acesso em: 19 jun. 2024.

Explica o conceito de colorismo, que envolve a discriminação de indivíduos acerca da cor de sua pele em uma lógica na qual aqueles de pele mais pigmentada são tratados de forma inferiorizada.

DUNKER, C. *Subjetividade em tempos de pós-verdade*. In: DUNKER, C. (org.). *Ética e pós-verdade*. Porto Alegre: Dublinense, 2017, p. 9-41.

O texto explora como a era da pós-verdade afeta a subjetividade, analisando a manipulação da verdade e suas consequências para a percepção individual e social. Dunker investiga como as distorções da realidade influenciam a formação de identidade e a ética na sociedade contemporânea.

DUSSEL, E. *1492: O encobrimento do outro – A origem do mito da modernidade*. Tradução: Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes, 1993.

A obra trata da origem do mito da modernidade a partir do ano de 1492, focando no "encobrimento" dos povos indígenas e na construção de uma visão eurocêntrica da história.

EGGER, D. da S. et al. *Ecocídio nos Cerrados: agronegócio, espoliação das águas e contaminação por agrotóxicos*. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, v. 57, p. 16-54, jun. 2021. Edição especial – Agronegócio em tempos de colapso planetário: abordagens críticas. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/76212/44092>. Acesso em: 5 set. 2024.

Discute a situação do biodiversidade do Cerrado em um contexto de destruição desse bioma causada pelo agronegócio, que prejudica fauna e flora por meio de queimadas e da contaminação das águas.

ELIADÉ, M. *História das crenças e das ideias religiosas II*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

A obra examina a evolução das crenças e ideias religiosas ao longo da história, focando nas tradições desenvolvidas após o período antigo.

ELLACURÍA, I. *Filosofia de la realidad histórica*. San Salvador: UCA Editores, 1999.

O livro examina a relação entre filosofia e realidade histórica, abordando como as ideias filosóficas moldam e são moldadas pelos contextos históricos.

ECUADOR. *Constitución de la República del Ecuador* ([promulgada em 14 de fevereiro de 2018]). Quito: República del Ecuador, [2021]. Disponível em: https://siteal.iep.unesco.org/sites/default/files/sit_accion_files/constitucion_de_la_republica_del_ecuador.pdf. Acesso em: 7 out. 2024.

Constituição da República do Equador, considerada a mais avançada da América Latina em relação aos direitos coletivos.

ERNESTO, L. M. (Lu Ain-Zaila). *Sankofia: breves histórias sobre afrofuturismo*. Rio de Janeiro, 2018.

O livro apresenta uma série de histórias curtas sobre afrofuturismo, explorando como a imaginação e a tecnologia podem entrelaçar-se com a cultura e a história africanas.

EVARISTO, C. *A escrivência e seus subtextos*. In: DUARTE, C. L.; NUNES, I. R. (org.). *Escrivência: a escrita de*

nós – Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

O texto apresenta o conceito de "escrivência", onde a escrita se torna ferramenta de resistência e expressão das vivências de mulheres negras. A autora destaca a importância de narrar histórias pessoais e coletivas, revelando subtextos que questionam desigualdades e afirmam identidades.

EVARISTO, C. In: LITERAFRO. Belo Horizonte, 2024. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/188-conceicao-evaristo>. Acesso em: 3 set. 2024.

Texto em que a autora autora apresentou no I Colóquio de Escritoras Mineiras Belo Horizonte, em maio de 2009, no qual relata sua vida de forma autobiográfica, com tons literários.

FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. São Paulo: Ubu, 2020.

Analisa o racismo e do colonialismo considerando seus vínculos e suas consequências psicológicas e sociais, tendo como foco as dinâmicas de opressão entre colonizadores e colonizados.

FAUSTINO, D.; LIPPOLD, W. *Colonialismo digital: por uma crítica hacker-fanoniana*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2023.

O livro aborda o impacto do colonialismo digital sobre as relações de poder na era da informação. Propõe uma crítica baseada nas ideias de Fanon e no pensamento hacker, abordando como as tecnologias digitais perpetuam desigualdades e controlam narrativas globais, desafiando a dominação colonial contemporânea.

FEDERICI, S. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Tradução: Coletivo Sycorax. 2. ed. rev. atual. São Paulo: Elefante, 2023.

No livro, Federici explora a ligação entre a caça às bruxas, a opressão das mulheres e o desenvolvimento do capitalismo. Argumenta que a violência contra as mulheres foi fundamental para a acumulação primitiva e a transformação social.

FEDERICI, S. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

Federici examina o papel crucial do trabalho doméstico e da reprodução na luta feminista e na economia global. Na obra, argumenta que o trabalho não remunerado, frequentemente realizado por mulheres, é fundamental para a reprodução do sistema capitalista e que a sua valorização e reconhecimento são essenciais para a transformação social e econômica.

FEENBERG, A. O que é a filosofia da tecnologia? In: SFU [Burnaby]. Tradução: Agustín Apaza, com revisão de Newton Ramos-de-Oliveira. Revisão substancial feita por Franco Nero Antunes Soares para fins didáticos, 2015. Disponível em: https://www.sfu.ca/~andrewf/feenberg_OQueEFilosofiaDaTecnologia.pdf. Acesso em: 15 abr. 2024.

Explora a filosofia da tecnologia, examinando como as tecnologias moldam e são moldadas pelas práticas sociais e culturais.

FERRAZ, M. C. F. Nietzsche, a negatividade e a antropofagia: do cordeiro e da ave da rapina ao jabuti. In: DIAS, R.; PAZ, G.; OLIVEIRA, A. L. de. *Arte Brasileira e Filosofia*. Rio de Janeiro: UAPÉ, 2007.

O texto explora a relação entre a filosofia de Nietzsche e a antropofagia cultural brasileira, destacando a ideia de negatividade como força criativa e analisando metáforas como cordeiro, ave de rapina e jabuti para discutir a dinâmica de poder e resistência.

FERRO, M. *A colonização explicada a todos*. Tradução: Fernando Santos. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

O livro oferece uma explicação acessível sobre o processo de colonização, detalhando suas causas, mecanismos e consequências.

FERRY, L. *A sabedoria dos mitos gregos*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2022. *E-book*.

Observa os mitos da Grécia antiga como fundadores da filosofia ocidental, assim, considera seus aspectos intelectuais e as sabedorias que podem transmitir.

FLUSSER, V. *Pós-História: vinte instantâneos e um modo de usar*. São Paulo: Annablume, 2011.

O autor analisa a relação entre o ser humano e a tecnologia, e propõe uma reflexão sobre o que significa dar sentido ao mundo após o seu desmantelamento.

FOUCAULT, M. *Dits et écrits IV*, Paris: Gallimard, 1994.

A obra compila escritos que exploram poder,

conhecimento e subjetividade, analisando como o poder se manifesta nas práticas discursivas e institucionais, moldando identidades e relações sociais.

FOUCAULT, M. Le souci de la vérité. In: FOUCAULT, M. *Dits et Écrits II*. Paris: Gallimard, 2005.

O texto analisa a relação entre poder e verdade, destacando como a busca pela verdade é uma prática social influenciada por estruturas de poder.

FOUCAULT, M. O uso dos prazeres e as técnicas de si. In: FOUCAULT, M. *Ditos e escritos V*. Paris: Gallimard, 2004.

O texto investiga a relação entre prazer e ética na Antiguidade, destacando as "técnicas de si" como práticas de autodomínio e reflexão.

FOUCAULT, M. Uma estética da existência. In: FOUCAULT, M. *Ditos e escritos V*, 2004.

No texto, Foucault explora a ideia de uma "estética da existência", na qual a vida é vista como uma obra de arte. Argumenta que os indivíduos devem moldar suas vidas com criatividade e liberdade, desafiando normas sociais.

FREIRE, P. *Cartas a Cristina: reflexões sobre minha vida e minha práxis*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

O livro consiste em cartas pessoais e reflexões do autor sobre sua trajetória e prática pedagógica. Explora a experiência e os desafios enfrentados na educação, destacando o impacto das ideias de Paulo Freire sobre a prática docente e a transformação social e oferecendo uma visão íntima de sua filosofia educacional.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

A obra apresenta uma abordagem crítica da educação, enfatizando a importância da conscientização e da participação ativa dos oprimidos na transformação social. Freire propõe um método pedagógico que visa à emancipação dos alunos por meio do diálogo, da reflexão e da ação, desafiando as estruturas de opressão e promovendo uma educação libertadora e inclusiva.

FREUD, S. Uma dificuldade da psicanálise. In: FREUD, S. *Obras completas*. São Paulo: Cia. das Letras, 2010, v. 14.

O texto explora os desafios enfrentados pela psicanálise ao desafiar o narcisismo humano. Identifica três golpes ao narcisismo: a cosmologia copernicana, a teoria darwiniana e a psicanálise, que revela a falta de controle consciente sobre a mente.

FU-KIAU, K. K. B. *A visão Bântu Kongo da sacralidade do mundo natural*. Pelourinho: ACBANTU, [20--?]. Disponível em: <http://estahorareall.wordpress.com/wp-content/uploads/2015/07/dr-bunseki-fu-kiau-a-visc3a3o-bantu-kongo-da-sacralidade-do-mundo-natural.pdf>. Acesso em: 26 set. 2024.

O texto explora a visão Bantu-Kongo sobre a sacralidade do mundo natural, destacando a conexão espiritual e a importância dos elementos naturais na cosmologia Bantu.

FU-KIAU, K. K. B. Ntangu, Tandu, Kolo, o conceito Bantu-Kongo do Tempo. In: *FILOSOFIA AFRICANA*. [S. l.], [2016]. Disponível em: https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/kimbwandende_kia_bunseki_fu-kiau_-_ntangu-tandu-kolo_o_conceito_bantu-kongo_de_tempo.pdf. Acesso em: 26 set. 2024.

O texto explora o conceito Bantu-Kongo de tempo, que integra passado, presente e futuro em uma perspectiva cíclica. A obra sugere uma compreensão holística do tempo na experiência africana e afro-diaspórica.

GADAMER, H. G. *Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*, 3. ed. Tradução: Flávio Meurer. Petrópolis: Vozes, 1999.

O livro apresenta uma abordagem detalhada da hermenêutica filosófica, discutindo como a compreensão e a interpretação são fundamentais para a verdade.

GONÇALVES, R. (ed.). *Textos budistas e zen-budistas*. São Paulo: Cultrix, 1995.

A coletânea reúne textos fundamentais do budismo e do zen-budismo, oferecendo uma visão abrangente das doutrinas, práticas e filosofias dessas tradições.

GONZALEZ, L. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: UCPA (org.). *Primavera para as rosas negras*: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. São Paulo: Diáspora Africana: Filhos de África, 2018.

O texto aborda a categoria político-cultural de "amefricanidade", explorando a identidade e a experiência dos afrodescendentes na América.

GONZALEZ, L. *Festas afro-brasileiras*. In: UCPA (org.).

Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. São Paulo: Diáspora Africana: Filhos de África, 2018.

O texto explora as festas afro-brasileiras como celebrações que preservam e valorizam a cultura afrodescendente. Destaca como essas festividades são espaços de resistência e afirmação identitária, onde a música, a dança e os rituais fortalecem laços comunitários e combatem o racismo, além de enriquecerem a cultura brasileira com diversidade e história.

GONZALEZ, L. *Festas populares no Brasil*. Rio de Janeiro: Index, 1987.

O livro explora as festas populares brasileiras como expressões culturais que refletem a diversidade e as tradições do país. Analisa como essas celebrações, influenciadas por diferentes etnias e religiões, promovem a identidade nacional e a resistência cultural, destacando a importância das festas na construção social e no fortalecimento dos laços comunitários.

GONZALEZ, L. *Por um feminismo afro-latino americano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

Dá um panorama acerca do pensamento da Lélia Gonzalez por meio de uma coletânea de textos clássicos, abordando temas como racismo, a independência da paisagem africana e igualdade racial.

GONZALEZ, L. *Racismo e sexismo na cultura brasileira*. In: UCPA (org.). *Primavera para as rosas negras*: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. São Paulo: Diáspora Africana: Filhos de África, 2018.

O texto aborda como o racismo e o sexismo se entrelaçam na cultura brasileira, afetando especialmente as mulheres negras. Gonzalez discute a marginalização e desumanização dessas mulheres, destacando a necessidade de reconhecer e combater essas opressões estruturais para promover justiça social e igualdade de gênero e raça.

GOUGES, O. *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*. Santa Maria: UFSM: Observatório de Direitos Humanos, 2024. Disponível em: www.ufsm.br/pro-reitorias/pre/observatorio-de-direitos-humanos/documentacao-historica. Acesso em: 13 jun. 2024.

O livro compila textos essenciais de Olympe de Gouges, incluindo a "Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã". A obra apresenta uma crítica à desigualdade de gênero e propõe a inclusão das mulheres nos direitos e liberdades proclamados pela Revolução Francesa, defendendo igualdade e justiça para todos.

GOULD, S. J. *Pilares do tempo: ciência e religião na plenitude da vida*. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.

A obra aborda a relação entre ciência e religião, discutindo como ambas contribuem para a compreensão e plenitude da vida humana.

GUATTARI, F. Guattari, o paradigma estético. Entrevistador: Fernando Urribarri. *Cadernos de subjetividade*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 29-34, mar./ago 1993.

O artigo apresenta a ideia de que todos os focos de singularização da existência são recobertos por uma valorização capitalística. O paradigma estético se apresenta como uma alternativa em relação ao paradigma científico subjacente ao universo capitalístico.

GUDYNAS, E. *Direitos da natureza: ética biocêntrica e políticas ambientais*. São Paulo: Elefante, 2019.

A obra discute a ética biocêntrica e a necessidade de reconhecer direitos legais à natureza, promovendo uma mudança nas políticas ambientais.

GUINSBURG, J. (org.). *A república de Platão*. São Paulo: Perspectiva, 2018.

A obra discute a justiça e a organização ideal da sociedade, propondo um estado governado por filósofos-reis, e trata também da divisão da sociedade em classes e a educação como caminho para a verdade.

HABERMAS, J. Notas programáticas para a fundamentação da ética do discurso. In: HABERMAS, J. *Consciência moral e agir comunicativo*. Tradução: Guido A. de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

O texto apresenta a ética do discurso, propondo que normas morais devem ser justificadas através do diálogo racional e inclusivo. Defende que a validade ética emerge do consenso obtido em práticas comunicativas livres de coerção.

HABERMAS, J. *O discurso filosófico da modernidade: doze lições*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

O texto oferece uma introdução ao discurso filosófico da modernidade, abordando questões centrais sobre a razão e a modernidade.

HAMILL, S.; SEATON, J. P. *Chuang Tzu – Ensinos essenciais*. São Paulo: Cultrix, 1998.

O livro apresenta os principais ensinamentos de Chuang Tzu, um dos grandes mestres do taoísmo.

HAMPÁTÊ BÂ, A. A noção de pessoa na África Negra. In: DIETERLEN, G. (ed.). *La notion de personne en Afrique Noire*. Paris: CNRS, 1981. Disponível em: <https://filosofia-africana.weebly.com/textos-africanos.html>. Acesso: 4 abr. 2024

O texto explora a concepção de pessoa na África Negra, destacando como a noção de identidade e humanidade é entendida dentro das tradições africanas.

HAMPÁTÊ BÂ, A. A tradição viva. In: KI-ZERBO, J. *História Geral da África I: metodologia e Pré-História*, 2. ed. rev. Brasília: Unesco, 2010.

O texto destaca a importância das tradições orais na cultura africana, trazendo seu papel na preservação da história e dos valores sociais. Enfatiza também como essas tradições vivas são fundamentais para a identidade africana, servindo como veículo de transmissão de conhecimento e como base para a coesão social e cultural.

HAN, B-C. *Sociedade do cansaço*. Petrópolis: Vozes, 2015.

Considera as sociedades capitalistas como geradoras de doenças psíquicas, como é o caso do *burnout*, do transtorno de déficit de atenção e da hiperatividade e da depressão.

HARAWAY, D. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: HOLLANDA, H. B. de (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

O texto propõe uma nova visão sobre a relação entre ciência, tecnologia e feminismo socialista, trazendo a ideia do "ciborgue" como uma figura que transcende as divisões entre o humano e o tecnológico.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 5, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773/1828>. Acesso em: 26 set. 2024.

O texto argumenta que todo conhecimento é situado e parcial, desafiando a objetividade neutra da ciência tradicional. Haraway propõe que o feminismo adote uma "perspectiva parcial" que reconheça a influência do contexto social e político nos saberes. A obra sugere que essa abordagem promove uma ciência mais responsável e inclusiva.

HARDING, S. Objetividade mais forte para ciências exercidas a partir de baixo de Sandra Harding. *Em Construção: arquivos de epistemologia histórica e estudos de ciência*, [s. l.], n. 5, 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/emconstrucao/article/view/41257>. Acesso em: 21 maio 2024.

O artigo propõe uma visão ampliada da objetividade científica, defendendo uma abordagem "exercida a partir de baixo." Harding argumenta que incluir perspectivas marginalizadas e diversas fortalece a objetividade ao enriquecer a compreensão científica e questionar normas estabelecidas. O texto discute como essa abordagem pode promover uma ciência mais inclusiva e crítica.

HARTMAN, S. *Vidas rebeldes, belos experimentos: histórias íntimas de meninas negras desordeiras, mulheres encrenqueiras e queers radicais*. São Paulo: Fósforo, 2022.

O livro narra histórias de meninas negras e *queers* radicais na virada do século XX, destacando suas vidas de resistência e criatividade em meio à opressão. Examina como essas figuras desafiavam normas sociais e criavam novos modos de existência. Por meio de uma abordagem intimista, o texto revela a beleza e a complexidade das vidas que romperam com a marginalização.

HARVEY, P. *A tradição do budismo: história, filosofia, literatura, ensinamentos e práticas*. São Paulo: Cultrix, 2019.

O livro oferece uma visão abrangente do budismo, cobrindo sua história, filosofia, literatura, ensinamentos e práticas. Harvey explora a evolução das tradições budistas, suas principais doutrinas e a influência cultural ao longo dos séculos, proporcionando uma compreensão profunda das várias facetas do budismo.

HEIDEGGER, M. *A origem da obra de arte*. Tradução: Maria da Conceição Costa. Lisboa: Edições 70, 2005.

- A obra investiga a essência da arte e sua capacidade de revelar verdades sobre a existência, explorando a forma como a arte cria um mundo ao trazer à luz aspectos ocultos da realidade.
- HEIDEGGER, M. *Ser e tempo*. Petrópolis: Vozes: São Francisco, 2004.
O livro examina a natureza do ser humano e a estrutura do tempo a partir da perspectiva existencial. Heidegger analisa como o conceito de "ser" se relaciona com a experiência do tempo e da existência, propondo uma reflexão profunda sobre a identidade, o significado e o propósito da vida.
- HELD, D.; MCGREW, A. *Prós e contras da globalização*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
O livro apresenta um debate sobre a globalização, abordando seus impactos positivos e negativos. Explora como a globalização afeta economias, culturas e sociedades, discutindo as vantagens da integração global e os desafios enfrentados por diferentes países e comunidades.
- HOOKS, B. *Amor como prática da liberdade*. Outras Palavras, São Paulo, 15 set. 2023. Disponível em: <https://outraspalavras.net/movimentoserebeldias/bell-hooks-amor-como-pratica-da-liberdade/>. Acesso em: 16 abr. 2024.
hooks explora o amor como uma prática libertadora e transformadora, abordando como ele pode desafiar e superar sistemas de opressão. Ela argumenta que o amor verdadeiro é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa, oferecendo uma visão crítica sobre como a prática do amor pode promover a liberdade e a igualdade.
- HUI, Y. *Cosmotécnica e cospolítica*. In: HUI, Y. *Tecnodiversidade*. Tradução: Humberto do Amaral. Rio de Janeiro: PUC-Rio: Ubu, 2020.
Explora a interseção entre cosmologia e política, propondo o conceito de "cospolítica" para analisar como as tecnologias não apenas influenciam, mas também são moldadas por visões de mundo e estruturas culturais.
- HUME, D. *Do padrão do gosto*. 3. ed. In: HUME, D. *Ensaio morais, políticos e literários*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
O ensaio explora o conceito de gosto e a possibilidade de estabelecer um padrão para julgamentos estéticos. Argumenta que, apesar das variações subjetivas, existem critérios comuns para apreciar a arte, baseados em experiência, sensibilidade e comparação. Destaca a importância de críticos experientes na formação de um padrão de gosto compartilhado.
- HUME, D. *Tratado da natureza humana*. Tradução: Deborah Danowski. São Paulo: Unesp, 2000.
A obra explora como o conhecimento humano se baseia na experiência sensorial e na percepção. Hume argumenta que todas as ideias derivam de impressões sensoriais e examina a natureza das emoções, da moralidade e do entendimento, ao mesmo tempo em que desafia a noção de causalidade e a ideia de um "eu" contínuo.
- JESUS, C. M. de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. São Paulo: Ática, 2014.
O diário narra a vida de uma mulher negra na favela do Canindé, em São Paulo, nos anos 1950. Carolina de Jesus relata a luta diária contra a fome e a pobreza, além de reflexões sobre a injustiça social e a esperança de um futuro melhor. A obra oferece um olhar íntimo e poderoso sobre a resiliência e a dignidade em meio às adversidades.
- KAMBEBA, M. *Saberes da floresta*. São Paulo: Jandaíra, 2020.
De modo poético, reflete sobre as tradições, conhecimentos e modos de vida dos povos indígenas da Amazônia, mais especificamente dos kambeba, povo ao qual autora pertence.
- KANT, I. *Amenemope, o coração e a filosofia, ou, a cardiografia do pensamento*. Rio de Janeiro: Seshat – Laboratório de Egiptologia do Museu Nacional, 2015.
A obra explora a filosofia de Amenemope, destacando o papel do coração como centro do pensamento e da moralidade no Egito Antigo. A abordagem sugere que a verdadeira compreensão vem da harmonia entre razão e emoção, refletindo uma cardiografia do pensamento.
- KANT, I. *Crítica da faculdade do juízo*. Tradução: Valério Rohden e Antônio Marques. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
A obra investiga a faculdade do juízo, mediando entre entendimento e razão, e aborda estética e teleologia. Nela, discute-se também a noção de finalidade na natureza, relacionando-a com a capacidade humana de encontrar propósito e ordem no mundo sem recorrer a conceitos determinísticos.
- KANT, I. *Crítica da razão pura*. Campinas: Vozes, 2016.
A obra examina os limites e a validade do conhecimento humano, diferenciando entre o que pode ser conhecido a priori e a posteriori. Kant investiga a estrutura da razão e a forma como ela condiciona a experiência, estabelecendo a base para a epistemologia e a metafísica modernas.
- KANT, I. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. In: KANT, I. *Textos selecionados*. 2. ed. Tradução: Tânia Maria Bernkopf, Paulo Quintela e Rubens Rodrigues Filho. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Col. Os pensadores, v. II).
A obra estabelece os princípios da moralidade, fundamentando-se na razão. Nela, Kant introduz o conceito de imperativo categórico, que exige que ações sejam realizadas de modo que possam se tornar leis universais.
- KENEDY, D.; KOHAN, W. *Aión, kairós and chrónos: fragmentos de uma conversa infindável sobre infância, filosofia e educação*. *Childhood & Philosophy*, [s. l.], v. 4, n. 8, 2008.
O artigo explora as noções de *aión*, *kairós* e *chrónos* no contexto da infância, filosofia e educação. Kennedy e Kohan discutem como esses conceitos de tempo influenciam a compreensão e a prática pedagógica, destacando a importância de considerar diferentes dimensões temporais na formação e desenvolvimento infantil.
- KLEE, P. *Confissão criadora*. In: KLEE, P. *Sobre a arte moderna e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
O texto trata sobre o processo criativo, em que a arte emerge como expressão das forças internas do artista. Destaca a importância da intuição e da espontaneidade na criação, enfatizando que a verdadeira arte revela aspectos ocultos da realidade.
- KOPENAWA, D.; ALBERT, B. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. Tradução: Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
A obra é um relato do xamã yanomami Davi Kopenawa sobre a vida e a cosmologia de seu povo. Ele narra a relação espiritual e social dos yanomamis com a natureza, além das ameaças enfrentadas devido à exploração e à invasão de seus territórios.
- KRENAK, A. *Futuro ancestral*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
O livro explora como os conhecimentos e práticas ancestrais podem oferecer soluções para os desafios contemporâneos. Krenak destaca a importância de integrar sabedoria indígena e respeito à natureza para construir um futuro mais sustentável e justo, valorizando a conexão entre passado, presente e futuro.
- KRENAK, A. *Idéias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
O livro reflete acerca de como adiar a destruição ambiental e cultural do mundo. Krenak aborda a necessidade de reconectar com a natureza e resgatar saberes indígenas para enfrentar crises ambientais e sociais, enfatizando a urgência de um novo modelo de convivência sustentável e respeitosa com o planeta.
- KUHN, T. S. *A estrutura das revoluções científicas*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1997.
Argumenta que a evolução da Ciência não se dá de forma linear e constante, mas por meio de revoluções intelectuais que alteram o modo de se pensar a Ciência.
- KUSCH, R. *Geocultura do homem americano [Geocultura do homem americano]*. In: KUSCH, R. *Obras completas*. Rosário: Editorial Fundación Ross, 2000.
A obra analisa a geocultura do homem americano, explorando como o ambiente e a cultura interagem na formação da identidade e da sociedade. Kusch investiga como a relação com a terra, a história e as tradições moldam a compreensão e as práticas culturais dos povos americanos, destacando a importância de uma perspectiva regional na análise cultural e social.
- LANDES, R. *A cidade das mulheres*. Tradução: Maria Lúcia de Eirado Silva. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.
O livro oferece uma análise etnográfica de Salvador, Bahia, destacando o papel das mulheres no candomblé. Landes aborda como as líderes religiosas desafiam normas de gênero e influenciam a sociedade, revelando a complexidade cultural e social das comunidades afro-brasileiras e suas tradições espirituais em um contexto urbano.
- LAZZARATO, M. *La fabbrica dell'uomo indebitato: saggio sulla condizione neoliberalista*. Tradução: Alessia Cotuelli e Emanuela Turano Campello. Roma: DeriveApprodi, 2012.
O livro explora como o neoliberalismo molda indivíduos como "homens endividados," influenciando suas vidas e identidades. Analisa ainda a dívida como ferramenta de controle social, com destaque à internalização da culpa e do dever, e como isso perpetua desigualdades e limitações na liberdade individual.
- LÍNGUAS. *Povos indígenas no Brasil*, [s. l.], [20--]. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/L%C3%ADnguas>. Acesso em: 14 jun. 2024.
Aborda as línguas faladas por povos indígenas no Brasil, que, atualmente, são cerca de 160, considerando os troncos e famílias linguísticas e o multilinguismo em que esses povos vivem.
- LONGINO, H. et al. *Filosofia da ciência e epistemologias feministas: entrevista com Helen Longino*. *Em Construção: arquivos de epistemologia histórica e estudos de ciência*, [s. l.], n. 10, p. 331-340, 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/emconstrucao/article/view/62842>. Acesso em: 21 maio 2024.
A entrevista explora a interseção entre filosofia da ciência e epistemologias feministas. Longino discute como as epistemologias feministas desafiam e enriquecem a compreensão científica, destacando a importância de considerar perspectivas de gênero para promover uma ciência mais inclusiva e crítica.
- LOPES, N. *Bantos, malês e identidade negra*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2016.
O livro explora a formação da identidade negra no Brasil, focando nas influências culturais e históricas dos bantos e malês. Lopes analisa como esses grupos contribuíram para a identidade e a cultura afro-brasileira, discutindo aspectos de resistência, integração e legado cultural na construção da identidade negra.
- LOPES, N. *Enciclopédia brasileira da Diáspora Africana*. São Paulo: Selo Negro, 2004.
A enciclopédia mapeia a vasta influência africana na cultura brasileira, abrangendo história, religião, música e literatura. Nei Lopes documenta contribuições da Diáspora Africana, ressaltando a riqueza e diversidade cultural que moldaram a identidade brasileira. A obra serve como uma referência abrangente sobre o legado africano no Brasil.
- LORDE, A. *A poesia não é um luxo*. In: LORDE, A. *Irmã outsider*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
Lorde argumenta que a poesia é uma necessidade vital, não um luxo, especialmente para mulheres negras. Destaca como a poesia articula sentimentos e experiências profundas, transformando sofrimento em ação política e social.
- LORDE, A. *Usos do erótico: o erótico como poder*. In: LORDE, A. *Irmã outsider: ensaios e conferências*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
O texto redefine o erótico como uma fonte de poder e conhecimento feminino, contrapondo-o à repressão patriarcal. Lorde enfatiza o erótico como uma força criativa e espiritual que transcende o mero prazer sexual, incentivando as mulheres a reconectarem-se com suas emoções e experiências autênticas para transformar suas vidas e sociedades.
- LOURENÇO, D. B. *Qual o valor da natureza? – Uma introdução à ética ambiental*. São Paulo: Elefante, 2019.
Busca responder à sua pergunta-título analisando os modos de pensar de distintas correntes filosóficas acerca de como vemos o meio ambiente e questões relacionadas à natureza.
- LUGONES, M. *Rumo a um feminismo descolonial*. *Estudos feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 3, set./dez. 2014.
O artigo propõe um feminismo decolonial, que critica e supera as perspectivas feministas tradicionais centradas no Ocidente. Lugones explora como o feminismo pode integrar e valorizar experiências e conhecimentos de mulheres de contextos colonizados, defendendo uma abordagem mais inclusiva e crítica que desafie as estruturas de poder e opressão globais.
- MACHADO, V. *Irê Ayo e o espelho da verdade*. *UOL*, [s. l.], 24 jun. 2021. Congresso em Foco. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/blogs-e-opiniao/colunistas/ire-ayo-e-o-espelho-da-verdade/>. Acesso em: 15 abr. 2024.
A narrativa segue Irê Ayo, uma menina curiosa que embarca em uma jornada mágica através de um espelho que revela verdades sobre si mesma e o mundo.

- MAKUXI, J. E. Autodecolonização - Uma pesquisa pessoal no além coletivo. *Galeria Jaider Esbell*, Boa Vista, 9 ago. 2020. Disponível em: <http://www.jaideresbell.com.br/site/2020/08/09/autodecolonizacao-uma-pesquisa-pessoal-no-alem-coletivo/>. Acesso em: 4 set. 2024.
- Em um movimento de autoreflexão e autoentendimento, pondera acerca do racismo, da colonização e da importância de se enxergar como indígena em um "mundo dos brancos".
- MALDONADO-TORRES, N. Análisis da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, J.; GROSGOUEL, R.; MALDONADO-TORRES, N. (org.). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.
- O texto aborda as noções de colonialidade e decolonialidade, destacando suas dimensões fundamentais. Analisa como a colonialidade molda estruturas sociais e epistemológicas e como o pensamento decolonial busca desmantelar essas estruturas, promovendo novas formas de conhecimento e resistência.
- MANCE, E. Uma introdução conceitual às filosofias da libertação. In: BRAMBRILLA, B. B.; PIZA, S. (org.). *Subjetividade e ética na América Latina ou o cinismo e a potencialidade da práxis da libertação*. Nova Petrópolis: Nova Harmonia, 2016.
- O texto oferece uma visão geral das filosofias da libertação, abordando seus conceitos centrais e suas implicações éticas e práticas.
- MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Tradução: Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.
- A obra explora a desconexão dos trabalhadores do produto de seu trabalho, a desumanização resultante e a crítica ao capitalismo, enfatizando a necessidade de uma sociedade onde os indivíduos possam desenvolver plenamente suas potencialidades.
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. (Livro I: o processo de produção do capital).
- A obra analisa o modo de produção capitalista, explicando como o capital se valoriza por meio da exploração do trabalho. Nela, Marx examina a relação entre capitalistas e trabalhadores, o processo de produção de mercadorias, a mais-valia e a acumulação de capital, revelando as contradições e desigualdades inerentes ao sistema capitalista.
- MBEMBE, A. *Crítica da razão negra*. 2. ed. São Paulo: N-1 Edições, 2022.
- Na obra, Mbembe trata da construção e da crítica da razão negra, explorando como a racionalidade ocidental tem historicamente marginalizado e desvalorizado o pensamento negro.
- MEMMI, A. *Retrato do colonizado precedido do retrato do colonizador*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- A obra analisa a complexa relação entre colonizadores e colonizados, destacando as dinâmicas de poder e opressão. Memmi explora a desumanização mútua e os conflitos de identidade resultantes do colonialismo, enfatizando a necessidade de emancipação e de um novo entendimento entre os povos para superar as cicatrizes coloniais.
- MERCHANT, C. *The Death of Nature: Women, Ecology, and the Scientific Revolution [A morte da natureza: mulheres, ecologia e a Revolução Científica]*. São Francisco: Harper & Row, 1983.
- A obra analisa como a Revolução Científica transformou a percepção da natureza e o papel das mulheres na ecologia.
- MIES, M.; SHIVA, V. *Ecofeminismo*. Tradução: Carolina Coelho. Belo Horizonte: Editora Luas, 2021.
- A obra conecta a opressão das mulheres à exploração da natureza, destacando como o patriarcado e o capitalismo desvalorizam tanto o trabalho feminino quanto os recursos naturais.
- MILL, J. S. *O utilitarismo*. São Paulo: Iluminuras, 2020.
- O texto explora o utilitarismo, filosofia ética que propõe a maximização da felicidade como princípio moral e discute a distinção entre prazeres superiores e inferiores e defende a avaliação qualitativa do prazer.
- MONTAIGNE, M. *Ensaio*. Tradução: Sérgio Milliet. São Paulo: Abril Cultural, 1972. (Col. Os pensadores).
- A coleção de ensaios explora a condição humana por meio de reflexões sobre temas como amizade, educação, morte e verdade. Montaigne adota uma abordagem pessoal e introspectiva, valorizando a dúvida e a incerteza como caminhos para a sabedoria.
- MONTAIGNE, M. *Sobre a amizade*. Rio de Janeiro: Tinta Negra Bazar, 2011.
- O ensaio reflete sobre a profundidade e a raridade da verdadeira amizade, destacando-a como uma relação baseada em compreensão mútua e afinidade espiritual.
- MONTENEGRO, M.; DOLCE, J. (org.). *Dossiê da agroecologia na América Latina: um futuro necessário*. Rio de Janeiro: Fundação Heirich Boll, 2023. Disponível em: <https://br.boell.org/sites/default/files/2024-02/231225-dossie-agroecologia-2023opt.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2024.
- Compilação de artigos concebido pelos coordenadores da área de justiça socioambiental da Fundação Heinrich Böll que abrange temas como políticas agroecológicas, a relevância e as dificuldades de pequenos agricultores e a diversidade biocultural.
- MOORE, C. *Racismo e sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo*. Belo Horizonte: Nandyala, 2012.
- O livro propõe novas bases epistemológicas para compreender o racismo, desafiando perspectivas tradicionais. Nele, Moore analisa o racismo como um sistema complexo e global, que permeia as relações sociais e institucionais.
- MOTA, C. V. Os objetos sagrados de religiões afrobrasileiras 'libertados' mais de 100 anos após serem apreendidos. *BBC News Brasil*, São Paulo, 20 nov. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55018196>. Acesso em: 17 jun. 2024.
- Relata o achado de objetos pertencentes e religiões afrobrasileiras que foram apreendidos pela polícia na primeira metade do século XX em razão de intolerância religiosa; atualmente, os objetos são exibidos no Museu da República, no Rio de Janeiro.
- MUNANGA, K. Rediscutindo racismo, negritude e mestiçagem. *Revista Teoria e Debate*, [s. l.], ed. 238, 2023. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/2023/11/14/rediscutindo-racismo-negritude-e-mesticagem/>. Acesso em: 15 mar. 2024.
- A edição aborda a reinterpretação dos conceitos de racismo, negritude e mestiçagem, explorando suas implicações e transformações na sociedade contemporânea.
- MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. *Portal Geledés*, [s. l.], 21 set. 2009. Disponível em: https://www.geledes.org.br/kabengele-munanga-uma-abordagem-conceitual-das-nocoes-de-raca-racismo-identidade-e-etnia/?amp=1&gad_source=1&gclid=CjwKCAjwBdiwBhAbEiwATi_sJfs45R5TrnP3vYUvKdBT3YwhxJOEeGJWafuxlMIVD1m4fCcxY_XThOC7YQAVD_BwE. Acesso em: 15 mar. 2024.
- Munanga, na palestra, oferece uma análise conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Explora como essas categorias são formadas e utilizadas socialmente, discutindo suas implicações nas relações raciais e na educação.
- MUNDURUKU, D. *O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970 - 1990)*. São Paulo: Paulinas, 2012.
- O livro analisa o movimento indígena brasileiro entre 1970 e 1990, destacando seu impacto educativo e político. Munduruku discute como a luta por direitos e reconhecimento cultural promoveu a conscientização sobre a diversidade indígena no Brasil, contribuindo para a formação de uma identidade coletiva e a valorização das tradições indígenas.
- NASCIMENTO, A. *O quilombismo*. Rio de Janeiro: Ipeafro, 2019.
- O texto propõe o quilombismo como uma filosofia de resistência e autonomia para as comunidades afro-brasileiras. Abdias Nascimento defende a recriação dos quilombos como espaços de preservação cultural, solidariedade e autossuficiência, promovendo justiça social e igualdade racial, e resgatando tradições africanas como bases para um futuro justo.
- NASCIMENTO, B. *Quilombola e intelectual: possibilidade nos dias da destruição*. Diáspora Africana: Filhos da África, 2018.
- O livro celebra a vida e a obra de Beatriz Nascimento, destacando sua contribuição intelectual e ativismo como quilombola. Explora sua visão sobre resistência e identidade afro-brasileira, enfatizando a importância dos quilombos como espaços de resistência e transformação social.
- NASCIMENTO, W. F. do. *Entre apostas e heranças: contornos africanos e afro-brasileiros na educação e no ensino de filosofia no Brasil*. Rio de Janeiro: NEFL, 2020. (Col. Ensaio). Disponível em: <http://filooeduc.org/nefedicoes/colecoes.php?#livros>. Acesso em: 19 dez. 2021.
- O livro investiga as influências africanas e afro-brasileiras na educação e no ensino de filosofia no Brasil. Nascimento analisa como essas tradições moldam práticas pedagógicas, destacando a importância de incorporar perspectivas africanas na formação filosófica. A obra propõe um ensino inclusivo que valoriza a diversidade cultural.
- NGOENHA, S. E. *Filosofia africana: das independências às liberdades*. Maputo: Editora Paulinas, 1993.
- O livro explora o desenvolvimento da filosofia africana desde os períodos de independência até as questões contemporâneas de liberdade. Examina como o pensamento filosófico africano tem abordado a construção de sociedades livres e justas e como as tradições e desafios locais moldam essa reflexão filosófica.
- NIETZSCHE, F. A filosofia na época trágica dos gregos. In: PRÉ-SOCRÁTICOS. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).
- Explora o papel da Filosofia na sociedade da Grécia antiga, sua relação com a Arte, e como os novos modos de pensar desse povo e como esses modos interferiram na Filosofia e vice-versa.
- NIETZSCHE, F. *Assim falou Zaratustra: um livro para todos e para ninguém*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- Apresenta os ensinamentos e reflexões de Zaratustra, profeta persa que fundou o zoroastrismo, religião que se encontra entre as mais antigas do mundo.
- NIETZSCHE, F. *Humano, demasiado humano I*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- O livro explora reflexões sobre a condição humana, abordando temas como moralidade, cultura e psicologia. Nietzsche examina a natureza das crenças e valores humanos, questionando as convenções sociais e propondo uma visão crítica da vida e do pensamento, com ênfase na autonomia e na autoafirmação.
- NIETZSCHE, F. *O nascimento da tragédia: ou helenismo e pessimismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- A obra analisa a origem da tragédia grega, contrastando os elementos apolíneo (ordem e razão) e dionisíaco (caos e emoção). Argumenta que a tragédia surge da tensão entre essas forças, refletindo na condição humana.
- NJOH-MOUELLE, E. *De la médiocrité à l'excellence: essai sur la signification humaine du développement*. Yaoundé: Editora Clé, 1998.
- O livro analisa a transição da mediocridade para a excelência, explorando a dimensão humana do desenvolvimento. Examina como a busca pela excelência pode influenciar e transformar o crescimento pessoal e coletivo, enfatizando a importância de valores e práticas que promovam o verdadeiro progresso e realização.
- NUSSBAUM, M. *Justiça para os animais: nossa responsabilidade coletiva*. São Paulo: Martins Fontes, 2023.
- O texto aborda a ética animal, defendendo que a justiça deve ser estendida além dos humanos para incluir os animais. Argumenta também pela responsabilidade coletiva em proteger os direitos dos animais, promovendo um tratamento mais justo e compassivo.
- NUSSBAUM, M. *Sem fins lucrativos. Por que a democracia precisa das humanidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2015.
- O livro defende a importância das humanidades para a democracia, argumentando que elas são essenciais para a formação de cidadãos críticos e engajados. Nussbaum destaca como o estudo das humanidades promove o pensamento crítico, a empatia e o entendimento das complexidades sociais, fundamentais para o funcionamento saudável da democracia.
- OBENGA, T. Egypt: Ancient History of African Philosophy. Tradução: Vinícius da Silva. In: KWASI, W. (ed.). *A Companion to African Philosophy*. Massachusetts: Blackwell Publishing, 2004.
- O texto aborda a contribuição do Egito Antigo para a filosofia africana, ressaltando que o pensamento filosófico africano tem raízes profundas na civilização egípcia. Destaca como conceitos filosóficos egípcios influenciaram o pensamento africano e mundial, enfatizando a importância de reconhecer e valorizar essas contribuições na história da filosofia.

- OITICICA, H. *Aspiro ao grande labirinto*. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.
O texto compila reflexões e escritos de Hélio Oiticica, revelando sua visão inovadora sobre arte e cultura, com destaque à busca por um "grande labirinto" de experiências sensoriais e espaciais, rompendo com limites tradicionais.
- OITICICA, H.; OITICICA FILHO, C.; VIEIRA, I. *Hélio Oiticica*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2009.
O texto examina a obra de Hélio Oiticica, destacando os Parangolés como expressão de liberdade e invenção artística, abordando como essas vestimentas interativas rompem com a arte tradicional e engajam o corpo e o movimento. Além disso, explora a busca de Oiticica por uma arte viva e participativa que transforma a experiência estética em um ato de criação coletiva.
- OLÚWOLE, S. B. *Sócrates e Orunmilá: dois padroeiros da filosofia clássica*. Nigéria: Editoras Arca, 2017.
Explora as ideias de Sócrates, filósofo grego, e Orunmilá, divindade iorubá, destacando suas contribuições para a Filosofia e paralelos entre os pensamentos de ambos.
- ONDÓ, E. N. *Introducción a la filosofía africana. Faia, [s. l.]*, v. 7, n. 28-29, 2017. Tradução para uso didático por Pedro Vítor Martins de Sousa e David Campos Castro. Disponível em: https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/eugenio_nkogo_ond%C3%B3_-_introdu%C3%A7%C3%A3o_%C3%A0_filosofia_africana.pdf. Acesso em 26 set. 2024.
O artigo oferece uma introdução à filosofia africana, abordando suas principais correntes e conceitos. Ondó explora as raízes e o desenvolvimento do pensamento filosófico no continente africano, destacando a diversidade e a relevância das tradições filosóficas africanas na construção do conhecimento.
- OS POVOS indígenas e o português do Brasil. *Museu da Língua Portuguesa*, São Paulo, 31 ago. 2022. Disponível em: <https://www.museudalinguaportuguesa.org.br/os-povos-indigenas-e-o-portugues-do-brasil/>. Acesso em: 27 jun. 2024.
Discute a história da língua portuguesa falada no Brasil e as influências que povos nativos do território nacional deixaram no idioma.
- OYÉWÚMÍ, O. *A invenção das mulheres*: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Tradução: Wanderson Flor do Nascimento. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.
Enxerga o papel social da mulher a partir da cultura iorubá, desvinculando a imagem da mulher do determinismo biológico limitante a partir do qual sociedades ocidentais veem o gênero feminino.
- PALMEIRA, B. Comer é um direito, cozinhar é um ato de resistência: a luta contra o fast-food. *O Poder Popular*, [s. l.], 11 mar. 2024. Disponível em: <https://opoderpopular.com.br/comer-e-um-direito-cozinhar-e-um-ato-de-resistencia-a-luta-contra-o-fast-food/>. Acesso em: 5 set. 2024.
Discute os malefícios causados pelo consumo de fast-food, discutindo temas tangentes como a justiça alimentar, a fome e o meio ambiente, prejudicado pela produção de alimentos ultraprocessados.
- PASCAL, B. *Pensamentos*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
A obra reúne reflexões filosóficas e teológicas de Blaise Pascal, abordando temas como a condição humana, a fé e a razão. Pascal explora a tensão entre a grandeza e a miséria do homem, argumentando a favor da necessidade da crença em Deus e da revelação divina como resposta às questões existenciais e morais.
- PINHEIRO-MACHADO, R. Da esperança ao ódio: como a inclusão pelo consumo da Era Lula aticou o recalque nas elites. *Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil*, São Paulo, 25 jul. 2019. Disponível em: <https://www.ctb.org.br/2019/07/25/da-esperanca-ao-odio-como-a-inclusao-pelo-consumo-da-era-lula-aticou-o-recalque-nas-elites/>. Acesso em: 24 ago. 2024.
- PLANTINGA, A. *Ciência, religião e naturalismo*: onde está o conflito? São Paulo: Vida Nova, 2008.
O livro examina o conflito entre ciência, religião e naturalismo, discutindo como essas áreas interagem e às vezes entram em tensão. Plantinga argumenta que o naturalismo e a crença religiosa não são necessariamente incompatíveis e explora como diferentes perspectivas podem coexistir ou se confrontar na busca por conhecimento e compreensão.
- PLATÃO. *O mito da caverna*. Tradução: Alexandre Pires Vieira. Valinhos: Montecristo Editora, 2023. E-book.
O texto apresenta a alegoria da caverna, em que Platão ilustra a jornada do conhecimento e a busca pela verdade. Ele descreve prisioneiros em uma caverna, vendo apenas sombras projetadas na parede, e como a libertação e a descoberta da realidade fora da caverna representam o caminho para a verdadeira compreensão e iluminação.
- PORFÍRIO. I. *Introdução às categorias de Aristóteles*. Tradução: Pinharanda Gomes. Lisboa: Guimarães Editores, 1994.
O texto serve como uma introdução às "categorias" de Aristóteles, explorando a lógica e a classificação dos termos usados para descrever a realidade. Porfírio analisa conceitos como gênero, espécie, diferença, próprio e acidente, fornecendo uma base para a compreensão do pensamento aristotélico e suas aplicações na filosofia e na lógica.
- POTIGUARA, E. *Metade cara, metade máscara*. Rio de Janeiro: Grumín Edições, 2018.
A obra é uma coletânea de poemas que explora a dualidade entre a identidade visível e a oculta, refletindo sobre a experiência indígena e a luta pela autoafirmação.
- PRECIADO, P. *Eu sou o monstro que vos fala*. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.
A obra explora questões de identidade, corpo e gênero, desafiando normas estabelecidas e revelando as complexidades da experiência trans. O autor oferece uma reflexão crítica sobre a construção do corpo e as expectativas sociais, abordando como essas questões afetam a percepção individual e coletiva da identidade.
- PRIPRÁ, Z. *A organização social e política Laklänô/Xokleng*. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.
O trabalho investiga a organização social e política dos Laklänô/Xokleng, destacando suas estruturas de liderança e práticas culturais. A obra enfatiza a resiliência e a importância de preservar o conhecimento e as práticas ancestrais para fortalecer a identidade indígena.
- QUIJANO, A. *Colonialidade do poder e classificação social*. In: SANTOS, B. S.; MENEZES, M. P. *Epistemologias do sul*. São Paulo: Cortez, 2010.
O texto examina a "colonialidade do poder," um conceito que descreve como o poder colonial continua a influenciar as estruturas sociais e epistemológicas.
- RAMOS, S. et al. *Pele alva: a cor que a polícia apaga*. Rio de Janeiro: Rede de Observatórios da Segurança/CESeC, 2022.
Ramos e colaboradores analisam o impacto da racialização na segurança pública, destacando como a cor da pele de indivíduos pode determinar a intensidade e a natureza da violência policial, e chamam a atenção para a necessidade de políticas mais justas e inclusivas.
- RAMOSE, M. B. *A filosofia do ubuntu e ubuntu como uma filosofia*. In: RAMOSE, M. B. *African Philosophy through Ubuntu*. Tradução para uso didático por Arnaldo Vasconcelos. Harare: Mond Books, 1999. Disponível em: <https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/texto16.pdf>. Acesso em: 7 out. 2024.
O texto explora ubuntu como uma filosofia africana centrada na interdependência e na comunidade. Ramose destaca a importância das relações humanas e da ética coletiva na construção de sociedades justas. Ubuntu é apresentado como uma alternativa à filosofia ocidental, enfatizando o respeito mútuo e a dignidade humana como princípios fundamentais.
- RAMOSE, M. B. *Globalização e ubuntu*. In: SANTOS, B. S.; MENEZES, M. P. *Epistemologias do sul*. Lisboa: Alameda, 2009.
O texto examina a relação entre globalização e o conceito de ubuntu, propondo uma visão que privilegia solidariedade e interconexão. Ramose argumenta que ubuntu oferece uma alternativa ao individualismo global, promovendo justiça social e harmonia. A obra sugere que integrar princípios africanos pode enriquecer o debate sobre globalização e ética.
- RANCIÈRE, J. *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo: EXO experimental org.: Editora 34, 2005.
A obra explora a relação entre estética e política, argumentando que a distribuição do sensível define quem participa da vida política. Analisa como arte e política reconfiguram o espaço comum, desafiando hierarquias e criando novas formas de percepção e participação.
- RIBEIRO, D. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.
O livro trata do conceito de "lugar de fala", destacando sua importância nas discussões sobre identidade e justiça social. Ribeiro explora como o reconhecimento das vozes marginalizadas é crucial para a igualdade, argumentando que cada indivíduo deve refletir sobre suas posições de privilégio e poder para promover um debate mais inclusivo e equitativo.
- RIBEIRO, R. J. *A inclusão social pelo consumo*. *Observatório da Imprensa*, Campinas, ed. 783, 28 jan. 2014. Disponível em: https://www.observatoriodaimprensa.com.br/jornal-dedebates/_ed783_a_inclusao_social_pelo_consumo/. Acesso em: 29 ago. 2024.
O autor discute a inclusão social pelo consumo, exemplificando por meio dos eventos de rolezinhos, ocorridos em 2013 e como esses eventos são vistos como atos políticos.
- ROLNIK, S. *Antropofagia zumbi*. São Paulo: N-1 Edições, 2021.
O livro analisa o conceito de antropofagia zumbi como metáfora para a cultura contemporânea, onde a criatividade é devorada por forças capitalistas.
- ROQUE, T. *A queda dos experts: a pandemia colocou em xeque o papel exercido pelos intermediadores da ciência com a política*. *Revista Piauí*, São Paulo, ed. 176, maio 2021. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/quedados-experts/>. Acesso em: 3 set. 2024.
Datado dos primeiros meses da pandemia de covid-19, o artigo discute o crescimento do negacionismo científico durante o período, no qual os então presidentes dos Estados Unidos e do Brasil se colocavam a *lockdown* para a contenção do vírus.
- ROSSET, C. *Alegria: a força maior*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.
A obra defende a alegria como a maior força da vida, contrapondo-se ao sofrimento e à tristeza. Explora a alegria como uma afirmação da realidade e da existência, destacando sua capacidade de superar adversidades.
- ROUSSEAU, J.-J. *O contrato social*. São Paulo: Edipro, 2017.
A obra explora como a liberdade individual pode coexistir com a autoridade política. Rousseau propõe que a sociedade é formada por um contrato social em que os cidadãos concordam em ceder parte de sua liberdade em troca de segurança e proteção. Além disso, defende a soberania do povo e a vontade geral como fundamentos para um governo legítimo e justo.
- ROWE, W. L. *Filosofia da religião: uma introdução*. Minas Gerais: Ultimato, 2023.
O livro oferece uma introdução acessível à filosofia da religião, explorando temas como a existência de Deus, o problema do mal e a natureza da fé. William L. Rowe aborda argumentos clássicos e contemporâneos, proporcionando uma visão crítica e reflexiva sobre questões centrais da filosofia religiosa.
- RUFINO, L.; SIMAS, L. A. *Encantamento (sobre política de vida)*. Rio de Janeiro: Mórula, 2020.
O livro aborda a política de vida através do conceito de encantamento, abordando como práticas culturais e rituais influenciam a percepção política e social.
- SANTOS, D. A. O.; LOPES, H. R. (org.). *Saberes dos povos do cerrado e biodiversidade*. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2020. Disponível em: <https://campanhacerrado.org.br/images/biblioteca/Saberes%20dos%20Povos%20do%20Cerrado%20e%20Biodiversidade.pdf>. Acesso em: 5 set. 2024.
Oferece um espaço para que representantes dos diversos povos e comunidades do Cerrado compartilhem suas perspectivas políticas sobre seus modos de vida, práticas de manejo e tradições socioculturais.
- SANTOS, M. B. dos [Mam'etu Kafurengá]. *Pedagogia do terreiro: experiências da primeira escola de religião e cultura de matriz africana do baixo-sul da Bahia*. Simões Filho, BA: Kalango, 2019.
O livro narra a criação e desenvolvimento da primeira escola de religião e cultura africana no baixo-sul da Bahia, destacando a pedagogia do terreiro como abordagem educacional.

- SANTOS, M. *Por uma outra globalização*. 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- O livro propõe uma crítica à globalização neoliberal e defende a construção de uma globalização alternativa baseada em justiça social e equidade. Avalia alternativas para um desenvolvimento sustentável e inclusivo, enfatizando a necessidade de novos paradigmas para enfrentar desigualdades e promover a solidariedade global.
- SÃO BERNARDO, S. *Direito e filosofias africanas no Brasil: ancestralidades, ubuntuidades e o pensamento kalunga como formadores do repertório ético-jurídico brasileiro*. Belo Horizonte: Nandyala, 2022.
- O livro investiga a influência das filosofias africanas no direito brasileiro, destacando conceitos como ancestralidade, ubuntu e pensamento kalunga. O autor propõe um repertório ético-jurídico que integra valores africanos, promovendo justiça social e respeito à diversidade cultural e transformando práticas legais em direção à inclusão e equidade.
- SARTRE, J. P. *O existencialismo é um humanismo*. Tradução: João Batista Kreuch. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.
- O texto defende o existencialismo como uma filosofia que valoriza a liberdade individual e a responsabilidade pessoal.
- SEN, A. *A ideia de justiça*. Tradução: Denise Bottmann e Ricardo D. Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- A obra questiona teorias tradicionais de justiça, propondo um enfoque baseado em comparações entre situações reais em vez de ideais abstratos. Defende a importância das capacidades individuais para promover liberdade e equidade.
- SÊNeca. *Cartas a Lucílio*. Tradução: J. A. Segurado e Campos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2014.
- A obra explora temas da filosofia estoica por meio de correspondências entre Sêneca e seu amigo Lucílio. Também aborda questões sobre ética e virtude, bem como a busca pela sabedoria, oferecendo conselhos práticos para enfrentar desafios da vida com equilíbrio e serenidade.
- SHIVA, V. *Earth Democracy: Justice, Sustainability and Peace*. [A democracia da Terra: justiça, sustentabilidade e paz]. Cambridge: South End Press, 2005.
- O livro defende a "democracia da terra", que integra justiça, sustentabilidade e paz. Vandana Shiva explora como práticas sustentáveis e justiça social podem coexistir, propondo uma abordagem holística que respeite a biodiversidade e os direitos das comunidades locais, desafiando sistemas opressivos e destrutivos.
- SHIVA, V. *Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia*. Tradução: Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Gaia, 2020.
- A obra critica a homogeneização do pensamento e a erosão da biodiversidade impulsionada pela biotecnologia. Shiva argumenta que a imposição de monoculturas, tanto na agricultura quanto na mentalidade, prejudica a diversidade cultural e biológica.
- SIMÕES, E. *Ancestralidade, território e ciência. ARTEIBrasileiros*. São Paulo, 17 out. 2022. Disponível em: <https://artebrasil.org.br/arte/artista/rosana-paulino/>. Acesso em: 4 set. 2024.
- Disserta acerca da obra e do pensamento de Rosana Paulino, visual brasileira, educadora e curadora, convidada da 59ª Bienal de Veneza em 2022.
- SINGER, P. *Libertação animal*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- A obra discute a ética do tratamento humano aos animais, defendendo o veganismo e a igualdade de consideração de interesses entre espécies. Crítica práticas de exploração animal, como testes laboratoriais e a indústria de carne, promovendo o argumento de que a capacidade de sofrer, e não a inteligência, deve ser a base para o respeito aos direitos dos animais.
- SODOMA, U. *Uyra Sodoma: Fotoperformance Caos*. DASartes, Botafogo, 19 out. 2022. Disponível em: <https://dasartes.com.br/materias/uyra-sodoma/>. Acesso em: 4 set. 2024.
- Apresenta a obra da artista indígena e travesti conhecida pelo nome artístico Uyra Sodoma, cuja produção artística toca em pautas como os direitos da população LGBTQIAPN+ e o meio ambiente.
- SODRÉ, M. *O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019.
- O livro analisa as interações culturais entre o terreiro, como espaço de resistência e espiritualidade afro-brasileira, e a cidade, como símbolo da modernidade. Explora como essas dinâmicas moldam identidades e relações sociais, destacando a importância da tradição afro-brasileira na construção de novas formas de convivência e entendimento urbano.
- SOUZA, N. S. *Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
- A obra explora a complexa experiência de ascensão social dos negros brasileiros, analisando como a identidade negra é moldada e desafiada por mudanças socioeconômicas.
- SPINOZA, B. *Ética*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2018.
- A obra apresenta um sistema filosófico que explora a natureza de Deus, a mente e a liberdade humana. Para isso, argumenta que tudo é parte de uma única substância divina, levando à busca do conhecimento e da virtude como caminhos para a verdadeira liberdade.
- STENGERS, I. *Uma outra ciência é possível: manifesto por uma desaceleração das ciências*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2023.
- A obra mostra os perigos de as ciências manterem alianças com o empreendimento de dominação e extração cujas consequências ameaçam todos os seres vivos.
- STUTZ, W. Hélio Oiticica e os Parangolés: a busca por um estado de invenção. *Reflexão em Arte*, v. 2, n. 4, jul. 2014. Disponível em: https://artcontexto.com.br/artigo-edicao04-wesley_stutz.html. Acesso em: 26 set. 2024.
- Relata a vida de Hélio Oiticica e o vínculo entre a vida pessoal do artista e suas obras intituladas Parangolés.
- TAYLOR, C. A política do reconhecimento. In: TAYLOR, C. *Argumentos filosóficos*. Tradução: Adail Ubirajara Sobral. São Paulo: Loyola, 2000.
- O texto aborda a importância do reconhecimento cultural e identitário na formação de sociedades justas. Taylor discute como o reconhecimento mútuo promove a dignidade individual e coletiva e analisa o impacto das políticas de identidade na democracia.
- TEIXEIRA, A. *Educação e mundo moderno*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.
- A obra analisa a relação entre educação e as transformações do mundo moderno. Teixeira discute como as mudanças sociais, econômicas e culturais influenciam os sistemas educacionais, enfatizando a necessidade de adaptar a educação para responder aos desafios e demandas contemporâneos, promovendo uma formação que prepare os indivíduos para um mundo em constante evolução.
- TRINDADE, A. L. da. Valores civilizatórios afro-brasileiros na educação infantil. In: TRINDADE, A. L. da. (org.). *Africanidades brasileiras e educação: salto para o futuro*. Rio de Janeiro: Acerp, TV Escola; Brasília, DF: MEC, 2013.
- O texto destaca a importância de incorporar valores civilizatórios afro-brasileiros na Educação Infantil. Trindade discute como esses valores promovem o respeito à diversidade e a formação de identidades positivas. A obra sugere práticas pedagógicas que valorizam a cultura afro-brasileira, contribuindo para uma educação inclusiva e equitativa.
- TROUILLOT, M. R. *Silenciando o passado: poder e a produção da história*. Tradução: Sebastião Nascimento. Curitiba: Huya, 2016.
- O livro explora como o poder influencia a produção e a narração da história, evidenciando os processos de silenciamento e exclusão de certas narrativas. Trouillot analisa como os eventos históricos são moldados e manipulados por estruturas de poder, afetando a forma como o passado é lembrado e interpretado.
- VAZ, H. L. *Antropologia filosófica*. São Paulo: Loyola, 1998.
- O livro aborda a antropologia filosófica, examinando a natureza e as características essenciais do ser humano.
- VELASCO, P. D. N. *Educando para a argumentação: contribuições do ensino da lógica*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.
- Na obra, Velasco explora como o ensino da lógica pode melhorar a habilidade de argumentação dos alunos.
- VÉLIZ, C. *Privacidade é poder: Por que e como você deveria retomar o controle de seus dados*. Tradução: Samuel Oliveira. São Paulo: Contracorrente, 2021.
- Na obra, Véliz explora a importância da privacidade na era digital, destacando como a perda de controle sobre dados pessoais afeta a autonomia individual.
- WALKER, A. "Em busca dos jardins de nossas mães". In: UNIÃO DOS COLETIVOS PAN-ARICANISTAS. *Coleção Pensamento Preto: Epistemologias do Renascimento Africano - Volume II. Diáspora Africana: Filhos da África*, 2018.
- O texto explora a herança cultural e espiritual de mulheres negras, simbolizada nos "jardins" de suas antepassadas. Destaca a resiliência e a criatividade transmitidas através de gerações, afirmando a importância de honrar e revitalizar essas tradições.
- WALSH, C. (ed.). *Pensamiento crítico y matriz (de)colonial*. [S. l.]: Universidad Andina Simón Bolívar: Ediciones Abya-Yala Quito, 2005.
- A coletânea aborda a crítica ao pensamento colonial e as alternativas decoloniais na América Latina. Examina como as estruturas de poder colonial moldam o conhecimento e propõe novas abordagens para um pensamento crítico que desafie as hierarquias e explore perspectivas alternativas de saber.
- WALSH, C. Interculturalidad y colonialidad del poder. Un pensamiento y posicionamiento otro desde la diferencia colonial. In: GARCÍA LINERA, Á.; MIGNOLO, W.; WALSH, C. *Interculturalidad, descolonización del Estado y del conocimiento*. Buenos Aires: Ediciones del signo, 2006.
- O texto discute a interculturalidade como um meio de desafiar a colonialidade do poder, propondo um pensamento alternativo a partir da diferença colonial. Catherine Walsh analisa como essa abordagem pode descolonizar o conhecimento e o Estado, promovendo justiça social e inclusão ao valorizar as epistemologias e vozes dos povos marginalizados.
- WARREN, K. J. (ed.). *An Unconventional History of Western Philosophy: Conversations between men and women philosophers*. New York: Rowman & Littlefield Publishers, 2009.
- O texto reimagina a história da filosofia ocidental por meio de diálogos entre filósofos homens e mulheres. Warren também explora como perspectivas femininas e marginais oferecem críticas e expansões às ideias tradicionais.
- WHITE, I. T. *In Defense of Dolphins: The new moral frontier*. Malden: Blackwell Publishing, 2007.
- Na obra, White explora a inteligência e a consciência dos golfinhos, argumentando que suas capacidades cognitivas e emocionais exigem uma reavaliação moral de seu tratamento.
- YXAPYRY, K. Nosso território, nossa vida, é um movimento. *Povos Indígenas no Brasil*, [s. l.], 3 jul. 2024. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Nosso-territ%C3%B3rio,-nossa-vida,-%C3%A9-um-movimento>. Acesso em: 4 set. 2024.
- A publicação oferece um panorama sobre a situação dos povos indígenas no Brasil, destacando questões como direitos, cultura e desafios enfrentados. A edição apresenta estudos e relatos sobre a luta dos indígenas por reconhecimento e justiça, além de refletir sobre suas contribuições e a importância de suas culturas para a sociedade brasileira.
- ZUBOFF, S. *A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.
- A obra explora como o capitalismo de vigilância utiliza dados pessoais para controle e lucro, comprometendo a privacidade e a autonomia.